



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1569

Quinta-feira - 11 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	4
Água Doce.....	5
Alto Bela Vista.....	6
Antônio Carlos	7
Barra Velha.....	8
Bela Vista do Toldo.....	9
Biguaçu	12
Bom Retiro	14
Brço do Trombudo	15
Brusque.....	27
Caçador.....	31
Camboriú.....	35
Campo Alegre	36
Campos Novos	290
Canelinha	336
Canoinhas.....	336
Capinzal	364
Catanduvas.....	365
Caxambu do Sul.....	365
Chapadão do Lageado	367
Cocal do Sul.....	368
Concórdia	373
Cordilheira Alta	375
Coronel Freitas.....	399
Coronel Martins.....	399
Corupá	400
Curitibanos	402
Doutor Pedrinho.....	403
Ermo	404
Forquilha.....	452
Fraiburgo.....	453
Galvão.....	456
Garopaba.....	456
Garuva	461
Gaspar	462
Guaramirim.....	530
Guarujá do Sul	531
Herval d'Oeste	532
Ibiam	534
Ilhota	535
Imarui	536
Imbituba	538
Ipumirim	538
Irineópolis	546
Itaiópolis	548
Itapiranga.....	549
Itapoá	550
Joaçaba.....	557
Lages	558
Lauro Muller	558
Lebon Regis.....	559
Lindóia do Sul	564
Luzerna	613
Macieira.....	614
Mafrá	614
Maravilha.....	615
Modelo	616
Navegantes.....	621
Nova Trento	623
Novo Horizonte	634
Orleans	635
Ouro	642
Palhoça	643
Palmitos	649
Papanduva.....	650
Passos Maia	653
Penha.....	654
Pinheiro Preto	659
Pomerode	660
Ponte Serrada	660
Porto Belo.....	662
Porto União.....	670
Pouso Redondo	670
Presidente Castello Branco.....	719
Rio do Sul.....	722
Salto Veloso	724
Santa Rosa do Sul	725
São Bento do Sul.....	725
São Domingos.....	731
São João do Sul	731
São José.....	732
São José do Cedro.....	734
São Lourenço do Oeste.....	744
São Pedro de Alcântara.....	745
Schroeder	749
Sombrio.....	755
Timbé do Sul	757
Timbó	758
Turvo	760
Vargeão.....	762

Vidal Ramos.....	763
Videira.....	764
Vitor Meireles.....	768
Xavantina	770

Associações

EGEM	770
------------	-----

Consórcios

CIGA	775
CIS/AMURES.....	790

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



11 DE SETEMBRO

Parabéns, Irani,
por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





11 DE SETEMBRO

Parabéns, Jaborá,
por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 131/2014 PP 115/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 131/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 115/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA CAÇAMBA VW 13180 PLACA MAY- 9394 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 23/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 03 de setembro de 2014.
Lucimar Antônio Salmoria Luciano Hermes
Prefeito Municipal Pregoeiro

Concorrência Publica 02/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 128/2014
MODALIDADE: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia 02/2014

Objeto: A presente licitação destina-se à contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ABDON BATISTA - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

TIPO : Menor preço GLOBAL.

Abertura da Sessão: 10:00 do dia 15/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 03 de setembro de 2014.
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Processo 130/2014 PP 114/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 130/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 114/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIDORES PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 03 de setembro de 2014.
Lucimar Antônio Salmoria Luciano Hermes
Prefeito Municipal Pregoeiro

Tomada de Preços 06/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 129/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 06/2014

Objeto: Contratação de empresa para construção de calçadas, muros, meio fio, assentamento de pedras sao tomé e rampa de acesso da Prefeitura Municipal conforme projeto.
TIPO : Menor preço Global.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 29/09/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 03 de setembro de 2014.
Lucimar Antônio Salmória
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da comissão de licitação

Prorrogação PP 109/2014

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 109/2014), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REDE E LIGAÇÕES PREDIAIS DE AGUA. conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 19 de setembro de 2014, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 09 de setembro de 2014.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA LUCIANO HERMES
PREFEITO MUNICIPAL PREGOEIRO

Processo Cancelado PP 112/2014

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 112/2014), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços para construção de calçadas, muros, meio fio, assentamento de pedras, saio tomé e rampa de acesso da Prefeitura Municipal., conforme anexos, que está sendo CANCELADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação".

Abdon Batista 10 de setembro de 2014.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO HERMES
PREGOEIRO

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 250/2014

PORTARIA Nº 250/2014 10 de setembro de 2014

"NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Departamento de Urbanismo, o Senhor Júlio Cesar Tonial, brasileiro, casado, inscrito sob CPF o nº 494.801.039-15 e RG 1.517.850, a partir de 10/09/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de setembro de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1900 de 08 de Setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, ATÉ O LIMITE DA FRUSTRAÇÃO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO PREVISTAS PARA O TERCEIRO BIMESTRE DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECIO GRATNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a frustração da arrecadação e, por conseguinte, o não atingimento das metas de arrecadação previstas para o terceiro bimestre de 2014;

Considerando as disposições previstas no art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, aprovada pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando as disposições previstas no art. 11, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, do exercício corrente, aprovada pela Lei Municipal nº 629, de 09 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a limitação de empenhos e a correspondente limitação de movimentação financeira, para compensar a frustração da arrecadação e, por conseguinte, o não atingimento das metas de arrecadação previstas para o terceiro bimestre de 2014, até o montante de R\$ 1.572.000,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e dois mil reais), pelo bloqueio de saldos nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.1.007	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0101	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.0.1.0327	Aplicações Diretas
	R\$ 300.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão. Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.1.049	Construção da Casa do Produtor Rural/Casa Colonial
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES

26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Obras de Infraestrutura Rodoviária
26.782.0018.1.009	Construção da Ponte sobre o Rio do Peixe
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0158	Aplicações Diretas
	R\$ 200.000,00
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.011	Aquisição de Máquinas, Caminhões, Veículos e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0101	Aplicações Diretas
	R\$ 42.000,00
4.4.90.00.0.1.0327	Aplicações Diretas
	R\$ 200.000,00
26.782.0019.1.013	Construção da Garagem para Máquinas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, IND. E COM.
07.03	Fundo Municipal do Desenvolvimento Econômico
22	INDÚSTRIA
22.661	Promoção Industrial
22.661.0030	Geração de Renda e Empregos
22.661.0030.1.021	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0602	Aplicações Diretas
	R\$ 700.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de setembro de 2014.

DECIO GRATNER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 405/2014**

PORTARIA Nº 405/2014.

Concede Licença Maternidade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, conforme Lei nº 1225/2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias a servidora contratada em caráter temporário, MARIA GABRIELA CRUZ SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 10 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2014.

Portaria N 406/2014

PORTARIA Nº 406/2014.

Concede Licença p/Tratamento de Saúde.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAÚDE, por 30 dias a servidora em caráter temporário, JULIANA HOFFMANN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 08 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2014.

Portaria N 407/2014

PORTARIA Nº 407/2014.

Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora efetiva ROSILMA HILLESHEIN JUNKES, ocupante do cargo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 22 de setembro de 2014, relativo ao período aquisitivo de abril/2005 a abril/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2014.

Extrato de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato: Nº. 198/2011**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 198/2011; Origem: Carta Convite nº. 009/2011 - Processo Licitatório nº. 107/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: INOVADORA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; Objeto: aditar o prazo e reajustar o preço, que consiste na licença para uso e locação mensal de software de gestão municipal de saúde para acompanhamento de cadastros, atendimento ambulatoriais, agendamento de consultas, autorização de exames e gerenciamento das pactuações, controle de estoque da farmácia, controle de veículos, controle de doações, histórico dos pacientes através de prontuário eletrônico, controle dos serviços realizados em consultório odontológicos e controle geral de pacientes, para uso da secretaria de saúde da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Prorrogação de Prazo: 12 meses, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 03/08/2015. Valor do aditivo: Fica alterada a cláusula 4ª do presente contrato, diante da aplicação do índice de correção prevista na cláusula Sexta - item 6.1, aplicando-se a inflação do período pelo INPC (6,06%), restando os seguintes valores:

a) Fica alterado o item 4.1 - Do Preço e Valor Do contrato, o preço total estipulado para prestação deste serviço atualizado pelo INPC, é de R\$ 9.282,00 (nove mil duzentos e oitenta e dois reais), os quais serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 773,55 (setecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

b) Fica alterado o item 4.3 - do Preço dos serviços técnicos e do Deslocamento para atendimento. O preço para serviços técnicos trabalhado no cliente é de R\$ 76,36 (setenta e seis reais e trinta e seis centavos) a hora, acrescido de deslocamento para atendimento ao cliente o valor de R\$ 177,12 (cento e setenta e sete reais e doze centavos) a diária.

Antônio Carlos, 03 de agosto de 2014

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

TP 008/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 073/2014
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 25/09/2014. Data/horário recebimento envelopes: 30/09/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 30/09/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

TP 009/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 074/2014
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Obra de revitalização as margens da Lagoa, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 25/09/2014. Data/horário recebimento envelopes: 30/09/2014 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 30/09/2014 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

TP010/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 075/2014
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de Recape sobre paralelepípedo destinados a Rua Carlos Maia, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 24/09/2014. Data/horário recebimento envelopes: 29/09/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 29/09/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 023/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 029/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 023/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para locação de sistema informatizado para a Rede Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 25/09/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 25/09/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 051/2014 Pmbv

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 076/2014 - Pregão Presencial nº 051/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de produtos e matérias de uso veterinário, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 24/09/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão

Pública: 24/09/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Decreto Nº 192/2014

DECRETO N.º 192/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.
REGULAMENTA A LEI Nº 1052/2014 DE 21 DE JULHO DE 2014 QUE CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de proteção e defesa civil, no município.

Art. 2º. São atividades da COMPDEC:

- I - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
- II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas a Defesa Civil;
- III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;
- IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
- V - Prever recursos orçamentários próprios necessários as ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida as transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;
- VII - Manter o órgão central SINPDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
- VIII - Propor a autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;
- IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;
- X - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- XI - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
- XII - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- XIII - Estar atenta as informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- XIV - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;
- XV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- XVI - Implantar e manter atualizado o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- XVII - Estabelecer intercambio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas); e
- XVIII - Promover mobilização social visando à implantação de NUPDEC - Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, nos bairros e localidades (comunidade em risco de desastres).

Art. 3º. A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

- I. Coordenador
- II. Conselho Municipal
- III. Secretaria
- IV. Setor Técnico
- V. Setor Operativo

Parágrafo Único: O Coordenador e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. Ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil compete:

- I - Convocar as reuniões da Coordenadoria;
- II - Dirigir a entidade e representá-la perante os órgãos governamentais e não governamentais;
- III - Propor planos de trabalho da COMPDEC;
- IV - Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
- V - Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;
- VI - Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade o que se propõe a COMPDEC.

Parágrafo Único: O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observados os termos legais.

Art. 5º. O Conselho Municipal será constituído dos membros abaixo qualificados, sendo 02 (dois) representantes (01 titular e 01 suplente) de cada segmento:

- I - Dois Representantes da Câmara dos Vereadores;
- II - Dois Representantes do Fundo Municipal de Saúde;
- III - Dois Representantes do Fundo Municipal de Assistência Social;
- IV - Dois Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- V - Dois Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- VI - Dois Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural;
- VII - Dois Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- VIII - Dois Representantes da EPAGRI;
- IX - Dois Representantes da Polícia Militar;
- X - Dois Representantes da Polícia Civil;
- XI - Dois Representantes de Órgãos Não Governamentais;
- XII - Dois Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais de Bela Vista do Toldo;
- XIII - Dois Representantes dos Bancos e/ou Cooperativas de Crédito;
- XIV - Dois Representantes da Associação Comercial;
- XV - Dois Representantes das demais entidades ou associações do município.

Parágrafo Único: Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 6º. À Secretaria (ou Apoio Administrativo) compete:

- I - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- II - Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 7º. Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:

- I - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- II - Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;
- III - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
- IV - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno.

Art. 8º. Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:

- I - Implementar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;
- II - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 9º. No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita à população, em circunstâncias de desastres.

Art. 10. Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto nº 118/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de agosto de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 193/2014

DECRETO N.º 193/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1052/2014 e Decreto nº 192/2014:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Bela Vista do Toldo:

I - COORDENADOR

EMERSON DIEGO KUCARZ - Coordenador Defesa Civil

II - RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DA COMPDEC

ARILDA MIELKE - Assessora Jurídica

III - RESPONSÁVEL PELO SETOR TÉCNICO DA COMPDEC

ANA CAROLINA CORRÊA DA MAIA - Chefe de Setor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

IV - RESPONSÁVEL PELO SETOR OPERATIVO DA COMPDEC

MARIO CESAR CORRÊA - Secretário de Administração e Fazenda

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando todas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 146 de 25 de abril de 2014.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de agosto de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 196/2014

DECRETO Nº 196/2014, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO, NOMEADOS PELO DECRETO 098/2013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado os seguintes membros designados pelo Decreto nº 098/2013, de 19 de novembro de 2013, para comporem a Comissão Municipal de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário, conforme segue:

I - PRESIDENTE

ANDREIA CRISTINA DUMKE TISCZKA

II - SECRETÁRIO

ANDREI JESSE LEAL PADILHA

III - MEMBROS

IVANILDA LILLER

SIMONE APARECIDA LESSAK MAGALHÃES

ARILDA MIELKE

MARCELA ADRIANA CZERNIAK

Art. 2º. Os demais termos do Decreto nº 098/2013, de 19 de novembro de 2013, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de setembro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 197/2014

DECRETO Nº 197/2014, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

“INSTIUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001.2014 E EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2014 DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Artigo 1º - Fica instituída a Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 001/2014 e Emprego Público nº 001.2014 do Município de Bela Vista do Toldo.

Artigo 2º - A Comissão Coordenadora de que trata o art. 1º deste Decreto, fica assim constituída:

Presidente: Mario Cesar Correa

Secretário: Silvana do Carmo Dambroski

Membro: Edegeferson Erivaldo Meister

Membro: Siomara Izabel Stelzner Damaso da Silveira

Membro: José Soinski.

Parágrafo Único - A Comissão Coordenadora somente poderá funcionar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Artigo 3º - Após a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, a Comissão Coordenadora poderá contratar empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas e demais atividades do certame, em cuja hipótese caberá também a Comissão, a fiscalização da aplicação das provas e demais atividades do certame.

Artigo 4º - A Comissão do Concurso Público nº 001/2014 e do Emprego Público nº 001/2014, compete promover a fiscalização de execução de serviços, pela empresa contratada e deliberar junto com a empresa sobre os casos omissos.

Artigo 5º - As decisões da Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 001/2014 e Emprego Público nº 001/2014, serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Artigo 6º - Compete ao Presidente da Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 001/2014 e Emprego Público nº 001/2014 conduzir as reuniões.

Artigo 7º - Compete ao Secretário da Comissão Coordenadora do Concurso Público nº 001/2014 e Emprego Público nº 001/2014:

I - Lavrar as atas dos trabalhos da Comissão Coordenadora, assinando-as conjuntamente com os demais membros;

II - Coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - Propor ao Presidente as medidas as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - Elaborar os relatórios, assinando-os conjuntamente com os demais membros.

Artigo 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de setembro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 198/2014

DECRETO Nº 198/2014, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.
"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 052/2013, DE 19 DE JUNHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º. Fica alterado os seguintes membros representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais, designados pelo Decreto nº 052/2013, de 19 de junho de 2013, para comporem a Comissão Municipal de Alimentação Escolar - CAE, conforme segue:

IV - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

Titular: Adenilson de Oliveira

Suplente: Inez Kubiack do Prado

Titular: Veridiana Terezinha Schiessl da Silveira

Suplente: Noeli Damaso da Silveira Leite

Art. 2º. Os demais termos do Decreto nº 052/2013, de 19 de junho de 2013, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de setembro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

PP 170/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 170/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO EM OBRAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 25 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 25 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 11 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 200/2014 PMB

OBJETO: Locação de um terreno na Rua Vidal Mendes s/n, Bairro Boa Vista para captação de água na propriedade pertencente ao Sr. Antônio Felício Schmitz.

CONTRATADO: Antônio Felício Schmitz

VALOR: R\$ 2.000.00 (dois mil reais) mensais, por um prazo de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.15.00.00.00

JUSTIFICATIVA:

Considerando, que os moradores da localidade do Morro da Boa Vista, no Município de Biguaçu são abastecidos com água da fonte sita no referido terreno desde o ano de 2001, mediante contrato de arrendamento entabulado entre o proprietário do imóvel e a Prefeitura Municipal de Biguaçu, faz-se necessário a manutenção do negócio, uma vez que as obras e serviços para o fornecimento de água potável, incluindo a captação, são atribuições precípua do Município, como medidas de interesse da saúde pública em geral e dos particulares em particular.

Dessa forma, optou-se por Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 24, X, considerando que no tocante o valor do contrato, este alcança importância razoável quando comparado ao preço de mercado, conforme Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão alocado ao Processo, revelando-se economicamente proveitoso para o erário público.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 202/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA (01) ROÇADEIRA AGRÍCOLA, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS AGRICULTORES, PECUARISTAS E ROÇADAS EM GERAL NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 25 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 25 setembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 11 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 203/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.
CONTRATADO: MAURICI RAMOS
VALOR: R\$ 855,00 (oitocentos e cinquenta e cinco reais) mensais.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
13.01.2.049.36.06.00.00.00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:
V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação Pregão Presencial 30/2014 e PP 86/2014, optou por Dispensa de Licitação tendo em vista que a repetição do processo ocasionaria prejuízos consideráveis para a administração pública, que pelo auto custo extraível do certame em face do valor da referida solicitação.

Sendo, assim o contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade, bem como todos os documentos de comprovação de qualificação profissional.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 206/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONES PARA SINALIZAÇÃO DO DESFILE CIVICO DA SEMANA DA PATRIA.
EMPRESA CONTRATADA: ARTMIL COMERCIAL LTDA EPP
VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil novecentos reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.01
PROJETO/ATIVIDADE: 2.076

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.30.36.44.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade de adquirir cones para a sinalização do local do Desfile Cívico da Semana da Pátria, tendo em vista que o material seria disponibilizado pela 24ª BPM, mas problemas operacionais tornaram o fornecimento inviável. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

A contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como o preço contratado encontra-se dentro do valor de mercado, conforme orçamentos enviados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transportes alocados ao Processo.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

Licitação TP Nº 0082-14

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
CNPJ: 73.564.064/0001-99
RUA HERMÓGENES PRAZERES, 79, CENTRO, BIGUAÇU-SC.
CEP 88160-000
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2014
PUBLICAÇÃO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da Câmara Municipal de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 047/2014 de 20 de fevereiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 25 de setembro de 2014, com a entrega dos envelopes às 13h30min horas com a abertura às 14h00min horas do mesmo dia, no endereço, Rua Hermógenes Prazeres, 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no edital de licitação TP nº 008/2014 na modalidade de tomada de preço, o referido processo é a aquisição de materiais Permanente e Consumo, para uso na Câmara Municipal de Biguaçu. Informamos ainda que o edital com todos os detalhes encontra-se disponível no endereço acima citado. Informações pelo telefone (48) 3243 - 4233.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

Manoel Airtton Pereira
Presidente da C.M.B

Licitação Nº 004 Termo Aditivo Nº 06 Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2013 - TP 004/2013

Registra-se que a publicação do aditivo de renovação contratual da Tomada de Preço nº 004/2013 não foi publicada na data correta, haja vista o acúmulo de serviço e a reorganização do setor, bem como pendência de investigação pelo Ministério Público da Comarca de Biguaçu, o que foi definitivamente arquivado por inexistência de irregularidade.

Contratado: OUTSOURCING CENTER - COMÉRCIO DE COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA ME.

Objeto: É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS: IMPRESSORAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS A4 LASER, COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS E PEÇAS E INSTALAÇÃO E TREINAMENTO (EXCETO PAPEL A4) NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Valor: R\$ 70.140,00 (setenta mil cento e quarenta reais) dividido em 07 meses com parcelas de R\$ 10.020,00 (dez mil e vinte reais) conforme Licitação TP 004/2013.

Vigência: 07 meses.

Assinatura Contrato: 16/05/2013

Extrato de Contratos - Mês setembro 2014

Convite nº 006/2014

Contrato nº 005/2014

Contratado: COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA ME

Objeto: É a compra de materiais de EXPEDIENTE e CONSUMO para a Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal de Biguaçu. Valor: R\$ 5.795,30 (Cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)

Vigência: 07 meses.

Assinatura Contrato: 15/08/2014

Convite nº 006/2014

Contrato nº 006/2014

Contratado: PEREIRA DESCARTÁVEIS, HIGIENE, LIMPEZA E AUTOMOTIVOS.

Objeto: É a compra de materiais de EXPEDIENTE e CONSUMO para a manutenção dos serviços da Câmara Municipal de Biguaçu.

Valor: R\$ 7.513,00 (Sete mil quinhentos e treze reais)

Vigência: 07 meses.

Assinatura Contrato: 15/08/2014

Convite nº 006/2014

Contrato nº 007/2014

Contratado: HP & E COMERCIAL LDTA EPP

Objeto: É a compra de materiais de EXPEDIENTE e CONSUMO para a manutenção dos serviços da Câmara Municipal de Biguaçu.

Valor: R\$ 1.585,16 (Um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos)

Vigência: 07 meses.

Assinatura Contrato: 15/08/2014

Biguaçu, 10/09/2014

Manoel Airton Pereira

Presidente da C.M.B

Bom Retiro**PREFEITURA****810.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Jania Castanheiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 810/14 de 09.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

811.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Ivonete R. B. Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 811/14 de 09.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de setembro de 2014, a funcionária Ivonete Rodrigues Borges Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 098/2014

DECRETO Nº 098/2014.

Estabelece Horário de Expediente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, a necessidade de providências para adequação da movimentação financeira e orçamentária;

Considerando, a necessidade do cumprimento de metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamento Anual;

Considerando, a necessidade de reduzir gastos para o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art.1º Fica instituído que o expediente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo será de 2ª (segunda) à 5ª (quinta) feira, a partir de 08.09.2014, por tempo indeterminado.

Art.2º O expediente não se aplica às atividades de educação, saúde, ETA (Estação de Tratamento de Água), Conselho Tutelar e Cras (Centro de Referência Assistência Social e CME que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Parágrafo 1º - O Correio terá expediente todas às sextas-feiras no horário das 08h00 até às 13h00min.

Art. 3º Poderá o chefe do poder executivo, na vigência do presente, convocar servidores para prestação de serviço extraordinário em casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Art.4º O refeitório municipal funcionará nos moldes do art. 1º, deste Decreto.

Art. 5º O Poder Executivo poderá por interesse público e mediante ato próprio, revogar a vigência deste decreto a qualquer tempo, sem necessidade de prévio aviso.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 08 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Edital de Lic. Pregão Presencial 36/2014 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 36/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 24.09.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 10 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

Decreto 099/2014

DECRETO Nº 099/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), conforme segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA

(68) - 4.4.90.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.500,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 2.681,00 (Dois mil e seiscentos e oitenta e um reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 - Manutenção da ETA

(67) - 3.3.90.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 10 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Nº 1 2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2014

Data do Registro: 05/03/2014

Válido até: 05/03/2015

Objeto da Compra:

Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel Comum. Exigências: Instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 13.000 litros, com Bacia de Contensão Metálica. Vazão de Bomba Mínima de 50 Litros por minuto. (12338)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	23700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel S10. Exigências: Instalação de um Tanque aéreo de capacidade mínima de 6.000,00 litros, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima de 50 litros por minuto. (12978)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014
PROCESSO Nº 5/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

Ata de Registro de Preço Nº 2 2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		0	5.495,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 6/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 1/2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Óleo Diesel Comum. Exigências: Instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 13.000 litros, com Bacia de Contensão Metálica. Vazão de Bomba Mínima de 50 Litros por minuto. (12338)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	23700	1
---	---	-----	---	-------	---	-------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel S10. Exigências: Instalação de um Tanque aéreo de capacidade mínima de 6.000,00 litros, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima de 50 litros por minuto. (12978)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014
PROCESSO Nº 5/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 2 2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braco do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	5.495.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 6/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

Ata de Reunião da Comissão de Licitação Número da Ata 61 2011 (Sequência 4)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2014 - CC
	Processo Administrativo: 33/2014 Processo de Licitação: 33/2014 Data do Processo: 16/07/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 61/2011 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ETAPA 02 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E CAMARA DE VEREADORES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO

Em atenção a determinação judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança, Processo Nº 0300559-22.8.24.0074, interposto pela empresa Construtora Ipê Amarelo Ltda Epp, consideramos a mesma habilitada, nos termos da liminar concedida, ao Processo de Concorrência Nº 01/2014, designando o dia 15/09/2014 às 08h30min, para a abertura da Proposta de Preços.

Braço do Trombudo, 8 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

Juliana do Nascimento	- - Presidente da Comissão de Licitação
Priscila Gonçalves dos Santos Coelho	- - Secretário
Jean Carlos Correia da Costa Scharf	- - Membro
Alair Franz Hein	- - Membro
Fábio Dalmarco	- - Membro

Brusque

PREFEITURA

Decreto Nº 7.491, de 08 de Setembro de 2014

DECRETO nº 7.491, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Nº 3.747/14,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar e especial no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE
Unidade: 01	Administração
Função:004	Administração
SubFunção: 122	Administração Geral
Programa: 300	Administração SAMAE
Atividade: 2292	Contribuição Ao Pasep
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas 40.000,00
Recursos:	Próprios
Vínculo:	20.000

Órgão: 80 SAMAE

Unidade: 02 Técnica

Função: 017 Saneamento

SubFunção: 512 Saneamento Básico urbano

Programa: 301 Sistema de Água

Atividade: 2293 Operação e Manutenção do Sistema de Água

Despesa: 3.1.91.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre órgãos. 20.000,00

Despesa: 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 840.000,00

Recursos: Próprios

Vínculo: 20.000

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação, conforme art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º O valor de R\$ 580.000,00 (Quinhentos e Oitenta Mil Reais), será para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80 SAMAE

Unidade: 03 Encargos Gerais do SAMAE

Função: 028 Encargos Especiais

SubFunção: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa: 303 Precatórios

Atividade: 2295 Precatórios do SAMAE

Despesa: 3.1.91.00.00.00 Aplicações Diretas 580.000,00

Recursos: Próprios

Vínculo: 20.000

Art. 4º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 80 SAMAE

Unidade: 03 Encargos Gerais do SAMAE

Função: 028 Encargos Especiais

SubFunção: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa: 303 Precatórios

Projeto: 2295 Precatórios do SAMAE

Despesa: 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 580.000,00

Recursos: Próprios

Art. 5º O Plano Plurianual e a lei de diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 1811/2014, de 18 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº 1811/2014, de 18 de agosto de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1383/2013 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 10/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/2014 9 aniversário de Brusque); 19/06/2014 (Corpus Christi) e 20/06/2014 (ponto facultativo).

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor RODRIGO PEREIRA GOMES (Mat. 68098.2-03) , ocupante do cargo de Agente de Obras, para apurar fatos constante da Denuncia encaminhada através de ofício nº 15 B datado de 07/06/2013 e datado de 23 de abril de 2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação em Estágio Probatório, bem como pelo memorando nº 326/2013 - encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos datado de 07 de junho de 2013, em desacordo com as disposições do Decreto 6.287/10, em seu art. 11, parágrafo 5º e art. 13, letra "b".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em data de 17/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 1884/2014, de 28 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1884/2014, de 28 de agosto de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 717/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante. Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/14 (aniversário do Município);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores: ALEX BARBOSA (mat. 81.266.0-2) e EBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR (mat. 81.298.6-0), ambos ocupante do cargo de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, ambos nomeado através da portaria nº 7455/2011, de 25 de abril de 2011, vinculados ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos conforme

encaminhado através de Denúncia/ memorando nº 18/GTB/ 14, encaminhada pela Secretária de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal de Brusque , bem como despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14 de março de 2014, onde em tese podem configurar a infrigência aos seguintes dispositivos art. 188, V e VII, c/c art. 174 V todos da Lei Complementar 147/2009. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 1905/2014, de 01 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 1905/2014, de 01 de setembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1385/2013 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 11/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a dificuldade de localizar a indiciada para proceder intimação/citação, devido residir em Blumenau e dificilmente de encontrar a mesma em seu apartamento; Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante. Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/14 (aniversário do Município);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora ADRIANA WEHRLICH (matric. 72290.10), ocupante de cargo de Auxiliar consultório Odontológico, para apurar os fatos constante de Denúncia encaminhada através de mem. Nº 04/2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, bem como mem. nº 439/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, em desacordo com o disposto do Decreto 6.287/2010, art. 13, letra "b" Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 31de agosto de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 1952/2014, de 08 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 1952/2014, de 08 de setembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 10/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a doença da Presidente da Comissão Processante. Considerando o falecimento dos pais do indiciado, e visando a ampla defesa. Considerando, os feriados e pontos facultativos ocorridos em: 04/08/14 (aniversário do Município);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor MAX TERTULIANO FISCHER, brasileiro, portador do CPF nº 016.360.359-65, RG nº 3.447.053, ocupante do cargo de MOTO-RISTA DE VEÍCULOS LEVES, admitido em 01 de março de 2000, através da portaria nº 1109/2000, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº 503/2013, encaminhado pela Secretário de Saúde, bem como constante do despacho datado de 18/11/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 07 de setembro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de agosto de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 124/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 124/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (tres) dias ao servidor FAUSTO MURILO DIEGOLI, ocupante do cargo de Coordenador, devido ao falecimento de sua avó no dia 07 de Setembro de 2014, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2014 4 00038 271 001571554 no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, à Rua Azambuja, 1089, Bairro Azambuja, Brusque-SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 07.09.2014, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de setembro de 2014.

ROGERIO RISTOW
Diretor Presidente
SAMAE

Extrato Processo Licitatório 036/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2014

MODALIDADE CONCORRÊNCIA

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 036/2014, na modalidade de Concorrência, para fornecimento e instalação de estruturas metálicas e telhados no SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de novembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório 037/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 037/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de corrimão e guarda corpo na Sede Administrativa do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 25 de setembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório 030/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Instalação e fornecimento de Material de rede elétrica e TI na ETA I.

RECORRENTE: DV Tecnologia Ltda EPP

RECORRIDA: Comércio de Material Elétrico São José Ltda

RESULTADO DO RECURSO: Mantenho a decisão originária, que conheceu do recurso administrativo e no mérito o julgou improcedente, nos quadrantes da fundamentação que ora ratifico, em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 4º da Lei 8.666/93.

28/08/2014
Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório 038/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 038/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de produtos químicos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 29 de setembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Portaria Nº 34, de 09 de Setembro de 2014 Legislativo

Portaria Nº 34, de 09 de setembro de 2014.

Designa servidora para assessorar a Comissão Especial criada pelo Requerimento 35/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Designar a Servidora Ana Roberta Eccel Venturelli Costa para Assessorar a Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 35/2014 - Assunto COMED.

Art. 2º À Servidora acima designada, aplica-se o disposto no Artigo 95, combinado com o Artigo 83, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 09 de setembro de 2014.

Brusque, 09 de setembro de 2014.

Guilherme Marchewsky
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 030/2013 (FMS)

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 030/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a Construtora WDD Ltda, em 26/08/2014. Objeto: acréscimo de quantitativo dos serviços de construção da Und. de Saúde Cedro Alto. Valor: R\$ 11.768,68. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Vagner Dallabrida.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 043/2013 (FMS)

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 043/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a Clínica de Serviços Médicos Brusque SS Ltda, em 01/07/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 06/07/2014 a 05/02/2015. Origem: Inexigibilidade nº 002/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Paulo Ricardo Soares dos Santos.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Ata Nº 004/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Ata nº 004/2014, entre o Município de Brusque e a empresa 3A Comércio de Móveis e Refrigeração Ltda Me, em 29/08/2014. Objeto: acréscimo de 25% da quantidade do item 019. Valor: 4.172,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 134/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Gleusa Luci Fischer.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 044/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 044/2014, em 02/09/2014. Objeto: aquisição de pneus e câmaras de ar. Valor: R\$ 773.159,06. Origem: Pregão nº 045/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 045/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 045/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, em 02/09/2014. Objeto: aquisição de óleo diesel. Valor: R\$ 1.356.000,00 Origem: Pregão nº 059/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Gilmar Vilamoski.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 046/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 046/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Brucatur Brusque Turismo Ltda Epp, em 08/09/2014. Objeto: aquisição de passagens aéreas. Valor: R\$ 117.508,00. Origem: Pregão nº 065/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Extrato Contrato Nº 093/2014

Espécie: Contrato nº 093/2014, entre o Município de Brusque e Ana Cristina Nascimento de Castilhos Angioletti Me, em 02/09/2014. Objeto: Aquisição de caminhão limpa fossa. Valor: R\$ 44.500,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 016/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Juliano Angioletti.

Extrato Contrato Nº 094/2014

Espécie: Contrato nº 094/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Eletro Tecnica Centro Sul Ltda, em 02/09/2014. Objeto: Aquisição de caminhão guincho munck. Valor: R\$ 500.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 075/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Jone João Piazza.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 090/2012

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 090/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Eletro Técnica Centro Sul Ltda, em 12/08/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 15/08/2014 a 15/08/2015. Origem: Tomada de Preço nº 017/2012. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva e Jone João Piazza.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 102/2013,

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 102/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda Epp, em 02/09/2014. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato de serviço de recuperação de pneus usados. Valor: R\$ 175.154,00 Fundamento legal: artigo 57, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 084/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Simone Patrícia Kloppel Nicolodelli.

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 24.299

PORTARIA Nº 24.299, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

REMOVER DE OFÍCIO o Servidor Público Municipal SANDRO JOSÉ NERES DA ROCHA, matrícula nº 1720, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 24.411

PORTARIA Nº 24.411, de 25 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista	Saúde	1/3	01/03/2009 a 01/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
25 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Decreto Nº 6.114/2014

DECRETO nº 6.114, de 10 de setembro de 2014.

Designa Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 06/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento da Tomada de Preços nº 06/2014 - Processo de Licitação nº 111/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para reforma dos banheiros do Parque das Araucárias:

- I - Carolina Fruet de Lima;
- II - Rômulo Machado de Souza;
- III - Antônio Carlos Castilho.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á a partir das 14:05min. do dia 16 de setembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Ata de Registro de Preços Nº 117-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, BANNER, PLACAS, FAIXAS E OUTROS, empresa EVALDO MARTIN SCHULZE - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.425.373/0001-88, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	300	M2	Banners em lona vinílica (front light ou back light) com impressão digital, acabamento contendo tubetes, ponteiros e cordão e/ou ilhós, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	26,00	7.800,00

03	50	Unid.	Confecção e instalação de placas de identificação de obras/ convênios medindo 4,00m x 3,00m placas em chapas galvanizadas 26mm com estrutura em madeira e 2 postes para sustentação em vigas de madeira, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	900,00	45.000,00
05	50	Unid.	Confecção de Placa/ cavalete de sinalização para atenção em manutenção, com arte em dois lados, medindo 0,60m x 1,00m, placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	115,00	5.750,00
TOTAL GERAL R\$					58.550,00

Ata de Registro de Preços Nº 118-2014 - Prefeitura
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2014. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, BANNER, PLACAS, FAIXAS E OUTROS, empresa S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.727.612/0001-34, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
02	360	M2	Confecção de faixas em tecido (TNT 80 g) Brasão e letrreiro com 3 cores, com acabamento contendo tubetes, ponteiros e cordão, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	9,50	3.420,00
04	100	Unid.	Confecção de Placa/ cavalete de sinalização para atenção em obras, com arte em dois lados, medindo 1,00m x 1,50m, placa em chapa galvanizada 26mm com estrutura em madeira, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	228,00	22.800,00

06	100	Unid.	Plotagem de veículos automóveis e ônibus com adesivos cast garantia 5 anos sendo aplicação de logomarcas e adesivos para campanhas institucionais medindo 6,00m2, conforme modelo fornecido pela Assessoria de Comunicação.	400,00	40.000,00
TOTAL GERAL R\$				66.220,00	

Ata de Registro de Preços Nº 119-2014 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014, AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, TACHAS TACHÕES, PLACAS POSTES, E SERVIÇOS DE PINTURA, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHÕES MONO E BI-DIRECIONAIS, empresa SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.111.060/0001-03, com sede na cidade de Rio do Sul, SC, O presente Contrato tem o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 29 de agosto de 2015, sendo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	300	Balde	Tinta para sinalização horizontal na cor branca, NBR 11862 da ABNT 18 litros, item 1 do termo de referência	Sinacom	187,8274	56.348,23
2	300	Balde	Tinta para sinalização horizontal na cor amarela, NBR 11862 da ABNT 18 litros item 1 do termo de referência	Sinacom	194,7786	58.433,58
3	10	Balde	Tinta para sinalização horizontal na cor preta, NBR 11862 da ABNT 18 litros, item 1 do termo de referência	Sinacom	203,7205	2.037,21

4	10	Balde	Tinta para sinalização horizontal na cor vermelho NBR 11862 da ABNT 18 litros, item 1 do termo de referência	Sinacom	206,7077	2.067,08
5	10	Balde	Tinta para sinalização horizontal na cor azul, NBR 11862 da ABNT 18 litros, item 1 do termo de referência	Sinacom	206,7077	2.067,08
6	150	Balde	Solvente (Toluol) para tinta de sinalização viária, item 1 do termo de referência	Sinacom	128,2028	19.230,42
7	320	Saco	Microesfera de vidro premix / dropon para sinalização viária item 2 do termo de referência	Tecnoglass	105,0217	33.606,94
8	100	Unid.	Tachões bi-refletivos de 25x15x5cm item 3 do termo de referência	Sinacom	22,7927	2.279,27
9	100	Unid.	Tachões mono-refletivos de 25x15x5cm item 3 do termo de referência	Sinacom	21,797	2.179,70
10	150	Unid.	Tachas bi-refletivas de 11,5x8,5x3cm item 3 do termo de referência	Sinacom	9,0215	1.353,23
11	150	Unid.	Tachas mono-refletivas de 11,5x8,5x3cm item 3 do termo de referência	Sinacom	8,2249	1.233,74
12	700	Unid.	Placas de regulamentação item 4 do termo de referência	SSAT	184,2834	128.998,38
13	300	Unid.	Placas de advertência item 5 do termo de referência	SSAT	172,3942	51.718,26

14	300	Unid.	Poste suporte em tubo galvanizado 3,5 m conforme especificação técnica VI.	SSAT	141,6853	42.505,59
15	1000	Unid.	Poste suporte em tubo galvanizado 3,0 m, item 6 do termo de referência	SSAT	126,8187	126.818,70
16	6.000	m²	Pintura mecânica de sinalização horizontal de bordo eixo a frio, branco, amarelo, vermelho item 7 do termo de referência	SSAT	13,5223	81.133,80
17	4.000	m²	Pintura de sinalização horizontal, faixas de pedestre zebrados, setas, legendas item 7 do termo de referência	SSAT	15,006	60.024,00
18	400	Pçs	Fornecimento e implantação de tachões bi-direcionais de 25x15x5cm conforme especificação técnica I.	Sinacom	25,76	10.304,00
19	100	Pçs	Fornecimento e implantação de tachões mono-direcionais de 25x15x5cm conforme especificação técnica I.	Sinacom	23,7785	2.377,85
20	100	Pçs	Fornecimento e implantação de tachas bi-direcionais de 11,5x8,5x3cm conforme especificação técnica I.	Sinacom	9,7185	971,85
21	100	Pçs	Fornecimento e implantação de tachas mono-direcionais de 11,5x8,5x3cm conforme especificação técnica I.	Sinacom	8,8124	881,24

22	500	m/linear	Serviço de remoção de sinalização horizontal com fresagem em liclovias, eixo, aproximação, bordo e estacionamento. Item 8 do termo de referência	SSAT	13,9206	6.960,30
23	100	m²	Serviço de remoção de sinalização horizontal com fresagem em faixas de travessia de pedestre, retenção, setas, legendas, símbolos, zebrados e yellow box, item 8 do termo de referência	SSAT	51,6794	5.167,94
24	60	Unid.	Semi pórtico composto de coluna, braço e Placa de 3x1,20m, item 1 do termo de referência	SSAT	3.180,0269	190.801,61
TOTAL GERAL R\$						889.500,00

Contrato Administrativo 07-2014-FUNDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETAS E EXECUÇÃO DE ANÁLISES FÍSIO-QUÍMICAS, BACTERIOLÓGICAS E ECOTOXICOLÓGICAS, CONTRATADA: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.322.141/0002-03, com sede na Rua Pará, nº 50, bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, SC, O presente Contrato tem o prazo de validade pelo exercício de 2014, iniciando com a assinatura e findando em 31/12/2014, sendo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	48	UN	Execução de análise Físico-Química e bacteriológica, (conforme Plano de Análises definido pela FUNDEMA - planilha anexa).	400,00	19.200,00

2	12	UN	Execução de análises Ecotoxi-cológicas, (conforme Plano de Análises definido pela FUNDEMA - planilha anexa).	410,00	4.920,00
3	60	UN	Execução de Análise Físico-química e bacteriológica de água de acordo com a Portaria MS nº 2.419/2011.	1.000,00	60.000,00
4	24	UN	Execução de análise físico-química e microbiológica de água do cemitério conforme plano de análises definido pela FUNDEMA - Planilha anexa.	400,00	9.600,00
TOTAL GERAL R\$					93.720,00

Camboriú

PREFEITURA

TP 08/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MONTE FRADE MACAÉ, BAIRRO MONTE ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Setembro de 2014

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Ata de Registro do PR 73/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 073/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 044/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO EM TODO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/09/2015

1ª Publicação.

Ata de Registro de Preços PR 77/14-PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 077/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 045/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO/MARMITA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPES QUE TRABALHAM EM PERÍODO INTEGRAL FORA DA SEDE DA SECRETARIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/09/2015

1ª Publicação.

Campo Alegre**PREFEITURA****Lei Nº 2.801 de 06 de Novembro de 2003**

LEI Nº 2.801 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev.Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999000.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 8.100,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de novembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 06/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.802 de 11 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.802 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2004, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.2º) As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2004, são aquelas definidas no Anexo I desta Lei. (art. 4º da LRF, art. 165, § 2º da CF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2004 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2004, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art.3º) O Orçamento para o exercício financeiro de 2004 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias e seus Fundos, e será estruturado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art.4º) A Lei do Orçamento para 2004 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função,

programa projeto/atividade, elemento, sub-elemento ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999, 163/2001 e 248/2003 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

V - Programa de Trabalho (Adendo 5 da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6 da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/1985);

X - Demonstrativo da Despesa por elemento e ou sub-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Portaria Interministerial 163);

XI - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XII - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada por Elemento e ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos

das empresas e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da Constituição Federal);

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Os fundos municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art.5º) O Orçamento para o exercício de 2004 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias (Artigo 1º, § 1º e Artigo 4º, I, "a" e 48 da LRF).

Art.6º) Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2004 deverão observar os efeitos das alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios (Art. 12 da LRF).

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEF, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º - Em atendimento ao disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo Segundo da LRF, o menor valor do FUNDEF, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art.7º) Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados; e
- V - redução de materiais de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Art.8º) Ocorrendo riscos fiscais, caso se concretizem, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2003.

§ 1º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art.9º) Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, despesas contingentes e imprevisíveis diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal.

Art.10) Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, § 5º da LRF).

Art.11) O Executivo Municipal elaborará até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso. (Artigo 8º, § único da LRF).

Art.12) Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Artigo 8º, § Único da LRF).

§ 1º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos das receitas, ou o excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art.13) As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2004, se houverem, não serão consideradas para efeito

de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Artigo 14, I da LRF).

Art.14) A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e dependerá de autorização em lei específica. (Artigo 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art.15) Para efeito do disposto no Artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2004, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Artigo 16, § 3º).

Art.16) Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Artigo 45 da LRF).

Art.17) Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Artigo 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita mediante Convênio, Acordo, Ajuste ou Congênere, conforme a legislação em vigor.

Art.18) A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2004 a preços correntes.

Art.19) A Lei Orçamentária para 2004 poderá autorizar o Executivo Municipal, através de Decreto do Prefeito Municipal a remanejar, dentro de cada projeto/atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub-elemento de despesa que o compõem.

Art.20) Durante a execução orçamentária de 2004, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2004, constantes do Anexo I desta Lei e alterações posteriores (Art. 167, I da Constituição Federal).

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.21) Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2004, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art.22) As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art.23) A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade

Fiscal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.24) O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2004, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2004.

Art.25) Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95 % do limite estabelecido no Artigo 20, III da LRF (Art. 22, § único, Inciso V da LRF).

Art.26) O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
- V - redução da carga horária e dos vencimentos dos servidores na mesma proporção.

Art.27) Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como sub-elemento do elemento de despesa 3339034.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.28) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo, esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14 da LRF).

Art.29) O Executivo Municipal, mediante autorização em lei, poderá instituir programa de refinanciamento de dívida, com o objetivo de diminuir o montante da dívida ativa dos contribuintes para com o município, bem como implantar instrumentos de cobrança de tributos lançados e não arrecadados.

Art.30) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito

tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, § 3º da LRF).

Art.31) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF)

Art.32) O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de novembro de 2003, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 10 de dezembro de 2003.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2004, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2003, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art.33) Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art.34) Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.35) O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, equipamento e material permanente ou serviços de competência do Município ou não, devendo o respectivo instrumento ser encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Art.36) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC,
11 de novembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 11/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO: O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 assessor jurídico e 01 diretor geral em cargo de provimento em comissão; 01 auxiliar de serviços gerais e 01 Técnico Contábil em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de sua propriedade, possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Reformar e ampliar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais, equipamentos de informática e sonorização modernos. Adquirir móveis, livros e equipamentos permanentes. Aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores. Ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara, ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	300,00	Suprimentos
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	147.328,49	Suprimentos
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	12.830,00	Suprimentos
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	6.000,00	Suprimentos
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Variável	Várias	1.500,00	Suprimentos
339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	Melhoria	Servidor	4	4.000,00	Suprimentos
339030.00 - Material de Consumo	Material	Várias	Vários	8.500,00	Suprimentos
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	2.200,00	Suprimentos
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	33.113,00	Suprimentos
339046.00 - Auxílio Alimentação	Auxílio	Ticket's	Vários	1.000,00	Suprimentos

339093.00 - Indenizações e Restituições	Seções Extraordinárias	Meses	4	15.639,00	Suprimentos
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Vários	Vários	38.589,51	Suprimentos
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Livros	Unidade	25	4.000,00	Suprimentos
TOTAL				275.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

2.01 - PROGRAMA: PESSOAL DO GABINETE

DIAGNÓSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa, Secretário da Junta de Serviço Militar, Chefia de Gabinete e Administrador Distrital, "Controladoria".

DIRETRIZES: Vencimentos e remuneração.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos, remuneração, subsídio e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	220.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	21.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				241.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

2.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNÓSTICO: A estrutura do Gabinete tem como atribuições: Prefeito, Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa, Administração Distrital, e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: A Estrutura de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos Oficiais, defesa do interesse do Município, planejamento do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do programa de governo.

OBJETIVOS: Praticar o princípio da transparência, melhorar planejamento e o controle dos atos Oficiais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuição	Várias	Várias	3.600,00	Recursos Próprios

335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Várias	Várias	21.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Várias	6.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	12.700,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	12.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				59.300,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

3.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal - 1 Secretário, 15 Servidores Efetivos, 2 Servidores Inativos, bem como a previsão de contratação de mais um servidor.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	250.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	36.200,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	3.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	900,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	36.400,00	Recursos Próprios

319011.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	10,00	Recursos Próprios
TOTAL				326.510,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

3.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

DIAGNÓSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Pessoal, Serviço de Suprimentos e Serviço de Patrimônio e Arquivo.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Atender de forma ágil e eficiente o Executivo, as demais secretarias e os Municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Unidade	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Várias	18.000,00	Recursos Próprios
339033.00 - Passagens e Despesas de Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	100,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Diversos	Vários	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	65.000,00	Recursos Próprios
339046.00 - Auxílio - Alimentação	Diversos	Vários	Vários	80.000,00	Recursos Próprios
339018.00 - Apoio Financeiro ao Estudante Servidor	Diversos	Vários	Vários	26.000,00	Recursos Próprios
339093.00 - Indenizações e Restituições	Aplicação	Meses	12	10,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				220.110,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

4.01- PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal - 1 Secretário, 5 Servidores Efetivos, 2 Servidores Inativos e 1 Pensionista.

DIRETRIZES: Vencimentos, vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319003.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	11.350,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	120.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	22.700,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	47.350,00	Recursos Próprios
TOTAL				201.400,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

4.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Contabilidade e Serviço de Tributação.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Tornar a secretaria mais ágil atendendo de forma eficiente o Executivo, a administração e os contribuintes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuições	Meses	12	54.317,64	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Meses	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Vários	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
339033.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	100,00	Recursos Próprios

339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Estagiários	Meses	12	15.900,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	110.000,00	Recursos Próprios
339047.00 - Obrigações Tributárias e Contribuição	PASEP	Meses	12	70.000,00	Recursos Próprios
469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	Capital	Meses	12	40.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				305.317,64	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.01 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO ENSINO.

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Ensino de Campo Alegre, concentra em sua sede os trabalhos didáticos pedagógicos e administrativos de 07 Escolas de Educação Básica, 02 Escolas de Ensino Fundamental e 04 Centros de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de Ensino da Rede Pública Municipal

OBJETIVOS: Manutenção e funcionamento das atividades administrativas das Instituições de Ensino.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Meses	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	21.000,00	Recursos Próprios

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	25.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				62.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.02 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria: 01 Secretário, 118 Servidores Efetivos, 9 Servidores Inativos e 1 Pensionista.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
APOIO ADMINISTRATIVO					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	117.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	21.150,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	66.000,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensões	Benefício	Meses	13	13.300,00	Recursos Próprios
ENSINO FUNDAMENTAL - 60%					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	490.000,00	FUNDEF
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	88.000,00	FUNDEF
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	41.500,00	FUNDEF
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.000,00	FUNDEF
ENSINO FUNDAMENTAL - 40%					

319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	116.700,00	FUNDEF
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	26.200,00	FUNDEF
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	2.600,00	FUNDEF
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	2.000,00	FUNDEF
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.000,00	FUNDEF
ENSINO INFANTIL					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	12	383.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	68.800,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	2.700,00	Recursos Próprios
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	5.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.448.950,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.03 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A Rede Municipal de ensino conta atualmente com 02 Escolas do Ensino Fundamental, 07 Escolas de Educação Básica e previsão de implantação da quinta série em Bateias de Cima, atendendo no total 858 alunos.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de ensino municipal, implantar o Programa da Descentralização Financeira para racionalizar e otimizar os recursos disponíveis.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Repasse	Parcela	2	25.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	20.790,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Unidade	Vários	12.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	1.600,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	01	130.164,00	Recursos Próprios
TOTAL				220.554,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.04 - PROGRAMA: SERVIÇO DE ENSINO INFANTIL - CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ-ESCOLARES

DIAGNÓSTICO: O Município de Campo Alegre possui 07 Pré-escolares nas Escolas de Educação Básica e 04 Centros Municipais de Educação Infantil que atendem 431 alunos com faixa etária entre 4 meses a 6 anos.

DIRETRIZES: Cumprimento das duas funções complementares e indissociáveis da Educação Infantil: cuidar e educar, proporcionando condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e implantar o Programa de Descentralização Financeira buscando racionalização e otimização dos recursos disponíveis.

OBJETIVOS: Estabelecer ações que visem a adequação progressiva dos Centros Municipais de Educação Infantil às exigências da lei, a expansão de atendimento, garantindo a qualidade educacional.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Repasse	Parcelas	2	7.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	400,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	12	10.000,00	Recursos Próprios

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Vários	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Diversos	Vários	12	4.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	12	6.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	12	14.500,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Vários	03	83.700,00	Recursos Próprios
TOTAL				131.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR PARA REDE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

DIAGNÓSTICO: Os alunos beneficiados, os regularmente matriculados nas Escolas de Educação Básica e Ensino Fundamental e Centro Municipal de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista.

OBJETIVOS: Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Alimentos	Várias	Várias	34.400,00 36.000,00	Recursos Próprios FNDE
TOTAL				70.400,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.06 - PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Os recursos da quota do Salário Educação são alocados em Programas e Projetos de Ensino Fundamental.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade educacional do Ensino Fundamental no Município.

OBJETIVOS: Propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	20.000,00	Salário Educação
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	3.500,00	Salário Educação
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	15.500,00	Salário Educação
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Unidade	06	50.000,00	Salário Educação
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	18.996,00	Salário Educação
TOTAL				107.996,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.07 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: Conceder acesso aos alunos para o Ensino Fundamental Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Desenvolvimento de ações para manutenção e melhoria do Ensino Fundamental, erradicando o analfabetismo e a evasão escolar.

OBJETIVOS: Desenvolver as metas propostas para qualificar a educação municipal, propiciando a melhoria de condições no transporte escolar.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------	------	-------	-------

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Passes	Unidade	Vários	358.000,00 72.000,00	Recurso Próprio Convênio
TOTAL				430.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.08 - PROGRAMA: BOMBEIROS MIRINS DE CAMPO ALEGRE - DIVISÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos, uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Meses	12	10.000,00	Recursos Próprio
TOTAL				10.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.09 - PROGRAMA: CORAL FEMININO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE - SERVIÇO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso Município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, será um marco para o Município. O canto combate à agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumento, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global dos alunos.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Meses	12	7.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				7.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II) D

5.10 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades culturais. O Município possui uma Banda Musical, uma Escola de Música, um Espaço Cultural, uma Casa da Cultura, três Grupos Folclóricos, um Grupo de Dança e para administrar estes recursos estão lotados 6 professores de música, uma zeladora e um diretor.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de habilidades artísticas envolvendo a música, o teatro, a dança e artes visuais, aquisição e manutenção de equipamentos, promoção de eventos culturais, intercâmbios, cursos e campanhas culturais e sociais.

OBJETIVOS: Integração cultural sobre as produções artísticas, individuais e coletivas de distintas culturas e época, integração esportiva no Município e outros municípios, para descoberta de novos talentos e trabalhar com a juventude profissional artística.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	200,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	49.500,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	9.800,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	12	400,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	1.600,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	10.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	8.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				87.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II) D

5.11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades desportivas. O Município possui, um Ginásio de Esportes, uma Praça de Esportes e várias quadras poliesportivas. Tem previsão de lotar 1 professor de Educação Física.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de atividades desportivas e promover campeonatos esportivos.

OBJETIVOS: Integrar e incentivar, principalmente, a juventude para a prática de esportes no Município e promover a participação do Município em outros Municípios através de eventos da FESPORTE e outros órgãos que oferecerem a oportunidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	11.100,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	2.100,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.400,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	3.100,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	2.100,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	8.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Unidade	01	15.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				43.900,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II) D

5.12 - PROGRAMA: ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

DIAGNÓSTICO: No 18º dia do mês de março o município comemora o seu aniversário, data que não podemos deixar passar sem alguma festividade.

DIRETRIZES: Proporcionar uma semana de lazer esportivo e cultural à população do município.

OBJETIVOS: Elaborar um programa de apresentações artísticas, culturais e esportivas afim de integrar todas as pessoas, distribuir premiações aos atletas que se destacarem nas competições esportivas, confeccionar convites para os eventos e outros que se fizerem necessário.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTES
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	300,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	500,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	1.200,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.01 - PROGRAMA: PESSOAL DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MUNICIPAL

DIAGNÓSTICO: Estão lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - 1 Secretário e 41 Servidores Efetivos.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, remuneração e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.500,00	Recursos Próprios

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	60.000,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	568.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Diversas	Meses	12	20.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	103.850,00	Recursos Próprios
TOTAL				753.350,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.02 - PROGRAMA: REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO INTERIOR.

DIAGNÓSTICO: O Município possui seis unidades de saúde, sendo cinco no interior que necessitam de reformas e reparos.

DIRETRIZES: Reforma e manutenção das Unidades de Saúde do Município.

OBJETIVOS: Adequar a estrutura dos Postos de Saúde de Fragosos e Santana às necessidades para desenvolver ações de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
449051.00 - Obras e Instalações	Reforma	Unidade	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				15.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.03 - PROGRAMA: PESSOAL DO SERVIÇO DE BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNÓSTICO: Estão lotados no Serviço de Bem Estar Social - 4 Servidores Efetivos e 1 Servidor Inativo.

DIRETRIZES: Vencimento e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	11.300,00	Recursos Próprios

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Servidores	Meses	12	58.500,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	9.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário-Família	Salário Família	Meses	12	1.200,00	Recursos Próprios
TOTAL				80.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º e 2º, II)

6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PESSOAL DO CONSELHO TUTELAR

DIAGNÓSTICO: O Conselho Tutelar é formado por cinco Conselheiros.

DIRETRIZES: Remuneração dos Conselheiros e outras despesas de manutenção da sede do Conselho Tutelar.

OBJETIVOS: Manter o atendimento a criança e ao adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.300,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	25.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.800,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				30.200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.01 - PROGRAMA : SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: O quadro de servidores desta Secretaria é composto por dois Servidores Efetivos.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	71.300,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	10.400,00	Recursos Próprios
TOTAL				81.700,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: Carência de Recursos Econômicos e Infra-Estrutura destinada a Assistência Técnica do Setor Primário do Município.

DIRETRIZES: Destinar os Recursos para o Setor Primário, melhoria da Infra-Estrutura Física e Investimentos: Aquisição de Equipamento Áudio-Visual, Participação em Cursos, Seminários e Congressos, Materiais Diversos e Diárias.

OBJETIVOS: Otimização da Infra-estrutura da Assistência Técnica e Melhoria no Atendimento ao Produtor Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos e Serviços	Unidade	Vários	6.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	1	5.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Meses	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				22.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.03 - PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS COM SINDICATO RURAL, EPA-GRI, ACIACA, CDL e Consórcio Quiriri.

DIAGNOSTICO: A realidade demonstra a existência de trabalhos isolados entre as diversas entidades do Município que possui ainda empresas informais e não associadas a entidades de classe, há ainda a evasão dos consumidores a outros centros comerciais. O produtor comercializa produtos sem valor agregado (in natura), necessitando de organização para melhorar a sua renda.

DIRETRIZES: De acordo com a legislação vigente incentivar as empresas locais a participarem de processo licitatório e oferecer alternativas de agregação de renda aos produtos, certificando-os com o selo do Consórcio Quiriri, organização da classe produtora no Município e realização de convênios.

OBJETIVOS: Otimizar os resultados das atividades rurais desenvolvidas pelo Poder Público e pelas diversas entidades do Município, bem como estimular o associativismo, fortalecer o comércio local dando preferência na aquisição de produtos e serviços no Município e implantação de agroindústrias familiares.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Convênio	Meses	12	31.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				31.600,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.04 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS.

DIAGNOSTICO: O alto custo das sementes e mudas tem dificultado o acesso dos pequenos produtores na aquisição das sementes.

DIRETRIZES: .Dar oportunidade ao acesso de pequenos produtores na aquisição de forma subsidiada, de sementes de milho, sementes de hortaliças, mudas de batata-salsa e mudas de árvores frutíferas

OBJETIVOS: Melhorar a Renda do pequeno agricultor, incrementar a produção das culturas em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Saca	600	32.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Envelope	3.000	2.000,00	Recursos Próprios

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Unidade	2.000	7.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Caixa	1.600	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				46.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.05 - PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: Necessidade de Acesso a Eventos para Troca de Experiências, realização de negócios e confraternização

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização e realização da Festa da Ovelha, Expoama, Ambiental 2004 e Encontro Estadual de Apicultura.

OBJETIVOS: Oportunizar a participação em eventos, proporcionando a concretização de negócios, troca de experiências e confraternização

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	38.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				38.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.06 - PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS E VIAGENS PARA AGRICULTORES E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS.

DIAGNOSTICO: Necessidade de qualificação dos produtores e profissionalização dos jovens visando à diminuição do êxodo rural.

DIRETRIZES: Oportunidade de participação dos agricultores jovens rurais em cursos, seminários, palestras e viagens a feiras.

OBJETIVOS: Qualificação e manutenção de agricultores e jovens rurais no campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Palestras	Evento	10	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				5.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.07 - PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: O alto custo e dificuldade de acesso ao crédito, para o custeio e investimento na aquisição de insumos e implementos agrícolas.

DIRETRIZES: Organizar os produtores, incentivando e facilitando o acesso a linhas de crédito para a compra de insumos e implementos agrícolas, auxiliando a montar planos de negócios, projetos e outros.

OBJETIVOS: Acesso dos produtores na compra de insumos e implementos agrícolas em geral de forma facilitada e desburocratizada, facilitando o acesso ao Crédito Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
Recursos previstos na Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.08 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: O solo do nosso Município é excessivamente ácido e conseqüentemente de baixa produtividade.

DIRETRIZES: Distribuição de calcário de forma gratuita para os agricultores que apresentam - Análise de Solo, Bloco de Nota Fiscal de Produtor Rural e CPF.

OBJETIVOS: Correção do solo para produção agropecuária, conseqüentemente aumentar a produtividade, melhorar o plantel e implementar o movimento econômico do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDID	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Calcário	Tonelada	3.000	42.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				42.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.09 - PROGRAMA: READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O Município é carente na produção de Mudanças Florestais, Nativas, Exóticas, Ornamentais, Medicinais e de hortaliças. Há necessidade de recuperação da mata ciliar, proteção das nascentes e outros programas de preservação.

DIRETRIZES: Estruturação do Horto Municipal para atender a demanda de mudas buscando também alternativas de adubação utilizando o lixo orgânico produzido pelo Município. Promover a recuperação da mata ciliar nas margens das nascentes, rios e riachos evitando assim a erosão e assoreamento dos mesmos.

OBJETIVOS: Atender o produtor rural com mudas Florestais, atender a Prefeitura Municipal de Campo Alegre com mudas Ornamentais e atender a população com mudas de hortaliças e ervas medicinais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Unidade	1	10.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
339052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	2	7.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				22.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.10 - PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS.

DIAGNOSTICO: O Município possui grande número de pequenos produtores rurais e que não possuem estrutura para manutenção das atividades existentes, surgindo a necessidade do Poder Público auxiliar para mantê-lo no campo evitando o êxodo rural.

DIRETRIZES: Realização de obras de infra-estrutura básica através da Secretaria de Planejamento e Obras.

OBJETIVOS: Beneficiar pessoas que tenham na agricultura sua atividade principal, executando trabalhos de terraplanagem, inclusive para habitação rural, ensaibramento de acessos a propriedades, construção de açudes e outros, tendo como objetivo a permanência do homem no campo e a melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
Ações desenvolvidas com recursos já previstos na Secretaria de Obras					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.11 - PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Carência na divulgação do meio ambiente e seus recursos naturais e necessidade de conscientização das crianças, adolescentes quanto às questões ambientais, buscando usar a natureza como recurso sustentável no Município.

DIRETRIZES: .Divulgar e educar a população do Município inclusive nas escolas em relação a conservação do Meio Ambiente através de folders, cartilhas ecológicas, palestras, campanhas, cursos realizados pelo Município e por entidades como SENAR e EPAGRI.

OBJETIVOS: Conscientização dos alunos da rede escolar Municipal e Estadual e da população, tornando-os capazes de exercer sua cidadania e o respeito ao Meio Ambiente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.12 - PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Necessidade de organizar as ações relativas às questões Ambientais.

DIRETRIZES: Apoiar a Criação da Fundação do Meio Ambiente.

OBJETIVOS: Criação do COMDEMA e aquisição de materiais para reuniões.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Custos previstos na Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.13 - PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS.

DIAGNOSTICO: A comunidade não participa de forma efetiva, existem poucos eventos no município.

DIRETRIZES: Intensificar a participação, a promoção e divulgação.

OBJETIVOS: Promover eventos ambientais: Semana da Água; Meio Ambiente; Dia da Proteção da Floresta e outras datas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Diversos	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.14 - PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: Alta incidência do Simulídeo em nosso Município.

DIRETRIZES: Contribuição à Associação de Combate ao Borrachudo para em parceria fazer a aplicação do produto em todos os locais afetados pelo inseto.

OBJETIVOS: Controlar a incidência do Borrachudo a nível tolerável para gradativamente eliminar o incômodo causado pelo inseto melhorando a qualidade de vida da população e melhorando a estadia dos turistas.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuição	Meses	12	24.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				24.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.15 - PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIADO ÀS SUAS BELEZAS NATURAIS E PROMOÇÃO DO TURISMO RURAL, AGRO E ECO.

DIAGNOSTICO: O Município possui Potencial Turístico, conforme diagnósticos Turísticos da EMBRATUR e propriedades rurais com potencial turístico ainda não aproveitado.

DIRETRIZES: Cadastramento turístico e divulgação a nível regional, estadual, nacional e internacional em relação aos seus recursos naturais, Programa de Incentivo a Feira Livre, manutenção do Centro de Informações Turísticas, manutenção e adequação do calçadão como local para realização de feiras livres e eventos culturais, Projeto Paisagístico da SC 301, Programa de Incentivo à Jardinagem e restauração de Imóvel Histórico.

OBJETIVOS: Promover o turismo rural, agro e eco.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Unidade	Várias	4.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Várias	6.300,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Materias	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Várias	8.000,00	Recursos Próprios

449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Unidade	1	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				23.300,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.16 - PROGRAMA: INCENTIVO Á INDÚSTRIAS

DIAGNOSTICO: Necessidade de atrair novas indústrias e fortalecer as industrias locais.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura básica: vias de acessos, rede de energia elétrica, rede de água e telefone, terraplanagem e ensaibramento.

OBJETIVOS: Geração de emprego e desenvolvimento da economia local.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
Ações desenvolvidas com recursos previstos na Secretaria de Obras (Gestão administrativa do órgão)					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.17 - PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIAGNOSTICO: Falta de integração entre as classes patronais e laborais

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização das classes incentivar pequenas cooperativas de bairro em parceria com o Serviço de Assistência Social à comunidade.

OBJETIVOS: União das classes patronais e laborais na área industrial, comercial e agropecuária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos	Unidade	10	0,00	SINE/SENAR/SE-NAC/SENAI E SEBRAE
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.01 - PROGRAMA : PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DIAGNOSTICO: A secretaria possui 1 Secretário, 43 Servidores Efetivos, 3 Servidores Inativos, 1 Pensionista e o pagamento de complemento a mais 4 servidores inativos aposentados pelo Regime Geral da Previdência.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimento	Meses	13	402.300,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	26.000,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	11.500,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	69.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	5.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Meses	12	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				543.800,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.02 - PROGRAMA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) quilômetros de Vias Urbanas não pavimentadas.

DIRETRIZES: Construir a sub-base e tubulação pluvial para pavimentação, recuperação de pavimentação existente.

OBJETIVOS: Urbanizar ruas, reduzir o número de ruas não pavimentadas e pavimentar a Rua Altamiro Lobo Guimarães, Jorge Lacerda, Carolina Kotovicz, Rufino Blaskowski, Rodovia Municipal 010 Centro ao Distrito de Bateias de Baixo, etc, recuperação de pavimentação asfáltica e de lajota sextavadas em diversas ruas do Município, e ou efetuar também pavimentação comunitária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	-----------	------	-------	-------

449051.00 - Obras e Instalações	Pavimentação	M2	Vários	350.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Pavimentação	M2	112.000	4.480.000,00	Recursos Gov. Estadual
TOTAL				4.830.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.03 - PROGRAMA : ÁGUA POTÁVEL

DIAGNOSTICO: Comunidade sem abastecimento de água potável

DIRETRIZES: Implantação de abastecimento de água potável em comunidades.

OBJETIVOS: Firmar Convênio para implantação de Rede Hidráulica

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Implantação Rede de Água Potável	Rede	ml	3	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				25.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.04 - PROGRAMA : AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA

DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota.

DIRETRIZES: Implementação dos serviços de transporte

OBJETIVOS: Melhorar a manutenção de vias públicas e outros serviços em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Aquisição de Retroescavadeira	Máquina	Unidade	1	132.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				132.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.05 - PROGRAMA : RECUPERAR VIAS PUBLICAS E INCENTIVAR AS INDÚSTRIAS E PROPRIEDADES RURAIS PARA DESENVOLVER A ECONOMIA DO MUNICÍPIO

DIAGNOSTICO: O Município possui um extenso território e uma economia baseada nas atividades agro silvo pastoris, assim como na indústria e comércio. Portanto, existe a necessidade de conservar permanentemente as vias públicas, auxiliar na infraestrutura dos produtores rurais e industriais, garantindo assim o pleno funcionamento das atividades econômicas, mantendo as condições de emprego e renda da população.

DIRETRIZES: Melhorar a manutenção das estradas vicinais, vias urbanas, infra-estrutura para indústria, comércio e para as propriedades agro silvo pastoris.

OBJETIVOS: Recuperar as estradas vicinais, bueiros, pontes, vias públicas urbanas pavimentadas ou não, proporcionar infra-estrutura para instalação de novas indústrias e das já existentes, bem como dar condições para que os produtores rurais ampliem suas atividades e permaneçam no campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Diversos	Vários	45.300,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				70.300,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.06 - PROGRAMA : MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E OBRAS

DIAGNOSTICO: A secretaria possui o setor de planejamento que elabora os projetos e dá condições de que as obras sejam realmente implementadas no município.

DIRETRIZES: Garantir o processo normal de planejamento e execução de obras, bem como suprir as necessidades de materiais e serviços necessários.

OBJETIVOS: Manter e abastecer a secretaria com materiais de construção, tubos, madeira, energia elétrica, água, iluminação pública, serviços com profissionais técnicos, empresas especializadas, coleta, transporte e deposição final do lixo e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Pessoal Civil	Diárias	Diversos	Várias	1.000,00	Recursos Próprios

339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	399.800,00	Recursos Próprios
TOTAL				416.800,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.07 - PROGRAMA : MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O município possui 1 moto, 2 veículos, 1 toyota, 8 caminhões, 6 equipamentos pesados e 1 britador fixo à disposição da Secretaria de Obras.

DIRETRIZES: Manutenção e conservação dos equipamentos, veículos e máquinas.

OBJETIVOS: Manter a frota municipal em plenas condições de funcionamento, ou seja, garantir recursos para as despesas com combustíveis, pneus, lubrificantes, peças, consertos, reparos, seguros, emplacements, materiais de limpeza e outros que se fizerem necessários.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	360.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	100,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	67.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				427.600,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.08 - PROGRAMA : ATERRO SANITÁRIO

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda um Aterro Sanitário conforme as exigências Ambientais.

DIRETRIZES: Adequar um local para Recebimento de Lixo Doméstico.

OBJETIVOS: Implantar um novo Aterro Sanitário dentro das Regras Estabelecidas de Acordo com a Legislação Ambiental.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Área	M2	01	10.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Diversos	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				30.000,00	

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, PARÁGRAFO 1º E 2º, II)

9.01 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam Reserva de Contingência.

DIRETRIZES: Reserva par constituir a Reserva de Contingência.

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos surgidos no decorrer da Execução Orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
999999.99 - Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	200.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				200.000,00	

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

1 - PROGRAMA: INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNIC.CAMPO ALEGRE - IPRECAL

DIAGNOSTICO: O regime próprio de previdência possui 237 servidores vinculados ao Instituto.

DIRETRIZES: Administrar o Instituto Próprio de Previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária.

OBJETIVOS: Constituir um fundo capaz de garantir aposentadoria dos Servidores Públicos e pensão a seus dependentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	12	100,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339035.00 - Assistência Jurídica	Serviço	Meses	12	6.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviço	Unidade	Vários	9.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviço	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.500,00	Recursos Próprios
339093.00 - Indenizações e Restituições	Indenizações	Meses	12	2.500,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reforma	Segurado	Unidade	03	36.000,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensão	Pensionista	Unidade	1	21.600,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Material	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
999999.00 - Reserva de Contingência	Reserva	Meses	48	472.300,00	Recursos Próprios
TOTAL				560.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

1 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNÓSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do setor.

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos, proporcionarão um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diárias	Unidade	Várias	500,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				4.600,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: TRANSPORTE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: Fornecimento de Ticket para o Transporte Coletivo, Inter-municipal e Interestadual.

DIRETRIZES: Aumentar o atendimento a pessoas carentes.

OBJETIVOS: Proporcionar atendimento aos carentes que serão encaminhados ao atendimento médico fora do domicílio, bem como aos que irão em busca de trabalho ou até mesmo fixar residência em outros municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Ticket	Unidade	Vários	2.200,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.200,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

3 - PROGRAMA: FOTOS PARA CARENTES

DIAGNÓSTICO: Programa já está implantado.

DIRETRIZES: Expansão ao atendimento dos necessitados.

OBJETIVOS: Conceder ajuda financeira para aquisição de fotos para confecção de documentos pessoais a cada cidadão carente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	300,00	Recursos Próprios
TOTAL				300,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

4 - PROGRAMA: ATAÚDE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: O programa já encontra-se implantado.

DIRETRIZES: Manutenção conforme a necessidade da demanda

OBJETIVOS: Atendimento aos carentes, na aquisição de ataúdes - funeral, bem como traslado quando extremamente necessário.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Unidade	Vários	2.200,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	550,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.750,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5 - PROGRAMA: REPASSE A INSTITUIÇÕES.

DIAGNÓSTICO: Existem no município 10 instituições que proporcionam atendimento para crianças, adolescentes e mães.

DIRETRIZES: Subvencionar recursos através do Governo Municipal objetivando a continuidade dos trabalhos já existentes e criação de novas Instituições.

OBJETIVOS: Visitas, reuniões semanais, com temas e trabalhos aos assistidos, incentivando a comercialização dos produtos por eles confeccionados, recurso mensal para manutenção e pagamento de monitores.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	10	24.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				24.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, I)

6 - PROGRAMA: FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: O programa já foi implantado e é mantido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social oriundos do Governo Municipal.

DIRETRIZES: Expandir este atendimento proporcionando melhores condições de conforto ao paciente carente.

OBJETIVOS: Evitar que o paciente carente contraia outras doenças ocasionais. Efetuar visitas domiciliares mensais com o objetivo de avaliar a necessidade do uso das fraldas geriátricas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Fraldas	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				4.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

7 - PROGRAMA: CESTAS BÁSICAS

DIAGNÓSTICO: Já existe o programa de atendimento com cestas básicas a famílias carentes, com distribuição de 50 unidades/mês.

DIRETRIZES: Manter o programa para atender somente desempregados.

OBJETIVOS: Atender em caráter de emergência os chefes de famílias desempregados, por um período de três meses após confirmação de carência pelo serviço social.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Cesta Básica	Unidade	600	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				25.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

8 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: Há no Município pessoas carentes que necessitam de próteses odontológicas e auditivas.

DIRETRIZES: Implantação do programa visando atender a necessidade da população carente em relação a pessoas adultas com problemas odontológicos e também em casos de próteses auditivas.

OBJETIVOS: Fornecer próteses às pessoas carentes do município

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Próteses auditivas	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

9 - PROGRAMA: BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - REVISÃO DO BENEFÍCIO

DIAGNÓSTICO: O Município possui idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do INSS, em torno de 17 beneficiários, sujeitos a revisão a cada dois anos conforme preconiza a loas que deve ser feito por profissional assistente social. os recursos são oriundos da união com contrapartida municipal de 20%.

DIRETRIZES: Através de convênio o Município recebe recursos para custear as despesas do assistente social na realização das revisões dos benefícios.

OBJETIVOS: Revisar os benefícios dos idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do BPC através do INSS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	0,00	Recursos Próprios
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

10 - PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA.

DIAGNÓSTICO: Há no município dois clubes de idosos, uma escola especial (APAE) e três creches municipais, os quais são mantidos através de recursos da ação continuada do Ministério da Ação Social e recursos do Município.

DIRETRIZES: Repasse de recursos oriundos do Ministério da Ação Social.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das entidades.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	APAE IDOSOS	Unidade	36	2.820,00 6.132,00	Ministério da Ação Social
339030.00 - Material de Consumo	Creches	Unidade	36	37.500,00	Ministério da Ação Social
TOTAL				46.452,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

11 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE MENTAL

DIAGNÓSTICO: O Município apresenta um grande número de dependentes químicos e psicóticos.

DIRETRIZES: Tratamento de dependentes químicos e pacientes psicóticos em centros/entidades especializadas, bem como aquisição de medicamentos específicos para os tratamentos.

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e em consequência, famílias mais ajustadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Vários	1.120,00	Recursos Próprios
335042.00 - Auxílios	Internações	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Medicamentos	Unidade	Vários	3.200,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				14.320,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

12 - PROGRAMA: COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

DIAGNÓSTICO: O Município apresenta um alto percentual de famílias carentes e as crianças alto grau de desnutrição.

DIRETRIZES: Fornecer auxílio nutricional através de distribuição de leite em pó às crianças comprovadamente carentes e que apresentam baixo peso e desnutrição.

OBJETIVOS: Atender crianças na faixa etária entre 06 meses a 06 anos de idade em situação de risco pessoal e social, cujas famílias possuem uma renda per capita de até ¼ de salário mínimo.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Leite em pó enlatado	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

13 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR

DIAGNÓSTICO: O serviço social e o Conselho Tutelar dependem do Fundo Municipal de Saúde para a utilização de transporte na realização de visitas domiciliares.

DIRETRIZES: Dispor de um veículo próprio para o setor.

OBJETIVOS: Necessidade de transporte disponível para realização de visitas domiciliares e acompanhamento dos casos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Veículo	Unidade	Vários	0,00	Convênio
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

1 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE (PAB-A)

DIAGNÓSTICO: O município possui na rede básica 6 unidades de saúde.

DIRETRIZES: Aquisição de material e equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.

OBJETIVOS: Atendimento à população em geral, conforme determina parâmetros/Portaria do Ministério da Saúde

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	-----------	------	-------	-------

319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	Vários	220,00	Recursos do PAB-A
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	75.180,00	Recursos do PAB-A
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	1.100,00	Recursos do PAB-A
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	2.200,00	Recursos do PAB-A
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	4.100,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				82.800,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO: O Município dispõe de projeto de implantação, bem como a aquisição de um veículo com capacidade para cinco ocupantes que será destinado ao PSF.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do módulo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral contínua na Unidade de Saúde e no domicílio, interferindo sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta fazendo com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão de qualidade de vida

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Servidor	Meses	06	21.000,00	Recursos do PSF
319013.00 - Obrigações Patronais	Servidor	Meses	06	4.500,00	Recursos do PSF
339030.00 - Material de Consumo	Material Cons	Meses	Vários	2.500,00	Recursos do PSF
TOTAL GERAL				28.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

3 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL

DIAGNÓSTICO: O Município possui na Rede Básica de Ensino 1875 Alunos na faixa etária de 06 a 14 anos - atende-se no programa 1875 Alunos da Rede Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Ampliar o número de atendimentos, atendendo anualmente 100% das crianças nesta faixa etária, totalizando 1875 alunos

OBJETIVOS: Prevenção e saúde bucal aos alunos da Rede Escolar Municipal e Estadual. O programa será desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de atividades a serem desenvolvidas: Escovação supervisionada, palestras, bochechos fluorados semanalmente, distribuição de creme dental, escovas e flúor, bem como a realização de gincana sobre o tema Saúde Bucal, entre os estudantes, premiando os melhores trabalhos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Várias	3.750	7.700,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				7.700,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

4 - PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNÓSTICO: Contrato firmado pela Prefeitura Municipal, para pagamento consultas de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento.

DIRETRIZES: Continuidade do atendimento, trabalho conjunto com o Hospital São Luiz.

OBJETIVOS: Atendimento da demanda de consultas conforme firmado entre as partes para assistência médica/ambulatorial em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Contrato	Unidade	01	152.400,00	Recursos Próprios
TOTAL				152.400,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTO/ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui um setor de TFD - Tratamento Fora do Domicílio para encaminhamento de consultas especializadas.

DIRETRIZES: Custear as despesas de pacientes para a rede SUS, que necessitam tratamento de média e alta complexidade em contra referências.

OBJETIVOS: Garantir transporte através de veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Pagamento de tickets - passagens rodoviárias ou aéreas, despesas com pernoite e alimentação aos pacientes em tratamento fora do domicílio. Pagamento de exames e consultas, e outras despesas com o CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos do MAC/TFD
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.000,00	Recursos do MAC/TFD
TOTAL				6.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui uma Farmácia Básica instalada no Posto de Saúde Central, contém aproximadamente 127 itens de medicamentos, atendendo em média de 1.015 pacientes por mês, atendendo os Postos de Saúde do Distrito de Fragosos, Bateias de Baixo, Localidade de Bateias de Cima e Santana.

DIRETRIZES: Aquisição de medicamentos básicos

OBJETIVOS: Atender a demanda nas Unidades de Saúde, garantindo tratamento preventivo e curativo a população carente de nosso município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Medicamentos	Vários	Vários	11.960,00 6.000,00 46.000,00	Recursos da União Recursos do Estado Recursos Próprios
TOTAL				63.960,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

7 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNÓSTICO: Desenvolver ações acordadas entre o Município e o Estado, na PPI Epidemiológica Notificação Investigação de Agravos, Alimentação dos: SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, vacinação de rotina e outras campanhas.

DIRETRIZES: Aquisição de material de expediente, voltados para ações de Vigilância Epidemiológica, material educativo, capacitação de recursos humanos, alimentação para funcionários em campanhas e uniformes.

OBJETIVOS: Implantar as ações de controle de doenças e endemias na população em geral, diminuindo o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	Vários	220,00	Recursos da PPI
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.700,00	Recursos da PPI
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos da PPI
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	1.100,00	Recursos da PPI
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.400,00	Recursos da PPI
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	10.000,00	Recursos da PPI
TOTAL				21.420,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

8 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIAS

DIAGNÓSTICO: O município distribui medicamentos especiais e custeia tratamentos especializados.

DIRETRIZES: Atendimento de pacientes, nos tratamentos contínuos.

OBJETIVOS: Aquisição de medicamentos, encaminhamento para consultas e exames especializados via SUS ou custeados pelo Fundo Municipal de Saúde, tratamento odontológico, auxílio transporte e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	-----------	------	-------	-------

339032.00 - Material de distribuição gratuita	Medicamentos	Vários	Vários	0,00	Medicamentos adquiridos pelo Programa Farmácia Básica
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

9 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O Setor de Vigilância Sanitária possui dois profissionais de nível médio e um de nível superior.

DIRETRIZES: Municipalizar as ações de média e alta complexidade, conforme Portaria do Ministério da Saúde, arrecadar taxas, aquisição de um veículo utilitário, material de consumo, confecção de panfletos, participação em cursos de capacitação e outros.

OBJETIVOS: Melhoria na Área Sanitária - controle de doenças ocasionadas por inadequação de condições sanitárias, arrecadar de taxas fiscais, incrementar as áreas de Saneamento Básico, eliminar o Aedes Aegypti (dengue), cadastrar fontes de abastecimento de água, coleta e análise de amostras de água.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.200,00	Recursos da Vigilância Estadual,
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	6.200,00	Federal e Taxa de Fiscalização Sanitária
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.300,00	
449052.00 - Equipamento e Material Permanentes	Veículo	Unidade	Vários	17.036,00	
TOTAL				28.736,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

10 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS

DIAGNÓSTICO: Há um grande número de pacientes, portadores de doenças que necessitam de acompanhamento e tratamento específico, tais como: diabetes melitus, hipertensão arterial, oncologia, doenças mentais e outros.

DIRETRIZES: Realização de consultas, verificação de pressão arterial e fornecimento de medicamentos específicos

OBJETIVOS: Oferecer medicamentos específicos, materiais e equipamentos necessários para atender a demanda de pacientes.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				20.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde necessita de equipamentos, materiais e serviços para sua manutenção e implementação de novos programas de Saúde.

DIRETRIZES: Manutenção das atividades administrativas e implementação novas atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

OBJETIVOS: Proporcionar um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	77.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	3.170,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	31.830,00 9.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos do PAB-A

TOTAL DE RECURSOS DO PAB-A				29.000,00	
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				132.000,00	
TOTAL GERAL				161.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

12 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E TERAPÊUTICA AOS MUNICÍPIOS

DIAGNÓSTICO: Há a necessidade de exames e consultas especializadas que serão realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMUNESC, assim como existe também uma grande demanda de pacientes com solicitações de medicamentos excepcionais, que não estão elencados na lista dos itens básicos, bem como solicitações de exames, consultas especializadas, que não são ofertadas pelo SUS. Há de se considerar um índice elevado de pessoas com distúrbios mentais (drogas/psíquicos), que além de medicamentos, consultas e exames necessitam de internação urgente quando comprovado risco iminente de vida.

DIRETRIZES: Custear despesas destes pacientes considerando dispositivo constitucional: equidade e universalidade.

OBJETIVOS: Garantir direito de atendimento e tratamento adequado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Várias	3.150,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	58.142,40 (CIS) 5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				81.292,40	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

13 - PROGRAMA: CONVÊNIO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PROCEDIMENTOS PAB-A, E SUBVENÇÃO SOCIAL PARA O HOSPITAL SÃO LUIZ.

DIAGNÓSTICO: Entidade sem fins lucrativos.

DIRETRIZES: Repasse de recursos a Entidade sem fins Lucrativos, pagamento de procedimentos básicos realizados.

OBJETIVO: Repasse mensal de Subvenção Social, e pagamento dos procedimentos básicos realizados

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidades	12	24.000,00	Recursos do PAB-A
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	12	19.800,00	Recursos Próprios
TOTAL				43.800,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

14 - PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNÓSTICO: A rede pública atende 1.086 crianças e 546 gestantes, destas são beneficiadas com suplementação alimentar 57 crianças e as gestantes recebem orientação nutricional.

DIRETRIZES: Melhoria no atendimento a gestante de risco nutricional e desnutrida, também fazendo a reposição nutricional a crianças de 06 a 59 meses.

OBJETIVO: Atender as crianças de 06 a 59 meses e gestantes em nosso município, visando prevenir riscos nutricionais, realizando assim a reposição nutricional.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidades	Vários	8.640,00	Recursos do SISVAN
TOTAL				8.640,00	

ANEXO VI

QUADRO DE LOTAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Agente Administrativo II	03	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Chefe de Serviço	01	Em manutenção

ÓRGÃO	CARGO COMISSIONADO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Assessor Jurídico	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Assessor de Comunicação Social	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Administrador Distrital	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Agente de Controle Interno	01	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Agente Administrativo II	08	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Vigia	04	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Agente Operacional I	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Técnico em Nível Médio	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Chefe de Serviço	03	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria de Finanças	Agente Administrativo II	01	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Técnico de Nível Médio	02	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Fiscal de Tributos	02	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria de Finanças	Chefe de Serviços	02	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Auxiliar de Educador	07	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Agente Operacional I	36	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Motorista	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Nutricionista	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Fonoaudióloga	01	Em manutenção

ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Auxiliar	00	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor	47	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Espec. em Assuntos Educacionais	02	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Leigo	15	EM EXTINÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Chefe de Serviço	04	EM MANUTENÇÃO

DIVISÃO DE DESPORTO E CULTURA

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Desporto	Diretor	01	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Desporto	Instrutor de Música	06	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Desporto	Agente Operacional I	01	EM MANUTENÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social (Assistência)	Chefe de Serviço	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social (Saúde)	Chefe de Serviço	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assessor de Controle e Avaliação	01	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assistente Social	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Enfermagem	04	Em Extinção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Enfermeiro	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Farmacêutico	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fisioterapeuta	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico (Clínico Geral)	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico II	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo I	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo II	00	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Psicólogo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Terapeuta Ocupacional	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Técnico em Enfermagem	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fiscal Vigilância Sanitária	01	Em manutenção

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Motorista	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Odontologia	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Operacional I	04	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo I	04	Em Extinção

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Engenheiro Agrônomo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Médico Veterinário	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Agente Administrativo	00	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Chefe de Serviço	01	Em manutenção

ÓRGÃO	CARGO COMISSIONADO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Diretor	01	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Agente Operacional III	16	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Motorista	03	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Agente Operacional I	20	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Fiscal Obras Posturas Meio Amb.	01	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Engenheiro Civil	01	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Técnico Agrícola	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Chefe de Serviço	03	Em manutenção

Lei Nº 2.804 de 18 de Novembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.804 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

ALTERA O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC PARA O QUADRIÊNIO 2002/2005, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.557.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º) Ficam introduzidas as seguintes alterações no Plano Plurianual do Município de Campo Alegre/SC, relativo ao quadriênio 2002/2005:

- I - No programa 2.01, 2.02, 3.01 e 4.01 altera o diagnóstico.
- II - Do programa 4.02 e 4.08, extrai os programas 5.01, 5.03 e 5.06.
- III - O programa 5.04 incorpora os programas 4.03 e 4.04.
- IV - Os programas 5.10, 5.11 e 5.12 altera os programas 4.07 e 4.08.
- V - O programa 6.02 altera o programa 5.02.
- VI - O programa 7.02 absorve os programas 7.06, 7.11 e 7.22.
- VII - O programa 7.03 substitui os programas 7.04, 7.12, 7.26 e 7.30.
- VIII - O programa 7.06 substitui os programas 7.08 e 7.26.
- IX - O programa 7.07 substitui os programas 7.05 e 7.29.
- X - O programa 7.11 substitui os programas 7.15, 7.16 e 7.17.
- XI - O programa 7.15 substitui os programas 7.23, 7.24 e 7.25.
- XII - O programa 7.16 substitui os programas 7.27 e 7.28.
- XIII - Inclui a ação 8.02.2 no programa 8.02.

Parágrafo Único: Altera a numeração dos programas executados na Secretaria da Saúde e Bem Estar Social excluídos o programa do pagamento de pessoal e obras que conforme preconiza o § 3º da Emenda Constitucional nº. 29, os quais deverão ser realizados através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em,
18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

CÓDIGO	PROGRAMA
1.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1.01	Processo Legislativo
2.00	GABINETE DO PREFEITO
2.01	Pessoal do Gabinete
2.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.00	ADMINISTRAÇÃO
3.01	Pessoal da Secretaria Municipal de Administração
3.02	Coordenação e Manutenção das Atividades Admin.
3.03	Restauração do Prédio da Prefeitura
4.00	FINANÇAS
4.01	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
4.02	Coordenação e Manutenção das Atividades Financ.
4.03	Encargos e Amortização das Dívidas
5.00	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
5.01	Coordenação das Atividades - Serviço de Apoio Administ.
5.02	Pessoal da Secretaria Municipal de Educação
5.03	Atendimento ao Ensino Fundamental
5.04	Serviço de Ensino Infantil - Centros Mun. De Educação Infantil e Pré-escolares
5.05	Alimentação Escolar - Pré-escolar e Ensino Fundamental
5.06	Salário Educação
5.07	Transporte Escolar
5.07.01	Transporte Escolar para Jovens e Adultos
5.08	Bombeiros Mirins de Campo Alegre
5.09	Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino
5.10	Manutenção das Atividades Culturais
5.11	Manutenção das Atividades Desportivas
6.00	SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
6.01	Pessoal do Serviço de Saúde
6.02	Construção e Reforma das Unidades de Saúde
6.03	Pessoal do Serviço de Assistência Social
6.04	Manutenção das Ativid. Administrativas e Pessoal do Conselho Tutelar
7.00	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
7.01	Pessoal da Secret. Munic. de Desenvolvimento Econômico
7.02	Coordenação e Manutenção das Atividades Secret.de Desenvolvimento Econômico
7.03	Apoio a Parcerias e para Incremento das Ativid. Rurais, tais como: Associações, Sindicatos, EPAGRI, CIDASC e Iniciativa Privada
7.04	Distribuição de Sementes e Mudas
7.05	Organização e Realização de Feiras e Eventos
7.06	Promoção de Cursos e Viagens para Agricultores e Incentivar a Profissionalização dos Jovens

7.07	Incentivar e Facilitar a Aquisição de Insumos e Implemen-
	tos Agrícolas
7.08	Programa de Distribuição de Calcário Subsidiado
7.09	Readequação do Horto Municipal
7.10	Incentivo a Produtores Agro Silvo Pastoris
7.11	Pró Meio Ambiente
7.12	Implementação da Fundação do Meio Ambiente
7.13	Participação, Promoção e Divulgação de Eventos Ambien-
	tais
7.14	Controle do Borrachudo em Parceria com a Sociedade
7.15	Divulgação da Imagem do Município Associado as suas
	Belezas
	Naturais
7.16	Incentivo às Indústrias
7.17	Apoiar e Participar de Integração entre Entidades de
	Classes
	Patronais e Laborais
8.00	PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS
8.01	Pessoal da Secret. Munic.de Planejamento, Transporte e
	Obras
8.02	Urbanização de Vias
8.03	Água Potável
8.04	Aquisição de Veículos
8.05	Recuperação de Vias
8.06	Manutenção e Conservação
8.07	Aterro Sanitário
8.08	Morar Bem
8.09	Ampliação e Infraestrutura do Cemitério
9.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.01	Reserva de Contingência
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.0	Programa de Assistência Básica a Saúde (PAB-A)
2.0	PSF - Programa Saúde na Família
3.0	Programa Saúde Bucal
4.0	Assistência Hospitalar/Plantão Hospitalar
5.0	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia - Aten-
	dimen-
	tos/Encaminhamentos Médicos de Alta Complexidade
6.0	Programa de Assistência Farmacêutica Básica da Saúde
7.0	Ações de Vigilância Epidemiológica
8.0	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência
9.0	Ações e PPI (Programação Pactuada Integrada) em
	Vigilância
	Sanitária
10.0	Controle de Doenças Crônicas Degenerativas
11.0	Manutenção das Atividades Administrativas Secret. da
	Saúde
12.0	Programa de Assistência Médica e Terapêutica aos
	Municípios
13.0	Convênio com Prestadores de Serviços para Procedimen-
	tos
	PAB-A e Subvenção Social para o Hospital São Luiz
14.0	Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional - SISVAN
15.0	Implantação do Atendimento Odontológico no Posto de
	Saúde
	de Bateias de Baixo

16.0	Cadastramento Nacional de Usuários do Sistema Único
	Saúde
	e Implantação do Cartão SUS
17.0	Amiga do Peito
18.0	Bolsa Alimentação
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.0	Manutenção e Coordenação do setor
2.0	Transporte para Carentes
3.0	Fotos para Carentes
4.0	Ataúdes para Carentes
5.0	Repasso a Instituições
6.0	Fraldas Geriátricas para Carentes
7.0	Cestas Básicas
8.0	Próteses e Órteses
9.0	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) - Revisão do
	Benefício
10.0	Serviços de Ação Continuada
11.0	Aquisição de Veículo para Assistência Social e Conselho
	Tutelar
12.0	Habitação
13.0	Alcoolivre-se
14.0	Horta Comunitária
15.0	Atendimento aos Menores em Situação de Risco
IPRECAL	
1.0	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do
	Município
	De Campo Alegre
TOTAL PPA 2002/2005	

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de novembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

1.01 - PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNOSTICO: LEGISLATIVO MUNICIPAL - O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE COMPÕE-SE DE NOVE VEREADORES E O QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA É O SEGUINTE: 01 ASSESSOR JURÍDICO E 01 DIRETOR GERAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, 01 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E 01 TÉCNICO CONTÁBIL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, A CÂMARA POSSUI A SEDE EM IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE, POSSUI AUTONOMIA FINANCEIRA E CONTÁBIL.

DIRETRIZES: CRIAR MEIOS DE CUMPRIR COM MAIOR EFICIÊNCIA, QUALIDADE E CELERIDADE AS FUNÇÕES DA CÂMARA, TAIS COMO LEGISLAR, FISCALIZAR, JULGAR E ADMINISTRAR, EXECUTANDO AS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO, REFORMAR E AMPLIAR O PRÉDIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADA, REFORMAR A ESTRUTURA INTERNA DE SUAS DEPENDÊNCIAS, ADQUIRIR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SONORIZAÇÃO MODERNOS. ADQUIRIR UM VEÍCULO, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES. APERFEIÇOAR OS CONHECIMENTOS DOS VEREADORES E SERVIDORES AMPLIAR O ACERVO DE SUA BIBLIOTECA E AMPLIAR O QUADRO FUNCIONAL.

OBJETIVOS: APERFEIÇOAR AS ATIVIDADES DA CÂMARA E AMPLIAR A SUA ESTRUTURA FÍSICA E REALIZAR SUAS FUNÇÕES COM MAIOR CELERIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
1.01.00 PES-SOAL CIVIL					
1.01.01 Remuneração Fixa dos Vereadores - Sessões Ordinárias	Remuneração	Sessão	160	350.000,00	Suprimentos
1.01.02 Remuneração dos Vereadores - Sessões Extraordinárias	Indenização	Sessão	24	42.133,75	Suprimentos
1.01.03 Remuneração dos servidores estatutários efetivos	Remuneração	Unidade	2	54.299,70	Suprimentos
1.01.04 Remuneração dos servidores comissionados	Remuneração	Unidade	2	120.802,36	Suprimentos
1.01.05 Ampliação do Quadro Funcional - Previsão da remuneração	Remuneração	Unidade	1	24.000,00	Suprimentos
1.01.06 Diárias	Indenização	Unidade	102	13.500,00	Suprimentos
1.02.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
1.02.01 Sobre a remuneração fixa dos Vereadores - Sessões Ordinárias	Encargos	Sessão	9	73.500,00	Suprimentos
1.02.02 Sobre a remuneração dos Vereadores - Sessões Extraordinárias	Encargos	Sessão	9	7.168,08	Suprimentos
1.02.03 Sobre a remuneração dos servidores estatutários efetivos	Encargos	Unidade	2	9.773,95	Suprimentos
1.02.04 Sobre a remuneração dos servidores comissionados	Encargos	Unidade	2	5.368,50	Suprimentos
1.02.05 Sobre Ampliação do Quadro Funcional - Previsão dos encargos	Encargos	Unidade	2	4.320,00	Suprimentos

1.03.00 MATERIAL DE CONSUMO					
1.03.01 Combustível	Gasolina	Litros	9536	17.546,29	Suprimentos
1.03.02 Aquisição de material de consumo	Materiais	Diversos	Vários	35.797,67	Suprimentos
1.04.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS					
1.04.01 Contratação de serviços	Serviços	Unidade	15	7.000,00	Suprimentos
1.04.02 Reforma interna do prédio	Serviços	Unidade	8	26.451,84	Suprimentos
1.05.00 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS					
1.05.01 Participação (veread/servid) em cursos, seminários, congressos, etc	Cursos	Verea/Serv	12	15.000,00	Suprimentos
1.05.02 Gastos com fornecimento de água	Serviços	Meses	48	1.599,55	Suprimentos
1.05.03 Gastos com fornecimento de luz	Serviços	Meses	48	4.841,49	Suprimentos
1.05.04 Gastos com uso do telefone	Serviços	Meses	48	8.056,44	Suprimentos
1.05.05 Pagamento serviços IPM (Contabilidade/Folha)	Serviços	Meses	48	13.837,30	Suprimentos
1.05.06 Pagamento serviços Betha (Legislação)	Serviços	Meses	48	11.947,56	Suprimentos
1.05.07 Pagamento serviços Internet	Serviços	Meses	48	1.605,86	Suprimentos
1.05.08 Pagamento serviços de Publicação	Serviços	Meses	48	25.693,66	Suprimentos
1.05.09 Seguro do veículo	Serviços	Meses	1	4.000,00	Suprimentos
1.06.00 APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES					
1.06.01 Bolsas de estudos e similares	Melhoria	Meses	4	15.000,00	Suprimentos
1.07.00 CONTRIBUIÇÕES CORRENTES					
1.07.01 Contribuições	Assessoria	Estudante	48	13.000,00	Suprimentos

1.08.00 DESPESAS DE CAPITAL DECORRENTES DE INVESTIM.					
1.09.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE					
1.09.01 Aquisi- ção de livros	Livros	Unidade	70	2.776,00	Suprimen- tos
1.09.02 Aquisição de equipamento de sonorização	Equipamen- tos	Unidade	3	3.000,00	Suprimen- tos
1.09.03 Aquisi- ção de veículo	Veículo	Unidade	1	23.500,00	Suprimen- tos
1.09.04 Aquisição de equipamentos de informática	Equipamen- tos	Unidade	20	15.000,00	Suprimen- tos
1.09.05 Aquisi- ção de móveis	Mobília	Unidade	6	10.000,00	Suprimen- tos
1.09.06 Aquisição de persianas	Cortinas	Unidade	6	4.000,00	Suprimen- tos
1.09.07 Aquisição de telefone con- vencional, fax e celular	Telefone	Unidade	4	1.000,00	Suprimen- tos
1.09.08 Ins- talação de ar- condicionado central	Equipamento	Unidade	1	20.000,00	Suprimen- tos
1.09.09 Aquisi- ção de máqui- na fotográfica digital	Equipamento	Unidade	1	3.000,00	Suprimen- tos
1.09.10 Aquisição de televisão e vídeo cassete	Equipamento	Unidade	2	1.700,00	Suprimen- tos
1.09.11 Aquisi- ção de linha telefônica	Equipamento	Unidade	1	80,00	Suprimen- tos
1.09.12 Aquisi- ção de cofre	Equipamento	Unidade	1	1.200,00	Suprimen- tos
1.09.13 Aquisição de aquecedor	Equipamento	Unidade	1	500,00	Suprimen- tos
TOTAL				992.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.01 - PROGRAMA: PESSOAL GABINETE

DIAGNOSTICO: NO GABINETE DO PREFEITO ESTÃO LOTADOS: PREFEITO, VICE-PREFEITO, CHEFE DE GABINETE, ASSESSORIA JURÍDICA, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR E ADMINISTRADOR DISTRITAL.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS, REMUNERAÇÕES, SUBSÍDIOS.

OBJETIVOS: PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS, REMUNERAÇÕES, SUBSÍDIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci- mentos e Vantagens Fixas	Vencimen- tos	Mês	52	732.171,39	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	72.668,80	Recursos Próprios
TOTAL				804.840,19	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO: A ESTRUTURA DE GABINETE DO PREFEITO COMPREENDE O PREFEITO, VICE-PREFEITO, ASSESSORIA JURÍDICA, ASSESSORIA DE IMPRENSA, CHEFIA DE GABINETE, SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR E ADMINISTRADOR DISTRITAL.

DIRETRIZES: ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÃO NECESSÁRIA À GESTÃO, ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, PUBLICAÇÃO DO ATOS ADMINISTRATIVOS, DEFESA DO INTERESSE DO MUNICÍPIO, PLANEJAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO.

OBJETIVOS: PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, MELHORAR PLANEJAMENTO E O CONTROLE DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
2.02.01 - Manutenção da estrutura do Gabinete	Servidor	Unidade	48	148.000,00	Recursos Próprios
2.02.02 - Subven- ções p/ associações e entidades diversas	Entidades	Unidade	Várias	54.000,00	Recursos Próprios
2.02.03 - Aquisição de Veículo e Equipamen- tos	Veic./Equip.	Peças	1/vários	103.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				297.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETÁRIO MUNICIPAL, 15 SERVIDORES EFETIVOS, 2 SERVIDORES INATIVOS, BEM COMO A PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE MAIS UM SERVIDOR.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	105.444,08	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	749.838,17	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	110.896,92	Recursos Próprios
TOTAL				966.179,17	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

DIAGNOSTICO: A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMPREENDE: DIVISÃO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, PESSOAL, PROTOCOLO E ARQUIVO

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR

OBJETIVOS: TORNAR A SECRETARIA MAIS ÁGIL E EFICIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

3.02.01 Manutenção da Atividade Administrativa					
3.02.02 Informatização Administrativa					
3.02.03 Aquisições Microcomputadores	Manutenção Micro	Unidade Conjuntos	05	789.000,00	Recursos Próprios
3.02.04 Atualização e Modernização	Micro Peças Software	Conjuntos Unidades Sistemas	06 Varias Vários	10.000,00 6.000,00 20.000,00 20.000,00	Recursos Próprios Recursos Próprios Recursos Próprios Recursos Próprios
3.02.05 Reposição de Peças Danificadas					
3.02.06 Aquisição/ Locação Software Básicos e Administrativos					
3.02.07 Mobiliário					
3.02.08 Modernização e Reposição	Mobília	Unidades	07	5.000,00	Recursos Próprios
3.02.09 Equipamento de Expediente					
3.02.10 Aquisição e Reposição (Telefone, Calculadora, Maquina de Escrever e Outros)	Equipamentos	Unidades	Vários	8.600,00	Recursos Próprios
3.02.11 Capacitação Servid./ Cursos/Treinamentos/Aperfeiçoamento	Servidor	Unidade	40	12.000,00	Recursos Próprios
3.02.12 Gerência Patrimônio Público Municipal					
3.02.13 Criação de Comissão Reavaliação e Baixas	Comissão	Unidade	001	3.000,00	Recursos Próprios
3.02.14 Desapropriações Diversas					

3.02.15 Veículos Automotivos					
3.02.16 Veículo Tipo Popular	Veículo	Unidade	001	16.000,00	Recursos Próprios
3.02.17 Digitalização de Documentos				2.000,00	Recursos Próprios
3.02.18 Realização de Concursos Públicos				10.000,00	Recursos Próprios
3.02.19 Manutenção de Linhas e Central Telefônica				6.121,00	Recursos Próprios
TOTAL				907.721,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.03 - PROGRAMA: RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DIAGNOSTICO: PRÉDIO LOCALIZADO DE FRONTE A PRAÇA "EUGÊNIO TABBERT".

DIRETRIZES: CONSERVAÇÃO E EMBELEZAMENTO DO PATRIMONIO PÚBLICO.

OBJETIVOS: MANTER O PRÉDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, PRESERVANDO O CONJUNTO ARQUITETONICO E HISTORICO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.03.01 Reforma e Jardinagem					
3.03.02 Reforma e Embelezamento do Prédio					
3.03.03 Jardinagem/Embelezamento da Praça	Prédio	Unidade	1	30.000,00	Recursos Próprios
3.03.04 Aquisição de uma área de terra para Construção da Nova Prefeitura	Praça	Unidade	4	4.000,00	Recursos Próprios
	Construção	Unidade	01	50.000,00	Recursos Próprios

TOTAL				84.000,00	
-------	--	--	--	-----------	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETARIO MUNICIPAL, 5 SERVIDORES EFETIVOS, 2 INATIVOS E 1 PENSIONISTA.

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	174.718,56	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	456.006,16	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	72.508,21	Recursos Próprios
TOTAL				703.232,93	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS.

DIAGNOSTICO: AS ATIVIDADES DE FINANÇAS COMPREENDEM: TRIBUTAÇÃO/FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE.

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR.

OBJETIVOS: TORNAR A SECRETARIA MAIS ÁGIL E EFICIENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.02.01 Contribuição a AMUNESC	Contribuição	Unidade	48	112.000,00	Recursos Próprios
4.02.02 Contribuição para Formação do PASEP	Contribuição	Unidade	48	274.000,00	Recursos Próprios

4.02.03 Acordos e Convênios com Entidades Diversas	Convênio	Unidade	Várias	40.000,00	Recursos Próprios
4.02.04 Atualização Permanente do Cadastro Imobiliário/Mobiliário	Cadastro	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
4.02.05 Programa de Premiação do Pagamento IPTU	Premiação	Unidade	03	2.000,00	Recursos Próprios
4.02.06 Programa de Incentivos Expedição de Notas Fiscais	Incentivo	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
4.02.07 Aquisição, atualização e modernização de Microcomputadores	Micro Micro Peças	Unidades	01	16.000,00	Recursos Próprios
4.02.08 Reposição de Peças Danificadas		Unidades	04	8.000,00	
4.02.09 Aquisição e Locação de Software Básicos e Administrativos		Unidades	Várias	16.000,00	
4.02.11 Mobiliário/Reposição	Móvel	Unidades	06	6.000,00	Recursos Próprios
4.02.12 Aquisição e Reposição (Fone, Calculadora, Maquina Escrever E Outros)	Equipamentos	Unidades	Vários	8.000,00	Recursos Próprios
4.02.13 Veículos Automotivos Tipo Popular	Veículo Moto	Unidade	01	16.000,00	Recursos Próprios
4.02.14 Motocicleta		Unidade	01	3.900,00	
TOTAL				505.900,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.03 - PROGRAMA: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

DIAGNOSTICO: NESTE PROGRAMA ESTÃO GLOBALIZADAS AS DESPESAS QUE, PELA SUA NATUREZA, NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE, COMO DÍVIDAS.

DIRETRIZES: PAGAMENTO MENSAL DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.

OBJETIVOS: GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POSSAM SER CUMPRIDOS INTEGRAMENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.03.01 Continuação Rua Getúlio Vargas	Rua	Unidade	12	420,00	Recursos Próprios
4.03.02 Rodoviária/Calçada/Asfaltos	Obras	Unidade	17	255.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				255.420,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.01 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO ENSINO.

DIAGNOSTICO: A Secretaria Municipal de Educação compreende os serviços de Ensino Fundamental, Ensino Infantil, Apoio Administrativo e Serviço de Controle da Merenda e Transporte Escolar, concentrando em sua sede os trabalhos administrativos, didáticos e pedagógicos de 7 escolas de Educação Básica, 2 escolas de Ensino Fundamental e 4 Centros de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria e atendimento as necessidades do ensino da Rede Pública Municipal.

OBJETIVOS: Manutenção e funcionamento das atividades administrativas da Secretaria.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.01.01 Manutenção da estrutura da educação existente (Apoio Administrativo à Educação)	Despesas Gerais	Unidade	48	677.865,41	Recursos Próprios

5.01.02 Manutenção, aquisição de material permanente para banheiro, cozinha, sala de apoio administrativo, pedagógico multiprofissionais e chefias.	Materiais	Unidade	Vários	150.000,00	Recursos Próprios
5.01.03 Construção, manutenção do prédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Prédio	Unidade	1	70.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				897.865,41	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.02 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
DIAGNOSTICO: ESTÃO LOTADOS NESTA SECRETARIA: 01 SECRETÁRIA, 118 SERVIDORES EFETIVOS, 9 INATIVOS, 1 PENSIONISTA E NOVOS SERVIDORES ADMITIDOS ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
APOIO ADMINISTRATIVO					
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	344.240,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	357.722,91	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	38.552,98	Recursos Próprios
ENSINO FUNDAMENTAL					

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	2.181.126,30	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	341.050,36	Recursos Próprios
ENSINO INFANTIL - CRECHE					
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	970.016,62	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	54.314,50	Recursos Próprios
ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR					
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	287.148,24	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	54.314,50	Recursos Próprios
TOTAL				4.728.486,21	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.03 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONTA ATUALMENTE COM 2 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E 7 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, ATENDENDO 858 ALUNOS. O CORPO DOCENTE É FORMADO POR 52 PROFESSORES, TENDO COMO PESSOAL DE APOIO, 27 MERENDEIRAS, UMA NUTRICIONISTA, UMA FONOAUDIÓLOGA, DOIS MOTORISTAS, ALÉM DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DIRETRIZES: EVITAR A EVASÃO ESCOLAR, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES FÍSICAS E PEDAGÓGICAS, EQUIPANDO AS UNIDADES DE ENSINO, AMPLIANDO O ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR E ADEQUANDO A MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DE CARDÁPIOS BALANCEADOS.

OBJETIVOS: FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO, PARA QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA PARTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA E SOLIDÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

05.03.01 Construção nova sede Escola R. M. Ma José D. Silva Bernardes	Escola	Unidade	01	200.000,00	Recursos Próprios
05.03.02 Ampliação Física das Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto. Antônio, Santana e cons- trução de uma nova escola na localidade de Bateias de Cima	Salas	Unidade	10 salas	100.000,00	Recursos Próprios Convênio (FUNDEF)
05.03.03 Construção da Quadra de Esportes nas Escolas Isoladas: Avenqui- nha de Sto Antônio, Santana e Bateias de Cima	Quadra	Unidade	01	30.000,00	Recursos Próprios FUNDEF
05.03.04 Pintura intern/ex- terna Rede Escolar	Pintura	Unidade	24	80.000,00	Recursos Próprios Convênio (FUNDEF)
05.03.05 Conser- vação e reforma dos Prédios Escolares existentes	Reformas Gerais	Unidade	22	80.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.06 Equipamen- tos para a Rede Escolar	Equiptos.	Unidade	Vários	48.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.07 Aquisição material didático/ consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.08 Estudos, levanta- mentos e pesquisas para o apri- moramento do Ensino Fundamen- tal	Estudos e Pesquisas	Unidade	07	20.000,00	Recursos Próprios Convênios

05.03.09 Contratação de pessoal de apoio: Terapeuta Ocupacional e Psicóloga	Profissionais	Unidade	02	25.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.10 Construção da quadra de esportes na E.R.M. Carlos Frederico Adolfo Schneider	Quadra de Esportes	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.11 Ampliação das depen- dências físicas e construção de muro na E.R.M. Bela Vista	Sala Muro	Unidade	01	15.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.12 Implan- tação de Telesala na Rede Escolar - Interior	Equiptos.	Unidade	02	20.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.13 Construção de dois laboratórios de infor- mática: na sede e na localidade de Bateias de Cima	Laboratório	Unidade	02	60.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.14 Informati- zação das Escolas da Rede Municipal do Ensino Fundamen- tal	Equiptos.	Peças	08	10.000,00	Recursos Próprios Convênios
05.03.15 Aquisição e Manutenção de Veículos	Veículos	Unidade	03	100.000,00	Recursos Próprios Convênios
TOTAL				933.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.04 - PROGRAMA: SERVIÇO DE ENSINO INFANTIL - CENTROS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ-ESCOLARES.

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE POSSUI 07 PRÉ-ESCOLARES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E 4 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE ATENDEM 431 ALUNOS COM FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 MESES A 6 ANOS.

DIRETRIZES: CUMPRIMENTO DAS DUAS FUNÇÕES COMPLEMENTARES E INDISSOCIÁVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CUIDAR E EDUCAR DE FORMA INTEGRADA, ATRAVÉS DE INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA FÍSICA E DA FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESTA ÁREA
OBJETIVOS: ESTABELECEER AÇÕES QUE VISEM A ADEQUAÇÃO PROGRESSIVA DOS PRÉ-ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI E A EXPANSÃO DO ATENDIMENTO, GARANTINDO A QUALIDADE EDUCACIONAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.04.01 Adequação de berçários	Berçários	Unidade	4	30.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.02 Adequação das dependências físicas de Sanitários	Sanitários	Unidade	Vários	80.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.03 Ampliação das dependências da Creche Pedacinho do Céu e de outras Creches deste Município	Prédio	Unidade	3	60.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.04 Construção e ampliação das dependências físicas	Áreas de Sol	Unidade	Vários	95.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.05 Reforma e pintura para conservação da estrutura física dos pré-escolares e creches	Reforma	Unidade	3	72.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.06 Aquisição de equipamentos e mobiliários	Equipamentos	Unidade	3	90.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.07 Manutenção dos equipamentos existentes	Equipamentos	Unidade	Vários	15.000,00	Rec. Próprios e Convênios
5.04.08 Capacitação e treinamento dos profissionais de educação	Cursos	Unidade	8	10.000,00	Rec. Próprios e Convênios

5.04.10 Aquisição e manutenção de materiais pedagógicos, permanentes e veículo	Materiais Pedagógicos	Unidade	Vários	80.000,00	Rec. Próprios e Convênios
TOTAL				532.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.05 - PROGRAMA: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: OS ALUNOS BENEFICIADOS SERÃO OS REGULARMENTE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

DIRETRIZES: MELHORIA DA QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DE CARDÁPIOS ELABORADOS COM A ORIENTAÇÃO DA NUTRICIONISTA, PROGRAMADO A FAVORECER, NO MÍNIMO, POR REFEIÇÃO, 15% DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DIÁRIOS DOS ALUNOS BENEFICIADOS.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR, VISANDO A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E DA REPETÊNCIA, E PARA FORMAR BONS HÁBITOS ALIMENTARES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.05.01 Aprimoramento do cardápio escolar, objetivando melhor qualidade da merenda escolar e suprimento das necessidades nutricionais dos educandos	Merenda Escolar	Unidade	48	92.820,00 116.912,00	Recursos Próprios Convênios com FNDE
5.05.02 Veículo para transporte da merenda	Utilitário com Baú	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios e Convênio
TOTAL				269.732,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.06 - PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: OS RECURSOS RECEBIDOS DAS CONTRIBUIÇÕES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO SÃO ALOCADOS EM PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL.

DIRETRIZES: MELHORIA DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PREFERENCIALMENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVOS: CONTRIBUIR E PROPICIAR A REDUÇÃO DOS DESNÍVEIS SÓCIO-EDUCACIONAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.06.01 Aperfeiçoamento e investimento na qualificação dos profissionais do Ensino Fundamental	Cursos	Unidade	10	20.000,00	Salário Educação
5.06.02 Conservação e Reforma dos Prédios escolares existentes	Reformas Gerais	Unidade	22	80.000,00	Salário Educação
5.06.03 Aquisição de mobiliário para salas de informática	Equipamentos	Unidade	Vários	8.000,00	Salário Educação
5.06.04 Transporte Escolar para jovens e adultos do Ensino Fundamental da Zona Rural	Transporte	Unidade	16 alunos	5.000,00	Salário Educação
TOTAL				113.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.07 - PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR

DIAGNÓSTICO: CONCEDER ACESSO AOS ALUNOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL E ESTADUAL.

DIRETRIZES: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, ERRADICANDO O ANALFABETISMO E A EVASÃO ESCOLAR.

OBJETIVOS: DESENVOLVER AS METAS PROPOSTAS PARA QUALIFICAR A EDUCAÇÃO MUNICIPAL, PROPICIANDO A MELHORIA DE CONDIÇÕES NO TRANSPORTE ESCOLAR.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.07.01 Transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Campo Alegre	Transporte	Unidade	48	480.000,00 212.185,00	Recursos Próprios Convênios
TOTAL				692.185,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.07.01 - PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS

DIAGNOSTICO: Oferecer Transporte Escolar semanalmente para Alunos que desejam prosseguir seus estudos conforme o Art.37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, onde estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria.

DIRETRIZES: Proporcionar aos Jovens e Adultos a oportunidade de acessar aos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica. Através dos cursos regulares e ou exames supletivos, considerados uma alternativa ou modalidade de ensino para o prosseguimento de estudos e conclusão dos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica.

OBJETIVOS: Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.07.01 - Transporte Escolar	Transporte	Unidade	35	1.790,95	Recursos Próprios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.08 - PROGRAMA: Bombeiros Mirins de Campo Alegre

DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola"

DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

OBJETIVOS: Proporcionar à criança uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.08.01 - Desenvolvimento do projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre	Alunos de 09 a 13 anos	Unidade	72 alunos	8.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				8.000,00	

ART.4º, 1º E 2º, II) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.09 - PROGRAMA: Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre

DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global, tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre será um marco para o município. O canto combate a agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumentos, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global das crianças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.09.01 Formação e manutenção do Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre	Alunas de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino	Unidade	80 meninas	8.000,00	Recursos próprios
TOTAL				8.000,00	

ART.4º, 1º E 2º, II) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.10 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades culturais. O Município possui uma Banda Musical, uma Escola de Música, um Espaço Cultural, uma Casa da Cultura, três Grupos Folclóricos, um Grupo de Dança e para administrar estes recursos estão lotados 6 professores de música, uma zeladora e um diretor.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de habilidades artísticas envolvendo a música, o teatro, a dança e artes visuais, aquisição e manutenção de equipamentos, promoção de eventos culturais, intercâmbios, cursos e campanhas culturais e sociais.

OBJETIVOS: Integração cultural sobre as produções artísticas, individuais e coletivas de distintas culturas e época, integração esportiva no Município e outros municípios para descoberta de novos talentos e trabalhar com a juventude profissional artística.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.10.01.00 Vencimentos e Vantagens fixas	Vencimentos	Meses	52	175.000,00	Recursos próprios
5.10.02.00 Obrigações Patronais	Encargos	Meses	52	33.475,00	Recursos próprios

5.10.03.00 Aquisição de equipamento de som	Equipamento	Conjunto	01	5.000,00	Recursos próprios
5.10.04.00 Aquisição de palco desmontável	Equipamento	Unidade	01	5.000,00	Recursos próprios
5.10.05.00 Escola de Musica José Ernesto Froehner	Registro	Unidade	01		Recursos próprios
5.10.05.01 Registro na Secretaria Estadual de Educação			01	450,00	
5.10.05.02 Promoções de Audições			04	300,00	
5.10.05.03 Aquisição de um Microcomputador completo			01	2.000,00	
5.10.06.00 Banda Musical - BAMUCA	Associação	Unidade	01		Recursos próprios
5.10.06.01 Criação APP			120	200,00	
5.10.06.02 Aquisição de Instrumentos Musicais			60	7.000,00	
5.10.06.03 Reforma e Manutenção Instrumentos Musicais			04	3.000,00	
5.10.06.04 Viagens de Intercâmbio/Nacional e Internacional			01	4.000,00	
5.10.06.05 Filiação na Federação Catarinense de Bandas			01	180,00	
5.10.06.06 Participação em Festivais			09	4.000,00	
5.10.07.00 Formação de Grupo Teatral e Apresentações	Grupo	Unidade	01	2.000,00	Recursos próprios
5.10.08.00 Manutenção Grupo Coral	Grupo	Unidade	01	1.774,61	Recursos próprios

5.10.09.00 Biblioteca	Acervo Equipamento	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos próprios
5.10.09.01 Aquisição de Acervos					
5.10.09.02 Informa-tização - Biblioteca Virtual					
5.10.09.03 Aquisição de Equipamento Material Permanente					
5.10.10.00 Campanhas Sócio-Educativas	Campanhas	Unidade	Várias	3.000,00	Recursos próprios
5.10.11.00 Criação de Arquivo Histórico	Único	Unidade	01	3.000,00	Recursos próprios
5.10.12.00 Semana Alusiva Aniversário do Município	Eventos	Unidade	04	3.000,00	Recursos próprios
5.10.12.01 Festival de Bandas e Fanfarras					
5.10.12.02 Retreta Musical					
5.10.12.03 Dia Cultural (Apresentação Teatro e Outros)					
5.10.12.04 Show de Encerramento					
5.10.13.00 Festival de Dança	Eventos	Unidade	04	2.250,00	Recursos próprios
5.10.14.00 Datas Alusivas: Natal, Páscoa, 7 de Setembro, outros	Eventos	Unidade	16	3.000,00	Recursos próprios
5.10.15.00 Reforma do Prédio da Casa da Cultura	Reforma	Unidade	01	7.000,00	Recursos próprios
TOTAL				277.879,61	

ART.4º, 1º E 2º, II) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades DESPORTIVAS. O Município possui um GINÁSIO DE ESPORTES, UMA PRAÇA DE ESPORTES E VÁRIAS QUADRAS POLIESPORTIVAS. TEM PREVISÃO DE LOTAR 1 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de ATIVIDADES DESPORTIVAS E PROMOVER CAMPEONATOS ESPORTIVOS.

OBJETIVOS: Integrar E INCENTIVAR, PRINCIPALMENTE, A JUVENTUDE PARA A PRÁTICA DE ESPORTES NO MUNICÍPIO E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM OUTROS MUNICÍPIOS ATRAVÉS DE EVENTOS DA FESPORTE E OUTROS ÓRGÃOS QUE OFERECEREM A OPORTUNIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.11.01.00 Vencimentos e Vantagens fixas	Vencimentos	Meses	52	38.605,00	Recursos próprios
5.11.02.00 Obrigações Patronais	Encargos	Meses	52	7.507,40	Recursos próprios
5.11.03.00 Construção de Equipamentos Desportivos					
5.11.03.01 Pista de Skate	Pista	Unidade	01	10.000,00	Recursos próprios
5.11.03.02 Quadra no Conjunto Habitacional Bela Vista	Quadra	Unidade	01	18.000,00	
5.11.03.03 Quadra no bairro Belo Horizonte	Quadra	Unidade	01	18.000,00	

5.11.04.00 Manutenção Reforma Equip. Desportivos					
5.11.04.01 Ginásio de Esportes					
5.11.04.02 Quadras Esportivas					
5.11.04.03 Praça de Esportes	Ginásio	Unidade	01	8.000,00	Recursos próprios
Maurício Foitte	Quadra	Unidade	04	10.000,00	
	Praça	Unidade	01	6.000,00	
	Material	Unidade	Vários	6.000,00	
	Veículo	Unidade	01	18.000,00	
5.11.04.04 Materiais diversos: Traves, Alambrados, outros					
5.11.04.05 Aquisição de um veículo "Tipo Van"					
5.11.05.00 Aquisição de Materiais Desportivos					
5.11.05.01 Uniformes	Uniformes	Conjuntos	06	3.600,00	Recursos próprios
5.11.05.02 Agasalho	Agasalho	Unidade	30	2.100,00	
5.11.05.03 Bolas	Material	Unidade	60	3.000,00	
5.11.05.04 Apito, cronômetro e outros	Materiais	Unidade	Vários	600,00	
5.11.06.00 Criação Escolinhas Desportivas					
5.11.06.01 Criação da "APE" (Ass. De Pais e Esportistas)	- x - Uniformes	- x - Unidade	01 48	250,00 480,00	Recursos próprios
5.11.06.02 Aquisição de Uniformes					
5.11.07.00 Jogos Integração da Terceira Idade	Evento	Unidade	06	1.800,00	Recursos próprios
5.11.08.00 Programa de Incentivo Prática de Esporte	Programa	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos próprios

5.11.09.00 Part. Evento Fesp. (Mo- leq. Bom de Bola e outros)					
5.11.09.01 Transportes					
5.11.09.02 Alimentação	Transporte	Unidade	Vários	3.600,00	
5.11.09.03 Refeições	Refeições	Unidade	Vários	6.000,00	
5.11.09.04 Inscrição	Inscrições	Unidade	Vários	1.050,00	Recursos próprios
5.11.09.05 das Modali- dades	Hospeda- gem	Unidade	Vários	900,00	
5.11.09.06 Hospeda- gem	Material	Unidade	Vários	300,00	
5.11.09.07 Desp. Diver- sas: água, primeiros socorros e outros					
5.11.10.00 Cursos de Aperfeiçoa- mentos					
5.11.10.01 Professores de Educa- ção Física	Cursos	Unidade	04	1.500,00	Recursos próprios
5.11.11.00 Progra- mação de Eventos					
5.11.11.01 Comemora- tivos	Evento	Unidade	04	4.000,00	Recursos próprios
5.11.11.02 Programa- ção Ani- versário do Município					
5.11.12.00 Torneios - Arbitragem e Premiação					
5.11.12.01 Jogos	Jogos	Unidade	04	5.000,00	Recursos próprios
5.11.12.02 futebol de salão	Jogos	Unidade	04	6.000,00	
5.11.12.03 Jogos	Jogos	Unidade	04	5.000,00	
5.11.12.04 futebol de campo					
5.11.12.05 Jogos fute- bol suíço					

5.11.13.00 Despesas Operacio- nais					
5.11.13.01 Consumo de Água					
5.11.13.02 Consumo de Energia Elétrica	Fatura	Unidade	48	4.903,70	
5.11.13.03 Gastos com	Fatura	Unidade	48	12.156,00	
Comuni- cações -	Fatura	Unidade	48	12.052,80	
Telefone e outros	Material	Unidade	48	15.800,00	
5.11.13.04 Combustível e manu- tenção de Veículos	Material	Unidade	48	1.000,00	
5.11.13.05 Material de expediente					
TOTAL				234.204,90	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL					
PLANO PLURIANUAL 2002/2005					
6.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL					
DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETÁRIO MUNICIPAL, 41 SERVIDORES A CONTRATAR 11 SERVIDORES					
DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS					
OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci- mentos e Vantagens Fixas	Vencimen- tos	Mês	52	1.692.227,10	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	250.962,83	Recursos Próprios

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Diversas	Mês	52	47.762,96	Recursos Próprios
TOTAL				1.990.952,89	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.02 - PROGRAMA: CONSTRUÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI CERCA DE 4 BAIRROS, COM DEMANDA REFERENCIADA P/ O CENTRO DE SAÚDE DA SEDE.

DIRETRIZES: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE.

OBJETIVOS: GARANTIR ATENDIMENTO BÁSICO À POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO DIÁRIO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E SEMANALMENTE CONSULTAS BÁSICAS (MÉDICA/ODONTOLÓGICA).

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.02.01 Construção e reforma de Postos de Saúde	Posto de Saúde	Unidade 94,00 m2	01	30.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
6.02.02 Aquisição de equipamentos médico/ambulatorial	Equipamentos	Unidade	Vários	10.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
6.02.03 Ampliação do Posto de Saúde Central	Posto	M2	01	98.000,00	Recursos Próprios/Convênio
TOTAL				138.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.03 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 3 SERVIDORES EFETIVOS E 1 INATIVO.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadorias	Mês	52	38.016,93	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	218.364,62	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	45.178,01	Recursos Próprios
TOTAL				301.559,56	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PESSOAL DO CONSELHO TUTELAR

DIAGNOSTICO: O CONSELHO TUTELAR É FORMADO POR CINCO CONSELHEIROS

DIRETRIZES: REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR.

OBJETIVOS: MANTER O ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONFORME ECA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.04.01 Manutenção das Atividades Administrativas	Material e Serviços	Unidade	Várias	15.000,00	Recursos Próprios
6.04.02 Remuneração dos Conselheiros	Serviços	Meses	Várias	85.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				100.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 02 SERVIDORES EFETIVOS

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	328.774,18	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	53.424,66	Recursos Próprios
TOTAL				382.198,84	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMPREENDE AS DIVISÕES DE: AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E INDÚSTRIA, COMERCIO E O MUNICÍPIO APRESENTA CARÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS E INFRAESTRUTURA DESTINADA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SETOR PRIMÁRIO DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA ATENDER O SETOR PRIMÁRIO E MELHORIA NA INFRAESTRUTURA.

OBJETIVOS: TER UM SETOR ÁGIL E EFICIENTE PARA ATENDER BEM AO PRODUTOR RURAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.02.01 Coordenação e manutenção	Manutenção	Unidade	Vários	288.600,00	Recursos Próprios

7.02.02 Aquisição de equipamentos	Equipamentos	Unidade	Vários	41.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				329.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.03 - PROGRAMA: APOIO A PARCERIAS E PARA INCREMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS, TAIS COMO: ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, EPAGRI, CIDASC. CDL, APICAMPO E INICIATIVA PRIVADA.

DIAGNOSTICO: A REALIDADE DEMONSTRA EXECUÇÃO DE TRABALHOS ISOLADOS ENTRE AS DIVERSAS ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: REALIZAÇÃO CONVÊNIOS, PARCERIAS E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE INCENTIVAR AS EMPRESAS LOCAIS A PARTICIPAREM DE PROCESSO LICITATÓRIO E OFERECER ALTERNATIVAS DE AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTORES RURAIS.

OBJETIVOS: OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES RURAIS DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO E AS DIVERSAS ENTIDADES, ESTIMULAR O ASSOCIATIVISMO, FORTALECER O COMÉRCIO LOCAL IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.03.1 Convênio com o Sindicato Rural para Implementação do Programa de Inseminação Artificial	Inseminação Artificial	Unidade	1.440	24.000,00	Recursos Próprios
7.03.2 Convênio com a EPAGRI - Manutenção do Escritório Local e Assistência Técnica	Prog. Est. Assistência Técnica	Unidade	----	48.000,00	Recursos Próprios
7.03.3 Parcerias com Associações e Núcleos de Criadores	Reuniões	Unidade	20	-----	Recursos Próprios
7.03.4 Parcerias com ACIACA, SEBRAE, CDL, APICAMPO Sindicato Rural e SENAR	Cursos	Unidade	22	9.500,00	Recursos Próprios
7.03.5 Manutenção do Consórcio Quiriri	Subvenção	Unidade	4	18.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				99.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.04 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

DIAGNOSTICO: ALTO CUSTO DAS SEMENTES E POUCO ACESSO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM FUNÇÃO DE SUA RENDA.

DIRETRIZES: OPORTUNIZAR O ACESSO DOS PEQUENOS PRODUTORES À SEMENTES DE FORMA SUBSIDIADA.

OBJETIVOS: MELHORIA DA RENDA DOS PEQUENOS PRUDUTORES ATRAVÉS DO ACESSO A SEMENTES DE FORMA SUBSIDIADA

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.04.1 Aquisição e Distribuição de Sementes	sementes	sacas	2.000	90.000,00	Recursos Próprios
7.04. 2 Aquisição e Distribuição Mudas Batata-Salsa	mudas	caixas	1.600	19.200,00	Recursos Próprios
7.04.3 Aquisição e Distribuição de mudas Frutíferas	mudas	unidade	20.000	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				139.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.05 - PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE ACESSO A EVENTOS PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS, REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS E CONFRATERNIZAÇÃO.

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

OBJETIVOS: OPORTUNIZAR A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E FEIRAS VISANDO A CONCRETIZAÇÃO DE NEGÓCIOS, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E CONFRATERNIZAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.05.1 Apoiar a Organização e realização da Festa E.Ovelha	Infra-Estrutura Ovinoc./ Propag.	Unidades	04	8.000,00	Recursos Próprios
7.05.2 Apoiar Organização a Realização EXPOAMA	Exposição	Unidades	04	6.000,00	Recursos Próprios
7.05.3 Organização e Participação em viagens de Produtores Rurais a feiras e eventos em outros municípios, seminários e palestras.	Viagens	Unidades	08	8.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				22.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.06 - PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS E VIAGENS PARA AGRICULTORES E INCENTIVAR A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS.

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTORES E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS VISANDO À DIMINUIÇÃO DO ÊXODO RURAL.

DIRETRIZES: OPORTUNIZAR A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES E JOVENS RURAIS EM CURSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS VIAGENS E FEIRAS.

OBJETIVOS: MANTER O JOVEM NO CAMPO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.06.1 Organização de Palestras e Cursos	Palestras	Unidade	40	10.000,00	Recursos Próprios Parcerias

7.06.2 Organização de Dias de Campo	Dia de Campo	Unidade	08	4.000,00	Recursos Próprios
7.06.3 Central de Informa- ções de empregos	Cursos	Unidade	01	6.000,00	Parcerias
7.06.4 Convênio com outras entidades	Cursos	Unidade	Vários	2.500,00	Parcerias
TOTAL				22.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.07 - PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: ALTO CUSTO E DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO PARA INVESTIMENTO/ CUSTEIO DA PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

DIRETRIZES: ORGANIZAR OS PRODUTORES, INCENTIVANDO E FACILITANDO O ACESSO À COMPRA DE INSUMO E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AUXILIANDO-OS A MONTAR PLANOS DE NEGÓCIOS.

OBJETIVOS: ACESSO DOS PRODUTORES À COMPRA DE INSUMOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE FORMA FACILITADA E DESBUROCRATIZADA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.07.1 Par- ceria com o Banco do Brasil para facilitar o acesso ao Crédito Rural	Reuniões	Unidade	08	570.000,00	Banco do Brasil
7.07.2 Par- cerias com entidades (ACIACA e Sindica- tos) para organização de compra conjunta de Insumos, máquinas e equipamen- tos.	Reuniões	Unidade	10	-----	Banco do Brasil
TOTAL				570.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.08 - PROGRAMA: PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: SOLOS DO MUNICÍPIO EXCESSIVAMENTE ÁCIDOS E CONSEQUENTEMENTE BAIXA PRODUTIVIDADE.

DIRETRIZES: EXIGÊNCIAS DE: ANÁLISE DE SOLO, BLOCO DE NOTA DE PRODUTOR RURAL E CPF DO PRODUTOR.

OBJETIVOS: CORREÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO COM CONSEQUENTE AUMENTO DE PRODUTIVIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.08.1 Aquisição e Distribuição de Calcário	Calcário	Tonelada	15.000	160.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				160.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.09 - PROGRAMA: READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO POSSUE CARÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS NATIVAS E EXÓTICAS ORNAMENTAIS E MEDICINAIS E NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR E PROTEÇÃO DAS NASCENTES PREVISTAS EM OUTROS PROGRAMAS.

DIRETRIZES: ESTRUTURAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DE MUDAS.

OBJETIVOS: ATENDER O PRODUTOR RURAL COM MUDAS FLORESTAIS, ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE COM MUDAS ORNAMENTAIS, ATENDER A POPULAÇÃO COM MUDAS DE HORTALIÇAS E ERVAS MEDICINAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.09.1 Construção de Infra- estrutura	Infra- Estru- tura	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
7.09.2 Equipa- mento de Irrigação	Equipa- mento	Unidade	01	12.000,00	Recursos Próprios

7.09.3 Micro-tractor com Imple- mentos	Equipa- mento	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
7.09.4 Estufas	Equipa- mento	Unidade	02	3.000,00	Recursos Próprios
7.09.5 Materiais Diversos	Equipa- mento	Unidade	02	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				48.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.10 - PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS

DIAGNOSTICO: FALTA DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EXISTENTES E DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES AGRO SILVO PASTORIS.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO REALIZAR AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

OBJETIVOS: BENEFICIAR PESSOAS QUE TENHAM NA AGRICULTURA SUA ATIVIDADE PRINCIPAL. E EVITAR O ÊXODO RURAL

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.10.1 Exe- cução de Trabalhos de Terrapla- nagem, en- saibramento construção de açudes e outros	Veículos	Unidade	Frota Muni- cipal	0,00	Parceria com a Secretaria de Plane- jamento e Obras
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.11 - PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: CARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SEUS RECURSOS NATURAIS E NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUANTO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS, BUSCANDO USAR A NATUREZA COMO RECURSO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: DIVULGAR E EDUCAR A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO INCLUSIVE NAS ESCOLAS EM RELAÇÃO A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DE FOLDERS, CARTILHAS ECOLÓGICAS, PALESTRAS, CAMPANHAS, CURSOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO E POR ENTIDADES COMO SENAR E EPAGRI.

OBJETIVOS: TER UMA POPULAÇÃO CONSCIENTE E CAPAZ DE EXERCER A CIDADANIA E O RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.11.1 Realização de palestras nas escolas	Palestras	Unidade	Várias	1.000,00	Parceria c/ Secret. De Educação
7.11.2 Fol- der sobre o Meio Ambiente	Folder	Unidade	20.000	8.000,00	Recursos Próprios
7.11.3 Palestras, Campanhas e Reuniões	Palestras	Unidade	8	-----	Recursos Próprios
7.11.4 Elaboração de Cartilha Ecológica	Cartilha	Unidade	2.000	20.000,00	Recursos Próprios
7.11.5 Cur- so do Sindi- cato Rural, SENAR, EPAGRI e P.M.C.A.	Curso	Unidade	Vários	12.000,00	SENAR, EPAGRI e Recursos Próprios
TOTAL				41.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.12 - PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE ORGANIZAR AS AÇÕES RELATIVAS AS QUESTÕES AMBIENTAIS.

DIRETRIZES: APOIAR A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

OBJETIVOS: CRIAÇÃO DO COMDEMA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

7.12.1 Reunião	Reunião	Unidade	04	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.13 - PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE
EVENTOS AMBIENTAIS

DIAGNOSTICO: A COMUNIDADE NÃO PARTICIPA DE FORMA EFETIVA,
EXISTEM POUCOS EVENTOS NO MUNICÍPIO

DIRETRIZES: VER PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

OBJETIVOS: EVENTOS AMBIENTAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.13.1 Semana da Água	-----	-----	-----	15.900,00	Recursos Próprios
7.13.2 Semana do Meio Ambiente	-----	-----	-----	-----	Recursos Próprios
7.13.3 Dia da Proteção da Floresta e outros Eventos Ambientais etc...	-----	-----	-----	-----	Recursos Próprios
TOTAL				15.900,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.14 - PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A
SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: ALTA INCIDÊNCIA DO SIMULÍDEO NO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: LEVANTAMENTO DA INCIDÊNCIA NAS COMUNIDADES
LEVANTAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO (BTI) NECESSÁRIO A CON-
TRATAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETIVOS: CONTROLAR A INCIDÊNCIA DO BORRACHUDO A NÍVEL
TOLERÁVEL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.14.1 Controle do Borrachudo	Levanta- mento e aplicação	Unidade	100 %	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				20.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.15 - PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIA-
DO AS SUAS BELEZAS NATURAIS E PROMOÇÃO DO TURISMO RURAL.

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO COM POTENCIAL TURÍSTICO DE ACORDO
COM A EMBRATUR E PROPRIEDADES RURAIS COM POTENCIAL TURÍSTI-
CO AINDA NÃO APROVEITADO.

DIRETRIZES: PROMOVER A DIVULGAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO
MUNICÍPIO COM POTENCIAL NA ÁREA DO ECOTURISMO E TURISMO
RURAL, CADASTRAMENTO TURÍSTICO E DIVULGAÇÃO A NÍVEL REGIO-
NAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL EM RELAÇÃO AOS SEUS
RECURSOS NATURAIS.

OBJETIVOS: DIVULGAR O MUNICÍPIO A NÍVEL DE ESTADO, PAÍS E MUN-
DO EM RELAÇÃO AOS SEUS RECURSOS NATURAIS E
PROMOVER O TURISMO RURAL AGRO E ECO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.15.1 Cen- tro de Infor- mações Turísticas	Espaço	Unidade	01	39.000,00	Recursos Próprios
7.15.2 Aqi- sição de Máquinas e Equipamen- tos	Máquinas e Equipatos.	Unidade	12	5.000,00	Recursos Próprios

7.15.3 Programa de Incentivo para Jardinagem	Projetos	Unidade	01	5.000,00	Recursos Próprios
7.15.4 Projeto Paisagístico das margens da Rodovia SC 301	Projeto	Unidade	01	20.000,00	Recursos Próprios e Parcerias
7.15.5 Cadastramento de Propriedades	Censo	Unidade	01	6.000,00	SEBRAE
7.15.6 Implantação do Plano Diretor Turístico	Projeto	Unidade	01	40.000,00	Parceria
7.15.7 Divulgação	Folders	Unidade	20.000	10.000,00	Recursos Próprios
7.15.8 Programa de Incentivo para Feira Livre	Espaço	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios
7.15.9 Infra-estrutura Básica no Calçadão (bancos, banheiros, arborização, coreto, etc.)	Espaço	Unidade	01	35.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				185.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.16 - PROGRAMA: INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE ATRAIR NOVAS INDÚSTRIAS E FORTALECER AS INDÚSTRIAS LOCAIS.

DIRETRIZES: DAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA COMO ESTRADAS, LUZ, ÁGUA, TELEFONE, TERRAPLANAGEM E ENSAIBRAMENTO.

OBJETIVOS: GERAÇÃO DE EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTES
7.16.1 Melhorar a infraestrutura básica de terraplanagem, vias de acesso, ensaibramento, etc.	Serviços	Unidade	Vários	-----	Recursos Próprios (Secretaria de Obras)
7.16.2 Apoio para participação de Feiras e Eventos	Stand	Unidade	08	16.000,00	Recursos Próprios
7.16.3 Divulgação do potencial do Município	Imprensa	Unidade	04	4.800,00	Recursos Próprios
7.16.4 Infra-estrutura básica (energia elétrica, asfalto e gás)	Projetos	Unidade	01	300.000,00	Governo do Estado
7.16.5 Terreno para instalação de Condomínio	Terreno	Unidade	01	100.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				420.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.17 - PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS.

DIAGNOSTICO: FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES.

OBJETIVOS: UNIÃO DAS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS NA ÁREA INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.17.1 Cursos Profissionalizantes	Curso	Unidade	40	40.000,00	Recursos Próprios Governo Federal/SINE/SENAR/SENAC/SENAI E SEBRAE
7.17.2 Programa de Incentivo a pequenas Cooperativas de Bairros	Projetos	Unidade	10	10.000,00	Parceria com Secretaria de Assistência social e Recursos Próprios
TOTAL				50.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS 46 SERVIDORES EFETIVOS.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS.

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	90.439,05	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	1.733.427,90	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	285.898,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.109.764,90	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.02 - PROGRAMA: URBANIZAÇÃO DE VIAS.

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO POSSUI 19,700Km DE VIAS NÃO PAVIMENTADAS.

DIRETRIZES: FAZER A SUB-BASE E TUBULAÇÃO PLUVIAL PARA PAVIMENTAÇÃO.

OBJETIVOS: PREPARAÇÃO DA SUB-BASE ,TUBULAÇÃO PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.02.1 Vias Urbanas (7.290Mx9M)	Vias	M2	65.610	1.219.603,00	Recursos Próprios
8.02.2 Pavimentação da Rodovia que liga o Distrito de Bateias de Baixo a sede do Município	Via	M2	112.000	4.480.000,00	Recursos do Governo do Estado
TOTAL				5.699.603,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.03 - PROGRAMA: ÁGUA POTÁVEL.

DIAGNOSTICO: COMUNIDADES SEM ÁGUA POTÁVEL.

DIRETRIZES: IMPLANTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EM COMUNIDADES DESABASTECIDAS.

OBJETIVOS: FIRMAR CONVÊNIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.03.1 Implantação de Rede Hidráulica (Convênio com a CASAN)	Rede Hidráulica	Sistema	2	10.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				10.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.04 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEICULOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE MAIS VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: IMPLEMENTAÇÃO DE MAQUINÁRIOS

OBJETIVOS: MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS E SERVIÇOS GERAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.05.1 Caminhão Traçado e Trucado com Basculante	Veiculo	Peça	03	330.000.00	Recursos Próprios
8.05.2 Retro Escavadeira	Veiculo	Peça	01	180.000.00	Recursos Próprios
8.05.3 Motoniveladora	Veiculo	Peça	01	280.000.00	Recursos Próprios
8.05.4 Trator de Pneu	Trator	Peça	01	91.000.00	Recursos Próprios
8.05.5 Aquisição de um Britador	Equipamento	Unidade	01	110.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				991.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.05 - PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE VIAS.

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO TEM 295 KM DE VIAS PUBLICAS.

DIRETRIZES: MELHORIA E MANUTENÇÃO VIAS PUBLICAS.

OBJETIVOS: CONSERVAÇÃO DAS VIAS PUBLICAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.05.1 Recuperação do asfalto de Frangos com 2.500m	Asfalto	m2	22.500	320.000.00	Recursos Próprios
8.05.2 Construção e conservação permanente de estradas, bueiros e pontes da Área Rural	Estradas	Km	250	120.000.00	Recursos Próprios
8.05.3 Conservação permanente das vias urbanas pavimentadas ou não.	Vias	Km	45	20.000.00	Recursos Próprios
8.05.4 Recuperação e alargamento das estradas do Município.	Estradas	Km	Várias	20.000.00	Recursos Próprios
8.05.5 Infra-estrutura para Indústria conforme programa de divisão de Comercio e Industria de acordo com o Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa	Unidade	4	186.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				666.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.06 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS.

DIAGNOSTICO: A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE OBRAS COMPREENDE O SERVIÇO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DIRETRIZES: GARANTIR A EXECUÇÃO DE OBRAS E SUPRIR AS NECESSIDADES DE BENS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS.

OBJETIVOS: MANTER E ABASTECER A SECRETARIA COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TUBOS, MADEIRA, ENERGIA ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS COM PROFISSIONAIS TÉCNICOS, EMPRESAS ESPECIALIZADAS, COLETA, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO FINAL DO LIXO E OUTROS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.06.1 Manutenção e conservação	Serviços	Diversos	Vários	706.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				706.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.07 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS PESADOS E UM BRITADOR FIXO À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA.

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA.

OBJETIVOS: COMPREENDE O ABASTECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, PNEUS, LUBRIFICANTES, DESPESAS COM BORRACHARIA E OFICINA EM GERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.07.1 Manutenção e conservação	Serviços	Diversos	Várias	1.000.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				1.000.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.08 - PROGRAMA: ATERRO SANITÁRIO.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI AINDA UM ATERRO SANITÁRIO CONFORME AS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS.

DIRETRIZES: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO.

OBJETIVOS: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.07.1 Aquisição de um terreno	Área	M2	01	20.000.00	Recursos Próprios
8.07.2 Implementação do Aterro Sanitário	Projeto	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				45.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.09 - PROGRAMA: MORAR BEM.

DIAGNOSTICO: DÉFICIT HABITACIONAL.

DIRETRIZES: AUXILIO MORADIA.

OBJETIVOS: CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

8.09.1 Saneamento pluvial/Saneamento Básico	Tubos	Pegas	4.000	80.000,00	Recursos Próprios
8.09.2 Aquisição de um terreno	Terreno	M²	01	0,00	
TOTAL				80.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.10 - PROGRAMA: AMPLIAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO CEMITÉRIO.

DIAGNOSTICO: UM CEMITÉRIO NA ÁREA CENTRAL.

DIRETRIZES: CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO.

OBJETIVOS: MODERNIZAR E AMPLIAR O CEMITÉRIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.09.1 Muro de arrimo e cerca	Muro	M2	375	15.000,00	Recursos Próprios
8.09.2 Ampliação do Cemitério (aquisição de terreno)	Terreno	M2	1	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				35.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CAMPO ALEGRE
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

9.01 - PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF ESTABELECE QUE TODOS OS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTABELEÇAM RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DIRETRIZES: RESERVA PARA CONSTITUIR A RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVOS: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS SURTIDOS NO DECORRER DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
9.01.1 Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	494.560,48	Recursos Próprios
TOTAL				494.560,48	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

1.0 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE (PAB-A)

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA 06 UNIDADES DE SAÚDE.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVOS: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM GERAL, CONFORME DETERMINA PARÂMETROS/PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
1.01 Materiais Clínicos Básicos	Pacientes	Unidade	44.568	40.913,48	Recursos Próprios Convênios
1.02 Materiais Odontológicos	Pacientes	Unidade	3.036	32.922,45	Recursos Próprios Convênios
1.03 Matérias de T.O, Psicologia e Fisioterapia	Pacientes	Unidade	7.800	8.950,50	Recursos Próprios Convênios
1.04 Material de Consultório e Equipamentos	Equipamentos	Unidade	Vários	13.932,28	Recursos Próprios Convênios
TOTAL				96.718,66	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.0 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO DISPÕE DO PROJETO EM IMPLANTAÇÃO

DIRETRIZES: CONTRIBUIR PARA A REORIENTAÇÃO DO MÓDULO ASSISTENCIAL A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, IMPRIMINDO UMA NOVA DINÂMICA DE ATUAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A POPULAÇÃO.

OBJETIVOS: PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL CONTÍNUA NA UNIDADE DE SAÚDE E NO DOMICÍLIO, INTERFERINDO SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS A POPULAÇÃO ESTÁ EXPOSTA FAZENDO COM QUE A SAÚDE SEJA RECONHECIDA COMO UM DIREITO DE CIDADANIA E, PORTANTO, EXPRESSÃO DE QUALIDADE DE VIDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
2.01 Médico	Profissional	Unidade	01	41.600,00 112.000,00	Recursos Próprios Convênios
2.02 Enfermeira	Profissional	Unidade	01	76.800,00	Recursos Próprios
2.03 ACS	Profissional	Unidade	05	45.600,00	Recursos Próprios
2.04 Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	10.000,00	Recursos FMS
TOTAL				286.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.0 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA DE ENSINO 1875 ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 14 ANOS - ATENDE-SE NO PROGRAMA 1875 ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL.

DIRETRIZES: AMPLIAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS, ATENDENDO ANUALMENTE 100% DAS CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA 1875 ALUNOS.

OBJETIVOS: PREVENÇÃO E SAÚDE BUCAL EM ESCOLARES. O PROGRAMA É DESENVOLVIDO EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: ESCOVAÇÃO SUPERVISIONADA, PALESTRAS, BOCHECHOS FLUORADOS SEMANALMENTE, DISTRIBUIÇÃO DE CREME DENTAL, ESCOVAS E FLÚOR.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

3.01 Distribuição de creme dental	Creme	Unidade	8.400	10.080,00	Convênios
3.02 Distribuição de escovas dentais	Escovas	Unidade	13.200	13.200,00	Convênios
3.03 Distribuição de flúor	Flúor	Unidade	10.200	3.276,00	Convênios
TOTAL				26.556,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.0 - PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/ PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: CONVÊNIO FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL - FMS PARA PAGAMENTO DE CONSULTAS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIAS E PRONTO ATENDIMENTO.

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO, TRABALHO CONJUNTO COM O HOSPITAL LOCAL

OBJETIVOS: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CONSULTA CONFORME FIRMADO ENTRE AS PARTES PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA/AMBULATORIAL EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.01 Pagamento de Plantão Urgência / Emergência e Pronto Atendimento	Pacientes	Unidades	11.352	505.982,20	Recursos Próprios
4.02 Pagamento de Serviços Radiológicos	Pacientes	Unidade	1.000	9.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				515.582,20	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.0 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTOS/ ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.
MÉDICOS / ALTA COMPLEXIDADE

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI SETOR DE TFD - TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO PARA ENCAMINHAMENTO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS.

DIRETRIZES: CUSTEAR AS DESPESAS DE PACIENTES DA REDE SUS QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM CONTRA REFERÊNCIAS.

OBJETIVOS: GARANTIR TRANSPORTE ATRAVÉS DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
PAGAMENTO DE TICKETS - PASSAGENS RODOVIÁRIAS OU AÉREAS, DESPESAS COM PERNOITE E ALIMENTAÇÃO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO. PAGAMENTO DE EXAMES E CONSULTAS, E OUTRAS DESPESAS COM O CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.01 Atendimento/ Exames e Consultas CIS/AMUNESC	Pacientes	Unidade	1.200	104.208,00	Recursos Próprios
5.02 Outros Procedimentos Custeados pela Prefeitura Municipal	Pacientes	Unidade	800	32.000,00	Recursos Próprios
5.03 Auxílio pacientes carentes em tratamentos prolongados radioterápicos	Pacientes	Unidade	3.600	1.200,00	Recursos Próprios
5.04 TFD/ SUS - gasto com combustível/ Auxílio Passagem	Pacientes	Unidade	8.000	23.040,00	TFD/MAC/ FMS
5.05 Gastos com transporte de pacientes fora do domicílio - combustível e manutenção de veículos	Pacientes	Unidade	5.000	180.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				340.448,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.0 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI UMA FARMÁCIA BÁSICA INSTALADA NA SECRETARIA DE SAÚDE COM APROXIMADAMENTE 127 ITENS ATENDENDO A MÉDIA DE 1.015 PACIENTES (ATENDE TAMBÉM AS UNIDADES DO INTERIOR).

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

OBJETIVOS: ATENDER A DEMANDA NAS UNIDADES DE SAÚDE, GARANTINDO TRATAMENTO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.01 Aquisição de Medicamentos Básicos	Pacientes	Unidades	46.560	286.126,53	Convênio/ FMS
TOTAL				286.126,53	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.0 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER AÇÕES ACORDADAS ENTRE MUNICÍPIO/ ESTADO NA PPI EPIDEMIOLÓGICA, COMO NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO DE AGRAVOS, ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, VACINAÇÃO DE ROTINA E CAMPANHAS, ETC...

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

OBJETIVOS: IMPLANTAR AS AÇÕES DE CONTROLE DE DOENÇAS/ENDEMIAS NA POPULAÇÃO EM GERAL E DIMINUIR O ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.01 Alimentação/ Informação de dados	SIM/SINAN	Unidade Total	8.976	35.188,32	Convênios
7.02 Imunização	Pacientes	Unidade	18.744	9.372,00	Convênios

7.03 Campanha Fora Bicho	Crianças	Unidade	4.400	7.856,00	Convênios
7.04 Investigação e Notificação	População em Geral	Unidade	496	248,00	Convênios
TOTAL				52.664,32	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.0 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

8.0

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO CUSTEIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO, BEM COMO TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS.

DIRETRIZES: ATENDIMENTO A PACIENTES EM TRATAMENTO CONTÍNUO

OBJETIVOS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BEM COMO O ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS VIA SUS OU CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO/AUXÍLIO TRANSPORTE ETC.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.01 Aquisição de Medicamentos	Pacientes	Unidade	2.496	0,00	Medicamentos da Farmácia Básica
8.02 Pagamento de Consultas e Exames especializados/auxílio transporte para atendimento especializado	Pacientes	Unidade	50	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

9.0 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI (PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA) EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA POSSUI DOIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, E UM DE NÍVEL SUPERIOR.

DIRETRIZES: MUNICIPALIZAR AS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME PORTARIA DOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE, ARRECADAR TAXAS. AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO, MATERIAL DE CONSUMO, CONFEÇÃO DE PANFLETOS, PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ETC.

OBJETIVOS: MELHORIA SANITÁRIA - CONTROLE DE DOENÇAS OCASIONADAS POR INADEQUAÇÃO DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS - ARRECADÇÃO DE TAXAS FISCAIS, INCREMENTAÇÃO NAS ÁREAS DE SANEAMENTO BÁSICO, ELIMINAÇÃO DO AEDES AEGIPTI (DENGUE), CADASTRAR FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
9.01 Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	06	600,00	Convênio
9.02 Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	6.000,00	Convênio
9.03 Material De Consumo	Material Cons	Unidade	Vários	15.000,00	Convênio
9.04 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviço	Unidade	Vários	3.000,00	Convênio
9.05 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviço	Unidade	Vários	5.000,00	Convênio
9.06 Veículos utilitários	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Convênio
9.07 Micro computador completo, Impressora Laser, Mesa para micro computador, Cadeira giratória, Escrivaninha, Armário, Arquivo de aço	Equipamentos	Unidade	Vários	7.130,00	Convênio
TOTAL				51.730,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

10.0 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS.

DIAGNÓSTICO: HÁ UM GRANDE NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICA DEGENERATIVAS QUE NECESSITAM DE ACOMPANHAMENTO E TRATAMENTO ESPECÍFICO, TAIS COMO DIABETES MELITUS, HIPERTENSÃO ARTERIAL E CÂNCER.

DIRETRIZES: REALIZAÇÃO DE EXAMES PERIÓDICOS, VERIFICAÇÃO DE PA E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS.

OBJETIVOS: OFERECER SERVIÇOS E MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, ADQUIRINDO O MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA, BEM COMO PROMOVER A DISTRIBUIÇÃO DOS MEDICAMENTOS PARA HIPERTENSOS E DIABÉTICOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30 Material De Consumo	Pacientes	Unidade	Vários	9.540,00	Recursos Próprios
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	4.500,00	Fundo Saúde
TOTAL				14.040,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

11.0 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NECESSITA DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS PARA SUA MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS NOVOS PROGRAMAS E DOS JÁ EXISTENTES.

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES.

OBJETIVOS: PROPORCIONAR UM ATENDIMENTO QUALIFICADO, ATENDENDO AO MÁXIMO AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
11.01 Aquisição de um veículo automotor com capacidade de 05 lugares e um utilitário 16 lugares.	Veículo	Unidade	02	70.500,00	Convênios/FMS
11.02 Despesas com documentação/seguro e manutenção dos veículos	Veículo	Unidade	Vários	5.500,00	Convênios/FMS
11.03 Aquisição de equipamentos administrativos	Equipamentos	Unidade	Vários	13.000,00	Convênios/FMS

11.04 Remuneração de profissional Auditor Médico	Profissional	Unidade	01	4.800,00	Recursos Próprios
11.05 Formulários e impressos	Material	Unidade	4.000	2.000,00	Convênio
11.06 Cursos e treinamentos nos diversos setores: enfermagem, vigilância sanitária, epidemiologia, controle e avaliação	Cursos	Unidade	30	12.000,00	Recursos Próprios Convênios
11.07 Auxílio pagamento de exames/consultas especializadas	Pacientes	Unidade	3.000	6.120,00	Convênio/FMS
11.08 Consulta de enfermagem	Pacientes	Unidade	2.000	4.080,00	Convênio/FMS
11.09 Encaminhamento de pacientes para centros de referência	Pacientes	Unidade	100	255,00	Convênio/FMS
11.10 Exames pré-natal	Pacientes	Unidade	1.410	9.870,00	Convênio/FMS
TOTAL				128.125,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

12.0 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E TERAPÊUTICA AOS MUNICÍPIOS.

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER TRABALHOS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO DE DOENÇAS ATRAVÉS DE UM TRABALHO CONTINUADO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

DIRETRIZES: CONFECCÃO DE FOLHETOS, CARTAZES E FOLDERS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE FITAS, ÁLBUNS, SERIADOS, PARCERIA COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PARA RECEBER MATERIAIS COMO CAMISETAS, BONÉS, BOTONS ALUSIVOS A DATAS COMEMORATIVAS, COMO DIA MUNDIAL CONTRA TABAGISMO, DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS Etc... EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E VOLUNTÁRIOS.

OBJETIVOS: ORIENTAÇÕES A POPULAÇÃO SOBRE DOENÇAS EM GERAL, HIGIENE, SANEAMENTO BÁSICO, ALCOOLISMO E TABAGISMO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12.01 Controle do Tabagismo	População Geral	Unidade	60	0,00	Parceria
12.02 Con- fecção de Panfletos	População Geral	Unidade	6.000	0,00	Parceria
12.03 Palestras, orientações para a po- pulação em geral sobre a prevenção de doenças e higiene	População Geral	Unidade	630	0,00	Parceria
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

13.0 - PROGRAMA: CONVÊNIO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PROCEDIMENTOS PAB-A E SUBVENÇÃO SOCIAL PARA O HOSPITAL SÃO LUIZ.

DIAGNÓSTICO: ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DIRETRIZES: REPASSE DE RECURSOS A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, BEM COMO O PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS REALIZADOS.

OBJETIVO: REPASSE MENSAL REFERENTE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS E SUBVENÇÃO SOCIAL

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.3.90.39 Outros Ser- viços Tercei- ro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	12	43.200,00	Convênio/ FMS
3.3.50.43 Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	12	54.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				97.200,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

14.0 - PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA ATENDE 1.086 CRIANÇAS E 546 GESTANTES, DESTAS SÃO BENEFICIADAS COM SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR 57 CRIANÇAS E AS GESTANTES RECEBEM ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL

DIRETRIZES: MELHORIA NO ATENDIMENTO A GESTANTE DE RISCO NUTRICIONAL E DESNUTRIDA, TAMBÉM FAZENDO A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL A CRIANÇAS DE 06 A 59 MESES.

OBJETIVOS: ATENDER AS CRIANÇAS DE 06 A 59 MESES E GESTANTES EM NOSSO MUNICÍPIO, VISANDO PREVENIR RISCOS NUTRICIONAIS, REALIZANDO ASSIM A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
14.01 Reposição Nutricional	Pacientes	Unidade	2.090	31.669,50	Convênios
TOTAL				31.669,50	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

15.0 - PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO NO POSTO DE SAÚDE DE BATEIAS DE BAIXO.

DIAGNOSTICO: A UNIDADE DE SAÚDE JÁ POSSUI INSTALADO UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, INSTRUMENTAL, EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO.

OBJETIVOS: ATENDER A POPULAÇÃO EM GERAL, PRIORIZANDO CRIANÇAS E GESTANTES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30 Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	30.000,00	Recursos Próprios

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	1.500,00	FMS
4.4.90.52 Equipamen- tos e Material Permanente	Equipamen- tos	Unidade	Vários	10.000,00	FMS
TOTAL				41.500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

16.0 - PROGRAMA: CADASTRAMENTO NACIONAL DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO SAÚDE E IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS.

DIAGNOSTICO: POR MEIO DO CADASTRO SERÁ POSSÍVEL A EMISSÃO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS USUÁRIOS E A VINCULAÇÃO DE CADA USUÁRIO AO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA, PERMITINDO UMA MAIOR EFICIÊNCIA NA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE NATUREZA INDIVIDUAL E COLETIVA DESENVOLVIDAS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS.

DIRETRIZES: A- CADASTRAMENTO DA POPULAÇÃO ALVO (11.500 HAB) PARA O 1º CICLO DO PROJETO;
B- EMISSÃO DO CARTÃO SUS PARA TODO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

OBJETIVOS: REALIZAÇÃO DE UM CADASTRAMENTO DOMICILIAR DE BASE NACIONAL, ALIADO À POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DESSA BASE CADASTRAL ATUALIZADA, CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), FACILITANDO A GESTÃO DO SISTEMA E CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO DIRETO AO USUÁRIO.

AÇÕES	PRODU- TO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
16.01 Capacitar as pessoas contratadas temporariamente para evitar duplo ou falta de cadastramentos, para codificar bairros e logradouros, definir critérios para cadastrar as famílias, digitar as fichas cadastrais e repassar as informações ao DATASUS.	Pessoal	Unidade	05	5.400,00	Convênio/ FMS
TOTAL				5.400,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

17.0 - PROGRAMA: AMIGA DO PEITO

DIAGNOSTICO: A CIDADE APRESENTA UM GRANDE ÍNDICE DE POBREZA E UM BAIXO ÍNDICE DE MÃES AMAMENTANDO SEUS FILHOS.

DIRETRIZES: INCENTIVAR A AMAMENTAÇÃO, CRIAR O GRUPO DE APOIO DENOMINADO "AMIGA DO PEITO".

OBJETIVOS: IMPLANTAR ESTE PROGRAMA EM PARCERIA COM O HOSPITAL SÃO LUIZ.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
17.01 Banco de Leite	Mães	Unidade	80	0,00	Parcerias
17.02 Material de Conscientização e Acompanhamento	Mães	Unidade	Vários	0,00	Parcerias
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

18.0 - PROGRAMA: BOLSA ALIMENTAÇÃO.

DIAGNOSTICO: UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO QUE COMPLEMENTA A RENDA FAMILIAR VISANDO MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO.

DIRETRIZES: O PROGRAMA SERÁ FEITO DIRETAMENTE A FAMÍLIA QUE RECEBERÁ DE R\$ 15,00 A R\$ 45,00, PARA CRIANÇAS DE SEIS MESES A SEIS ANOS DE IDADE, GESTANTES E NUTRIZES.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS DE GESTANTES E MÃES QUE AMAMENTAM.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30 Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.500,00	Convênio

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	600,00	Convênio
TOTAL				2.100,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

1.0 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNOSTICO: HÁ NECESSIDADE DE ADQUIRIR EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CAPACITAR OS PROFISSIONAIS PARA TORNAR O SETOR MAIS ÁGIL E MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO.

OBJETIVOS: ADQUIRIR OS MATERIAIS DE EXPEDIENTE E EQUIPAMENTOS, INFORMATIZAR O SETOR E PROPORCIONAR UM ATENDIMENTO QUALIFICADO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
1.01 Materiais de Expediente e Equipamentos (pastas, arquivos, armários e móveis)	Materiais e Equipamentos	Unidade	01	3.000,00	Recursos Próprios
1.02 Informatização e aquisição de telefone	Equipamentos	Unidade	01	2.100,00	Recursos Próprios
1.03 Participação de Cursos, Seminários, Congressos e Outros.	Cursos	Unidade	10	800,00	Recursos Próprios
TOTAL				5.900,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.0 - PROGRAMA: TRANSPORTE PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: FORNECIMENTO DE TICKET PARA O TRANSPORTE COLETIVO E RODOVIÁRIO

DIRETRIZES: AUMENTAR O ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES

OBJETIVOS: PROPORCIONAR ATENDIMENTO AOS CARENTES QUE SÃO ENCAMINHADOS PARA ATENDIMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, BEM COMO AOS QUE IRÃO EM BUSCA DE TRABALHO OU ATÉ MESMO FIXAR RESIDÊNCIA EM OUTROS MUNICÍPIOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
2.01 Ticket Passagem - Transporte Rodoviário e Coletivo	Tickets	Unidade	480	3.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.600,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.0 - PROGRAMA: FOTOS PARA CARENTES.

DIAGNOSTICO: ESTE PROGRAMA JÁ ESTÁ IMPLANTADO.

DIRETRIZES: EXPANSÃO AO ATENDIMENTO DOS NECESSITADOS.

OBJETIVOS: CONCEDER AJUDA FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FOTOS PARA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL A CADA CIDADÃO CARENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.01 Fotos	Fotos	Unidade	150	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.0 - PROGRAMA: ATAÚDES PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: O PROGRAMA JÁ ENCONTRA-SE IMPLANTADO.

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO CONFORME A NECESSIDADE DA DEMANDA.

OBJETIVOS: ATENDIMENTO AOS CARENTES NA AQUISIÇÃO DE ATAÚDES - FUNERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.01 Ataúdes	Carentes	Unidade	144	11.520,00	Recursos Próprios
TOTAL				11.520,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.0 - PROGRAMA: REPASSE A INSTITUIÇÕES

DIAGNOSTICO: EXISTEM NO MUNICÍPIO 10 INSTITUIÇÕES QUE PROPORCIONAM ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MÃES.

DIRETRIZES: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO GOVERNO MUNICIPAL PARA CONTINUIDADE DOS TRABALHOS EXISTENTES E ATÉ CRIAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES.

OBJETIVOS: VISITAS, REUNIÕES SEMANAIS COM TEMAS E TRABALHOS AOS ASSISTIDOS, INCENTIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS POR ELES CONFECCIONADOS, RECURSO MENSAL PARA A MANUTENÇÃO E PAGAMENTO DE MONITORES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
5.01 Apoio a Instituições	Crianças/Adolescentes e Mães	Unidade	15	20.000,00	Recursos Próprios

TOTAL

20.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.0 - PROGRAMA: FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: JÁ ENCONTRA-SE O PROGRAMA IMPLANTADO O QUAL É MANTIDO COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DIRETRIZES: EXPANDIR ESTE ATENDIMENTO PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE CONFORTO AO PACIENTE CARENTE.

OBJETIVOS: EVITAR QUE O PACIENTE CARENTE POR VENTURA POSSA CONTRAIR OUTRAS DOENÇAS OCASIONAIS. EFETUAR VISITA DOMICILIAR MENSAL COM OBJETIVO DE AVALIAR A NECESSIDADE DO USO DE TAL PRODUTO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.01 Fraldas	Carentes Deficientes	Unidade	384	2.280,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.280,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.0 - PROGRAMA: CESTAS BÁSICAS

DIAGNOSTICO: JÁ EXISTE O PROGRAMA DE ATENDIMENTO COM CESTAS BÁSICAS A FAMÍLIAS CARENTES, COM DISTRIBUIÇÃO DE 50 UNIDADES.

DIRETRIZES: MANTER O PROGRAMA PARA ATENDER SOMENTE DESEMPREGADOS.

OBJETIVOS: ATENDER EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA OS CHEFES DE FAMÍLIAS DESEMPREGADOS POR UM PERÍODO DE 3 MESES, APÓS CONFIRMAÇÃO DE CARÊNCIA PELO SERVIÇO SOCIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------------	------	-------	-------

7.01 Cestas Básicas	Desempregados	Unidade	2.400	60.576,00	Recursos Próprios
TOTAL				60.576,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.0 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES.

DIAGNÓSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO PESSOAS CARENTES QUE NECESSITAM DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS E AUDITIVAS.

DIRETRIZES: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DA POPULAÇÃO CARENTE EM RELAÇÃO A PESSOAS ADULTAS COM PROBLEMAS ODONTOLÓGICOS E TAMBÉM EM CASOS DE PROTESES AUDITIVAS.

OBJETIVOS: FORNECER PRÓTESES ÀS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.3.90.13 Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Várias	600,00	Recursos Próprios
3.3.90.36 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Próteses	Unidade	36	3.600,00	Recursos Próprios
3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Próteses	Unidade	36	3.600,00	Recursos Próprios
3.3.90.32 Material de Distribuição Gratuita	Próteses auditivas	Unidade	12	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				37.800,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

9.0 - PROGRAMA: BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - REVISÃO DO BENEFÍCIO

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI IDOSOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE RECEBEM BENEFÍCIO DO INSS, EM TORNO DE 17 BENEFICIÁRIOS, SUJEITOS A REVISÃO A CADA DOIS ANOS CONFORME PRECONIZA A LOAS QUE DEVE SER FEITO POR PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL. OS RECURSOS SÃO ORIUNDOS DA UNIÃO COM CONTRAPARTIDA MUNICIPAL DE 20%.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DE CONVÊNIO O MUNICÍPIO RECEBE RECURSOS PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIZAÇÃO DAS REVISÕES DOS BENEFÍCIOS.

OBJETIVOS: REVISAR OS BENEFÍCIOS DOS IDOSOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE RECEBEM BENEFÍCIO DO BPC ATRAVÉS DO INSS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
9.01 Material de Consumo	Material	Unidade	Várias	0,00	*Procedimentos com recursos do setor
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

10.0 - PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA.

DIAGNÓSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO DOIS CLUBES DE IDOSOS, UMA ESCOLA ESPECIAL (APAE) E TRÊS CRECHES MUNICIPAIS, OS QUAIS SÃO MANTIDOS ATRAVÉS DE RECURSOS DA AÇÃO CONTINUADA DO MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL, E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL DE 20%.

DIRETRIZES: REPASSE DE RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL.

OBJETIVOS: IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
10.01 Subvenções Sociais	Entidades	Unidade	108	25.988,40	Convênio
10.02 Material de Consumo	Creches	Unidade	108	110.197,80	Convênio

10.03 Apoio aos Idosos	Idosos	Unidade	500	10.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				146.186,20	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

11.0 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR.

DIAGNÓSTICO: O SERVIÇO SOCIAL E O CONSELHO TUTELAR DEPENDEM DA SAÚDE PARA A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE NA REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES.

DIRETRIZES: UM TRANSPORTE PRÓPRIO PARA O SETOR.

OBJETIVOS: NECESSIDADE DE TRANSPORTE DISPONÍVEL PARA REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES E ACOMPANHAMENTO DOS CASOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
11.01 Transporte próprio	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				15.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

12.0 - PROGRAMA: HABITAÇÃO

DIAGNOSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO FAMÍLIAS CARENTES SEM LOCAL PRÓPRIO PARA RESIDIR.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO JUNTO AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ÁREAS APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS.

OBJETIVOS: DISPOR ÁREA DE TERRA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BÁSICO PARA AS FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE ATÉ 1.6 SALÁRIO MÍNIMO MENSAL VIGENTE. O BENEFÍCIO SE DARÁ APÓS VISITA E AVALIAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
12.01 Imóvel para implantação de Moradias de até 40 m2 e material de construção básico	Famílias Carentes	40 m2	200	65.000,00	Recursos Próprios
12.02 Fornecimento de Plantas Residenciais de até 70 m2	Famílias Carentes	40 m2	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				67.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

13.0 - PROGRAMA: ALCOOLIVRE-SE

DIAGNOSTICO: A CIDADE APRESENTA UM GRANDE NÚMERO DE DEPENDENTES QUÍMICOS.

DIRETRIZES: ENCAMINHAR PARA TRATAMENTO PESSOAS EM ENTIDADES DE TRATAMENTO.

OBJETIVOS: TER UMA POPULAÇÃO MAIS SAUDÁVEL E EM CONSEQUÊNCIA FAMÍLIAS MAIS AJUSTADAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
13.01 Encaminhar pessoas dependentes para tratamento e internação em entidades	Internação	Unidade	16	28.800,00	Recursos Próprios
13.02 Cursos e Palestras	Cursos	Unidade	48	0,00	Parceria com o AA e Igrejas

TOTAL				28.800,00	
-------	--	--	--	-----------	--

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
7PLANO PLURIANUAL 2002/2005					
14.0 - PROGRAMA: HORTA COMUNITÁRIA					
DIAGNOSTICO: ORIENTAÇÃO PARA FAMÍLIAS QUE POSSUEM ÁREA PARA O CULTIVO DE VERDURAS E HORTALIÇAS					
DIRETRIZES: PROPORCIONAR FONTE DE RENDA PARA FAMÍLIAS CARENTES, EXTINGUINDO O SISTEMA PATERNALISTA					
OBJETIVOS: IMPLANTAR HORTAS EM TERRENOS BALDIOS QUE ATÉ ENTÃO ENCONTRAM-SE IMPRODUTIVOS, COM APOIO TÉCNICO, PROPORCIONANDO PRODUTOS PARA CONSUMO PRÓPRIO E COMO ALTERNATIVA DE FONTE DE RENDA.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
14.01 Implantar Hortas Comunitária e Domiciliares	Hortas	Unidade	08	1.000,00	Recursos Próprios e Parceria com Desenvol. Econômico
TOTAL				1.000,00	

FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
PLANO PLURIANUAL 2002/2005					
14.0 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO.					
DIAGNOSTICO: IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.					
DIRETRIZES: PROMOVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL DE ACORDO COM BONS PRINCÍPIOS E DESENVOLVER A CIDADANIA.					
OBJETIVOS: IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE

14.01 Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	31.800,00	Convênio
14.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	7.800,00	Convênio
14.03 Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	35.000,00	Convênio
TOTAL				74.600,00	

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL					
PLANO PLURIANUAL 2002/2005					
1.0 - PROGRAMA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.					
DIAGNOSTICO: O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA POSSUI 219 SERVIDORES VINCULADOS AO INSTITUTO.					
DIRETRIZES: ADMINISTRAR O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA CONFORME DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.					
OBJETIVOS: CONSTITUIR UM FUNDO CAPAZ DE GARANTIR APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
1.01.00 Pessoal					
1.01.01 Salário	Servidor	Unidade	41	65.000,00	Recursos Próprios
1.01.02 13º Salário	Servidor	Unidade	4	6.000,00	
1.01.03 1/3 de Férias	Servidor	Unidade	4	2.600,00	

2.02.00 Despesas					
2.02.01 Assistência Jurídica					
2.02.02 Perito Médico					
2.02.03 Telefone	Serviço	Unidade	48	10.000,00	
2.02.04 Internet	Serviço	Unidade	96	2.000,00	
2.02.05 Material de Expediente	Serviço	Unidade	48	5.000,00	
2.02.06 Suprimento e Software de Informática	Material	Unidade	48	1.500,00	Recursos Próprios
2.02.07 Auditoria e Cálculo Atuarial	Suprimentos	Unidade	Vários	1.000,00	
			Vários	4.000,00	
			4	15.000,00	
2.03.00 Assistência e Previdência					
2.03.01 Aposentadoria e Reforma	Proventos	Meses	Vários	160.000,00	Recursos Próprios
2.03.02 Pensão	Proventos	Meses	Vários	40.000,00	
2.04.00 Reserva de Contingência	Reserva	Meses	Vários	988.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.300.000,00	

Lei Nº 2.805 de 18 de Novembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.805 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

DESAFETA E INCORPORA AOS BENS DOMINICAIS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, POR INVESTIDURA, A ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica desafetada e retirada da categoria de bens de uso comum do povo e afetada e incorporada na dos bens dominicais, uma área situada na Rua Victor Stachon, no Distrito de Fragosos, com 1.754,64 m² (mil, setecentos e cinquenta e quatro metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), correspondente à 146,22m (cento e quarenta e seis vírgula vinte e dois metros) de comprimento e 12,00m (doze metros) de largura, conforme levantamentos planimétricos que integram a presente lei.

Art.2º) A área mencionada no artigo anterior confronta-se com os imóveis registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, sob os seguintes números: R 1-25.015, no livro 2; R 4-18379, livro 2; R 5-25.211, livro 2 e 4.240, fls. 125 do livro 3C, este último do 9º Ofício de Registro de Imóveis de São Bento do Sul.

Art.3º) Em razão da inviabilidade de concorrência, fica o Poder

Executivo Municipal autorizado a alienar, por investidura, a área de que trata o Art. 1º desta lei, avaliada em R\$ 28,49 (vinte e oito reais e quarenta e nove centavos) o metro quadrado, à INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS LTDA, pelo valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) conforme Resolução da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Parágrafo Primeiro - A receita proveniente da alienação do bem dominical, descrita no caput deste artigo, deverá ser aplicada em habitação popular no Distrito de Fragosos.

Parágrafo Segundo - A escrituração e registro público via administrativa ou judicial da área adquirida pela Indústria de Móveis Três Irmãos Ltda, ficará ao seu encargo, incluindo-se todos as despesas necessárias à viabilização da mesma.

Art.4º) A indústria adquirente deverá ainda, em contraprestação à aquisição do referido imóvel, ceder ao Município de Campo Alegre, uma área de terra de 696 m² (seiscentos e noventa e seis metros quadrados), situada na Rua

GABINETE DO PREFEITO

Victor Stachon, matriculada sob n.º R/418.379 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo Único - A área de terra mencionada no caput deste artigo, deverá ser utilizada para abertura de rua, a ser projetada pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.806 de 18 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.806 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2014 -	Manutenção das Atividades Culturais	

400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 140,00
027.812.1414.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 210,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
015.452.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 5.350,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319014.00 -	Diárias Civil	R\$ 140,00
027.812.1414.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias Pessoal Civil	R\$ 210,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$5.000,00

TOTAL	R\$ 5.350,00
-------	--------------

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de novembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.807 de 18 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.807 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.500,00 (um mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0800 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.
0802 - Serviço de Transporte e Frota.
026.782.1801.2027 - Reforma e Manutenção de Veículos.

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em,
18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.808 de 25 de Novembro de 2003

LEI Nº. 2.808 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003
DISPÕE SOBRE REPRESENTANTES DO GOVERNO, PRESTADORES
DE SERVIÇOS, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E USUÁRIOS, NO CON-
SELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composi-
ção:

I) REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

II) REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

- Um representante da área Hospitalar;
- Um representante de Laboratório de Análises Clínicas.

III) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

- Um representante da área Médica;
- Um representante da área Odontológica.

IV) REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- Um representante das Associações de Moradores e Bairros;
- Um representante das Entidades Religiosas;
- Um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA);
- Um representante da Associação de Pais e Professores;
- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Um representante de Clubes de Terceira Idade.

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 2.711 de 19 de fevereiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em,
25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.809 de 25 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.809 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito
Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim
de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 15.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei,
correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999900.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 15.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em,
25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.810 de 25 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.810 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.124,49 (vinte e dois mil, cento e vinte quatro reais, quarenta e nove centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1402.2015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 840,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.284,49
TOTAL		R\$ 22.124,49

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei,

correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.011 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.797,20
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 840,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.487,29
TOTAL		R\$22.124,49

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.811 de 25 de Novembro de 2003

LEI Nº 2.811 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.260,00 (onze mil, duzentos e sessenta reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.710,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.450,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 6.500,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.050,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 550,00
TOTAL		R\$ 11.260,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.700,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 800,00
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 160,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.500,00
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 100,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 11.260,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em,
25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.556 de 10 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.556 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo ao Servidor Público Municipal, SÉRGIO DA COSTA, Matriculada Funcional sob nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal exercendo a função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, na proporção de 30% (trinta por cento) dos valores das mensalidades referente ao período de Agosto a Dezembro do ano de 2014.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades do caput deste art. referente aos meses de Agosto a Dezembro do ano de 2014 = R\$ 209,14 (duzentos e nove reais e quatorze centavos) mês; Total do período = R\$ 1.045,70 (um mil, quarenta e cinco reais, setenta centavos).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 27 de junho de 2014, que totalizou o valor de R\$ 313,70 (trezentos e treze reais, setenta centavos), será efetuado em 05 (zero cinco) parcelas no valor de R\$ 62,74 (sessenta e dois

reais, setenta e quatro centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão Eletrônico 76/2014

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº. 76/2014)

Às 10:00 do dia 10/09/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de balanças antropométricas para as instituições de educação infantil e ensino fundamental do município. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Errata - Pregão Eletrônico 84/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ERRATA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando erro de digitação, RETIRA-SE do Edital, a exigência de alvará sanitário, descrito no item 7.2.3.1.

As demais informações contidas no edital permanecem inalteradas.

Campo Alegre, 10 de setembro de 2014.
Maria Cristina Marciniak Munhoz
Pregoeira Municipal

Decreto Nº 8.557 de 10 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.557 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo ao Servidor Público Municipal, LUIZ ERNANDES WESCHE, Matriculada Funcional sob nº 000569, Registro no Sistema sob nº 954726, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, na proporção de 50% (cincoenta por cento) dos valores das mensalidades referente ao período de Agosto a Dezembro do ano de 2014.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades do caput deste art. referente aos meses de Agosto a Dezembro do ano de 2014 = R\$ 1.039,00 (um mil trinta e nove reais) mês; Total do período = R\$ 5.195,00 (cinco mil, cento e noventa e cinco reais).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 06 de agosto de 2014, que totalizou o valor de R\$ 2.597,50 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), será efetuado em 05 (zero cinco) parcelas no valor de R\$ 519,50 (quinhentos e dezenove reais, cinquenta centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.558 de 10 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.558 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo a Servidora Pública Municipal, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, Matriculada Funcional sob nº 000078, Registro no Sistema sob nº 37000, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, na proporção de 50% (cincoenta por cento) dos valores das mensalidades referente ao período de Agosto a Dezembro do ano de 2014.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades do caput deste art. referente aos meses de Agosto a Dezembro do ano de 2014 = R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mês; Total do período = R\$ 1.275,00 (um mil duzentos e setenta e cinco reais).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 18 de julho de 2014, que totalizou o valor de R\$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais cinquenta centavos), será efetuado em 05 (zero cinco) parcelas no valor de R\$ 127,50 (cento e vinte e sete reais, cinquenta centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.559 de 10 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.559 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo a Servidora Pública Municipal, MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, Matrícula Funcional sob nº 366, Registro no Sistema sob nº 705480, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, na proporção de 50% (cincoenta por cento) dos valores das mensalidades referente ao período do ano de 2014.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades do caput deste art. referente aos meses de Agosto a Dezembro do ano de 2014 = R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mês; Total do Semestre = R\$ 1.275,00 (um mil duzentos e setenta e cinco reais).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 18 de julho de 2014, que totalizou o valor de R\$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais cinquenta centavos), será efetuado em 05 (zero cinco) parcelas no valor de R\$ 127,50 (cento e vinte e sete reais, cinquenta centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.560 de 10 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.560 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo a Servidora Pública Municipal, VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, Matrícula Funcional nº 000540, Registro no Sistema sob nº 954646, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, na proporção de 50% (cincoenta por cento) dos valores das mensalidades referente ao período do ano de 2014.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades do caput deste art. referente aos meses de Agosto a Dezembro do ano de 2014 = R\$ 209,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) mês; Total do período = R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 15 de agosto de 2014, que totalizou o valor de R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais, cinquenta centavos), será efetuado em 05 (zero cinco) parcelas no valor de R\$ 104,50 (cento e quatro reais, cinquenta centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.186 de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.186 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE IMÓVEL PARTICULAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Esta lei dispõe sobre a ocupação temporária de imóveis particulares com finalidade de extração de substâncias minerais de emprego no ensaibramento de logradouros públicos no território do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º. Com o fim de possibilitar ou facilitar a extração de substâncias minerais de emprego imediato no ensaibramento de vias públicas, estradas vicinais e ruas, objeto de prévio registro no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), é lícito aos órgãos da Administração Pública Municipal a instituição de ocupação temporária de áreas integrantes de imóveis particulares no âmbito do território municipal.

Art.3º. A ocupação temporária, que será indenizada, será instituída por Decreto publicado previamente no DOM - Diário Oficial dos Municípios, do qual deverão constar as seguintes informações: I - memorial descritivo da área poligonal a ser ocupada, com a descrição do(s) proprietário(s) e/ou legítimo(s) possuidor(es) da área, inclusive com a indicação de matrícula(s) imobiliária(s), se possível;

II - as eventuais transformações necessárias à área para o objeto da ocupação, com a indicação dos impactos ambientais e de vizinhança, se houver, a indicação das licenças respectivas e a descrição da recuperação ou recomposição da área ao seu estado original e/ou recuperado;

III - a estimativa dos valores de ressarcimento decorrentes de danos materiais, lucros cessantes, privações e sujeições impostas ao proprietário ou legítimo possuidor em face da extração de substâncias minerais;

IV - a indicação de que o(s) proprietário(s) e/ou legítimo(s) possuidor(es) da área foram devidamente notificados da pretensão de ocupação e do valor estimado referido no inciso anterior e a informação quanto à sua concordância ou discordância quanto à ocupação em si e quanto ao valor da indenização proposto;

V - a indicação do registro de extração emitido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);

V - o prazo da ocupação pretendida, com termo inicial e final;

Art.4º. É de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação referida no inciso IV do art. 3º desta lei, para o(s) proprietário(s) e/ou legítimo(s) possuidor(es) da área objetarem a ocupação temporária e/ou a indenização proposta, isto por petição escrita, assinada e devidamente instruída.

Parágrafo único: Autuar-se-á processo administrativo para tramitação da pretensão do interessado, devendo este restar decidido em até 30 (trinta) dias da data de sua instauração, isto através de ato motivado, inclusive com o devido enfrentamento dos argumentos do interessado, que deverá ser publicado na forma do caput do art. 3º desta lei.

Art.5º. Tendo havido concordância do(s) proprietário(s) e/ou legítimo(s) possuidor(es) da área ou tendo sido decidida a objeção na forma do art. 4º, a Administração dará andamento à ocupação temporária pela lavratura do(s) termo(s) de ajuste indenizatório ou, persistindo objeção do(s) proprietário(s) e/ou legítimo(s) possuidor(es) da área, pela ocupação prevista no art. 36 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art.6º. As despesas previstas no inciso III do art. 3º desta lei deverão estar previstas em atividade constante de rubrica específica nos orçamentos anuais.

Art.7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.213 de 09 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.213 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitária de Saúde, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema sob nº 954633, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 09 de Setembro de 2014 à 23 de Setembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 09/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.812 de 02 de Dezembro de 2003

LEI N.º 2.812 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2003.

AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES NO DISTRITO DE FRAGOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, o seguinte bem imóvel:

“Uma área de terra medindo 36.215,76m² (trinta e seis mil, duzentos e quinze metros e setenta e seis decímetros quadrados), correspondente à fração ideal do imóvel descrito na escritura pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 76, Folha n.º 03 do Cartório de Registro civil de Campo Alegre-SC e registrada sob n.º R-2-16.044, no livro 2 e lançado nos livros 4 e 5 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, localizado na Estrada Boa Vista, de propriedade de ILVA MARIA RUDNICK, SANDRO CARLOS RUDNICK e SANDRA TEREZINHA RUDNICK, avaliada em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.”

Art.2º) O imóvel descrito no artigo anterior, que deverá ser desmembrado da escritura original mencionada no artigo anterior,

possui as seguintes dimensões e confrontações, conforme levantamentos planimétricos que integram a presente Lei: "FRENTE: 313,01 ml com a Estrada Boa Vista,; FUNDOS: 303,90 ml com terras Leonel Pereira, Arnaldo Oelke e Helmuth Rudnick; LADO ESQUERDO: 113,80ml, com terras de Ingo Kiefer; e pelo LADO DIREITO na extensão de 108,60ml, com Arnaldo Oelke e Erna Lang."

Art.3º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir esta área, pelo preço de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), atribuído pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, utilizando o seguinte Projeto de Atividade e Elemento de Despesa: 06.02.16.482.1409.1.003 - 449061.00.00 - Aquisição de Imóveis.

Art.5º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se a abrigar a construção de habitações populares no Distrito de Fragosos, neste Município.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 02/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.813 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.813 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 83.788.216/0001-90 com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 - Bairro Pinhais - Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2004.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de

Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrar a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro do exercício de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.814 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.814 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ nº 81.155.319/0001-98 com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

§1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2004.

§2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominiais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro do exercício de

2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.815 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.815 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ nº 01.498.979/0001-32 com sede à Rua: Nereu Ramos nº. 124, Centro - Campo Alegre/SC.

§1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 07 (sete) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2004.

§2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominiais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados

no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2004, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.816 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº. 2.816 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ nº 79.367.256/0001-91 com sede à Rua: Ernesto Afonso Scheide nº.132, Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC.

§ 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 07 (sete) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2004.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "CORAL FEMININO" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.817 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº. 2.817 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS- ACOB".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) à "Associação Campo-Alegrense de Combate aos Borrachudos - ACOB", inscrita no CNPJ nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz nº. 67, Centro - Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2004.

§ 2º) O recurso constante do Artigo deverá ser aplicado pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado

monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.818 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº. 2.818 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO "IEAS - HOSPITAL SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais), ao "IEAS - Hospital São Luiz", inscrito no CNPJ nº 86.552.809/0006-56, com sede na Rua: Pe. Luiz Gilg nº. 250, Centro - Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2004.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, e que não são efetuados dentro da Unidade de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Diretor e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde - 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.820 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.820 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$17.458,00 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.958,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1007 -	Rede Hidráulica Para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 8.500,00
TOTAL		R\$ 17.458,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$9.958,00

400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.500,00
TOTAL		R\$17.458,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.821 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº. 2.821 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003
INCLUI ALÍNEA "D" DO INCISO I DO ARTIGO 15 E A SUBSEÇÃO IV NA SEÇÃO III DO CAPÍTULO II DO TÍTULO II DA LEI MUNICIPAL Nº 2.683 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluída a alínea "d) - CONTROLADORIA", no Artigo 15 Inciso I da Lei Municipal nº. 2.683 de 10 de dezembro de 2002.

Art.2º) Fica incluída a "Subseção IV - DA CONTROLADORIA", na Seção III do Capítulo II do Título II e Artigo 22-A da Lei Municipal 2.683 de 10 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

"Art. 22-A Compete a Controladoria especialmente:

I - exigir e avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e do orçamento do município;

II - exigir e fiscalizar a legalidade dos resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, e da aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado;

III - avaliar e exigir o aprimoramento do controle de operações de crédito, avais e garantias, bem como direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua função institucional;

V - exigir e examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, inclusive as notas explicativas e relatórios de órgãos e entidades da administração direta e indireta;

VI - exigir e examinar as prestações de contas dos agentes da

administração direta e indireta, responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal;

VII - exigir o fiel cumprimento das leis e outros atos normativos, inclusive os oriundos do próprio governo municipal, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta;

VIII - verificar e aprimorar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções, contribuições, auxílios e renúncia de receitas, determinando os aprimoramentos necessários;

IX - acompanhar a situação físico-financeira e orçamentária dos projetos e das atividades constantes nos orçamentos municipais;

X - determinar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias;

XI - propor ao Prefeito o bloqueio de transferência de recursos do Tesouro Municipal e de Contas Bancárias;

XII - elaborar e manter atualizado o plano de contas único para os órgãos de administração direta e indireta;

XIII - analisar e enviar a prestação de contas anual do Prefeito a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado;

XIV - orientar e expedir atos normativos concernentes à ação do sistema de Controle Interno".

Art.3º) Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.822 de 09 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.822 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2004, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.687.054,00 (oito milhões seiscentos e oitenta e sete mil cinqüenta e quatro reais), sendo R\$ 8.007.054,00 (oito milhões sete mil cinqüenta e quatro reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E

CÂMARA MUNICIPAL

Art.2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 8.687.054,00 (oito milhões seiscentos e oitenta e sete mil cinqüenta e quatro reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), em R\$ 8.412.054,00 (oito milhões quatrocentos e doze mil cinqüenta e quatro reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.686.454,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 877.829,87
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 774.293,16
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 178.293,16
1.7.Transferências Correntes	R\$ 6.414.280,69
1.9.Outras Receitas Correntes	R\$ 441.652,16
2.RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
2.4.Transferências de Capital	R\$ 600,00
SOMA TOTAL	R\$ 8.687.054,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DEPESAS CORRENTES	R\$ 7.142.692,49
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.990.068,49
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.152.624,00
DEPESAS DE CAPITAL	R\$ 732.061,51
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 695.051,51
4.5.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 10,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	R\$ 37.000,00
SOMA	R\$ 7.874.754,00

Art.3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 7.768.273,00 (sete milhões setecentos e sessenta e oito mil duzentos e setenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 7.176.136,00 (sete milhões cento e setenta e seis mil cento e trinta e seis reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.767.673,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 876.729,87
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 214.493,16
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 49.398,12
1.7.Transferências Correntes	R\$ 6.185.500,69
1.9.Outras Receitas Correntes	R\$ 441.551,16
2.RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
2.4.Transferências de Capital	R\$ 600,00
SOMA TOTAL	R\$ 7.768.273,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO**Administração Direta**

01 - Legislativo	R\$ 275.000,00
04 - Administração	R\$ 1.278.920,00
08 - Assistência Social	R\$ 110.200,00
10 - Saúde	R\$ 753.450,00
12 - Educação	R\$ 2.210.526,00
13 - Cultura	R\$ 89.500,00
15 - Urbanismo	R\$ 1.227.710,00
16 - Habitação	R\$ 10,00
17 - Saneamento	R\$ 290.300,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 17.000,00
20 - Agricultura	R\$ 238.200,00
22 - Indústria	R\$ 20,00
23 - Comércio e Serviços	R\$ 19.300,00
26 - Transporte	R\$ 390.100,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 38.900,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 37.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
Soma	R\$ 7.176.136,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.296.210,49
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.906.868,49
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.389.342,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 679.925,51
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 642.915,51
4.5.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 10,00
4.6.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 37.000,00
9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 200.000,00
Soma	R\$ 7.176.136,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

Art.4º) O Orçamento da Entidade INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 680.000,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 200,00
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 559.800,00
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 120.000,00
SOMA TOTAL	R\$ 680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	R\$ 680.000,00
SOMA:	R\$ 680.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 86.000,00
 3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 57.700,00
 3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 29.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.000,00
 4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS R\$ 1.000,00
 9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência R\$592.300,00
 SOMA: R\$680.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 238.780,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 705.748,00 (setecentos e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES R\$ 238.780,00
 1.1.Receita Tributária R\$ 900,00
 1.3.Receita Patrimonial R\$ 9.000,00
 1.7.Transferências Correntes R\$ 228.780,00
 1.9. Outras Receitas Correntes R\$ 100,00
 SOMA TOTAL R\$ 680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde R\$ 705.748,00
 SOMA: R\$ 705.748,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 634.612,00
 3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 25.500,00
 3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 609.112,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 51.136,00
 4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS R\$ 51.136,00
 9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência R\$ 20.000,00
 SOMA: R\$ 705.748,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 1,00 (um real) e fixa as Despesas em R\$ 125.170,00 (cento e vinte e cinco mil cento e setenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES R\$ 1,00

1.9. Outras Receitas Correntes R\$ 1,00
 SOMA TOTAL R\$ 1,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 125.170,00
 SOMA: R\$ 125.170,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$125.170,00
 Art.7º) Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos imprevistos superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE
 99 - Reserva de Contingência R\$ 20.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 99 - Reserva de Contingência R\$ 200.000,00

UNIDADE GESTORA: INST DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. CAMPO ALEGRE

99 - Reserva de Contingência R\$ 592.300,00
 § 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2004 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste Artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2005 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 8º) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto atividade ou operações especiais.

Art. 9º) O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas

no exercício.

Art. 10º) As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11) Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12) As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 13) Durante o exercício de 2004 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14) Comprovado o interesse Público Municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência e outros entes da Federação.

Art. 15) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 16) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2004, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

A Secretaria Municipal de Finanças consolidou as propostas de Orçamento para 2004, conforme as prioridades substantivas de cada órgão, contemplando as despesas de caráter continuado e a conservação do Patrimônio Público, obedecendo a programação e as metas a serem alcançadas nos diversos setores, também a relação do custo-benefício na aplicação eficiente dos recursos de nosso Município.

A Receita obedecerá à seguinte classificação geral:

I - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.686.454,00
Receita Tributária	R\$ 877.829,87
Receita Patrimonial	R\$ 178.293,16
Transferências Correntes	R\$ 6.414.280,69
Outras Receitas Correntes	R\$ 441.652,16
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
Transferências de Capital	R\$ 600,00
TOTAL	R\$8.687.054,00

II - RECEITA DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (INDIRETA)

RECEITAS CORRENTES	R\$
Receitas de Contribuições	R\$
Receita Patrimonial	R\$
Transferências Correntes	R\$
TOTAL	R\$

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R\$ 8.686.454,00
Despesas de Capital	R\$ 600,00
Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$8.892.454,00

II - DESPESAS À CONTA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, FUNDOS, FUNDAÇÃO E INSTITUTO.

Despesas Correntes	R\$
Despesas de Capital	R\$
Reserva de Contingência	R\$
TOTAL	R\$

ANEXO II

Segundo os Órgãos Administrativos, a despesa estará assim consignada:

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 - CÂMARA DE VEREADORES	R\$
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$
05 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUC., CULT. E DESP.	R\$
06 - SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM EST. SOCIAL	R\$
07 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONÔMICO	R\$
08 - SECRETARIA MUNIC. PLANEJ., TRANSP. E OBRAS	R\$
90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$
Total da Administração Direta	R\$

II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Administração Indireta

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
20 - IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$
Total da Administração Indireta	R\$

TOTAL GERAL	R\$
-------------	-----

Analicamente, a Receita Orçamentária da Administração Direta foi projetada, com a respectiva participação percentual comparativa, de acordo com a seguinte evolução:

ESPÉCIE EXERCÍCIO 2003 EXERCÍCIO 2004

RECEITAS CORRENTES	R\$ 6.130.146,20	R\$
Receita Tributária	R\$ 871.123,70	R\$
Receita Patrimonial	R\$ 49.953,17	R\$
Transferências Correntes	R\$ 4.988.402,08	R\$
Outras Receitas Correntes	R\$ 220.667,25	R\$

RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 300.000,00	R\$
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 300.000,00	R\$
TOTAL GERAL	R\$ 6.430.146,20	R\$

ANEXO III

Em termos monetários, o item mais expressivo da Receita Orçamentária é o de Transferências Correntes, o qual é proveniente da Cota Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

- ICMS.

Analiticamente, a Despesa Orçamentária estará composta pelos valores abaixo descritos:

ESPÉCIE EXERCÍCIO 2004

DESPESAS CORRENTES R\$

Pessoal e Encargos Sociais R\$

Juros e Encargos da Dívida R\$

Outras Despesas Correntes R\$

DESPESAS DE CAPITAL R\$

Investimentos R\$

Amortização da Dívida R\$

Inversões Financeiras R\$

Reserva de Contingência R\$

TOTAL R\$

A Despesa desdobrada, por função, assim estará apresentada:

FUNÇÃO VALOR

Legislativo R\$

Administração R\$

Assistência Social R\$

Saúde R\$

Educação R\$

Cultura R\$

Urbanismo R\$

Habitação R\$

Saneamento R\$

Gestão Ambiental R\$

Agricultura R\$

Indústria R\$

Comércio e Serviços R\$

Transporte R\$

Desporto e Lazer R\$

Encargos Especiais R\$

Reserva de Contingência R\$

TOTAL GERAL R\$

ANEXO IV

É oportuno registrar que o saldo da Dívida Fundada Interna, o principal, ao término do semestre do corrente ano, estará assim distribuído:

INSS R\$

TOTAL R\$

Houve um esforço elevado por parte dos técnicos do Poder Executivo na elaboração desta Proposta Orçamentária, visando o aperfeiçoamento da técnica Orçamentária deste Município, com o objetivo de configurar o Orçamento em um instrumento preciso para a execução do Plano de Governo.

A Proposta Orçamentária para 2004, consubstancia todo um programa de trabalho a ser desenvolvido no próximo exercício financeiro que, sem dúvida, igualmente aos anos anteriores, receberá plena aprovação e integral apoio dessa Egrégia Casa Legislativa, tendo em vista que está baseada na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o Exercício de 2004.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência, Senhora Vereadora, e Senhores Vereadores integrantes desse Poder Legislativo, nossos protestos de respeito e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de novembro de 2003.

Atenciosamente,

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr. OLÍVIO ODIA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Nesta

Lei Nº 2.823 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.822 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2004, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.687.054,00 (oito milhões seiscentos e oitenta e sete mil cinqüenta e quatro reais), sendo R\$ 8.007.054,00 (oito milhões sete mil cinqüenta e quatro reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art.2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 8.687.054,00 (oito milhões seiscentos e oitenta e sete mil cinqüenta e quatro reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), em R\$ 8.412.054,00 (oito milhões quatrocentos e doze mil cinqüenta e quatro reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.686.454,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 877.829,87
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 774.293,16
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 178.293,16
1.7.Transferências Correntes	R\$ 6.414.280,69
1.9.Outras Receitas Correntes	R\$ 441.652,16
2.RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
2.4.Transferências de Capital	R\$ 600,00
SOMA TOTAL	R\$ 8.687.054,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos, integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DEPESAS CORRENTES	R\$ 7.142.692,49
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.990.068,49
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.152.624,00
DEPESAS DE CAPITAL	R\$ 732.061,51
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 695.051,51
4.5.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 10,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	R\$ 37.000,00
SOMA	R\$ 7.874.754,00

Art.3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE

CAMPO ALEGRE para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 7.768.273,00 (sete milhões setecentos e sessenta e oito mil duzentos e setenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 7.176.136,00 (sete milhões cento e setenta e seis mil cento e trinta e seis reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 7.767.673,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 876.729,87
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 214.493,16
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 49.398,12
1.7.Transferências Correntes	R\$ 6.185.500,69
1.9.Outras Receitas Correntes	R\$ 441.551,16
2.RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
2.4.Transferências de Capital	R\$ 600,00
SOMA TOTAL	R\$ 7.768.273,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativo	R\$ 275.000,00
04 - Administração	R\$ 1.278.920,00
08 - Assistência Social	R\$ 110.200,00
10 - Saúde	R\$ 753.450,00
12 - Educação	R\$ 2.210.526,00
13 - Cultura	R\$ 89.500,00
15 - Urbanismo	R\$ 1.227.710,00
16 - Habitação	R\$ 10,00
17 - Saneamento	R\$ 290.300,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 17.000,00
20 - Agricultura	R\$ 238.200,00
22 - Indústria	R\$ 20,00
23 - Comércio e Serviços	R\$ 19.300,00
26 - Transporte	R\$ 390.100,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 38.900,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 37.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
Soma	R\$ 7.176.136,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.296.210,49	3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.906.868,49
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.389.342,00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 679.925,51
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 642.915,51	4.5.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 10,00
4.6.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 37.000,00	9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 200.000,00
Soma	R\$ 7.176.136,00		

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

Art.4º) O Orçamento da Entidade INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 680.000,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 200,00
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 559.800,00
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 120.000,00
SOMA TOTAL	R\$ 680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social R\$ 680.000,00
SOMA: R\$ 680.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 86.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 57.700,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 29.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 1.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	R\$ 592.300,00
SOMA:	R\$ 680.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 238.780,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 705.748,00 (setecentos e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 238.780,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 900,00
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 9.000,00
1.7.Transferências Correntes	R\$ 228.780,00
1.9. Outras Receitas Correntes	R\$ 100,00
SOMA TOTAL	R\$ 680.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde R\$ 705.748,00
SOMA: R\$ 705.748,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 634.612,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS R\$ 25.500,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 609.112,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 51.136,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS R\$ 51.136,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência R\$ 20.000,00
SOMA: R\$ 705.748,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 1,00 (um real) e fixa as Despesas em R\$ 125.170,00 (cento e vinte e cinco mil cento e setenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES R\$ 1,00
1.9. Outras Receitas Correntes R\$ 1,00
SOMA TOTAL R\$ 1,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 125.170,00
SOMA: R\$ 125.170,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$125.170,00
Art.7º) Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos imprevistos superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE
99 - Reserva de Contingência R\$ 20.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
99 - Reserva de Contingência R\$ 200.000,00

UNIDADE GESTORA: INST DE PREV. SOCIAL FUNC. MUN. CAMPO ALEGRE
99 - Reserva de Contingência R\$ 592.300,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2004 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste Artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2005 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 8º) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto atividade ou operações especiais.

Art. 9º) O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10º) As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11) Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12) As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 13) Durante o exercício de 2004 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14) Comprovado o interesse Público Municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência e outros entes da Federação.

Art. 15) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 16) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2004, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

A Secretaria Municipal de Finanças consolidou as propostas de Orçamento para 2004, conforme as prioridades substantivas de cada órgão, contemplando as despesas de caráter continuado e a conservação do Patrimônio Público, obedecendo a programação e as metas a serem alcançadas nos diversos setores, também a relação do custo-benefício na aplicação eficiente dos recursos de nosso Município.

A Receita obedecerá à seguinte classificação geral:

I - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.686.454,00
Receita Tributária	R\$ 877.829,87
Receita Patrimonial	R\$ 178.293,16
Transferências Correntes	R\$ 6.414.280,69
Outras Receitas Correntes	R\$ 441.652,16
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 600,00
Transferências de Capital	R\$ 600,00
TOTAL	R\$8.687.054,00

II - RECEITA DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (INDIRETA)

RECEITAS CORRENTES	R\$
Receitas de Contribuições	R\$
Receita Patrimonial	R\$
Transferências Correntes	R\$
TOTAL	R\$

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R\$ 8.686.454,00
Despesas de Capital	R\$ 600,00
Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$8.892.454,00

II - DESPESAS À CONTA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, FUNDOS, FUNDAÇÃO E INSTITUTO.

Despesas Correntes	R\$
Despesas de Capital	R\$
Reserva de Contingência	R\$
TOTAL	R\$

ANEXO II

Segundo os Órgãos Administrativos, a despesa estará assim consignada:

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 - CÂMARA DE VEREADORES	R\$
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$
05 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUC., CULT. E DESP.	R\$
06 - SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM EST. SOCIAL	R\$
07 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONÔMICO	R\$
08 - SECRETARIA MUNIC. PLANEJ., TRANSP. E OBRAS	R\$
09 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$
Total da Administração Direta	R\$

II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Administração Indireta

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
20 - IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$
Total da Administração Indireta	R\$

TOTAL GERAL R\$

Analiticamente, a Receita Orçamentária da Administração Direta foi projetada, com a respectiva participação percentual comparativa, de acordo com a seguinte evolução:

ESPÉCIE	EXERCÍCIO 2003	EXERCÍCIO 2004
RECEITAS CORRENTES	R\$ 6.130.146,20	R\$
Receita Tributária	R\$ 871.123,70	R\$
Receita Patrimonial	R\$ 49.953,17	R\$
Transferências Correntes	R\$ 4.988.402,08	R\$
Outras Receitas Correntes	R\$ 220.667,25	R\$

RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 300.000,00	R\$
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 300.000,00	R\$
TOTAL GERAL	R\$ 6.430.146,20 R\$

ANEXO III

Em termos monetários, o item mais expressivo da Receita Orçamentária é o de Transferências Correntes, o qual é proveniente da Cota Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Analiticamente, a Despesa Orçamentária estará composta pelos valores abaixo descritos:

ESPÉCIE	EXERCÍCIO 2004
DESPESAS CORRENTES	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	R\$
Juros e Encargos da Dívida	R\$
Outras Despesas Correntes	R\$

DESPESAS DE CAPITAL	R\$
Investimentos	R\$
Amortização da Dívida	R\$
Inversões Financeiras	R\$
Reserva de Contingência	R\$

TOTAL R\$

A Despesa desdobrada, por função, assim estará apresentada:

FUNÇÃO	VALOR
Legislativo	R\$
Administração	R\$
Assistência Social	R\$
Saúde	R\$
Educação	R\$
Cultura	R\$
Urbanismo	R\$
Habitação	R\$
Saneamento	R\$
Gestão Ambiental	R\$
Agricultura	R\$
Indústria	R\$
Comércio e Serviços	R\$
Transporte	R\$
Desporto e Lazer	R\$
Encargos Especiais	R\$
Reserva de Contingência	R\$
TOTAL GERAL	R\$

ANEXO IV

É oportuno registrar que o saldo da Dívida Fundada Interna, o principal, ao término do semestre do corrente ano, estará assim distribuído:

INSS R\$
TOTAL R\$

Houve um esforço elevado por parte dos técnicos do Poder Executivo na elaboração desta Proposta Orçamentária, visando o aperfeiçoamento da técnica Orçamentária deste Município, com o objetivo de configurar o Orçamento em um instrumento preciso para a execução do Plano de Governo.

A Proposta Orçamentária para 2004, consubstancia todo um programa de trabalho a ser desenvolvido no próximo exercício financeiro que, sem dúvida, igualmente aos anos anteriores, receberá plena aprovação e integral apoio dessa Egrégia Casa Legislativa, tendo em vista que está baseada na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o Exercício de 2004.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência, Senhora Vereadora, e Senhores Vereadores integrantes desse Poder Legislativo, nossos protestos de respeito e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de novembro de 2003.

Atenciosamente,

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr. OLÍVIO ODIA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Nesta

Lei Nº 2.824 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.824 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE/FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE/FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE, visando o repasse de recursos financeiros, para atendimento das necessidades de auxílio natalidade e/ ou funeral, das famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, em cumprimento a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS nº 8.742/93.

Art.2º) O Termo de Cooperação Técnica, e Plano de Trabalho deste instrumento a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.825 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.825 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA LOCALIDADE DE FAXINAL, À APICAMPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Faxinal, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição: "Uma área de terra medindo 26.331,97m² (vinte e seis mil trezentos e trinta e um e noventa e sete decímetros quadrados), possuindo as seguintes dimensões e confrontações, conforme Memoriais Descritivos que integram a presente Lei: "Frente: 429,94 ml com a Estrada Mangueira Velha, com esta no lado par; à direita por linha reta de 197,91 ml com terras da Imobiliária HACASA, à esquerda por linha irregular Margem do Rio e fundos idem com terras de Laurindo May, desta forma configura um formato poligonal irregular".

Art.2º) A Concessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público de que trata o Artigo 1º desta Lei, será pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da promulgação da presente Lei, à ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE - APICAMPO.

Art.3º) Após o término do prazo constante do Artigo anterior, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre/SC, outorgar a doação do imóvel à Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO, por justificado interesse público, ou prorrogar a Concessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público, conforme o caso.

Art.4º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades exclusivas da Associação, as quais estarão dispostas no TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO, a ser firmado por ambas as partes.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão, dará causa a rescisão do mesmo e revogação da presente Concessão.

Art.5º) Os documentos apresentados pela Concessionária, ficarão arquivados no Serviço de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Se após o término do prazo previsto no Artigo 3º, o Poder Executivo decidir não outorgar a doação do imóvel, ou se a concessão for revogada conforme Artigo 4º, Parágrafo único, não

haverá direito à retenção ou indenização pelas benfeitorias construídas pela concessionária.

Art.7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.
(Contrato n.º 30/2003)

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Coronel Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Renato Bahr, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado, Associação de Apicultores de Campo Alegre "APICAMPO", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.358.162/001-10, estabelecida na Rua: Principal, nº Distrito de Fragosos, neste Município, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Leandro Eugênio Simões, doravante denominada PERMISSONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 2.825 de 17 de dezembro de 2003.

Cláusula Primeira - Do Objetivo

O Objeto do presente Termo de Concessão, é a autorização do Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Faxinal, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição: "Uma área de terra medindo 26.331,97m² (vinte e seis mil trezentos e trinta e um e noventa e sete decímetros quadrados), possuindo as seguintes dimensões e confrontações, conforme Memoriais Descritivos que integram a presente Lei: "FRENTE: 429,94 ml com a Estrada Mangueira Velha, com esta no lado par; à direita por linha reta de 197,91 ml com terras da Imobiliária HACASA, à esquerda por linha irregular Margem do Rio e fundos idem com terras de Laurindo May, desta forma configura um formato poligonal irregular".

Cláusula Segunda - Do Prazo

O Prazo do presente Termo de Concessão será de 10 (dez anos), a partir da promulgação da presente Lei. Após o término do prazo constante do Artigo anterior, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre/SC, outorgar a doação do imóvel à Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO, por justificado interesse público, ou prorrogar a Concessão de Direito de Uso de Bem Imóvel Público, conforme o caso.

Cláusula Terceira - Da Administração

A administração do Posto de Informações Turísticas de Campo Alegre na parte de comercialização de produtos artesanais, será

realizada pela PERMISSONÁRIA.

Cláusula Quarta - Da Utilização e Manutenção

A utilização e manutenção das instalações das salas destinadas à comercialização dos produtos artesanais, serão de responsabilidade exclusiva da PERMISSONÁRIA, devendo o uso ser restrito a agricultores familiares, artistas e artesãos do Município de Campo Alegre, vinculados à Associação PERMISSONÁRIA, observando o Estatuto e o Regulamento do Ponto de Comercialização.

Cláusula Quinta - Dos Produtos Comercializados

Somente poderão ser comercializados produtos artesanais de origem vegetal e artesanato, produtos artísticos, de artesãos e agricultores familiares do Município de Campo Alegre, associados a PERMISSONÁRIA e que atendam as exigências da legislação Municipal sanitária e tributária vigente, desde que garantam a oferta de produtos de qualidade aos consumidores.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da PERMITENTE

Compete à PERMITENTE a seguintes obrigações:

- entregar as instalações conforme o Termo de Entrega, com as anotações circunstâncias das instalações e equipamentos acessórios, documento que ficará anexo ao presente Termo de Permissão;
- fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso das instalações e equipamentos, verificando se o mesmo está compatível com o que reza as Cláusulas deste termo
- arcar com as despesas de água e luz, consumidas no Posto de Informações Turísticas;

Cláusula Sétima - Das Obrigações da PERMISSONÁRIA

Compete a PERMISSONÁRIA - Associação de Apicultores de Campo Alegre - APICAMPO as seguintes obrigações:

- a manutenção e recuperação total das instalações das salas de comercialização de produtos artesanais e equipamentos respectivos, por sua conta e risco ;
- a responsabilidade quanto ao vínculo empregatício do pessoal que for por ventura lá trabalhar ou utilizar;
- responsabilidade perante terceiros por quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente, inclusive quanto aos produtos comercializados;
- devolução das instalações e equipamentos em perfeitas condições, sem direito a indenização por reparos ou reformas eventualmente efetuadas;
- utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão;
- fazer prestação de contas periodicamente à PERMITENTE;
- manter regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal;

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial

É vedado ao PERMISSONÁRIO autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre a PERMISSONÁRIA e o PERMITENTE.

Cláusula Décima - Da revogação

A presente Permissão de Uso é feita a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo pela PERMITENTE, sem direito de indenização para o PERMISSONÁRIO.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC e legislações pertinentes, ou:

- a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda;
- b) por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.825 e pelos preceitos de Direito Público pertinente à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 17 de dezembro de 2003, quando da promulgação da Lei Municipal nº 2.825 a qual Autorização a respectiva Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 12 de janeiro de 2004.

PERMISSIONÁRIA	PERMITENTE
por sua representante legal	por seu representante legal

Pierre Andrade dos Santos
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS	
Rubens Schulze	Marlene de Fátima P. M. Foitte
CPF/MF n.º 421.426.959-49	CPF/MF n.º 311.281.229-87

Lei Nº 2.826 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.826 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.333,30 (treze mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 13.333,30

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
---------	-------------------------	--

90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999900.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 13.333,30

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.827 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.827 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 151.494,76 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 785,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Contribuição ao PASEP	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.190,68

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 745,88
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 80.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.365.1403.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.200,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 6.920,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.3651403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 520,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R\$ 2.700,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 500,00

319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.440,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 29.328,20
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.200,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.065,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 400,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 151.494,76

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 3,78
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 769,53
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 952,97
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 2.905,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 869,30
400000.00 -	Despesas de Capital	

440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 28.219,39
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 309,71
02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.560,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.580,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 40,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 160,00
319003.00 -	Pensões	R\$ 100,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 110,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 90,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.100,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 440,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 43,09

028.843.0000.2.005 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 1.800,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 280,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.100,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 2.350,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 5.530,00
012.361.1408.2.011 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.079,28
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 185,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.170,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 280,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 618,10

012.365.1404.2013 -	Manutenção das Atividades do Pré - Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 177,62
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 175,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 440,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 278,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 250,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 145,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 85,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.040,34
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.061,54
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10.095,22
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.318,06
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.1.002 -	Construção, Ampliação e Reforma	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 3.421,73

010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 108,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.340,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.020 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 207,97
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.260,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 295,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 220,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 280,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 280,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 295,79
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.500,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.707,38
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 781,81

339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 250,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 356,88
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 7.989,19
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 400,00
319003.00 -	Pensões	R\$ 190,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 2.450,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 7.055,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 160,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 137,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 100,00
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 671,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.900,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 640,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.068,68
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.078,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.029 -	Construção e Restauração de Pontes	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 2.340,40
TOTAL		R\$ 151.494,76

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.828 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.828 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003
CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento de despesa e abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 63.038,91 (sessenta e três mil, trinta e oito reais, noventa e um centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.038,91
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 60.000,00

Total	R\$ 63.038,91
-------	---------------

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.829 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.829 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003
AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na execução do Projeto Empreender.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação

de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre -ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cél. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cél. Veríssimo de Souza Freitas, nº 126, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rodovia SC 301, nº 1.111, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: RONEI MILCHEVSKY,

brasileiro, casado, Industrial, RG nº 9/R 1.099.229, CPF/MF nº 534.457.329-49, residente e domiciliado à Rodovia SC 301- Km 50, na localidade de Bela Aliança, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- - Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- - Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- - Acompanhar da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA em visitas às Empresas informais e não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de

Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2004.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2004

RENATO BAHR	RONEI MILCHEVSKY
Prefeito Municipal	Presidente da ACIACA

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 2.830 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.830 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GESTORA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GESTORA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, objeto do presente Termo de Convênio a transferência de recursos financeiros destinados a aquisição de um veículo utilitário - ambulância.

Art.2º) O Termo de Convênio de que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.831 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.831 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2004.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de

Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cél. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cél. Veríssimo de Souza Freitas, nº 126, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.653.657/0001-71, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por sua Presidente: LUSIA CUBAS MUNHOZ, brasileira, solteira, Comerciaría, RG nº 9/R 232.291-9, CPF/MF nº 217.641.829-87, residente e domiciliada à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 467, Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente

Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- - Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- - Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- - Acompanhar a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL em visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:
- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados

- Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2004.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2004

RENATO BAHR	LUSIA CUBAS MUNHOZ
Prefeito Municipal	Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 2.832 de 17 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.832 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, visando o repasse de recursos financeiros para aquisição de um veículo utilitário - para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental.

Art.2º) O Termo de Cooperação Técnica a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.833 de 19 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.833 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição no valor de R\$ 53.278,08 (cinquenta e três mil, duzentos e setenta e oito reais, oito centavos), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será repassada em 12 parcelas da seguinte forma:

§ 1º - As parcelas referente aos meses de janeiro a março de 2004, serão no valor de R\$ 4.179,95 (Quatro mil, cento e setenta nove reais, noventa e cinco centavos).

§ 2º - As parcelas referente aos meses de abril a dezembro de 2004, serão no valor de R\$ 4.526,47 (Quatro mil, quinhentos, vinte e seis reais, quarenta e sete centavos).

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação 004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
19/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.834 de 19 de Dezembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.834 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003
DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DA "ANTIGA SERRARIA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e especialmente, em cumprimento ao Artigo 155, Parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica tombada a "ANTIGA SERRARIA", localizada na Rodovia Municipal 080, na localidade de Salto, Bem Imóvel adquirido pelo Município de Campo Alegre/SC, através, da Lei Municipal nº. 2.786 de 07 de outubro de 2003.

Art.2º) Deverá ser procedida referência no Cadastro Patrimonial de Bens Imóveis deste Município, do tombamento de que trata esta Lei.

Art.3º) A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, pelo seu órgão competente, providenciará à restauração e conservação do referido imóvel, podendo para tanto, firmar Convênio com Entidades Governamentais e não-Governamentais.

Art.4º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação própria do Orçamento vigente à época.

Art.5º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
19 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
19/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.835 de 19 de Dezembro de 2003

LEI Nº. 2.835 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

INCLUI INCISOS III E IV NO ARTIGO 3º, ALTERA ITENS E INCLUI ITENS NO ARTIGO 4º E ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 6º DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.232 DE 03 DE JUNHO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam incluídos os Incisos "III e IV" no Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.232 de 03 de junho de 1997, com a seguinte redação respectivamente.

III - Tornar a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação conhecida e cumprida na comunidade escolar.

IV - Acompanhar a formulação dos Planos de Carreira e Estatutos do Magistério Público Municipal, podendo sugerir alterações para a valorização dos Profissionais do Magistério Público Municipal.

Art.2º) Ficam alterados e incluídos itens no Artigo 4º da Lei Municipal 2.232 de 03 de junho de 1997, passando a ter a seguinte redação e composição:

- Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- Um representante da Rede Estadual de Educação;
- Dois representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino;
- A - Um do Ensino Fundamental;
- B - Um da Educação Infantil.
- Dois representantes da Associação de Pais e Professores da Rede Municipal de Ensino;
- Dois representantes das Entidades Assistenciais;
- Um representante Lojista ou Empresarial;
- Dois representantes de alunos da Educação Básica;
- A - Um da Educação Básica Municipal - Ensino Fundamental;
- B - Um da Educação Básica Estadual - Ensino Médio.
- Três representantes de outros Conselhos Municipais não vinculados a Administração Pública.

Art.3º) O Artigo 6º da Lei Municipal 2.232 de 03 de junho de 1997, passa a ter a seguinte redação:

“Art.6º) O Conselho Municipal de Educação será presidido, secretariado e possuirá um relator escolhido pelos seus pares, e homologados pelo Chefe do Poder Executivo”.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
19 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
19/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão Eletrônico 80/2014

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº. 80/2014)

Às 14:00 do dia 10/09/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de lixeiras para instalação em pontos diversos do município de Campo Alegre.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Lei Nº 2.836 de 19 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.836 de 19 DE DEZEMBRO DE 2003

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE À RECEBER EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM DOAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “PAULO FUCKNER” situada na Rua: Principal s/nº, localidade de Bateias de Cima no Município de Campo Alegre/SC, os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
Micro Digital Pentium 166X 5166 C/ Moni	01	400,00
Micro Computador 486 DX4 Compaq S/R	01	400,00
Micro Digital Pentium 166X 5166 C/ Moni	01	400,00
Micro Digital Pentium 166X 5166 C/ Moni	01	400,00
Micro Compaq Desk Pro 2000 F633HVR60554	01	400,00
Micro Computador 486	01	400,00
Micro Compaq Prolinea 486/4/100-DX4/100	01	400,00
Micro Vectra VL4/133 Memória 16MB EDO	01	400,00
Micro Digital Pentium 166X 5166 C/ Moni	01	400,00
Micro Compaq Prolinea 486/4/100-DX4/100	01	400,00
Micro Compaq	01	400,00
Micro Digital Desk	01	400,00
TOTAL		4.800,00

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo serão instalados na Oficina de Informática da Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner”, a ser implantada.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis.

is), de Tijucas à Campo Alegre

Art. 3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
em 19 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:

19/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.837 de 22 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.837 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR
CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL
DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de

Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cél. Veríssimo de Souza Freitas, 126 Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua: Cél. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, - Campo Alegre/SC, neste ato representado por seu Presidente: NOIRTON DUARTE SILVA MACHADO SCHROEDER, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF/MF nº 121.269.939-49, residente e domiciliado à Rua: Cél. Bento D' Amorim, 77 Centro, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

1 - Disponibilizar 2 (dois) botijões e o Kit Básico de Inseminação Artificial;

- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente a nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

- 1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador);
- 2 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;
- 3 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;
- 4 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.
Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.
- 5 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;
- 6 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);
- 7 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;
- 8 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.
- 9 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- 10 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- 11 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- 12 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- 13 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2004.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária

Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2004.

RENATO BAHR	NOIRTON D. S. M. SCHROEDER
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 2.838 de 22 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.838 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser repassada em 02 (duas) parcelas, objetivando a parceria na realização da 6ª Edição da Festa Estadual da Ovelha, a qual realizar-se-á no mês de março de 2004 em nosso Município.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00

Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2004.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.839 de 22 de Dezembro de 2003

CÓPIA DA LEI Nº 2.839 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos especificados nesta Lei, os seguintes imóveis:

I - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 34 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 15,00 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, por mais 15,00 metros, lado direito com o lote n.º 35, por 58,90 metros, lado esquerdo com Martin Michus e Orlando Schindler, por 58,19 metros, contendo a área de oitocentos e setenta e um metros e quarenta e dois decímetros quadrados (871,42m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 17.998.

II - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 35 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 14,50 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, por mais 14,50 metros, lado direito com o lote n.º 36, por 59,50 metros, lado esquerdo com o lote n.º 34, por 58,90 metros, contendo a área de oitocentos e cinquenta e um metros e oitenta e sete decímetros quadrados (851,87m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 17.999.

III - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 36 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 14,50 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, por mais 14,50 metros, lado direito com o lote n.º 37, por 60,50 metros, lado esquerdo com o lote n.º 35, por 59,50 metros, contendo a área de oitocentos e setenta metros quadrados (870,00m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.000.

IV - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 37 da quadra '05' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Benjamim Constant, por 14,50 metros, fundos com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, por mais 14,50 metros, lado direito com o lote n.º 38, por 61,50 metros, lado esquerdo com o lote n.º 36, por 60,50 metros, contendo a área de oitocentos e oitenta e quatro metros cinquenta decímetros quadrados (884,50m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.001.

V - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 73 da quadra '07' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', fazendo frente para a Rua Carlos Brandes, por 29,84 metros, fundos com o lote n.º 72, por mais 27,60 metros, lado direito com o lote n.º 74, por 28,90 metros, lado esquerdo com a Rua Benjamim Constant, por 21,40 metros, contendo a área de seiscentos e oitenta metros e trinta decímetros quadrados (680,30m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.037.

VI - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, identificado pelo lote n.º 74 da quadra '07' do Loteamento 'CAMPO ALEGRE', distante 29,84 metros da esquina com a Rua Benjamim Constant, fazendo frente para a Rua Carlos Brandes, lado par, por 16,00 metros, fundos com o lote n.º 72, por 18,70 metros, lado direito com a Metalúrgica Schultz Ltda., por 24,00 metros, lado esquerdo com o lote n.º 73, por 28,90 metros, contendo a área de quinhentos e quarenta e cinco metros e sessenta e cinco decímetros quadrados (545,65m²)", matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul/SC, sob n.º 18.038.

Art.2º - As áreas acima descritas, serão recebidas sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação da totalidade dos débitos tributários inscritos em nome do Sr. Paulo Mühlmann e da Sra. Mery Cubas Bartch, pendentes de pagamento até a presente data, que totalizam R\$ 65.329,44 (sessenta e cinco mil, trezentos e vinte nove reais e quarenta e quatro centavos).

Art.3º Os imóveis objetos da dação em pagamento serão recebidos pelo valor de R\$ 70.556,10 (setenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dez centavos), correspondente à R\$ 15,00 (quinze reais) o metro quadrado, conforme avaliação imobiliária, restando crédito à favor do contribuinte Sr. Paulo Mühlmann no valor de R\$ 5.226,66 (cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art.4º O saldo remanescente discriminado no Artigo anterior, será integralizado pelo Município no exercício financeiro de 2004, através de compensação tributária prevista na Lei Municipal n.º 2.293, com os tributos referentes ao "Loteamento Campo Alegre".

Art.5º) As custas pela transferência dos imóveis correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.840 de 22 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.840 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS VALORES EM UPM DA ALÍNEA b2 DO INCISO II DO ARTIGO 181, E AS ALÍNEAS DO INCISO I DO ARTIGO 189 DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.293 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alterados os valores em UPM da Alínea b2 do Inciso II do Artigo 181 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação.

"b.2) com veículo motorizado: 300 UPM por dia, 1000 UPM por mês, 2000 UPM por ano".

Art. 2º) Ficam alterados os valores em UPM das Alíneas do Inciso I Artigo 189 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, passando as mesmas vigorar com a seguinte redação.

"a) até 3.000 m² - 50 UPM
b) de 3.001 a 10.000 - 100 UPM
c) acima de 10.001 m² 150 UPM".

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.841 de 22 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.841 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 88.218,47 (oitenta e oito mil, duzentos e dezoito reais, quarenta e sete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	

300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.227,34
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.950,40
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças.	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 14,59
004.123.1301.2.007 -	Contribuição ao PASEP	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 443,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.365.1403.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.900,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 154,06

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.313,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.825,43
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.3651403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 464,79
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 320,11
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1,26
013.392.1410.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 382,49
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras Instalações	R\$ 3.652,12
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 944,51
06.02 -	Serviço de Assistência Social	

008.243.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 165,99
016.482.1409.1.003 -	Aquisição de Áreas Para Casas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449061.00 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 25.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 409,78
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 14.000,00
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
	Total	R\$ 88.218,47

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.713,84
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 13,51
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 195,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.003 -	Tiket Alimentação Para Servidores	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 2.974,57
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 2,25
319009.00 -	Salário Família	R\$ 3,53
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.500,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 3,17
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias Civil	R\$ 100,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 145,84
028.843.0000.2.005 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 520,83

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8,33
319003.00 -	Pensões	R\$ 7,18
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 134,02
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 720,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 112,72
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 585,20
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis	R\$ 21,44
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.947,07
012.365.1404.2013 -	Manutenção das Atividades do Pré - Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 498,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 129,82
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 0,08
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 0,73
339031.00 -	Premiações Culturais, e Artísticas Cient. e Desp.	R\$ 0,10
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 33,50
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3,02
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 50,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 38,18

339031.00 -	Premiações Culturais, e Artísticas Cient. e Desp.	R\$ 205,80
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 249,40
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.652,12
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 14,02
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	R\$ 54,01
008.244.14092.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e reformas	R\$ 3,69
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	
018.541.1701.2.022 -	Manutenção do Projeto Quiriri	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 1.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 830,22
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 43,53
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12,58
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 620,62

07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 44,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 13.463,50
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 513,65
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 46.600,00
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8,82
319003.00 -	Pensões	R\$ 3,61
319009.00 -	Salário Família	R\$ 150,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 4.460,47
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	R\$ 276,90
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 88.218,47

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.842 de 23 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.842 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos, uma parte ideal de área de terra com 898,61m² (oitocentos e noventa e oito metros e sessenta e um decímetros quadrados), conforme levantamento planimétrico anexo, à presente Lei.

Art.2º - A área de terra recebida pelo Município é parte ideal do seguinte bem imóvel:

"Um terreno urbano com área de 7.266,00m² (sete mil, duzentos e sessenta e seis metros quadrados), situado na cidade de Campo Alegre, desta Comarca, fazendo frente a Rua João Pessoa, com 150 metros, confrontando com terras de Dolores Walter, Matriz da Santíssima Trindade da Paróquia de Campo Alegre, Indústria de Fósforos Campo Alegre Ltda. e com a Rua Getúlio Vargas, edificado com um prédio de material, medindo quarenta metros de frente, por sessenta e dois metros de fundo, com duas grandes portas, para fábrica", Matriculado sob n.º 10.329 do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC.

Art.3º - A área acima descrita, será recebida sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação de parte dos débitos tributários referentes ao imóvel de H. WALTER S/A, pendentes de pagamento até a presente data, que totalizam R\$ 24.956,49 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais, quarenta e nove centavos).

Art.4º - A O imóvel objeto da dação em pagamento será utilizado na abertura de prolongamento entre as Ruas Karl H. W. Dudda e Paulo Schroeder, no Centro do Município de Campo Alegre e será recebido pelo valor de R\$ 23.956,49 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos), correspondente à R\$ 26,65 (vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) o metro quadrado, conforme avaliação imobiliária.

Art.5º - O saldo remanescente do débito, será pago através de boleto bancário, a ser emitido pelo Serviço de Tributação da Prefeitura Municipal..

Art.6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão, no exercício de 2003, por conta do crédito especial de código 10583231.016 - "Indenizações e Desapropriações de Imóveis", no elemento de código 4210 - "Aquisição de Imóveis".

Art.7º - As custas pela transferência do bem imóvel, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.843 de 23 de Dezembro de 2003

LEI N.º 2.843 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DAS ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA, PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, os seguinte bens imóveis:

I - "Um terreno situado na cidade de Campo Alegre, desta Comarca, distante 432,23 metros da esquina com a Rua Altamiro Lobo Guimarães, fazendo frente para a estrada Dona Francisca antiga, por 6,01 metros e confinando aos fundos com Casimiro Silveira S/ª Indústria e Comércio e Iris Silveira por 59,90 metros e com Adolfo Herbst por 30,69 metros de um lado divide com Casimiro Silveira S/ª Indústria e Comércio e com Íris Silveira por 223,00 metros e do outro lado extrama com Pedro Emílio Petry por duas linhas quebradas com 152,60 e 57,83 metros, ainda com Eliana Petry Hilgenstieler por 59,48 metros e com Miguel Gorniack e Adolfo Paulo Herbst por duas linhas quebradas com 22,90 metros, 7,38 metros e 68,40 metros, contendo a área de 8.736,11 (oito mil, setecentos e trinta e seis metros e onze décimos quadrados).", conforme Matrícula no Livro 2 - RG - Ficha n.º 1, sob n.º 08.188 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC.

II - "Um terreno rural, situado na zona rural desta cidade, contendo a área de trinta e dois mil, duzentos e sessenta e seis metros quadrados (32.266,00 m²), e as seguintes confrontações: Um lado confina com terras de Antônio Gorniack; outro lado confina com terras de Miguel Gorniack Júnior; fundos confina com terras de Paulo Ahrens e Cia Ltda e o outro lado confina com terras de Lumiere Administração e Participações Ltda., por um arroio.", conforme Matrícula no Livro 2 - RG - Ficha n.º 1, sob n.º 2.820 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC.

Art.2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado as adquirir as áreas descritas no artigo anterior, respectivamente pelo preço de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) o imóvel descrito no inciso I e R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) o imóvel descrito no inciso II.

Art.3º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão, incluindo-se o eventual cancelamento de cláusulas impeditivas, correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, utilizando o seguinte Projeto de Atividade e Elemento de Despesa: 06.02.16.482.1409.1.003 - 449061.00.00 - Aquisição de Imóveis.

Art.4º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se a abrigar a construção de habitações populares em Campo Alegre.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.844 de 23 de Dezembro de 2003

LEI Nº 2.844 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação lá tenha se iniciado.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na Lista de Serviços, os serviços nela mencionados ficam sujeitos somente à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto independe:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao prestador dos serviços;

IV - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

§ 5º Os serviços sujeitos à incidência do imposto previsto neste artigo estão relacionados na Lista de Serviços abaixo transcrita:

LISTA DE SERVIÇOS		
Item	Subitem	Descrição
01.		Serviços de informática e congêneres.
01.	01.	Análise e desenvolvimento de sistemas.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
01.	02.	Programação.
01.	03.	Processamento de dados e congêneres.
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
01.	05.	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
01.	06.	Assessoria e consultoria em informática.
01.	07.	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
01.	08.	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
02.		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
02.	01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
03.		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
03.	01.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
03.	02.	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
03.	03.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
03.	04.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
04.		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
04.	01.	Medicina e biomedicina.
04.	02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
04.	03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
04.	04.	Instrumentação cirúrgica.
04.	05.	Acupuntura.
04.	06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
04.	07.	Serviços farmacêuticos.
04.	08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
04.	09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

04.	10.	Nutrição.
04.	11.	Obstetrícia.
04.	12.	Odontologia.
04.	13.	Ortóptica.
04.	14.	Próteses sob encomenda.
04.	15.	Psicanálise.
04.	16.	Psicologia.
04.	17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
04.	18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
04.	19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
04.	20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
04.	21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
04.	22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
04.	23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
05.		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
05.	01.	Medicina veterinária e zootecnia.
05.	02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
05.	03.	Laboratórios de análise na área veterinária.
05.	04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
05.	05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
05.	06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
05.	07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
05.	08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
05.	09.	Planos de atendimento e assistência médico veterinária.
06.		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
06.	01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
06.	02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
06.	03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
06.	04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

06.	05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
07.		Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
07.	01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
07.	03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
07.	04.	Demolição.
07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
07.	06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
07.	07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
07.	08.	Calafetação.
07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
07.	10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
07.	11.	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
07.	12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
07.	13.	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

07.	14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
07.	15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
07.	16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
07.	17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
07.	18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
07.	19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
07.	20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
08.		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
08.	01.	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
08.	02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
09.		Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
09.	01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
09.	02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
09.	03.	Guias de turismo.
10.		Serviços de intermediação e congêneres.
10.	01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.	02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.	03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
------	---------	-----------

10.	04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.	05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.	06.	Agenciamento marítimo.
10.	07.	Agenciamento de notícias.
10.	08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.	09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.	10.	Distribuição de bens de terceiros.
11.		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.	01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.	03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.	04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12.		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.	01.	Espetáculos teatrais.
12.	02.	Exibições cinematográficas.
12.	03.	Espetáculos circenses.
12.	04.	Programas de auditório.
12.	05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.	06.	Boates, táxi-dancing e congêneres.
12.	07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.	09.	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.	10.	Corridas e competições de animais.
12.	11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.	12.	Execução de música.
12.	13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.	15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.	16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.	17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13.		Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
LISTA DE SERVIÇOS		
Item	Subitem	Descrição
13.	01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.	02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.	03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.	04	Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.
14.		Serviços relativos a bens de terceiros.
14.	01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	02.	Assistência Técnica.
14.	03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	04.	Recaptação ou regeneração de pneus.
14.	05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.	06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.	07.	Colocação de molduras e congêneres.
14.	08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.	09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.	10.	Tinturaria e lavanderia.
14.	11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.	12.	Funilaria e lanternagem.
14.	13.	Carpintaria e serralheria.
15.		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.	01.	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.	02.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.	03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.	04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.	05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.	06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
15.	07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.	08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.	09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.	10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.	11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.	12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.	13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.	14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.	15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.	16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.	17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.	18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16.		Serviços de transporte de natureza municipal.
16.	01.	Serviços de transporte de natureza municipal.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
17.		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.	01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.	02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.
17.	03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.	04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.	05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.	06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.	07.	Franquia (franchising).
17.	08.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.	09.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.	10.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.	11.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.	12.	Leilão e congêneres.
17.	13.	Advocacia.
17.	14.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.	15.	Auditoria.
17.	16.	Análise de Organização e Métodos.
17.	17.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.	18.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.	19.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.	20.	Estatística.
17.	21.	Cobrança em geral.
17.	22.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.	23.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18.		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.	01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19.		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Subitem	Descrição
19.	01.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20.		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.	01.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.	02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.	03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21.		Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.	01.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22.		Serviços de exploração de rodovia.

22.	01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23.		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.	01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24.		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.	01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25.		Serviços funerários.
25.	01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embaçamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.	02.	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.	03.	Planos ou convênio funerários.
25.	04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26.		Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
26.	01.	Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
27.		Serviços de assistência social.
LISTA DE SERVIÇOS		
Item	Subitem	Descrição
27.	01.	Serviços de assistência social.
28.		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.	01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29.		Serviços de biblioteconomia.
29.	01.	Serviços de biblioteconomia.
30.		Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.	01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31.		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.	01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32.		Serviços de desenhos técnicos.
32.	01.	Serviços de desenhos técnicos.
33.		Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.	01.	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34.		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.	01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35.		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.	01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36.		Serviços de meteorologia.
36.	01.	Serviços de meteorologia.
37.		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.	01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38.		Serviços de museologia.
38.	01.	Serviços de museologia.
39.		Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.	01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40.		Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.	01.	Obras de arte sob encomenda.

Seção II

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por contratante residente no exterior.

Seção III

LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 3º O imposto é devido no local da prestação do serviço.

Parágrafo único. Entende-se por local da prestação o lugar onde se realizar a prestação do serviço.

Art. 4º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da Lista de Serviços;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da Lista de Serviços;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;

X - do florestamento, reforestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da Lista de Serviços;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da Lista de Serviços;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista de Serviços;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da Lista de Serviços;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município:

I - no caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da Lista de Serviços, em relação a extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação,

sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II - no caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista de Serviços, em relação a extensão da rodovia explorada.

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Subseção I

Do Estabelecimento Prestador

Art. 5º Considera-se estabelecimento prestador:

I - o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II - o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Seção IV

SUJEITO PASSIVO

Art. 6º Sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, na forma prevista neste Código.

Subseção I

Contribuinte

Art. 7º Contribuinte é o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

Subseção II

Responsável

Setor I

Responsável por Substituição Tributária

Art. 8º São responsáveis, por substituição tributária, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:

a) de serviço prestado por contribuinte que não esteja regularmente cadastrado como contribuinte do Município ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço;

b) dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.06, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da Lista de Serviços.

III - as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando contratarem a prestação de serviços sujeitos à incidência do imposto;

IV - as distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subsequentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanente;

V - os administradores de bens e negócios de terceiros, em relação aos serviços de venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios, realizados em casas de jogos e bingos eletrônicos ou

permanente;

VI - as empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 da Lista de Serviços;

VII - as agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratados por conta e ordem de seus clientes;

VIII - as empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem 10.05 da Lista de Serviços;

IX - as empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:

a) remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;

b) remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;

c) remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.

§ 1º. O disposto nos incisos II "b", III, IV, V, VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada.

§ 2º. O disposto no inciso III não se aplica aos serviços descritos nos subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços.

§ 3º. O disposto no inciso II "b" não se aplica:

I - quando o contratante ou intermediário não estiver estabelecido ou domiciliado no Município;

II - quando o contratante for o promitente comprador, em relação aos serviços prestados pelo incorporador-construtor;

§ 4º. A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

I - quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;

II - na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

Setor II

Responsáveis por Transferência

Art. 9º São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Setor III

Retenção do Imposto na Fonte

Subseção III

Responsável por Retenção do Imposto na Fonte

Art. 10. Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica aos serviços descritos nos subitens 4.22 e 4.23 da Lista de Serviços.

§ 2º. Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 11. As entidades mencionadas no artigo anterior deverão

fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte - CRIF, em modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Parágrafo único. O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

Seção V

BASE DE CÁLCULO

Art. 12. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição.

§ 2º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

§ 3º Quando os serviços descritos no subitem 3.03 da Lista de Serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no Município.

§ 4º Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa.

Subseção I

Arbitramento

Art. 13. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

Art. 14. A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto:

I - a contribuintes que promovam prestações semelhantes;

II - ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores;

III - no estabelecimento, com base no movimento das operações apuradas em período de tempo determinado, mediante acompanhamento.

Parágrafo único. O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias a manutenção do estabelecimento ou a efetivação das prestações.

Art. 15. O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I - a identificação do sujeito passivo;

II - o motivo do arbitramento;

III - a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;

IV - as datas inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham desenvolvidas as atividades;

V - os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;

VI - o valor da base de cálculo arbitrada, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;

VII - o ciente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a opor o ciente.

Parágrafo único. Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 16. Acompanham o Termo de Arbitramento as cópias dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificados.

Art. 17. Não se aplica o disposto nesta Subseção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das prestações.

Art. 18. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a

avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos neste Código.

Subseção II

Profissionais Autônomos e Sociedades de Profissionais

Art. 19. O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será fixo e estabelecido em função do nível de escolaridade legalmente exigida para o exercício da atividade profissional, com base nos múltiplos da Unidade Padrão do Município, assim estabelecidos:

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE UPM
I - nível superior:	
a) médicos;	800
b) advogados, engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos, dentistas, economistas, psicólogos, contadores e veterinários.	400
c) demais profissionais de nível superior.	300
II - nível médio.	180
III - demais profissionais.	90

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.

Art. 20. Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, porém realizados e executados sob a forma de trabalho pessoal, estas ficarão sujeitas ao imposto fixo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º O pagamento do imposto na forma deste artigo só se alcança aquelas sociedades simples cujos sócios estejam devidamente habilitados para o exercício das atividades que constituam os seus respectivos objetos sociais.

§ 2º As sociedades simples que não preencham os requisitos previstos no parágrafo anterior, ficam sujeitas ao pagamento do imposto levando-se em conta o preço do serviço.

Seção VI

ALÍQUOTAS

Art. 21. O imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

ITEM	SERVIÇOS	ALÍQUOTAS
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	3%
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residenciais, residence-service, suíte-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03	Guias de turismo.	3%
Demais	Serviços	5%

Seção VII

APURAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 22. O imposto será apurado pelo próprio sujeito passivo:

I - mensalmente, quando proporcional à receita bruta;

II - anualmente, quando fixo ou devido por estimativa fiscal.

Subseção I

Estimativa Fiscal

Art. 23. A critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa da base de cálculo quando:

I - se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;

II - se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;

III - o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;

IV - se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;

V - quando se tratar de estabelecimento constituído sob a forma de sociedade simples.

§ 1º O imposto calculado na forma deste artigo será lançado para um exercício financeiro, ou proporcionalmente ao número de meses, na hipótese do início da atividade ocorrer no decurso do exercício de referência.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento do imposto na forma prevista neste artigo deverá apresentar, no prazo fixado em regulamento, declaração prévia manifestando o seu interesse.

§ 3º A declaração a que se refere o parágrafo anterior será preenchida com base nos registros contábeis do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

§ 4º Na ausência de dados contábeis, o contribuinte poderá utilizar os dados informados a Receita Federal em cumprimento à legislação específica, relativos ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 5º O contribuinte que estiver recolhendo o imposto na forma prevista neste artigo deverá, até 30 (trinta) dias após o encerramento do período de apuração, apresentar uma Guia de Informação Fiscal - GIF de Ajuste, confrontando os valores recolhidos por estimativa com os apurados regularmente em sua escrita, observado o seguinte:

I - se constatado que o valor recolhido foi inferior ao que seria efetivamente devido, recolher a importância apurada, no prazo de 30 (trinta) dias após a apuração;

II - se constatado que o valor recolhido foi superior ao que seria efetivamente devido, compensar a importância com o montante a recolher no período seguinte.

§ 6º O pagamento e a compensação prevista no § 5º, I e II, extinguem o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 7º No primeiro ano de atividade, a estimativa será efetuada com base em dados presumidos, informados pelo contribuinte, sujeitando-se ao ajuste de que trata o parágrafo anterior.

§ 8º A estimativa será por período anual, exceto na hipótese do § 7º deste artigo em que corresponderá ao período previsto de funcionamento.

Art. 24. A autoridade fiscal que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de que trata esta Subseção levará em conta, além das informações declaradas na forma prevista no artigo anterior, os seguintes critérios:

I - o volume das prestações tributadas obtidas por amostragem;
II - o total das despesas incorridas na manutenção do estabelecimento;

III - a aplicação de percentual de margem de lucro bruto, previsto em regulamento;

IV - outros dados apurados pela administração fazendária que possam contribuir para a determinação da base de cálculo do imposto.

Art. 25. A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta Subseção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

Seção VIII

PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 26. O imposto será pago:

I - por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;

II - quando fixo, em até 06 (seis) parcelas conforme definido em regulamento;

III - quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;

IV - quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência;

V - nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurado mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência.

Parágrafo único. Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do titular do órgão fazendário que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais do Município de Campo Alegre/SC, recolham o imposto devido no prazo e na forma definidos no respectivo despacho.

Art. 27. É dever do sujeito passivo apurar e declarar o imposto de acordo com o período de apuração, mediante Guia de Informação Fiscal ou meio magnético, conforme dispuser o regulamento, observado o disposto no art. 23, § 5º.

Art. 28. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pela mão-de-obra na construção civil deverá ser recolhido, à vista ou parcelado, mediante a apresentação das notas fiscais da referida obra, durante a execução da obra, ou na finalização de cada etapa da obra.

Parágrafo Único - A liberação da carta de habite-se fica condicionada a comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

Art. 29. Não se subordinam às regras do artigo anterior os contribuintes Pessoas Jurídicas, que estiverem cadastrados na Prefeitura como prestadores de serviços, no ramo da construção civil e desde que venham recolhendo seus tributos com normalidade.

Seção IX

DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art. 30. O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela autoridade administrativa:

I - quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo, em Guia de Informação Fiscal - GIF ou arquivo eletrônico, não corresponder à realidade.

II - quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

Parágrafo único - Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

Art. 31. A inscrição em Dívida Ativa dos créditos tributários declarados em Guia de Informações Fiscais independe de nova notificação de lançamento ao sujeito passivo.

Seção X

LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 32. A legislação tributária estabelecerá os livros e demais documentos fiscais necessários à fiscalização e controle das operações sujeitas à incidência do imposto.

Seção XI

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 33. Compete à Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto. Parágrafo único. A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 34. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 35. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 36. A omissão de registro de documentos fiscais, ainda que lançados na escrita comercial, caracteriza o descumprimento de obrigação tributária acessória, sujeita à penalidade prevista nesta Lei.

Art. 37. Presumir-se-á não registrada a prestação de serviço tributável quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em regime especial de fiscalização e o registrado nos doze meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal ou na contábil, quando existente esta;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou as retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços,

despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de títulos de crédito pagos e não escriturados, bem como a posse de bens do ativo permanente não contabilizados;

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º A presunção de omissão de registro de que tratam os incisos I, II, e VI será afastada mediante a apresentação dos documentos de lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º Não produzirá os efeitos previstos no parágrafo anterior a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exibir seus livros.

§ 3º O órgão fazendário poderá determinar a instauração de regime especial de fiscalização para fins de arbitramento do movimento tributável médio previsto no inciso III do caput deste artigo, observado o seguinte:

I - a duração do regime especial não será inferior a dez nem superior a sessenta dias, de cada vez;

II - os documentos fiscais, bem como outros meios destinados ao registro das prestações poderão ser visados previamente pelos servidores designados para aplicação do regime.

§ 4º Na hipótese do inciso III do § 2º a Legislação Municipal regulamentará os procedimentos, forma e prazo para a comprovação das prestações de serviços e do pagamento do imposto devido.

Capítulo II

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 38. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC, as pessoas físicas ou jurídicas que:

I - realizem prestações de serviços sujeitas à incidência do imposto;

II - sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários;

Parágrafo único. Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição independente para cada estabelecimento.

Art. 39. As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.

§ 1º O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos.

Art. 40. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais previstos em regulamento.

Art. 41. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

Art. 42. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 43. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não

registrada, quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente esta;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º. Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º. Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exibir seus livros e documentos para exame.

Capítulo III

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

INFRAÇÕES POR FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 44 Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal:

a) Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único - No caso do inciso II, a multa prevista neste artigo será exigida em dobro quando o responsável houver retido o imposto e deixado de recolhê-lo nos prazos fixados no regulamento.

Art. 45 Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto:

a) Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único - A multa prevista neste artigo será ampliada para: I - 100% (cem por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto, quando a prestação estiver consignada em documento fiscal:

a) com numeração ou seriação repetida;

b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;

c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na

prestação;

d) que descrita de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação do serviço;

e) de outro contribuinte ou empresa fictícia, dolosamente constituída para este fim;

f) indicando tratamento tributário vinculado à destinação do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

Art. 46 Submeter tardiamente prestação de serviço tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio sujeito passivo, ou devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Art. 47. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento fiscal relativo à prestação de serviço tributável:

a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor da prestação, não inferior a 140 UPM.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo somente será aplicada se o documento fiscal não tiver sido contabilizado.

Art. 48. Deixar o agente arrecadador ou estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:

a) Multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Seção II

INFRAÇÕES RELATIVAS A DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS

Art. 49. Emitir documento fiscal consignando declaração falsa quanto ao estabelecimento prestador de serviço, ou quanto ao seu destinatário:

a) Multa de 30% (trinta por cento) do valor da prestação.

Art. 50. Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções ou que apresente emendas ou rasuras que dificultem ou impeçam a verificação dos dados nele apostos:

a) Multa de 5 UPM por documento, não inferior a 350 UPM e limitada a 3.500 UPM.

Art. 51. Deixar de emitir documento fiscal, estando a prestação de serviço sujeita à incidência do imposto e registrada no Livro de Apuração do imposto:

a) Multa de 3% (três por cento) do valor da prestação, não inferior a 350 UPM.

Art. 52. Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

a) Multa de 10 UPM por documento fiscal, não inferior a 350 UPM.

Parágrafo único ☐ Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal: I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização; II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Art. 53. Prestar serviços sem emissão de documento fiscal ou cupom, constatada por qualquer meio:

a) Multa de 350 UPM.

Art. 54. Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los sem prévia autenticação, ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

a) Multa de 140 UPM por livro.

Seção III

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS EQUIPAMENTOS EMISSORES DE CUPOM FISCAL

Art. 55. Possuir ou utilizar Equipamento Emissor de Cupom Fiscal, sem a autorização fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN ou pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina:

a) Multa de 500 UPM.

Seção IV

INFRAÇÕES RELATIVAS AO USO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA FINS FISCAIS

Art. 56. Constituem infrações relativas ao uso de sistemas e de equipamentos de processamento de dados para fins fiscais:

I - Utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livros fiscais com vício, fraude ou simulação: Multa de 500 UPM;

II - Utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais, sem observar os requisitos previstos na legislação: Multa de 500 UPM;

III - Não efetuar a entrega de informações em meio magnético ou fornecê-las em padrão diferente do estabelecido na legislação: Multa de 500 UPM;

IV - Deixar de manter, ou fazê-lo em desacordo com a legislação, arquivo magnético com o registro fiscal dos livros e documentos fiscais escriturados ou emitidos por processamento eletrônico de dados: Multa de 500 UPM.

Parágrafo único - As multas previstas nesta Seção não ilidem a obrigação do recolhimento do imposto com os acréscimos previstos nos artigos 44 a 47, conforme o caso.

Seção V

INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO E À ENTREGA DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA CADASTRAL, ECONÔMICA OU FISCAL

Art. 57. Iniciar atividade sem prévia inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC:

a) Multa de 100 UPM.

Art. 58. Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

a) Multa de 140 UPM.

Art. 59. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

a) Multa de 140 UPM.

§ 1º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de requisição, com prazo mínimo de 03 (três) dias úteis.

§ 2º. O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelos agentes do fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

Seção VI

OUTRAS INFRAÇÕES

Art. 60. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal:

a) Multa de 140 UPM.

Art. 61. Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade específica capitulada nesta Lei: a) Multa de 140 UPM.

Seção VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. As multas previstas nas Seções II, III, IV e V, deste capítulo, não serão lavradas quando expressarem valores iguais ou inferiores a 100, UPM.

Art. 63. As multas previstas na Seção I, deste capítulo, relativas às infrações por falta de recolhimento do imposto, serão aplicadas sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei Complementar.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 65. Esta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.
Art. 66. Revoga-se o Título VI da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1.997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.845 de 23 de Dezembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.845 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2004, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.846 de 23 de Dezembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.846 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 1.800,00 (um mil, oitocentos reais), para a CNM -Confederação Nacional dos Municípios.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente aos meses de Janeiro a Dezembro do corrente exercício de 2004.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "CNM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 001 de 27 de Fevereiro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2002
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VALOR DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art.1º) Fica concedida a revisão geral anual à todos os servidores públicos municipais, estabelecendo-se o mês de fevereiro de cada ano como data-base da revisão, em face do, expressamente, contido no inciso X do art. 37 da Constituição da República.

Art.2º) Adotar-se-á como índice de reposição o IGP-M (Índice Geral de Preços das Mercadorias) acumulado no período compreendido

entre janeiro a dezembro de 2001, no percentual de 9,92 % (nove vírgula noventa e dois por cento), respeitados os limites de comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Parágrafo Único - Para os próximos exercícios fica assegurada a revisão geral anual adotando-se o IGP-M acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Art.3º) As despesas desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art.4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de fevereiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 27/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 003 de 21 de Dezembro de 2001

LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001
INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituída, nos termos do Art. 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, devida pelos consumidores de energia elétrica, residenciais e não residenciais, edificados ou não, destinada ao custeio do serviço de Iluminação Pública.

Parágrafo Único - Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

Art.2º) A contribuição de que trata o artigo anterior será devida pelos consumidores residenciais edificados, ao custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, em conformidade com a seguinte Tabela:

I - CONSUMOS RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA COTA EM R\$

0 a 30 kWh	ISENTO
31 a 50 kWh	0,56
51 a 100 kWh	1,50
101 a 200 kWh	2,33
201 a 500 kWh	4,21
501 a 1000 kWh	8,41
acima de 1001 kWh	16,82

II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA COTA EM R\$

0 a 30 kWh	2,80
31 a 50 kWh	4,12
51 a 100 kWh	8,61
101 a 200 kWh	10,29
201 a 500 kWh	12,15
501 a 1000 kWh	18,70
Acima de 1001 kWh	26,16

III - CONSUMOS DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA COTA EM R\$

0 a 30 kWh	3,50
31 a 50 kWh	7,01
51 a 100 kWh	10,51
101 a 200 kWh	14,01
201 a 500 kWh	21,03
501 a 1000 kWh	28,03
Acima de 1001 kWh	35,04

IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA COTA EM R\$

0 a 2000 kWh	37,88
2001 a 5000 kWh	53,03
5001 a 10000 kWh	90,90
10001 a 50000 kWh	136,35
Acima de 50001 kWh	166,65

§ 1º - O valor da contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado mensalmente, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

§ 2º - A contribuição devida pelos consumidores não edificados será anual, no valor de 15 (quinze) UPM's (Unidade Padrão do Município), cuja incidência ocorrerá juntamente com a incidência do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), desde que o imóvel esteja localizado em logradouro beneficiado pela iluminação pública.

Art.3º) O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, definido pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - S.A - CELESC.

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como para prestar o respectivo serviço de iluminação pública do interesse do município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC deverá contabilizar mensalmente o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria e fornecerá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Compete À Secretaria Municipal de Finanças, a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art.6º) O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado ao Fundo Especial para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - FECOSIP, a ser criado por lei específica.

Art.7º) A aplicação da presente Lei Complementar fica condicionada à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 222/00, em tramitação no Congresso Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados e em votação no Senado Federal.

Art.8º) A contribuição de que trata esta Lei Complementar passa a integrar o Sistema Tributário Municipal.

Art.9º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 239, 240, 241, 242, 243 e 244 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2001.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 004 de 27 de Fevereiro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2002
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VALOR DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art.1º) Fica concedida a revisão geral anual à todos os servidores públicos municipais, estabelecendo-se o mês de fevereiro de cada ano como data-base da revisão, em face do, expressamente, contido no inciso X do art. 37 da Constituição da República.

Art.2º) Adotar-se-á como índice de reposição o IGP-M (Índice Geral de Preços das Mercadorias) acumulado no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2001, no percentual de 9,92 % (nove vírgula noventa e dois por cento), respeitados os limites de comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Parágrafo Único - Para os próximos exercícios fica assegurada a revisão geral anual adotando-se o IGP-M acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Art.3º) As despesas desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art.4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 27/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 005 de 16 de Julho de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 005 DE 16 DE JULHO DE 2002.
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Classe 08 - cinza - R\$ 0,50, constante do Anexo 01 - TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO, PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO E DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, que faz parte integrante da Lei Complementar nº 01 de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

CLASSE 8 - CINZA - R\$ 0,50

- 1- Rod. SC 301 - início Av. Dr. Getúlio Vargas, final do Perímetro Urbano
- 2- Rod. SC 301 - início final Rua Ernesto Afonso Scheide, final do Perímetro Urbano
- 3- Rod 010 - início Rod. SC 301, final Perímetro Urbano.
- 4- Rod. SC 301 - início Rio Negro, final na divisa com o Município de São Bento do Sul.
- 5- Rua Antônio Basílio do Rocha - início Riacho, final do Perímetro Urbano.
- 6- Rua Generoso Fragoso - início Rua Victor Stachon, final Rio Negro
- 7- Rodovia 010 - início 340,00 m da Rua Numero 12, final do Perímetro Urbano
- 8- Rodovia SC - início propriedade Itamar José Cubas, final do Perímetro Urbano.
- 9- Rua Dona Francisca - início Rodovia SC 301, final do Perímetro Urbano.
- 10- Rua Alice Lemos - início Jacob Kmiech, final Perímetro Urbano.
- 11- Rua João Stall - início Rua Otto Rudnick, final Campo de Futebol.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à partir de 1º de janeiro de 2003.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre. "SC",
16 de julho de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 006 de 19 de Setembro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2002 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002
DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO MISTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA, EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME JURÍDICO MISTO

Art. 1º Fica instituído por esta Lei Complementar o Regime Jurídico Misto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, no âmbito de sua Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Entende-se por Administração Indireta todos os órgãos e unidades vinculadas ao Poder Executivo sob a forma jurídica de autarquia, fundação, sociedade de economia mista ou empresa pública.

Art. 2º O Regime Jurídico Misto subdivide-se nas seguintes modalidades de contratação, respectivamente atreladas as seguintes espécies de servidores públicos:

I - servidores estatutários: ocupam cargos públicos e estão sujeitos ao Regime Estatutário;

II - empregados públicos: ocupam empregos públicos e estão sujeitos ao Regime Celetista, definido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º/05/1943;

III - servidores temporários: ocupam função pública e estão sujeitos ao Regime Administrativo Especial.

§1º As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada cargo estão dispostas no Anexo IV, que descreverá sua denominação própria, códigos, atividades, escolaridade mínima, e se for o caso estabelecerá requisitos de natureza legal ou especial, bem como indicará com precisão o número de vagas propostas, e ainda o nível do vencimento correspondente;

§2º As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada emprego, bem como sua denominação, códigos, escolaridade mínima e salários será, através do Plano de Emprego, objeto de lei específica;

§3º As funções de confiança não se confundem com as funções públicas apontadas no inciso III do caput, e serão descritas no Anexo III, observado o disposto no §3º do art. 7º;

§4º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Carreira, são inadmissíveis desigualdades de vencimento ou salário quando pertinentes ao exercício de atribuições iguais ou assemelhadas e, bem assim, proibida a adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

Art. 3º Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros, natos ou naturalizados, e aos estrangeiros que:

I - comprovarem a residência fixa no Brasil pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, salvo os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que deverão comprovar residência pelo período de 1 (um) ano ininterrupto;

II - possuírem seus diplomas ou outros documentos escolares, que comprovem a escolaridade mínima exigida para o perfeito desenvolvimento das atividades, reconhecido pelas entidades brasileiras competentes;

III - não possuírem participação como administradores, gestores ou diretores em empresas brasileiras, comerciais ou civis de qualquer natureza;

§1º São considerados brasileiros natos:

I - os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

II - os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

III - os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

§2º São considerados brasileiros naturalizados:

I - os que, na forma da lei federal, adquiram nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

II - os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira;

§3º Para efeito de provimento de cargos, empregos ou funções públicas, não se poderá estabelecer distinção entre brasileiros, natos e naturalizados, ressalvando-se o disposto no §3º do art. 12 da Constituição da República;

§4º A idoneidade moral disposta no inciso I do §2º deste artigo, será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos originais e contemporâneos:

I - certidão emitida pela Vara dos Feitos Criminais da Comarca em que foi fixada a residência, indicando precisamente a ausência de qualquer registro criminal;

II - certidões emitidas pela Vara dos Feitos da Fazenda da Comarca em que foi fixada a residência e pela Comarca de São Bento do Sul/SC, indicando precisamente a ausência de qualquer processo promovido pela Fazenda Pública.

Art. 4º É proibida a prestação de serviço gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/98.

Art. 5º A Administração Municipal poderá ofertar vagas de estágio, cujo número, descrição das atividades, local de trabalho, carga horária precisa, valor da remuneração e demais características deverão ser previamente autorizados e definidos por lei específica.

§1º A Administração Municipal poderá aceitar como estagiários os estudantes regularmente matriculados e que comprovadamente frequentem cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, de entidades públicas ou privadas, e deverá observar expressamente o contido na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/77 e as alterações dispostas na Lei Federal nº 8.859, de 23/03/94;

§2º O período de desenvolvimento do estágio terá a duração máxima de 2 (dois) anos, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas diárias e máxima de 8 (oito) horas diárias;

§3º As atividades desenvolvidas pelo estagiário deverão ter correlação imediata com a atividade educacional, devendo inclusive ser

realizado acompanhamento mensal e avaliação anual da instituição de ensino a que o estagiário esteja vinculado;

§4º A instituição de ensino deve ser comprovadamente autorizada e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura;

§5º A carga horária escolar mínima do curso técnico, freqüentado pelo estagiário, deverá ser, comprovadamente, de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas;

§6º A remuneração estipulada para o desenvolvimento do estágio não poderá exceder a 2(dois) salários mínimos nacionais em vigor;

§7º A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante e a Administração Municipal, com interveniência obrigatória da instituição de ensino e, observada a menoridade civil, o Termo deverá ser assinado, em conjunto, por seu representante ou assistente legal;

§8º A utilização de estagiários será promovida através de convênio firmado entre a Administração Pública Municipal e as entidades educacionais, após prévia aprovação do Poder Legislativo;

§9º Os Termos de Compromisso firmados com estudantes por força da Lei Municipal nº 2.216/97, que se encontrem em vigor na data da publicação desta Lei serão mantidos na forma estabelecida por aquela legislação, desde que configurado o interesse público;

§10. A contratação de estudantes do ensino médio profissionalizante ou ensino superior, para o desenvolvimento de estágio deverá obedecer a processo seletivo, previamente divulgado, devendo todas as condições e aptidões necessárias serem descritas em edital;

§11. Os estudantes do ensino médio, excetuado o de formação técnica ou profissionalizante, apenas poderão ser contratados para atividades de recolhimento e processamento de dados cadastrais da comunidade, cujos objetivos, pressupostos e parâmetros serão apontados e definidos em projeto, apresentado por escrito, ao Prefeito Municipal por aquele que der causa à coleta;

§12. É requisito obrigatório e essencial do edital a apresentação de documento emitido pela instituição de ensino, a que o pretendente ao estágio esteja vinculado, cujo teor informe precisamente a série e o horário freqüentado pelo estudante;

§13. O afastamento ou interrupção do curso acarreta a imediata revogação do Termo de Estágio;

§14. O local de desenvolvimento das atividades do estágio realizado por estudantes, menores de 18 (dezoito) anos de idade, deverá observar, no que couber, o contido na Portaria nº 20, de 13/09/2001, ou outra que venha a substituí-la, expedida em conjunto pela Secretaria de Inspeção do Trabalho e pelo Departamento e Segurança e Saúde do Trabalho;

§15. Em nenhuma hipótese poderão ser contratados estagiários para suprirem as vagas de cargos de provimento efetivo.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DO REGIME ESTATUTÁRIO

Art. 6º As regras definidas no Regime Estatutário aplicam-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo público, criado por lei.

Art. 7º Entende-se por cargo público o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser acometidas a um servidor estatutário, na forma prevista no §1º do art. 2º e terão as seguintes espécies:

I - cargo público de caráter comissionado;

II - cargo público de caráter efetivo.

§1º O cargo público de caráter efetivo para ser provido será prece-dido de concurso público de provas ou provas e títulos de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;

§2º O cargo público de caráter comissionado tem natureza transi-tória, sendo de livre nomeação e exoneração, a critério do Chefe de cada Poder, e destina-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

§3º Apenas os servidores detentores de cargo de caráter efetivo

poderão exercer funções de confiança, assim compreendidas as atividades de direção, chefia e assessoramento.

CAPÍTULO II

DOS CARGOS COMISSIONADOS

Art. 8º Os cargos públicos de caráter comissionado deverão ser, obrigatoriamente, ocupados por no mínimo 1% (um por cento) do contingente de servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

Art. 9º A servidora gestante, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão é assegurada a Licença-Maternidade, com duração de 120 (cento e vinte) dias, cuja responsabilidade do pagamento é conferida ao Regime Geral de Previdência Social, através do INSS.

Art. 10 O detentor de cargo comissionado deverá ter dedicação em tempo integral para o exercício de suas atribuições, não podendo sob nenhuma hipótese encontrar-se no exercício de cargo de provimento efetivo, de função de natureza temporária ou outro cargo comissionado, em qualquer esfera da Administração Pública.

Parágrafo único. Caso o ocupante de cargo comissionado seja servidor público efetivo, possua contrato temporário ou se encontre provendo outro cargo comissionado deverá licenciar-se do cargo efetivo, romper a contratação temporária ou pedir exoneração do cargo comissionado, sob pena de em não o fazendo responder a processo administrativo.

Art. 11 Os cargos comissionados terão remuneração composta de parcela única, nos termos do Anexo II, sem demais acréscimos ou vantagens, vedado o pagamento de gratificação de qualquer natureza, excluída as previstas:

I - no Art. 118 desta Lei;

II - no Art. 133 desta Lei.

§1º O servidor detentor de cargo de provimento efetivo que venha a ocupar cargo comissionado poderá optar entre as seguintes remunerações:

I - a definida para o cargo comissionado, nos termos do caput;

II - seus vencimentos originários acrescidos de gratificação correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor pecuniário definido para o cargo comissionado;

§2º Entende-se por vencimentos originários aqueles pagos em decorrência do exercício do cargo de provimento efetivo, compreendendo o vencimento básico acrescido das demais parcelas de caráter permanente, definidas nesta lei;

§3º Caso o servidor opte por receber a remuneração definida para o cargo comissionado como parcela única, esta não se incorporará ao seu vencimento ou remuneração originários para nenhum efeito funcional;

§4º A gratificação indicada no inciso II do §1º não será incorporada ao vencimento ou a remuneração originária para nenhum efeito, bem como não compõe a base de incidência da alíquota de contribuição para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL;

§5º O servidor efetivo nomeado para o cargo em comissão contribuirá para o IPRECAL apenas sobre a remuneração-de-contribuição, relativa a seu cargo originário, nos termos da Lei Municipal nº 2537/2001;

§6º O extrato de pagamento do servidor detentor de cargo de provimento efetivo que venha a ocupar cargo comissionado e opte pela gratificação contida no inciso II do §1º deste artigo deve registrar com precisão e de forma desmembrada a parcela recebida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Seção Única

Dos Secretários Municipais

Art. 12 Os Secretários Municipais não detém a condição de cargo em comissão, possuindo a natureza de agentes políticos, sendo remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, por lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§1º Fica vedado, expressamente, o pagamento aos Secretários Municipais de adicional de horas extras e adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas;

§2º Aos subsídios é assegurada revisão geral anual, na mesma data e com os mesmos índices fixados para os servidores estatutários;

§3º O valor fixado para os subsídios dos Secretários, bem como dos demais agentes políticos, não poderá exceder em nenhuma hipótese o subsídio mensal estabelecido para os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

§4º Aos agentes políticos será assegurado o gozo de período de férias anuais de 30 (trinta) dias, não cabendo:

- a) acumulação de períodos;
- b) pagamento de indenização a qualquer título, quando deixarem de ser gozadas;

§5º Caso o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo seja nomeado para o cargo de Secretário Municipal deverá licenciar-se do cargo originário, não sendo o valor do subsídio recebido, incorporado para qualquer efeito;

§6º O servidor efetivo nomeado para o cargo de Secretário Municipal contribuirá para o IPRECAL apenas sobre a remuneração-de-contribuição, relativa a ser cargo originário, nos termos da Lei municipal nº 2537/2001;

§7º Os Secretários Municipais deverão apresentar Declaração de Bens e Valores na forma estipulada pelo inciso I do §2º do art. 31.

CAPÍTULO III DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 13 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

- I - a aprovação em concurso público;
- II - a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 3º;
- III - o gozo dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VIII - aptidão física e mental.

Parágrafo único. A perda ou a suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com o trânsito em julgado de:

- I - cancelamento da naturalização;
- II - reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;
- IV - condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

Art. 14 A investidura em cargo público ocorre com a posse.

Seção I Do Concurso Público

Art. 15 O concurso público objetiva selecionar candidatos através da avaliação de conhecimentos, teóricos e práticos, mediante provas ou provas e títulos, e qualificação profissional, seguidos de exame, obrigatório, das condições de sanidade físico-mental, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o edital do concurso.

Art. 16 Dentre outras especificações o edital do concurso público deverá conter obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - o número de vagas oferecidas, inclusive as reservadas para

pessoas portadoras de deficiência física, observado o contido no art. 18;

II - a denominação dos cargos ofertados, com suas respectivas atribuições, a carga horária, a escolaridade mínima e habilitação exigidas e o valor do vencimento, indicando a lei que autorizou sua criação;

III - o tipo do concurso, se de provas ou provas e títulos;

IV - os títulos que poderão ser computados, para efeito de classificação, definidos no § 6º e a atribuição de sua pontuação;

V - o programa das provas escritas e práticas;

VI - em caso da existência de provas físicas, as técnicas de avaliação empregadas;

VII - os documentos necessários para inscrição e o prazo máximo para sua efetivação;

VIII - a forma de julgamento das provas;

IX - os critérios de desempate;

X - o prazo de validade do concurso;

XI - a data, local, horário e prazo de realização das inscrições;

XII - a data, local e horário de realização das provas;

XIII - as condições para investidura em cargo público dispostas no art. 13;

XIV - o estabelecimento de prazos para recursos em todas as etapas do concurso;

§1º O edital do concurso deverá ser publicado:

I - nos murais:

- a) da sede da Prefeitura Municipal;
- b) da sede da Câmara de Vereadores;
- c) da sede da Casa da Cultura;
- d) da sede do IPRECAL;

II - no órgão oficial de imprensa, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;

III - em jornal de circulação regional;

§2º A publicação definida nos incisos II e III se dará, obrigatoriamente, por no mínimo, 3 (três) edições distintas, porém, consecutivas;

§3º O edital poderá ser, a critério da Administração Municipal, publicado em jornal de grande circulação, respeitada a publicação definida no inciso II, do §1º;

§4º O prazo mínimo para realização de inscrições será de 15 (quinze) dias a contar da data da primeira publicação no órgão oficial da imprensa;

§5º Os títulos serão computados, para fins exclusivos de classificação, apenas para os candidatos aprovados nas diferentes provas, essas de caráter eliminatório;

§6º São considerados como títulos;

I - produção cultural, constante de publicação especializada;

II - diploma de mestre ou doutor, nacional ou estrangeiro, devidamente registrado;

III - diploma universitário em curso de pós-graduação, com especialização na área pretendida, nacional ou estrangeiro, de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, conferido após nota de aproveitamento, desde que devidamente reconhecido;

IV - efetivo exercício de magistério superior em disciplina da área de concentração do concurso, em instituição de ensino superior pública ou privada, reconhecida;

V - tempo de serviço público em caráter estatutário, temporário ou comissionado, na esfera federal, estadual e municipal na área de concentração do concurso;

VI - experiência profissional, reconhecidamente comprovada;

§7º Em caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

I - mais elevada nota ou média nas provas escritas;

II - mais elevada nota ou média nas provas orais, caso sejam realizadas;

III - mais elevada nota em títulos;

IV - o mais idoso.

Art. 17 O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos,

podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

§ 1º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado;

§2º É vedada, sob qualquer hipótese a realização de concursos públicos internos, para provimento de cargo efetivo.

Art. 18 Às pessoas portadoras de deficiência fica assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais ficam reservados 10% (dez por cento) do número destes cargos, desde que aprovados no concurso respectivo.

Parágrafo único. Os portadores de deficiência deverão ser submetidos à avaliação médica, na forma do art. 27 antes da realização das provas, e receberão um Certificado

Médico que atestará sua capacidade física e mental, homologando sua inscrição nesta categoria.

Art. 19 A realização do concurso será precedida da constituição de uma Comissão de Fiscalização de Concursos, na condição de órgão de controle interno.

§1º - Nos concursos realizados pelo Poder Executivo e Administração Indireta a Comissão referida no caput deste artigo será composta de 5 (cinco) servidores municipais efetivos e estáveis, indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo não terá atribuições executivas, sendo de sua competência a verificação da subordinação do edital aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o sigilo na aplicação das provas, e outras condições necessárias a fim de assegurar igualdade de condições aos competidores.

Art. 20 Concluídos os trabalhos do concurso e proclamados pela Comissão Examinadora os seus resultados, observados os prazos estabelecidos no edital para possíveis recursos, fará esta o encaminhamento ao Prefeito Municipal ou ao Presidente da Câmara de Vereadores para fins de homologação, a qual será dada ampla publicidade para efetivação do provimento que ocorrerá na forma do art. 22.

Art. 21 O concurso público apenas poderá ser realizado após a verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para o atendimento ao acréscimo das despesas com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas posteriores alterações.

Seção II Do Provimento

Art. 22 Provimento são todos os atos praticados pelas autoridades competentes de cada Poder com o objetivo de tomar providências acerca do ingresso na Administração Pública, da investidura no cargo público, do exercício e da capacitação do servidor estatutário.

Art. 23 São formas de provimento de cargos públicos:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - reintegração;
- V - aproveitamento;
- VI - recondução.

Seção III Da Nomeação

Art. 24 A nomeação será feita em caráter efetivo, quando

decorrente de concurso público, e em comissão, quando se tratar de cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. A nomeação em caráter efetivo observará o número de vagas existentes e obedecerá a ordem de classificação no concurso público.

Art. 25 Para a perfeita realização da nomeação serão os interessados informados e chamados através de carta registrada à comparecerem na Secretaria Municipal de Administração para manifestarem seu interesse de ingressar nos Quadros da Administração Municipal e realizarem exame médico admissional.

Parágrafo Único. Aqueles que forem aprovados no concurso público municipal deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado para fins de recebimento da comunicação prevista no caput.

Subseção I Da Avaliação da Aptidão Física e Mental

Art. 26 Aquele que aceitar ingressar na Administração Pública Municipal deverá ser submetido à avaliação médico-pericial que atestará sua aptidão física e mental para o exercício do cargo pretendido.

Parágrafo Único. A avaliação médico pericial deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da manifestação do Interessado determinada na forma do art. 25, pela perícia médica oficial do Município, constituída nos termos do art. 27.

Art. 27 A avaliação médico-pericial será realizada por um médico, designado especialmente para tal fim, que será acompanhado de um especialista em Medicina do Trabalho, devidamente contratado.

§1º A Administração Municipal poderá utilizar para configuração de sua perícia médica oficial, médicos de seu quadro funcional ou contratar profissionais especializados, observadas as disposições da Lei federal nº 8.666/93;

§2º O profissional médico e o especialista em medicina do trabalho deverão, obrigatoriamente, comprovar sua formação e o registro em seu Conselho Profissional, bem como deverão apresentar a comprovação da experiência na realização de periciais admissionais;

§3º Obrigatoriamente, o médico-perito contratado pelo IPRECAL deverá acompanhar e formular quesitos que julgar necessários, à avaliação médica admissional;

§4º O laudo médico deverá ser, digitado ou datilografado e conterá, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - nome completo;
 - II - número do CPF;
 - III - cargo pleiteado;
 - IV - endereço completo;
 - V - data de nascimento;
 - VI - descrição das características físicas do Interessado;
 - VII - diagnóstico, indicando a presença ou não de patologias estabelecidas no Código Internacional de Doenças - CID;
 - VIII - parecer conclusivo pela habilitação ou não para o cargo pleiteado;
 - IX - data da realização da perícia;
 - X - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
 - XI - assinatura dos médicos peritos;
- §5º Caso o candidato entenda necessário, poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança;
- §6º O laudo médico deverá ser armazenado em envelope lacrado, sendo acondicionado em sua pasta funcional apenas o parecer conclusivo, indicado no inciso VIII do §4º, deste artigo;
- §7º O laudo médico deverá ser concluído e remetido à Secretaria de Administração no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar do primeiro dia útil após a realização do exame;
- §8º De posse da conclusão do exame admissional a Administração Pública Municipal informará ao Interessado do resultado para,

quando habilitado, publicar o ato de nomeação;
§9º Caso o resultado do exame admissional inabilite o Interessado, o mesmo será informado, por carta registrada, devendo ser juntada cópia da conclusão médica, sendo-lhe aberto prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação.

Art. 28 A nomeação de cargos comissionados deverá ser precedida de avaliação médica, que ateste a sanidade física e mental, observado o contido nos artigos 26 e 27.

Subseção II

Dos Procedimentos Preliminares para a Nomeação

Art. 29 O ato formal de nomeação ao cargo público expedido pelo Chefe do Poder Executivo é o decreto e para o Presidente da Câmara de Vereadores e demais dirigente da Administração Indireta, a portaria;

§1º O decreto ou portaria de provimento deverá conter, necessariamente, as seguintes indicações, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem o baixar e autorizar a publicação:

I - a nomenclatura do cargo vago, com todos os elementos de identificação, suas atribuições e responsabilidades e a indicação precisa do número da lei que autorizou sua criação;

II- o caráter do provimento, se efetivo ou comissionado;

III- o fundamento legal, bem como a indicação do padrão de vencimentos em que se dará o provimento do cargo;

IV - se em caráter efetivo, o número do edital do concurso, a data de sua homologação e a classificação do servidor;

V- a indicação de que o exercício do cargo se dará cumulativamente com outro cargo municipal, quando for o caso, registrando-se a sua compatibilidade legal e de horários;

§2º Os decretos e portarias de nomeação serão publicados na íntegra no mural oficial das sedes da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e os extratos no órgão oficial de imprensa, definido nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 30 Publicado o ato de nomeação, na forma do §2º do art. 29, o Interessado terá o prazo de 3 (três) dias úteis para tomar posse.

§1º Em se tratando de servidor em licença o prazo será contado do término do impedimento, excetuando-se a Licença para Tratamento de Interesses Particulares, disposta nos artigos 173 a 175;

§2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no caput deste artigo.

Seção IV

Da Posse e do Exercício

Art. 31 No prazo estabelecido no art. 30, o nomeado tomará posse, manifestando, pessoal e expressamente, sua vontade de aceitar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e as retribuições inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, através da assinatura do respectivo Termo de Posse, pela autoridade competente e pelo servidor empossado.

§1º Do Termo de Posse deverá constar:

I - o cargo, efetivo ou comissionado, sua denominação, a carga horária e o local de sua lotação;

II - a declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, o compromisso do fiel cumprimento dos seus deveres e atribuições;

§2º Em anexo ao Termo de Posse será acostado:

I - instrumento de Declaração de Bens e Valores que constituem o seu patrimônio, do qual deverá constar:

a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;

b) descrição detalhada de todos seus bens imóveis, em Campo Alegre ou em qualquer outra localidade;

c) descrição de todos os meios de transporte automotores, de passeio ou não, que o servidor possua, incluindo-se embarcações

e aeronaves;

d) cópia da última declaração de imposto de renda, ainda que possua a condição de contribuinte isento;

e) assinatura, local e data;

II - instrumento de Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas, contendo:

a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;

b) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 76 e 77;

c) assinatura do servidor, reconhecida em Cartório;

d) local e data;

III - Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão previdenciário, contendo:

a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;

b) menção expressa da inexistência da percepção de aposentadoria por invalidez em qualquer órgão previdenciário;

c) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 76 e 77;

IV - certidão negativa, expedida pelo Poder Judiciário - Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais da comarca de São Bento do Sul, de não existir quaisquer procedimento sumariíssimo ou ordinário, ou processo de execução promovido pela Administração Pública, que desabone sua situação funcional.

Art. 32 Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

Parágrafo único. Aqueles nomeados para proverem cargos em comissão também assinarão Termo de Posse e juntarão Declaração de Bens e Valores, observado o disposto no art. 31 e apresentarão ainda, Declaração de Disponibilidade em Tempo Integral, contendo:

I - nome completo, número do CPF, número da Carteira de Identidade e endereço residencial;

II - menção expressa da disponibilidade em tempo integral para desenvolver as atribuições de seu cargo comissionado;

III - assinatura, reconhecida em Cartório, local e data.

Art. 33 São competentes para dar posse:

I - o Prefeito Municipal, aos servidores estatutários, efetivos ou comissionados, do Poder Executivo;

II - o Presidente da Câmara de Vereadores, aos servidores estatutários, efetivos ou comissionados, do Poder Legislativo;

Parágrafo único. Poderá o Prefeito Municipal, por decreto delegar aos dirigentes superiores da Administração Indireta ou aos Secretários Municipais competência para empossar os nomeados em cargo de provimento efetivo através de portarias, não se aplicando esta determinação para a posse de cargos em caráter comissionado.

Art. 34 A contar da data da assinatura do Termo de Posse o servidor terá 30 (trinta) dias corridos para iniciar o exercício de suas atividades, no cumprimento das atribuições inerentes ao seu cargo.

§1º O servidor empossado, que se encontrar portador de doença comprovada ou acidentado, ou a servidora empossada que se encontre em período de pós-parto ou cesariana, por período inferior a 60 (sessenta) dias, poderá dirigir requerimento à autoridade competente para prorrogar, por igual período, o prazo para iniciar

o exercício de suas atividades;

§2º Para deferimento do pedido de prorrogação deverá ser a doença ou o acidente comprovado através de atestado emitido pelo médico perito oficial, nos termos do §1º do art. 27, e a servidora em estado de pós-parto ou cesariana deverá juntar ao requerimento cópia da Certidão de Nascimento de seu filho;

§3º Admitir-se-á a prorrogação por no máximo 2 (dois) períodos consecutivos;

§4º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no caput, ou depois de expirados os possíveis prazos de prorrogação;

§5º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício;

§6º É vedado dar à posse efeito retroativo para assegurar ininterrupta interrupção de exercício.

Art. 35 A contar de seu primeiro dia de exercício, o servidor terá 72 (setenta e duas) horas para apresentar os seguintes documentos e elementos necessários ao seu assentamento individual, que serão coletados pelo Serviço de Pessoal e remetidos para o IPRECAL providenciar sua inscrição como segurado obrigatório, nos termos da Lei municipal nº 2537/2001:

I - fotocópia da Carteira de Identidade;

II - fotocópia da Certidão de Nascimento;

III - fotocópia do CPF;

IV - caso casado, Certidão de Casamento Civil ou Certidão de Casamento Religioso;

V - fotocópia da Certidão de Nascimento dos Filhos;

VI - fotocópia do Título de Eleitor;

VII - fotocópia do comprovante de residência;

VIII - fotocópia do Certificado de Reservista/Alistamento ou da Certidão de Isenção do Serviço Militar;

IX - fotocópia da Carteira de Registro no órgão de fiscalização profissional;

X - declaração indicando quem são seus dependentes, observado o art. 9º da Lei municipal nº 2537/2001 e ainda:

a) caso o servidor possua filhos, de qualquer idade, que sejam portadores de invalidez devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial;

b) caso o servidor não possua dependentes presumidos e tenha irmãos, de qualquer idade, portadores de invalidez, devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial.

Art. 36 No primeiro dia de efetivo exercício o servidor receberá:

I - um número de matrícula funcional;

II - instruções por escrito de como utilizar adequadamente o equipamento de cartão-ponto ou outra forma de registro de frequência;

III - cópia do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IV - equipamento de proteção individual, caso dele necessite, bem como instruções de uso por escrito.

Parágrafo único. O Serviço de Pessoal deverá coletar recibo de entrega dos materiais previstos nos incisos II, III e IV do caput.

Art. 37 O início, a suspensão, a interrupção e o reinício das atividades funcionais serão registrados no assentamento individual do servidor.

§1º A interrupção do exercício, fora dos casos legais e além dos limites admitidos, sujeita o servidor a processo disciplinar e às penas pertinentes;

§2º O licenciamento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato legislativo municipal só ocorre quando a representação for exercida em localidade diversa da sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário, e limita-se ao período de sessões da Câmara de Vereadores acrescida de seu deslocamento até ela;

§3º Caso denunciado por crime funcional o servidor poderá ser afastado de seu cargo, a critério da Administração Municipal;

§4º No caso de condenação, não sendo esta de natureza que determine a demissão do servidor, continua o afastamento até o cumprimento total da pena.

Art. 38 Respeitados os casos de ausências, afastamentos e licenças previstas neste Estatuto, o servidor que interromper o exercício de suas atribuições por período superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos, sem proceder aviso à Administração Municipal, será demitido, na forma do art. 229, por abandono do cargo, a ser apurado em processo disciplinar.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha registrado em seus assentamentos funcionais ausências ou afastamentos injustificados superiores a 10(dez) dias úteis a cada 6 (seis) meses de trabalho, de forma consecutiva ou não, será instaurado processo disciplinar para procedimento de demissão.

Subseção I

Da Lotação

Art. 39 O servidor estatutário terá exercício no órgão em que for lotado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo.

§1º Entende-se por lotação, o número de funcionários que deva ter exercício em cada órgão, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções de confiança;

§2º A lotação pessoal do servidor será determinada no ato de nomeação, movimentação funcional ou de reingresso;

§3º O afastamento do funcionário de sua lotação só se verificará com expressa autorização da autoridade competente, no interesse do serviço público.

Art. 40 É vedado atribuir ao servidor efetivo outras atribuições, além das inerentes ao cargo de que seja titular, exceto quando designado, mediante gratificação de função de confiança, para o exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento ou para integrar grupos de trabalho ou estudo, criados por autoridade competente, e comissões legais.

Seção V

Do Estágio Probatório

Art. 41 Iniciado o exercício de suas atividades, o servidor detentor de cargo de provimento efetivo passará a cumprir estágio probatório, de natureza teórica e prática, de três anos, sendo avaliado seu efetivo exercício.

§1º Entende-se por efetivo exercício os dias realmente laborados, incluídos os descansos semanais e as férias;

§2º São expressamente excluídos do cômputo dos dias para avaliação do estágio probatório, as seguintes licenças e afastamentos:

I - por motivo de doença de pessoa da família;

II - para provimento de cargo comissionado;

III - para tratamento de saúde;

IV - para prestação de serviço militar;

V - por motivo de afastamento do cônjuge;

VI - para exercer atividade política;

VII - para participar de pleito eleitoral;

VIII - para gozo de licença maternidade;

IX - para gozo de licença paternidade;

X - para o desenvolvimento das atribuições de Secretário Municipal;

§3º O exercício de função de confiança não suspende ou interrompe os procedimentos de avaliação do estágio probatório;

§4º Os períodos desenvolvidos em caráter de substituição, na forma prevista nos artigos 71 a 74, interromperão o período de avaliação do estágio probatório.

Art. 42 Durante o estágio probatório os servidores, dos Poderes Executivo e Legislativo serão, obrigatoriamente, avaliados por uma Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAESP) instituída para esta finalidade.

§1º A CAESP será formada por 5 (cinco) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, já possuidores de estabilidade, indicados e nomeados da seguinte forma:

a) 4(quatro) dentre os servidores efetivos e estáveis da Administração Direta e Indireta, pelo Chefe do Poder Executivo;

b) 1(um) dentre os servidores efetivos e estáveis da Câmara Municipal ou da Administração Direta e Indireta, pelo Chefe do Poder Legislativo;

§2º O Chefe do Poder Legislativo apenas poderá indicar servidores da Administração Direta ou Indireta, se configurada a inexistência de servidores efetivos e estáveis no Quadro da Câmara de Vereadores;

§2º O mandato da CAESP terá a duração de 3 (três) anos, devendo seus membros reunirem-se a cada 6 (seis) meses para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 44;

§3º A CAESP possuirá Regimento Interno próprio, votado por seus membros, observadas as disposições constantes desta lei;

§4º Compete a CAESP contactar as chefias imediatas dos servidores avaliados para coletar os dados e notas de avaliação, especificados nos artigos 44 e 45;

§5º Os Chefes imediatos, os Secretários Municipais e os servidores avaliados poderão ser convidados pela CAESP para participarem das reuniões a fim de prestarem esclarecimentos, quando necessário;

§6º Caso sejam indicados e nomeados para a CAESP servidores que possuam relações de parentesco, consanguíneas ou afins, com os avaliados, esses deverão solicitar afastamento de suas atribuições na Comissão, devendo ser realizada sua substituição apenas para o caso específico.

Art. 43 O servidor que se encontrar avaliado deverá receber instrumento informativo no qual conste as condições e a forma de avaliação, assinar sua avaliação anual tendo a possibilidade de recorrer administrativamente à CAESP, quando não estiver de acordo com sua avaliação.

Art. 44 Serão observados os seguintes requisitos para o efeito de avaliação do estágio probatório:

I - Idoneidade Moral: entende-se como idôneo o servidor que não tiver sido condenado por qualquer crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, por crimes hediondos ou a eles equiparados e crimes inafiançáveis;

II - Asseio e Sobriedade: entende-se como asseado e sóbrio o servidor que comparece ao local de trabalho observando as condições básicas de higiene e que não esteja sob o efeito de nenhuma substância tóxica ou alcoólica;

III - Pontualidade: entende-se por pontual o servidor que inicia seus trabalhos no preciso horário definido para seu ingresso diário e que cumpra rigorosamente sua jornada de trabalho, de acordo com o funcionamento de seu órgão de lotação, sendo para tanto observado seu cartão-ponto ou registro manual de frequência;

IV - Disciplina: entende-se como disciplinado, o servidor que mantém a ordem que convém ao funcionamento regular da instituição, com observância aos preceitos e normas de conduta;

V - Produtividade e Capacidade de Iniciativa: entende-se como produtividade o rendimento dos trabalhos desenvolvidos pelo servidor no desempenho de suas atribuições, assim como sua disposição de tomar a iniciativa em tarefas próprias das atribuições do cargo;

VI - Sociabilidade: entende-se como sociável o servidor que mantém bom relacionamento com seus colegas, tratando-os com urbanismo e respeito, e que mantenha o espírito de equipe e companheirismo, para a prestação de um serviço público de excelência,

bem como aquele que defere tratamento com respeito e educação à comunidade, quando do exercício de suas funções;

VII - Zelo pelo Patrimônio Público: entende-se por zelo pelo patrimônio público o cuidado com equipamentos em geral e o uso racional dos materiais e insumos.

Art. 45 Os preceitos e notas para os quesitos elencadas no art. 44 obedecerão aos seguintes critérios de pontuação:

I - para idoneidade moral: será considerado inidôneo o servidor que tiver sido condenado por crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, ou por crime hediondo ou a ele equiparado ou crimes inafiançáveis, desde que haja sentença transitada em julgado, devendo assim ser avaliado:

a) ótima (nota 10): se não sofreu nenhuma condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados;

b) insatisfatória (nota 0): se sofreu condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados, com sentença transitada em julgado;

II - para asseio, compreendendo-se a higiene básica, no rosto, mãos, cabelos e dentes, bem como roupas e sapatos limpos:

a) ótima (nota 10): se comparece ao trabalho obedecendo ao critério especificado;

b) insatisfatório (nota 0): se comparece ao trabalho não obedecendo ao critério especificado, de forma habitual e permanente;

III - para sobriedade:

a) excelente (nota 10): aquele que, sempre, se apresentar ao trabalho sóbrio;

b) irregular (nota 0): aquele que, se comprovada sua apresentação ao trabalho, ainda que de forma não habitual, sob o efeito de substâncias tóxicas ou alcoólicas;

IV - para pontualidade, será deduzida da nota 10 (dez):

a) faltas injustificadas: para cada falta injustificada será deduzido 5 (cinco) pontos;

b) chegadas tardias, saídas antecipadas ou ausências repentinas, ocorridas de forma injustificada: para cada chegada tardia, saídas antecipadas ou ausência repentina será deduzido 1 (um) ponto;

§1º Compreende-se por injustificada a chegada tardia, ausência repentina ou saída antecipada, que não seja autorizada por escrito pela chefia imediata;

V - para disciplina:

a) excelente (nota 10): acata ordens, sempre com boa vontade, sendo eficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

b) ótimo (nota 9): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

c) bom (nota 7): acata ordens, nem sempre com boa vontade;

d) regular (nota 5): acata ordens, sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

e) insatisfatória (nota 0): não acata ordens;

§2º Todos os atos de insubordinação deverão ser anotados pela chefia imediata do servidor e serem prontamente protocolados e encaminhados à CAESP, independentemente do procedimento disciplinar adotado pelo Serviço de Pessoal;

VI - para produtividade e capacidade de iniciativa:

a) excelente (nota 10): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimentos máximos;

b) ótimo (nota 9): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

c) bom (nota 8): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

d) satisfatório (nota 7): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, não tendo iniciativa para novos aprendizados;

e) regular (nota 6): possui relativo domínio das técnicas, normas

e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento abaixo do desejado;

f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado, quebrando equipamento e não zelando pelo patrimônio público;

g) insatisfatória (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos e zelo pelo patrimônio público insatisfatórios ou inexistentes;

VII - sociabilidade:

a) ótima (nota 10): tem ótimo relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

b) bom (nota 8): tem bom relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

c) regular (nota 4): tem regular relacionamento com os colegas de trabalho, não tem espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

d) insatisfatória (nota 0): se relacionar mal com os colegas de trabalho, sem urbanismo e educação, não tem espírito de equipe e companheirismo;

VIII - zelo pelo patrimônio público:

a) ótima (nota 10): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade máxima todos os materiais e insumos, não possuindo qualquer registro de quebra ou perda do patrimônio;

b) bom (nota 6): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade todos os materiais e insumos, possuindo registros não habituais de quebra ou perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

c) regular (nota 4): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros habituais de quebra e perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

d) insatisfatório (nota 0): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros de quebra e perda do patrimônio, havendo comprovação, em processo administrativo pertinente, de dolo por parte do servidor avaliado;

§3º Compreende-se por patrimônio público qualquer objeto, equipamento, móvel e imóvel, de pequeno, médio ou grande porte, adquirido através do erário municipal, bem como qualquer daqueles que tenha sido incorporado, sob qualquer forma de recebimento;

§4º Compreende-se por insumo o material de expediente, inclusive os de informática, energia elétrica, meios de comunicação, incluindo-se a internet, que são utilizados para a produção e prestação dos serviços públicos;

§5º Entende-se por dolo a vontade consciente dirigida do servidor de obter um resultado criminoso ou de assumir o risco de o produzir, para dilapidar o patrimônio público, e ainda qualquer ato consciente com que este induza outrem a realizá-lo;

§6º Caso haja a configuração de dolo, para efeitos de avaliação do estágio probatório haverá meramente o registro formal da nota, pois tal fato, verificado em competente processo disciplinar, culminará na demissão do servidor.

Art. 46 Para processar a avaliação a chefia imediata do servidor avaliado deverá até o décimo quinto dia útil do primeiro mês subsequente ao fechamento de cada trimestre de estágio probatório, encaminhar a CAESP o formulário-padrão de avaliação.

§1º As notas indicadas pela chefia imediata deverão ser fundamentadas por escrito, devendo sempre que possível os fatos narrados serem acompanhados de documentos hábeis que comprovem o ocorrido;

§2º A cada 6 (seis) meses os membros da CAESP reunir-se-ão para processar as 2(duas) avaliações trimestrais encaminhadas, devendo:

I - conferir o registro de recebimento das avaliações;

II - avaliar se todos os quesitos do formulário-padrão foram devidamente preenchidos;

III - registrar em ata o recebimento de denúncias ou queixas realizadas contra servidores em período de estágio;

IV - coletar no Serviço de Pessoal a existência de faltas injustificadas, as notificações, suspensões ou advertências processadas contra o servidor avaliado;

V - processar a média de notas auferidas no semestre observada a seguinte fórmula:

$$MS1 = N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5$$

33

onde,

MS1 = Média do Semestre;

N1 = (nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro trimestre + nota auferida para idoneidade moral referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;

N2 = (nota auferida para asseio referente ao primeiro trimestre + nota auferida para asseio referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p4 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;

N3 = (nota auferida para sobriedade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sobriedade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;

N4 = (nota auferida para pontualidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para pontualidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;

N5 = (nota auferida para disciplina referente ao primeiro trimestre + nota auferida para disciplina referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;

N6 = (nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro trimestre + nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;

N7 = (nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sociabilidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;

N8 = (nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro trimestre + nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público;

33 = somatório dos pesos adotados;

§3º Ao final de cada 12 (doze) meses a CAESP realizará a média anual do servidor avaliado, observado a seguinte fórmula:

MA = MS1 + MS2, onde,

MA = média anual do estágio probatório;

MS1 = média do primeiro semestre, na forma do §1º;

MS2 = média do segundo semestre, na forma do §1º;

§4º A média anual será informada ao servidor, por escrito, em reunião individualizada, na presença de 2 (dois) membros da CAESP;

§5º O servidor receberá um boletim no qual constarão suas notas, por trimestre, referente a cada quesito, com as respectivas médias;

§6º Caso o servidor discorde da média que lhe foi pontuada poderá no prazo máximo de 3(três) dias úteis formular pedido de

reconsideração, por escrito, enviado à presidência da CAESP;
§7º Protocolado o pedido de reconsideração, a CAESP procederá a abertura de processo administrativo, coletando o testemunho pessoal do servidor, de sua chefia imediata e de 3 (três) colegas de trabalho, bem como provas materiais que possam efetivar um juízo de convencimento;

§8º O pedido de reconsideração deverá ser processado e julgado em no máximo 30 (trinta) dias, não cabendo da decisão final da Comissão qualquer recurso administrativo, restando ao servidor avaliado a possibilidade de submeter a questão à apreciação do Poder Judiciário.

Art. 47 A nota oficial para aprovação no estágio probatório se dará através da média aritmética simples das 3 (três) avaliações anuais, que deverão ser processadas na forma do art. 46.

§1º O servidor em estágio probatório que não obtiver nota oficial igual ou superior a 6 (seis) será submetido a processo administrativo para efeito de exoneração do cargo, assegurado o direito de ampla defesa na forma do §6º, do art. 46;

§2º A exoneração, em face da desaprovação no estágio probatório não gera nenhum tipo de indenização funcional, sendo pagas a termo, as seguintes parcelas:

I - vencimento proporcional aos dias trabalhados, no mês de competência da exoneração;

II - férias proporcionais;

III - 1/3 constitucional de férias proporcionais;

IV - gratificação natalina proporcional.

Art. 48 A CAESP poderá propor abertura de processo administrativo, a qualquer tempo, durante os 3 (três) anos do estágio probatório para fins de exoneração imediata do servidor, quando:

I - caracterizada a inidoneidade moral;

II - a média da avaliação semestral for inferior a 6 (seis), durante 2 (dois) períodos consecutivos;

III - após 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não;

IV - após 5 (cinco) chegadas tardias, ou saídas antecipadas ou ausências repentinas ao trabalho, sem prévia autorização da chefia imediata;

V - após a verificação de dilapidação do patrimônio público, na forma da alínea "d", do inciso VIII, do art. 45.

Art. 49 Concluído o processo administrativo de avaliação pela CAESP, esta encaminhará ao Chefe do respectivo Poder, a que o servidor esteja vinculado, relatório contendo os resultados da avaliação para homologação, e se for o caso deflagrar a expedição do ato de exoneração.

Parágrafo único. Após a homologação será o rol de aprovados no estágio probatório, devidamente, publicado no órgão de imprensa oficial e no mural das sedes da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Campo Alegre, respectivamente.

Art. 50 A avaliação das atividades está expressamente vinculada ao cargo de provimento efetivo, preenchido em face da realização do concurso público, ficando proibido contar no período obrigatório de avaliação:

I - o tempo de serviço prestado a outras entidades, públicas ou privadas;

II - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em cargo diverso;

III - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em função semelhante, porém em contratação pelo regime celetista ou em caráter temporário;

IV - o tempo de serviço prestado à Administração Pública federal, estadual ou municipal em caráter comissionado, inclusive no Município de Campo Alegre;

Parágrafo único. Comporta exceção ao caput o servidor público que seja readaptado, na forma dos artigos 56 a 62, sendo o resultado da avaliação procedida no cargo originário somada a avaliação do cargo a que foi readaptado, observado o período de 3

(três) anos.

Art. 51 Durante o período de avaliação do estágio probatório o servidor não poderá licenciar-se para tratar de assuntos particulares.

Art. 52 A servidora gestante que não seja aprovada no estágio probatório será exonerada somente após o término da Licença Maternidade, vagando seu cargo apenas nesta oportunidade.

Art. 53 Os servidores públicos que se encontrarem em estágio probatório no advento da publicação desta lei, terão o período restante avaliado e cumprido de acordo com esta.

§1º As avaliações trimestrais realizadas na forma do art. 30 da Lei municipal nº 2.303/98 serão levadas em consideração, respeitando-se os pareceres prolatados, pela exoneração ou manutenção do servidor e os períodos avaliados;

§2º Aquele que se encontrar licenciado ou provendo cargo comissionado, por ato procedido em observância à lei municipal nº 2303/98, terá sua situação mantida, enquanto houver o interesse público, e em seu retorno será avaliado nos novos moldes estabelecido neste Estatuto.

Seção VI

Da Estabilidade

Art. 54 O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado no cargo respectivo, adquire estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório, nos termos da Seção V do Capítulo III, deste Título.

Art. 55 O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de:

I - sentença judicial transitada em julgado;

II - processo administrativo que lhe assegure a ampla defesa;

III - excesso de despesas de pessoal, na forma do §4º do art. 169 da Constituição da República;

IV - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho na forma do art. 48 e seguintes desta Lei.

§1º A perda do cargo público para o servidor estável, por força do disposto no inciso III deverá ser precedida de ato normativo motivado pelo Chefe do Poder Executivo ou Legislativo e deverá especificar:

I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;

II - a atividade funcional e o órgão ou entidade administrativa objeto de redução de pessoal;

III - o critério geral impessoal escolhido para identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;

IV - os critérios e as garantias especiais escolhidas para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;

V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;

VI - os créditos orçamentários para o pagamento das indenizações;

§ 2º O critério geral para identificação impessoal a que se refere o inciso III do §1º será escolhido entre:

I - menor tempo de serviço público;

II - maior remuneração;

III - menor idade;

§ 3º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação;

§ 4º A exoneração de servidor estável que desenvolva atividade exclusiva de Estado, assim definida em lei, somente será admitida quando a exoneração de servidores dos demais cargos do órgão ou da unidade administrativa objeto da redução de pessoal tenha alcançado, pelo menos, 30% (trinta por cento) do total desses cargos;

§ 5º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis, serão declarados extintos, sendo vedada à criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.

Seção VII Da Readaptação

Art. 56 Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica mandada realizar pelo Município de ofício ou a pedido do servidor.

§1º São condições para ocorrer a readaptação:

I - que as atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação do readaptado;

II - que se respeite à habilitação exigida para o exercício do novo cargo;

III - que a limitação física ou mental seja consignada em laudo pericial produzido por médico perito oficial, observado o contido no §1º do art. 27;

§2º A readaptação não poderá resultar em redução de vencimentos, podendo, contudo alterar a jornada de trabalho do servidor, de modo a que possa cumprir suas novas atribuições;

§3º Na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga, devendo ser instaurado processo administrativo próprio para registrar o evento.

Art. 57 A avaliação pericial para reabilitação será arquivada na pasta funcional do servidor, em envelope lacrado, contendo a conclusão detalhada de sua análise, digitada ou datilografada, informando:

I - nome completo do servidor;

II -- número da matrícula funcional, nomenclatura do cargo e função;

III - número do CPF;

IV - endereço completo;

V - data de nascimento;

VI - descrição das características físicas do servidor;

VII - data do afastamento do trabalho;

VIII - data do início da doença;

IX - data do início da incapacidade;

X - causa do afastamento do trabalho;

XI - história mórbida progressiva;

XII - antecedentes pessoais;

XIII - histórico da doença atual;

XIV - exames solicitados;

XV - diagnóstico, indicando o Código Internacional de Doenças - CID em que o servidor está enquadrado;

XVI - conclusão pela readaptação ou não;

XVII - indicação de possíveis atividades funcionais em que o servidor possa ser readaptado;

XVIII - data da realização da perícia;

XIX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;

XX - assinatura do perito;

Parágrafo único. O médico perito oficial apresentará ao Serviço de Pessoal um Atestado de Readaptação, que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos dos procedimentos de registro de atos de pessoal justificando seu parecer que conterá:

I - nome completo do servidor;

II - número da matrícula funcional;

III - número do CPF;

IV - endereço completo;

V - indicação do Código Internacional de Doenças - CID que o servidor está enquadrado;

VI - conclusão pela concessão da readaptação;

VII - denominação e descrição da atividade na qual o servidor será readaptado;

VIII- data da realização da perícia;

IX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;

X - assinatura do médico perito oficial.

Art. 58 Caso o servidor seja readaptado em face de acidente em serviço, deverá sua pasta funcional ser instruída com a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), acompanhada se for o caso de:

I - licenças médicas motivadas pelo acidente;

II - laudos periciais de acidente de trânsito ou outros quando couberem;

III - registros hospitalares;

IV - registros médicos;

V - registros policiais;

VI - depoimentos precisos e fidedignos de testemunhas;

VII - outros elementos de prova a serem definidos pelo médico perito oficial.

§ 1º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para recuperação;

II - o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo;

IV - o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor, observando-se a habitualidade da realização do trajeto;

V - moléstias profissionais;

§ 2º Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, considera-se como exercício do cargo;

§ 3º Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa.

Art. 59 Se a incapacidade decorrer de doença profissional ou do trabalho, deverão ser juntados os documentos apontados no art. 57 e seu parágrafo único e a avaliação médica deverá caracterizar, obrigatoriamente, a relação da causa e efeito entre a moléstia e a atividade exercida pelo servidor.

Art. 60 A apresentação da documentação solicitada, como avaliações, relatórios e atestados, deverá ser digitada, com carimbo, assinatura e a indicação do número do CRM do médico responsável, de forma descritiva, sem perder a objetividade e a clareza das informações.

Art. 61 O servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas de três em três meses, durante o intervalo de um ano, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Parágrafo único. Caso a avaliação médica, a qualquer tempo verifique a incapacidade total para o trabalho, o servidor será encaminhado à perícia médica do IPRECAL para análise da possibilidade da concessão de aposentadoria por invalidez.

Art. 62 A readaptação do servidor no novo cargo deverá ser acompanhada por 12 (doze) meses, pelo Serviço de Pessoal, sendo ao final deste período expedido Relatório do Programa de Readaptação Profissional, que descreverá com precisão as novas atividades que foram indicadas para o servidor, o desenvolvimento e a finalização do programa.

Seção VIII Da Reversão

Art. 63 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no serviço público por invalidez, quando a junta médica do IPRECAL, INSS ou o médico perito oficial do Município, declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, observado o respectivo vencimento, bem como para o cálculo das demais parcelas remuneratórias será levado em consideração todo o tempo em que o servidor encontrava-se aposentado;

§2º São assegurados ao servidor que reverter à atividade os mesmos direitos, garantias, vantagens e deveres aplicáveis aos servidores em atividade;

§3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;

§4º Efetivada a reversão, o servidor será lotado conforme a necessidade da Administração, respeitada sua carga horária, remuneração e escolaridade de seu cargo originário;

§5º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade, sendo transformada a aposentadoria por invalidez em compulsória, observado-se as regras próprias codificada na Lei municipal nº 2537/2001.

Art. 64 Será cassada a aposentadoria do servidor revertido que não retorne as atividades no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva ciência.

Seção IX Da Reintegração

Art. 65 Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observando o disposto nos artigos 68 a 70;

§2º Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem ou lotado em outro de atribuições

e vencimentos compatíveis com o até então ocupado, sem direito a qualquer indenização, seja no mesmo ou em outro órgão ou entidade, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 66 Obrigatoriamente deverá o decreto ou portaria de reintegração indicar:

I - o número do processo judicial;

II - a data da expedição da sentença;

III - o número e a data do Diário de Justiça em que foi publicada;

IV - a transcrição literal da conclusão da sentença;

V - a indicação precisa de que todas as vantagens funcionais serão restabelecidas e pagas.

Seção X Da Recondução

Art. 67 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - reintegração do anterior ocupante;

II - qualquer movimentação funcional judicialmente declarada indevida;

§1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, ou colocado em disponibilidade remunerada, não fazendo jus a nenhum tipo de indenização;

§2º Caso o servidor reconduzido já tenha adquirido a estabilidade no cargo que provia, não será novamente avaliado, para fins de estágio probatório.

Seção XI Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 68 O servidor efetivo poderá ser aproveitado em outras funções, quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação destas atividades.

Parágrafo único. Somente poderá haver o aproveitamento em funções similares às que anteriormente exercia, correspondentes a cargo igual ou da mesma natureza funcional.

Art. 69 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§1º O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito do cálculo da remuneração em disponibilidade;

§2º A remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por anos de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher;

§3º Para efeitos de disponibilidade entende-se por vencimentos mensais o vencimento básico acrescido das vantagens básicas de caráter permanente, inclusive as de caráter pessoal já incorporadas pelo servidor, não sendo incluídas para nenhum efeito:

I - o adicional pela prestação de serviços extraordinários;

II - o adicional noturno;

III - o adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;

IV - o adicional de férias;

V - função gratificada pelo exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, ou parcela recebida a título de exercício de cargo comissionado;

VI - gratificação natalina;

VII - salário-família;

VIII - indenizações;

IX - diárias;

§4º O aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade por mais de 12 (doze) meses depende de prévia comprovação

de sua capacidade física e mental pelo médico perito oficial ou credenciado, na forma do §1º do art. 27, desta lei;

§5º Caso o servidor seja julgado apto deverá assumir no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do ato de aproveitamento;

§6º Verificada a incapacidade definitiva o servidor em disponibilidade será encaminhado ao IPRECAL, para instauração do processo de análise da possibilidade de concessão de aposentadoria;

§7º Havendo mais de um concorrente a mesma vaga, tem preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público;

§8º É tornado sem efeito, o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por médico perito oficial ou credenciado;

§9º O servidor em disponibilidade contribuirá para o IPRECAL, sobre a remuneração mensal que perceber em tal situação, sendo-lhe contado o tempo, nesta condição, para efeito de aposentadoria;

§10. O servidor em disponibilidade que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente, nos termos do art. 40 da Constituição da República, sendo observados os procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 2537/2001;

§11. O servidor colocado em disponibilidade perceberá a gratificação natalina, na data determinada;

§12. O tempo no qual o servidor encontrar-se em disponibilidade não será computado para efeito de implementação de promoção ou quaisquer outras vantagens funcionais.

Art. 70 O cancelamento da disponibilidade solicitada pelo servidor corresponde à exoneração a pedido, a qual implica, exclusivamente, o pagamento da remuneração devida no mês de competência da publicação do respectivo ato e a gratificação natalina proporcional.

Seção XII Da Substituição

Art. 71 O servidor investido em cargo de comissão ou função de confiança terá substituto, em caráter expressamente temporário, indicado pelo Chefe de cada Poder, através de decreto ou portaria, que obrigatoriamente conterà:

I - qualificação completa do servidor que será substituído, elencando:

- a) nome completo;
- b) matrícula funcional;
- c) órgão de lotação;
- d) denominação do cargo;
- e) descrição de suas atividades;
- f) fundamento legal de criação do cargo;
- g) carga horária;

II - qualificação completa do servidor que o substituirá, elencando:

- a) nome completo;
- b) matrícula funcional;
- c) órgão de lotação;
- d) denominação do cargo originário;
- e) descrição de suas atividades;
- f) fundamento legal de criação do cargo;
- g) indicação literal da vedação de incorporação de qualquer parcela recebida a título de substituição;

III - indicação do período que irá durar a substituição;

IV - indicação do fundamento legal que autoriza a substituição.

Parágrafo único. Os detentores de cargo comissionado ou função de confiança poderão ser substituídos, sem gerar vacância do cargo, pelo período máximo de 60 (sessenta) dias, excetuando-se o disposto no art. 9º.

Art. 72 O servidor substituidor será remunerado, apenas se a substituição for superior a 20 (vinte) dias, com 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança ou valor

atribuído ao cargo comissionado, não incidindo sobre esta parcela descontos de natureza previdenciária.

§1º As parcelas recebidas a título de substituição não incorporam o vencimento ou a remuneração do servidor para qualquer efeito, inclusive para fins de contribuição ao IPRECAL;

§2º Caso a substituição ocorra no mês de dezembro, e seu exercício seja superior a 20 (vinte) dias, o servidor para efeitos de décimo terceiro, perceberá a remuneração de seu cargo originário acrescida da parcela de substituição disposta no caput;

§3º O recebimento dos valores pagos a título de substituição não importam na suspensão do pagamento da remuneração do cargo originário do servidor efetivo.

Art. 73 Caso o cargo do servidor substituído seja vago, a seu pedido ou por interesse da Administração Municipal, a substituição cessa imediatamente.

Art. 74 Os Secretários Municipais que se encontrarem em Licença Maternidade ou tenham sofrido acidente, de qualquer natureza ou causa, cujo afastamento não exceda a 120 (cento e vinte) dias terão seu vínculo com a Administração Municipal interrompida, devendo ser designado para o desenvolvimento de suas atividades outro Secretário, já pertencente à Administração, em caráter interino ou servidor detentor de cargo de provimento efetivo.

§1º A interrupção do vínculo com a Administração Municipal, nos casos e prazos definidos no caput não geram a perda do recebimento do subsídio ou valor que complementa parcelas pagas pelo Regime Geral de Previdência Social, observada a necessidade de avaliação médica que comprove a ocorrência do fato que gerou a licença;

§2º Caso seja designado servidor de provimento efetivo para executar as atividades de Secretário Municipal, este será licenciado de seu cargo originário, e optará por receber:

I - o valor de seu cargo originário, sem qualquer acréscimo remuneratório;

II - o valor definido para o subsídio;

§3º O valor percebido, a título de subsídio, pelo servidor efetivo designado para o cargo de Secretário Municipal não se incorpora ao vencimento ou remuneração para qualquer efeito legal, bem como não integra a base de remuneração-de-contribuição para o IPRECAL;

§4º Os Secretários Municipais que acumularem duas ou mais Secretarias, em caráter interino, não farão jus à percepção de retribuição pecuniária, a qualquer título.

Seção XIII Da Cessão

Art. 75 A Administração Municipal poderá autorizar a cessão de servidor estável, para o exercício de cargo no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário do Estado de Santa Catarina, em outro Estado da federação ou em órgão ou entidade vinculada a Administração Pública Federal ou Municipal, mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Legislativo.

§ 1º Constitui condição para o afastamento:

I - obrigatoriedade das contribuições para o IPRECAL sobre a remuneração- de-contribuição disposta na Lei municipal nº 2537/2001, devendo o servidor arcar, inclusive, com a contribuição do Município;

II - a requisição expressa de outro órgão e o interesse do servidor e do órgão cedente;

III - em casos de leis específicas, municipais, estaduais ou federais, a menção da determinação pela cessão;

§ 2º Temporária e extraordinariamente admitir-se-á a cessão de servidores para organizações sociais assim qualificadas pelo Poder Executivo Municipal;

§ 3º A Administração Municipal somente fará a cessão de servidores a outros entes da Federação, se houver:

I - autorização na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Seção XIV

Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos

Art. 76 É vedado ao servidor a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República:

I - dois cargos de professor;

II - um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

III - dois cargos privativos de médico;

IV - dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Parágrafo único. A proibição de acumular estende-se aos empregos e funções públicas e abrangem autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Art. 77 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 da Constituição da República com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 76 desta lei, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, que, até 16/12/98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo IPRECAL, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o §11 do art. 40 da Constituição da República.

Seção XV

Da Capacitação

Art. 78 A capacitação dos servidores integrantes do quadro funcional dar-se-á através de cursos de formação, atualização, aperfeiçoamento ou treinamento de forma a assegurar o pleno desenvolvimento das atribuições inerentes aos cargos que ocupam, disponibilizar técnicas, informações e conhecimentos atualizados que possibilitem ao servidor ter iniciativa e criatividade, bem como proporcionar a melhoria contínua dos serviços prestados pela Administração Pública Municipal de Campo Alegre.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Administração estabelecer a política de planejamento para a efetiva capacitação dos servidores.

Art. 79 Para fins desta lei são consideradas ações de capacitação:

I - cursos presenciais e a distância;

II - treinamentos em serviço;

III - grupos formais de estudo;

IV - intercâmbios e/ou estágios;

V - seminários e congressos, desde que contribuam para a atualização profissional e o desenvolvimento do servidor e que se coadunem com as necessidades institucionais dos órgãos e das entidades.

Art. 80 Fica autorizada a criação do Núcleo de Capacitação do Servidor Público - NUCASP, para administrar e gerenciar a política de planejamento para a efetiva capacitação dos servidores públicos.

§1º O NUCASP será composto:

I - por 1 (um) representante de cada Secretaria Municipal, indicado dentre os servidores efetivos;

II - por 3 (três) representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

§2º As atividades do NUCASP serão regulamentadas por decreto

e seu comitê terá Regimento Interno próprio, votado e aprovado por seus membros;

§3º O custeio das atividades administrativas e gerenciadas pelo NUCASP advirá do pagamento de honorários de sucumbência, em face de execuções fiscais promovidas pelo Município de Campo Alegre, ficando vedado seu pagamento à Assessoria Jurídica ou a advogado ocupante de cargo efetivo;

§4º Os valores recebidos nos termos do §3º serão depositados em conta específica e a sua utilização será efetivada após 1 (um) ano de carência, a contar da data da publicação desta lei.

Seção XVI

Da Jornada de Trabalho

Art. 81 A jornada de trabalho dos servidores é fixada em razão das atribuições, pertinentes aos respectivos cargos, não poderá ultrapassar a 8 (oito) horas diárias, nem a 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as eventuais hipóteses de compensação.

§1º Compete ao Chefe de cada Poder Municipal fixar a jornada normal de trabalho dos ocupantes de cargos do serviço público municipal, nos diversos órgãos da Administração Direta ou Indireta, salvo as exceções expressas neste Estatuto ou quando a lei estabelecer duração menor ou diferenciada;

§ 2º Ocorrendo situação de emergência ou de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência, os servidores requisitados à disposição da Comissão Municipal de Defesa Civil - CMDCC, não farão jus à retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diárias e transporte, em caso de deslocamento;

§ 3º Nos dias úteis, só por determinação do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou serem suspensos os seus trabalhos;

§ 4º O ocupante de cargo em comissão submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração, não lhe sendo devida em nenhuma hipótese adicional de horas extras ou noturnas.

§ 5º O limite fixado para a jornada de trabalho no caput deste artigo poderá ser aumentado para 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para todos os servidores ou para apenas um órgão ou unidade administrativa da Administração Pública Municipal, desde que precedido de um consenso, formalizado através de um acordo coletivo, com a intervenção do Sindicato dos Servidores Públicos e com a correspondente contra-prestação pecuniária.

Art. 82 Os detentores do cargo de Motorista, que estiverem lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social para o transporte e condução de doentes permanecerão, em revezamento, nos finais de semana e feriados, em regime de sobreaviso.

§1º Considera-se sobreaviso o período em que o servidor permanecer em sua residência ou em local de fácil acesso e localização, aguardando o chamado para o desenvolvimento de suas atividades funcionais;

§2º O período máximo de sobreaviso é de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, devendo o Quadro de Escala de Sobreaviso (QES) ser remetido aos servidores, por escrito, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior, bem como deverá ser afixado no mural da sede da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

§3º As mudanças de escala a pedido do servidor deverão ser realizadas, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo ser o pleito deferido pelo Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social, após consulta formal aos demais servidores envolvidos na escala, no prazo máximo de 3 (três) dias;

§4º Apenas será justificado o rompimento da escala, sem a observância do contido no §3º deste artigo, em caso de óbito na família do servidor ou doença, devidamente atestada, nos termos do § 3º do art. 86;

§5º A descoberta e constatação de qualquer procedimento funcional fraudulento à escala de sobreaviso ensejará a abertura de procedimento administrativo para verificação dos fatos, por denúncia

ou não, cuja abertura será realizada pela Secretaria de Administração;

§6º Durante o período de sobreaviso o servidor deverá observar, regimento, todos seus deveres funcionais estabelecidos no art. 207;

§7º As horas de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/3 (um terço) dos vencimentos, excluindo-se de sua base de cálculo, todas as parcelas temporárias;

§8º Aos detentores do cargo de motorista, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, que implementar as seguintes condições, serão incorporados para a base de cálculo dos proventos de aposentadoria a parcela referente ao pagamento de sobreaviso:

I - ter implementado o período de estágio probatório e ser nele aprovado;

II - estar lotado a mais de 10 (dez) anos na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, atuando especificamente no transporte de doentes;

III - não possuir, no cargo de motorista, nos últimos 10(dez) anos anteriores à concessão da aposentadoria, nenhuma falta injustificada;

IV - não estar respondendo a processo disciplinar;

V - ser pontual e assíduo;

§9º A parcela recebida a título de sobreaviso será base de cálculo da remuneração-de-contribuição para o IPRECAL, sendo que a falta de implementação das condições indicadas no §8º não implicará em restituição, sob qualquer hipótese.

Art. 83 Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional a carga horária, calculada sobre sua totalidade.

§1º Não poderão solicitar jornada reduzida:

I - os detentores de cargo comissionado;

II - aqueles que exercerem função de confiança;

III - os servidores que não detêm estabilidade;

§2º Todas as vantagens funcionais do servidor que esteja em jornada reduzida terão sua incidência sobre o vencimento proporcional, inclusive o pagamento relativo às férias, ao 1/3 (um terço) constitucional de férias e ao décimo terceiro salário;

§3º Caso o servidor se encontre recebendo remuneração proporcional, advinda da redução de jornada, no mês de dezembro, será seu décimo terceiro salário pago em caráter proporcional, não importando se nos demais meses do ano recebeu sua remuneração de forma integral;

§4º O servidor que se encontrar com redução de jornada não fará jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento do vale-alimentação;

§5º Não poderá ser deferido o pedido de jornada reduzida ao servidor que a solicitar para exercer função de caráter temporário ou prover cargo em comissão na Administração Pública;

§6º A duração máxima de concessão de período de jornada reduzida será de 3 (três) anos, sendo tal período improrrogável;

§7º A redução da jornada de trabalho apenas poderá ser deferida se a Administração Municipal estiver operando em regime de jornada integral;

§8º A contribuição para o IPRECAL no caso de jornada reduzida será sobre a remuneração-de-contribuição recebida nesta condição.

§9º O deferimento do pedido será dado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, após avaliação das necessidades da Administração Pública;

§10º A redução da jornada de trabalho poderá ser correspondente ao mínimo de 50% da carga horária total definida para o cargo;

§11º A remuneração total a ser percebida pelos servidores cuja carga horária seja reduzida a pedido não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional em vigor;

§12º - Caso o cálculo da remuneração proporcional a carga horária reduzida seja inferior ao salário mínimo nacional em vigor, deverá ser a remuneração complementada até alcançar o referido valor;

§13º O valor pago a título de complemento deverá ser visualizado

separadamente no contra-cheque do servidor;

§14º - Incidirá a reposição anual no vencimento dos servidores que se encontram com jornada reduzida.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Art. 84 O deferimento da redução da jornada deve ser amplamente justificado, cabendo à Administração Municipal comprovar a desnecessidade da jornada integral e a ausência de qualquer outra forma de contratação para executar o serviço do servidor que se ausentará do período integral.

Art. 85 O registro de frequência do servidor é diário, podendo ser de forma mecânica ou eletrônica ou, nos casos indicados em decreto, por outra forma que vier a ser adotada e deverá ser feita pelo próprio servidor.

§1º Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, a entrada e saída do servidor, e pelo qual deverão ser lançados os elementos necessários à apuração da frequência;

§2º Todos os servidores devem observar rigorosamente o seu horário de trabalho, previamente estabelecido;

§3º Nenhum servidor pode deixar seu local de trabalho durante o expediente sem autorização expressa de sua chefia imediata;

§4º Quando houver necessidade de trabalho fora do horário normal de funcionamento do órgão, deve ser providenciada a autorização específica para o ingresso do servidor nas instalações das unidades da Administração Pública.

Art. 86 O servidor é obrigado a avisar à sua chefia imediata no dia em que, por doença, força maior, ou prestação de provas escolares não puder comparecer ao serviço.

§1º As faltas previstas no caput devem ser justificadas para fins disciplinares, de anotação no assentamento individual e pagamento;

§2º A impossibilidade do comparecimento deve ser relatada em documento próprio do qual também deve constar a assinatura e ciência da chefia imediata, a qual é solidariamente responsável por qualquer ausência fraudulenta;

§3º As faltas ocorridas em virtude de doença devem ser justificadas através da apresentação de atestado médico, para períodos de até 5 (cinco) dias e, em período superior a este, pelo órgão médico oficial ou credenciado;

§4º O servidor que se ausentar, em virtude da apresentação de atestados, por mais de 15 (quinze) dias em um período de 12 (doze) meses será submetido à avaliação do médico perito oficial;

§5º As faltas ao serviço por motivos particulares não serão justificadas para qualquer efeito, computando-se como ausência o sábado e domingo, ou feriado, quando intercalados;

§6º Não se consideram faltas, aquelas decorrentes da prestação de provas escolares ou de concursos públicos realizadas em horário de trabalho, do ponto facultativo instituído por autoridade competente e de outras prescritas em lei.

Art. 87 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor ou regularizar situação eleitoral pendente;

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, descendentes, e pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela.

IV - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, incluindo-se o período de participação em júri popular.

§1ºA ausência deverá ser comprovada através da apresentação de documento próprio que comprove a doação de sangue e o alistamento eleitoral, bem como a apresentação de Certidão de

Casamento ou Certidão de Óbito;

§2º O comparecimento em juízo deverá ser comprovado através da apresentação de intimação, notificação, citação judicial ou certidão assinada pelo responsável do Cartório, onde conste a data e o horário do comparecimento em juízo.

Art. 88 Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas de descanso, sendo 1 (uma) hora no período da manhã e 1 (uma) hora no período da tarde, vedada a acumulação das duas horas num só período.

Parágrafo único. A servidora lactante para beneficiar-se do disposto no caput deverá requerer o descanso previsto, em formulário próprio, no Serviço de Pessoal, apresentando para tanto a Certidão de Nascimento do filho.

Art. 89 Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo e desde que cumprido no mínimo 80% (oitenta por cento) da respectiva carga horária semanal.

Parágrafo único. Sendo parcial a jornada semanal de serviço poderá haver, compensação de horas, observado o interesse público ou ser paga a remuneração, obrigatoriamente, em caráter proporcional, às horas laboradas.

Seção XVII

Da Vacância

Art. 90 A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - posse em outro cargo não acumulável;

V - aposentadoria;

VI - falecimento.

§1º A vacância ocorrerá na data:

I - da publicação eficaz do ato que exonerar, demitir, readaptar, ou aposentar o ocupante do cargo;

II - do falecimento do ocupante do cargo;

§2º A readaptação será processada na forma dos artigos 56 a 62, desta lei.

Subseção I

Da Exoneração

Art. 91 A exoneração do cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício será aplicada:

I - quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido;

II - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, ressalvado o direito de recondução;

III - mediante processo de avaliação periódica de desempenho, cuja metodologia a ser utilizada está definida nos artigos 334 e seguintes, observada a instauração de sindicância ou processo disciplinar para elucidação dos fatos;

IV - quando, após tomar posse e entrar em efetivo exercício em outro cargo público de provimento efetivo e inacumulável, não tiver solicitado exoneração a pedido em relação ao outro cargo;

V - por extinção do cargo, para atender limites constitucionais sobre gastos com pessoal, mediante indenização;

VI - por justa causa, apurada em processo administrativo, ou por decisão judicial transitada em julgado.

Art. 92 A exoneração de cargo em comissão e da função de confiança, dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Subseção II

Da Demissão

Art. 93 A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

I - sentença judicial transitada em julgado;

II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - excesso de cargos, através de ato normativo motivado que especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade objeto de redução de pessoal, quando a despesa com pessoal ativo e inativo exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal, e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias, e obedecidas as normas gerais estabelecidas em lei federal:

a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

b) exoneração dos servidores não estáveis.

Subseção III

Da Aposentadoria

Art. 94 A aposentadoria será concedida de acordo com a legislação municipal específica, sendo observado o disposto no art. 282 e 283 desta lei.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 95 Para efeito desta lei, a retribuição pecuniária devida na Administração Pública Municipal, compreende:

I - como vencimento base: o salário básico estipulado no Anexo V, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições, do cargo, função ou emprego público;

II - como vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes, definidas nesta lei, relativas ao cargo ou emprego público;

III - como remuneração: a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas às relativas à natureza ou ao local de trabalho;

§ 1º Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário-mínimo nacional, em vigor;

§ 2º Os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente.

Art. 96 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 97 O vencimento dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterado por lei específica.

§1º A Administração Municipal instituirá o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos Poderes Executivo e Legislativo, com a imediata participação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

§2º Caberá a este Conselho, de caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem as políticas de pessoal e de remuneração, bem como realizar outras tarefas pertinentes, regulamentadas em ato do Chefe do Poder Executivo;

§3º A revisão anual geral da remuneração dos servidores públicos será efetivada no mês de fevereiro de cada ano;

§4º Deverá o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal iniciar os estudos e debates visando à coleta de subsídios técnicos nos meses de novembro e dezembro de cada

ano, com a entrega de sugestões que orientem a política de remuneração, até o dia 15 (quinze) de janeiro do ano subsequente; §5º Efetivada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, no mês imediatamente seguinte os Chefes dos Poderes Executivo, inclusive em relação às suas autarquia e fundações e Legislativo farão publicar os valores dos subsídios de seus membros e do vencimento dos cargos públicos.

Art. 98 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
 - II - gratificação natalina;
 - III - 1/3 constitucional de férias;
 - IV - conversão pecuniária de licença-prêmio, na forma estabelecida nos artigos 191 e 192;
 - V - diárias;
 - VI - serviços extraordinários;
 - VII - auxílio-transporte;
 - VIII - auxílio-motorista.
- §2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do servidor público municipal.

Art. 99 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;
 - II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;
 - III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta lei;
 - IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos públicos observado o disposto no art. 76 e 77;
- §1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão;
- §2º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 100 As consignações em folha de pagamento da remuneração atribuída ao servidor não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, e são classificadas em:

- I - compulsórias;
 - II - facultativas.
- §1º Consignações compulsórias são descontos e recolhimentos efetuados por força de lei, compreendendo, entre outras:
- I- contribuições para o Regime Geral de Previdência, tratando-se de servidores, exclusivamente, comissionados e para o IPRECAL, para os servidores de provimento efetivo;
 - II - pensão alimentícia judicial;
 - III - imposto de renda retido na fonte;
 - IV - restituições e indenizações ao erário público;
 - V - benefícios e auxílios prestados aos servidores pela Administração Pública Municipal;
 - VI - decisões judiciais ou administrativas;
 - VII - outros descontos compulsórios, instituídos por lei;
- §2º Consignações facultativas são descontos na remuneração do servidor, que, com a interveniência da Administração Pública, sejam efetuadas em decorrência de contrato, acordo, convenção, convênio ou outra forma regular de ajuste entre o servidor-consignante

e determinada entidade consignatária, sendo consideradas dentre outras:

- I - mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações e clubes constituídos, exclusivamente, por servidores públicos municipais;
 - II - contribuição para entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais;
 - III - mensalidade para entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;
 - IV - mensalidade para entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;
 - V - mensalidade para entidades administradoras de plano de saúde;
 - VI - contribuição para entidades beneficentes;
 - VII - prestação referente a imóvel residencial adquirido de entidade financiadora de imóvel residencial;
 - VIII - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste nos assentamentos funcionais;
- §3º O pedido de consignação de pensão alimentícia voluntária será instituído com a indicação do valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, conta bancária em que será destinado o crédito e a autorização prévia e expressa daquele que a receber ou seu representante legal.
- §4º A inclusão das consignações facultativas em folha de pagamento depende de autorização expressa do servidor público e o cancelamento se dará da seguinte forma:
- I - por interesse da Administração Pública Municipal;
 - II - a pedido do servidor, quando se tratar de contribuição, ou prêmio mensal;
 - III - a pedido do servidor com anuência da entidade consignatária no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído;
- §5º A partir da competência de janeiro de 2003, a soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) da soma da remuneração.

Art. 101 Para efeitos desta lei, adotar-se-á os seguintes conceitos:

- I - entidade consignatária: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsória e facultativa;
- II - consignante: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que procede aos descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, em favor da entidade consignatária.

Art. 102 Independentemente de contrato ou convênio entre a entidade consignante e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada, observado ainda o seguinte:

- I - a consignação de mensalidade em favor de entidade sindical somente poderá ser cancelada após a desfiliação do servidor;
- II - a consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da entidade consignatária.

Art. 103 As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas e, em nenhum caso, poderá resultar saldo negativo na folha de pagamento do servidor público.

Parágrafo único. Na hipótese de falta de margem consignável, fica estabelecida a seguinte ordem de prioridade de desconto para as consignações facultativas após, processadas as consignações compulsórias:

- I - plano de assistência médica;
- II - entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;
- III - entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;

IV - entidades administradoras de planos de saúde;
V - entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais;
VI - entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente por servidores públicos municipais;
VII - entidades beneficentes;
VIII - instituições financeiras;
IX - outras pessoas físicas ou jurídicas, desde que mantido convenio ou contrato, reconhecido e autorizado por cada servidor.

Art. 104 Para cobertura dos custos com processamento de dados de consignações facultativas, as entidades consignatárias, exceto os órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional e os beneficiários de pensão alimentícia voluntária, pagarão por linha impressa no contracheque de cada servidor, importância a ser definida em lei específica.

Art. 105 Não são permitidos na folha de pagamento processada pela Administração Municipal, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e servidores que impliquem créditos nas fichas financeiras dos servidores.

Art. 106 A consignação, em folha de pagamento, não implica corresponsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto a entidade consignatária.

Art. 107 O servidor em débito com o erário, pelas consignações dispostas no §1º do art. 100, que for demitido, exonerado, ou que tiver extinguido sua aposentadoria terá descontado de sua rescisão os valores da dívida.

Parágrafo único. Caso a rescisão não cubra a dívida o servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a quitação ou negociar parcelamento, e em não o fazendo implicará em processo judicial de cobrança.

Art. 108 As reposições e indenizações à Fazenda Pública Municipal devidas pelo servidor serão descontadas em parcelas mensais e sucessivas até a quitação final do débito, não podendo exceder a 10% (dez por cento) de sua remuneração ou provento de aposentadoria.

§1º Aplica-se o disposto no caput quando após a instauração do devido processo administrativo não for detectado dolo ou má-fé do servidor;

§2º Caso seja detectada, após a apuração dos fatos em competente processo administrativo, a presença de dolo ou má-fé por parte do servidor, este deverá ressarcir o erário no decurso máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades administrativas e criminais, definidas em lei.

Seção II Das Vantagens Pecuniárias

Art. 109 Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pela decorrência do tempo de serviço,

pelo desempenho de funções especiais ou de confiança, em razão de condições anormais em que se realiza o serviço ou, ainda, em razão de condições pessoais do servidor.

Art. 110 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - gratificações;
- III - adicionais;
- IV - vantagem nominalmente identificável;
- V - bolsa estudo;

VI - vale-alimentação;
VII - salário-família.

§1º As gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos, salvo nos casos e condições previstos em lei;

§2º As indenizações e o salário-família não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos;

§3º A vantagem nominalmente identificável será extinta ou reduzida quando os fundamentos legais para o seu pagamento deixarem de existir ou alterarem o valor a que tem direito o servidor.

Art. 111 As vantagens não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção III Das Indenizações

Art. 112 Constituem indenizações ao servidor:

- I - diárias;
 - II - auxílio-motorista;
 - III - auxílio-transporte.
- Subseção I
Das Diárias

Art. 113 O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias recebidas antecipadamente, para cobrir as despesas de estadia, alimentação e locomoção, devidamente comprovadas.

§1º É vedada a diferença de valores das diárias em razão do cargo ou função exercida pelos servidores públicos, excetuados os agentes políticos.

§2º O valor das diárias será definido em regulamento a ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, para os servidores da Administração Direta e Indireta e por Resolução no caso dos servidores do Poder Legislativo;

§3º A diária compreende um período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento do servidor, ficando dividida em ¼ (um quarto) do valor que lhe é atribuído para o almoço, até às 12:00 (doze) horas, acrescido de mais ¼ (um quarto) até às 23:00 (vinte e três) horas, e o recebimento de 100% (cem por cento), caso haja pernoite fora da sede;

§4º O servidor que se deslocar apenas no período compreendido entre as 12:00 e 23:00 horas, perceberá apenas ¼ (um quarto) da diária;

§5º A vantagem de que trata este artigo:

- I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;
- II - não se incorpora à remuneração do servidor;
- III - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao IPRECAL;

§6º O servidor que receber a diária sem realizar o efetivo afastamento da sede fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo máximo de 2(dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do valor, e sendo apurada má-fé em devido processo disciplinar, responderá pelas punições cabíveis;

§7º Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no §5º, a contar da data de seu retorno;

§8º O pernoite deverá ser comprovado através da apresentação de nota fiscal, devidamente emitida pelo estabelecimento de hospedagem.

Art. 114 Ao servidor não é devida diária quando por força de seu cargo lhe é exigido habitual deslocamento.

Subseção II Do Auxílio-Motorista

Art. 115 Será paga aos servidores detentores do cargo de Motorista, no efetivo exercício de suas funções, quando de seu deslocamento para outro município ou outro Estado, um auxílio para pagamento exclusivo de sua alimentação, cujo valor e demais características será definido em decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º Caso o detentor do cargo de Motorista necessite pernoitar fora da sede, fará jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor de uma diária;

§2º O pernoite deverá ser comprovado através da apresentação de nota fiscal, devidamente emitida pelo estabelecimento de hospedagem;

§3º Para a efetivação do pagamento da diária o servidor deverá apresentar à Secretaria de Administração justificativa motivando a necessidade do pernoite;

§4º A justificativa apontada no § 3º deverá ser apresentada, no prazo máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu retorno, para ser homologada pelo Secretário de Administração;

§5º Caso a necessidade do pernoite seja antecipadamente definida e autorizada pela Administração Municipal, o detentor do cargo de Motorista receberá a diária antes de seu deslocamento, observadas as determinações constantes dos §§ 5º e 6º, do art. 113.

Subseção III Do Auxílio-Transporte

Art. 116 O auxílio-transporte pode ser concedido ao servidor ocupante de cargo efetivo para prover os custos relativos ao deslocamento de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, cujo valor não supere a 20% (vinte por cento) do vencimento do servidor.

§1º Entende-se como deslocamento, a soma dos segmentos que compõem a viagem do servidor, através de um ou mais meios de transportes coletivo, entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa;

§2º O auxílio-transporte:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito;

II - não constitui base para o cálculo da incidência da contribuição previdenciária ao IPRECAL;

III - não é considerado para efeito de pagamento da gratificação natalina;

IV - não configura rendimento do servidor, para fins de remuneração mensal;

V - não será pago para custear combustível de automóvel de propriedade do servidor;

§3º O servidor deverá declarar em documento próprio fornecido pelo Serviço de Pessoal qual seu itinerário habitual, informando precisamente qual transporte utiliza e juntará à declaração, cópia de conta de luz ou água de sua residência;

§4º É proibida a acumulação de benefício de vale-transporte juntamente com outras vantagens de transporte já usadas pelo servidor;

§ 5º O benefício do auxílio-transporte será, obrigatoriamente, suspenso:

I - temporariamente:

a) quando o beneficiário estiver em gozo de férias ou no período de férias escolares;

b) em todos os casos de licenças e de afastamentos do serviço;

II - definitivamente, quando o servidor prestar declaração falsa acerca de seu itinerário ou pelo uso indevido do vale-transporte;

§ 6º Além da suspensão definitiva do benefício nos casos previstos no inciso II do §5º, o servidor responderá por processo de natureza disciplinar;

§7º O auxílio-transporte não será concedido a servidor cujo órgão

de lotação tenha transporte próprio ou cessão a terceiros, com o mesmo objetivo.

Seção IV Das Gratificações

Art. 117 Poderão ser concedidas aos servidores as seguintes gratificações:

I - gratificação natalina;

II - gratificação pelo exercício de função de confiança;

III - gratificação especial;

IV - gratificação de interiorização.

§1º As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito;

§2º As vantagens vinculadas ao vencimento básico terão, os mesmos reajustes concedidos para aquele.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 118 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor, efetivo ou comissionado, fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§1º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral;

§2º A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano, podendo ser paga em duas parcelas;

§3º No caso de pagamento parcelado, a segunda parcela será calculada com base na remuneração no mês de dezembro, abatida à importância da primeira parcela, pelo valor pago.

Art. 119 O servidor exonerado ou demitido perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração ou demissão.

Art. 120 A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 121 A gratificação será estendida aos inativos e pensionistas, com base nos proventos de aposentadoria ou pensão que perceberem na data do pagamento daquela, observada legislação específica da constituição do IPRECAL.

Art. 122 Incidirá sobre o pagamento da gratificação natalina dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas a alíquota de contribuição previdenciária para o IPRECAL.

Subseção II Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança

Art. 123 Ao servidor efetivo investido em função de confiança, para direção, chefia ou assessoramento dos serviços públicos é devido uma gratificação pelo seu exercício.

§1º A gratificação de função de confiança tem natureza temporária, e comportará 2 (dois) níveis, estabelecidos e determinados pela complexidade da atividade, com valores pecuniários fixados nos termos do Anexo III;

§2º O servidor efetivo, cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade, nos termos desta Lei Complementar, quando nomeado para função gratificada, no órgão ou entidade que sirva, pode optar pela remuneração de seu cargo efetivo;

§3º A vantagem de que trata este artigo:

I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

II - não se incorpora à remuneração do servidor;

III - não é considerada remuneração-de-contribuição para incidência da alíquota de contribuição do IPRECAL;

§4º Para efeitos de pagamento de gratificação natalina a gratificação pelo exercício de função de confiança apenas a comporá se o

servidor estiver exercendo-a no mês de dezembro, sendo vedada à realização de médias pelo exercício em outros períodos do ano; §5º Para efeitos do pagamento do adicional de férias a gratificação pelo exercício de função de confiança será levada em consideração observando-se a média relativa ao período de recebimento.

Subseção III Da Gratificação Especial

Art. 124 O servidor detentor de cargo de provimento efetivo que venha a ocupar cargo comissionado e que opte por sua remuneração originária receberá uma gratificação especial correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do valor pecuniário definido para o cargo comissionado.

Art. 125 A gratificação especial não será incorporada ao vencimento ou a remuneração originária para nenhum efeito, bem como não compõe a base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Subseção IV Da Gratificação de Interiorização

Art. 126 Os servidores lotados na Central de Saúde receberão, pelo exercício de suas atividades fora da sede, os seguintes percentuais de gratificação:

I - os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, Médico ou Dentista, 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento, previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V;

II - aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I e Técnico em Enfermagem, 15% (quinze por cento) sobre o vencimento, previsto para a alínea "a" do nível 3 e 5, respectivamente, do Anexo V;

§1º Os servidores que se encontrarem lotados nas unidades de saúde do interior, fora da sede, em que não haja deslocamento entre órgãos da Administração Municipal, não farão jus ao recebimento da gratificação prevista no caput;

§2º Compreendem-se por atividades fora da sede àquelas realizadas em localidades e distritos, excluídos o perímetro definido como Centro e os bairros, indicados e constituídos nos termos da legislação municipal própria.

Seção V Dos Adicionais

Art. 127 Serão deferidos aos servidores os seguintes adicionais:

I - Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário;

II - Adicional Noturno;

III - Adicional de Férias;

IV - Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres ou Perigosas.

§1º Os adicionais serão especificados individualmente na folha de pagamento, sendo todos considerados como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito;

§ 2º Nenhum dos adicionais dispostos nesta Seção serão incorporados ao vencimento, a remuneração ou aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrarão a remuneração-de-contribuição especificada para o IPRECAL.

Subseção I Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 128 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Parágrafo único. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas extras por dia.

Art. 129 As horas extras trabalhadas serão pagas com acréscimo

de 50% (cinquenta por cento), e aquelas laboradas aos domingos e feriados serão pagas com adicional de 100% (cem por cento).
Parágrafo único. Não haverá o pagamento das horas extras se for concedido outro dia para a compensação das horas laboradas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Art. 130 A média aritmética simples das horas extras prestadas anualmente integrarão os valores pagos a título de gratificação natalina e férias, não compondo sob nenhuma hipótese os proventos de aposentadoria e pensão, bem como não comporão a base de remuneração-de-contribuição atribuída para o IPRECAL.

Parágrafo Único - Casa o gratificação natalina seja paga em duas parcelas, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 118, o valor correspondente a média aritmética simples das horas extras será pago, em sua totalidade, na segunda parcela.

Art. 131 Não serão devidas horas-extras ao servidor que esteja exercendo cargo em comissão ou perceba função gratificada.

Parágrafo único. O serviço extraordinário, nestes casos, será considerado como inerente ao próprio cargo exercido pelo servidor.

Subseção II Do Adicional Noturno

Art. 132 O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre às 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e às 5:00 (cinco) horas do dia seguinte, terá valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§1º A hora noturna tem duração de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;

§2º O adicional previsto neste artigo não integrará o cálculo das férias e da gratificação natalina e não será integrado aos proventos de aposentadoria em nenhuma hipótese, excetuando-se o disposto no §3º;

§3º O adicional noturno apenas integrará o cálculo das férias e da gratificação natalina se a jornada, habitual e permanente, estabelecida para o servidor dar-se no horário indicado pelo caput.

Subseção III Do Adicional de Férias

Art. 133 Independentemente de solicitação será pago ao servidor, detentor de cargo de provimento efetivo, ocupante de função de confiança ou cargo comissionado por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias.

Parágrafo único. Tratando-se de férias coletivas, o adicional poderá ser pago ao servidor por ocasião destas.

Subseção IV Do Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres ou Perigosas

Art. 134 Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou perigosos farão jus a um adicional.

§1º O adicional de insalubridade será de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) do valor do salário mínimo nacional em vigor, exclusivamente, segundo se classifiquem nos graus mínimo, médio e máximo de insalubridade, nos termos da avaliação pericial técnica, especialmente realizada para definir os percentuais;

§2º Serão consideradas atividades insalubres aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

§3º A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá, nos termos da avaliação pericial técnica:

I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de

serviço dentro dos limites de tolerância;

II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância;

§4º Os agentes insalubres e os limites de tolerância estão estabelecidos em legislação federal específica.

Art. 135 São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos ou substâncias radioativas, em condições de risco acentuado.

Parágrafo único. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou outras vantagens, transitórias ou permanentes.

Art. 136 O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles, sendo vedada sua acumulação para qualquer efeito.

Art. 137 O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Parágrafo Único. Não será pago adicional de insalubridade ou periculosidade durante o período de férias ou durante o período em que o servidor estiver em gozo de qualquer licença.

Art. 138 A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais insalubres ou perigosos, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não-perigoso.

Art. 139 Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raio-X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores indicados no caput serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses e sua jornada diária será de no máximo 6 (seis) horas, observados os intervalos estipulados na legislação que regulamenta a atividade.

Art. 140 A avaliação pericial técnica dos servidores lotados na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, deverá ser assinada por pelo menos um Médico do Trabalho.

Seção VI Da Bolsa de Estudo

Art. 141 A Administração Municipal poderá conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos de até 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade escolar, caso sejam implementadas as seguintes condições, concomitantemente:

I - o estágio probatório deverá estar concluído e a aprovação neste homologada;

II - deverá estar cursando o Ensino Médio, profissionalizante ou não, ou o Ensino Superior, pela primeira vez;

III - deverá ser, comprovadamente, carente de recursos financeiros.

IV - não poderão estar em gozo de licença sem vencimento, de qualquer natureza

§1º Cada servidor será beneficiado em apenas uma oportunidade, ou para cursar o Ensino Médio ou para cursar o Ensino Superior;

§2º Caso o curso pretendido seja ministrado no município e de forma gratuita, ficará vedada a concessão da Bolsa de Estudo;

§3º A concessão da Bolsa de Estudo para o servidor que desejar frequentar cursos do Ensino Superior ou Ensino Médio, de caráter profissionalizante ou técnico, deverá observar se o curso pretendido tem nexo entre a atividade desenvolvida para a Administração

Municipal e o aprimoramento educacional pretendido.

§4º É vedada a concessão da Bolsa de Estudo, no caso de percebimento concomitante à outra, concedida pelo Poder Público ou Entidades Privadas.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Art. 142 A carência de recursos financeiros será verificada pela aplicação da seguinte fórmula:

$R - A \text{ ou } A = IC$, onde

$N \times SM$

R = Renda Bruta Familiar, ou seja, a soma das remunerações recebidas por todos os membros da família, que vivem dessa mesma renda;

AA = aluguel da casa ou amortização de moradia própria até (30% da R);

N = número de membros da mesma família, que vivem dessa mesma renda;

SM = salário mínimo vigente;

IC = índice de carência;

Parágrafo único. Serão considerados carentes de recursos financeiros os candidatos cujo índice de carência for igual ou inferior a 3 (três).

Art. 143 O valor da bolsa de estudo será concedido em percentual sobre o valor da anuidade escolar do servidor, conforme o seu índice de carência, observados os limites constantes da seguinte tabela:

ÍNDICE DE CARÊNCIA APURADO	LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO
0 a 2,0	Até 50% do valor da anuidade
2,1 a 2,5	Até 30% do valor da anuidade
2,6 a 3.0	Até 10% do valor da anuidade

Art. 144 Os pedidos de Bolsa de Estudo deverão observar os seguintes requisitos e tramitação:

I - O candidato à Bolsa de Estudo dirigirá seu pedido à Secretaria de Administração, até o dia 15 (quinze) de fevereiro e 15(quinze) de agosto de cada ano;

II - O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) quando casado, declaração que informe seus rendimentos, do cônjuge ou companheiro e dos filhos de qualquer natureza, mencionando inclusive a percepção de benefícios previdenciários e assistenciais;

b) quando solteiro, declaração que informe seus rendimentos, do pai, da mãe e dos irmãos para apuração da renda bruta, definida no art. 142;

c) cópia dos últimos 6 (seis) recibos de aluguel de sua residência ou 6 (seis) últimos comprovantes de amortização da mensalidade da casa própria;

d) atestado original de matrícula do estabelecimento de ensino;

e) atestado de aprovação da série escolar anterior, destacando o percentual de frequência obtida;

f) cópia da declaração do Imposto de Renda, da última competência anterior ao pedido, ainda que isento;

g) declaração, indicando expressamente, a inexistência do recebimento de qualquer outra bolsa ou auxílio-educação, por qualquer entidade, pública ou privada.

§1º O atestado indicado na alínea "e" não poderá indicar frequência inferior a 80% (oitenta por cento);

§2º A ausência dos documentos indicados no inciso II, ensejará o indeferimento automático do pedido;

§3º O processamento, avaliação e concessão do pedido de Bolsa de Estudo serão de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 145 O pagamento da Bolsa de Estudo será mensal e creditado na conta bancária do servidor beneficiado.

Parágrafo único. Caso o servidor seja beneficiado, por qualquer outra entidade, com outra bolsa ou auxílio-educação, no transcurso do recebimento da Bolsa Estudo concedida pelo Município de Campo Alegre, deverá, sob pena de responder a processo administrativo, civil e criminal, optar por uma das duas.

Seção VII

Do Vale-Alimentação

Art. 146 O servidor que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente, carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais no Poder Executivo, receberá vale-alimentação, em forma de tickets; o servidor do Poder Legislativo que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente carga horária de no mínimo 30 (trinta) horas semanais, receberá vale-alimentação, em forma de tickets.

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, no valor de R\$ 31,55 (trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos);

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 007, sancionada em 19 de setembro de 2002).

Art. 147 Os servidores beneficiados com o vale-alimentação somente poderão utilizá-lo nos estabelecimentos credenciados pela empresa vencedora no processo licitatório, sendo proibido o uso deste na aquisição de bebidas alcoólicas e cigarros ou qualquer outro item que não conste na cesta básica do município, definida através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 148 Os valores da remuneração limite definida para o recebimento do vale-alimentação disposto no art. 146, bem como o valor mensal deste, disposta no §1º do mesmo artigo deverão ser reajustadas sempre que for concedida a revisão anual geral dos vencimentos, aplicando-se para tanto o mesmo índice.

Parágrafo único. Os novos valores praticados por força da implementação dos índices de revisão anual devem ser instituídos através de lei própria e publicados, obrigatoriamente, no mural da sede da Prefeitura Municipal e em lugares de grande circulação dos servidores públicos.

Art. 149 Os valores percebidos a título de vale-alimentação não se incorporam ao vencimento, remuneração ou proventos de aposentadoria para nenhum efeito.

§1º Os pensionistas não receberão vale-alimentação;

§2º O valor do vale-alimentação não integra a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Art. 150 A concessão do vale-alimentação deverá observar as disposições constantes da Lei federal nº 6.321, de 14/04/76, no Decreto federal nº 05, de 14/01/91 e na Portaria Interministerial nº 05, de 30/11/99.

Seção VIII

Do Salário Família

Art. 151 O salário-família é devido ao servidor, ativo ou ao inativo, que:

I - a remuneração ou provento seja inferior ao limite estipulado no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98;

II - possua filhos naturais ou adotivos de até 14 (quatorze) anos de idade ou de qualquer idade, se comprovada a inaptidão total para o trabalho, desde que vivam em sua companhia ou às suas expensas;

§1º Em se tratando de dependente maior de 14 (quatorze) anos de idade, a inaptidão para o trabalho deve ser verificada em exame médico-pericial promovido pela junta médica oficial;

§2º O salário-família devido ao servidor inativo será pago pelo IPRECAL, observadas as condições contidas nesta Seção.

Art. 152 Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais e viverem em comum, o salário-família será pago aos dois.

Parágrafo único. São equiparados à condição de pai e mãe, o padrasto e a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 153 O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para o IPRECAL.

Art. 154 O valor do salário-família será igual ao valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo ser pago a partir do mês em que for protocolado o requerimento.

§1º O requerimento deverá estar instruído com cópia da Certidão de Nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando o pagamento condicionado à apresentação anual do atestado de vacinação obrigatória, até 6 (seis) anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos 7 (sete) anos de idade completos;

§2º A apresentação do atestado de vacinação obrigatório deverá ser realizada durante o mês de janeiro de cada ano e a comprovação de frequência na escola, nos meses de janeiro e agosto de cada ano;

§3º A falta da apresentação dos documentos citados neste artigo nos meses definidos pelo §2º acarretará na suspensão do pagamento do salário-família, até sua perfeita implementação;

§4º Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação motivada pela falta de comprovação de frequência escolar e o seu reativamento;

§5º A quota do salário-família é devida proporcionalmente aos dias trabalhados nos meses de nomeação e vacância do cargo público.

Art. 155 Os servidores municipais, ativos ou inativos, que recebem salário-família no advento da publicação desta lei terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para apresentarem os documentos dispostos nos §§1º e 2º do art. 154 e §1º do art. 156, sob pena de em não o fazendo ser suspenso o pagamento desta parcela, até que seja sanada a falta da apresentação da documentação.

Parágrafo único. Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação e o seu reativamento.

Art. 156 O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - pela morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

§1º Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o segurado deve firmar termo de responsabilidade, no qual se comprometa a comunicar à Administração Municipal qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso de não cumprimento, às sanções penais e administrativas;

§2º A falta de comunicação oportuna de fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática, pelo servidor, de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento, autoriza o Município, a descontar dos pagamentos de quotas devidas com

relação a outros filhos ou, na falta delas, da própria remuneração do servidor ou de seus proventos de aposentadoria, o valor das quotas indevidamente recebidas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 157 A quota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao vencimento, a remuneração, e aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrará a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Seção IX Das Férias

Art. 158 Todo servidor terá direito, anualmente, ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

§1º As férias serão concedidas após cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo;

§2º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (meses) de exercício;

§3º É vedado descontar, no período de férias, as faltas do servidor ao serviço;

§4º As férias serão concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo, em se tratando de órgão da Administração Direta do Poder Executivo ou pelo dirigente máximo, em se tratando de autarquia ou fundação, de uma só vez, nos doze meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito;

§5º Por conveniência do serviço público poderão ser concedidas férias coletivas aos servidores municipais, ou de determinados órgãos ou unidades administrativas, em até 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos;

§6º No caso previsto no parágrafo anterior, os servidores admitidos a menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então novo período aquisitivo.

Art. 159 O servidor perceberá durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data de sua concessão.

§1º As indenizações definidas no art. 112 e o adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas não integrarão a remuneração de férias;

§2º A gratificação pelo exercício de função de confiança, e a gratificação especial, integrarão a remuneração de férias pela média aritmética dos meses em que foram recebidas, observada a duração do período aquisitivo às férias;

§3º O adicional noturno integrará a remuneração de férias se recebido durante todo o período aquisitivo as férias, de forma habitual e consecutiva;

§4º O pagamento da remuneração das férias e do adicional previsto no art. 133 será efetuado até o início do respectivo período.

Art. 160 O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período de férias, e se for o caso, do adicional a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 161 A conversão do período de férias em pecúnia, desde que não exceda a 1/3, fica a critério do Executivo Municipal.

Parágrafo Único - O Requerimento da Conversão deverá ser feito com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência do início das férias.

Art. 162 É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço, devidamente justificada, e pelo prazo máximo de 2 (dois) períodos.

Art. 163 As férias não poderão ser interrompidas, salvo por motivo de excepcional interesse público, devidamente justificado.

Art. 164 Perderá o direito ao gozo de férias o servidor que no período aquisitivo houver usufruído da licença para tratamento de saúde por mais de 6 (seis) meses consecutivos, ou para tratar de interesses particulares por mais de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. As férias serão concedidas proporcionalmente quando se tratar de licença para tratar de interesses particulares igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

Seção X Da Agregação à Remuneração

Art. 165 Todas as parcelas recebidas a título de Adicional por Tempo de Serviço, função gratificada ou cargo comissionado, anteriores a edição desta lei, observada a fundamentação legal da época que autorizou seu pagamento e a sua incorporação, serão somadas e transformadas em uma parcela única que será denominada Agregação à Remuneração.

§1º A parcela de agregação não integrará o vencimento do servidor, para nenhum efeito;

§2º Deverá, obrigatoriamente, ser acostado a cada pasta funcional um relatório, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, que indicará:

I - nome completo do servidor;

II - número da matrícula funcional;

III - o cargo provido e o correspondente ao seu enquadramento;

IV - parcelas de Adicional por Tempo de Serviço, pagas e o correspondente fundamento legal que as ensejou;

V - parcelas de função gratificada, pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de concessão destas, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;

VI - parcelas de cargo comissionado pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de nomeação para o cargo em comissão, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;

§3º O extrato de pagamento do servidor deverá demonstrar de forma desmembrada a parcela denominada Agregação à Remuneração, que integrará a remuneração-de-contribuição do IPRECAL para todos os efeitos legais;

§4º A parcela de Agregação à Remuneração será corrigida pela revisão geral anual, pelo IGP-M acumulado do período de reposição ou outro índice que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 166 Conceder-se-á ao servidor licença:

I - para o serviço militar;

II - para a atividade política;

III - para exercer cargo político;

IV - para o desempenho de mandato classista;

V - para tratar de interesses particulares;

VI - para tratamento de saúde;

VII - por acidente em serviço ou moléstia profissional;

VIII - por motivo de doença em pessoa da família;

IX - à maternidade e à paternidade;

XI - para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;

XII - para exercer cargo comissionado.

§1º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso II, III, VI, VII e VIII deste artigo;

§2º A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;

§3º A competência para deferir ou não pedidos de licença pertence ao dirigente máximo da entidade a que o servidor estiver vinculado;

§4º O servidor que se ausentar da Administração Municipal, pela concessão de quaisquer das licenças, sem remuneração, contidas

nos incisos do caput, deverá contribuir, obrigatoriamente, ao IPRECAL, na forma estabelecida na Lei municipal nº 2537/2001; § 5º A falta de contribuição ao IPRECAL ensejará a remessa de notificação oficial ao servidor para em 30 (trinta) dias efetuar sua quitação, sob pena de em não o fazendo ter sua licença suspensa por ato do Chefe do Poder Executivo; § 6º Caso a licença seja suspensa, na forma do §5º deste artigo, e o servidor não retornar às suas atividades em 5 (cinco) dias, será exonerado de ofício pelo Chefe do Poder Executivo, após a instauração do devido processo disciplinar.

Seção II

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 167 Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, sem remuneração, na forma e condições previstas na lei federal nº 4375/64 e demais legislações específicas, mediante a apresentação do documento oficial que comprove a incorporação.

Parágrafo único. Concluída a prestação do serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias, sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo, sob pena da configuração de abandono e conseqüente exoneração.

Seção III

Da Licença para Atividade Política

Art. 168 Nos termos da legislação federal específica, o servidor que pleitear candidatura à cargo eletivo, municipal, estadual ou federal, fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da sua remuneração.

Parágrafo único. Ao servidor que, eleito, for investido em mandato, aplicam-se às disposições do art. 169, desta lei.

Seção IV

Da Licença para Exercer Cargo Político

Art. 169 Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração, não sendo este período considerado para efeitos de progressão funcional;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador ou vice-prefeito:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

Parágrafo único. Efetivada a licença do cargo, o servidor contribuirá para o IPRECAL, como se em exercício estivesse, sobre a remuneração-de-contribuição de seu cargo de provimento efetivo, nos termos da Lei municipal nº 2537/2001.

Seção V

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 170 É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para o desempenho de mandato classista em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria, com ou sem a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença terá a duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

Art. 171 Somente serão licenciados servidores eleitos para o cargo de direção ou representação nas referidas entidades, fixando-se o número máximo de 02 (dois) servidores durante o mesmo período.

Art. 172 Caso a carga horária da jornada dos servidores públicos

encontre-se reduzida à licença não será concedida, devendo os trabalhos do mandato classista, serem realizados em horários distintos ao do estimado para o desenvolvimento do cargo público.

Seção VI

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 173 A critério da Administração Pública, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo e detentor de estabilidade licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 12 (doze) meses consecutivos, sem remuneração.

§1º A licença não poderá ser prorrogada;

§2º O requerimento para nova licença para tratar de assuntos particulares apenas poderá ser realizado e concedido após decorridos 5 (cinco) anos, a contar do primeiro dia de seu retorno.

Art. 174 Não se concederá licença para tratar de interesses particulares ao servidor que:

I - esteja em estágio probatório;

II - se encontre respondendo a processo disciplinar;

III - se encontre no período de readaptação estabelecido pelo art. 62;

IV - se encontre em disponibilidade;

V - se encontre pagando reposição ou indenização ao erário municipal, ressalvada a possibilidade de quitar o débito em parcela única para poder licenciar-se.

Art. 175 Quando da concessão da licença para tratar de interesses particulares a Administração Municipal deverá promover o apensamento à ficha funcional do servidor, uma justificativa que comprove a desnecessidade da presença do mesmo, registrando ainda que não será contratado em nenhuma hipótese, qualquer temporário para suprir a vaga, bem como deverá ser juntado pelo Serviço de Pessoal relatório contendo:

I - registro informando a ausência de processo disciplinar, inicial ou em andamento;

II - registro informando a ausência de procedimento de readaptação inicial ou que o servidor se encontre no período dos primeiros 12 (doze) meses de avaliação estabelecido na forma do art. 62;

III - registro informando a inexistência de processo de disponibilidade;

IV - registro e juntada de Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria de Finanças atestando a inexistência de débitos com a Fazenda Pública.

Seção VII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 176 A licença para tratamento da saúde será concedida ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, sendo mantidos seus vencimentos integrais, podendo ser concedida a pedido ou de ofício, com base no laudo da perícia médica.

Parágrafo único. Fica expressamente proibido, durante o período de licença para tratamento de saúde, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno.

Art. 177 A licença para tratamento de saúde dependerá, para ser concedida, da conclusão da junta médica oficial do Município ou credenciada por este.

§1º Quando se tratar de ausência de até 5 (cinco) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, desde que informe com precisão:

I - o nome do servidor;

II - o número do CPF;

III - o período de afastamento;

IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades;

§2º Na hipótese de licença igual ou superior a 6 (seis) dias será necessária avaliação médica a cargo do médico perito oficial do Município ou credenciada por este para tal fim;

§3º No caso da licença advir de problema odontológico, o caso será apreciado por detentor de cargo de provimento efetivo de Dentista, dos quadros funcionais da Administração Municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo para tal fim, no início de cada ano, através de decreto;

§4º Findo o prazo de licença, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, a sua função originária ou a função advinda de processo de reabilitação, pela prorrogação da licença ou pela remessa do processo de inspeção para o IPRECAL, para protocolo e análise da possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez .

Art. 178 O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 179 O servidor em licença para tratamento de saúde não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença.

Parágrafo único. Em todas as inspeções médicas o servidor poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança.

Art. 180 A licença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Seção VIII

Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional

Art. 181 O servidor acidentado em serviço ou portador de moléstia profissional, devidamente atestada pelo médico perito oficial, fará jus a licença com vencimentos integrais.

Parágrafo Único. Será observado, no que couber, as disposições referentes a licença para tratamento de saúde.

Art. 182 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental, sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, observado o contido nos §§1º a 3º do art. 58 desta lei.

Art. 183 A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias quando as circunstâncias o exigirem.

§1º O servidor deverá dar ciência do infortúnio, à Administração Municipal, imediatamente após a ocorrência do acidente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

§2º Na falta ou impossibilidade de comunicação por parte do servidor, podem formalizá-la seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.

Art. 184 Recebida e processada a informação do acidente, o Serviço de Pessoal deverá providenciar a remessa dos documentos e dados coletados ao IPRECAL, para que se efetive registro do incidente em seu cadastro de segurado.

Art. 185 Não é considerada agravação ou complicação de acidente em serviço a lesão que, resultante de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Seção IX

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 186 Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos filhos de qualquer natureza, inclusive os enteados e dos pais, mediante a comprovação da doença pelo médico perito oficial ou credenciada para tal fim.

§1º A licença apenas poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do seu cargo ou mediante a compensação de horário, após parecer favorável do detentor do cargo de Assistente Social do Município;

§2º A licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 60 (sessenta) dias, após a emissão do parecer favorável do médico e da assistente social;

§3º Decorrido o período estabelecido no §2º o servidor deverá, obrigatoriamente, retornar à sua atividade ou solicitar licença para tratamento de interesses particulares, sem remuneração, observadas as disposições constantes dos artigos 173 a 175;

§4º O período de licença por motivo de doença em pessoa da família será integralmente computado para o desenvolvimento da carreira e aposentadoria, sendo recolhida a contribuição previdenciária para o IPRECAL, como se em atividade estivesse.

Seção X

Da Licença à Maternidade e à Paternidade

Art. 187 Será concedida licença à servidora gestante e a servidora mãe por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, em decorrência da gestação e por nascimento de seu filho, observado ainda o contido no art. 188.

§1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

§3º No caso de natimorto, decorridos 60 (sessenta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo;

§4º No caso de aborto legal devidamente atestado pelo médico perito oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 188 À servidora que adotar ou obtiver a tutela judicial definitiva de criança de até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença remunerada.

Art. 189 A licença não poderá ser acumulada com benefício por incapacidade concedido pelo IPRECAL ou com qualquer outra licença concedida pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento da licença, o benefício por incapacidade, deverá ser suspenso enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias, estabelecido na forma do art. 187.

Art. 190 Pelo nascimento, adoção ou obtenção de tutela judicial definitiva de criança de até 1(um) ano de idade, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Seção XI

Da Licença-Prêmio em Face de Direito Adquirido

Art. 191 O servidor efetivo e estável tem direito a 1 (um) mês consecutivo de gozo de licença-prêmio com remuneração integral composta de vencimento base e todas as vantagens de caráter permanente, após 5(cinco) anos de ininterrupto exercício, exceto quando tenha no período aquisitivo:

I - sofrido pena disciplinar de suspensão;
II - gozado qualquer licença sem remuneração;
III - faltado ao serviço injustificadamente;
IV - sofrido condenação por sentença penal transitada em julgado, considerada até o final do cumprimento da pena e retorno ao efetivo exercício de suas funções.
Parágrafo único. O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 192 O período de licença-prêmio não poderá ser convertido em pecúnia, ressaltado o direito adquirido, consagrado em legislação anterior a edição desta Lei.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata esta Seção não poderão ser acumuláveis.

Seção XII

Da Licença para Exercer Cargo Comissionado

Art. 193 O servidor que aceitar ocupar cargo de provimento comissionado, na esfera municipal, estadual ou federal, deverá licenciar-se de seu cargo de provimento efetivo.

§1º O período de ocupação do cargo comissionado será computado para todos os efeitos legais, excluída a avaliação do período de estágio probatório, sendo observado para implementação de progressão, a remuneração de seu cargo de provimento efetivo;

§2º Enquanto estiver provendo o cargo comissionado o servidor permanecerá contribuindo para o IPRECAL sobre a remuneração-de-contribuição decorrente de seu cargo efetivo;

§3º Fica vedada a percepção da remuneração estabelecida para o cargo comissionado na forma do §3º do art. 11, com qualquer verba decorrente de gratificação de função de confiança.

CAPÍTULO VI

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 194 A apuração do tempo de serviço, para qualquer efeito funcional, será feita em dias, que serão convertidos em anos.

Parágrafo único. O ano, para efeitos desta lei, será considerado como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 195 Além das faltas justificadas ao serviço, são considerados como de efetivo exercício para efeitos de disponibilidade os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - participação em programa de treinamento regularmente instituído;

IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

V - júri e outros serviços definidos em lei como obrigatórios;

VI - licença:

a) à maternidade e à paternidade;

b) para tratamento de saúde;

c) por acidente em serviço ou moléstia profissional;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

e) para o desempenho de mandato classista;

f) por convocação para o serviço militar;

g) para exercer cargo político;

h) para atividade política;

i) para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;

j) para exercer cargo comissionado no Município de Campo Alegre;
Parágrafo único. Não se contará para efeito de disponibilidade o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determinou sua demissão.

Art. 196 Para fins de aposentadoria, a contagem do tempo, observará expressamente o contido na Lei municipal nº 2537/2001.

CAPÍTULO VII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 197 É assegurado ao servidor o direito de requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer, aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 198 O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a quem estiver imediatamente subordinado o requerente ou através do superior hierárquico deste.

Art. 199 Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferida a primeira decisão, não podendo ser renovada.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o art. 198 deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 200 Caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.

§1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou proferido a decisão;

§2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 201 O prazo para interposição de pedido de reconsideração e de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo servidor, da decisão recorrida ou reconsiderada.

Art. 202 Os recursos poderão ser recebidos, com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da nova decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 203 O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo servidor, quando o ato não for publicado.

Art. 204 O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 205 A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração Municipal.

Art. 206 Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DISCIPLINAR

Seção I

Dos Deveres

Art. 207 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas,

ressalvadas às protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
VIII - guardar sigilo sobre assuntos tratados na repartição pública;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X - ser assíduo e pontual ao serviço;
XI - tratar com urbanidade e respeito as pessoas;
XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso do poder;
XIII - apresentar-se imediatamente a CMDC (Comissão Municipal de Defesa Civil), ou a órgão em que é subordinado, nos casos de situação de emergência ou de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência.
Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulado, assegurando-se ao representado o direito de defesa, nos termos da Constituição da República.

Seção II Das Proibições

Art. 208 Ao servidor, efetivo ou comissionado, é proibido:
I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos públicos;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;
V - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas e aos superiores hierárquicos, mediante manifestação escrita ou oral;
VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
VIII - exercer qualquer atividade ou função que não se relacione ao seu cargo durante o horário de expediente;
IX - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
X - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XI - proceder de forma desidiosa;
XII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XIV - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função ou com o horário de trabalho;
XV - comparecer ao trabalho em estado de embriaguez ou sob o efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência e a desenvoltura de seus atos;
XVI - possuir cargos, empregos ou funções definidos em lei como incompatíveis, observado o disposto nos artigos 76 e 77, desta lei.
Seção III
Das Responsabilidades

Art. 209 O exercício irregular de suas atribuições sujeita o servidor à responsabilidade nas instâncias administrativa, civil e criminal.
§1º A responsabilidade administrativa resulta da violação das normas estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, ou quaisquer outras leis ou regulamentos administrativos, e dá ensejo à aplicação de penalidades disciplinares;
§2º A responsabilidade civil consiste na obrigação que o servidor

tem de reparar o dano causado à Administração Pública ou a terceiros, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções públicas;
§3º A responsabilidade criminal é a que resulta do cometimento de crimes funcionais, assim tipificados em leis penais federais.

Art. 210 O servidor é responsável por todos os prejuízos que, nessa condição, causar ao patrimônio do Município, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único. Caracteriza-se a responsabilidade, entre outros:
I- pela sonegação de valores e objetos confiados a sua guarda ou responsabilidade;

II- por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos;

III- pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

IV- por qualquer erro de cálculo, informação incorreta, omissão de informação, manipulação ou adulteração de informações ou dados, que impliquem em arrecadação de receita em valor inferior, ou em pagamento de despesa em valor superior, àquele efetivamente devido;

V- pela aquisição de bens, materiais e serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou em volume e/ou com prazo de validade insuscetível de permitir sua eficaz utilização.

Art. 211 A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§1º A indenização de prejuízo culposamente causado ao erário, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, poderá ser liquidada, parceladamente, através de desconto de até 10% (dez por cento) da remuneração ou proventos de aposentadoria do causador do dano, salvo na hipótese de demissão do servidor, cassação de aposentadoria ou destituição de cargo em comissão, quando o desconto será feito sem observância de limite máximo, sobre as verbas rescisórias a que o servidor fizer jus;

§2º A indenização de prejuízo culposamente causado ao erário dependerá da extensão dos seus efeitos e do grau de culpabilidade do servidor;

§3º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário deverá ser quitada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observado o disposto no §2º do art. 108;

§4º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;

§5º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 212 Apurada a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo e não satisfeito o débito, será o respectivo valor inscrito em dívida ativa e promovida sua execução judicial, nos termos das Leis federais nº 4.320/64 e nº 6.830/80.

Art. 213 A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§1º Sempre que o ato omissivo ou comissivo configurar em tese hipótese de crime ou contravenção, deverá a autoridade administrativa providenciar a remessa, ao Ministério Público, de cópia dos documentos, papéis, informações ou processo administrativo disciplinar, para fins de apuração do ilícito penal;

§ 2º O ilícito penal sujeita o servidor a responder processo crime e:

I - aos efeitos legais da condenação;

II - a perda do cargo e inabilitação para função pública, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, que assim definir;

III - ao perdimento de bens obtidos ilicitamente em razão do

cargo.

Art. 214 A responsabilidade civil e administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 215 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES DISCIPLINARES

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 216 Constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro do cargo e da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Pública.

Parágrafo único. A infração disciplinar será punida conforme os antecedentes, o grau de culpa do agente, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências do ilícito.

Art. 217 São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função de confiança.

Art. 218 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 219 São circunstâncias agravantes da pena:

- I - a premeditação;
- II - a reincidência;
- III - o conluio;
- IV - a continuação;
- V - o cometimento do ilícito:
 - a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;
 - b) com abuso de autoridade;
 - c) durante o cumprimento da pena;
 - d) em público.

Parágrafo único. Caracteriza-se a reincidência quando o servidor comete nova infração ao regime disciplinar, depois de punido pela infração anterior.

Art. 220 São circunstâncias atenuantes da pena:

- I - haver sido mínima a cooperação do funcionário no cometimento da infração;
- II - ter o agente:
 - a) procurado espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências ou ter, antes do julgamento, reparado o dano civil;
 - b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiros;
 - c) confessada espontaneamente a autoria da infração ignorada ou imputada a outrem;

d) mais de 20 (vinte) anos de serviço com bom comportamento, antes da infração.

Art. 221 As penalidades disciplinares serão aplicadas:

- I - pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando se tratar de servidor vinculado ao respectivo Poder;
- II - pelo dirigente máximo, quando se tratar de fundação, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista.

Art. 222 A ação disciplinar prescreverá:

- I - em 5 (cinco) anos, quanto a infrações puníveis com pena de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança;
 - II - em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com pena de suspensão;
 - III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com pena de advertência;
- §1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido;
- §2º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente;
- §3º Interrompido o curso da prescrição, o prazo recomeçará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Seção II

Da Advertência

Art. 223 A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I a VI do art. 208, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 224 A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 3 (três) anos de exercício, se o servidor não houver nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Seção III

Da Suspensão

Art. 225 A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, bem como nos casos de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade mais grave.

Parágrafo único. A pena de suspensão não pode exceder a 90 (noventa) dias.

Art. 226 Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 227 A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de cinco anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Seção IV

Da Demissão

Art. 228 A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a Administração Pública, observadas as disposições constantes do Código Penal Brasileiro e das demais legislações pertinentes à matéria;
- II - abandono do cargo;

III - inassiduidade habitual;
IV - improbidade administrativa;
V - incontinência pública e conduta escandalosa, em serviço;
VI - insubordinação grave e injusta em serviço;
VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII - corrupção;
IX - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
X - quando o servidor tiver sofrido penalidade disciplinar de suspensão por mais de 2 (duas) vezes, no período de 12 (doze) meses de efetivo exercício;
Parágrafo único. A demissão incompatibiliza o ex-servidor com o exercício de cargo ou emprego público pelo período de:
I - 3 (três) a 7 (sete) anos, tendo em vista as circunstâncias atenuantes ou agravantes, estabelecidas nos artigos 219 e 220, nos casos dos incisos II, III, V, VI, VII e IX do caput;
II - 8 (oito) a 15 (quinze) anos, tendo em vista as circunstâncias atenuantes ou agravantes, estabelecidas nos artigos 219 e 220, nos casos dos incisos I, IV, VIII, e X do caput.

Art. 229 Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 230 Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por mais de 5 (cinco) dias, ainda que intercalados, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 231 Os atos de improbidade administrativa poderão ser constituídos:

- I - pelo enriquecimento ilícito;
- II - por lesão ao erário;
- III - por atentado contra os princípios da Administração Pública.

Art. 232 Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, efetivo ou comissionado, ou função pública, e notadamente:

- I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem de interesse, direto ou indireto que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do servidor público;
- II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços por qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal;
- III - utilizar, em obra ou serviço particular, veículo, máquinas ou equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou a disposição de qualquer entidade da Administração Municipal, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados pelos órgãos da Administração Pública;
- IV - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;
- V - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso medida, qualidade ou características de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer entidade da Administração Municipal;
- VI - adquirir, para si ou para outrem, no exercício do cargo ou função, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução ou à renda do servidor;
- VII - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- VIII - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

IX - incorporar, de qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da Administração Municipal;
X - usar, em proveito próprio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da Administração Municipal.

Art. 233 Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da Administração Pública Municipal, e especialmente:

- I - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer órgão integrante da Administração Pública Municipal, ou ainda a prestação de serviços por parte delas, por preço inferior ao de mercado;
- II - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- III - conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- IV - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- V - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas por lei;
- VI - frustrar a licitude do processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;
- VII - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- VIII - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;
- IX - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;
- X - utilizar, em obra ou serviço particular, veículo, máquinas ou equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou a disposição de qualquer entidade da Administração Municipal, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados pelos órgãos da Administração Pública.

Art. 234 Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e a lealdade às instituições, e notadamente:

- I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente ato de ofício;
- III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- IV - negar publicidade aos atos oficiais;
- V - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;
- VI - frustrar a licitude de concurso público;
- VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Art. 235 Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas, inclusive em legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

- I - nas hipóteses previstas no art. 232:
 - a) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
 - b) ressarcimento integral do dano, quando houver;
 - c) perda do cargo ou função pública;
 - d) suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos;
 - e) pagamento de multa civil de até 3 (três) vezes o valor do acréscimo patrimonial;
 - f) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios os incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio

majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos;

II - nas hipóteses previstas no art. 233:

- a) ressarcimento integral do dano, quando houver, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- b) perda do cargo ou função pública;
- c) suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos;
- d) pagamento de multa civil de até 2 (duas) vezes o valor do acréscimo patrimonial;

e) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios os incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa; jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

III - nas hipóteses previstas no art. 234:

- a) ressarcimento integral do dano, quando houver, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- b) perda do cargo ou função pública;
- c) suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos;
- d) pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente público;
- e) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios os incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa; jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 236 Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurado o processo de investigação destinado a apurar a prática de ato de improbidade. §1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento;

§2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se não contiver as formalidades estabelecidas no §1º, não sendo por tal fato impedida a representação ao Ministério Público;

§3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, na forma dos artigos 246 a 248 e 250 a 261, devendo obrigatoriamente nesta modalidade dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de atos de improbidade administrativa.

Art. 237 Havendo indícios fundados de responsabilidade, a Comissão representará ao Ministério Público ou a Procuradoria Geral do Município para que requeira em juízo à decretação do sequestro dos bens do agente público ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou casado dano ao patrimônio público.

§1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos artigos 822 e 825 do Código de Processo Civil Brasileiro; §2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras.

Art. 238 Detectadas a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, observado o contido nos artigos 76 e 77, a autoridade competente notificará o servidor, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário, não excedendo trinta dias para a sua apuração e regularização imediatas, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a Comissão, a ser composta por três servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto de apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicação, defesa e relatório;

III - julgamento;

§1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos

cargos em situação de acumulação ilegal, dos órgãos e entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico;

§2º A continuidade das fases do processo obedecerá ao disposto nos artigos 250 a 281;

§3º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplica-se à pena de demissão ou cassação da aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos em regime de acumulação ilegal, situação em que todos os órgãos ou entidades públicas envolvidas serão comunicadas, por ato oficial.

Seção V

Da Cassação da Aposentadoria ou Disponibilidade

Art. 239 Será cassada a disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 240 A aposentadoria do servidor público será cassada:

I - após revisão do processo de aposentadoria, for verificada irregularidade formal ou material;

II - por sentença transitada em julgado;

III - pela verificação da participação do servidor, quando ativo, em atos que lesaram o erário municipal;

IV - pela verificação da participação do servidor inativo, em atos que lesaram o erário municipal.

Seção VI

Da Destituição de Cargo em Comissão e Função de Confiança

Art. 241 A destituição de cargo em comissão será promovida em relação ao servidor ocupante exclusivamente de cargo comissionado nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata caput, a exoneração efetuada nos termos do art. 92 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 242 Aplica-se ao servidor efetivo que exerça função de confiança o disposto no art. 241.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 243 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, que apure o ilícito administrativo cometido, assegurado ao acusado ampla defesa.

§1º Compete a Secretaria Municipal de Administração a apuração de que trata o caput, no âmbito da Administração Direta e Indireta e à Presidência da Câmara de Vereadores, no âmbito do Poder Legislativo;

§2º É dispensável a sindicância ou processo administrativo, nos casos em que são cabíveis as penas de advertência ou de suspensão de até 5 (cinco) dias;

§3º Na hipótese do parágrafo anterior, a penalidade disciplinar será aplicada pela chefia imediata, devendo, todavia, haver justificativa formal da punição, da qual o servidor será cientificado, podendo apresentar defesa, no prazo máximo de 3(três) dias úteis;

§4º Transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o ato de punição disciplinar, acompanhado da defesa quando esta tiver sido apresentada, será encaminhado ao Secretário Municipal de Administração ou ao Presidente da Câmara de Vereadores para reexame, com efeito suspensivo, cabendo a este decidir quanto à manutenção da penalidade ou sua anulação, comunicando-a ao servidor;

§5º Havendo recusa por parte do servidor em apor sua assinatura a fim de confirmar a ciência quanto à punição recebida, esta será

suprida pela assinatura de 2 (duas) testemunhas;
§6º Constatada a omissão no cumprimento da obrigação a que se refere o caput deste artigo, a autoridade competente designará a Comissão de que trata o art. 251;

§7º Por solicitação da autoridade a que se refere o caput do artigo, a apuração poderá ser promovida por autoridade de órgão ou entidade diverso daquele em tenha ocorrido à irregularidade, mediante competência específica para tal finalidade, delegada em caráter permanente ou temporário, pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do respectivo Poder, órgão ou entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração;

§8º A autoridade administrativa julgadora terá o prazo máximo de 15(quinze) dias úteis para proceder o julgamento.

Art. 244 As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada as autenticidades.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 245 O servidor que se encontrar sob sindicância ou respondendo a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicado.

Seção II Da Sindicância

Art. 246 A sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar ou punição do infrator.

§1º A sindicância dispensa a publicidade no seu procedimento quando se tratar de simples expediente de verificação de irregularidade;

§2º Quando a sindicância servir de base para punição, deverá dar-se ao sindicado ou ao sindicato ou associação de servidores a oportunidade de defesa, em relação à categoria de servidores envolvida.

Art. 247 Da sindicância poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II - aplicação de penalidades de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 248 Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função de confiança, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Seção III Do Afastamento Preventivo

Art. 249 Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO XI DO PROCESSO DISCIPLINAR Seção I Da Instauração

Art. 250 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 251 O processo disciplinar será conduzido por Comissão composta de 3 (três) servidores efetivos e estáveis designados pelo Chefe do Poder Executivo ou Legislativo, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§1º A Comissão terá como secretário o servidor designado por seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros;
§2º Não poderá participar de Comissão de sindicância cônjuge, companheiro, amigo íntimo, inimigo declarado ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau do servidor envolvido no processo.

Art. 252 A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das Comissões terão caráter reservado.

Art. 253 O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - instauração, com a publicação do ato que constituir a Comissão;
II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

§1º O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a Comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem;

§2º Sempre que necessário, a Comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega do relatório final;

§3º As reuniões da Comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção II Do Inquérito Administrativo Subseção I Disposições Gerais

Art. 254 O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em Direito.

Art. 255 Os autos da sindicância, quando esta tiver sido instaurada como procedimento preparatório destinado a colher indícios de autoria e materialidade de ilícito administrativo, integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Subseção II Da Instrução

Art. 256 Nesta fase do inquérito, a Comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo quando necessário a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 257 É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º O presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;

§2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 258 As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da Comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 259 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§1º As testemunhas serão inquiridas separadamente;

§2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 260 Concluída a inquirição das testemunhas, a Comissão promoverá o interrogatório do acusado, observado os procedimentos previstos nos artigos 258 e 259, desta lei.

§1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles;

§2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, podendo em caráter facultativo, reinquiri-las, por intermédio do presidente da Comissão.

Art. 261 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão proporá ao Secretário Municipal de Administração que ele seja submetido a exame por uma junta médica oficial, constituída para tal fim, dentre médicos do quadro funcional municipal ou credenciados, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Subseção III Da Defesa

Art. 262 Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da Comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe assegurado vista do processo na repartição;

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias;

§3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis;

§4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da Comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 263 O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à Comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 264 Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de circulação no

município ou no mural oficial da sede da Prefeitura Municipal, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 265 Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo único. A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo, sendo realizados os procedimentos para o julgamento.

Subseção IV

Do Relatório

Art. 266 Apreciada a defesa, a Comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor;

§2º Reconhecida à responsabilidade do servidor, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes existentes, na forma dos artigos 219 e 220.

Art. 267 O processo disciplinar, com o relatório da Comissão, será remetido ao Secretário Municipal de Administração e a autoridade que determinou sua instauração, que reunir-se-ão para processar o julgamento.

Seção III

Do Julgamento

Art. 268 No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 269 O julgamento acatará o relatório da Comissão, culminando com a demissão ou não do servidor, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 270 Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra Comissão, para instauração de novo processo.

Parágrafo único. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo;

Art. 271 Terminado o julgamento será a decisão publicada no mural da sede da Prefeitura Municipal e no órgão oficial de imprensa.

Art. 272 Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 273 Quando a infração estiver capitulada como crime ou contravenção, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando translado ou cópia autenticada na repartição.

Seção IV

Da Revisão do Processo Disciplinar

Art. 274 O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a

inadequação da penalidade aplicada.

§1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo;

§2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 275 No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Parágrafo único. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 276 O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Poder Legislativo, conforme o caso, que, se autorizar à revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de nova Comissão, na forma do art. 251, desta lei.

Art. 277 A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 278 A Comissão Revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por até 30 (trinta) dias quando as circunstâncias assim exigirem.

Art. 279 Aplicam-se aos trabalhos da Comissão Revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da Comissão do processo disciplinar.

Art. 280 O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 267.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 281 Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em Comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XII

DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR

Seção I

Da Previdência Social do Servidor Efetivo e Comissionado

Art. 282 Os servidores efetivos contribuirão para o custeio, em seu benefício, do Regime Próprio de Previdência observado critérios que preservem o equilíbrio atuarial e financeiro, na forma prevista na Lei municipal nº 2537/2001 e terão suas aposentadorias e pensões concedidas na forma estabelecida nesta e pela Constituição da República.

Art. 283 O servidor, exclusivamente, detentor de cargo em comissão será contribuinte obrigatório do Regime Geral de Previdência Social ficando vedado o pagamento de qualquer parcela previdenciária pelo Tesouro Municipal.

Seção II

Da Assistência Social do Servidor Efetivo e Comissionado

Art. 284 A assistência social do servidor efetivo não tem caráter

contributivo e compreenderá os seguintes benefícios:

I - Auxílios;

II - Serviço de Reeducação e Reabilitação Profissional.

§1º A assistência social não compreenderá qualquer pagamento ou despesa referente à assistência médica, ambulatorial ou hospitalar;

§2º A assistência médica aos servidores compreenderá a prestação de serviços através do SUS - Sistema Único de Saúde.

Art. 285 A assistência social do servidor comissionado não tem caráter contributivo e compreenderá apenas o Auxílio-Funeral, na forma prevista no art. 290.

Subseção I

Dos Auxílios

Art. 286 O Tesouro Municipal pagará os seguintes auxílios:

I - Auxílio-Reclusão;

II - Auxílio-Funeral.

Parágrafo único. Os auxílios serão estendidos aos servidores inativos.

Subseção II

Do Auxílio-Reclusão

Art. 287 À família do servidor ativo ou inativo, cuja remuneração ou proventos de aposentadoria mensais sejam inferiores ao limite disposto no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98, é devido o auxílio-reclusão.

§1º O valor do Auxílio-Reclusão corresponde à totalidade da remuneração do servidor em atividade;

§2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Art. 288 O auxílio estabelecido nesta Subseção não será devido quando a prisão decorrer do cometimento de crime funcional.

Art. 289 Havendo a possibilidade do pagamento de proventos pelo IPRECAL, a família do servidor inativo deverá optar entre o recebimento dos proventos de aposentadoria ou o valor pago a título de Auxílio-Reclusão, sendo vedada sua percepção conjunta.

Subseção III

Do Auxílio-Funeral

Art. 290 O Auxílio-Funeral será devido à família do servidor por ocasião de seu falecimento, em valor equivalente a Referência "A", do Sub-nível 11, do Nível 1 da Tabela de Vencimento, constante do Anexo V.

Parágrafo único. O Auxílio referido no caput será pago em parcela única, no prazo de 72 (setenta e duas) horas a partir do requerimento, por procedimento sumaríssimo, à pessoa da família ou responsável que houver custeado o funeral.

Subseção IV

Do Serviço de Reeducação e Reabilitação Profissional

Art. 291 O serviço de reeducação e reabilitação profissional tem por objetivo reeducar e readaptar os servidores que estão em licença prolongada para tratamento de saúde, bem como dos aposentados por invalidez, quando houver possibilidade de retorno às suas atividades funcionais.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

DO REGIME CELETISTA

Art. 292 As regras definidas para o Regime Celetista aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de emprego público.

Parágrafo único. O ocupante de emprego público na Administração Municipal terá sua relação de trabalho regida, exclusivamente, pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e legislação trabalhista correlata.

Art. 293 Poderá a Administração Municipal adotar o regime celetista para as atividades que definir, devendo criar o Plano de Carreira de Empregos, excetuando-se desta possibilidade as atividades exclusivas e típicas de Estado.

§1º Entendem-se por atividades exclusivas e típicas de Estado àquelas desenvolvidas em funções de fiscalização, planejamento, contabilidade e as carreiras jurídicas;

§2º É vedado submeter o regime definido no caput aos cargos públicos de provimento em comissão;

§3º A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego, observado o disposto nos artigos 15 a 21 e 26 a 28;

§4º Os detentores de emprego público não alcançarão sob nenhuma hipótese nesta condição a efetividade ou a estabilidade, adstritas ao servidor público estatutário;

§5º O empregado público não cumprirá o estágio probatório definido nos artigos 41 a 53, mas cumprirá o período de contrato de experiência de no máximo 90 (noventa) dias, nos quais terá seu desempenho avaliado, para dar-se a prorrogação de seu contrato por tempo indeterminado;

§6º O desempenho dos empregados públicos será avaliado em observância aos itens especificados no art. 336;

§7º O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da Administração Municipal nas seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482, da CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento próprio, no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos pela continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Art. 294 O ocupante de emprego público será contribuinte obrigatório do Regime Geral de Previdência Social ficando vedado o pagamento de qualquer parcela previdenciária pelo IPRECAL ou pelo Tesouro Municipal.

Art. 295 Ao detentor de emprego público será garantido o recolhimento do FGTS mensal, observadas as disposições contidas em lei federal.

Art. 296 A assistência social do ocupante de emprego público não tem caráter contributivo e compreenderá os auxílios previstos no art. 284.

Art. 297 Os deveres e as infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Título, serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, na forma estabelecida nos artigos 207 a 238 e 243 a 281.

Art. 298. Aplica-se ao ocupante de emprego público o disposto nos artigos 1º a 4º, 13 a 40, 56 a 64, 76 a 93, 95 a 108, 110 incisos I, III, VI e VII, 112 a 116, 118, 120, 127 a 140, 146 a 164, 166 a 172, 176 a 190, 193 a 281, 313 a 348.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL (CONTRATO TEMPORÁRIO)

Art.299 As regras definidas para o Regime Administrativo Especial aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de função pública, de natureza estritamente temporária em face de excepcional interesse público, nos termos definidos neste Título.

Art. 300 Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública ou estado de emergência;

II - combates a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamento;

IV - admissão de professor substituto;

V - admissão de professor para ministrar aulas em supletivo;

VI - realização de atividades especiais para atender o aumento de demanda por serviços públicos, devido a excesso de contingente populacional;

VII- realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, ou evitar o declínio, dos serviços públicos de caráter essencial;

VIII - a realização do Programa de Agentes Comunitários (PACS) e Programa da Saúde da Família (PSF), inclusive o Programa da Saúde da Família Bucal, observadas as determinações estabelecidas na legislação e no convênio federal;

IX - substituição de servidor licenciado com remuneração, até seu retorno;

X - substituição de servidor exonerado ou demitido;

XI - paralização do serviço público.

§1º Consideram-se atividades especiais, para os fins desta lei, todas as atividades públicas que estejam ligadas à preparação, reestruturação ou manutenção da cidade para asseguramento do turismo, e que exijam, justificadamente, pessoal exterior aos quadros da administração, não importando a área funcional ou Secretaria Municipal em que se fizerem necessárias, devendo ao processo de contratação ser anexado projeto detalhado que justifique a contratação;

§2º Consideram-se atividades suplementares, para os fins desta lei, todas as atividades públicas que se prestem, direta ou indiretamente, a regularizar o padrão mínimo indispensável dos serviços públicos de natureza essencial, e que exijam, justificadamente, pessoal exterior aos quadros da administração, enquanto não for implementado concurso público para suprimir a necessidade;

§3º Cabe ao Chefe do Poder Executivo, através de decreto, subscrito conjuntamente com os respectivos Secretários Municipais contratantes, dispor sobre as situações administrativas que exijam atividades especiais e atividades suplementares, observando-se os seguintes requisitos:

I - antes da elaboração do decreto, deverá a Secretaria Municipal interessada, através de ato fundamentado por escrito, circunstanciado e comprovado, demonstrar ao Prefeito Municipal a necessidade de atividades especiais ou suplementares;

II - no ato mencionado no inciso I, se especificará, além de outras questões que se fizerem necessárias:

a) o número de servidores temporários exigidos e as funções que deverão desenvolver;

b) o número de servidores permanentes existentes, as funções que estejam exercendo, as funções que, transitoriamente, deixaram de exercer, e as funções que, eventualmente, excedam as atividades com as quais estejam habilitados, a qualquer título, a tratar;

c) a dotação orçamentária específica para o atendimento das futuras despesas de pessoal, decorrentes das contratações solicitadas;

d) o vencimento que deverá perceber cada servidor temporário em suas respectivas funções públicas;

e) minuta do edital de publicação, para os fins do art. 301, desta

lei;

III - Além da necessária e suficiente motivação, deverá incorporar-se ao decreto, através de anexos, os dados especificados nos incisos anteriores;

§4º O decreto, assim como todos os atos administrativos posteriores que lhe derem consecução, serão publicados na forma do estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 301 O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, na qual se comunicará o número necessário de servidores temporários, as respectivas funções e vencimento, bem como outras informações que se fizerem necessárias.

§1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade prescindirá de processo seletivo;

§2º A contratação de pessoal, nos casos dos incisos VI e VII do art. 300, poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae;

§3º O tempo de serviço público prestado em função, cargo ou emprego similar ao exigido para contratação, poderá servir como título para o processo seletivo, mediante critérios pré-estabelecidos no ato de divulgação.

Art. 302 As contratações serão feitas por tempo determinado, observado os seguintes prazos máximos:

I - seis meses, no caso dos incisos I, II, VII e X do art. 300;

II - doze meses, no caso do inciso III, IV, V, e VI do art. 300;

III - até vinte e quatro meses, no caso dos incisos VIII, IX e XI do art. 300.

Parágrafo único. Poderá haver apenas uma prorrogação, devidamente justificada e comprovada, por ato do Secretário Municipal contratante, desde que o período de prorrogação, somado ao período originário, não exceda o prazo máximo definido para cada hipótese de contratação;

Art. 303 As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

§1º Os órgãos ou entidades contratantes encaminharão à Secretaria da Administração Municipal, para controle da aplicação do disposto nesta lei, cópia dos contratados efetivados;

§2º Acaso ocorrerem contratações ou prorrogações contratuais sem respeito às formas e prazos estabelecidos nesta lei, deverão as despesas delas decorrentes serem lançadas à responsabilidade financeira do Secretário Municipal.

Art. 304 Os contratos a serem firmados terão redação jurídica determinada pela Assessoria Jurídica do Município, neles devendo constar todos os direitos e deveres dos prestadores de serviços temporários, a que fizer remissão esta lei.

Parágrafo único. A relação contratual estabelecida entre os servidores temporários e a Administração Pública do Município de Campo Alegre têm natureza jurídico-administrativa, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao Direito Administrativo, não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista.

Art. 305 O provimento na função pública deverá ser precedido de expedição de decreto para cada prestador temporário em particular.

Parágrafo único. O ato administrativo descrito no caput deste artigo deverá ser publicado no mural oficial da sede da Prefeitura Municipal, durante no mínimo 15 (quinze) dias.

Art. 306 Ao pessoal contratado nos termos desta lei aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40, da Constituição da República.

Art. 307 É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos indevidamente.

Art. 308 A remuneração do pessoal contratado nos termos deste Título será fixada:

I - nos casos dos incisos IV, V, VI e VII do art. 300, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, II, III e VIII do art. 300, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como padrão de remuneração.

Art. 309 O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a nenhum tipo de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência e oportunidade do serviço público.

§1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

§2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia, referente ao restante do contrato;

§3º É vedado o recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os contratados na forma deste Título.

Art. 310 O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, no período semestral subsequente ao término do contrato, com fundamento nesta lei, salvo na hipótese prevista no parágrafo único do art. 302, mediante prévia autorização do Prefeito Municipal em conjunto com o Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua nulidade, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades e servidores envolvidos na sua violação.

Art. 311 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Título, serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, na forma estabelecida nos artigos 207 a 238 e 243 a 281.

Art. 312 Aplica-se aos contratados na forma deste Título, no que couber, os deveres, proibições e responsabilidades dispostas nos artigos 207 a 215, desta lei.

TÍTULO V DO PLANO DE CARREIRA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 313 O Plano de Carreira constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de cargos, vencimento e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Campo Alegre.

1º O Plano de Carreira de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores, ficando aprovado nos moldes deste Título a nova estrutura de cargos de provimento efetivo e comissionado do Poder Executivo, observado o contido nos Anexos I e II; §2º A estrutura de cargos do Poder Legislativo será fixada mediante Resolução, observado o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 314 Para efeito da aplicação desta lei é adotada a seguinte conceituação:

I - Categoria Funcional: é o conjunto de cargos de provimento comissionado e efetivo reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

II - Plano de Cargos: é a estrutura administrativa adotada para a distribuição dos cargos;

III - Carreira: é o agrupamento de cargos de provimento efetivo (Anexo I) e cargos de provimento em comissão (Anexo II), integrantes do Plano de Cargos, em Níveis e Referências observados a natureza e complexidade das atribuições, habilitação profissional através da qual se dará a progressão funcional, por merecimento, em face da avaliação de desempenho ou por cursos de formação e/ou capacitação, nos termos desta lei;

IV - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstos no Plano de Cargos (Anexo I e II) e Tabela de Vencimento (Anexo V), de acordo com a área de atuação e formação profissional;

V - Nível: constituem os degraus de elevação da Carreira;

VI - Sub-nível: constituem os degraus de elevação dos padrões de vencimento estabelecidos para cada Nível;

VII - Referência (Alíneas): consiste na graduação ascendente, existente em cada Nível;

VIII - Tabela de Vencimento: o valor estabelecido em moeda corrente correspondente a cada cargo;

IX - Lotação: é o órgão onde o servidor designado deverá desempenhar as suas atribuições.

§1º - A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata as cargas horárias semanais definidas no Anexo I, excluídos os cargos de Médico II e Odontólogo II, cujo valor da carga horária será proporcionalmente acrescido pelo exercício de 40 (quarenta) horas semanais no desempenho do Programa de Saúde da Família;

§2º - Aplica-se o cálculo da proporcionalidade para o pagamento do vencimento, exclusivamente, para os profissionais médicos que laborarem no Programa de Saúde da Família.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Capítulo II

Da Composição

Art. 315 Os cargos de provimento efetivo e os cargos de provimento em comissão do Poder Executivo obedecerão à composição estipulada neste Capítulo.

Art. 316 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 4 (quatro) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.

Art. 317 As Categorias Funcionais, abrangendo as diversas

carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I - Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior;

II - Categoria Funcional ANI - Atividades de Nível Intermediário;

III - Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico;

IV - Categoria Funcional AS - Administração Superior.

Parágrafo único. As categorias funcionais elencadas nos incisos I a III terão em sua estrutura funções de confiança, na forma estabelecida pelo Anexo III, respeitada em sua composição as atribuições de chefia, direção e assessoramento, observando-se o contido no §3º do art. 7º, desta lei.

Capítulo III

Das Categorias Funcionais

Art. 318 A Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de ciências, controle, administração, tecnologia e ciências humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional.

Art. 319 A Categoria Funcional ANI - Atividades de Nível Intermediário congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades técnico-profissionais estejam relacionadas com o apoio às atividades administrativas, contábeis, financeiras, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de 2º grau, científico, técnico ou profissionalizante;

Art. 320 A Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade máxima de 1º grau completo.

Art. 321 A Categoria Funcional AS - Administração Superior congrega os cargos em comissão, regidos pelo critério de escolha da confiança, aos quais são inerentes as atividades de direção, chefia e assessoramento.

Capítulo IV

Da Lotação

Art. 322 Os servidores serão lotados em Unidades Administrativas, entendendo-se estas como o órgão local, com denominação própria, pertencente à estrutura orgânica da Administração Pública Municipal, inclusive suas autarquias e fundações, no qual o servidor exercer suas atribuições.

Art. 323 O Quadro de Lotação do Poder Executivo obedecerá ao fixado no Anexo VI.

Parágrafo Único. Anualmente o Poder Executivo apresentará ao Poder Legislativo, junto com sua proposta orçamentária, o Quadro de Lotação que vigorará no ano subsequente.

Capítulo V

Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos

Art. 324 Os atuais servidores municipais, excluídos os profissionais do Magistério Público Municipal, serão reenquadrados no Plano de Carreira de que trata esta lei, observada a transposição dos cargos, obedecido o seguinte critério:

I - Os servidores que possuem até 05 (cinco) anos de serviço prestado à Administração Pública do Município de Campo Alegre, suas autarquias e fundações, contados desde a entrada em exercício, serão reenquadrados na referência "A" do primeiro sub-nível do

respectivo nível do cargo, ou na referência imediatamente superior ao vencimento base atual do servidor.

II - VETADO

Art. 325 O reenquadramento estabelecido no art. 324 observará ainda a proporção de 1(um) sub-nível a cada 10 (dez) anos de serviço prestado a Administração Pública do Município de Campo Alegre, nas suas autarquias e fundações, obedecido o seguinte critério:

I - Os Servidores que possuem entre 10 (dez) e 15 (quinze) anos de serviço prestado à Administração Pública do Município de Campo Alegre, suas autarquias e fundações, contados desde a entrada em exercício serão reenquadrados na referência "A" do segundo sub-nível do respectivo nível do cargo ou referência imediatamente superior ao vencimento base atual do servidor.

II - VETADO

Art. 326 Aos servidores com mais de 20 (vinte) anos de serviço prestado ao Município de Campo Alegre, na data da publicação desta lei, fica garantido o reposicionamento na vertical, no terceiro sub-nível, na referência "A" do nível do cargo, ou na referência imediatamente superior ao vencimento base atual do servidor.

Art. 327 Para efeitos de reenquadramento o tempo de serviço público municipal a ser computado compreende, exclusivamente, aqueles exercidos na Administração Municipal de Campo Alegre, nas seguintes condições:

I - laborado em caráter estatutário, em cargo de provimento efetivo ou em comissão;

II - laborado em caráter celetista;

III - laborado em caráter temporário.

Art. 328 Os cargos efetivos, respeitadas as transposições, obedecerão à nova nomenclatura disposta no Anexo I.

Parágrafo único. O reenquadramento obedecerá à escolaridade e a complexidade das atribuições do ocupante dos cargos atuais, devendo ser realizado por ato formal do Chefe do Poder Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei.

Capítulo VI

Do Desenvolvimento Funcional

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 329 O Desenvolvimento Funcional do servidor compreende um esforço no sentido de criar e desenvolver habilidades e valores necessários ao exercício da função pública, bem como capacitá-lo tecnicamente para o desempenho das funções e comprometê-lo com os objetivos e finalidades de sua atuação e da Administração Pública como um todo.

§1º Compete a Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com os demais órgãos, a elaboração, a coordenação e a implementação dos programas de desenvolvimento dos servidores, devendo constar em proposta orçamentária os recursos indispensáveis à sua consecução;

§2º O desenvolvimento funcional poderá ser aplicado diretamente pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre, pelas autarquias e fundações, ou pela Câmara Municipal através da contratação de serviços especializados ou ainda pelo encaminhamento do servidor a organizações de ensino especializadas, conforme for o caso.

Art. 330 O desenvolvimento funcional contemplará a progressão na carreira do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, que já tenha sido aprovado no processo de avaliação do estágio probatório, nos termos dos artigos 41 a 53.

Parágrafo Único - VETADO

Art. 331 Compete à chefia imediata do servidor observar a aplicação e o cumprimento da Avaliação de Desempenho, sendo atividade inerente ao cargo ou função.

§1º Cabe também a chefia imediata observar deficiências técnicas ou as potencialidades do servidor a ela subordinado, solicitando à Secretaria Municipal de Administração, por escrito, aperfeiçoamento ou desenvolvimento por meio de cursos de treinamento;

§2º Caso a chefia imediata, investida em função de confiança, não realizar as Avaliações de Desempenho no prazo hábil e dentro dos padrões estabelecidos nesta lei, perderá 50% (cinquenta por cento) do valor pecuniário estabelecido para a função de confiança;

§3º Caso a chefia imediata, nomeada em cargo de comissão, não realizar as Avaliações de Desempenho no prazo hábil e dentro dos padrões estabelecidos nesta lei, perderá 50% (cinquenta por cento) do valor pecuniário estabelecido para o cargo em comissão;

§4º O servidor que não for avaliado ou não receber sua Avaliação de Desempenho deverá denunciar, por escrito, a chefia imediata ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou ao Chefe do Poder Legislativo, que tomará dentre outras as providências estabelecidas nos §§2º e 3º.

Seção II

Da Progressão Funcional

Art. 332 A progressão funcional do servidor estável, ocorrerá:

I - horizontalmente, dentro do sub-nível:

a) após processo de avaliação de desempenho, na proporção de 1 (uma) referência a cada 2 (dois) anos;

b) por capacitação, na proporção de 1 (uma) referência observado o contido no art. 338, 339 e 340.

II - verticalmente, dentro do mesmo nível, por experiência profissional adquirida no cargo, porém sendo considerada ainda, o resultado da avaliação de desempenho do servidor.

§1º O limite para progressão horizontal é a última referência do terceiro sub-nível do cargo;

§2º A progressão vertical entre cargos diversos dar-se-á por concurso público;

§3º Caso o servidor alcance à última referência do sub-nível antes de completar 10 (dez) anos de experiência profissional no cargo, o deslocamento, se houver será para a primeira referência do sub-nível seguinte do cargo.

Seção III

Da Progressão Horizontal

Art. 333 A progressão horizontal dar-se-á a cada período de 2 (dois) anos, no mês de aniversário do dia em que o servidor entrou efetivamente em exercício, desde que tenha obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos, na soma das duas avaliações de desempenho anuais.

§1º A progressão obtida pela avaliação de desempenho positiva será paga no primeiro mês imediatamente posterior a sua realização;

§2º A avaliação de desempenho será realizada anualmente pela chefia imediata do servidor, acompanhada do Secretário Municipal de Administração e do Secretário Municipal responsável pela área, no mês de aniversário do dia em que o servidor entrou efetivamente em exercício.

Art. 334 A avaliação de desempenho compreenderá as seguintes etapas:

I - ponderação dos itens de avaliação;

II - preenchimento do formulário, auto-avaliação e avaliação do superior hierárquico, conforme Anexo VII;

III - reunião com o servidor;

IV - envio da avaliação para o Serviço de Pessoal tabular;

§1º Fica assegurado ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo nomeado para exercer cargo em comissão o direito de uma

avaliação de desempenho, com progressão funcional, no mês de sua exoneração, desde que o período abrangido seja superior a 2 (dois) anos e inferior a 3 (três) anos;

§2º Somente serão avaliados os servidores que trabalharam efetivamente, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido para cada avaliação anual;

§3º Se na data especificada para a avaliação o servidor encontrar-se afastado por motivo de licença, remunerada ou não, a avaliação será realizada após o seu retorno, desde que se dê num prazo máximo de 90 (noventa) dias, sendo que decorrido este prazo o servidor aguardará novo processo de avaliação;

§4º Caso o servidor tenha sido lotado em outro órgão ou readaptado a documentação referente à Avaliação de Desempenho será encaminhada à nova chefia, bem como quando houver a mudança de chefia de uma área.

Art. 335 A ponderação dos itens de avaliação será discutida entre a Secretaria Municipal de Administração e as chefias imediatas dos servidores, sendo que poderão ser escolhidos pesos diferentes para cargos de horistas e menselistas dentro da mesma Secretaria Municipal.

§1º Os itens da avaliação e os pesos utilizados serão pré-fixados em janeiro de cada ano;

§2º A primeira avaliação de desempenho realizada por força do disposto nesta lei, terá seus itens e pesos estabelecidos até 30 (trinta) dias após a publicação desta, e observará:

I - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício do seu cargo encontra-se posicionada dentro o período de 1º de janeiro de 2002 à data de publicação desta lei, será processado relatório referente a tal período, que será levado em consideração e computado para efeitos de sua primeira Avaliação de Desempenho, contendo:

- a) nome e matrícula funcional;
- b) registro de advertência, suspensão ou qualquer outro procedimento disciplinar, na vigência da Lei Municipal nº 2.303/98 e outras atinentes à matéria;
- c) registro de seu ponto de frequência;
- d) registro de qualquer dano material causado ao patrimônio público;

II - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo encontrar-se registrado após a data da publicação desta Lei, será levado em consideração e acrescido à primeira Avaliação de Desempenho todo o lapso temporal compreendido entre a data de publicação da dispensa legal a data de publicação deste diploma legal e a data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo;

§3º As avaliações deverão ser assinadas pelo chefe imediato, na condição de avaliador, pelo servidor avaliado, pelo Secretário Municipal da área e pelo Secretário de Administração;

§4º No caso do Poder Legislativo, as avaliações deverão ser assinadas pelo Chefe do Poder Legislativo.

Art. 336 O número de itens escolhido deverá ser de no mínimo 5(cinco) e de no máximo 7 (sete), bem como o peso de cada item, entre 0 (zero) e 5 (cinco), desde que alcance obrigatoriamente, o montante de 25 (vinte e cinco), na soma total dos pesos.

§1º A avaliação de desempenho conterá os seguintes itens de avaliação:

I- Prestação do Serviço, que corresponde à capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área;

II- Qualidade, que corresponde à exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados;

III- Iniciativa, que corresponde à ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada;

IV - Relacionamento, que corresponde à habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa,

evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados;

V - Assiduidade e Pontualidade, que corresponde à maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata;

VI - Interação com a Equipe, que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo;

VII - Interesse, que corresponde à ação no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências;

§2º Serão utilizados os seguintes critérios de notas para a avaliação:

I- conceito "A", equivale a 4 (quatro) pontos: Atende a expectativa, caso em que o servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

II- conceito "B", equivale a 2 (dois) pontos: Atende parcialmente às expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

III - conceito "C", equivale a 0 (zero) ponto: Não atende as expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

§3º Os conceitos definidos no §2º serão aplicados separadamente para cada item de avaliação elencado no §1º;

§4º Para efeito de resultado final de avaliação, computadas as 2 (duas) avaliações anuais, considerar-se-á a seguinte classificação, em face da média ponderada:

I - de 75 (setenta e cinco) a 100 (cem) pontos obtidos: o servidor atende as expectativas;

II - de 35 (trinta e cinco) a 74 (setenta e quatro) pontos obtidos: o servidor atende parcialmente às expectativas;

III - menos de 35 (trinta e cinco) pontos obtidos: o servidor não atende as expectativas;

§5º O servidor que em decorrência das avaliações de desempenho obtiver resultado inferior a 35 (trinta e cinco) pontos, terá sua carreira reavaliada pela Secretaria Municipal de Administração que tomará as providências cabíveis ao caso.

Art. 337 A avaliação final será analisada juntamente com o servidor que poderá manifestar, por escrito, através de Pedido de Reconsideração, concordância ou não com o resultado final, conforme Anexo VII-A.

§1º O Pedido de Reconsideração do servidor deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após a análise da avaliação final, devendo ser dirigida ao Secretário Municipal de Administração;

§2º Diante da manifestação escrita do servidor o Secretário Municipal de Administração despachará pela procedência ou não da reanálise, observando todos os documentos constantes da pasta funcional do avaliado e a realização de nova reunião com a chefia imediata e o servidor;

§3º Acatado o pedido, será a nova tabulação encaminhada para o Serviço de Pessoal processar a progressão.

Art. 338 A progressão horizontal por capacitação será concedida na proporção de 1(uma) referência, para ocupantes da Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior, durante o período de Avaliação de Desempenho, por conclusão de:

I - curso de pós-graduação em nível de especialização;

II - curso de mestrado ou doutorado;

III - cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, isolados ou não, que perfaçam a carga horária mínima de 150 (cento e cinquenta)

horas;

IV - curso de aprimoramento em políticas públicas, ministrado por Escola de Governo.

§1º O curso concluído deverá estar vinculado à área de atuação do servidor, contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§2º O servidor, quando do início de suas atividades de capacitação, deverá informar à Secretaria Municipal de Administração da realização do curso pretendido, juntando material e programação do mesmo, cabendo ao dirigente do órgão pronunciar-se previamente sobre a validação ou não do curso pretendido para efeitos de progressão horizontal;

§3º Para fazer jus a concessão estabelecida no caput deste artigo o servidor deverá, obrigatoriamente, ter obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos em suas duas últimas avaliações de desempenho somadas;

§4º Apenas serão levados em consideração cursos, na forma estabelecida nos incisos I e II do caput, iniciados ou em andamento após a publicação desta lei, não sendo sob nenhuma hipótese computados os concluídos anteriormente;

§5º Poderão ser computados todos os cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, na forma do inciso III do caput, em aprendizados iniciados em 01.01.2002 ou em andamento até a publicação desta lei;

§6º A concessão da progressão horizontal por capacitação, não impede a concessão de nova referência por progressão horizontal por Avaliação de Desempenho, na forma estabelecida pelos artigos 335 e 336;

§7º A concessão da progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2002 a 31.12.2004 não será validada caso o servidor possua neste:

I - advertências, suspensões ou punições graves, aplicadas mediante processo administrativo;

II - licenças ou afastamentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, excetuado o período de gozo de licença-prêmio, licença para tratamento de saúde, licença à maternidade e licença por adoção.

§8º A concessão de progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2005 a 31.12.2007 não será validada caso o servidor não tenha alcançado na Avaliação Final de Desempenho anterior a pontuação mínima de 150 (cento e cinquenta) pontos.

Art. 339 A progressão horizontal por capacitação será concedida na proporção de 1(uma) referência, para ocupantes da Categoria Funcional ANI - Atividades de Nível Intermediário, durante o período de Avaliação de Desempenho, por conclusão de:

I - cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, isolados ou não, que perfaçam a carga horária mínima de 150 (cento e cinquenta) horas;

II - curso de aprimoramento em políticas públicas, ministrado por Escola de Governo;

III - cursos técnico-profissionalizantes, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§1º O curso concluído deverá estar vinculado à área de atuação do servidor, contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§2º O servidor, quando do início de suas atividades de capacitação, deverá informar à Secretaria Municipal de Administração da realização do curso pretendido, juntando material e programação do mesmo, cabendo ao dirigente do órgão pronunciar-se previamente sobre a validação ou não do curso pretendido para efeitos de progressão horizontal;

§3º Para fazer jus a concessão estabelecida no caput deste artigo o servidor deverá, obrigatoriamente, ter obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos em suas duas últimas avaliações de desempenho somadas;

§4º Poderão ser computados todos os cursos de capacitação ou

aperfeiçoamento, na forma do inciso III do caput, em aprendizados iniciados em 01.01.2002 ou em andamento até a publicação desta lei;

§5º A concessão da progressão horizontal por capacitação, não impede a concessão de nova referência por progressão horizontal por Avaliação de Desempenho, na forma estabelecida pelos artigos 335 e 336;

§6º A concessão de progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2002 a 31.12.2004 não será validada caso o servidor possua neste:

I - advertências, suspensões ou punições graves, aplicadas mediante processo administrativo;

II - licenças ou afastamentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, excetuado o período de gozo de licença-prêmio, licença para tratamento de saúde, licença à maternidade e licença por adoção.

§7º A concessão de progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2005 a 31.12.2007 não será validada caso o servidor não tenha alcançado na Avaliação Final de Desempenho anterior a pontuação mínima de 150 (cento e cinquenta) pontos.

Art. 340 A progressão horizontal por capacitação será concedida na proporção de 1(uma) referência, para ocupantes da Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico, durante o período de Avaliação de Desempenho, por conclusão de:

I - curso do Ensino Fundamental (1º grau);

II - cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, isolados ou não, que perfaçam a carga horária mínima de 100 (cem) horas;

III - curso de aprimoramento em políticas públicas, ministrado por Escola de Governo;

IV - cursos técnico-profissionalizantes, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas;

V - cursos de Ensino Médio (2º grau).

§1º Os cursos indicados nos incisos II e III, deverão estar vinculados à área de atuação do servidor, contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§2º O servidor, quando do início de suas atividades de capacitação, deverá informar à Secretaria Municipal de Administração da realização do curso pretendido, juntando material e programação do mesmo, cabendo ao dirigente do órgão pronunciar-se previamente sobre a validação ou não do curso pretendido para efeitos de progressão horizontal;

§3º Para fazer jus a concessão estabelecida no caput deste artigo o servidor deverá, obrigatoriamente, ter obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos em suas duas últimas avaliações de desempenho somadas;

§4º Poderão ser computados todos os cursos de capacitação ou aperfeiçoamento, na forma do inciso III do caput, em aprendizados iniciados em 01.01.2002 ou em andamento até a publicação desta lei;

§5º A concessão da progressão horizontal por capacitação, não impede a concessão de nova referência por progressão horizontal por Avaliação de Desempenho, na forma estabelecida pelos artigos 335 e 336;

§6º A concessão de progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2002 a 31.12.2004 não será validada caso o servidor possua neste:

I - advertências, suspensões ou punições graves, aplicadas mediante processo administrativo;

II - licenças ou afastamentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, excetuado o período de gozo de licença-prêmio, licença para tratamento de saúde, licença à maternidade e licença por adoção;

§7º A concessão de progressão horizontal por capacitação no período compreendido entre 01.01.2005 a 31.12.2007 não será validada caso o servidor não tenha alcançado na Avaliação Final de Desempenho anterior a pontuação mínima de 150 (cento e cinquenta) pontos.

Seção IV Da Progressão Vertical

Art. 341 A progressão vertical dar-se-á dentro do mesmo nível e ocorrerá por experiência profissional adquirida, na proporção de 1 (um) sub-nível de progressão a cada 10 (dez) anos de experiência profissional adquirida no cargo atual.

Parágrafo único. A progressão vertical ficará suspensa por 2 (dois) anos, quando:

I - a soma das duas últimas avaliações de desempenho não alcançar 150 (cento e cinquenta) pontos, na forma do artigo 333;

II- houver punições graves, aplicadas mediante processo administrativo;

III - houver afastamento ou licença igual ou superior a 90 (noventa) dias, resultante de concessão de licença ou afastamento, nos 2 (dois) últimos anos, excetuando-se os casos do período de gozo da licença-prêmio em face de direito adquirido.

Art. 342 O enquadramento por ocasião da concessão da progressão vertical, será sempre na primeira referência do sub-nível imediatamente superior ao que se encontrar posicionado o servidor.

Parágrafo único. Somente será considerada, para efeito de aplicação da progressão vertical, a experiência profissional adquirida após a nomeação do cargo.

Capítulo VII Do Vencimento

Art. 343 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento efetivo é constituída de 6 (seis) Níveis, conforme Anexo V, sendo que cada Nível é subdividido em 3(três) subníveis de progressão profissional.

§1º Cada sub-nível terá 6 (seis) referências, onde se realizará a progressão horizontal do servidor;

§2º A nomeação, em caráter efetivo, será no nível do cargo de carreira para qual o candidato prestou concurso, no primeiro sub-nível, na referência "A";

§3º O vencimento determinado para cada servidor observará também o contido nos artigos 324 a 328.

Art. 344 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento em comissão obedecerá aos valores dispostos no Anexo II.

TÍTULO VI CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 345 Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, quando a disposição literal do artigo não se manifestar de forma contrária, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 346 Fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 28 (vinte e oito) de outubro, para comemorações do "Dia do Servidor Público", exceto para os integrantes do Magistério Municipal que comemoraram o "Dia do Professor" no dia 15 (quinze) do mesmo mês.

Art. 347 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento dos seus deveres.

Art. 348 Consideram-se servidores não estáveis aqueles admitidos na Administração Direta e Indireta sem concurso público de provas e provas e títulos após 5 (cinco) de outubro de 1983.

Art. 349 Aos integrantes do Magistério Municipal aplica-se no que

couver o disposto neste Estatuto, respeitado para todos os efeitos legais as determinações contidas no Estatuto do Magistério Municipal, aprovado em lei específica.

Art. 350 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 351 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 352 Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de setembro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19/09/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIORES	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01

17	ANS	6	Tera- peuta Ocupa- cional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Adminis- trativo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfer- magem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instru- tor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Adminis- trativo I	40 horas	00	05	Em ex- tinção
24	ANB	3	Agente Opera- cional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Edu- cador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Opera- cional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxi- liar de Odon- tologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Opera- cional I	40 horas	81	66	81

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO I - A

TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUN- CIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Supe- rior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Supe- rior em Assistên- cia Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Supe- rior em Biblioteco- nomia
04	ANS	Contador	Formação Supe- rior em Contabi- lidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Supe- rior em Enferma- gem
06	ANS	Engenheiro	Formação Supe- rior em Enge- nharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Supe- rior em Farmácia

08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Supe- rior em Fisio- terapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Supe- rior em Fonoau- diologia
10	ANS	Médico I	Formação Supe- rior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Supe- rior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Supe- rior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Supe- rior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Supe- rior em Odon- tologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Supe- rior em Odon- tologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Supe- rior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupa- cional	Formação Supe- rior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Adminis- trativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfer- magem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Adminis- trativo I	Ensino Funda- mental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacio- nal III	Ensino Funda- mental
25	ANB	Auxiliar de Edu- cador	Ensino Funda- mental
28	ANB	Auxiliar de Odon- tologia	Ensino Funda- mental
26	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental
27	ANB	Agente Operacio- nal II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacio- nal I	Alfabetizado

ANEXO I - B

QUADRO DE CARREIRAS ESPECÍFICAS

Psicólogo, Farmacêutico, Terapeuta Ocupacional	Nível	Subnível	Carga Horária Mensal	A	B	C	D	E	F
6A		63A	48 horas	828,10	852,94	878,53	904,89	932,03	959,99
		62A	48 horas	693,52	714,33	735,76	757,83	780,56	803,98
		61A	48 horas	580,81	598,23	616,18	634,67	653,71	673,32

(Inclusão conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO I - C

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO QUANDO VAGAREM

CARGO OCUPADO	CARGA HORÁRIA TOTAL	VENCIMENTO VALOR TOTAL
MÉDICO CLÍNICO GERAL	72	R\$ 1.207,46

(Inclusão conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO I - D

QUADRO DOS SERVIDORES INATIVOS EM EXTINÇÃO

NOME DO SERVIDOR INATIVO	VALOR PROVENTO	CARGO OCUPADO
EDITHE MARICLER VIRMOND	R\$ 1.052,09	FISIOTERAPEUTA (72,8 horas)
HERCÍLIO BUENO FRANCO	R\$ 1.962,07	SECRETÁRIO
RENATE TSCHOEKE	R\$ 1.362,12	TESOUREIRO
SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ	R\$ 1.533,31	DIRETOR DE FINANÇAS

(Inclusão conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO II

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO (*)

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 600,00
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 1.050,00
03	01	** Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 3.000,00
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 1.800,00
05	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 1.200,00

06	01	Diretor de Cultura e Desporto	Direção	R\$ 1.200,00
07	01	Diretor de Desenvolvimento Econômico	Direção	R\$ 1.200,00

* Dedicção em tempo integral

** Redação dada pela Lei Complementar nº 007, sancionada em 19 de setembro de 2002.

ANEXO II A

CARGOS COMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Administrador Distrital	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar, coordenar e executar programas e atividades sociais em distritos; 2. Auxiliar aos Secretários Municipais na implementação de projetos nos distritos, especialmente em saúde, educação e saneamento básico; 3. Elaborar e executar o levantamento de dados estatísticos da população dos distritos; 4. Promover todas as tarefas necessárias para a execução do desenvolvimento integrado entre a comunidade central e a população dos distritos; 5. Coordenar a apuração de custos dos serviços e obras municipais nos distritos; 6. Participar da elaboração do orçamento; 8. Estudar e propor métodos que racionalizem a execução de atividades sociais e administrativas nos distritos; 9. Auxiliar na coleta de cadastros para fins de recolhimentos tributários nos distritos; 10. Prestar informações e esclarecimentos à comunidade dos distritos acerca dos serviços públicos; 11. Auxiliar e colaborar com a Secretaria de Bem-Estar Social para o desenvolvimento de programas nos distritos que visem erradicar todos os tipos de carência social; 12. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 13. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Asses. Comunicação Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessorar a representação política e social do Prefeito Municipal; 2. Fazer as relações públicas do Governo Municipal, através do acompanhamento de periódicos locais, regionais e de grande circulação; 3. Manter o Prefeito Municipal informado sobre os noticiários de interesse da municipalidade; 4. Colaborar e executar boletins municipais; 5. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 6. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 7. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 8. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Assessor
Jurídico

1. Representar judicialmente o Município em processos em que o mesmo seja parte;
2. Representar o Município em Juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo as audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;
3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;
4. Participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
5. Elaborar projetos de Lei de Origem do Executivo;
6. Representar a Procuradoria Geral do Município quando designado, em comissões e conselhos de que a mesma faça parte;
7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como, em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª Instância emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos à julgamento;
8. Analisar Projetos de Lei de origem Legislativa, elaborando pareceres de forma à orientar o Chefe do Executivo;
9. Analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos;
10. Participar, analisar e emitir pronunciamentos e pareceres sobre qualquer etapa de todos os processos de licitação editados pela municipalidade;
11. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;
12. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado;
13. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;
14. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Chefe
de
Gabinete

1. Prestar assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos relacionados a representação política e social e a articulação com as autoridades públicas federais, estaduais e municipais;
2. Atender ao público, prestando informações e esclarecimentos, solucionando problemas em geral ou encaminhando-o à autoridade ou servidor que possa fazê-lo;
3. Acompanhar a tramitação dos projetos de lei na Câmara de Vereadores, bem como projetos de interesse municipal na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal;
4. Expedir e receber papéis e documentos, processos e materiais do Gabinete, providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento;
5. Colaborar na elaboração de relatórios e documentos, atendendo as normas ou exigências na área, quando de interesse do Gabinete;
6. Redigir documentos e expediente privativos do Chefe do Poder Executivo;
7. Informar processos administrativos;
8. Assistir aos Secretários Municipais e demais autoridades quando indicado pelo Prefeito Municipal;
9. Controlar e inspecionar trabalhos operacionalizados para o bom andamento dos trabalhos do Gabinete;
10. Coordenar e auxiliar eventos e promoções em geral;
11. Recepcionar autoridades em geral, e coordenar os trabalhos de cerimonial;
12. Coordenar a agenda de compromissos oficiais do Prefeito Municipal;
13. Acompanhar e controlar o arquivo do Gabinete;
14. Incumbir-se de outras tarefas e missões determinadas pelo Prefeito Municipal;
15. Manter o Prefeito Municipal informado do andamento de todos os convênios e projetos em andamento na Administração Municipal;

Diretor de Desenvolvimento Econômico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter intercambio com autoridades competentes para valorização das atividades relativas a agropecuária, turismo e indústria; 2. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem o turismo no município, em especial a divulgação do potencial hoteleiro rural; 3. Implementar ações que divulguem o município de Campo Alegre, em especial através da criação de guias, mapas, roteiros, anúncios e outros; 4. Promover o levantamento das atrações e potencialidades turísticas, bem como os problemas relacionados ao desenvolvimento turístico; 5. Estimular a criação e o desenvolvimento de sociedades, agremiações e clubes que direta ou indiretamente fomentem o turismo em Campo Alegre; 6. Apoiar e orientar a iniciativa privada no setor turístico e industrial, promovendo a captação de recursos financeiros; 7. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a agropecuária no município, em especial através da utilização de tecnologias que beneficiem o pequeno e médio produtor; 8. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a indústria, a valorização do emprego e a renda dos munícipes, bem como promova o controle e a preservação do meio ambiente e das belezas naturais no município; 9. Promover programas educativos e de extensão rural em integração com os órgãos estaduais e federais que atual no setor, visando elevar os padrões de produção e consumo de produtos agropecuários; 10. Atuar, dentro dos limites da competência municipal, como elemento regulador e fiscalizador do abastecimento da população; 11. Promover e executar programas de combate às pragas da lavoura e moléstias infecto-contagiosas dos animais; 12. Acompanhar o movimento econômico do Município mantendo o Prefeito Municipal informado de seus índices, através da emissão de documentos e relatórios que contenham informações precisas e pontuais; 13. Participar da elaboração do orçamento municipal; 14. Prestar informações técnicas sobre sua Diretoria perante qualquer órgão ou unidade administrativa; 15. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 16. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 17. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico.
--------------------------------------	---

Diretor de Desporto e Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal; 2. Acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal; 3. Atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as praticas desportivas; 4. Incentivar o desenvolvimento de valores novos, amadores ou profissionais, na diferentes modalidades esportivas; 5. Organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade; 6. Manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas; 7. Promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional; 8. Elaborar calendário das promoções esportivas e esportivo-educacionais do Município, patrocinadas pela Secretaria de Educação, Desporto e Cultura; 9. Zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto; 10. Prestar cooperação e assistência técnica às instituições de ensino do Município, a fim de desenvolver a pratica e a habitualidade do desporto; 11. Elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto; 12. Promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos; 13. Zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município; 14. Promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens; 15. Promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto e da cultura na terceira-idade; 16. Amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular; 17. Pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional; 18. Amparar grupos folclóricos municipais existentes; 19. Promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos; 20. Coordenar e administrar as atividades realizadas no anfiteatro, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos; 21. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 22. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 23. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretario Municipal de Educação, desporto e Cultura.
-------------------------------	--

Diretor-Executivo do IPRECAL	1. Representar o IPRECAL, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em especial perante o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
	2. Participar das reuniões do Conselho Administrativo;
	3. Movimentar as contas bancárias do IPRECAL;
	4. Gerenciar os recursos humanos do IPRECAL;
	5. Autorizar licitações e contratações para o bom andamento dos trabalhos do IPRECAL;
	6. Prestar contas de sua administração;
	7. Prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes ou pelos beneficiários;
	8. Encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;
	9. Apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.
	10. Realizar os procedimentos relativos a implementação da Compensação Previdenciária;
	11. Manter em perfeita ordem os documentos, relatórios e quaisquer expedientes do IPRECAL;
	12. Atender a todas as determinações contidas na legislação federal para concessão positiva da CRP - Certidão de Regularidade Previdenciária;
	13. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;
	14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;
	15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras e Serviços Públicos	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Bem Estar Social	Chefia	FG-1

09	01	Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Secretaria da Junta Militar	Chefia	FG-2
11	01	Chefe de Controle de Autorização de Internação Hospitalar	Chefia	FG-2
12	01	Chefe de Assistência à Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Assessor de Controle e Avaliação da Saúde	Assessoria	FG-2
14	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço Comércio, Indústria e Turismo	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 500,00
FG-2	R\$ 250,00

(Inclusão conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções
Atribuições e Responsabilidades
Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior
Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Representar judicialmente o Município em processos em que o mesmo seja parte; 2. Representar o Município em Juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo as audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável; 3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada; 4. Participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito municipal; 5. Elaborar projetos de Lei de Origem do Executivo; 6. Representar a Procuradoria Geral do Município quando designado, em comissões e conselhos de que a mesma faça parte; 7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como, em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª Instância emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos à julgamento; 8. Analisar Projetos de Lei de origem do Poder Legislativo, elaborando pareceres de forma a orientar o Chefe do Poder Executivo; 9. Analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos; 10. Participar, analisar e emitir pronunciamentos e pareceres sobre qualquer etapa de todos os processos de licitação editados pela municipalidade; 11. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Direito - Registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área do Direito Público.
*****	*****	Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na lei federal nº 8906/94.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor público nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação; 2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal; 3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho, etc; 4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se auto determinem quanto à vida funcional; 5. Articular com outras Secretarias Municipais e órgãos do Município a implantação de projetos na área social; 6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais no Município; 7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; 8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; 9. Participar na organização e realização de eventos populares; 10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetadas pelas mesmas; 11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados da APAE, dos grupos, postos de saúde e escolas; 12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, de prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; 13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias; 14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; 15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes, nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); 16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; 17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares, que contribuem na execução de trabalhos da área do Serviço Social; 18. Intermediar a relação do Poder Público com a comunidade, detectando focos de carência, a fim de garantir um atendimento eficaz; 19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; 20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 21. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais no município; 22. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sócio-econômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos pelo IPRECAL, nos termos da legislação de sua constituição; 23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 24. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira - Curso Superior de Serviço Social; - Registro no Conselho Regional de Serviço Social; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Assistência Social
****	****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 8662/93.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Bibliotecário	1. Executar os serviços de registro, catalogação e classificação de livros, folhetos, periódicos, outros materiais especiais (mapas, filmes, etc), utilizando sistemas específicos para armazenamento e recuperação de informações, colocando-as à disposição dos usuários; 2. Executar serviços de indexação de jornais com matérias de interesse da Administração Municipal; 3. Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando ficha padrão para possibilitar busca e recuperação de informação; 4. Efetuar plano estatístico do movimento da biblioteca; 5. Atender e manter atualizado o controle de pedidos e empréstimos de livros; 6. Supervisionar os trabalhos de encadernação, restauração de livros e demais documentos, prestando orientação técnica para assegurar a conservação do material bibliográfico; 7. Contactar com escolas, postos de saúde e demais setores da municipalidade, visando assegurar o encaminhamento das atividades de rotina, com subsídios bibliográficos ou documentais; 8. Coordenar a realização de cursos para dinamizadores e professores, visando o uso adequado do acervo; 9. Manter intercâmbio de informações com pessoas e órgãos relacionados a área; 10. Auxiliar na promoção de concursos literários na área de educação e contribuir com as demais atividades educativas na área de saúde, meio ambiente, trânsito, ética, cidadania e outros temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, editados pelo Ministério da Educação, através de documentação pertinente; 11. Elaborar projetos para a criação, ampliação ou organização de bibliotecas nos diversos órgãos municipais; 12. Implementar métodos de disseminação da informação, visando o estímulo ao hábito da leitura e ao uso da comunicação técnico-científica; 13. Coordenar a distribuição do acervo bibliográfico, mobiliário e material de consumo para bibliotecas dinamizadas; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Biblioteconomia; - Registro no Órgão de Classe correspondente. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Biblioteconomia ou Arquivologia.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 4084/62.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade Municipal e controlar as transações financeiras; 2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; 3. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 7. Efetuar as prestações de contas; 8. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; 14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 16. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização; 17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; 18. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 19. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar tarefas correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Ciências Contábeis; - Registro no Conselho Regional de Contabilidade. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Contabilidade Pública.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-lei nº 9295/1946.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível:

6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Efetuar levantamento e diagnóstico, junto às equipes de saúde, essenciais ao planejamento de ações de Saúde Pública; 2. Estabelecer objetivos e metas para os serviços de saúde; 3. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde da unidade local e desta com a comunidade; 4. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promover orientação sobre a importância do registro de dados do pessoal técnico e auxiliar de enfermagem em especial; 5. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 6. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem; 7. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local, nas atividades de consulta de enfermagem e consulta pré-natal; 8. Atender, em especial, crianças de 0 à 5 anos de idade, identificando e acompanhando grupos de riscos e fazendo visitas domiciliares; 9. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação de cobertura vacinal; 10. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infecto-contagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional; 11. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente; 12. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde; 13. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; 14. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; 15. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem, quando solicitado pelas entidades da Administração Municipal; 16. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição de assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; 17. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde; 18. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistências obstétrica, em situação de emergência; 19. Participar de programas e nas atividades de assistências integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; 20. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; 21. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 160); 22. Desenvolver, quando designado, todas as atribuições de enfermagem vinculadas ao Programa de Saúde da Família; 23. Como integrante da equipe de saúde: a) prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pelos órgãos de saúde; b) assistir a gestante, parturiente e puérpera; c) prover a execução do parto sem distocia; d) acompanhar a evolução do trabalho de parto; e) participar em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde; 24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 25. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 26. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Enfermagem; -Registro no Cons. Regional de Enfermagem. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Enfermagem.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 7498/86	*****

Número de Vagas: 03

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo etc; 2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna; 3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município; 4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação; 5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias; 6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas: a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente à comunidade; b) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica para projetos do Município; d) Prestar assistência, assessoria e consultoria aos produtores rurais beneficiados pelos programas implementados pelo Município; e) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico; f) Auxiliar na elaboração do Orçamento Anual; g) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade das atividades das pequenas propriedades rurais; h) Executar obras e serviço técnico indicados pela Administração Municipal; i) Fiscalizar obra e serviço técnico; j) Conduzir trabalho técnico, indicados pela Administração Municipal; k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção dos equipamentos utilizados em sua atividade; l) Executar desenho técnico, quando indicado pela Administração Municipal; 7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 8. Desempenhar outras atividades afins.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Engenharia Agrônoma; - Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
		1. Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, inclusive pontes, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes; 2. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes; 3. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., afim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 4. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 5. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 6. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário; 7. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas; 8. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas; 9. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos; 10. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo; 11. Desenvolver pesquisas, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo; 12. Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação; 13. Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal; 14. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação; 15. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros;	b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Agronomia.
	Agrônomo	16. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistemas viários, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização;	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Eng. Civil; - Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
	Civil	17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas.	b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Engenharia Civil ou Planejamento Urbano.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 5194/66	*****

Número de Vagas: 03

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Farmacêutico	1. Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, à unidades de saúde da Administração Municipal; 2. Assinar a responsabilidade técnica pela Farmácia Municipal; 3. Auxiliar os detentores dos cargos de fiscal de Vigilância Sanitária na prestação de seus serviços quando da fiscalização de entidades que operam com fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; 4. Elaborar laudos técnicos e a realização de perícias técnicas na área de formação quando solicitado pela Administração Municipal; 5. Assessorar a Administração Municipal no desempenho e na construção de unidades laboratoriais setores em que se prepare ou fabrique produtos biológicos, soros, vacinas imunotrópicos entre outros para o uso humano e veterinário; 6. Auxiliar quando solicitado o detentor de cargo de Médico Veterinário; 7. Auxiliar no tratamento/controle de qualidade das águas de consumo humano no Município; 8. Elaborar levantamento estatístico sobre os medicamentos utilizados no Município; 9. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados pela má utilização de medicamentos ; 10. Participar de estudos e elaboração de projetos para utilização pela comunidade de produtos fitoterápicos; 11. Executar consultoria, auditoria e emissão de pareceres sobre a matéria de Farmácia quando solicitadas pela Administração Municipal; 12. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde. 13. Colaborar com as atividades executadas pela Programa Saúde na Família; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais/equipamentos de trabalho; 16. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso de Nível Superior de Farmácia - Registro no Conselho Regional de Farmácia. b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 63: Possuir Pós-Graduação na área de Farmácia.

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Fisioterapeuta	1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade afim de executar métodos e técnicas fisioterapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade física, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fisioterapia, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Fisioterapia, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças, tais como a osteoporose; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Fisioterapia; - Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional/Fisioterapia; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Fisioterapia.
*****	*****	Observar, as atribuições e disposições contidas no Decreto-Lei federal nº 938/69.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Fonoaudiólogo	1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento de problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição do servidor público; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de má utilização da voz, na comunidade em geral; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fonoaudiologia; 4. Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; 5. Realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição, da população em geral; 6. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Dar pareceres fonoaudiológicos, na área de comunicação escrita e oral, voz e audição; 8. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 9. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fonoaudiologia; 16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: Curso Superior de Fonoaudiologia; - Registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Fonoaudiologia.
*****	*****	Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na lei federal nº 6965/81.	*****
Número de Vagas: 01			

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
----------------------	---------	---------------------------------	----------------------------------

		<p>1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população;</p> <p>2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades;</p> <p>3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial;</p> <p>4. Emitir atestados médicos;</p> <p>5. Realizar colposcopia;</p> <p>6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes;</p> <p>7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;</p> <p>8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças;</p> <p>9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia;</p> <p>10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>12. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>-Curso Superior de Medicina;</p> <p>-Registro no Conselho Regional de Medicina;</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63:</p> <p>Possuir Pós-Graduação na área de Medicina.</p>
	Médico I	<p>1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população;</p> <p>2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades;</p> <p>3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial;</p> <p>4. Emitir atestados médicos;</p> <p>5. Realizar colposcopia;</p> <p>6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes;</p> <p>7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;</p> <p>8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças;</p> <p>9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia;</p> <p>10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>-Curso Superior de Medicina;</p> <p>-Registro no Conselho Regional de Medicina;</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63:</p> <p>Possuir Pós-Graduação na área de Saúde na Família</p>
	Médico II	<p>11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>13. Executar outras atividades correlatas.</p>	
*****	****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57.	*****
Número de Vagas: 08			

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico; 2. Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal; 3. Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos; 4. Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade; 5. Prestar assessoramento quanto as necessidades de alimentação e "habitat" de animais e demais espécies zoológicas; 6. Pesquisar e orientar a preservação da fauna; 7. Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária; 8. Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio; 9. Elaborar receituários e executar a aplicação de medicamentos; 10. Prestar atendimento à programas de vigilância sanitária animal, através de visitas e orientações à criadores pecuaristas; 11. Efetuar palestras e treinamentos de orientação à comunidade; 12. Acompanhar e auxiliar o Serviço de Agricultura e Agropecuária em projetos de incentivo à produção animal; 13. Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais; 14. Realizar estudos e aplicar medidas de saúde pública no tocante a doenças de animais transmissíveis à comunidade; 15. Assumir a responsabilidade técnica e orientar os produtores quanto a preparação de rações para animais e a sua fiscalização; 16. Formular planos estatísticos e econômicos sobre produção Agropecuária do Município; 17. Elaborar projetos ligados a sua área para incremento de recursos financeiros advindos do Estado e da União; 18. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar tarefas correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Medicina Veterinária; - Registro no Cons. Regional de Medicina Veterinária. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Medicina Veterinária.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto federal nº 64704/69.	*****

Número de Vagas: 02

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere as atividades inerentes à alimentação e nutrição; 2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas; 3. Implementar as ações de saúde pública, de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional de central, estudos e padronização relativas as atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde; 5. Coordenar e supervisionar os Programas de Suplementação Alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, segundo as diretrizes municipais de saúde; 6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos do número de beneficiários, dos desligamentos, etc., às demais entidades envolvidas no programa; 7. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população de acordo com as diretrizes municipais de saúde; 8. Participar de projetos de pesquisas que envolvam a ciência da Nutrição; 9. Emitir Parecer Técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados à área de alimentação e nutrição; 10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene de conservação dos mesmos; 11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados; 12. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplemento alimentar e assemelhados e inspecionar o seu cumprimento; 13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene; 14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados; 15. Estudar os hábitos alimentares e o estudo nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar; 16. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Superior de Nutrição; - Registro no Conselho Regional de Nutrição. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Nutrição.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto federal nº 84.444/80.	*****

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

De-nomi-nação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		<p>1.Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei n.º 5.081 de 24 de agosto de 1966;</p> <p>2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia;</p> <p>3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, publico ou privado;</p> <p>4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado, pela Administração Municipal;</p> <p>5. Aplicar anestesia local e truncular;</p> <p>6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente;</p> <p>7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça;</p> <p>8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes;</p> <p>8. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado;</p> <p>9. Realizar pequenas cirurgias;</p> <p>10. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica;</p> <p>11.Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia;</p> <p>12. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia, quando requisitado pela Administração Municipal;</p> <p>13. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;</p> <p>14. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal;</p> <p>15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia;</p> <p>16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>17. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>18. Executar outras atividades correlatas.</p>	Habilitação Exigida:
		<p>1.Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei n.º 5.081 de 24 de agosto de 1966;</p> <p>2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia;</p> <p>3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, publico ou privado;</p> <p>4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado pela Administração Municipal;</p> <p>5. Aplicar anestesia local e truncular;</p> <p>6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente;</p> <p>7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça;</p> <p>8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes;</p> <p>8. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado;</p> <p>9. Realizar pequenas cirurgias;</p> <p>10. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica;</p> <p>11.Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia;</p> <p>12. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia quando requisitado pela Administração Municipal;</p> <p>13. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;</p> <p>14. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal;</p> <p>15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia;</p> <p>16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>17. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal;</p> <p>18. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;</p> <p>19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica;</p> <p>20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>21. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a)Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Odontologia; -Registro no Conselho Regional de Odontologia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Odontologia.</p>
Odontólogo I		13. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; <p>14. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal;</p> <p>15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia;</p> <p>16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>17. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal;</p> <p>18. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;</p> <p>19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica;</p> <p>20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>21. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a)Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Odontologia; -Registro no Conselho Regional de Odontologia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Odontologia.</p>
Odontólogo I		15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia; <p>16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>17. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal;</p> <p>18. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;</p> <p>19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica;</p> <p>20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>21. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a)Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Odontologia; -Registro no Conselho Regional de Odontologia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Odontologia.</p>
Odontólogo II		17. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal; <p>18. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;</p> <p>19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica;</p> <p>20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>21. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a)Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Odontologia; -Registro no Conselho Regional de Odontologia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Odontologia.</p>
Odontólogo II		19. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica; <p>20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>21. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a)Para ingresso na Carreira: -Curso Superior de Odontologia; -Registro no Conselho Regional de Odontologia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-Graduação na área de Odontologia.</p>
****	***	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 5081/66	*****

Número de Vagas: 08

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Psicólogo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores inclusive os de caráter temporário; 2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal; 3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores; 4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho; 5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido; 6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, inclusive APAE, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem; 7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores; 8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento dos alunos em todos os aspectos de seu desenvolvimento; 9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos; 10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde; 11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental; 12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos; 13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade; 14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas; 15. Participar de estudos relativos a utilização de ervas medicinais; 16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas; 17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade; 18. Participar de Estudos de Técnicas Grupais; 19. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 20. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Curso Superior de Psicologia;</p> <p>- Registro no Conselho Regional de Psicologia</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 63:</p> <p>Possuir Pós-Graduação na área de Psicologia.</p>

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Terapeuta Ocupacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade afim de executar métodos e técnicas terapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade mental, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Terapia Ocupacional, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Terapia Ocupacional, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do raciocínio e da mente;; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Terapia Ocupacional; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Curso Superior de Terapia Ocupacional;</p> <p>- Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional e Fisioterapia;</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 63:</p> <p>Possuir Pós-Graduação na área de Terapia Ocupacional.</p>
*****	****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-Lei Federal nº 938/69.	*****

Número de Vagas: 01

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 5

Deno- mina- ção do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
		1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários; 2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos munícipes, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes; 3. Fiscalizar a conduta dos munícipes em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e atuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo Federal sobre o meio ambiente; 5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando-as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município; 7. Intimar, comunicar, embargar e atuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 8. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; 9. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; 10. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.. 11. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município; 13. Fiscalizar a conduta dos Municípios conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; 14. Executar outras atividades correlatas.	a) Para ingresso na Carreira: - Curso de Nível Médio e Curso Técnico em Contabilidade; - Registro no Conselho Regional de Contabilidade. - Possuir Carteira de Habilidade Categoria A e B. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração
	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente		

Fiscal de Tributos Municipais	<p>1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:</p> <p>a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;</p> <p>b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários, e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;</p> <p>c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;</p> <p>d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;</p> <p>e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;</p> <p>f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;</p> <p>g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;</p> <p>h) solicitar a apresentação, em juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, por conduta criminal tipificada em lei federal;</p> <p>i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;</p> <p>j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;</p> <p>k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;</p> <p>l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;</p> <p>2. Verificar, em relação aos contribuintes do ICMS estabelecidos no território do Município, a Declaração de Informações Econômico Fiscal - DIEF e a apuração do valor adicionado, com o propósito de assegurar a integridade dos valores pertencentes ao Município na arrecadação do referido tributo (CF/88, art.158, IV);</p> <p>3. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;</p> <p>4. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;</p> <p>5. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação;</p> <p>6. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;</p> <p>7. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;</p> <p>8. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela chefia;</p> <p>9. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;</p> <p>10. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária;</p> <p>11. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;</p> <p>12. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;</p> <p>13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>14. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de nível Médio e Curso Técnico em Contabilidade. - Possuir Carteira de Habilitação A e B. <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração</p>
-------------------------------	---	---

		1. Atender os munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública; 2. Conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas da União, Estado e Município, entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.; 3. Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação; 4. Contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico; 5. Elaborar, sob orientação, programas de trabalho, recomendações técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos; 6. Executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde pública e entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos, etc.; 7. Inspeccionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública; 8. Executar a vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiações ionizantes; 9. Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município; 10. Atender as reclamações dos munícipes; 11. Participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população; 12. Manter contato com os denunciantes para servirem de testemunhas nos autos dos processos; 13. Elaborar relatórios das atividades realizadas; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados; 16. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira -Curso de Nível Médio e Técnico em Contabilidade -Possuir Carteira de Habilitação A e B. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração
Número de Vagas: 10			

ANEXO IV - Quadro de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 5

Deno- mina- ção do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
		1. Realizar as atividades relativas à Tesouraria e controlar as transações financeiras; inclusive quando designado emitir e assinar cheques; 2. Realizar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 3. Realizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 4. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 5. Informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 6. Efetuar as prestações de contas; 7. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 8. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 9. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 10. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 11. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 12. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 13. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 14. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 15. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Executar tarefas correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Técnico em Contabilidade; - Registro no Conselho Regional de Contabilidade. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-lei nº 9295/1946.	*****

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

Técnico em Processamento de Dados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar as características e planos da Administração Municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade; 2. Identificar a estrutura organizacional dos diversos órgãos ou unidades, efetuando contatos com os servidores que neles trabalham, para obter idéia do volume de dados e levantar o fluxograma dos sistemas atuais; 3. Desenvolver estudos sobre a viabilidade e custo da utilização de sistemas e aplicativos existentes no mercado ou de seu desenvolvimento, levando em consideração os recursos disponíveis e necessários, para ser submetido a uma decisão; 4. Coordenar os processos de aquisição, atualização e treinamento em sistemas e aplicativos; 5. Examinar os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normatização, para determinar os planos e seqüências de elaboração de programas, bem como estabelecer os métodos e os procedimentos possíveis, para obter dados que se prestem ao tratamento em computador; 6. Preparar diagramas de fluxo e outras instruções referentes ao sistema ou aplicativos, elaborando-os segundo linguagem apropriada, para orientar os programadores e outros servidores envolvidos na operação do computador; 7. Verificar o desempenho de sistema ou aplicativo proposto, realizando experiências práticas, para assegurar-se de sua eficiência e introduzir as modificações oportunas; 8. Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições e o detalhamento das soluções, a codificação do problema, teste e eliminação de erros, para assegurar exatidão e rapidez dos diversos sistemas; 9. Orientar sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando e planejando a passagem do sistema antigo para o novo; 10. Implantar e administrar a operação de bancos de dados distribuídos, redes locais de computadores e acessos a redes remotas via internet; 11. Supervisionar e coordenar todas as unidades de processamento de dados dos órgãos Municipais; 12. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na carreira:</p> <p>- Curso Técnico em Análise de Sistemas, Ciências da Computação ou Processamento de Dados.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
-----------------------------------	--	--

	<ol style="list-style-type: none"> Planejar, executar e orientar projetos que tornem as propriedades rurais do Município economicamente viáveis; Gerenciar processos de industrialização, orientando os colonos na redução de custos e maximização da qualidade; Atualizar os proprietários rurais no desenvolvimento de novas tecnologias alternativas para o aproveitamento de produtos e subprodutos agropecuários; Auxiliar a Vigilância Sanitária Municipal na inspeção e controle de qualidade dos alimentos; Orientar o produtos nas mais diversas atividades realizadas nas propriedades rurais, visando sempre o aprimoramento das tecnologias e o respeito ao meio ambiente; Participar de atividades educacionais ligadas ao Meio Ambiente; Planejar, realizar e coordenar projetos de ornamentação dos jardins, praças e logradouros do Município; Realizar estudos para implementação de viveiro de mudas Municipal; Difundir as ações no Município para a qualidade do serviço agropecuário; Executar atividades operacionais para educação do lixo seletivo; Acompanhar a e auxiliar o profissional detentor do cargo de Médico Veterinário em projetos de incentivo à produção animal; Realizar trabalhos nas áreas de inseminação artificial em animais; Orientar a comunidade sobre as medidas de saúde pública no tocante a doença de animais transmissíveis; Orientar os pequenos produtores quanto a preparação de rações para animais e a sua fiscalização; Coletar informações para a formulação de quadros estatísticos e econômicos sobre a produção agropecuária do Município; Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar tarefas correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Técnico em Agricultura - Registro no Conselho Regional de Agricultura. <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
Técnico Agrícola	<ol style="list-style-type: none"> Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; Administrar medicamentos mediante prescrição médica; 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>b) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso de Técnico em Enfermagem - Registro no Conselho Regional de Enfermagem. <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
Técnico de Enfermagem	<ol style="list-style-type: none"> Participar de vacinações suas programações; Fazer coleta de material para exames, quando indicado; Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; Participar de atividades de saúde a nível comunitário; Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família -PSF; Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso Técnico em Enfermagem - Registro no Conselho Regional de Enfermagem. <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
Técnico em Higiene Dental	<ol style="list-style-type: none"> Participar de treinamentos dos atendentes de consultórios dentários; Colaborar nos programas educativos de saúde bucal; Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos; Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais; Fazer a demonstração de técnicas de escovação; Supervisionar, sob delegação, o trabalho das atendentes de consultórios dentários; Proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; Instrumentar o cirurgião dentista junto a cadeira operatória; Fazer a tomada e revelação de radiografias; Realizar testes de vitalidade pulpar; Realizar a remoção de indutos, placas e cálculos supragengivais; Inserir e condensar substâncias restauradas; Proceder a limpeza e anti-sepsia do campo operatório antes e após os atos cirúrgicos bem como remover suturas; Preparar materiais restauradores de modelagens, confeccionar modelos e preparar molduras; Zelar Pela guarda de materiais e equipamentos; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso Técnico em Higiene Dental; - Registro no Conselho Regional de Odontologia. <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração</p>

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 4

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
Agente Administrativo II		1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 18. Informar processos administrativos; 19. Assistir aos superiores; 20. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 21. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 22. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 23. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Nível Médio (2º grau) - Conhecimentos básicos em informática (processamento de textos, planilhas eletrônicas, DOS, Windows, internet etc); b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 43: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.

Número de Vagas: 15

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 4

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
		1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; 2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; 3. Assistir aos ocupantes do cargo de Enfermeiro e ao Técnico de Enfermagem no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; 4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares; 5. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; 6. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, encaminhando aos responsáveis e efetuando registro em fichas e livros; 7. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades; 8. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade; 9. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde; 10. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor; 11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem; 13. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Ensino Fundamental e Curso de Auxiliar de Enfermagem; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 43: Contar com 200 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 7498/86.	*****
Número de Vagas: 05 (em extinção)			

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 4

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
Instrutor de Música - Instrumentos		<ol style="list-style-type: none"> Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; Zelar pela aprendizagem do aluno; Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; Zelar pela disciplina do material docente; Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Curso de Nível Médio (2º grau) e comprovação de cursos de formação do instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 43:</p> <p>Contar com 300 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração</p> <p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>Curso de Nível Médio (2º grau) e comprovação de cursos de formação do instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 43:</p> <p>Contar com 300 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração</p>
Instrutor de Música - Teoria		<ol style="list-style-type: none"> Planejar e ministrar aulas de Teoria da Música, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; Zelar pela aprendizagem do aluno; Participar de programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; Zelar pela disciplina do material docente; Executar outras atividades correlatas 	

Número de Vagas: 06

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico

Nível: 3

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
Agente Administrativo I		<ol style="list-style-type: none"> Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet; Recepcionar a comunidade, contribuintes, autoridades e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados; Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo; Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos; Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais; Codificar dados, documentos e providenciar material de expediente; Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral; Operar adequadamente equipamentos de sonorização; Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples; Redigir informações rotineiras, relatórios e preencher guias e requisições; Informar processos administrativos; Interpretar planos e levantamentos de dados simples e analisar alternativas de serviços; Assistir aos superiores; Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades; Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; Executar tarefas correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira</p> <p>- Ensino Fundamental (1º grau) ou Curso de Auxiliar;</p> <p>- Conhecimentos básicos de datilografia.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33:</p> <p>Contar com no mínimo 100 horas aula em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>

Número de Vagas: 06 (em extinção)

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico

Nível: 3

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despeja-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para Ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensino Fundamental; - Possuir habilitação própria, na forma do Código Nacional de Trânsito; - Aprovação em prova prática; <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33:</p> <p>Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
	Agente de Manutenção e Obras Agente de Manutenção e Obras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalar peças de madeira, como forros, assoalhos, janelas, divisórias e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados; 2. Reparar elementos de madeira, substituindo peças, fixando peças soltas para recompor a estrutura; 3. Executar serviços de cortes, lixamento das peças de madeira a serem utilizadas; 4. Preparar e executar serviços de estrutura de concreto em obras civis, conforme o projeto; 5. Colocar telhas e outros materiais para cobertura; 6. Fazer caixas de captação e muros de arrimo; 7. Rebocar e chapiscar paredes e muros em geral, construir alicerces para formar bases de paredes, muros e construções similares; 8. Executar trabalhos de manutenção corretiva de instalações, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças; 9. Montar, instalar, reparar e desobstruir tubulações de redes de esgoto e sistemas hidráulicos; 10. Armar e desarmar andaime de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; 11. Preparar e pintar superfícies internas e/ ou externas, rapando-as e cobrindo-as com aplicação de tinta; 12. Colocar e fixar Planos de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores; 13. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 14. Instalar, reparar e/ou recondicionar aparelhos elétricos em geral, de uso da administração municipal; 15. Reparar câmaras de ar e substituir pneus de veículos de frota municipal; 16. Lubrificar e abastecer veículos,. Injetando ou trocando óleo ou graxa lubrificante, utilizando os equipamentos apropriados; 17. Verificar Nível de óleo dos veículos, bem como retirar e limpar filtros, verificar nível de água da bateria, radiador, fazendo a calibragem dos pneus e lavando o veículo; 18. Executar e recuperar a pavimentação de paralelepípedos e/ou lajotas; 19. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 20. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensino Fundamental - Aprovação em prova prática; <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33:</p> <p>Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>

	Agente de Controle Urbano	1. Auxiliar o fornecimento de informações para emissão de Certidões diversas na área do urbanismo quando solicitado pelos Municípios; 2. Auxiliar na elaboração de Projetos e Orçamentos de obras, ruas, estradas e servidões e demais serviços correlatos; 3. Auxiliar na fiscalização de obras, realizar vistorias em ruas, servidões e demais serviços correlatos; 4. Auxiliar os ocupantes do cargo de Fiscal de Obras na consecução de suas atividades; 5. Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação; 6. Executar alinhamento e a medições de ruas e servidões; 7. Levantar dados para o setor de cadastramento tributário para a perfeita execução de serviços de engenharia; 8. Coletar dados para elaboração de Mapas e desenvolver croquis; 9. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas 10. Executar serviços de numeração de prédios; 11. Executar o parecer técnico emitido pelo ocupante detentor do cargo de Engenheiro sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo; 12. Executar e Controlar Alinhamento em Sepulturas no Cemitério Municipal; 13. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 14. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Ensino Fundamental; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33: Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamentos, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.
--	---------------------------	---	--

Número de Vagas: 18

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANB- Atividades de Nível Básico

Nível: 3

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Motorista de Veículos Leves	1. Dirigir veículos de pequeno porte, tais carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Efetuar pequenos reparos de emergência; 4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 5. Providenciar abastecimento; 6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 7. Transportar cargas leves ou pessoas; 8. Providenciar protocolos de correspondências, documentos e projetos relativos a Administração Pública em geral; 9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 10. Executar tarefas correlatas.	a) Habilitação Exigida: 4º série do 1º grau; - Possuir habilitação própria para Carteira "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito ; - Aprovação em prova prática; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33: Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal Administração.
	Motorista da Saúde	1. Dirigir veículos de pequeno e médio porte, tais como: ambulâncias, kombis, carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 4. Providenciar abastecimento; 5. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados, para utilização nas Unidades de Saúde; 6. Transportar pessoas que necessitam da assistência à saúde; 7. Cumprir sobreaviso, conforme escala pré determinada (art. 82); 8. Cumprir sobreaviso nos dias de semana que não sejam feriados, quando houver acordo entre o servidor e o Secretário da Saúde e Bem Estar Social; 9. Providenciar protocolos de exames e busca de resultados nas entidades de saúde que prestam assistência à comunidade; 10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 11. Executar tarefas correlatas.	a) Habilitação Exigida: - 4º série do 1º grau; - Possuir habilitação própria para Carteira "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito ; - Aprovação em prova prática; b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 33: Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.

Número de Vagas: 12 vagas

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 4

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
Agente Administrativo II		1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 16. Informar processos administrativos; 17. Assistir aos superiores; 18. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 19. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 20. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 21. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: b) Para ingresso na Carreira: - Nível Médio (2º grau) - Conhecimentos básicos em informática (processamento de textos, planilhas eletrônicas, DOS, Windows, internet etc); b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 43: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.

Número de Vagas: 15

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções
Atribuições e Responsabilidades
Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico
Nível: 2

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Auxiliar de Educador	1. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, zelando por elas quando do banho de sol e durante as atividades no pátio, entre outras, excluindo o suporte pedagógico; 2. Ministrar, prestar e orientar cuidados de higiene às crianças; 3. Ministrar o cardápio previamente apurado pelo profissional competente; 4. Controlar e organizar objetos pessoais das crianças e material em geral; 5. Informar aos professores qualquer problema verificado com as crianças ou nas instalações da unidade escolar (ou creche); 6. Atender com presteza os pais dos alunos, informando-lhes sobre qualquer dúvida que os mesmos tenham na execução dos serviços da creche; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 9. Executar outras atividades correlatas.	a) Habilitação Exigida: Ensino Fundamental b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 23: Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração

Número de Vagas: 10

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções
Atribuições e Responsabilidades
Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico
Nível: 2

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Auxiliar de Odontologia	1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; 2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; 3. Assistir ao Odontólogo no planejamento e programação dos atendimentos à comunidade; 4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso encaminhando-o ao profissional competente; 5. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; 6. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades; 7. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade; 8. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de odontologia; 9. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, ao odontólogo; 10. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 11. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: Ensino Fundamental Completo (1º grau) b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 23: Contar com 100 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.

Número de Vagas: 04

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções

Atribuições e Responsabilidades

Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico

Nível: 1

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Auxiliar de Serviços Gerais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; 2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os; 3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; 4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; 5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhamento ao aterro sanitário; 6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; 7. Preparar e servir chá, café ou água; 8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas; 9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; 10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; 11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos; 12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; 13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; 14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; 15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; 16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. 	a) Habilitação Exigida: - Alfabetizado
	Auxiliar Operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia; 2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros; 3. Carregar e descarregar viaturas em geral; 4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos; 5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos; 6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função; 7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos; 8. Auxiliar no preparo da argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho; 9. Executar Serviços de limpeza de terrenos; 10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares; 11. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários; 12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas. 	a) Habilitação Exigida: Alfabetizado

Número de Vagas: 81 vagas

ANEXO V
TABELA SALARIAL

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
6	63	1 647,23	1 696,65	1 747,55	1 799,98	1 853,98	1 909,59
	62	1 379,53	1 420,92	1 463,55	1 507,45	1 552,67	1 599,26
	61	1 155,34	1 190,00	1 225,70	1 262,47	1 300,34	1 339,35
	53	823,62	848,32	873,77	899,99	926,99	954,80
5	52	689,77	710,46	731,77	753,73	776,34	799,63
	51	577,67	595,00	612,85	631,23	650,17	669,68
	43	633,55	652,56	672,13	692,30	713,07	734,46
4	42	530,59	546,51	562,90	579,79	597,18	615,10
	41	444,36	457,69	471,42	485,56	500,13	515,14
	33	550,91	567,44	584,46	602,00	620,06	638,66
3	32	461,38	475,22	489,48	504,16	519,29	534,87
	31	386,40	397,99	409,93	422,23	434,90	447,94
	23	479,06	493,43	508,23	523,48	539,18	555,36
2	22	401,20	413,24	425,63	438,40	451,56	465,10
	21	336,00	346,08	356,46	367,16	378,17	389,52
	13	399,21	411,19	423,53	436,23	449,32	462,80
1	12	334,33	344,36	354,70	365,34	376,30	387,59
	11	280,00	288,40	297,05	305,96	315,14	324,60
VALORES POR HORA/AULA - INSTRUTORES							
NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
4	43	3,17	3,27	3,37	3,47	3,57	3,68
	42	2,66	2,74	2,82	2,90	2,99	3,07
	41	2,22	2,29	2,35	2,43	2,50	2,57

ANEXO VI
QUADRO DE LOTAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Agente Administrativo II	02	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Chefe de Serviço	01	Em manutenção

ÓRGÃO	CARGO COMISSIONADO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Gabinete do Prefeito	Assessor Jurídico	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Assessor de comunicação Social	01	Em manutenção
Gabinete do Prefeito	Chefe de Gabinete	01	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Agente Administrativo II	07	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Vigia	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Agente Operacional I	02	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Chefe de Serviço	03	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria de Finanças	Agente Administrativo II	01	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Agente Administrativo I	01	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Técnico de Nível Médio	03	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Fiscal de Tributos	04	Em manutenção
Secretaria de Finanças	Contador	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria de Finanças	Chefe de Serviços	02	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação	Auxiliar de Educador	10	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação	Agente Operacional I	44	Em manutenção
Secretaria Municipal de Educação	Motorista	02	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assessor de Controle e Avaliação	01	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assistente Social	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Enfermagem	05	Em Extinção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Enfermeiro	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Farmacêutico	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fisioterapeuta	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico I	06	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico II	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo I	06	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo II	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Psicólogo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Terapeuta Ocupacional	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Técnico em Enfermagem	04	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fiscal de Vigilância Sanitária	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Motorista	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Odontologia	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Operacional I	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo II	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo I	04	Em Extinção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Engenheiro Agrônomo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Médico Veterinário	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Agente Administrativo	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Chefe de Serviço	02	Em manutenção

ÓRGÃO	CARGO COMISSIONADO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Diretor	01	Em manutenção

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TRANSPORTE E OBRAS

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Agente Operacional III	18	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Motorista	05	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Agente Operacional I	33	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Fiscal Obras Posturas Meio Amb.	03	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Engenheiro Civil	01	Em manutenção
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Técnico Agrícola	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria M. Planejamento Transp. e Obras	Chefe de Serviço	03	Em manutenção

ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL - REALIZADA EM
 __/__/____

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____
 MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____

CENTRO DE CUSTO: _____
 CARGO: _____
 FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: ____/____/____ DATA DE ENTRADA EM
 EXERCÍCIO: ____/____/____
 CHEFE IMEDIATO: _____

RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

ITENS DE AVALIAÇÃO	AUTAV.	AVAL.	PESO	PONTOS
Prestação de Serviços: capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área.				
Qualidade: exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados.				
Iniciativa: ter ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada.				

Relacionamen-
to: habilidade
para inte-
ragir com a
população e
outros órgãos
externos,
demonstrando
tato, respeito,
compreensão,
buscando a
convivência
harmoniosa,
evitando
atritos e
influenciando
positivamen-
te para a
obtenção de
resultados.

Assiduidade e
Pontualidade:
a maneira com
que o servidor
observa a
frequência e
os horários
de trabalho
para os quais
foi contrata-
do, evitando
faltas, atrasos
injustificados,
ausências
repentinas e
saídas ante-
cipadas sem
a autorização
da chefia
imediata.

Interação com
a Equipe: que
corresponde
ao espírito de
cooperação,
colaboração
na execução
dos traba-
lhos, atitude
aberta para
os trabalhos
em equipe
contribuindo
para o alcance
de resultados,
bem como
prontidão para
colaborar com
o grupo.

Interesse: ações no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências.				
--	--	--	--	--

PONTUAÇÃO TOTAL ANUAL*:

* A pontuação total anual corresponde ao somatório geral dos pontos encontrados para cada item;

* O valor encontrado para cada item corresponde a seguinte fórmula:

AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO x PESO PROPOSTO;

* A auto-avaliação do servidor não será utilizada para atribuição dos pontos por item. Sua utilização corresponde a possibilidade do servidor propor Pedido de Reconsideração.

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no anverso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA) (ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINATURA DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINATURA DOS SECR. DA ÁREA)

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ANEXO VII - A - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL - COMPUTADA EM
___/___/___

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____ SECRETARIA: _____ CENTRO DE CUSTO: _____ CARGO: _____ FUNÇÃO: _____

DATA DE NOMEAÇÃO: ___/___/___ DATA DE ENTRADA EM EXERCÍCIO: ___/___/___

CHEFE IMEDIATO: _____ RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes

conceitos possíveis:

"A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO I	AVALIAÇÃO II	SOMA	MÉDIA PONDERADA

- A avaliação de desempenho final corresponde a seguinte fórmula:

Avaliação I + Avaliação II
2

REGISTRO DAS AUTOAVALIAÇÕES

AUTOAVALIAÇÃO I	AUTOAVALIAÇÃO II

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no verso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação ou realizar Pedido de Reconsideração.

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA) (ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINAT. DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINAT. DO SECRETARIO DA ÁREA)

(Alteração conferida pela Lei Complementar nº 010, de 10 de dezembro de 2002)

ÍNDICE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO MISTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA, EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

ASSUNTO:	PÁGINA
Do Regime Jurídico Misto	01
Do Regime Estatutário	04
Dos Cargos Comissionados	04
Dos Secretários Municipais	05
Dos Cargos Efetivos	06
Do Concurso Público	06
Do Provimento	08
Da Nomeação	08
Da avaliação da Aptidão Física e Mental	09
Dos Procedimentos Preliminares para Nomeação	10
Da Posse e do Exercício	10
Da Lotação	13
Do Estágio Probatório	14
Da Estabilidade	20
Da Readaptação	21

Da Reversão	24
Da Reintegração	25
Da Recondição	25
Da Disponibilidade e do Aproveitamento	25
Da Substituição	27
Da Cessão	28
Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos	28
Da Capacitação	29
Da Jornada de Trabalho	30
Da Vacância	33
Da Exoneração	33
Da Demissão	34
Da Aposentadoria	34
Do Vencimento e da Remuneração	34
Das Vantagens Pecuniárias	38
Das Indenizações	39
Das Férias	39
Do Auxílio Motorista	40
Do Auxílio Transporte	40
Das Gratificações	41
Da Gratificação Natalina	41
Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança	42
Da Gratificação Especial	42
Da Gratificação de Interiorização	42
Dos Adicionais	43
Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário	43
Do Adicional Noturno	43
Do Adicional de Férias	44
Do Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres e Perigosas	44
Da Bolsa de Estudo	45
Do Vale Alimentação	47
Do Salário Família	48
Das Férias	44
Das Férias	49
Da Agregação à Remuneração	50
Das Licenças	51
Da Licença para o Serviço Militar	52
Da Licença para Atividade Política	52
Da Licença para Exercer Cargo Político	52
Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista	52
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares	53
Da Licença para Tratamento de Saúde	53
Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional	54
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família	55
Da Licença à Maternidade e à Paternidade	55
Da Licença-Prêmio em Face de Direito Adquirido	56
Da Licença para Exercer Cargo Comissionado	56
Do Tempo de Serviço	57
Do Direito de Petição	57
Do Regime Disciplinar	58
Das Proibições	59
Das Responsabilidades	60
Das Penalidades Disciplinárias	61
Da Advertência	62
Da Suspensão	63
Da Demissão	63
Da Cassação da Aposentadoria ou Disponibilidade	67
Da Destituição de Cargo em Comissão e Função de Confiança	67
Do Processo Administrativo Disciplinar	67
Da Sindicância	68
Do Afastamento Preventivo	69
Do Processo Disciplinar	69
Do Inquérito Administrativo	70
Da Instrução	70
Da Defesa	71

Do Relatório	72
Do Julgamento	72
Da Revisão do Processo Disciplinar	73
Da Previdência e da Assistência do Servidor Efetivo e Comissionado	73
Da Assistência Social do Servidor Efetivo e Comissionado	74
Dos Auxílios	74
Do Auxílio Reclusão	74
Do Auxílio Funeral	75
Do Serviço de Reeducação e Reabilitação Profissional	75
Do Regime Celetista	75
Do Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário)	76
Do Plano de Carreira	79
Da Composição	80
Das Categorias Funcionais	81
Da Lotação	81
Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos	81
Do Desenvolvimento Funcional	82
Da Progressão Funcional	83
Da Progressão Horizontal	84
Da Progressão Vertical	89
Do Vencimento	89
Das Disposições Transitórias e Finais	89

Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos Anexo I - A - Tabela de Cargos e Correlação de Escolaridade Anexo II - Tabela de Cargos em Comissão e seu Vencimento
 Anexo II - A - Cargos Comissionados - Atribuições
 Anexo III - Tabela de Funções de Confiança e seus respectivos valores
 Anexo IV - Plano de Cargos Efetivos e funções
 Anexo V - Tabela Salarial
 Anexo VI - Quadro de Lotação
 Anexo VII - Formulário para Avaliação de Desempenho Anual
 Anexo VII - A - Formulário para Avaliação de Desempenho Final

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 19 de Setembro de 2002.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 007 de 19 de Setembro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2002 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.
 FIXA VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO E VENCIMENTO DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO, CONSTANTES DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 146 do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 146 O servidor que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente, carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais no Poder Executivo, receberá vale-alimentação, em forma de tickets; o servidor do Poder Legislativo que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 725,47 (setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) e cumpra, efetivamente carga horária de no mínimo 30 (trinta) horas semanais, receberá vale-alimentação, em forma de tickets.

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, no valor de R\$ 31,55 (trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos);

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório.

Art. 2º - Fica alterado para R\$ 3.000,00 (três mil reais) o valor do vencimento constante do código 03 da "Tabela de Cargos em Comissão e seu vencimento", presente no Anexo II do Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de setembro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
19/09/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 008 de 25 de Outubro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 008 de 25 de outubro de 2002.

INCLUI NOVO PARÁGRAFO AO ARTIGO 146 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 006/2002, AUTORIZANDO O PAGAMENTO EM PECÚNIA DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica incluído ao Artigo 146 do Estatuto dos Servidores Municipais, o parágrafo 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º Em razão da estrutura de cargos da Câmara Municipal de Campo Alegre, que não justifica a contratação de empresa especializada em sistema de distribuição de vales-alimentação, a mesma poderá optar pelo pagamento do referido vale aos seus servidores em pecúnia e juntamente com a remuneração mensal, permanecendo o caráter exclusivamente indenizatório, respeitado o disposto no §1º deste artigo."

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
25/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 009 de 25 de Outubro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 25 DE OUTUBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Aplica-se aos Servidores da Câmara Municipal de Campo Alegre o Regime Jurídico Misto, o Plano de Carreira e todas as demais disposições constantes da Lei Complementar Municipal nº006 de 19 de Setembro de 2002, e suas alterações constantes da Lei Complementar Municipal nº007 de 19 de Setembro de 2002.

Art.2º. A estrutura dos cargos efetivos, níveis de vencimento, carga horária, escolaridade e atribuições dos cargos e lotação da Câmara Municipal de Campo Alegre deverão obedecer ao Anexo I e IV desta Lei Complementar.

Art.3º. Os cargos em Comissão, suas atribuições e seu vencimento na Câmara Municipal de Campo Alegre serão aqueles estabelecidos nos Anexos II e III desta Lei Complementar.

Art.4º. A Tabela Salarial aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos, e o vencimento base referente ao artigo 95 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre serão conformes ao Anexo V desta Lei Complementar, inclusive para fins de progressão funcional decorrente do plano de carreiras.

Art.5º. A Câmara Municipal se organiza pelas seguintes unidades orgânicas:

- I - Departamento de Consultoria Jurídica;
 - a) assessor jurídico;
- II - Departamento de Assessoramento Técnico e Administrativo;
 - a) assessor geral;
- III - Departamento de Expediente, Administração, Contabilidade e Serviços Gerais;
 - a) Técnico em Nível Médio/Técnico em Contabilidade;
 - b) Agente Administrativo II/Secretário Gera;
 - c) Agente Operacional I/Auxiliar de Serviços Gerais.

Art.6º. As despesas oriundas da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento corrente.

Art.7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
25 de outubro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
25/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I - A
TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANI	Técnico em nível médio	Ensino Médio e Técnico na área de atuação
02	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
03	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado

ANEXO IV
PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

CARGO E FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
	<p>ATIVIDADES EM CONTABILIDADE</p> <p>1. Efetuar empenhos e contabilidade mensal em sistema informatizado, e conforme as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e legislação aplicável;</p> <p>2. Elaborar e Imprimir relatórios, balancetes mensais, anuais e prestações de contas (informatizada pelo sistema ACP), conforme estabelece a legislação em vigor, e normas do Tribunal de Contas do Estado;</p> <p>3. Solicitar encaminhamento de documentos descritos no item 2 aos setores específicos, nos prazos determinados;</p> <p>4. Manter atualizado o arquivo de documentação contábil;</p> <p>5. Auxiliar no cálculo e controle dos limites de gastos da Câmara;</p> <p>6. Desempenhar outras atividades de competência da Contabilidade;</p> <p>7. Assinar como responsável pela Contabilidade.</p>
TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO	<p>ATIVIDADES EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS</p> <p>8. Auxiliar e fornecer dados para a elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual da Câmara Municipal;</p> <p>9. Auxiliar na análise e fiscalização das leis orçamentárias do Município;</p> <p>10. Controlar os gastos das dotações da Câmara e solicitar suplementação se necessário;</p>
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
<p>Categoria Funcional: ANI</p> <p>Atividade de Nível Intermediário.</p>	<p>ATIVIDADES EM SETOR DE PESSOAL</p> <p>11. Efetuar a folha de pagamento mensal, controlando descontos e proventos;</p> <p>12. Desempenhar outras atividades que se referem ao setor pessoal da Câmara Municipal;</p> <p>13. Assinar como responsável pelo Setor Pessoal;</p>
Nível: 3	<p>ATIVIDADES EM ASSESSORAMENTO CONTÁBIL</p> <p>14. Assessorar as Comissões Técnicas e vereadores na verificação de prestações de contas;</p> <p>15. Auxiliar aos vereadores na análise e fiscalização das leis orçamentárias do Município;</p>
	<p>OUTRAS</p> <p>16. Solicitar a atualização dos sistemas informatizados;</p> <p>17. Manter cópias de segurança dos arquivos e sistemas informatizados;</p> <p>18. Atualizar-se mediante conferências, cursos e outros, solicitando inscrição em cursos necessários;</p> <p>19. Manter em dia suas atividades;</p> <p>20. Cumprir o que estabelece a legislação em vigor à Contabilidade Pública;</p> <p>21. Auxiliar e/ou efetuar cálculo e conferências em geral;</p> <p>22. Manter atualizado o patrimônio da Câmara;</p> <p>23. Desempenhar atividades correlatas.</p>

	<p>ATIVIDADES DE TESOUREARIA</p> <p>1. Realizar as atividades relativas à tesouraria e transações financeiras;</p> <p>2. Assinar os cheques e ordens de pagamento juntamente com a Presidente da Câmara;</p> <p>3. Manter em dia talonário de cheques;</p>
	<p>ATIVIDADES DE COMPRAS</p> <p>4. Controlar o estoque dos materiais de expediente, solicitando a reposição quando necessária;</p> <p>5. Efetuar tomadas e registros de preços, registrando os dados em meio informatizado e em arquivos;</p>
AGENTE ADMINISTRATIVO II	<p>ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO</p> <p>6. atender e orientar ao público, solicitando, fornecendo informações, e conferindo documentação;</p> <p>7. marcar audiências;</p>
SECRETÁRIO GERAL	
<p>Categoria Funcional: ANI</p> <p>Atividade de Nível Intermediário.</p>	<p>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</p> <p>8. Preencher formulários, fichas, guias, relações, requisições, tabelas e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações pré-determinadas;</p> <p>9. Confeccionar e atualizar lista de números telefônicos de interesse e consulta;</p> <p>10. Elaborar e digitar documentos, correspondências, relatórios, ofícios, memorandos, quadros demonstrativos, formulários, atas informações rotineiras e outros expedientes, conferindo os trabalhos quanto à ortografia e clareza;</p> <p>11. Manter atualizado arquivo de correspondências, documentos e processos, classificando e codificando, para fins de controle, visando a obtenção pronta de informações, sempre que necessárias;</p> <p>12. Alimentar banco de dados em computadores, através da digitação de dados e informações;</p> <p>13. Prestar auxílio em pesquisas;</p> <p>14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>15. Desempenhar atividades correlatas.</p>
Nível: 2	

AGENTE OPERACIONAL I	ATIVIDADES DE LIMPEZA
	1. Limpar as dependências da Câmara, móveis, carpetes, pisos, paredes, janelas, equipamentos, utensílios, louças, cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, entre outros;
	2. Limpar, desinfetar e arrumar os banheiros, substituindo toalhas, papéis e sabonetes;
	3. Limpar a área externa do prédio da Câmara;
	4. Lavar os panos usados na limpeza;
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	5. Coletar e depositar o lixo nas lixeiras;
	ATIVIDADES DE COPA
Categoria Funcional: ANS	6. Preparar e servir café, chá, e água;
	ATIVIDADES DE CONTROLE DE ESTOQUES
Atividade de Nível Básico.	7. Controlar o estoque dos produtos de limpeza, e dos produtos utilizados nos serviços de copa e solicitar a reposição necessária;
	8. Receber e armazenar os produtos referidos no item 7;
Nível: 1	ATIVIDADES DE AUXÍLIO ADMINISTRATIVO
	9. Coletar, receber e entregar documentos, correspondências, jornais, revistas, encomendas e afins, e os encaminhar aos destinatários, dirigindo-se aos locais solicitados, conforme as necessidades administrativas;
	10. Encaminhar correspondências e documentos via fax ou e-mail.
	11. Receber, registrar e realizar chamadas telefônicas;
	12. Receber, registrar e encaminhar recados;
	OUTRAS
	13. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
	14. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
	15. Executar atividades correlatas.

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO - ATRIBUIÇÕES
(Pg 01)

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR JURÍDICO	1. Prestar assessoramento jurídico às Comissões Técnicas, vereadores e Câmara; 2. Pesquisar, analisar e interpretar Legislação e regulamentos de interesse da Câmara; 3. Elaborar e analisar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios ou legislativos, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais e editais; 4. Elaborar e analisar projetos de Lei, Decretos, Resoluções, Portarias, atos, instruções e regulamentos internos; 5. Defender o Poder Legislativo em juízo e fora dele; 6. Participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; 7. Participar das reuniões das Comissões Técnicas, prestando assessoramento; 8. Redigir os pareceres a projetos de lei da Comissão de Legislação e Justiça; 9. Desempenhar atividades correlatas.

Escolaridade: Bacharelado em Direito e Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO - ATRIBUIÇÕES

Continuação (pg 02)

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR GERAL	1. Desenvolver estudos nas áreas da administração interna da Casa; 2. Assessorar a execução dos serviços da Câmara; 3. Assessorar as reuniões do plenário, elaborando as Atas das mesmas; 4. Providenciar as compras e aquisições necessárias; 5. Efetuar avaliações; 6. Desempenhar as atividades de Agente Administrativo II quando necessário; 7. Desempenhar atividades correlatas.

ANEXO II

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO

CÓD.	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Assessor Jurídico	Assessoria	R\$1.200,00 (*)
02	01	Assessor Geral	Assessoria	R\$1.055,00 (**)

(*) Dedicção de 20 horas semanais.

(**) Dedicção em tempo integral.

ANEXO II - A

CARGOS EM COMISSÃO - ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR JURÍDICO	10. Prestar assessoramento jurídico à autoridade superior, às Comissões Técnicas, aos vereadores e demais órgãos da Câmara; 11. Pesquisar, analisar e interpretar a Legislação e regulamentos em vigor, referentes às diversas áreas de interesse da Câmara; 12. Elaborar ou analisar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios ou legislativos, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais, editais e demais documentos de natureza jurídica; 13. Elaborar ou analisar anteprojotos e projetos de Lei, Decretos e Resoluções, Portarias, atos, instruções e regulamentos internos; 14. Defender o Poder Legislativo em juízo e fora dele; 15. Participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; 16. Auxiliar na redação de pareceres das Comissões Técnicas; 17. Desempenhar atividades correlatas.

Escolaridade: Bacharelado em Direito e Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

CARGO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR GERAL	8. Desenvolver estudos nas áreas da administração interna da Casa; 9. Acompanhar e coordenar a execução dos serviços; 10. Assistir às reuniões do plenário e elaborar as Atas das mesmas; 11. Prestar assessoramento jurídico à autoridade superior, às Comissões Técnicas, aos vereadores e demais órgãos da Câmara; 12. Pesquisar, analisar e interpretar a Legislação e regulamentos em vigor, referentes às diversas áreas de interesse da Câmara; 13. Elaborar ou analisar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios ou legislativos, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais, editais e demais documentos de natureza jurídica; 14. Elaborar ou analisar anteprojetos e projetos de Lei, Decretos e Resoluções, Portarias, atos, instruções e regulamentos internos; 15. Defender o Poder Legislativo em juízo e fora dele; 16. Participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; 17. Auxiliar na redação de pareceres das Comissões Técnicas; 18. Desempenhar atividades correlatas.

ANEXO I

ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS ANTER.	Nº DE VAGAS PREENCH.	Nº DE VAGAS PROP.
01	ANI	3	Técnico em nível médio	180h/m	1	1	1
02	ANI	2	Agente Administrativo II	180h/m	0	0	1
03	ANB	1	Agente Operacional I	180h/m	1	1	1

ANEXO V

TABELA SALARIAL

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
3	33	823,62	848,32	873,77	899,99	926,99	954,80
	32	689,77	710,46	731,77	753,73	776,34	799,63
	31	577,67	595,00	612,85	631,23	650,17	669,68
2	23	633,55	652,56	672,13	692,30	713,07	734,46
	22	530,59	546,51	562,90	579,79	597,18	615,10
	21	444,36	457,69	471,42	485,56	500,13	515,14
1	13	399,21	411,19	423,53	436,23	449,32	462,80
	12	334,33	344,36	354,70	365,34	376,30	387,59
	11	280,00	288,40	297,05	305,96	315,14	324,60

Lei Complementar Nº 010 de 10 de Dezembro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 010 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002
 "ALTERA DISPOSITIVOS E ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar: Art. 1º) Os artigos 11, 83, 128, 141 e 314 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 11) Os cargos comissionados terão remuneração composta de parcela única, nos termos do Anexo II, sem demais acréscimos ou vantagens, vedado o pagamento de gratificação de qualquer natureza, excluída as previstas:

I - no Art. 118 desta Lei;

II - no Art. 133 desta Lei".

"Art. 83) Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional a carga horária, calculada sobre sua totalidade.

(...)

§9º - O deferimento do pedido será dado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, após avaliação das necessidades da Administração Pública;

§10 - A redução da jornada de trabalho poderá ser correspondente ao mínimo de 50% da carga horária total definida para o cargo;

§11 - A remuneração total a ser percebida pelos servidores cuja carga horária seja reduzida a pedido não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional em vigor;

§12 - Caso o cálculo da remuneração proporcional a carga horária reduzida seja inferior ao salário mínimo nacional em vigor, deverá ser a remuneração complementada até alcançar o referido valor;

§13 - O valor pago a título de complemento deverá ser visualizado separadamente no contra-cheque do servidor;

§14 - Incidirá a reposição anual no vencimento dos servidores que se encontram com jornada reduzida;"

"Art. 128) (...)

Parágrafo único. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas extras por dia".

"Art. 141) (...)

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - não poderão estar em gozo de licença sem vencimento, de qualquer natureza".

"Art. 314) (...)

§1º - A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata as cargas horárias semanais definidas no Anexo I, excluídos os cargos de Médico II e Odontólogo II, cujo valor da carga horária será proporcionalmente acrescido pelo exercício de 40 (quarenta) horas semanais no desempenho do Programa de Saúde da Família;

§2º - Aplica-se o cálculo da proporcionalidade para o pagamento do vencimento, exclusivamente, para os profissionais médicos que laborarem no Programa de Saúde da Família".

Art. 2º) Os Anexos I e IV em especial referente as atribuições do cargo de Técnico em Nível Médio, os Quadros de Lotação da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e o Anexo VII - A sofrerão alterações nos termos dos quadros em anexo a esta Lei.

§ 1 - O Anexo I será acrescido dos seguintes Quadros:

I - Quadro de Carreiras Específicas;

II - Quadro de Cargos Extintos quando Vagarem;

III - Quadro de Servidores Inativos em Extinção;

§ 2 - O cargo descrito no Quadro de Cargos Extintos quando Vagarem não sofrerá progressão na carreira na forma descrita nos Artigos 329 a 340 desta Lei, ficando-lhe assegurada a reposição salarial anual prevista para os demais servidores.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário, em especial o §3º do Art. 83.

Art. 4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
10/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTER.	Nº DE VAGAS PREENCH.	Nº DE VAGAS PROP.
01	ANS	6	Advogado	40 horas semanal	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas semanal	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas semanal	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas semanal	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas semanal	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas semanal	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas semanal	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas semanal	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas semanal	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas semanal	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas semanal	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas semanal	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas semanal	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas semanal	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas semanal	00	00	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas semanal	01	01	01

17	ANS	6	Tera- peuta Ocupa- cional	30 horas semanal	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas semanal	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas semanal	10	04	10
20	ANI	4	Agente Adminis- trativo II	40 horas semanal	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfer- magem	40 horas semanal	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instru- tor de Música	Por hora aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Adminis- trativo I	40 horas semanal	00	05	Em ex- tinção
24	ANB	3	Agente Opera- cional III	40 horas semanal	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas semanal	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Edu- cador	40 horas semanal	10	08	10
27	ANB	2	Agente Opera- cional II	40 horas semanal	07	04	05
28	ANB	2	Auxi- liar de Odonto- logia	40 horas semanal	02	00	04
29	ANB	1	Agente Opera- cional I	40 horas semanal	81	66	81

ANEXO I - B

QUADRO DE CARREIRAS ESPECÍFICAS

Psicó- logo, Farma- cêuti- co, Tera- peuta Ocupa- cional	Nível	Subní- vel	Carga Horária Mensal	A	B	C	D	E	F
6A	6A	63A	48 horas	828,10	852,94	878,53	904,89	932,03	959,99
		62A	48 horas	693,52	714,33	735,76	757,83	780,56	803,98
		61A	48 horas	580,81	598,23	616,18	634,67	653,71	673,32

ANEXO I - C

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO QUANDO VAGAREM

CARGO OCUPADO	CARGA HORÁRIA TOTAL	VENCIMENTO VALOR TOTAL
MÉDICO CLÍNICO GERAL	72	R\$ 1.207,46

ANEXO I - D

QUADRO DOS SERVIDORES INATIVOS EM EXTINÇÃO

NOME DO SERVIDOR INATIVO	VALOR PROVENTO	CARGO OCUPADO
EDITHE MARICLER VIRMOND	R\$ 1.052,09	FISIOTERAPEUTA (72,8 horas)
HERCÍLIO BUENO FRANCO	R\$ 1.962,07	SECRETÁRIO
RENATE TSCHOEKE	R\$ 1.362,12	TESOUREIRO
SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ	R\$ 1.533,31	DIRETOR DE FINANÇAS

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras e Serviços Públicos	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Bem Estar Social	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Secretaria da Junta Militar	Chefia	FG-2
11	01	Chefe de Controle de Autorização de Internação Hospitalar	Chefia	FG-2

12	01	Chefe de Assistência à Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Assessor de Controle e Avaliação da Saúde	Assessoria	FG-2
14	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço Comércio, Indústria e Turismo	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 500,00
FG-2	R\$ 250,00

ANEXO IV - Quadro de Cargos Efetivos e Funções**Atribuições e Responsabilidades**

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário

Nível: 5

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Técnico em Contabilidade	1. Realizar as atividades relativas à Tesouraria e controlar as transações financeiras, inclusive quando designado emitir e assinar cheques; 2. Realizar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 3. Realizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 4. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 5. Informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 6. Efetuar as prestações de contas; 7. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 8. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 9. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 10. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 11. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 12. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 13. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 14. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 15. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Executar tarefas correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Curso Técnico em Contabilidade; - Registro no Conselho Regional de Contabilidade. b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53: Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.
*****	*****	Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-lei nº 9295/1946.	*****

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Agente Administrativo II	07	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Vigia	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Administração	Agente Operacional I	02	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração	Chefe de Serviço	03	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assessor de Controle e Avaliação	01	Em manutenção

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assistente Social	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Enfermagem	05	Em Extinção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Enfermeiro	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Farmacêutico	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fisioterapeuta	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico I	06	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Médico II	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo I	06	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Odontólogo II	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Psicólogo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Terapeuta Ocupacional	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Técnico em Enfermagem	04	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Fiscal de Vigilância Sanitária	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Motorista	05	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Auxiliar de Odontologia	03	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Operacional I	02	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo II	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Agente Administrativo I	04	Em Extinção

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Engenheiro Agrônomo	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Médico Veterinário	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Agente Administrativo	01	Em manutenção

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Chefe de Serviço	02	Em manutenção

ÓRGÃO	CARGO COMISSIONADO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Diretor	01	Em manutenção

ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUALAVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL - REALIZADA EM
__/__/__

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____
 MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO
 DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: __/__/__ DATA DE ENTRADA EM
 EXERCÍCIO: __/__/__
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

ITENS DE AVALIAÇÃO	AUTAV.	AVAL.	PESO	PONTOS
Prestação de Serviços: capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área.				
Qualidade: exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados.				
Iniciativa: ter ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada.				
Relacionamento: habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados.				
Assiduidade e Pontualidade: a maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata.				

Interação com a Equipe: que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo.

Interesse: ações no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências.

PONTUAÇÃO TOTAL ANUAL*:

* A pontuação total anual corresponde ao somatório geral dos pontos encontrados para cada item;

* O valor encontrado para cada item corresponde a seguinte fórmula:

AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO x PESO PROPOSTO;

* A auto-avaliação do servidor não será utilizada para atribuição dos pontos por item. Sua utilização corresponde a possibilidade do servidor propor Pedido de Reconsideração.

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no anverso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA)

(ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINATURA DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINATURA DOS SECR. DA ÁREA)

ANEXO VII - A - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINALAVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL - COMPUTADA EM
__/__/__

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO
 DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____

DATA DE NOMEAÇÃO: __/__/__ DATA DE ENTRADA EM
 EXERCÍCIO: __/__/__
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados

muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO I	AVALIAÇÃO II	SOMA	MÉDIA PONDERADA

- A avaliação de desempenho final corresponde a seguinte fórmula:

Avaliação I + Avaliação II
2

REGISTRO DAS AUTOAVALIAÇÕES

AUTOAVALIAÇÃO I	AUTOAVALIAÇÃO II

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no verso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação ou realizar Pedido de Reconsideração.

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA) (ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINAT. DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINAT. DO SECRETARIO DA ÁREA)

Lei Complementar Nº 011 de 26 de Dezembro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 011 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002
INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituída, nos termos do Art. 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, devida pelos consumidores de Energia Elétrica, residenciais e não residenciais, edificados ou não, destinada ao custeio do serviço de Iluminação Pública.

Parágrafo Único - Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

Art.2º) A contribuição de que trata o artigo anterior será devida pelos consumidores residenciais edificados, ao custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, em conformidade com a seguinte Tabela:

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	ISENTO
31 a 50 kWh	0,77
51 a 100 kWh	2,05
101 a 200 kWh	3,19

201 a 500 kWh	5,76
501 a 1000 kWh	11,51
acima de 1001 kWh	23,02

II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	3,83
31 a 50 kWh	5,64
51 a 100 kWh	11,79
101 a 200 kWh	14,09
201 a 500 kWh	16,63
501 a 1000 kWh	25,60
Acima de 1001 kWh	35,81

III - CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 30 kWh	4,79
31 a 50 kWh	9,60
51 a 100 kWh	14,39
101 a 200 kWh	19,18
201 a 500 kWh	28,79
501 a 1000 kWh	38,37
Acima de 1001 kWh	47,97

IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM R\$
0 a 2000 kWh	51,85
2001 a 5000 kWh	72,59
5001 a 10000 kWh	124,43
10001 a 50000 kWh	186,65
Acima de 50001 kWh	228,13

§ 1º - O valor da Contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado mensalmente, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

§ 2º - A contribuição devida pelos consumidores não edificados será anual, no valor de 15 (quinze) UPM's (Unidade Padrão do Município), cuja incidência ocorrerá juntamente com a incidência do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), desde que o imóvel esteja localizado em logradouro beneficiado pela iluminação pública.

Art.3º) O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, definido pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - S.A - CELESC.

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como para prestar o respectivo serviço de iluminação pública do interesse do município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC deverá contabilizar mensalmente o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria e fornecerá, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A

CELESC, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Compete À Secretaria Municipal de Finanças, a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art.6º) O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado ao Fundo Especial para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - FECOSIP.

Art.7º) A contribuição de que trata esta Lei Complementar passa a integrar o Sistema Tributário Municipal.

Art.8º) A entrada em vigor desta Lei Complementar fica condicionada a sanção por parte do Presidente da República do Projeto de Emenda à Constituição Federal nº 559/02.

Art.9º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 239, 240, 241, 242, 243 e 244 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
26/12/2002

_____ 3
JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 012 de 26 de Dezembro de 2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 236 E ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 2.293, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 236 da Lei Municipal nº 2.293/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"236) A base de cálculo da taxa será determinada segundo a área de cobertura do serviço, que será dividida em 8 (oito) sub-áreas, constantes no Anexo III, parte integrante desta Lei.

I - Sub-área A: 33 UPM
II - Sub-área B: 33 UPM
III - Sub-área C: 33 UPM
IV - Sub-área D: 25 UPM
V - Sub-área E: 25 UPM
VI - Sub-área F: 25 UPM
VII - Sub-área G: 12 UPM
VIII - Sub-área H: 12 UPM"

Art.2º) O Anexo III da Lei Municipal nº 2.293/97, passa a vigorar com a seguinte divisão:

"ANEXO III

ÁREA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

SUB-ÁREA A:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

- 1- Rua Cél Bento d'Amorim - início na Rod. SC 301, final da Rua Cél Raymundo Munhoz
- 2- Rua Pe. Luiz Gilg - início na Rod. SC 301, final da Rua Pe. Lino Jacob Vier
- 3- Rua Carlos Brandes - início Rua Cél Bento d'Amorim, final da Rua Karl H. W. Dudda
- 4- Rua 18 de Março - início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Karl H. W. Dudda
- 5- Rua Karl H. W. Dudda - início Rua Carlos Brandes, final Rua Pe. Lino Jacob Vier
- 6- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Karl H. W. Dudda, final do Rio Lageadinho
- 7- Rua: Nereu Ramos - início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél Raymundo Munhoz
- 8- Rua Benjamin Constant - início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél Raymundo Munhoz
- 9- Av. Getulio Vargas - início Rio Turvo, final da Rua Jorge Lacerda
- 10- Rua Paulo Schroeder - início da Av. Dr. Getulio Vargas, final da Rua 7 de Setembro
- 11- Rua 7 de Setembro - início da Rua Nereu Ramos, final da Rua Paulo Schroeder
- 12- Rua Cél Bueno franco - início da Av. Dr. Getulio Vargas, final Prédio da Prefeitura Municipal
- 13- Praça Esp. Maurício Foitte lado direito/esquerdo - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Quadra Areia
- 14- Rua Cél Raymundo Munhoz - início na Rua Cél Bueno Franco, final Rua Raymundo Gomes Munhoz.
- 15- Rua Adolfo Konder - início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Cél Bento d'Amorim.
- 16- Rua Carlos Brandes - início Rua Karl H. W. Dudda, final da Rod. SC 301

SUB-ÁREA B:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

- 1- Rua Carolina Kotovicz - início Rod. SC 301, final Rua Eugenio Duarte.
- 2- Rua Eugenio Duarte - início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Leoberto Leal.
- 3- Rua Leoberto Leal - início Rod. SC 301, final Rua Eugênio Duarte.
- 4- Rua Santo Antônio - início Rod. SC 301, final Rua Leoberto Leal.
- 5- Rua 18 de Março - início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.
- 6- Rod. SC 301 - início Rua Maria Dorinha Amorim, final da Propriedade da Ind. Moveis Cascata Ltda.
- 7- Rua Benjamin Constant - início Rod. SC 301, final Rua Pe. Lino Jacob Vier.
- 8- Rua Carlos Brandes - início Rua Cel Bento d'Amorim, final entrada da Ind. de Móveis Cascata Ltda.
- 9- Rua Adolfo Konder - início Rua Cél Bento d'Amorim, final Rua Benjamin Constant.
- 10- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.
- 11- Rua 7 de Setembro - início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.
- 12- Rua Paulo Schroeder - início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz.
- 13- Rua Irmã Bonavita - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.
- 14- Rua Cel Raymundo Munhoz - início Rua Raymundo G. Munhoz,

final Rua Altamiro L. Guimarães.

- 15- Rua Raymundo Gomes Munhoz - início Rua Cel Raymundo Munhoz, final da Coop. Prod. Mate
- 16- Rua Cél Bueno Franco, início Prefeitura Municipal, final propriedade de Gastão Wendel.
- 17- Rua da Cascata - início Prefeitura Municipal, final portão da propriedade de CRH Empreend. Ltda.
- 18- Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Prefeitura Municipal, final Rio Turvo.
- 19- Rua José Gomes Munhoz - início Rua Waldomiro Machado Schroeder, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 20- Rua Rudolfo Barstch - início na Rua Nereu Ramos, final propriedade de Nadia Terezinha Bastos.
- 21- Travessa do Mate - início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final propriedade de Jose Eurides C. da Cruz.
- 22- Rua Ernesto Afonso Scheide - início ponte do Rio Turvo, final Rua Vicente Pereira Neto.
- 23- Rua Ernesto Afonso Scheide lado esquerdo - início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC 301.
- 24- Trav. Moacir Machado Schroeder - início Rua Ernesto A. Scheide, final Rua Prefeito Old. Duvoisin.
- 25- Rua Prefeito Oldemar Duvoisin - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.
- 26- Rua Santa Catarina - início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske.
- 27- Rua Eliza Piske - início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rod. SC 301.
- 28- Rua Paulo Narloch - início Rua Eliza Piske com extensão de 97,00 m
- 29- Rua Carlos Piske filho - início Rua Eliza Piske com extensão de 150,00 m
- 30- Rua Odorico Gomes Munhoz - início Rua Eliza Piske com extensão de 138,00 m
- 31- Rua Aluizo G. A. Buchmann - início Rua Eliza Piske com extensão de 71,00 m
- 32- Rua Dona Francisca - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.
- 33- Rua Das Américas - Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 94,00 m
- 34- Rua Vicente Pereira Neto - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.
- 35- Rua Miguel Kotovicz - início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Rodolfo Paulo Herbst.
- 36- Rua Adele Schultz - início Rua Vicente Pereira Neto, final propriedade Greipel.
- 37- Rua Adolfo Paulo Herbst - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.
- 38- Rua Athanagildo Schmidt - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final com extensão de 151,00 m
- 39- Rua Horst Walter - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.
- 40- Rua Sebastião Leeck - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final com extensão de 44,00 m
- 41- Rua Ernesto Afonso Scheide lado direito - início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC 301.
- 43- Rua Bento Veríssimo Munhoz - início Rod. SC 301, final com extensão de 33,00 m
- 44- Rua Emília Cardoso - início na Rua Paulo Schroeder final com extensão de 85,00 m.
- 45- Rua Gustavo Muhlmann - início na Rua Carlos Schroeder, final com extensão de 68,00 m.

SUB-ÁREA C:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

- 1- Rua Santo Antonio - início RuaEugenio Duarte, final Rua Carolina Kotovicz.
- 2- Rua Carolina Kotovicz - início Rua Eugênio Duarte, final Rua Santo Antônio.

- 3- Rua Altamiro Lobo Guimarães - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Av. Dr. Getulio Vargas.
- 4- Rua Jorge Lacerda - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Rod. SC 301.
- 5- Rua 18 de março - início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.
- 6- Rua Maria Dorinha Amorim - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC 301.
- 7- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.
- 8- Av. Dr. Getulio Vargas - início Rua Jorge Lacerda, final Rod. SC 301.
- 9- Rua Irmã Amália Gheller - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Av. Dr. Getulio Vargas.
- 10- Rua Jose Cardoso de Lima - início Rua Maria Dorinha Amorim, final com extensão de 81,50 m.
- 11- Rod. SC 301 - início Rua Maria Dorinha Amorim, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 12- Travessa Brüski - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Rod. SC 301.
- 13- Rua Lucidório de Souza Freitas - início Rod. SC 301, Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 14- Rua Ernesto Friedrich - início Rua Lucidório de Souza Freitas, final Rua Victório Hostins.
- 15- Rua Victório Hostins - início Rod. SC 301, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 16- Rua: Cél Raymundo Munhoz- início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua das Palmeiras
- 17- Rua Sebastião Inglês - início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final na Igreja Família de Jesus.
- 18- Rua Ricardo Fuckner - início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final com extensão de 120,00 m.
- 19- Rua Ervino Friedrich - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 126,00 m.
- 20- Rua Miguel Gorniack - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 240,00 m.
- 21- Travessa Brasil - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final propriedade de Sandra Regina Lepeck.
- 22- Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas - início Rua Cel Raymundo Munhoz, final Fábrica de Refrigerante.
- 23- Rua Eugênio Duvoisin - início Rua Veríssimo de S. Freitas, final Herdeiros de Faustino Cardoso Aguiar.
- 24- Travessa do Caulin - início Rua Veríssimo de Souza Freitas, final Rua Cél Bueno Franco.
- 25- Rua Cél Bueno Franco - início Rua Gastão Wendel, final frente propriedade de Hans Ricardo Schneider.
- 26- Rod. SC 301- início na Ind. de Moveis Cascata Ltda, final Rua Ernesto Afonso Scheide.
- 27- Rua Adele Schulz - início Greipel, final Herdeiros de Mário Feliciano.
- 28- Rua Rodolfo Stutzer - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Euripedes Farias Munhoz.
- 29- Rua Joinville - início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 30- Rua Eurípedes Farias Munhoz - início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 31- Rua Alfredo Friedrich - início Rua Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 32- Rua Dona Francisca - início Rua Alfredo Friedrich, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 33- Rua Dona Francisca lado direito - início Rua Rodolfo Stutzer, final ponte Riacho.
- 34- Rua João Machado Pereira - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 74,00 m
- 35- Rua Rudolfo Muhlbauer - início Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas, final com extensão de 46,20 m.
- 36- Rua São Paulo - início Rua Eugênio Duvoisin, final com extensão de 55,50 m.
- 37- Rua Generoso Fragoso - início no começo do asfalto, final Rua

Victor Stachon

38- Rua Max Otto Becker - início Rua Generoso Fragoso, final Rod. SC 301.

39- Rua Fernando Jung - início Rua Francisco Dranka, final Rua Max Otto Becker.

40- Rua Francisco Dranka - início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.

41- Rua Carlos Brandes - início Rua Roberto Koenig, final Rua Max Otto Becker.

42- Rua Francisco Rudnick - início Rua Max Otto Becker, final Rua Victor Stachon.

43- Rua Victor Stachon - início Rod. SC, final Rua Generoso Fragoso.

44- Rua Germano Schroth - início Rua Bernardo Mareth, final Rua Max Otto Becker.

45- Rua Estanislau Cavalheiro - início Rua Victor Stachon, final com extensão de 150,00 m.

46- Rod. SC 301 - início Rua Max Otto Becker, final com extensão de 400,00 m.

47- Rua Professor Rufino Blaskovski - início Rua João Pius Schindler, final do calçamento.

48- Rua João Pius Schindler - início Propriedade de Francisco Koeher, final Rua Jose Endler

49- Rua Paulo Hornick - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final Rua João Pius Schindler.

50- Rua José Endler - início Rua João Pius Schindler, final Rua Albano Wollner.

SUB-ÁREA D:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

1- Rua Santo Antônio - início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Floriano Telma

2- Rua Floriano Telma - início Rua Santo Antônio, final com extensão de 121,00 m.

3- Rua Rodolfo Stutzer - início Rua Eurípedes Farias Munhoz, final Rua Dona Francisca.

4- Rua Irmã Concília Ortmann - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Dona Francisca.

5- Rua Dona Francisca lado esquerdo - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.

6- Rua Irmã Olga Mezzaroba - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.

7- Rua Cél Raymundo Munhoz - início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho.

8- Rua Das Palmeiras - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Rua das Azaléias.

9- Rua Do Ipê - início Rua das Azaléias, final Rua das Casas Populares

10- Rua das Azaléias - início Rua das Palmeiras, final Rua das Petúnias.

11- Rua Das Flores - início Rua das Palmeiras, final Rua Das Casas Populares.

12- Rua Das Petúnias - início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.

13- Rua Generoso Fragoso - início Rua Germano Neumann, final no início do asfalto

14- Rua Fernando Jung - início Rua Raymundo P. de Lima, final Rua Francisco Dranka.

15- Rua Roberto Dranka - início Rua Fernando Jung final Rua Carlos Brandes

16- Rua Bernardo Mareck - início Rua Carlos Brandes, final Rua Germano Schroth

17- Rua Jacob Kniech - início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos

18- Rua Alice Lemos - início Rua Jacob Kniech, final do Perímetro Urbano

19- Rua Alcides Medeiros Correia - início Rua Alice Lemos, final com extensão de 115,20 m.

20- Rua Bernardo Stominski - início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.

21- Rua Jacob Odia - início Rua Bernardo Stominski, final do Perímetro Urbano

22- Rua Elízio Vicenzi - início Rua João Pius Schindler, final do Perímetro Urbano

SUB-ÁREA E:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

1- Rua Carlos Schroeder - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 223,00 m.

2- Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas - início Fábrica de Refrigerante, final Rua Cél Bueno Franco.

3- Rua Cél Bueno Franco, início propriedade Hans Ricardo Schneider, final Rua Veríssimo de S. Freitas.

4- Rua Santo Antônio - início Rua Floriano Telma, final do Perímetro Urbano.

5- Rua Oscar Schwarz - início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.

6- Rua Generoso Fragoso - início Rua Max Rudnick, final Rua Germano Neumann.

7- Rua Germano Neumann - início Rua Generoso Fragoso, final Estrada Boa Vista

8- Rua Fernando Jung - início Rua Raymundo P. de Lima, final Cemitério

9- Rua Raymundo P. de Lima - início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes

10- Rua Carlos Brandes - início Rua Raymundo P. de Lima, final Rua Roberto Koenig.

11- Rua Germano Schroth - início Rua Carlos Brandes, final Rua Bernardo Mareth.

12- Rua Aníbal R. Batista - início Rua Estanislau Cavalheiro, final com extensão de 60,00 m.

13- Rua Antônio Basílio da Rocha - início Rod. SC 301, final com extensão de 30,00 m.

14- Rua Professor Rufino Blaskovski, início no final do calçamento, final do rio que passa na propriedade do Sr. Arlindo Ranthum.

15- Rua Luiz Homann - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 168,90 m.

16- Rua Leonardo Saidock - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 200,00 m.

17- Rua Francisca Augustin - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com 137,30 m.

18- Rua Júlia Pazda - início Rua João Pius Schindler, final Rua Rafael Quidini

19- Rua Otto Rudnick - início Rua José Endler, final Rua João Stall.

20- Rua João Stall - início Rua José Endler, final Rua Otto Rudnick.

SUB-ÁREA F:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

1 - Rua Paulo Schutz -início Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 180,00 m

2 - Rua Generoso Fragoso - início Rua Max Rudnick, final propriedade Buddmeyer

3 - Rua Max Rudnick lado Direito - início na Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 170,00m.

4 - Rua Max Rudnick lado esquerdo - início Rua Generoso Fragoso, final do Perímetro Urbano.

5 - Rua Ervino Neumann - início Rua Germano Neumann, final com extensão de 145,00m.

6 - Rua Eduardo Hadas - início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 85,00 m.

7 - Rua Pe. Genésio Scharf - início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 105,00 m.

8 - Rua Elvino Neumann - início Rua Germano Neumann, final com extensão de 70,00 m.

9 - Rua Estrada Boa Vista - início Rua Germano Neumann, final do Perímetro Urbano
 10 - Rua Germano Neumann - início Rua Estrada Boa Vista, final com extensão de 395,00 m.
 11 - Bernardo Oleskoviski - início Rod. SC 301, final do Perímetro Urbano
 11 - Rod. SC 301 - início 400,00 m do trevo sentido São Bento do Sul, final Perímetro Urbano
 12 - Rua Professor Rufino Blaskovski - Rio, final Perímetro Urbano.
 13 - Estrada Salto - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano
 14- Rua Pedro Sorminski - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano
 17- Rua Jacob Augustin - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 80,00 m.
 18- Rua Emília Ionk - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano
 19- Rua José Wollner - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano
 20- Rua Alexandre Telma - início Rua Jose Wollner, final do Perímetro Urbano
 21- Rua Júlia Pazda - início Rua Rafael Quidini, final Perímetro Urbano
 22- Rua Francisca Heiden - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 134,00 m.
 23- Rua Rafael Quidini - início Rua Júlia Pazda, final com extensão de 180,00 m.
 24- Rua Estanislau Milchevski - início Rua José Endler, final Perímetro Urbano
 25- Rua Francisco Narloch - início Rua Estanislau Michevski, final Rua Estanislau Ossovski
 26- Rua Estanislau Ossovski - início Rua Francisco Narlock, final Rua Rodolfo Heiden
 27- Rua Rodolfo Heiden - início Rua Estanislau Milchevski, final Rua Rodolfo Heiden
 28- Rua José Ossovski - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 90,00 m.
 29- Rua João Odia - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 160,00 m.
 30- Rua Augusto Ossovski - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 57,00 m.
 31- Rua José Endler- início Rua Albano Wollner, final Perímetro Urbano.
 32- Rua Alberto Kroll - início Rua João Pius Schindler, final Rio Bateias
 33- Rua Blondina Tabbert - início Rua João Pius Schindler, final Rua Adão Zezostko
 34- Rua Adão Zezostko - início Rua Blondina Tabbert, final Rua Antônio Milchevski
 35- Rua Antônio Milchevski - início Rua Adão Zezostko, final Rua Jose Endler
 36- Rua Aleixo Pazda - início Rua Antônio Milchevski, final Rua José Endler.
 37- Rodovia 010 - início Rio São Miguel, final Rua Número 12
 38- Rua Número 09, início Rodovia 010, final Rua Número 10
 39- Rua Número 10- início Rua Numero 09, final Rio São Miguel
 40- Rua Número 11- início Rua Numero 09, final Rua Número 12
 41- Rua Número 12 - início Rodovia 010, final da Rua Número 11.

SUB-ÁREA G:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

- 1- Rua Laurindo Machado - início Rua Max Rudnick, final com extensão de 165,00 m.
- 2- Rua Albano Wollner - início Rua Jose Endler, final com extensão de 100,00 m
- 3- Estrada Dona Francisca - início Rod. SC 301, final Rod. 020.
- 4- Rodovia 020 - início Rodovia SC 301, final Rio São Miguel.
- 5- Estrada Dona Francisca - início Rodovia SC 301, final do

Perímetro Urbano

- 6- Rodovia SC 301 - início propriedade Itamar José Cubas, final propriedade Rest. Carlito Neves Zumbach
- 7- Rodovia 010 - início Rio São Miguel, final Perímetro Urbano.
- 8- Rua número 01 início Rodovia 010, final com extensão de 390,00 m.
- 9- Rodovia 333 lado esquerdo - início Rodovia 010, final Rio São Miguel
- 10- Rua Waldomiro Bartsch - início Rodovia 333, final com Extensão de 150,00 m.
- 11- Rodovia SC 333 lado direito - início Rodovia 010, final do Perímetro Urbano
- 12- Rua Numero 05 - início Rodovia 333, final Perímetro Urbano.
- 13- Rua Numero 06 - início Rua Numero 05, final Rua 07
- 14- Rua Numero 07 - início Rua Numero 06 , final do Perímetro Urbano
- 15- Rodovia 010 - início Rua nº 12, final com extensão de 340,00 m sentido Campo Alegre-Bateias Baixo.
- 16- Rua Carlos Schroeder - do Rio até o final do Perímetro Urbano.

SUB-ÁREA H:

Pertencem a esta Sub-área, todos o imóveis localizados nas seguintes ruas:

- 1- Rod. SC 301 - início Av. Dr. Getúlio Vargas, final do Perímetro Urbano
- 2- Rod. SC 301 - início final Rua Ernesto Afonso Scheide, final do Perímetro Urbano
- 3- Rod 010 - início Rod. SC 301, final Perímetro Urbano.
- 4- Rod. SC 301 - início Rua Max Otto Becker, final Rio Negro.
- 5- Rua Antônio Basílio do Rocha - início Riacho, final do Perímetro Urbano.
- 6- Rua Generoso Fragoso - início Rua Victor Stachon, final Rio Negro
- 7- Rodovia 010 - início 340,00 m da Rua Numero 12, final do Perímetro Urbano
- 8- Rodovia SC - início propriedade Itamar José Cubas, final do Perímetro Urbano.
- 9- Rua Dona Francisca - início Rodovia SC 301, final do Perímetro Urbano.
- 10- Rua Alice Lemos - início Jacob Kmiech, final Perímetro Urbano.
- 11- Rua João Stall - início Rua Otto Rudnick, final Campo de Futebol."

Art.3º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 26/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.598 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.598 DE 23 DE JANEIRO DE 2002
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER COMO DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÉBITOS COM A MUNICIPALIDADE

ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE DILCEU JOSÉ DUARTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber como dação em pagamento de DILCEU JOSÉ DUARTE, por conta de débito tributário com a Municipalidade, relativo a Contribuição de Melhoria e IPTU, no valor de R\$ 9.450,30 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta centavos), através de escritura pública, livre de qualquer ônus e hipotecas, área de terras, a seguir descrita:

Terreno urbano, situado na Rua: Cél. Raymundo Munhoz, com a área total de 555,90 (quinhentos e cinquenta e cinco metros, e noventa decímetros quadrados), cuja área foi absorvida pela Rua: Cél. Raymundo Munhoz.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 23 / 01 / 2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.599 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.599 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002 / 2005

4.05 PROGRAMA: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: OS ALUNOS BENEFICIADOS SERÃO OS REGULARMENTE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

DIRETRIZES: MELHORIA DA QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DE CARDÁPIOS ELABORADOS COM A ORIENTAÇÃO DA NUTRICIONISTA, PROGRAMADO A FAVORECER, NO MÍNIMO, POR REFEIÇÃO, 15% DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DIÁRIOS DOS ALUNOS BENEFICIADOS.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR, VISANDO A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E DA REPETÊNCIA, E PARA FORMAR BONS HÁBITOS ALIMENTARES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.05.01 Aprimoramento do cardápio escolar, objetivando melhorar a qualidade da merenda escolar e suprimento das necessidades nutricionais dos educandos	Merenda Escolar	Unidade	48	92.820,00 116.912,00	Recursos Próprios e Convênios com FNDE
4.05.02 Veículo para transporte da merenda	Utilitário com Baú	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios e Convênio
TOTAL				269.732,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.05 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE MAIS VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: IMPLEMENTAÇÃO DE MAQUINÁRIOS

OBJETIVOS: MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS E SERVIÇOS GERAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

8.05.1 Caminhão Traçado e Trucado com Basculante	Veiculo	Peça	03	330.000.00	Recursos Próprios
8.05.2 Retro Escavadeira	Veiculo	Peça	01	180.000.00	Recursos Próprios
8.05.3 Motoniveladora	Veiculo	Peça	01	280.000.00	Recursos Próprios
8.05.4 Trator de Pneu	Trator	Peça	01	91.000.00	Recursos Próprios
8.05.5 Aquisição de um Britador	Equipto.	Unidade	01	110.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				991.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.09 PROGRAMA: ATERRO SANITÁRIO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI AINDA UM ATERRO SANITÁRIO CONFORME AS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS

DIRETRIZES: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO

OBJETIVOS: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.09.1 Aquisição de um terreno	Área	M2	01	20.000.00	Recursos Próprios
8.09.2 Implementação do Aterro Sanitário	Projeto	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				45.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.06 PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE VIAS

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO TEM 295 KM DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: MELHORIA E MANUTENÇÃO VIAS PUBLICAS

OBJETIVOS: CONSERVAÇÃO DAS VIAS PUBLICAS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.06.1 Recuperação do asfalto de Fragosos c/ 2.500m	Asfalto	M2	22.500	320.000.00	Recursos Próprios
8.06.2 Construção e Conservação permanente de estradas, bueiros e pontes da Área Rural	Estradas	km	250	120.000.00	Recursos Próprios
8.06.3 Conservação permanente das vias urbanas pavimentadas ou não.	Vias	km	45	20.000.00	Recursos Próprios
8.06.2 Recuperação e alargamento das Estradas do Município.	Estradas	Km		20.000.00	Recursos Próprios
8.06.5. Infra-estrutura p/ Indústria conforme programa de divisão de Comércio e Indústria de acordo com o Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa		4	186.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				666.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.02 PROGRAMA: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE EM BAIRRO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI CERCA DE 4 BAIRROS, COM DEMANDA REFERENCIADA P/ O CENTRO DE SAÚDE DA SEDE.

DIRETRIZES: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE COM 94,00 M2

OBJETIVOS: GARANTIR ATENDIMENTO BÁSICO À POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO DIÁRIO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E SEMANALMENTE CONSULTAS BÁSICAS (MÉDICA/ODONTOLÓGICA).

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------	------	-------	-------

5.02.01 Construção do Posto de Saúde	Posto de Saúde	Unid. 94,00 m2	01	30.000,00	Convênio Gov. Fede- ral/Estado
5.02.02 Aquisição de equi- pamentos médico/am- bulatorial	Equipamen- tos	Unidade		10.000,00	Convênio Gov. Fede- ral/Estado
5.02.03 Ampliação do Posto de Saúde Central	Posto	M2	01	98.000,00	Recursos Próprios/ Convênio
TOTAL RECURSOS -CONVÊ- NIOS				138.000,00	

REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

04.02 PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONTA ATUALMENTE COM 24 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ATENDENDO 819 ALUNOS. O CORPO DOCENTE É FORMADO POR 52 PROFESSORES, TENDO COMO PESSOAL DE APOIO, 27 MERENDEIRAS, UMA NUTRICIONISTA, UMA FONOAUDIÓLOGA, DOIS MOTORISTAS, ALÉM DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DIRETRIZES: EVITAR A EVASÃO ESCOLAR, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES FÍSICAS E PEDAGÓGICAS, EQUIPANDO AS UNIDADES DE ENSINO, AMPLIANDO O ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR E ADEQUANDO A MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DE CARDÁPIOS BALANCEADOS.

OBJETIVOS: FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO, PARA QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA PARTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA E SOLIDÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04.02. 01 Manutenção da estrutura de educa- ção existen- te (Apoio ADM)	Desp. Gerais	Unidade	48	677.865,41	Recursos Próprios
04.02.02 Construção nova sede Escola R. M. Ma José D. Silva Bernardes	Escola	Unidade	01	200.000,00	Recursos Próprios

04.02.03 Ampliação Física das Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto. Antônio, Santana e cons- trução de uma nova escola na localidade de Bateias de Cima	Salas	Unidade	10 salas	100.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUN- DEF)
04.02.04 Construção da Quadra de Esportes nas Escolas Isoladas: Avenqui- nha de Sto Antônio, Santana e Bat de Cima	Quadra	Unidade	01	30.000,00	Rec. Próp. e FUNDEF
04.02.04 Pintura intern/ex- terna Rede Escolar	Pintura	Unidade	24	80.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUN- DEF)
04.02.05 Conser- vação e reforma dos Prédios Escolares existentes	Reformas Gerais	Unidade	22	80.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.06 Equipamen- tos para a Rede Escolar	Equipatos.	Unidade	Vários	48.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.07 Aquisição material didático/ consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.08 Aperfeiço- amento e investimen- to na quali- ficação dos profissionais do Ensino Fundamen- tal	Cursos	Unidade	10	20.000,00	Rec. Próp./ Conv. Salá- rio Educ. e FUNDEF

04.02.09 Estudos, levantamentos e pesquisas para o aprimoramento do Ensino Fundamental	Estudos e Pesquisas	Unidade	07	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.10 Contratação de pessoal de apoio: Terapeuta Ocupacional e Psicóloga	Profissionais	Unidade	02	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.11 Construção da quadra de esportes na E.R.M. Carlos Frederico Adolfo Schneider	Quadra de Esportes	Unidade	01	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.12 Ampliação das dependências físicas e construção de muro na E.R.M. Bela Vista	Sala Muro	Unidade	01	15.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.13 Implantação de Telesala na Rede Escolar - Interior	Equiptos.	Unidade	02	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.14 Construção de dois laboratórios de informática: na sede e na localidade de Bateias de Cima	Laboratório	Unidade	02	60.000,00	Recursos Próprios e Convênios
04.02.15 Aquisição mobiliário para Salas Informática	Equiptos.	Unidade	80	8.000,00	Rec. Próp. FUNDEF/ Salár Educ.
04.02.16 Informatização das Escolas da Rede Municipal do Ensino Fundamental	Equiptos.	Peças	08	10.000,00	Rec. Próp. e Convênios

04.02.17 Aquisição e Manutenção de Veículos	Veículos	Unidade	03	100.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.18 Manutenção Aquisição de Material Permanente p/ banheiro, cozinha, sala de Apoio Administrativo, Pedagógico, Multi-Profissionais e Chefias.	Material	Unidade	Vários	150.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.19 Construção, Manutenção do Prédio da Secretaria Municipal de Educação.	Prédio		01	70.000,00	Rec. Próp. e Convênios
TOTAL				1.758.865,41	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

04.02 - PROGRAMA

Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre

DIAGNÓSTICO

A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global, tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES

O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre será um marco para o município. O canto combate a agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS

Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumentos, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global das crianças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.21 Formação e manutenção do Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre	Alunas de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino	Unidade	80 meninas	R\$ 8.000,00	Recursos próprios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE					
PLANO PLURIANUAL 2002/2005					
04.02 - PROGRAMA					
Bombeiros Mirins de Campo Alegre					
DIAGNÓSTICO					
Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola"					
DIRETRIZES					
Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.					
OBJETIVOS					
Proporcionar à criança uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.20 - Desenvolvimento do projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre	Alunos de 09 a 13 anos	Unidade	72 alunos	R\$ 8.000,00	Recursos Próprios

Lei Nº 2.600 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.600 DE 23 DE JANEIRO DE 2002
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE ITENS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de janeiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					
4.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR (Pré-Escola e Ensino Fundamental)					
DIAGNÓSTICO: Os alunos beneficiados serão os regularmente matriculados na Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental do Município.					
DIRETRIZES: Melhoria na qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista					
OBJETIVOS: Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.5.01.1 - Melhoria da qualidade da Merenda Escolar e suprimentos das necessidades Nutric. dos Educandos	Merenda	Unidade	Alunos	29.228,00 23.205,00	Recursos FNDE Recursos Próprios
4.5.01.2 - Aquisição Veículo para Transporte da Merenda Escolar	Veículo	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios/Convênio
				112.433,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)					
DAS DESPESA					
POR PROGRAMA					
4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL					
DIAGNÓSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 24 Escolas do Ensino Fundamental, atendendo 819 alunos. O corpo docente é formado por 43 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga, um motorista, e profissionais de apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.					
DIRETRIZES: Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.					
OBJETIVOS: Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE

4.2.01.1 - Construção da nova sede escolar da Escola R. Munic. M ^a Jose Duarte Silva Bernardes	escola	unidade	1	R\$ 200.000,00	Recursos Próprios
4.2.01.1 - Ampliação física da Escola I. Avenquinha Sto. Antônio	salas	unidade	6	R\$ 40.000,00	Recursos Próprios-Convênios FUNDEF
4.2.01.3 - Pintura interna e externa	pintura	unidade	1	R\$ 10.000,00	Recursos Próp. FUNDEF
4.2.01.3 - Pintura Interna e Externa	pintura	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios FUNDEF
4.2.01.4 - Conservação e reforma de prédio	reforma	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios./FUNDEF
4.2.01.5 - Equipamentos para rede escolar	equipamentos	unidade	vários	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/Convênios
4.2.01.6 - Implantação de Tele-sala no interior	equipamentos	unidade	2	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/Convênios
4.2.01.7 - Construção de dois Laboratórios de Informática, um no centro e outro no interior	laboratório	unidade	2	R\$ 15.000,00	Rec. Próprios/Convênios
4.2.01.8 - Aquisição mobiliário p/ salas de Informática	equipamentos	unidade	80	R\$ 8.000,00	Rec.Próp. FUNDEF, Salário Educação
4.2.01.9 - Despesas Diversas	Diversos	unidade	24 Esc.	31.968,19	
TOTAL				R\$ 334.968,19	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II					
DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					

8.05 PROGRAMA : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS					
DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota					
DIRETRIZES: Implementação dos Serviços de Transporte					
OBJETIVOS: Melhorar a Manutenção de Vias Públicas e outros Serviços em geral.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.05.1 - Caminhão	Veículo	Unidade	3	330.000,00	Recursos Próprios
Traçado e Trucação com basculante					
8.05.2 - Britador	Equip.	Unidade	1	110.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				440.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II					
DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					
8.06 PROGRAMA : RECUPERAÇÃO DE VIAS PUBLICAS					
DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI 295 KM DE ESTRADAS VICINAIS					
DIRETRIZES: Melhorar a Manutenção das Estradas Vicinais					
OBJETIVOS: Proporcionar uma boa estrada Vicinal					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE

8.6.01.2 - Conservação Permanente de Estradas, Construção e Conservação de Bueiros e Pontes da Área Rural	Estradas	Km	63	10.000,00	Rec. Próprio
8.6.01.3 - Conservação Permanente das Vias Urb. Públ.	Ruas	Km	23	10.000,00	Rec. Próprio
Pavimentadas ou não					
8.6.01.4 - Recuperação e Alargamento das Estradas	Estradas	Km		5.000,00	Rec. Próprio
do Município					
8.6.01.5 - Infraestrutura para Programa Indústria conforme programa da Divisão de Comércio e Indústria e Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa	Unidade	1	30.000,00	Rec. Próprio
TOTAL				55.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					
8.02 PROGRAMA : PAVIMENTAÇÃO DE VIAS					
DIAGNOSTICO: O Município possui 19,700 km (dezenove quilômetros vírgula setecentos metros) de Vias Urbanas não Pavimentadas					
DIRETRIZES: Construir a Sub-Base e Tubulação Pluvial para Pavimentação					
OBJETIVOS: Urbanizar Ruas, reduzir o números de ruas não pavimentadas.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.2.01.0 - Rua Ernesto Afonso Scheide 1500m x 9m)					

8.2.01.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.700	1.350,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	3.000	30.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	30	1.500,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	13.500	216.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.0 - Rua Altamiro L. Guimarães e Jorge Lacerda(1300m x 9m)					
8.2.02.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.340	1.170,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	2.600	26.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	26	1.300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	11.700	187.200,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.0 - Rua Carolina Kotovicz (222m x 9m)					
8.2.03.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	380	190,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	75	750,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	3	300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	1.887	30.192,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.5 - Pavimentação Asfáltica das seguintes Ruas: Pe. Lino Jacob Vier, Irª, Amália Gheller, Carlos Brandes, Rua Nereu Ramos, Rua das Flores e Rua das Hortências.	Asfalto	M2	8.500	103.327,60	Rec. Próprio/Convênio
TOTAL				599.179,60	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)					
DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					
8.09 PROGRAMA : ATERRO SANITÁRIO					
DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda um Aterro Sanitário conforme as exigências Ambientais.					
DIRETRIZES: Adequar um local para Recebimento de Lixo Doméstico.					
OBJETIVOS: Implantar um novo Aterro Sanitário dentro das Regras Estabelecidas de Acordo com a Legislação Ambiental.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	METAV	VALOR	FONTE
8.09.1- Aquisição de um Terreno	Área	M2	01	20.000,00	Rec. Próprios
8.09.2 - Implementação do Aterro Sanitário	Projeto	Unidade	01	25.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				45.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE					
ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)					
04.02 - PROGRAMA					
CORAL FEMININO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE					
DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global, tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".					
DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre será um marco para o município. O canto combate a agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.					
OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumentos, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global das crianças.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE

4.2.01.12	Formação e manutenção do Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre	Alunas de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino	Unidade	80 meninas	R\$ 8.000,00	Recursos próprios
-----------	---	---	---------	------------	--------------	-------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE					
ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)					
04.02 - PROGRAMA					
BOMBEIROS MIRINS DE CAMPO ALEGRE					
DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola"					
DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.					
OBJETIVOS: Proporcionar à criança uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.11 - Desenvolvimento do projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre	Alunos de 09 a 13 anos	Unidade	72 alunos	R\$ 8.000,00	Recursos Próprios

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)					
DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					
6.06 PROGRAMA : TRANSPORTE PARA CARENTES					
DIAGNOSTICO: Fornecimento de bilhetes de Passagem para Transporte Coletivo e Rodoviário					
DIRETRIZES: Aumentar o Atendimento à Pessoas Carentes					

OBJETIVOS: Proporcionar atendimento aos carentes que são encaminhados para atendimento médico fora deste Município e também aos que irão em busca de trabalho ou até mesmo para fixar residência em outros municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.06.1 - Bilhetes Transporte Rodoviário e Coletivo	Bilhetes	Unidade	380	2.100,00	Rec. Próprios
TOTAL				2.100,00	

Lei Nº 2.601 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.601 DE 23 DE JANEIRO DE 2002
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 408.327,60 (quatrocentos e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação
0402 - Divisão de Ensino Fundamental
012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Municipais
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
0603 - Divisão de Turismo
023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00
0700 - Secretaria Municipal de Planej., Transportes e Obras
0701 - Divisão de Planejamento e Obras
026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 103.327,60
026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa da Secret. de Planejamento e Obras
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 220.000,00
0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos
017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$

25.000,00

TOTAL R\$ 408.327,60

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2001.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 23/01/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.602 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.602 DE 23 DE JANEIRO DE 2002
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade
008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.100,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999
em ____/____/____

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.603 de 08 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.603 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2002.
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, com o objetivo de transferência de recursos financeiros para pavimentação de vias e construção de abrigos de passageiros.

Art.2º) Fica o Poder Executivo obrigado a fornecer cópia do termo de convênio firmado em decorrência desta Lei, no prazo de cinco dias, contados da data da assinatura do convênio.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 08/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.604 de 08 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.604 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2002
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
08 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 08/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.05 PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO DISPÕE DO PROJETO EM IMPLANTAÇÃO

DIRETRIZES: CONTRIBUIR PARA A REORIENTAÇÃO DO MÓDULO ASSISTENCIAL A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, IMPRIMINDO UMA NOVA DINÂMICA DE ATUAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A POPULAÇÃO.

OBJETIVOS: PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL CONTÍNUA NA UNIDADE DE SAÚDE E NO DOMICÍLIO, INTERFERINDO SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS A POPULAÇÃO ESTÁ EXPOSTA FAZENDO COM QUE A SAÚDE SEJA RECONHECIDA COMO UM DIREITO DE CIDADANIA E, PORTANTO, EXPRESSÃO DE QUALIDADE DE VIDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTES
5.05.01 Médico	Profissional	Unidade	01	41.600,00 112.000,00	Recursos Próprios Convênios
5.05.02 Enfermeira	Profissional	Unidade	01	76.800,00	Recursos Próprios
5.05.03 ACS	Profissional	Unidade	05	45.600,00	Recursos Próprios
5.05.04 Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	10.000,00	Recursos FMS
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				164.000,00 122.000,00	
TOTAL CONVÊNIOS					

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.24 PROGRAMA: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO POSSUI NENHUM VEÍCULO PARA O SEU SETOR ADMINISTRATIVO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMÓVEL COM CAPACIDADE DE 05 LUGARES.

OBJETIVOS: SERÁ UTILIZADO PELO SETOR ADMINISTRATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DIVISÃO DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.24.01 Aquisição de um Veículo Automotor com capacidade de 05 lugares	Veículo	Unidade	01	20.500,00	Convênios/FMS
5.24.02 Despesas com documentação/seguro e Manutenção do Veículo	Veículo	Unidade	Vários	5.500,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				26.000,00	

Lei Nº 2.605 de 08 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.605 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE ITENS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
08 de fevereiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 08/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMA

5.04 PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA DE SAÚDE: 08 UNIDADES, 05 MÉDICOS, 07 ODONTÓLOGICOS, 04 OUTROS PROFIS- SIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 30 DE NÍVEL MÉDIO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA DE- SENVOLVER ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVOS: ATENDIMENTO Á POPULAÇÃO EM GERAL, CONFORME DETERMINA PARÂMETROS/PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.04.1 Mat. Clínicos Básicos	Material	Unidade	44.568	20.228,85	Convênios
5.04.2 Materiais Odontoló- gicos	Material	Unidade	3.036	26.460,12	Convênios/FMS
5.04.3 Mat. de T.O, Psi- col./Fisiot.	Material	Unidade	7.800	2.237,62	Convênios
5.04.4 Material de Consultório e Equipa- mentos	Material/ Equipos.	Unidade	Vários	3.483,07	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				52.409,66	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMAS

5.05 PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA
DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO DISPÕE DO PROJETO EM IMPLANTAÇÃO

DIRETRIZES: CONTRIBUIR PARA A REORIENTAÇÃO DO MÓDULO AS- SISTENCIAL A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, IMPRIMINDO UMA NOVA DINÂMICA DE ATUAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A POPULAÇÃO.

OBJETIVOS: PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL CONTÍNUA NA UNIDADE DE SAÚDE E DOMICÍLIOS, INTERFERINDO SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS A POPULA- ÇÃO ESTÁ EXPOSTA FAZENDO COM QUE A SAÚDE SEJA RECONHECIDA COMO UM DIREITO DE CIDA- DANIA E, PORTANTO, EXPRESSÃO DE QUALIDADE DE VIDA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA PODER DESENVOLVER OS OBJETIVOS ACIMA PROPOSTOS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.05.01 Médico	Profissional	Unidade	01	28.000,00	Convênios
5.05.02 Enfermeira	Profissional	Unidade	01	16.000,00	Recursos Próprios
5.05.03 ACS	Profissional	Unidade	05	10.800,00	Recursos Próprios
5.05.04 Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	10.000,00	FMS
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				26.800,00	
TOTAL CONVÊNIOS				38.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMAS

5.10 PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO CUSTEIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO, BEM COMO TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS.

DIRETRIZES: ATENDIMENTO A PACIENTES EM TRATAMENTO CONTÍNUO

OBJETIVOS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS VIA SUS OU CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TRATAMENTO ODONTOLÓGICO, AUXÍLIO TRANSPORTE ETC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.10.01 Aquisição de Medicamentos	Diversos	Unidade	2.496	3.473,21	Convênio/FMS
5.10.02 Pagamento de Consultas e Exames especializados/auxílio transporte para atendimento especializado	Diversos	Unidade	50	4.907,43	Recursos Próp./FMS
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				8.380,64	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMAS

5.18 PROGRAMA: FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE POSSUI UMA FARMÁCIA BÁSICA INSTALADA NO POSTO DE SAÚDE DA SEDE, TEM APROXIMADAMENTE 127 ITENS DE MEDICAMENTOS, ATENDE A MÉDIA DE 1.015 PACIENTES E AS UNIDADES DO INTERIOR.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

OBJETIVOS: ATENDER A DEMANDA NA UNIDADE DE SAÚDE, GARANTINDO TRATAMENTO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.18.01 Aquisição de Medicamentos Básicos	Medicamentos	Unidades	46.560	37.709,04	Convênio/FMS
TOTAL DE CONVÊNIOS				37.709,04	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMAS

5.24 PROGRAMA: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO POSSUI NENHUM VEÍCULO PARA O SEU SETOR ADMINISTRATIVO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMÓVEL COM CAPACIDADE DE 05 LUGARES.

OBJETIVOS: SERÁ UTILIZADO PELO SETOR ADMINISTRATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DIVISÃO DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

5.24.01 Aquisição de um Veículo Automotor com capaci- dade de 05 lugares	Veículo	Unidade	01	20.500,00	FMS
5.24.02 Despesas com docu- mentação/ seguro e Manutenção do Veículo	Veículo	Unidade	Vários	5.500,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				26.000,00	

Lei Nº 2.606 de 08 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.606 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2001 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.882,65 (sessenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

1300 - Fundo Municipal de Saúde
1313 - Fundo Municipal de Saúde
010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades voltadas à Saúde
300000.00 - Despesas Correntes
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00 - Aplicações Diretas
319004.00 - Contrações por tempo determinado
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339030.00 - Material de Consumo R\$
23.475,22
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$
4.707,43
339048.00 - Outros Aux. Financeiros a Pessoas Física R\$
2.200,00
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$
30.500,00
TOTAL R\$ 60. 882,65

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2001 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
08 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 08/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.607 de 19 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.607 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APP DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, com sede à Rua: Nereu Ramos nº 124 - Centro, município de Campo Alegre/SC, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 376, à fls. 150v/151 do livro A-nº 2, de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.498.979/0001-32.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 19/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.608 de 19 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.608 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e criar os seguintes Elementos de Despesa:

0100 - CÂMARA DE VEREADORES
0101- Câmara de Vereadores
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
31.9009.00 - Salário Família R\$

400,00
33.9035.00 - Serviços de Consultoria R\$
2.600,00
44.9051.00 - Obras e Instalações R\$
5.000,00

Total R\$ 8.000,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por Anulação Parcial do Orçamento Vigente.

0100 - CÂMARA DE VEREADORES
0101 - Câmara de Vereadores
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
30.0000.00 - Despesas Correntes
31.0000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31.9016.00 - Outras Desp. Variáveis - Pessoal Civil R\$ 5.000,00
33.0000.00 - Outras Despesas Correntes
33.5000.00 - Transferências a Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos
33.5041.00 - Contrib. a Entid. S/ Fins Lucrativos R\$ 3.000,00

Total R\$ 8.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 19/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.609 de 26 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.609, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2002.
AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI.

A Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Lei:

Art.1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o consórcio Quiriri, no decorrer do exercício de 2002, até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Art.2º. Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º. O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º. A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária 018.1541.1701.2025 - Manutenção do Projeto Quiriri 335041.00 - Contribuições a Entidades

sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada mediante autorização legislativa.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de presidência da Câmara Municipal de Campo Alegre, 26 de Fevereiro de 2002.
REGINA CÉLIA GROSSL
Presidente

PUBLICADA EM MURAL A LEI Nº2.609/2002, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2002.

VILMAR GROSSKOPF
1º Secretário

LEONICE ROSÁRIO DA CRUZ
2ªSecretária

Lei Nº 2.610 de 28 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.610 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e cria o seguinte Elemento de Despesa:
0400 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.01- Divisão De Apoio Administrativo
012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação
33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos
R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de fevereiro de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 28/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.611 de 28 de Fevereiro de 2002

LEI Nº 2.611 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ nº 01.498.979/0001-32 com sede na Rua: Nereu Ramos, 124 Centro Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 08 parcelas, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2002.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre e à Câmara de Vereadores do Município de Campo Alegre, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2002.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de fevereiro de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 28/02/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.612 de 05 de Março de 2002

LEI MUNICIPAL Nº 2.612 DE 05 DE MARÇO DE 2002

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a Associação de Município do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente aos meses de janeiro a dezembro de 2002.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação de Campo Alegre.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação 003.004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2002.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC". 05 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 05/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.613 de 12 de Março de 2002

LEI Nº 2.613 DE 12 DE MARÇO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Programa 5.25 no Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 12/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE
ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.25 PROGRAMA: " CAMPO ALEGRE LIVRE DE CÁRIES"

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI UM REGIME DE COMODATO EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DE PROPRIEDADE DO SESI COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, EM 50% PARA A CLIENTELA INDUSTRIARIA E OUTROS 50% PARA A CLIENTELA CARENTE.

DIRETRIZES: DISPONIBILIZAR OS EQUIPAMENTOS NA INDÚSTRIA APÓS ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA MEDIANTE CONDIÇÕES PRÉ ESTABELECIDAS E NAS LOCALIDADES CONFORME CRONOGRAMA

OBJETIVOS: PROMOVER E IMPLEMENTAR MELHORIAS REDUZINDO GRADATIVAMENTE OS ÍNDICES DE CÁRIES A CADA ANO, MÉDIO E A LONGO PRAZO, ALCANÇAR A CONDIÇÃO DE CÁRIE ZERO NA POPULAÇÃO JOVEM.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

5.25.1 - O Odontomóvel será disponibilizado na indústria e nas localidades conforme cronograma pré estabelecido, após a assinatura do Termo de Adesão. O atendimento será efetuado aos funcionários e familiares gratuitamente. Os materiais e os profissionais utilizados para o atendimento serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e a indústria ficará comprometida com a campanha entre os funcionários e familiares.

Convênio

Unidade

04

Recursos
Próprios e
Convênios**Lei Nº 2.614 de 12 de Março de 2002**

LEI Nº 2.614 DE 12 DE MARÇO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMA NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Programa 5.25 - "Campo Alegre Livre de Cáries", no Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 12/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMA

5.25 PROGRAMA: "CAMPO ALEGRE LIVRE DE CÁRIES"

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI UM REGIME DE COMODATO EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DE PROPRIEDADE DO SESI COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, EM 50% PARA A CLIENTELA INDUSTRIARIA E OUTROS 50% PARA A CLIENTELA CARENTE

DIRETRIZES: DISPONIBILIZAR OS EQUIPAMENTOS NA INDÚSTRIA APÓS ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA MEDIANTE CONDIÇÕES PRÉ ESTABELECIDAS E NAS LOCALIDADES CONFORME CRONOGRAMA.

OBJETIVOS: PROMOVER E IMPLEMENTAR MELHORIAS REDUZINDO GRADATIVAMENTE OS ÍNDICES DE CÁRIES A CADA ANO, MÉDIO E A LONGO PRAZO, ALCANÇAR A CONDIÇÃO DE CÁRIE ZERO NA POPULAÇÃO JOVEM

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.25.1 - O Odontomóvel será disponibilizado na indústria e nas localidades conforme cronograma pré estabelecido, após a assinatura do Termo de Adesão. O atendimento será efetuado aos funcionários e familiares gratuitamente. Os materiais e os profissionais serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e a indústria ficará comprometida com a campanha entre os funcionários e familiares.	Convênio	Unidade	01	*****	Recursos Próprios e Convênios

Lei Nº 2.615 de 12 de Março de 2002

LEI Nº 2.615 DE 12 DE MARÇO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMAS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam incluídos os Programas 4.07 - Transporte Escolar para Jovens e Adultos e 4.08 - Transporte Escolar para Jovens e Adultos do Ensino Fundamental na Zona Rural, no Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 12/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.07 PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS

DIAGNOSTICO: Oferecer Transporte Escolar semanalmente para Alunos que desejam prosseguir seus estudos conforme o Art.37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, onde estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria.

DIRETRIZES: Proporcionar aos Jovens e Adultos a oportunidade de acessar aos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica. Através dos cursos regulares e ou exames supletivos, considerados uma alternativa ou modalidade de ensino para o prosseguimento de estudos e conclusão dos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica.

OBJETIVOS: Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
4.07.1 - Transporte Escolar	Transporte	Unidade	35	1.790,95	Recursos Próprios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.08 PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL

DIAGNOSTICO: Oferecer Transporte Escolar diariamente para Alunos do Ensino Fundamental que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art.º, Inciso I, VII), Art.5º §1º). Através da modalidade de Telessalas nas localidades de Santana e Bateias de Cima.

DIRETRIZES: Atendimento aos educandos do Ensino Fundamental para aqueles que não tiveram acesso na idade própria

OBJETIVOS: Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
4.08.1 - Transporte Escolar	Transporte	Unidade	16 Alunos		Salário Educação

Lei Nº 2.616 de 12 de Março de 2002

LEI Nº 2.616 DE 12 DE MARÇO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE PROGRAMAS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído os Programas 4.07 - Transporte Escolar para Jovens e Adultos e 4.08 - Transporte Escolar para Jovens e Adultos do Ensino Fundamental na Zona Rural, no Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
12 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 12/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMA

4.07 PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS

DIAGNOSTICO: Oferecer Transporte Escolar semanalmente para Alunos que desejam prosseguir seus estudos conforme o Art.37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, onde estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade própria.

DIRETRIZES: Proporcionar aos Jovens e Adultos a oportunidade de acessar aos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica. Através dos cursos regulares e ou exames supletivos, considerados uma alternativa ou modalidade de ensino para o prosseguimento de estudos e conclusão dos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica.

OBJETIVOS: Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
4.07.1 - Transporte Escolar	Transporte	Unidade	35	1.790,95	Recursos Próprios

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMA

4.08 PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL

DIAGNOSTICO: Oferecer Transporte Escolar diariamente para alunos do Ensino Fundamental que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art.4º, inciso I, VII e VIII), Art.5º § 1º). Através da modalidade de Telessalas nas localidades de Santana e Bateias de Cima.

DIRETRIZES: Atendimento aos educandos do Ensino Fundamental para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

OBJETIVOS: Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
4.08.1 - Transporte Escolar	Transporte	Unidade	16 Alunos		Salário Educação

Lei Nº 2.617 de 28 de Março de 2002

LEI Nº 2.617 DE 28 DE MARÇO DE 2002

DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por doação, do Estado de Santa Catarina, a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente foram transferidas ao Município de Campo Alegre, por intermédio de acordo celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, até a presente data.

§ 1º - Os imóveis a serem adquiridos por doação abrigam as unidades escolares relacionadas no Decreto Estadual nº 2.344, de 21 de outubro de 1997.

§ 2º - A doação de que trata este artigo refere-se aos terrenos e benfeitorias edificadas, a seguir relacionados:

* Escola Isolada São Miguel - terreno com 1.062,31m2 - área construída de 98,15 m2 - Rodovia SC 301 s/n, localidade de São Miguel, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Avenquinha de Santo Antônio - terreno com 9.013,88 m2 - área construída de 237,31 m2. - Rua Principal s/n, Localidade de Avenquinha de Santo Antonio, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Cubatão - terreno com 10.000,00 m2 - área construída de 68,04 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Cubatão, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Saltinho - terreno com 6.680,00 m2 - área construída de 109,26 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Saltinho, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Rodeio Grande - terreno com 10.000,00 m2 - área construída de 66,26 m2
Rua Principal s/n, Localidade de Rodeio Grande, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Bateias de Cima - terreno com 1.964,45 m2 - área construída de 121,58 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Bateias de Cima, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Santana - terreno com 1.500,00 m2 - área construída de 71,30 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Santana, Campo Alegre - SC;

* Escola Isolada Cãozinho - terreno com 8.000,00 m2 - área construída de 68,04 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Cãozinho, Campo Alegre - SC;

* E. R. Antonio Domingos Correa - terreno com 1.757,60 m2 - área construída de 278,24 m2 - Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC;

* Escola Isolada Avenca do Rio Negro - terreno com 7.260 m2 - área construída de 68,04 m2 - Rua Principal s/n, Localidade de Avenca do Rio Negro, Campo Alegre/SC;

* Escola Isolada Salto, terreno com 9.492,30 m2 - área construída de 173,19 m2 Rua Principal s/n, Localidade de Salto, Campo Alegre/SC;

Art.2º) A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal nº 8.568, de 21 de junho de 1993 a alterações posteriores, bem como da Lei Orgânica Municipal.

Art.3º) Cabe ao Município de Campo Alegre com a doação:

I - Promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade;

II - Receber os bens no estado em que se encontram;

III - Utilizar os bens adquiridos nas atividades de interesse público social, cultural, industrial ou pedagógico;

IV - Responder pela evicção.

Art.4º) O Municipal de Campo Alegre, não poderá, sob pena de reversão:

I - Desviar a finalidade, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do Estado;

II - Hipotecar ou alienar os imóveis, total e parcialmente.

Parágrafo Único - A reversão de que trata este artigo será realizada independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art.5º) A edificação de benfeitorias não outorga ao Município de Campo Alegre o direito de retenção no caso de reversão do bem adquirido.

Art.6º) O Município de Campo Alegre, disporá o prazo de três anos para cumprir os objetivos preconizados no artigo 3º, inciso I e II, desta Lei.

Art.7º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da dotação 003.122.1301.2011 - 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, da Secretaria de Administração e Finanças, do orçamento vigente do Município.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.9º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de março de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 28/03/2002.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.618 de 28 de Março de 2002

LEI Nº 2.618 DE 28 DE MARÇO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
0303 - Divisão de Controle Fazendário
004.123.1301.2007- Manutenção das Atividades de Finanças
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos
..... R\$ 1.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
018.541.1701.2025 - Manutenção do Projeto Quiriri
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos
..... R\$ 1.200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de março de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 28/03/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.619 de 02 de Abril de 2002

LEI Nº 2.619 DE 02 DE ABRIL DE 2002

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE CALCÁRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Calcário destinado ao fornecimento gratuito de calcário a granel, aos produtores rurais do município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 15 (quinze) toneladas de calcário anualmente.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa a contratação e pagamento dos serviços de transporte do calcário fornecido.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 06.01.020.606.1701.2026-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.528 de 26 de junho de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
em 02 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 02/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.620 de 11 de Abril de 2002

LEI Nº 2.620 DE 11 DE ABRIL DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APP DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA LEBON RÉGIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA LEBON RÉGIS, com sede à Rua: Cél. Bento de Amorim nº 314 - Centro, nesta cidade, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 26, à fls. 30, do livro A-n 1, de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 83.536.888/0001-09.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 11/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.621 de 11 de Abril de 2002

LEI Nº 2.621 DE 11 DE ABRIL DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, com sede à Rodovia SC 301 nº 1.111 - Centro, nesta cidade, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 163, à fls. 6v, do livro nº A-2, de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 79.367.017/0001-31.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 11/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.622 de 18 de Abril de 2002

LEI Nº 2.622 DE 18 DE ABRIL DE 2002

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE PROGRAMA E VALORES DE ITENS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Altera o valor do item 7.26.3 - Convênio entre a Prefeitura Municipal/SINE/ACIACA e SEBRAE de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) do Programa 7.26 - Parceria com o SINE/ Qualificação e Requalificação de Mão de Obra; transferindo o valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para o item 7.30.1 - Convênio ACIACA alterando o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) do Programa 7.30 - Cooperação com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, no Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE IND. E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.26 PROGRAMA: PARCERIA COM O SINE / QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DIAGNOSTICO: FALTA DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS QUE QUEREM ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E FALTA DE REQUALIFICAÇÃO DE EMPREGADOS QUE JÁ ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO

DIRETRIZES: CARTEIRA DE TRABALHO, CPF, TÍTULO ELEITORAL E CARTEIRA DE IDENTIDADE.

OBJETIVOS: TREINAR MÃO DE OBRA PARA AS VAGAS OFERECIDAS PELOS SETORES ECONÔMICOS LOCAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.26.1 Cursos Profissionais	Curso	Unidade	80	-----	Parceria com o SINE

7.26.2 Central de Informa- ções de Empregos	Escritório	Unidade	01	6.000,00	Parceria e Recursos Próprios
7.26.3 Convênio entre a Prefeitura Municipal/ SINE/ ACIACA E SEBRAE	Convênio	Unidade	01	1.100,00	Recursos Próprios
TOTAL				7.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.30 PROGRAMA: COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO COMERC. INDUST. E AGROPEC. DE CAMPO ALEGRE - ACIACA

DIAGNOSTICO: EVITAR QUE O DINHEIRO SAIA DO MUNICÍPIO, PROCURAR INCENTIVAR A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO LOCAL.

DIRETRIZES: AUXILIAR NA EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO EMPREENDER

OBJETIVOS: RETIRAR AS EMPRESAS DO MERCADO INFORMAL, PROMOVENDO O ASSOCIATIVISMO

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.30.1 Convênio ACIACA	Convênio	-----	04	2.400,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.400,00	

Lei Nº 2.623 de 18 de Abril de 2002

LEI Nº 2.623 DE 18 DE ABRIL DE 2002
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA E DO VALOR NO ITEM 7.30.1 DO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Programa e o valor de 1.000,00 (um mil reais) para 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) do item 7.30.1 - Convênio entre a ACIACA do Programa 7.30 - COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, no Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
18 de abril de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					

7.30 PROGRAMA: COOPERAÇÃO COM A ASSOC. COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA

DIAGNOSTICO: Evitar que o dinheiro saia do Município, procurando incentivar a Indústria e o Comércio local.

DIRETRIZES: Auxiliar na Execução da Implantação do Projeto Empreender

OBJETIVOS: Retirar as empresas do mercado informal, promovendo o associativismo

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.30.1 - Convênio ACIACA	Convênio	Unidade	1	2.400,00	Rec.Próprios
TOTAL				2.400,00	

Lei Nº 2.624 de 18 de Abril de 2002

LEI Nº 2.624 DE 18 DE ABRIL DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ESPECIAL, CRIAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial, Criar Dotação Orçamentária e Criar Elemento de Despesa, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
06.02 - Divisão de Indústria e Comércio
022.661.1602.2027 - Manutenção Indústria e Comércio
30.0000.00 - Despesas Correntes
33.0000.00 - Outras Despesas Correntes
33.5000.00 - Transferências a Instituições Privadas em Fins Lucrativos
33.5041.00 - Contrib. a Entid. S/ Fins Lucrativos R\$ 2.400,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
06.01 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente
020.606.1701.2026 - Gestão Administ. Desenv. Econômico
30.0000.00 - Despesas Correntes
33.0000.00 - Outras Despesas Correntes
33.5000.00 - Transferências a Instituições Privadas em Fins Lucrativos
33.5041.00 - Contrib. a Entid. S/ Fins Lucrativos R\$ 2.400,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.625 de 23 de Abril de 2002

LEI Nº 2.625 DE 23 DE ABRIL DE 2002

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza Celebrar Convênio objetivando a Cooperação Financeira, entre o Município de Campo Alegre e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, no valor total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se a Cooperação Financeira, com o objetivo de tirar as empresas do Mercado Informal, promover o associativismo, auxiliar na execução da implantação do Projeto Empreender.

Art.3º) Os termos de Convênio a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, faz parte integrante da mesma.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 0602 - Divisão de Indústria e Comércio - 022.661.1602.2027 - Manutenção Ind. e Comércio - 335041.00 - Contribuição a Entidade sem Fins Lucrativos.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de abril de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 23/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.626 de 23 de Abril de 2002

LEI Nº 2.626 DE 23 DE ABRIL DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ESPECIAL, CRIAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial, Criar Dotação Orçamentária e Criar Elemento de Despesa, no valor de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais).

0400 - Secretaria Municipal de Educação
0406 - Salário Educação
012.366.1411.2025 - Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos
30.0000.00 - Despesas Correntes
33.0000.00 - Outras Despesas Correntes
33.9000.00 - Aplicações Diretas
33.9039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 8.600,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0406 - Salário Educação

012.361.1408.2020 - Ações Voltadas as Ens. Fund. Salário Educação

40.0000.00 - Despesas de Capital

44.0000.00 - Investimentos

44.9000.00 - Aplicações Diretas

44.9051.00 - Obras e Instalações R\$ 8.600,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de abril de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 23/04/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.628 de 10 de Maio de 2002

LEI Nº 2.628 DE 10 DE MAIO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.905,75 (onze mil, novecentos e cinco reais e setenta e cinco centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos
..... R\$ 40,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos
..... R\$ 11.865,75

TOTAL
..... R\$ 11.905,75

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de maio de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 10/05/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.629 de 16 de Maio de 2002

LEI Nº 2.629 DE 16 DE MAIO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, com objetivo de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A minuta de convênio em anexo, é parte integrante desta Lei.

Art.2º) As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.515 de 25 de abril de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
16 de maio de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16 / 05 / 2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.630 de 16 de Maio de 2002

LEI Nº 2.630 DE 16 DE MAIO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas
 449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de abril de 2002.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16 / 05 / 2002

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.631 de 16 de Maio de 2002

LEI Nº 2.631 DE 16 DE MAIO DE 2002

HOMOLOGA TERMO ADITIVO Nº 01/2002 AO CONVÊNIO DE PARCERIA Nº 71/01 COM A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo Aditivo nº 01/2002 ao Convênio de Parceria nº 71/01 com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, para operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotos no Município de Campo Alegre/ SC.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de maio de 2002.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16 / 05 / 2002

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.632 de 22 de Maio de 2002

LEI Nº 2.632 DE 22 DE MAIO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 74.850,47 (setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 0301 - Divisão de Administração
 003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339039.00 - Outros Serv.de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 27.000,00
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas
 449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 3.000,00
 0303 - Divisão de Controle Fazendário
 004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 16.850,47
 0400 - Secretaria Municipal de Educação
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo
 012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 12.000,00
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental
 012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 300000.00 - Despesas Correntes
 31000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 31900.00 - Aplicações Diretas
 319004.00 - Contratações por Tempo Determinado R\$ 12.000,00
 0403 - Divisão de Ensino Infantil
 012.365.1404.2016 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar
 300000.00 - Despesas Correntes
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00 - Aplicações Diretas
 319004.00 - Contratações por Tempo Determinado R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de maio de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 22/05/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.633 de 22 de Maio de 2002

LEI Nº 2.633 DE 22 DE MAIO DE 2002
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito
Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orça-
mento Vigente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de
suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0700 - Secretaria Munic. de Planej. Transp. e Serviços Públicos
0702 - Divisão de Transportes
26.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo
... R\$ 15.000,00
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-
rerá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orça-
mento Vigente.

0700 - Secretaria Munic. de Planej. Transp. e Serviços Públicos
0702 - Divisão de Transportes
026.782.1801.2032 - Conservação das Estradas Vicinais
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339039.00 - Outros Serv.de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$
20.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de maio de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 22/05/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.634 de 22 de Maio de 2002

LEI Nº 2.634 DE 22 DE MAIO DE 2002
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Cré-
dito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do
Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.920,00 (dois mil, novecentos
e vinte reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orça-
mento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339048.00 - Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Físicas
R\$ 2.920,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-
rerá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orça-
mento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.920,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de maio de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 22/05/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.635 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.635 DE 04 DE JUNHO DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO
MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI, com sede à Rua: Rua Marechal Deodoro nº 413 - Centro, no Município de São Bento do Sul/SC, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 182 , à fls. 18v e 19, do livro A-nº2, de Registro de Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 79.367.199/0001-40.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de junho de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.636 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.636 DE 04 DE JUNHO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação
0402 - Divisão de Ensino Fundamental
012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 60.000,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
339039.00 - Outros Serv. Terceiro. Pessoa Jurídica
R\$100.000,00
TOTAL R\$160.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 - Secretaria Municipal de Educação
04.05 - Divisão de Merenda Escolar
008.0306.1405.2018 - Merenda Escolar
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 60.000,00
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0501 - Divisão de Assistência a Saúde
010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.R\$ 59.865,75
9000 - Reserva de Contingência
9099 - Reserva de Contingência
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
9000.00 - Reserva de Contingência
9900.00 - Reserva de Contingência
9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 40.134,25
TOTAL R\$ 160.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de junho de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.637 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.637 DE 04 DE JUNHO DE 2002

ALTERA PROGRAMA DO ANEXO ÚNICO DA LEI
MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o valor do Programa 5.14 - Pagamento de Plantão de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento, no Anexo Único da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, que passa fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de junho de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS
POR PROGRAMAS

5.14 PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/ PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: CONTRATO A SER FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA PAGAMENTO DE CONSULTAS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIAS E PRONTO ATENDIMENTO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI.

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO DE PLANTÃO MÉDICO DE EMERGÊNCIA E URGÊNCIA NO HOSPITAL SÃO LUIZ, PAGAMENTO DESSE SERVIÇO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI

OBJETIVOS: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CONSULTA CONFORME FIRMADO ENTRE AS PARTES ATRAVÉS DE TERMO DE CONTRATO PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA/AMBULATORIAL EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.14.01 Pagamento de Plantão Urgência / Emergência e Pronto Atendimento	Consultas Diversas	Hora	5.820	100.000,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				100.000,00	

Lei Nº 2.638 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.638 DE 04 DE JUNHO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CONTRATO COM A ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a Firmar Termo de Contrato no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) com a Associação Médica Celso Emílio Tagliari, inscrita no CNPJ nº 79.367.199/0001-40, com sede na Rua: Marechal Deodoro nº 413, Centro no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

Parágrafo 1º) O valor descrito no “caput” deste Artigo será repassado em nove parcelas, sendo que o valor da primeira parcela é de R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais), referente aos meses de janeiro á abril de 2002, valor este constante no Anexo I, cujo pagamento será efetuado no primeiro dia útil após a promulgação desta Lei. As oito parcelas restantes serão nos valores fixados no Anexo II, que se referem aos meses de maio á dezembro de 2002, e serão pagas até o décimo dia de cada mês subsequente ao vencido, relativamente aos serviços prestados no mês anterior. O referido Termo de Contrato e os referidos Anexos fazem parte integrante desta Lei.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser utilizados para pagamento de Serviços de Plantão Médico de Urgência/ Emergência, aos Médicos Plantonistas do I.E.A.S HOSPITAL SÃO LUIZ do Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina.

Art.2º) A Associação Médica Celso Emílio Tagliari deverá, emitir Nota Fiscal referente cada parcela do respectivo valor a ser recebido, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal - 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a dois de janeiro de 2002.

Art.5º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
04 de junho de 2002.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONTRATO Nº /2002

TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO CIVIL DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação de serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede neste município na rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, inscrita no CNPJ nº 83.102.740/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Bahr, brasileiro, casado, agente público, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 121.265.519-20, ora denominado CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO MÉDICA CELSO EMÍLIO TAGLIARI, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ. nº 79.367.199/0001-40, com sede na Rua Marechal Deodoro nº 413 - Edifício CIM - Centro Integrado de Medicina - 5º andar - Centro, no Município de São Bento do Sul, neste ato representada por seu Presidente - Sr. Dr. TIRSO GLADIMIR HUMMELGEN, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado no município de São Bento do Sul, inscrito no CPF. nº 670.591.559-53, doravante denominado CONTRATADO, tem-se certos e acordados os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na locação de serviços médicos a serem prestados pela CONTRATADA através de médicos do Corpo Clínico ou eventualmente por médicos previamente indicados, nas dependências do Hospital São Luiz, em Campo Alegre.

Parágrafo Primeiro - O público alvo de tal atendimento compreende todos os cidadãos residentes em Campo Alegre, que não tenham optado por fazer uso de algum convênio ou plano médico para o atendimento efetuado e que necessitem de atendimento médico de urgência/emergência no ambiente hospitalar do I.E.A.S Hospital São Luiz, dentro do horário estabelecido neste contrato.

Parágrafo Segundo - O atendimento será realizado:

1. No horário plantão de urgência/emergência em que o profissional médico deverá permanecer nas dependências do Hospital São Luiz, independente do movimento de plantão, de 2ª a 6ª feira das 19:00 às 07:00 horas do dia seguinte;

Nos feriados oficiais e facultativos, sábados, domingos, e férias coletivas da Unidade de Saúde, no horário das 07:00 às 07:00 horas do dia seguinte.

Parágrafo Terceiro - O médico plantonista tem obrigação no atendimento e acompanhamento do paciente desde sua entrada na urgência/emergência até a resolução do caso ambulatorial ou internação hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O presente contrato é celebrado na forma do artigo 25 "caput", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a qual integra o presente, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 35 de 04 de junho de 2002.

Parágrafo Único - Aplicam-se igualmente ao presente contrato, as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, inclusive aos casos omissos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Pela prestação dos serviços descritos na cláusula primeira, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme programação físico orçamentária que faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º dia de cada mês subsequente ao vencido, relativamente aos serviços prestados no mês anterior, na Tesouraria do CONTRATANTE, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, acompanhada da relação de pacientes efetivamente atendidos e Boletim de Produção Ambulatorial - BPA (via disquete), além dos comprovantes do recolhimento do INSS pela CONTRATADA sobre estes serviços.

Parágrafo Primeiro - O reajuste para os exercícios 2003 e 2004, no valor das horas pagas em decorrência do presente Contrato, deverá ser realizado conforme o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado - Fundação Getúlio Vargas) e ou outra forma de reajuste adotada pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período, se for de interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS

O presente instrumento de contrato não implica em vínculo empregatício de qualquer natureza, correndo por conta da CONTRATADA todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e securitária. As despesas de alimentação e hospedagem serão de responsabilidade do IEAS Hospital São Luiz, não cabendo quaisquer ônus desta ordem ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento de contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, não cabendo quaisquer indenizações, exceto o pagamento do serviço executado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

Deverá ser designado entre os integrantes Plantonistas pertencentes ao Corpo Clínico do Hospital São Luiz, um coordenador, referenciado pelo Diretor Técnico do Hospital.

Parágrafo Primeiro - Para consecução dos objetivos deste instrumento de contrato constante da cláusula primeira, caberá a CONTRATADA o fornecimento até o último dia de cada mês, da escala de plantão de urgência/emergência do mês subsequente, a ser entregue à Secretaria Municipal de Saúde do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Conforme o Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira, é vedada a CONTRATADA durante o plantão, realizar consultas particulares, quando no atendimento de urgência/emergência ao usuário residente em Campo Alegre, salvo por vontade em contrário manifestada e expressada formalmente pelo mesmo a sua intenção, através de assinatura de um termo de responsabilidade.

Parágrafo Terceiro - Poderá a CONTRATADA durante o plantão realizar consultas ou procedimentos subsidiados por Convênio ou Planos de Saúde.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Será constituída uma Comissão de Ética, integrada pelo Diretor Clínico e Diretor Técnico do Hospital São Luiz e pelo Médico Auditor da Secretaria Municipal de Saúde do CONTRATANTE, para análise e parecer sobre as eventuais denúncias de irregularidades ocorridas no pronto atendimento médico de urgência/emergência do Hospital São Luiz, sendo certo que as denúncias se ocorrerem deverão ser por escrito, com a assinatura do denunciante.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurado ao médico plantonista denunciado o recebimento de cópia integral da denúncia, reservando-lhe o direito de ampla defesa.

Parágrafo Segundo - Constatando a insatisfação justificada pelo usuário, deverá a CONTRATADA aplicar ao médico envolvido as sanções recomendadas pela comissão de ética que deverão ser previamente estabelecidas e do conhecimento dos médicos plantonistas.

Parágrafo Terceiro - É vedada a substituição da CONTRATADA por profissionais que não pertençam ao quadro de médicos previamente listados e apresentados, ocorrendo à substituição sem a prévia comunicação, fica eximido do pagamento referente aos serviços do plantão realizado.

Parágrafo Quarto - Constatado o não cumprimento do horário de plantão pelo médico plantonista, será o valor do plantão integralmente descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - A direção administrativa e a direção técnica do Hospital São Luiz estão cientes e concordam com as cláusulas especificadas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INFRINGÊNCIA CONTRATUAL

Havendo infração a qualquer das disposições contidas no presente instrumento de contrato por parte da CONTRATADA, importará em sanções de ordem administrativa a serem aplicadas pelo CONTRATANTE após parecer oficial da Comissão de Ética mencionada na cláusula nona, sem prejuízo da rescisão deste, conforme o grau de gravidade da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento de contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR	DR. TIRSO GLADIMIR HUMMELGEN
Prefeito Municipal	Presidente Assoc. Médica Celso E. Tagliari
CPF nº 121.265.519-20	CPF nº 670.591.559-53

ELIANA P. MACHADO COLLET	DR. CLÉVIO JORGE SCHEFFER
Secretária M. de Saúde e Bem E. Social	Diretor Clínico e Técnico Hospital São Luiz
CPF 534.455.209-25	CPF nº 200.278.189-34
	CRM -1867

TESTEMUNHAS:

NOME: LÍDIA PAGLIARI
Diretora do Hospital São Luiz
CPF Nº 512.424.789-49

NOME: REGINA CÉLIA GROSSL
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
CPF Nº 421.378.969-15

DR. PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
Advogado - OAB-SC. 15.760

ANEXO I									
CRONOGRAMA FÍSICO/ORÇAMENTÁRIO MENSAL									
MÊS	Nº DE DIAS	HORAS NO-TURNAS	FERIA-DO	PON-TO	FÉ-RIAS	SÁ-BA-DO	DO-MIN-GO	TOTAL DE HORAS	VALOR
		NOR-MAIS		FACUL-TATI-VO				PLAN-TÃO	PLANTÃO
Janeiro	31	264	24	***	***	96	96	480	6.475,00
Fevereiro	28	216	24	24	***	96	96	456	6.151,04
Março	31	240	48	***	***	120	120	528	7.122,52
Abril	30	264	***	***	***	96	96	456	6.151,44
Total	120	984	96	24	0	408	408	1.920	25.900,00
OBSERVAÇÃO:									
PLANTÃO: de segunda à sexta-feira das 19:00 às 07:00 horas do dia seguinte.									
sábados: das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte									
domingos: das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte.									

Feriados, Pontos Facultativos e Férias Coletivas - das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte									
Campo Alegre "SC", 05 de junho de 2002.									

ANEXO II									
CRONOGRAMA FÍSICO/ORÇAMENTÁRIO MENSAL									
MÊS	Nº DE DIAS	HORAS NO-TURNAS	FERIA-DO	PON-TO	FÉ-RIAS	SÁ-BA-DO	DO-MIN-GO	TOTAL DE HORAS	VALOR
		NOR-MAIS		FACUL-TATI-VO				PLAN-TÃO	PLANTÃO
Maio	31	252	48	***	***	96	96	492	9.348,00
Junho	30	240	***	***	***	120	120	480	9.120,00
Julho	31	276	***	***	***	96	96	468	8.892,00
Agosto	31	264	***	***	***	120	96	480	9.120,00
Setem- bro	30	252	24	***	***	120	72	468	8.892,00
Outu- bro	31	276	24	***	***	96	72	468	8.892,00
No- vem- bro	30	240	48	***	***	96	96	480	9.120,00
De- zembro	31	180	***	***	216	72	96	564	10.716,00
Total	245	1.980	144	0	216	816	744	3.900	74.100,00
OBSERVAÇÃO: (Valor da Hora R\$ 19,00)									
PLANTÃO: de segunda à sexta-feira das 19:00 às 07:00 horas do dia seguinte.									
Sábados: das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte									
Domingos: das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte.									
Feriados, Pontos Facultativos e Férias Coletivas - das 07:00 horas até às 07:00 horas do dia seguinte									
Campo Alegre "SC", 05 de junho de 2002.									
RENATO BAHR									
Prefeito Municipal									

Lei Nº 2.639 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.639 DE 04 DE JUNHO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITENS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o Item 4.2.01.11 Conclusão da Escola de Bateias de Cima, 5.02.03 Ampliação do Posto de Saúde Central, nas Planilhas do Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
04 de junho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESA

POR PROGRAMA

4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 24 Escolas do Ensino Fundamental, atendendo 819 alunos. O corpo docente é formado por 43 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga, um motorista, e profissionais de apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

DIRETRIZES: Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTES
4.2.01.11 - Conclusão da Construção Escola de Bateias de Cima	escola	unidade	1	R\$ 176.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				R\$ 176.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Anexo I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LR FART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

5.02 PROGRAMA: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE EM BAIRRO, AMPLIAÇÃO POSTO SAÚDE CENTRAL.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI CERCA DE 4 BAIRROS, COM DEMANDA REFERENCIADA P/ O CENTRO DE SAÚDE DA SEDE.

DIRETRIZES: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE COM 94,00 M2 E AMPLIAÇÃO POSTO SAÚDE CENTRAL

OBJETIVOS: GARANTIR ATENDIMENTO BÁSICO À POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO DIÁRIO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E SEMANALMENTE E DIARIAMENTE NO POSTO DE SAÚDE CENTRAL CONSULTAS BÁSICAS (MÉDICA/ODONTOLÓGICA).

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTES
5.02.03 Ampliação do Posto de Saúde Central	Posto	M2	01	98.000,00	Recursos Próprios/Convênio
PRÓPRIOS				50.000,00	
CONVÊNIOS				48.000,00	
TOTAL RE-CURSOS				138.000,0	

Lei Nº 2.640 de 04 de Junho de 2002

LEI Nº 2.640 04 DE JUNHO DE 2002

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BENS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da empresa SCHULZ S.A, situada na Rua Dona Francisca, nº 6901 - Distrito Industrial, Município de Joinville/SC, o bem abaixo relacionado e avaliado:

QUANT. DESCRIÇÃO

AVALIAÇÃO

01 Compressor de Ar MSV-20MAX/250I TRIF. 5CV 2P60HZ
R\$ 766,00

Art.2º) O bem móvel recebido em doação conforme o artigo primeiro desta Lei, integrará o patrimônio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre para todos os efeitos legais e contábeis. reais), de Tijucas à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" ,
em 04 de junho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 04/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.641 de 12 de Junho de 2002

LEI Nº 2.641 DE 12 DE JUNHO DE 2002

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Convênio nº 11/2002 firmado em data de 15 de maio de 2002 entre o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e o Município de Campo Alegre/SC, e publicado no Diário Oficial da União em data de 16 de maio de 2002 - sessão 3.

Art.2º) O presente Convênio tem por objeto promover no Município de Campo Alegre/SC, a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, conforme o Art.20 Parágrafo I da Constituição Federal e Leis Federais nº 7.990/89, 8.001/90 e 9.993/2000, Decreto nº 01 de 11 de janeiro de 1991 e Portaria DNPM nº 06 de 06/06/1992..

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) O Termo do Convênio referido no artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de junho de 2002.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 12/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO Nº /2002

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC PARA FISCALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.

Pelo presente instrumento o DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.381.056/0001-33, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco B, 2º andar, CEP: 70.040-200 - Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Geral Sr. MARCELO RIBEIRO TUNES, Endereço: Part SQS 314 Bloco B - Apto. 30, CEP: 70.000-000 - Brasília/DF, Carteira de Identidade nº 82.405 - órgão expedidor: SSP/DF, CPF nº 041.734.907-63 e o MUNICÍPIO de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua: Cel. Bueno Franco nº 292 - Centro, CEP: 89.294-000 Município de Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. RENATO BAHR, residente e domiciliado na Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas nº 126 - Centro, CEP: 89.294-000 Município de Campo Alegre/SC, Carteira de Identidade nº 316.106, órgão expedidor: 9/R SSI-SC, CPF nº 121.265.519-20, doravante denominados DNPM e MUNICÍPIO, celebram o presente Convênio de Cooperação Técnica, sujeitando a sua execução às normas da Lei nº 8.666/93, no

que couber, e da IN STN nº 1/97, na forma das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Promover, no Município de CAMPO ALEGRE/SC, a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, doravante denominada CFEM, prevista no art 20, § 1ºda Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, de acordo com o disposto no inciso XI de seu artigo 23, e de conformidade ainda, com as Leis Federais nº 7.990/89, 8.001/90 e 9.993/2000, Decreto nº 01, de 11/01/91 e Portaria DNPM nº 06, de 06/06/92.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Caberá ao DNPM, através do seu 11º Distrito e ao MUNICÍPIO, a execução do objeto do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

a)Caberá ao DNPM:

1. Coordenar as atividades de fiscalização do pagamento da CFEM de todas as atividades de extração mineral, independentemente do regime de aproveitamento das substâncias minerais;
2. Colocar à disposição do Município informações relativas às empresas atuantes e suas respectivas produções minerais;
3. Promover a distribuição dos formulários de recolhimento da CFEM, bem como orientações e informações aos mineradores sobre o pagamento da mesma;
4. Fornecer apoio logístico ao Município, quando da necessidade de esclarecimentos das normas atinentes à matéria.

b)Caberá ao Município:

1. Fiscalizar, em conjunto com o DNPM, o pagamento da CFEM de todas as atividades de extração mineral desenvolvidas no seu respectivo território, independentemente do regime de aproveitamento das substâncias minerais;
2. Cadastrar as atividades de exploração e aproveitamento de recursos minerais realizados no MUNICÍPIO, mantendo o acompanhamento da produção mineral através de seus controles;
3. Promover a distribuição de formulários de recolhimento da CFEM, bem como orientações e informações aos mineradores sobre o pagamento da mesma;
4. Comunicar ao DNPM as irregularidades porventura encontradas na arrecadação da CFEM, bem como a constatação de lavras clandestinas desenvolvidas no território do Município conveniente;
5. Promover o treinamento de pessoal referente às técnicas de fiscalizações contábeis e sempre que necessário designar profissionais habilitados que representarão o Município junto ao DNPM.
6. Implementar, em conjunto com o DNPM, as ações para a legalização das atividades minerárias, orientando os envolvidos, em total observância à legislação mineral em vigor, resguardadas as competências legais dos convenientes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da ação conjunta de que trata o presente Convênio, serão de responsabilidade de cada conveniente, não envolvendo transferência de recursos.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O DNPM providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA- DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará por 05 (cinco) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser alterado, através de Termo Aditivo, ou rescindido pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente inexecutável, podendo, ainda, ser denunciado pelos convenientes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, não havendo, em nenhuma hipótese, indenização a favor de qualquer das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem, neste ato, o Foro da cidade de São Bento do

Sul/SC, para dirimir dúvidas oriundas da execução deste Convênio, com renúncia a qualquer outro.

E por estarem assimacordes,as partes firmam este instrumento na presença de 02(duas) testemunhas, adiante assinadas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Campo Alegre "SC", 20 de fevereiro de 2002

MARCELO RIBEIRO TUNES

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

WALTER LINS ARCOVERDE

Chefe do 11º Distrito do DNPM/SC

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.642 de 18 de Junho de 2002

LEI Nº 2.642 DE 18 DE JUNHO DE 2002

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE MUDAS DE BATATA SALSA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Mudas de Batata-Salsa destinado ao fornecimento gratuito de mudas de Batata-Salsa de variedades comerciais, aos produtores rurais do município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 02 (dois) milheiros de mudas de Batata-Salsa.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte das mudas de Batata-Salsa distribuídas do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 06.01.020.606.1701.2026-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
em 18 de junho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

--	--

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 360 431/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 431/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFO7118	55142299C	5045/0	16/07/2014	162 * V
DGJ0640	55142156C	5452/2	18/07/2014	181 * VIII
LXE4105	55142309C	5010/0	14/07/2014	162 * I
LXE4105	55142310C	6912/0	14/07/2014	232
LXR3973	55142311C	6912/0	14/07/2014	232
LXR3973	55142312C	6599/2	14/07/2014	230 * V
LXR3973	55142313C	6670/0	14/07/2014	230 * XIII
LYD3466	55141888C	6602/0	06/07/2014	230 * VI
LYD3466	55141889C	5045/0	06/07/2014	162 * V
MFY8613	55142151C	5835/0	16/07/2014	195
MFY8613	55142152C	7030/2	16/07/2014	244 * I
MFY8613	55142153C	7048/2	16/07/2014	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 360 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 432/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABV7050	55141873C	6599/2	10/06/2014	230 * V
ABV7050	55141874C	6580/0	10/06/2014	230 * IV
ABV7050	55142293C	5045/0	10/06/2014	162 * V
JMR1998	55141876C	6637/2	20/06/2014	230 * IX
MKI7771	55141896C	5525/0	12/07/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 360 433/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 360 433/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH9414	55141885C	5525/0	27/06/2014	181 * XV
IDV7660	55142205C	6599/2	18/07/2014	230 * V
IDV7660	55142206C	6580/0	18/07/2014	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 360 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 360 434/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBR1034	55142285C	6599/2	22/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBR1034	55142286C	5215/2	22/05/2014	R\$ 191,53	170
MBR1034	55142287C	5720/0	22/05/2014	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 360 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 435/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW9644	55140286C	5010/0	29/07/2014	162 * I
LYW9644	55140287C	6599/2	29/07/2014	230 * V
MDI1223	55142158C	5045/0	20/07/2014	162 * V
MDS3164	55142165C	5738/0	29/07/2014	186 * II
MFH5834	55140472C	5460/0	20/07/2014	181 * IX
MJB5208	55140631C	7048/1	22/07/2014	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 360 417/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 417/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALB4880	55141460C	5401/0	06/01/2014	R\$ 127,69	181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 360 413/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 413/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALL0466	55141981C	6599/2	29/01/2014	230 * V
ALL0466	55141984C	5010/0	29/01/2014	162 * I
ALL0466	55141986C	6580/0	29/01/2014	230 * IV
LYO0374	55140628C	5010/0	10/01/2014	162 * I
LZD7459	55141980C	6599/2	29/01/2014	230 * V
LZD7459	55141985C	5010/0	29/01/2014	162 * I
LZD7459	55141987C	6580/0	29/01/2014	230 * IV
MBV5403	55141994C	6599/2	18/02/2014	230 * V
MBV5403	55141995C	5010/0	18/02/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

Campos Novos

PREFEITURA

Extratos Contratos Agosto/2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA		Folha: 1/31
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS		
CNPJ: 82.939.232/0001-74		
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323		
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC		
		Mês/Ano da Assinatura: Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0022-94

Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 11/2010

Número do Processo: 83/2010

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 266/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Fica prorrogado o prazo do termo aditivo nº 529/2013, referente processo nº 83/2010, referente CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E AOS CEDIDOS AO MUNICÍPIO POR OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. A vigência deste contrato será a partir de 09/08/2014, sendo prorrogado até 09/08/2015, em virtude das condições da apólice ser anual e nos termos da legislação vigente, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei

Data da Assinatura: 01/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/08/2014

Vigência: 01/08/2014 a 09/08/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 201.099,05

Forma de Pagamento: 30 DIAS MEDIANTE NF

Contratado: MARÍTIMA SEGUROS S/A

CNPJ: 61.383.493/0001-80

Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 11/2010

Número do Processo: 83/2010

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 267/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Fica prorrogado o prazo do termo aditivo nº 530/2013, referente processo nº 83/2010, referente CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E AOS CEDIDOS AO MUNICÍPIO POR OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. A vigência deste contrato será a partir de 09/08/2014, sendo prorrogado até 09/08/2015, em virtude das condições da apólice ser anual e nos termos da legislação vigente, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei

Data da Assinatura: 01/08/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/08/2014

Vigência: 01/08/2014 a 09/08/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 101.467,42

Forma de Pagamento: 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 269/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) por km, para R\$ 2,41 (dois reais e quarenta e um centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,41**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 43/2013**Número do Processo:** 129/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 271/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 272/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 275/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 276/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,47 (dois reais e quarenta e sete centavos) por km, para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,60**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 277/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 278/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 279/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/08/2014**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LUCAS HENRIQUE LUTKEMEYER GONZATTO**CNPJ:** 09.477.143/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 290/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,47 (dois reais e quarenta e sete centavos) por km, para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,60**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 289/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 288/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 287/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 285/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) por km, para R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,62**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 286/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/08/2014**Vigência:** 04/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DECIO FRANA
CNPJ: 76.546.381/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 283/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2,63 **Forma de Pagamento:** MENSAL

Contratado: DECIO FRANA
CNPJ: 76.546.381/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 282/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2,63 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DECIO FRANA
CNPJ: 76.546.381/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 281/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2,63 **Forma de Pagamento:** MENSAL

Contratado: DECIO FRANA
CNPJ: 76.546.381/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 280/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2,63 **Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DECIO FRANA
CNPJ: 76.546.381/0001-70
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 284/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2,63 **Forma de Pagamento:** MENSAL

Contratado: TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME
CNPJ: 76.367.135/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 3/2013 **Número do Processo:** 12/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 291/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) por km, para R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos), por km.

Data da Assinatura: 05/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/08/2014
Vigência: 05/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 292/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos) por km, para R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos), por km.

Data da Assinatura: 05/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/08/2014**Vigência:** 05/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** TRANSKORB TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME**CNPJ:** 76.367.135/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 293/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 05/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/08/2014**Vigência:** 05/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 13/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS
CNPJ: 17.472.278/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 62/2014 **Número do Processo:** 129/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 295/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS E TERMOMETRO DIGITAL PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Data da Assinatura: 06/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/08/2014
Vigência: 06/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 14.256,36 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL

Contratado: PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ: 82.743.832/0001-62
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 24/2014 **Número do Processo:** 131/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 294/2014
Fundamento Legal:
Objeto: Contratação de empresa para executar obra de pavimentação asfáltica em chão natural, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares na Avenida Caetano Belincanta Neto, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 06/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/08/2014
Vigência: 06/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 66.191,29 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF E LAUDO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 14/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MERCADO SANANDUVA LTDA ME**CNPJ:** 03.005.106/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2014**Número do Processo:** 129/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 296/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS E TERMOMETRO DIGITAL PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.**Data da Assinatura:** 06/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/08/2014**Vigência:** 06/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 773,40**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante NF**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 306/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,81(Dois reais e oitenta e um centavos) por km, para R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), por km.**Data da Assinatura:** 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 15/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AGEL TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME**CNPJ:** 13.092.359/0001-88**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2011**Número do Processo:** 110/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 312/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes do DETER as partes concordam aditar 4,90%, passando para R\$ 1.963,73 (hum mil, novecentos e sessenta e tres reais e setenta e tres centavos) o valor mensal para serviços de transporte escolar dos alunos do curso Técnico Agrícola, cumprindo o itinerário quinzenal (ida e volta), de Campos Novos/Concórdia, conforme item 02 do processo licitatório nº 110/2011, Pregão n° 27/2011. Para esse aditivo foi utilizado os parâmetros estabelecidos pelo Deter - resolução 0006/12.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.963,73**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2013**Número do Processo:** 100/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 311/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,49(Dois reais e quarenta e nove centavos) por km, para R\$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,62**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 16/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 52/2013**Número do Processo:** 152/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 310/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,81(Dois reais e oitenta e um centavos) por km, para R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 309/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50(Dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 17/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 308/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50(Dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 307/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50(Dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 18/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 305/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,40 (Dois reais e quarenta centavos) por km, para R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e dois centavos), por km

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 300/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE DE ESCOLAR PARA ALUNOS PERCORRENDO COMUNIDADE SÃO SIMÃO PANHO, SÃO FRANCISCO, RESIDENCIA SR. PAULO PESTANA, ASSENTAMENTO VITORIA, ASSENTAMENTO ENERCAN, SR. EZIDRO MANFROI PARA O CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS, EEB HENRIQUE RUPP, EEB PAULO BLASI E APAE NO PERÍODO MATUTINO, PERCORRENDO 107 KM DIÁRIOS NO VALOR DE R\$2,95.
§ 1 - O serviço de transporte escolar, será efetuado em horário compatível com a distância entre o local de embarque e o horário de início das aulas.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 30/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 315,65**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 19/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 303/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** ERNESTO MORAIS DOS SANTOS - ME**CNPJ:** 07.769.616/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 302/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 20/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NILSO MORAES DOS SANTOS - MCTF**CNPJ:** 06.129.226/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 301/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por km, para R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,53**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 299/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 21/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 298/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,23 por km, para R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,34**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 297/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,23 por km, para R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,34**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 22/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ERNESTO MORAIS DOS SANTOS - ME**CNPJ:** 07.769.616/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 304/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 1,91 (Um real e noventa e um centavos) por km, para R\$ 2,01 (dois reais e um centavo), por km.

Data da Assinatura: 07/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2014**Vigência:** 07/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,01**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 13/2013**Número do Processo:** 134/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 320/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve aditar o prazo e vigência do contrato original nº 391/2013, Processo nº 134/2013, até dia 15 de outubro de 2014, para execução de obra de CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE ESCOLA INFANTIL TIPO B - PROINFANCIA - PAC 2- CRECHE SANTO ANTONIO.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 15/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 23/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VILSON RODRIGUES DE FREITAS**C.P.F.:** 494.615.089-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 134/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 319/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.508,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** PEDRO MENEGAZ**C.P.F.:** 307.965.800-06**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 134/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 317/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.936,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 24/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: VILMA DA SILVA
C.P.F.: 031.771.749-97
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 20/2014 **Número do Processo:** 134/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 318/2014
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/08/2014
Vigência: 14/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.094,50 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Contratado: JONAS GILIOLI
C.P.F.: 092.202.749-81
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 20/2014 **Número do Processo:** 134/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 315/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/08/2014
Vigência: 14/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.000,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 25/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** INEZ ROSSA DE CASTRO**C.P.F.:** 031.954.039-19**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 134/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 314/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE FISCAL**Contratado:** ADEMIR ONEDA**C.P.F.:** 020.794.429-61**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 134/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 313/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.644,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 26/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MADALENA DE FATIMA STEFANES CRUZ DA SILVA**C.P.F.:** 017.799.349-98**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 20/2014**Número do Processo:** 134/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 316/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº038/2009.

Data da Assinatura: 14/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/08/2014**Vigência:** 14/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.048,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** LUIZ MOREIRA - ME**CNPJ:** 81.372.369/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 321/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2014, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento) por quilometro rodado, passando de R\$ 2,50 por km, para R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por km.

Data da Assinatura: 22/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/08/2014**Vigência:** 22/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 27/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PAULINEIA LOTTERMANN REIS**CNPJ:** 10.936.352/0001-07**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 5/2014**Número do Processo:** 118/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 322/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Este contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS INTERNOS, PARA EQUIPAR A CRECHE PE. ARMANDO DE COSTA. PROGRAMA PRO - INFÂNCIA.

Data da Assinatura: 22/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/08/2014**Vigência:** 22/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.552,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** ROBERTO MIGUEL - ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2014**Número do Processo:** 65/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 323/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve suprimir o valor de R\$ 990,04 (novecentos e noventa reais e quatro centavos), do contrato original nº 158/2014, conforme planilha de reprogramação em anexo, para conclusão da obra de reforma e ampliação do Ginásio de Esportes Osni Jacomet, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 22/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/08/2014**Vigência:** 22/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 990,04**Forma de Pagamento:** 15 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 28/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JULIO ELIANAI DE MELLO ME**CNPJ:** 97.234.645/0001-20**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 138/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 324/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SHOW DA CANTORA MARI TEREZINHA, PARA ENCONTRO DE GAITEIROS, EVENTO ALUSIVO A SEMANA FARROUPILHA, NO DIA 28/09/2014. CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.**Data da Assinatura:** 27/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/08/2014**Vigência:** 27/08/2014 a 28/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.600,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** JOÃO CARNIEL FILHO**CNPJ:** 07.762.548/0001-18**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 330/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** TRANSPORTE ESCOLAR DO ESPILHO, SERRARIA WEIS PARA EMEF NOVOS CAMPOS, EEB HENRIQUE RUPP JUNIOR, CAIC, EEB PAULO BLASI, NO PERÍODO VESPERTINO, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 18 LUGARES, CUMPRINDO O ITINERÁRIO DIÁRIO (IDA E VOLTA), DE 72,5 KM DIÁRIOS NO VALOR DE R\$ 2,95 POR KM.
§ 1 - O serviço de transporte escolar, será efetuado em horário compatível com a distância entre o local de embarque e o horário de início das aulas.**Data da Assinatura:** 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 30/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 213,87**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 29/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 325/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica acrescido 11 Km, passando de 89 Km para 100 Km. Este aditivo se deu devido a entrada da aluna nova Fernanda Funini, na linha 01, que percorre sede Guarani, João Paulo Prates, Granja Titon, Jeferson Crescela, Felipe Antunes Thibes, Thalita dos Santos, Valdeni Surdi, fazenda Chioça, Valdeni H. Ferreira, para a escola itinerante núcleo Campos Novos com veículo de no mínimo 15 lugares percorrendo 84 km diários (ida e volta) matutino/vespertino, 3 vezes por semana.

Data da Assinatura: 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,50**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 326/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica acrescido 2,6 Km, passando de 90,8 Km para 93,4 Km. Este aditivo se deu devido a entrada da aluna nova Edimara Padilha, na linha 12, que percorre Guarani, próximo Fazenda Bom Retiro, Caxambu, Fazenda Aguas Claras, Parque de Exposições, até a Fazenda São Sebastião, até a escola Paulo Blasi, no período noturno, com veículo de no mínimo 15 lugares.

Data da Assinatura: 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 30/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 327/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica suprimido 19 Km, passando de 80 Km para 61 Km. Este aditivo se deu devido a saída de aluno da linha 10, com o seguinte percurso: Fazenda São Sebastião, Fazenda Zé Cristino, Fazenda Bom Retiro, Granja Engenho, Fazenda Athos de Almeida, Fazenda Adão Souza até a escola Andreia Durigon, percorrendo residência do Sr. Pedro Rocha até a escola Guarani, no período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares.

Data da Assinatura: 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PERDONCINI TRANSPORTES ESCOLARES LTDA - ME**CNPJ:** 08.575.249/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 113/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 328/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica aditado 12 Km, passando de 100,60 Km para 112,60 Km. Este aditivo se deu devido a entrada da aluna Alice Teixeira Fonseca na linha 2, com o seguinte percurso: Fazenda Gerwal, residência do Sr. Amandio Carvalho, Espininho, Altidor da Silva, Gervásio Comikivek, Vilbardo até a EEB Paulo Blasi, no período noturno, com o veículo de no mínimo 32 lugares.

Data da Assinatura: 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 31/31

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ROBERTO MIGUEL - ME
CNPJ: 15.862.954/0001-80
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 25/2014
Número do Contrato ou Aditivo: 331/2014
Fundamento Legal:

Número do Processo: 135/2014**Outra Entidade:** Não

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE 165,42 DE EXTENSÃO COM 2,10 METROS DE ALTURA EM BLOCO DE CONCRETO PARA FECHAMENTO DO CEMITERIO DOM DANIEL HOSTIN, CONFORME PROJETO BASICO ANEXO.

Data da Assinatura: 28/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/08/2014**Vigência:** 28/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 58.635,17**Forma de Pagamento:** MEDIANTE NF E LAUDO

SAMAE - CAMPOS NOVOS**Ata de Registro de Preços 12/2014 - Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Silvino Ciarini, na cidade de Concórdia - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada pela representante, Sra. Daiane Rosa, portadora do CPF nº 949.233.889-00, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
01	DETERGENTE: liquido, 5 litros (neutro) embalagem resistente	GL	20	7,20
02	DETERGENTE: liquido, 5 litros, automotivo com cera, diluição mínima de 1 parte do produto em 50 partes de água.	GL	20	7,50
03	DESINFETANTE: liquido, 5 litros, principio ativo de cloreto diaquil amônico de 0,74%- Aroma a escolher no pedido.	GL	20	5,70
10	PRENDEDOR P/ROUPAS: em madeira, embalagem com 12 unidades cada, TAM..Gigante	CT	06	0,75
17	SACO PARA LIXO: 15 litros, resistente, com no mínimo 39 cm x 58 cm, em rolo com 100 sacos picotados	RL	30	4,35
18	SACO PARA LIXO: 30 litros, resistente, com no mínimo 59cm x 62cm, em rolo com 50 sacos picotados	RL	30	4,75
19	SACO PARA LIXO: 50 litros, resistente, com no mínimo 63cm x 80cm, em rolo com 50 sacos picotados	RL	30	4,84
23	COPO DESCARTÁVEL: translúcido, padrão ABNT, tira com 100 unidades, de 110ml	CX	20	50,00

28	PAPEL HIGIENICO: neutro, folhas duplas, pacote com 8 rolos cada, de 30mx10cm, 100% celulose, picotado, gofrado, papel com toque de seda	PC	100	9,50
38	RODO DE ESPUMA E MANTA: espuma e manta com densidade média e base em PVC com 25cm x 10cm x 8cm, cabo de madeira medindo 1,20m	UN	10	6,58
45	LUVAS DE BORRACHA (LATEX): Tam: P-M-G	PR	30	1,60
51	LIXEIRO PARA BANHEIRO: telado, na cor branca, com capacidade para 10 litros	UN	10	2,99
53	CERA PARA ASSOALHO: liquida, incolor, alto brilho, embalagem com 750ml	UN	50	6,50
58	AGUA SANITARIA: Embalagem de 5 litros, desinfetante de uso geral, com cloro ativo	GL	20	4,49
59	FLAMELAS: em algodão, na cor branca, medindo: 28mx48cm	UN	30	0,92
63	ESCOVA: Multiuso para limpeza, com base cerdas em plástico.	UN	10	1,70
67	ISQUEIRO A GÁS: Automático, com 8cm	UN	24	3,19
73	PRETINHO P/PNEUS- p/limpeza, proteção, realce do brilho p/ pneus-composição química: veículo doador de brilho, umectante, conservante, corante- PNEU BRIL. Embalagem 5 litros	GL	10	23,49
78	GARRAFA TÉRMICA: com vidro e pressão na tampa, capacidade de 1,8 litros	UN	20	37,99
75	DETERGENTE BIODEGRADÁVEL AUTOMOTIVO-Com cera, concentração mínima p/ limpeza leve: 1 parte do produto p/ até 80 partes de água(Devendo estar essa especificação constando no rótulo do produto). Galão 5 litros	GL	20	10,00
74	SILICONE GEL- embalagem de 3,700 Grs, Umectante, óleo de Silicone, espessante, alcalinizante, conservante, essência e veículo.	PT	24	46,99
86	ADOÇANTE DIETETICO, SUCRALOSE, em envelopes de 80mg, caixa de 40gr contendo 50 envelopes	CX	20	6,90

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, recondicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em

sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os

fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA

Daiane Rosa

Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Dial Departamentos Eireli

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Dial Departamentos Eireli pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Irmgard Carl, nº225 na cidade de Blumenau - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada pelo representante, Sr. Eraldo Salvador, portador do CPF nº 027.875.099-08, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
11	RODO DE BORRACHA: dupla, com 30 cm, sendo espessura da borracha de no mínimo de 1cm e altura de 5 cm cada, base em PVC e cabos de madeira com medida de 1,20cm	UN	10	3,60
12	RODO DE BORRACHA: dupla, com 40 cm, sendo espessura de cada borracha de 1 cm x 5 cm de altura, base em PVC e cabo em madeira com medida de 1,20cm	UN	10	4,35
13	RODO DE BORRACHA: Dupla, com 60 cm, e espessura de cada borracha de no mínimo de 1 cm x 5cm de altura, com base em PVC e cabo em madeira com medida de 1,20cm	UN	10	5,85

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, recondicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado

pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE
Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA
Eraldo Salvador
Dial Departamentos Eireli

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Jb Comércio de Gás Ltda

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa JB Comércio de Gás Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada no Acesso Sul, nº1896 na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.591.802/0004-30, neste ato representada pelo representante, Sr. Alessandro Calgaro, portador do CPF nº 863.134.019-72, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
87	CARGA DE GÁS: GLP- P 13 KILOS	BJ	50	50,00
88	CARGA DE GÁS: GLP- P 05 KILOS	BJ	30	35,00

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que

lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE

a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA

Alessandro Calgaro

JB Comércio de Gás Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Supermercado Lucas Ltda

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Supermercado Lucas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Coronel Pedro Carlos, 447, na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 76.867.340/0001-86, neste ato representada pelo representante, Sr. Lucas Cesa, portador do CPF nº. 005.046.019-62, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
76	KIT DE SACO DESCARTAVÉL PARA ASPIRADOR DE PÓ: Compatível com aspirador "HIDROVAK ELETROLUX"- Embalagem com 3 unidades tam. A 10 S	PT	20	16,00
79	PORTA FILTRO: suporte para coador de café nº 103	UN	10	4,90
80	FILTROS PARA CAFÉ: Coador de papel para café nº 103	UN	60	1,89

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos

termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA

Lucas Cesa
Supermercado Lucas Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Roberto Tessaro & Cia Ltda

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Roberto Tessaro & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida XV de Novembro, 818, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada pelo representante, Sr. Roberto Antonio Tessaro, portador do CPF nº. 518.086.029-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
09	LIMPA VIDROS: 500ml, principio ativo: Tensoativos e álcool etílicos	UN	24	1,63
16	PANO DE CHÃO: tipo toalha listrada, tamanho de 0,54cm x 1 metro	UN	30	2,78
21	COPO DESCARTÁVEL: translúcido, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 180ml	CX	20	48,95
22	COPO DESCARTÁVEL: branco, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 80ml	CX	20	58,75
25	COPOS DESCARTAVEL: Em isopor c/ 180ml	CX	20	116,96
26	COPOS DESCARTAVEL: Em isopor c/ 300ml	CX	20	143,90
27	PAPEL ALUMINIO: rolo com 7,5m x 0,45cm	RL	50	3,10
31	PAPEL TOALHA: pacote com dois rolos de 50 folhas cada, picotadas, medindo 22cm x 18,5cm cada toalha, composição: 100% de fibras virgens	PC	50	1,90
35	CONJUNTO MOP PÓ: base regulável em plástico e metal com encaixe de rosca, com cabo de chapa 130cm, refil de algodão natural com no mínimo de 16cm x 60cm.	UN	10	28,60

36	RODO PARA VIDROS: combinado lava/seca, com 30cm de borracha acoplada, com suporte para a manta de 30cm x 7 cm, base com encaixe e cabo, 30cm de base acoplável com cabo telescópico de metal com 1,20m.	UN	10	6,50
41	PANO DE PRATO: atalhado, com 100% algodão com 40cm x 65cm	UN	24	1,70
42	PANO DE PRATO: MICRO FIBRA, com 38cm x 60cm.	UN	24	7,15
43	PANO DE PRATO: com barras coloridas diversas, medindo 45cm x 70cm, 100% algodão	UN	24	1,75
44	SABONETEIRA GIRATÓRIA com copo em vidro, tampa em plástico cromado e suporte em aço inox. Capacidade 500ml, dimensão aproximada: 16 cm (altura) x 9,50cm (largura) x 15,5 cm (Profundidade), deverá acompanhar o kit para fixação na parede, contendo buchas e parafusos	UN	20	34,90
46	SACO PARA LIXO: Capacidade para 100 litros individual, resistente, 18 micra de espessura.	UN	500	0,67
50	LIXEIRO PARA BANHEIRO: com tampa e pedal, não reciclado, na cor branca, capacidade para 24 litros	UN	6	30,00
52	GUARDANAPO DE PAPEL: pacote com 50 folhas simples, medindo 32x29 cm, na cor branca	PC	20	0,80
61	PANO DE ALGODÃO 100%, alvejado medindo 1100mmx800mm	UN	30	3,40
64	ESCOVA SANITÁRIA: Toda confeccionada em plástico, cabo longo, recipiente, para descanso da escova, também em plástico.	UN	10	2,35
65	ESPANADOR: Para pó, em nylon, com cabo de madeira, medindo aproximadamente 40cm	UN	10	15,90
69	DESODORIZADOR DE AMBIENTES: lata com 360ml, aerosol	UN	12	5,00
70	PULVERIZADOR: em plástico, com válvula regulável, capacidade de 550ml	UN	10	3,80
71	SAPONACEO LIMPA INOX: Frasco com 500ml	UN	30	3,40
72	PASTA LIMPADORA: embalagem: pote de 800g	UN	30	8,00
77	CHALEIRA: Em aço inox, com cabo e pegador em baquelite, capacte para 3 litros	UN	10	47,20
81	VARAL DE PISO: Para roupa, com abas estêncil, pintado em epoxi	UN	05	43,00

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de

inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE
Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA
Roberto Antonio Tessaro
Roberto Tessaro & Cia Ltda

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA
CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Cindara Produtos de Higiene e Limpeza Eireli

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Cindara Produtos de Higiene e Limpeza Eireli, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Coronel Pedro Carlos, 685, na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.803.816/0001-07, neste ato representada pela representante, Sra. Odete Bagatini, portadora do CPF nº. 035.703.629-81, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº

10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIE-NE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
32	TAPETE PARA PORTAS: uso interno, medindo 60cm x 40 cm composição da superfície 20% poliéster, material absorvente, e base 80% em borracha	UN	10	18,90
33	PANO MULTIUSO DE MICROFIBRA: Pcte com duas unidades cada, com 40cm x 40cm, composição 70% poliéster e 30% de poliamida, com no mínimo de 2cm de espessura.	UN	30	10,90
40	MANGUEIRA EM PVC: flexível, com 20 metros, camada externa de PVC e uma camada interna em poliéster trançado, com jogo de engates rosqueado e esguicho.	UN	10	36,90
82	SUPORTE PARA VASSOURAS E RODOS: em material resistente, com no mínimo de 6 ganchos e com fixação na parede com buchas e parafusos.	UN	10	14,20

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, reconicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com

as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014

Pela CONTRATANTE

Joel Francisco Fagundes

Diretor do SAMAE Cindara

Pela CONTRATADA

Odete Bagatini

Produtos de Higiene e Limpeza Eireli

Testemunhas:

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 049.807.399-89

CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 12/2014 - Ap Oeste Distribuidora E Comércio de Alimentos Ltda

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 29/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos nove dias do mês de Setembro, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO □ SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada pelo representante, Sr. Marlon Eising, portador do CPF nº. 072.031.589-18, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha e gêneros alimentícios, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA □ DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente Pregão Presencial tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses conforme descrito e especificado no anexo I do edital:

Item	Produto	Un	Qtde	Valor Unitário
04	SABÃO: líquido, 5 litros, biodegradável, deverá necessariamente conter branqueador óptico em sua composição	GL	20	9,95
05	SABONETE: líquido, 5 litros, com PH fisiológico com hidratante - Aroma a escolher no pedido.	GL	20	10,00
06	ALCOOL ETILICO: em gel, 5 litros a 70º INPM	GL	20	16,99

07	ALCOOL ETILICO: hidratado 1 litro, 46,2% INPM	LT	50	2,69
08	SABÃO EM PÓ: 1 kg, composição: aquil benzeno, sulfonato de sódio e lauril, com branqueador óptico, tensoativos aniônicos, granulado fino, embalado exclusivamente em caixa.	CX	50	3,88
14	VASSOURA EM NYLON: Base PVC, com no mínimo 72 tufos, com no mínimo 45 cerdas cada tufo, e 12cm de comprimento cada cerda, com cabo de madeira, medindo 1,20cm.	UN	24	4,30
15	ESPONJA MULTIUSO: dupla face, 11,0 x 7,5 x 2,3 cm, embalagem c/ 3 unidades.	PC	30	1,35
20	SACO PARA LIXO: 100 litros, resistentes, com no mínimo 75cm x 1,05cm, em rolos com 25 sacos picotados	RL	30	4,40
24	COPOS DESCARTAVEL: branco, padrão ABNT, tira com 100 unidades de 50ml.	CX	20	24,90
29	PAPEL HIGIENICO: neutro, folhas duplas, pacote com 4 rolos cada, de 30m 10cm, 100% celulose, picotado, gofrado, maciez do algodão, com controle bacteriológico	PC	300	2,85
30	PAPEL TOALHA: inter folhado, duas dobras, 100% celulose virgem, com 23cm x 20cm cada, acondicionado em caixa de papelão resistente com 5000 unidades cada	CX	200	31,70
34	BALDE: capacidade para 14 litros, com marcação na lateral de medida em litros, bordas resistente, com bico, não reciclado	UN	20	3,54
37	RODO PARA CERA: espuma mínima de 22cm x 7cm x 5,5cm base em PVC, UN cabo de madeira com 1,20m	UN	10	4,49
39	RODO DE ESPUMA E MANTA: com espuma e manta densidade alta, base em PVC de 25cm x 9cm x 14,5cm, cabo de madeira com 1,20m	UN	10	6,66
47	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em plástico, boa qualidade, cabo curto, 2 UN litros, não reciclada	UN	6	1,45
48	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em INOX, cabo de madeira com 80cm de comprimento	UN	6	4,34
49	PÁ PARA RECOLHER LIXO: em latão, com cabo de madeira com 30cm de comprimento	UN	6	4,34
54	DETERGENTE: Para limpeza pesada, embalagem com 500ml	UN	30	1,03
55	SAPONACEO: Cremoso, embalagem com 300ml, com principio ativo: sulfato de sódio	UN	30	1,79
56	SAPONACEO: Pó com detergente, principio ativo: sulfato de sódio, embalagem de 300Gr.	UN	30	1,27
57	SABÃO: Em barras, embalagem com 5 unidades de 200grs cada	PC	10	3,79
60	PANOS DE LIMPEZA: em algodão cru, medindo 58cm x 84cm	UN	30	1,86
62	ESPONJA DE LÃ: Pacote com 8 unidades de 60Gr	PC	30	0,77

66	LUSTRA MÓVEIS: polidor, formulado com cera natural e silicone, não gorduroso, frasco com 200ml	UN	24	1,88
68	PALHA DE AÇO: média nº 1 com 25grs, em aço carbono	UN	24	0,45
83	CAFÉ: Em pó, não solúvel, Extra forte com torra muito escura embalado a vácuo em caixa de papelão de 500Gr e possua o selo da ABIC.	CX	10	7,55
84	AÇUCAR: Refinado especial, branco, embalado em pacote de plástico com peso de 5 kg	PC	24	8,40
85	CAFÉ: Granulado, solúvel, sem adição de glúten, embalado em latas de 200Gr.	UN	30	7,70

1.2. Os produtos deverão ser novos e de primeira linha e não serão aceitos reciclados, reformados, recondicionados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada

pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 09 de Setembro de 2014
Pela CONTRATANTE
Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Pela CONTRATADA
Marlon Eising
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda

Testemunhas:
RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA NEUSA APARECIDA DE LIMA
CPF - 049.807.399-89 CPF - 693.438.029-00

CÂMARA MUNICIPAL**Moção Nº 62/2014**

MOÇÃO Nº 62/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita parabenização ao casal ...

“EDINO REDANTE E IVONEIDE REDANTE”

A pedido do vereador Antônio Rosa, vimos através desta, parabenizar o senhor Edino Redante e a senhora Ivoneide Redante pelo brilhante trabalho realizado junto ao SINTE de Campos Novos, o período foi de grandes avanços em várias esferas.

É com grande satisfação que parabenizamos e temos orgulho de ter em nosso município pessoas como vocês, capacitadas, responsáveis e dedicadas em seus trabalhos.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sucesso em sua caminhada.

Sala das Sessões, em 01/09/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário - PT

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Moção Nº 63/2014

MOÇÃO Nº 63/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao Senhor...

“DOUTOR NOEL ANTÔNIO BARATIERI”

É com grande satisfação que o parabenizamos, pelo lançamento do Livro “SERVIÇO PÚBLICO na Constituição Federal”.
Somos conhecedores e admiradores de seu excelente trabalho, de

seu esforço e dedicação e temos plena certeza de que esta obra, que já é um sucesso, será de enorme valia para a Gestão Pública. Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e desejamos muito sucesso na sua brilhante caminhada e nas suas próximas conquistas.

Sem mais para o momento colocamos-nos a sua inteira disposição.

Sala das Sessões, em 01/09/2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) Vice - Presidente	Nelson Carafa 1º Secretário
Antônio Rosa 2º Secretário	Adavilson Telles Vereador
Dirceu José Kaiper Vereador	José Tadeu Guzatti Vereador
Irineu Armando Osório Junior Vereador	Ricardo Damásio Vereador

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 87/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 87/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 66/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de materiais elétricos, para manutenção corretiva e preventiva, da rede de iluminação pública do Município, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital DATA DE ABERTURA: 23 de setembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC,

10 de setembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº 658/2014

PORTARIA Nº. 658/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 4.152/2007; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Gestão, para atuar na Farmácia Popular do Brasil, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional MARCELA DE FÁTIMA PIOTROWSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1016, convocada através do edital nº 041 de 25 de agosto de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 09/09/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 660/2014

PORTARIA Nº. 660/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional KARINE ADANSKI SLUGOWIESKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 0286, conforme convocação de 08/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 10/09/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 663/2014

PORTARIA Nº. 663/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, período vespertino, 25%de regência, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional EUNICE DAS DORES SOUZA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1360, conforme convocação de 09/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 10/09/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº 222/2014

DECRETO Nº. 222/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.668,99 m² (Um mil, seiscentos e sessenta e oito metros e noventa e nove decímetros quadrados), procedido por EZILTON RISKE, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 27.096, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 370,13 m², lote nº 24 com área de 370,13 m², lote nº 25 com área de 367,08 m² e lote nº 26 com área de 561,63 m², todos pertencentes à quadra nº 1.333, conforme requerimento protocolado sob nº. 4594/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº 223/2014

DECRETO Nº. 223/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 - Inc. III da Lei 5.202 de 11/11/2013 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviço da dívida interna

Programa 3: Modernização administrativa

Atividade 0.002 - Amortização e encargos da dívida fundada

3.2.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.000,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, o valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviço da dívida interna
Programa 3: Modernização administrativa
Atividade 0.002 - Amortização e encargos da dívida fundada
4.6.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.000,00
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de setembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº 225/2014

DECRETO Nº. 225/2014
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 13 de setembro de 2016, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Diogo Carlos Seidel
Suplente: Pedro Teodorico Araújo
Titular: Luciane Aparecida Darmorus Zucco
Suplente: Cibele Neudorf Batista

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski
Suplente: Eliane Sudosky de Oliveira

REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Eduardo Carvalho do Prado
Suplente: Thalita Pereira Bosse

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Luciane Wagner
Suplente: Liliane Knop Alves Machado

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Jocilda Clarice da Silva
Suplente: Vanessa Ferreira

Titular: Cirlene Felício de Oliveira Zella
Suplente: Janete Terezinha Machado

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Dinaci Klutchovski
Suplente: Vera Lucia de Melo Meis

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Paulo Odair Moreira
Suplente: Izane Maria Pereira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de setembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 104/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 154/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 104/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/09/2014, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMINAS, DENTES PARA CONCHAS DE RETRO E ESCAVADEIRAS, PARAFUSOS E OUTROS MATERIAIS AFINS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 29/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 106/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 156/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 106/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/09/2014, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 24/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**Republicação do Edital de Concorrência Pública Nº
PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 100/2014
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2014
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, fará realizar no dia 15/10/2014, às 09h15min, a abertura das propostas para CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 15/10/2014, Informações fone: (47) 3621-7705 e e-mail: licitação@pmc.sc.gov.br. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

**Termo de Adesão A Ata de Registro de Preços
Nº002/2014**

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2014

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº78/2012/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº22516/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Equipamentos para Cozinhas e Refeitórios Escolares visando reequipar/modernizar as escolas de educação básica, bem como as unidades do Programa Proinfância das redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Cozil Equipamentos Industriais Ltda, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº54.177.886/0001-72, para aquisição de 17 (dezesete) Fornos Industriais a Gás - 1 Câmara, ao valor unitário de R\$2.900,00 (dois mil e novecentos reais), destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 09 de setembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Termo de Adesão A Ata de Registro de Preços Nº003/2014

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2014

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº78/2012/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº22515/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Equipamentos para Cozinhas e Refeitórios Escolares visando reequipar/modernizar as escolas de educação básica, bem como as unidades do Programa Proinfância das redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Cozil Equipamentos Industriais Ltda, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº54.177.886/0001-72, para aquisição de 13 (treze) Fornos Industriais a Gás - 1 Câmara, ao valor unitário de R\$2.900,00 (dois mil e novecentos reais), destinados aos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 09 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 88/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/14

CONTRATADO: VEÍCULOS MALLON LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO CAMINHÃO M.B AXOR 2644S Nº. 99, PLACAS MHO-8531. VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
DATA: 10/09/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

Republicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 96/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 143/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 96/2014

REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2014, às 14h05mim, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS DE CONserto, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 25/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 109/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 159/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 109/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/09/2014, às 14h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DE MAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 30/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/13

Processo / Ano: 116/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 486.226,96				
Licitação.....: 82/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 12889 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000X20 LISO. - Unidade: C.J								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	OBS:PIRELLI/QBOM/I	38.000	0,0000	952,0000	36.176,00	Venceu	1 *****
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE BFT595	38.000	0,0000	954,0000	36.252,00	Inabilitado	2
7531	J K PNEUS LTDA	Pirelli/RS/Top tec	38.000	0,0000	1.080,0000	41.040,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		38.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		38.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	38.000	0,0000	1.151,0000	43.738,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 12890 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000X20. NOVO - Unidade: C.J								
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE T615/LF	30.000	0,0000	1.045,0000	31.350,00	Inabilitado	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/QBOM/RUZ	30.000	0,0000	1.050,0000	31.500,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Pirelli/RS/Top tec	30.000	0,0000	1.160,0000	34.800,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	30.000	0,0000	1.273,0000	38.190,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 12891 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1100X22 LISO - Unidade: C.J								
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	16.000	0,0000	1.220,0000	19.520,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/QBOM/RUZ	16.000	0,0000	1.240,0000	19.840,00	Perdeu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Pirelli/RS/Top tec	16.000	0,0000	1.332,0000	21.312,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		16.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI CT65/LEFO	16.000	0,0000	1.370,0000	21.920,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 12893 - PNEU 295/80R22.5. LISO. PNEU PARA USO SEM CÂMARA. NOVO - Unidade: UN

7531	JK PNEUS LTDA	Firestone/FD-663	30,000	0,0000	1,295,0000	38.850,00	Venceu	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	30,000	0,0000	1,298,0000	38.940,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRETONE	30,000	0,0000	1,348,0000	40.440,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE	30,000	0,0000	1,800,0000	54.000,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FS511	30,000	0,0000	1,190,0000	35.700,00	Inabilitado	0

Item.....: 5 - 12894 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 LISO - Unidade: CJ

9199	MODELO PNEUS LTDA.	OBS:PIRELLI/QBOM/I	6,000	0,0000	810,0000	4.860,00	Venceu	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	6,000	0,0000	850,0000	5.100,00	Perdeu	2
7531	JK PNEUS LTDA	Pirelli/RS/Top tec	6,000	0,0000	860,0000	5.160,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI CT65/LEFO	6,000	0,0000	809,0000	4.854,00	Inabilitado	0

Item.....: 6 - 12895 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 BORRACH - Unidade: CJ

9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/QBOM/RUZ	4,000	0,0000	895,0000	3.580,00	Venceu	1 *****
7531	JK PNEUS LTDA	Pirelli/RS/Top tec	4,000	0,0000	900,0000	3.600,00	Perdeu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	4,000	0,0000	970,0000	3.880,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI RT59/LEFO	4,000	0,0000	888,0000	3.552,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7 - 12896 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1400X24. 16 L - Unidade: C.J

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	superguider bbw carr	18,000	0,0000	1,790,0000	32.220,00	Venceu	1 *****
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pegasus/ZcRubber/Z	18,000	0,0000	1,800,0000	32.400,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	OBS: FIREST/QBOM	18,000	0,0000	2,070,0000	37.260,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Titan/Qbom/GaFlex	18,000	0,0000	2,561,0000	46.098,00	Indefinido	4
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Sup GG	18,000	0,0000	2,584,7600	46.525,68	Indefinido	5
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE G2/LEF	18,000	0,0000	2,102,0000	37.836,00	Inabilitado	0

Item.....: 8 - 12901 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 S/ CÂMARA S/ PROTETOR 17.5XR25 - Unidade: C.J

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Triangle/forever/For	20,000	0,0000	5,500,0000	110.000,00	Venceu	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom/Gaf	20,000	0,0000	6,500,0000	130.000,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTON/QBOI	20,000	0,0000	7,500,0000	150.000,00	Perdeu	3
7531	J K PNEUS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	BRIDGESTONE V-S	20,000	0,0000	6,800,0000	136.000,00	Inabilitado	0

Item.....: 9 - 12904 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12-16. 5 - Unidade: C.J

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Forerunner/Tortuga/a	6,000	0,0000	700,0000	4.200,00	Venceu	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Tort/GaFle	6,000	0,0000	1,000,0000	6.000,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/TORTUGA/I	6,000	0,0000	1,075,0000	6.450,00	Perdeu	3
7531	J K PNEUS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI PN12/LEFO	6,000	0,0000	1,139,0000	6.834,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 10 - 12908 - CONJUNTO COM 01 PNEU. 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 19.5-24 - Unidade: C.J

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pegasus/Tortuga/Pre	12,000	0,0000	2,380,0000	28.560,00	Venceu	1 *****
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	superguider bbw abc	12,000	0,0000	2,390,0000	28.680,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/TORTU	12,000	0,0000	2,582,0000	30.984,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Obom/Gaf	12,000	0,0000	3,238,0000	38.856,00	Indefinido	4
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE AT/LEFI	12,000	0,0000	2,236,0000	26.832,00	Inabilitado	0
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/At Utility	12,000	0,0000	2,580,4300	30.965,16	Inabilitado	0

Item.....: 11 - 12910 - C.JTO COM 01 PNEU. S/CÂMARA S/ PROTETOR. 275/80/R22.5 LISO - Unidade: C.J

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	Triangle bbw carrete	28,000	0,0000	1,050,0000	29.400,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/FS 400	28,000	0,0000	1,055,0000	29.540,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/QBOM/	28,000	0,0000	1,140,0000	31.920,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	28,000	0,0000	1,160,0000	32.480,00	Perdeu	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		28,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FS511/I	28,000	0,0000	1,193,0000	33.404,00	Inabilitado	0

Item.....: 12 - 12911 - C.JTO COM 01 PNEU. S/CÂMARA S/ PROTETOR 275/80/R22.5 BORRAC - Unidade: C.J

7531	J K PNEUS LTDA	Bridgestone/M-729	22,000	0,0000	1,270,0000	27.940,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTON/QBOI	22,000	0,0000	1,273,0000	28.006,00	Perdeu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	22,000	0,0000	1,340,0000	29.480,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		22,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		22,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FD663/I	22,000	0,0000	1,260,0000	27.720,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13 - 12915 - PNEU 205/70/R15, NOVO DE 1ª LINHA, NOVO. - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	16,000	0,0000	300,0000	4.800,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Bridgestone/Duravis	16,000	0,0000	362,0000	5.792,00	Venceu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	16,000	0,0000	370,0000	5.920,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	BRIDGESTONE DUF	16,000	0,0000	372,0000	5.952,00	Inabilitado	0
Item.....: 14 - 12917 - PNEU 215/75/R16, NOVO DE 1ª LINHA - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	18,000	0,0000	400,0000	7.200,00	Ex-vencedor	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	18,000	0,0000	697,0000	12.546,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI CRONO	18,000	0,0000	596,0000	10.728,00	Inabilitado	0
Item.....: 15 - 12957 - PNEU 205/75 /R16, NOVO DE 1a. LINHA - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	12,000	0,0000	400,0000	4.800,00	Ex-vencedor	1 *****
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	12,000	0,0000	430,0000	5.160,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Bridgestone/Duravis	12,000	0,0000	432,0000	5.184,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	BRIDGESTONE DUF	12,000	0,0000	440,0000	5.280,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 12965 - PNEU 215/75/17.5. RADIAL, LISO, NOVO. - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	14,000	0,0000	610,0000	8.540,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/FS-557	14,000	0,0000	615,0000	8.610,00	Venceu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	14,000	0,0000	635,0000	8.890,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	14,000	0,0000	866,0000	12.124,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		14,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FS 557	14,000	0,0000	629,0000	8.806,00	Inabilitado	0
Item.....: 17 - 12974 - PNEU RADIAL 175/65R14 NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	jk	18,000	0,0000	172,0000	3.096,00	Ex-vencedor	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE	18,000	0,0000	174,0000	3.132,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Multihawk	18,000	0,0000	178,0000	3.204,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	18,000	0,0000	222,0000	3.996,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE MULTI+	18,000	0,0000	189,0000	3.402,00	Inabilitado	0
Item.....: 18 - 12821 - PNEU RADIAL 175/70R13, NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	120,000	0,0000	140,0000	16.800,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Multihawk	120,000	0,0000	145,0000	17.400,00	Venceu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	120,000	0,0000	156,0000	18.720,00	Perdeu	3
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE	120,000	0,0000	174,0000	20.880,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		120,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE MULTI+	120,000	0,0000	142,0000	17.040,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 19 - 12975 - PNEU RADIAL 175/70R14, NOVO - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	jk	74,000	0,0000	173,0000	12.802,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Bridgestone/B-250	74,000	0,0000	175,0000	12.950,00	Venceu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	74,000	0,0000	203,0000	15.022,00	Perdeu	3
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	74,000	0,0000	236,0000	17.464,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		74,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE MULTI-	74,000	0,0000	198,0000	14.652,00	Inabilitado	0

Item.....: 20 - 12788 - PNEU 185/60 R-14, RADIAL, NOVO - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	8,000	0,0000	181,0000	1.448,00	Ex-vencedor	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	8,000	0,0000	183,0000	1.464,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/F900	8,000	0,0000	198,0000	1.584,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	8,000	0,0000	204,0000	1.632,00	Perdeu	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FIREH-	8,000	0,0000	200,0000	1.600,00	Inabilitado	0

Item.....: 21 - 25228 - PNEU 185/65 R15, NOVO - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	22,000	0,0000	208,0000	4.576,00	Ex-vencedor	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	22,000	0,0000	210,0000	4.620,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/F900	22,000	0,0000	222,0000	4.884,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	22,000	0,0000	270,0000	5.940,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		22,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FIREH-	22,000	0,0000	233,0000	5.126,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22 - 12977 - PNEU 185R14. NOVO - Unidade: UN								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE	6,000	0,0000	240,0000	1.440,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/CV2000	6,000	0,0000	241,0000	1.446,00	Perdeu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	6,000	0,0000	247,0000	1.482,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	6,000	0,0000	289,0000	1.734,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE CV2000	6,000	0,0000	288,0000	1.728,00	Inabilitado	0
Item.....: 23 - 12983 - PNEU RADIAL 195/65/R15. NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	24,000	0,0000	230,0000	5.520,00	Ex-vencedor	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	24,000	0,0000	235,0000	5.640,00	Venceu	2
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/F900	24,000	0,0000	277,8600	6.663,84	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	24,000	0,0000	310,0000	7.440,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		24,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE FIREH	24,000	0,0000	263,0000	6.312,00	Inabilitado	0
Item.....: 24 - 11040339 - PNEU 90/90 21 NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	technic	4,000	0,0000	190,0000	760,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	RINALDI	4,000	0,0000	195,0000	780,00	Perdeu	2
7531	J K PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	MAGGION	4,000	0,0000	137,0000	548,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 25 - 11040333 - PNEU 205/60/16 NOVO RADIAL - Unidade: UN

10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	6,000	0,0000	465,0000	2.790,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	BRIDGESTONE P01	6,000	0,0000	565,0000	3.390,00	Inabilitado	0

Item.....: 26 - 12966 - PNEU 215/75/17.5. RADIAL, BORRACHUDO. - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	16,000	0,0000	655,0000	10.480,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/FS57	16,000	0,0000	669,8100	10.716,96	Venceu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE	16,000	0,0000	715,0000	11.440,00	Perdeu	3
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	16,000	0,0000	997,0000	15.952,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE M714	16,000	0,0000	710,0000	11.360,00	Inabilitado	0

Item.....: 27 - 11040341 - PNEU 12.5/80 - 18 BORRACHUDO COM CAMARA E PROTETOR - Unidade: CJ

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Roadguider/magnum	6,000	0,0000	1.100,0000	6.600,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Super trac	6,000	0,0000	1.142,0000	6.852,00	Perdeu	2
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	superguider blw abc	6,000	0,0000	1.200,0000	7.200,00	Perdeu	3
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI/TORTUGA/	6,000	0,0000	1.360,0000	8.160,00	Indefinido	4
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Qbom	6,000	0,0000	1.426,0000	8.556,00	Indefinido	5
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE AT	6,000	0,0000	1.229,0000	7.374,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 28 - 11040334 - PNEU 265/70/R16 NOVO - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	4,000	0,0000	450,0000	1.800,00	Ex-vencedor	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Dayton Trr	4,000	0,0000	452,0000	1.808,00	Venceu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	4,000	0,0000	670,0000	2.680,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE DESTIN	4,000	0,0000	488,0000	1.952,00	Inabilitado	0

Item.....: 29 - 11040335 - PNEU 185/55/R15 NOVO - Unidade: UN

13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	sailun	4,000	0,0000	220,0000	880,00	Desclassif.	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	PIRELLI PHARTON	4,000	0,0000	319,0000	1.276,00	Inabilitado	0

Item.....: 30 - 11040336 - PNEU 185/60/R16 NOVO - Unidade: UN

7531	J K PNEUS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31 - 11040337 - PNEU 185 R14 102/100 R NOVO - Unidade: UN								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE	4,000	0,0000	240,0000	960,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/CV2000	4,000	0,0000	242,0000	968,00	Perdeu	2
10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear	4,000	0,0000	248,0000	992,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	linglong	4,000	0,0000	289,0000	1.156,00	Indefinido	4
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE CV2000	4,000	0,0000	288,0000	1.152,00	Inabilitado	0
Item.....: 32 - 11040338 - PNEU 120/80 18 NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	technic	8,000	0,0000	200,0000	1.600,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	RINALDI	8,000	0,0000	260,0000	2.080,00	Perdeu	2
7531	J K PNEUS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	MAGGION VIPER	8,000	0,0000	185,0000	1.480,00	Inabilitado	0
Item.....: 33 - 11040340 - PNEU 300/21 18 - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	technic	4,000	0,0000	178,0000	712,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	OBS: RINALDI	4,000	0,0000	180,0000	720,00	Perdeu	2
7531	J K PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10583	TEREZA PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	MAGGION VIPER	4,000	0,0000	188,0000	752,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/13

486.226,96

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 116/2014

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 34 - 11040352 - PNEU 12.4 X 24 COM CAMARA E PROTETOR NOVO 12 LONAS - Unidade: CJ

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Forerunner/Magnum/	4,000	0,0000	1,080,0000	4,320,00	Venceu	1 *****
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Super At 2	4,000	0,0000	1,085,0000	4,340,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/QBOM/	4,000	0,0000	1,127,0000	4,508,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	superguider bbw carr	4,000	0,0000	1,175,0000	4,700,00	Perdeu	4
10583	TEREZA PNEUS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE SAT23	4,000	0,0000	1,340,0000	5,360,00	Inabilitado	0

Item.....: 35 - 11040353 - PNEU 18.4 X 30 COM CAMARA E PROTETOR NOVO 10 LONAS - Unidade: CJ

8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Petals/Magnum/Prer	4,000	0,0000	2,600,0000	10,400,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE/QBOM/	4,000	0,0000	2,610,0000	10,440,00	Perdeu	2
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7531	J K PNEUS LTDA	Firestone/Super At 2	4,000	0,0000	2,265,9100	9,063,64	Inabilitado	0
12329	PNEUFORTE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA	FIRESTONE SAT 23	4,000	0,0000	2,417,0000	9,668,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/13

Processo / Ano: 116/2014 Processo Administrativo: 486.226,96

Licitação.....: 82/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLETAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 35 - 11040353 - PNEU 18.4 X 30 COM CAMARA E PROTETOR NOVO 10 LONAS - Unidade: CJ

10583	TEREZA PNEUS LTDA	Goodyear/Obom	4,000	0,0000	2.507,0000	10.028,00	Inabilitado	0
-------	-------------------	---------------	-------	--------	------------	-----------	-------------	---

Candinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI - PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 91/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/3

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 134/2014 Licitação: 91/2014 - PR									
Fornecedor: 11524 - ESCOBRIHQ LTDA - EPP									
Data da Homologação:									
1	37112	FREEZER VERTICAL	CONSUL	UN	1,000	0,0000	1.248,8424	1.248,84	Venceu
2	36761	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS	METALBREY	UN	1,000	0,0000	2.390,0000	2.390,00	Venceu
3	111040646	MICROONDAS CAPACIDADE 31 LITROS	ELECTROLUX	UN	1,000	0,0000	535,7572	535,76	Venceu
4	111040607	REFRIGERADOR DUPLS 334 LITROS	CONSUL	UN	1,000	0,0000	1.519,5507	1.519,55	Venceu
5	46627	TELEVISOR LCD 42" CONVERSOR DIGITAL HDMI USB FULL HD	LG	UN	1,000	0,0000	2.195,8498	2.195,85	Venceu
6	111040647	PERSINA MEDINDO 2,10 x 1,30 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	2,000	0,0000	502,0824	1.004,16	Venceu
7	111040648	PERSINA MEDINDO 3,00 x 1,30 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	2,000	0,0000	717,2605	1.434,52	Venceu
8	111040649	PERSINA MEDINDO 2,25 x 1,30 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	1,000	0,0000	537,4672	537,47	Venceu
9	111040650	PERSINA MEDINDO 2,50 x 2,50 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	3,000	0,0000	766,0342	2.298,10	Venceu
10	111040602	BALCAO REFORÇADO 100% MDF 5,20 x 0,95 x 0,45 (L x A x P)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	7.409,3800	7.409,38	Venceu
11	111040603	BALCAO REFORÇADO 100% MDF 4,00 x 0,95 x 0,90 (L x A x P)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	6.560,3794	6.560,38	Venceu
12	111040604	ESTANTE REFORÇADO 100% MDF 3,80 x 2,49 x 0,65 (L x A x P)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	8.103,9980	8.104,00	Venceu
13	111040605	ESTANTE REFORÇADO 100% MDF 2,70 x 2,49 x 0,65 (L x A x P)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	5.769,2748	5.769,27	Venceu
14	111040606	BALCÃO 100% MDF 18 MM MEDINDO 2,17 x 1,05 x 0,60 (L x A x P)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	1.647,8129	1.647,81	Venceu
15	111040608	BALCÃO DE CANTO MEDINDO MDF L 900 x L 980 x A 850 x P 400	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	962,8321	962,83	Venceu
17	111040610	ARMARIO MEDINDO L 3190 x A 2500 x P 600 100 % MDF	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	5.885,0462	5.885,05	Venceu
18	111040611	BALCÃO EM L MEDINDO MDF L 3600 x L 2200 x A 1150 x P 550	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	5.595,6177	5.595,62	Venceu
19	111040612	ARMÁRIO COM 06 GAVETÕES EM MDF (L 958 x A 1025 x P 600)	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	848,9903	848,99	Venceu
20	111040613	BANCADA MEDINDO L 2400 x A 740 x P 600 FABRICADO EM MDF	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	1.041,9426	1.041,94	Venceu
21	111040651	PERSINA MEDINDO L 3,96 x A 1,33 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	1,000	0,0000	966,8672	966,87	Venceu
22	111040652	PERSINA MEDINDO L 1,04 x A 1,96 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	2,000	0,0000	380,6263	761,25	Venceu
23	111040653	PERSINA MEDINDO L 2,41 x A 2,51 EM ALUMÍNIO	Persianas ENGLER	UN	1,000	0,0000	1.110,3193	1.110,32	Venceu
25	111040615	ARMÁRIO GUARDA VOLUME C/ 20 NICHOS C/ PORTA E CHAVE INDIVIDU	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	4.832,7952	4.832,80	Venceu
26	111040616	ARMARIO COM PORTAS DE CORRER (L 2800mm x P 600mm x H 2850mm	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	8.371,7712	8.371,77	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/3

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 134/2014 Licitação: 91/2014 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 11524 - ESCOBRINQ LTDA - EPP									
27	111040617	BALÇÃO COM SOBRE TAMPO DE VIDRO	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	1.620,7996	1.620,80	Venceu
29	111040759	PERSIANA 3,30 x 2,60	Persianas	UN	1,000	0,0000	1.584,6676	1.584,67	Venceu
31	28744	ARQUIVO COM 04 GAVETAS COM CORREDIÇA METÁLICA, COM CHAVE, 1,	ENGLER	UN	2,000	0,0000	742,0434	1.484,09	Venceu
32	28682	ARMÁRIO BAIXO	DISMACENTER	UN	4,000	0,0000	463,0856	1.852,34	Venceu
34	111040657	PERSIANA 3,00 x 1,70	Persianas	UN	1,000	0,0000	936,2641	936,26	Venceu
35	111040658	PERSIANA 2,77 x 1,70	ENGLER	UN	1,000	0,0000	864,5380	864,54	Venceu
38	111040659	PERSIANA 2,89 x 1,70	Persianas	UN	1,000	0,0000	901,8356	901,84	Venceu
39	37321	GAVETEIRO MÓVEL 3 GAVETAS	DISMACENTER	UN	6,000	0,0000	378,6324	2.271,79	Venceu
40	6098	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	DISMACENTER	UN	3,000	0,0000	646,9096	1.940,73	Venceu
41	111040621	ARMÁRIO Estante com MAPOTECA	DISMACENTER	UN	2,000	0,0000	2.199,6866	4.399,31	Venceu
42	111040622	ESTANTE DUPLA FACE	GGL	UN	15,000	0,0000	939,9216	14.098,82	Venceu
43	111040623	NICHOS FABRICADOS 100 % MDF 18mm ESPESSURA COM DIVERSAS CORE	DISMACENTER	UN	100,000	0,0000	88,9292	8.892,92	Venceu
44	111040660	NICHO FABRICADO 100% mdf 18mm 700x300x350mm	DISMACENTER	UN	1,000	0,0000	107,0780	107,08	Venceu
49	111040629	QUADRO CONCAVO PARA GIZ, NA COR VERDE COM MOLDURA DE MADEIRA	DISMACENTER	UN	10,000	0,0000	1.400,0000	14.000,00	Venceu
50	2539	BALÇÃO PARA SALA DE AULA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	DISMACENTER	UN	10,000	0,0000	1.910,2281	19.102,28	Venceu
Total do Fornecedor ----->							187,000	147.090,00	
Nr. do Processo: 134/2014 Licitação: 91/2014 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 12368 - DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.									
16	111040609	MESA DE PAREDE COM 06 BANQUETAS	Dismacenter	UN	1,000	0,0000	820,7000	820,70	Venceu
24	111040654	MESA DE REUNIAO OVAL COM 16 LUGARES	Dismacenter	UN	1,000	0,0000	2.783,7006	2.783,70	Venceu
28	18777	CADEIRA FIXA	Incomol	UN	85,000	0,0000	158,1477	13.442,55	Venceu
30	30811	CADEIRA GIRATÓRIA	Dim	UN	6,000	0,0000	432,9292	2.597,58	Venceu
33	111040656	MESA RETA COM GAVETEIRO - MESA DE TRABALHO	Dim	UN	2,000	0,0000	615,5312	1.231,06	Venceu
36	40723	MESA EM L	Dim	UN	1,000	0,0000	944,9983	945,00	Venceu
37	18391	POLTRONA PRESIDENTE	Dismacenter	UN	1,000	0,0000	662,2433	662,24	Venceu
45	111040625	CONJUNTO DE MESA SEXTAVADA COM 06 CADEIRAS	Incomol	CJ	10,000	0,0000	1.627,6066	16.276,07	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descota(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<div><div>Nr. do Processo: 134/2014</div><div>Licitação: 91/2014 - PR</div><div>Forneecedor: 12368 - DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.</div><div>Data da Homologação:</div></div>									
46	111040626	CONJUNTO COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS PARA REFEITORIO	Dismacenter	CJ	15,000	0,0000	1.233,0353	18.495,53	Venceu
47	6594	MESA DE TRABALHO	Dismacenter	UN	28,000	0,0000	382,7342	10.716,56	Venceu
48	111040628	MESA DE TRABALHO DO PROFESSOR 1600mm x 700mm x 740mm	Dismacenter	UN	1,000	0,0000	481,3770	481,38	Venceu
51	111040630	POLTRONA DE AUDITÓRIO COM ASSENTO REBATÍVEL	Dismacenter	UN	204,000	0,0000	662,2433	135.097,63	Venceu
Total do Fornecedor ----->								203.550,00	

Canoinhas, 10 de Setembro de 2014.

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 1/5

Processo / Ano: 105/2014
Licitação.....: 71/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BARBARA.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Centro de Custo:

Item	Material	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
LOTE nr.: 1										
Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP										
2	11961	APARELHO DE DVD COM KARAOKE	UN	BRITANIA	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu	1
3	12068	APARELHO DE SOM PORTÁTIL	UN	BRITANIA	1,000	0,0000	150,0000	150,00	Venceu	1
11	6550	CENTRIFUGA DE FRUTAS 800 W	UN	BRITANIA	1,000	0,0000	280,0000	280,00	Venceu	1
25	6478	FREEZER 300L	UN	ELECTROLUX	1,000	0,0000	1.600,0000	1.600,00	Venceu	1
30	6283	LIQUIDIFICADOR	UN	BRITANIA	1,000	0,0000	120,0000	120,00	Venceu	1
43	9255	REFRIGERADOR CAPACIDADE 250 LITROS.	UN	ELECTROLUX	1,000	0,0000	1.720,0000	1.720,00	Venceu	1
52	26326	TV LCD 32"	UN	LG	1,000	0,0000	1.250,0000	1.250,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 1 ---->								5.230,00		

LOTE nr.: 2										
Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP										
4	24808	ARMÁRIO AÉREO	UN	PARATY	1,000	0,0000	170,0000	170,00	Venceu	1
7	26500	BALCÃO PARA PIA	UN	DECIBAL	1,000	0,0000	230,0000	230,00	Venceu	1
33	6508	MESA PARA COZINHA EM MDF COM 04 CADEIRAS	UN	FABONE	1,000	0,0000	420,0000	420,00	Venceu	1
39	19510	PIA DE COZINHA INOX	UN	FRANKE	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Venceu	1
47	19364	TANQUE INOX	UN	FRANKE	1,000	0,0000	281,0000	281,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 2 ---->								1.191,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 2/5

Processo / Ano: 105/2014
Licitação.....: 71/2014 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BARBARA.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Centro de Custo:

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 3

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

1	17039	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL	UN	ARTINOX	1,000	0,0000	2,5000	2,50	Venceu	1
5	26915	BACIA QUADRADA - 4 LITROS	UN	PLASVALE	4,000	0,0000	36,0000	144,00	Venceu	1
6	6376	BACIA REDONDA 9 L, 2 ALÇAS-15,5CM PROF.X44,5CM DIAMX2,5CMESP	UN	PLASVALE	5,000	0,0000	80,0000	400,00	Venceu	1
8	21259	BALDE GRANDE	UN	PLASVALE	4,000	0,0000	35,0000	140,00	Venceu	1
10	12683	CANECA DE VIDRO, CAPACIDADE PARA 300ML	UN	MARINEX	50,000	0,0000	7,5000	375,00	Venceu	1
12	19829	CHALEIRA	UN	ARTINOX	1,000	0,0000	87,0000	87,00	Venceu	1
14	8808	COLHER INOX.	DZ	ARTINOX	50,000	0,0000	7,7000	385,00	Venceu	1
15	6362	COLHER INOXIDÁVEL, MONOBLOCO, BOJO DE 10 CM, C/ CABO DE 28	UN	ARTINOX	8,000	0,0000	20,0000	160,00	Venceu	1
16	6575	COLHERES EM INOX PARA ARROZ	UN	ARTINOX	4,000	0,0000	5,5000	22,00	Venceu	1
17	23018	CONCHA INOX	UN	ARTINOX	2,000	0,0000	18,0000	36,00	Venceu	1
18	22088	ESCORREDOR DE LOUÇA	UN	ARTINOX	1,000	0,0000	70,0000	70,00	Venceu	1
19	20596	ESCORREDOR DE MACARRAO	UN	PLASVALE	1,000	0,0000	47,0000	47,00	Venceu	1
20	11572	ESFREGADEIRA DE ROUPAS	UN	PEROVINHA	1,000	0,0000	28,0000	28,00	Venceu	1
21	22823	ESPUMADEIRA ALUM	UN	ARTINOX	2,000	0,0000	34,0000	68,00	Venceu	1
22	6383	FACA INOXIDÁVEL, AFIADA, FIO LISO, PARA CORTE DE CARNE, COM	UN	ARTINOX	50,000	0,0000	2,2000	110,00	Venceu	1
23	23154	FACA PARA PÃO	UN	ARTINOX	2,000	0,0000	15,0000	30,00	Venceu	1
26	11026	GARFO (INOX).	UN	ARTINOX	50,000	0,0000	1,1000	55,00	Venceu	1
27	1502	GARRAFA TÉRMICA 01 LITRO C/ ROSCA	UN	INVICTA	4,000	0,0000	20,0000	80,00	Venceu	1
28	7204	GRAMPO PARA PENDURAR ROUPAS	DZ	GABOARDI	5,000	0,0000	2,5000	12,50	Venceu	1
29	15072	JARRA PLÁSTICA, CAPACIDADE DE 04 LITROS	UN	PLASVALE	2,000	0,0000	59,0000	118,00	Venceu	1
31	6134	LIXEIRA COM PEDAL	UN	PLASVALE	2,000	0,0000	39,0000	78,00	Venceu	1
32	9554	LIXEIRO PEQ. C/ TAMPA	UN	PLASVALE	4,000	0,0000	12,0000	48,00	Venceu	1
34	10711	PANELA DE PRESSÃO	UN	RAMOS	1,000	0,0000	215,0000	215,00	Venceu	1
35	6480	PANELA INDUSTRIAL 03 L ALUMÍNIO C/ TAMPA	UN	ROYAL	4,000	0,0000	89,0000	356,00	Venceu	1
36	6479	PANELA INDUSTRIAL ALUMÍNIO 10 L C/ TAMPA	UN	ROYAL	2,000	0,0000	150,0000	300,00	Venceu	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 3/5

Processo / Ano: 105/2014
Licitação.....: 71/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BARBARA.

Processo Administrativo:
Centro de Custo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 3

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

38	10710	PEGADOR DE MACARRÃO	UN	ARTINOX	3,000	0,0000	9,0000	27,00	Venceu	1
40	26499	POTE PLÁSTICO REDONDO 3 LITROS	UN	PLASVALE	10,000	0,0000	23,0000	230,00	Venceu	1
41	23160	PRATO FUNDO	UN	MARINEX	50,000	0,0000	8,0000	400,00	Venceu	1
42	26495	RALADOR 4 FACES COM LÂMINA EM AÇO	UN	ARTINOX	1,000	0,0000	22,0000	22,00	Venceu	1
44	10407	SUPORTE PLÁSTICO COM TORNEIRA P/ GALÃO DE ÁGUA MINERAL	UN	PLASVALE	3,000	0,0000	15,0000	45,00	Venceu	1
45	10187	TABUA DE CARNE	UN	MOR	2,000	0,0000	20,0000	40,00	Venceu	1
46	10187	TABUA DE CARNE	UN	PLASVALE	2,000	0,0000	22,0000	44,00	Venceu	1
49	26912	TIGELA PARA SOBREMESA	UN	MARINEX	50,000	0,0000	3,4000	170,00	Venceu	1
51	10706	TRAVESSA RETANGULAR DE VIDRO 40CM X 28CM E 7CM	UN	MARINEX	4,000	0,0000	30,0000	120,00	Venceu	1

Total do Fornecedor para o Lote nr. 3 -----> 4.465,00

LOTE nr.: 4

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

37	23044	PANO DE PRATO	UN	MARTINS	15,000	0,0000	2,3000	34,50	Venceu	1
48	21959	TAPETE	UN	LANCER	2,000	0,0000	980,0000	1.960,00	Venceu	1
50	6391	TOALHA DE ROSTO.	UN	VALETEx	10,000	0,0000	4,5000	45,00	Venceu	1

Total do Fornecedor para o Lote nr. 4 -----> 2.039,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 4/5

Processo / Ano: 105/2014
Licitação.....: 71/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BARBARA.

Processo Administrativo:
Centro de Custo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 5

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

13	10164	COLCHONETE	UN	PALEMA	20,000	0,0000	85,0000	1.700,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 5 ---->								1.700,00		

LOTE nr.: 6

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

24	6637	FOGÃO INDUSTRIAL	UN	VENANCIO	1,000	0,0000	1.200,0000	1.200,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 6 ---->								1.200,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 5/5

Processo / Ano: 105/2014
Licitação.....: 71/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BARBARA.

Processo Administrativo:
Centro de Custo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 7

Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

9	923	BOTUÃO DE GAS P 13 KG (CASCO)	UN	LIQUIGAS	4,000	0,0000	55,0000	220,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 7 ----->								220,00		

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE		
PAULO CESAR SAFANELLI - - PREGOEIRO		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO		
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC		
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0		

--	--

Orçamento 2014 Anexo I 4320-64-Consolidado**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 10/09/2014

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	76.601.473,18	DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72		
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.730.166,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.764.393,68		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	304.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	647.035,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.053.145,04		
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93				
RECEITA INDUSTRIAL	682,82				
RECEITA DE SERVIÇOS	5.098.679,40				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.284.061,82				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.981.060,97				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.293.650,23				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.293.650,23				
		Superavit	20.186.284,23		
Total	68.307.822,95	Total	68.307.822,95		
Superavit do orçamento corrente	20.186.284,23				
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	INVESTIMENTOS	20.521.555,23		
ALIENAÇÃO DE BENS	155.695,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.207.424,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	512.000,00				
Deficit	20.161.284,23				
Total	21.728.979,23	Total	21.728.979,23		
Resumo					
DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.293.650,23	-11,87 %	DESPESAS CORRENTES	48.121.538,72	68,87 %
RECEITAS CORRENTES	76.601.473,18	109,63 %	DESPESAS DE CAPITAL	21.728.979,23	31,10 %
RECEITAS DE CAPITAL	1.567.695,00	2,24 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,04 %
Total	69.875.517,95	100,00 %	Total	69.875.517,95	100,00 %

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Capinzal

PREFEITURA

Edital 024/104

EDITAL Nº 024, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 10 de setembro de 2014, provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 206660/2013, celebrado com o Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - 2ª Parcela, cujo objeto é a construção da Quadra da Escola Municipal Belisário Pena, no valor de R\$ 152.959,79 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos).

Capinzal - SC, 10 de setembro de 2014.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

Extrato Décimo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0033/2011

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0033/2011

PREGÃO Nº 0002/2011 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2011
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 07 de fevereiro de 2011, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Atualizar os valores dos serviços de transporte escolar com base no IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), acumulado entre 01 de maio de 2013 a 31 de maio de 2014, que representa o montante de 7,8434%, (sete vírgula oito mil quatrocentos e trinta e quatro por cento).

Catanduvas - SC, 01 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 129/2014

Município de Caxambu do Sul
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
DECRETO Nº 000129/14 de 10 de Setembro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001324/14 de 8 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 194.211,82 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 187.772,88

05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária

05.02.10.304.0005.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.438,94

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Subtrair excesso de arrecadação 194.211,82

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Setembro de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

Decreto 130/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
DECRETO Nº 000130/14 de 10 de Setembro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001324/14 de 9 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.071.136,73 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.04 - Gabinete do Prefeito

02.04.04.122.0002.2.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00
 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO
 03.02 - Departamento Financeiro
 03.02.04.123.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 120.000,00
 04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 04.01 - Departamento de Educação
 04.01.12.361.0006.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 31.874,74
 04.01.12.365.0006.2.013-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 47.813,20
 04.01.12.365.0006.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00
 04.02 - Departamento de Cultura
 04.02.13.392.0008.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 60.000,00
 04.01 - Departamento de Educação
 04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 175.166,37
 04.03 - Departamento de Esportes
 04.03.27.812.0007.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 42.578,39
 04.01 - Departamento de Educação
 04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 52.000,00
 04.01.12.361.0006.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00
 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 06.01 - Departamento de Assistência Social
 06.01.08.244.0009.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 53.187,76
 06.01.08.244.0009.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 110.000,00
 07 - SEC. MUN. DE DES. ECON. IND. COM. TUR. AGRIC. M. A
 07.01 - Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura
 07.01.20.606.0014.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 100.000,00
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
 08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem
 08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 195.000,00
 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos
 09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.516,27

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 1.071.136,73

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Setembro de 2014
 VILMAR FOPPA
 PREFEITO

Decreto 131/2014

Município de Caxambu do Sul
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000131/14 de 10 de Setembro de 2014
 Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 323.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006- 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	140.000,00
	05.01.10.301.0005.2.006- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	183.000,00
Art. 2º -	Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	parcial e/ou total
	05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 05.01 - Departamento de Saúde	
	05.01.10.301.0005.2.006- 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	183.000,00
	05.01.10.301.0005.2.006- 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	140.000,00
Art. 3º -	Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Setembro de 2014
 VILMAR FOPPA
 PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 71/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 71/2014
QUARTO TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 71/2014.

Vigência: 11/08/2014 à 11/12/2014

Processo Licitatório nº 39/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

Objeto: O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, JOSÉ BRAULIO INÁCIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 379.181.849-04, residente e domiciliado nesta Cidade de Chapadão do Lageado/SC, COM AQUIESCÊNCIA DA EMPRESA MINERADORA RIO DO OURO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Vice Prefeito Pedro Merizio, nº 715, na cidade de Botuverá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.266.566/0001-57, neste ato representada por seu Representante Sr. Eduardo Barni, portador do RG nº 3.285.038, inscrito no CPF sob n. 025.701.469-19 PRORROGA A SUSPENSÃO, por mais 120 (cento e vinte) dias, DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 43/2014, celebrado em 07/04/2014, com a Empresa Mineração Rio do Ouro Ltda, a partir desta data.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 72/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 72/2014
QUARTO TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 72/2014.

Vigência: 11/08/2014 à 11/12/2014

Processo Licitatório nº 50/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JOSÉ RICARDO DE SOUZA TRANSPORTES ME

Objeto: O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, JOSÉ BRAULIO INÁCIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 379.181.849-04, residente e domiciliado nesta Cidade de Chapadão do Lageado/SC, COM AQUIESCÊNCIA DA EMPRESA JOSÉ RICARDO DE SOUZA TRANSPORTES ME, com sede na Estrada Geral, s/n, Rio Lageado, na Cidade de Chapadão do Lageado/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.155.777/0001-53, neste ato representada por seu sócio proprietário, Sr. José Ricardo de Souza, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 027.899.939-55 e Cédula de Identidade nº 3741428 PRORROGA A SUSPENSÃO, por mais 120 (cento e vinte) dias, DA

EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 53/2014, celebrado em 07/05/2014, com a Empresa José Ricardo de Souza Transportes ME, a partir desta data.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 73/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 73/2014
QUARTO TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 73/2014.

Vigência: 11/08/2014 à 11/12/2014

Processo Licitatório nº 50/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ADILSON CHIQUIO

Objeto: O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Regis Inácio, nº 15, Centro, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, JOSÉ BRAULIO INÁCIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 379.181.849-04, residente e domiciliado nesta Cidade de Chapadão do Lageado/SC, COM AQUIESCÊNCIA DO SENHOR ADILSON CHIQUIO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado à Estrada Geral, Alto Rio Saltinho, na Cidade de Chapadão do Lageado/SC, inscrito no CPF sob o nº 631.054.039-49 e Cédula de Identidade nº 1.896.638-1 PRORROGA A SUSPENSÃO, por mais 120 (cento e vinte) dias, DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 54/2014, celebrado em 07/05/2014, com o Senhor Adilson Chiquio, a partir desta data.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 74/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 74/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 74/2014.

Vigência: 02/09/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 64/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 169.666,66 (Cento e sessenta e nove mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos);

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONTENÇÃO DE TALUDE COM MURO EM GABIÃO a ser construído na Rua Erinete de Souza Machado, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com os projetos, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros anexos.

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 364 de 10.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 364/2014

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 249 de 26.06.2014, do Servidor Público GILVANI FARIAS;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 36 e 37 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso II, do art. 1º da Portaria nº. 200/2014 de 12.05.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

II - FABIO FRANZ;

..... ”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

10 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo 295/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 295 /14, de 10 de setembro de 2014.
CONCEDE PLACA DO MÉRITO DO LEGISLATIVO DE COCAL DO SUL , À ESCOLAS QUE MENCIONA.

AGENOR BENATI PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO :

Art. 1º. Fica concedida a Placa do Mérito do Legislativo de Cocal do Sul às Escolas do Município, em homenagem ao seu tempo de fundação:

- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR PADRE SCHULER - 81 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- COLÉGIO MAXIMILIANO GAIDZINSKI - CMG PELOS SEUS 35 ANOS;
- COLÉGIO COCAL - 34 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR GIOVANNI BATTAIN - 83 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO ALEGRE - 35 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DEMÉTRIO BETTIOL - 34 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FERNANDO DE FÁVERI “PEQUENO PRÍNCIPE” - 31 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAXIMILIANO GAIDZINSKI “ OS AMIGOS”- 30 ANOS DE FUNDAÇÃO;
- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR JOSÉ PERUCCHI - 30 ANOS DE FUNDAÇÃO;

Art. 2º. A entrega da Placa concedida por este Decreto Legislativo se dará em Sessão Solene da Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, correrão por conta de orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 10 de setembro de 2014.

AGENOR BENATI PEDROSO

Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos dez dias do mês de setembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

E.E.B. PROFESSOR PADRE SCHULER

COCAL DO SUL - SC TELEFONE: (048) 3403 - 1121

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR PADRE SCHULER

DIRETORA: KARLA SCARPATO POSSAMAI DELLA

Em 14 de março de 1932, foi lançada a pedra fundamental para a construção do Grupo Escolar Professor Padre Schuler. O ato inaugural aconteceu no dia 10 de outubro de 1933.

O nome da escola, conforme relatos foi uma homenagem do Cônego João Dominoni, o pároco da comunidade de Cocal do Sul, ao padre Aloisio Luiz Schüller, seu ex-professor do colégio Catarinense, em Florianópolis.

O Grupo Escolar Professor Padre Schuler funcionou até o ano de 1962 no prédio antigo, onde é hoje a Prefeitura Municipal. A partir do ano de 1962, a escola ganhou novas instalações na Rua Edson Gaidzinski, onde se situa até hoje. Com um espaço físico mais amplo, possibilitou um atendimento melhor à comunidade sul cocalense.

A escola hoje é chamada de Escola de Educação Básica Professor Padre Schuler, conta com aproximadamente 800 alunos, 50 professores e funcionários, oferecendo o ensino fundamental e médio, sob a responsabilidade da diretora Karla Scarpato Possamai Della, juntamente com as assessoras Cristina Réus e Vilma Mari Bento.

Em todos esses 81 anos de forte e marcante existência no convívio com a comunidade sul cocalense, a família "Schuler" procura dar àqueles que por aqui passam o que há de melhor em qualidade de ensino e educação, pois é a educação, o alicerce da vida.

E-mail: eebschuler@sed.sc.gov.br

Escola de Educação Básica Professor Padre Schuler
Rua Edson Gaidzinski, 260 - Centro Cocal do Sul/SC
Telefones: 3403-1121 3447-6345

E-mail: eebschuler@sed.sc.gov.br

COLÉGIO MAXIMILIANO GAIDZINSKI

Rua Dr. Edson Gaidzinski, 352,
Centro, Cep 88845-000
Cocal do Sul, SC

Nome: Colégio Maximiliano Gaidzinski - CMG

Diretor: Vilmar Menegon Bristot

Histórico:

Na década de 70, ocorre um importante avanço industrial no setor cerâmico na região sul de Santa Catarina e com ele, surge a procura por profissionais qualificados no ramo.

Nesse período, os acionistas das Empresas Eliane, em particular o empresário Edson Gaidzinski, preocupavam-se em formar uma imagem positiva e que contribuísse com a credibilidade futura da empresa.

Investir em educação foi um meio de driblar a carência de profissionais especializados, que ocorria na época. Essa falta de técnicos fez com que a empresa resolvesse fundar o seu próprio colégio.

Nasce então, em 1979, o que se pode definir como um investimento de grande importância social para a região e também para a formação de imagem da Eliane, o Colégio Maximiliano Gaidzinski - CMG.

O CMG, é a prova mais contundente de que o olhar de seu fundador esteve sempre focado no futuro. Idealizada por Edson Gaidzinski, a escola oferece ensino de qualidade para alunos de toda a região sul catarinense que, além de concluírem o Ensino Médio, recebem formação técnica complementar através do Curso Técnico de Cerâmica e de Eletromecânica.

Com a filosofia de formar profissionais altamente qualificados para atuar no mercado cerâmico, o Colégio Maximiliano Gaidzinski, nestes 35 anos de atuação, já formou centenas de técnicos. Cerca de

80% deles atuam no setor cerâmico, em indústrias de revestimentos cerâmicos, indústrias de transformação de matérias-primas, representações comerciais, instituições de pesquisa, indústrias de cerâmica vermelha, de produtos refratários, metalúrgicas e de eletro/eletrônica. Grande parte destes profissionais assume funções de chefia, gerência, superintendência e coordenadorias de projetos.

O Colégio Maximiliano Gaidzinski quer a tecnologia e a ciência mais próximas da população e do seu dia-a-dia, construindo novos saberes e novas oportunidades de desenvolvimento social.

Tecnologia, compromisso e participação são as metas desta escola que prepara cidadãos para uma atuação responsável na indústria e na sociedade.

COLÉGIO COCAL

Diretora: ADRIANA BOLSONI

HISTÓRICO

O Colégio Cocal tem como Mantenedora o Centro Educacional Cocalense Ltda ME, foi criado no dia 20 de maio de 1980 pela Srª Dorothy Matilde de Bona Bolsoni. Surgiu com a necessidade de proporcionar às pessoas que não tiveram acesso à escola na idade regular, a oportunidade para prosseguir com seus estudos.

Durante sua criação, teve o incentivo das empresas Eliane, no total apoio do Presidente Dr. Edson Gaidzinski. Somente assim foi que pôde iniciar suas atividades Educacionais. O Governo do Estado cedeu ao Colégio Cocal algumas salas de aula pertencente ao Colégio Estadual Professor Padre Schuler, as quais eram ociosas no período noturno. Tanto com relação às Empresas Eliane quanto ao Dr. Edson Gaidzinski (in memoriam) e ao Colégio Estadual Professor Padre Schuler, tem-se eterna gratidão. Com muito esforço em 1994, construiu-se a sua sede própria.

Até o ano de 1995 era ministrado somente o Ensino fundamental e Médio de educação para jovens e adultos, hoje soma a educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 9º ano.

Desde 1980, até os dias de hoje, já formamos mais de 1.000(mil) alunos no Ensino Médio de educação de Jovens e Adultos.

O amor à camisa tem sido o principal diferencial do Colégio Cocal e é por isso que hoje é reconhecido por sua competência pedagógica. É o que de certa forma explica, como a primeira sala de aula tornou-se uma das mais conceituadas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Fundamental e Médio de Educação de Jovens e Adultos da região.

Nossa meta centra-se no princípio de que o homem cria o saber, e este transforma o homem, propondo-lhe novos desafios. A paixão por este saber está na arte de educar, e esta é marca registrada das ações do Colégio Cocal, nas cabeças e corações de todos aqueles que estiveram, estão e estarão nesta jornada tão especial, pois em uma sociedade ou nação, onde todos cultivam o saber, não existe pobreza de espírito, existe a prosperidade e a alegria da busca, da superação. Uma escola não se resume a tijolos, carteiras, mesas, uma escola se faz de gente... e estes amigos reforçam a escola com amor, ética, saber, trabalho e progresso.

Lembramos em nossos 34 anos de existência, que o homem, diante da beleza, pode ser encantado por ela quando é observador! Mas... quando participa da criação da beleza, como artista, atleta, estudante ou trabalhador, se sente dignificado.

Em nosso caminho, vivemos uma história de trabalho, criatividade, pesquisa, colaboração e sobretudo de construção, advinda de alunos, professores, especialistas e pais.

É uma empresa dirigida por Educadores e especialistas em educação. Sucesso esse em consequência natural do fato dessa escola ser uma instituição praticamente dirigida por Educadores. Educadores pensando em como ajudar pedagogos a dar aula. Razões à parte, o fato é que o que vale são os resultados práticos, assim, novamente volta-se à sala de aula, afinal é ali onde se concretiza o principal objetivo de um professor sintonizado à filosofia

dessa escola vimos a educação como uma arte e acreditamos que priorizá-la é um pré requisito para cidadania. Para concretizar nosso sonho, não apenas o imaginamos, temos foco, competência e vontade para que as ideias se concretizem!

Resolução Nº. 215/2014

RESOLUÇÃO Nº.215/14, de 10 de setembro de 2014.

ESTABELECE AS NORMAS E OS PROCEDIMENTOS PARA A EVIDENCIAÇÃO E CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DO ATIVO IMOBILIZADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para o controle e evidênciação do ativo imobilizado da Câmara Municipal, para o registro de aquisição, movimentação e baixa de bens;

CONSIDERANDO que os bens móveis, imóveis e intangíveis são todos aqueles utilizados na manutenção das atividades da Câmara Municipal, passíveis de controle e que pelo valor e durabilidade fazem parte do seu ativo imobilizado;

CONSIDERANDO a Portaria n. 828, de 14 de dezembro de 2011 da Secretaria do Tesouro Nacional, o Decreto Municipal n. 264, de 29 de abril de 2014, o Decreto Municipal n. 265, de 29 de abril de 2014 e o art. 5º, §3º da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO ser atribuição exclusiva das Unidades Orçamentárias o controle e o gerenciamento desses bens,

RESOLVE:

Art. 1º. São considerados bens patrimoniais do ativo imobilizado da Câmara Municipal de Cocal do Sul, os seus bens móveis, imóveis e intangíveis.

Art. 2º Das definições:

Bens Imóveis: Referem-se a coisas que não podem ser deslocadas de um lugar para outro, referem-se a terrenos e edifícios.

Parágrafo único. Os terrenos e edifícios são bens imóveis separáveis e devem ser registrados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente.

Bens Intangíveis: constituídos por patrimônio não monetário mensurável e identificável sem substância física.

Bens Móveis: Referem-se a coisas que podem ser deslocadas de um lugar para outro e que em razão de seu uso corrente não perdem sua identidade física e/ou têm durabilidade superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Excetuam-se da definição constante do "caput" deste artigo, os bens que se enquadram nos seguintes parâmetros:

I - durabilidade: quando em uso normal perdem ou têm reduzidas suas condições de funcionamento, no prazo máximo de 2 (dois) anos;

II - fragilidade: cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por serem quebradiços ou deformáveis, caracterizando-se pela irreversibilidade e/ou perda de sua identidade;

III - perecibilidade: quando sujeitos a modificações (químicas ou físicas), deteriorações ou perda de suas características normais

de uso;

IV - incorporabilidade: quando se incorporam a outro bem, não podendo ser retirados sem prejuízo das características do principal;

V - transformabilidade: quando adquiridos para fim de transformação.

Art. 3º Todo o bem adquirido, mediante compra, cessão, permuta, transferência, produção interna e recebido em doação, com os respectivos termos, contendo nome, qualificação e endereço, bem como a descrição do objeto, quantidade, valor monetário e a unidade em que o mesmo será alocado, devem ser incorporado ao patrimônio municipal, sendo efetuado pelo setor de Patrimônio competente o registro e o empenhamento dos bens conforme o caso.

Parágrafo Único: A chapa de identificação deverá ser afixada em local visível.

Art. 4º Todo o bem adquirido, deve passar pelas atividades de controle, que são:

- a) Tombamento e carga;
- b) Registro de bens;
- c) Guarda de bens;
- d) Movimentação;
- e) Preservação de bens;
- f) Baixa de bens;
- g) Incorporação e;
- h) Inventário de bens.

Art. 5º Todo bem móvel adquirido deverá ser entregue no setor de compras da Câmara, salvo em caso de comprovada inviabilidade, em virtude de características técnicas, montagem/instalação ou facilidades de manuseio e armazenamento.

Art. 6º Os bens patrimoniais móveis inservíveis, ou seja, os que mesmo em condições de uso não atendem mais às necessidades a que se destinam ou foram retirados definitivamente do seu uso por avaria ou mau funcionamento e não apresentam condições satisfatórias, técnicas ou econômicas de recuperação, deverão ser entregues no Setor de Patrimônio pela unidade responsável, solicitando a baixa do bem patrimonial, com a indicação do número do patrimônio e descrição do objeto para o devido registro e guarda.

Art. 7º Competem aos responsáveis pelo uso dos bens patrimoniais inservíveis, antieconômicos e/ou irreversíveis, encaminhar o pedido de baixa dos referidos bens ao Setor de Patrimônio da Câmara.

Art.8º. No caso de bem patrimonial disponibilizado com defeito ou quebrado, os responsáveis pelo uso do bem deverão entregá-lo no Setor de Patrimônio da Câmara que emitirá relatório, anexando, no mínimo, um orçamento para que haja comprovação da inviabilidade econômica e/ou técnica de conserto ou laudo da área especializada consignando que o bem é irreversível ou antieconômico.

Art. 9º. Se o bem patrimonial for considerado como sucata, ou seja, todo resíduo comercializável obtido do desmonte do bem patrimonial inservível, sem possibilidade ou interesse de comercialização na espécie ou decorrente de sobras inaproveitáveis de materiais, a baixa patrimonial e contábil dar-se-á quando ocorrer a definição; se for caracterizado como antieconômico ou irreversível, será baixado e o destino final ficará a cargo do setor de patrimônio.

Art. 10. No caso de roubo, furto, incêndio, extravio, perda ou dano do bem patrimonial, depois de concluído o processo administrativo

pela Comissão de Avaliação de bens da Câmara Municipal, a mesma deverá encaminhar cópia da decisão para o Setor de Patrimônio, sendo constatado que houve a responsabilidade direta ou indireta do servidor, o mesmo deverá ressarcir a Câmara do montante do valor do bem patrimonial devidamente corrigido ou em espécie, conforme definido no processo correspondente.

Art. 11. O inventário físico dos bens patrimoniais da Câmara Municipal será anual e de responsabilidade do Setor de controle Patrimonial, que emitirá uma listagem, através de sistema informatizado e encaminhará ofício para todas os responsáveis pelo uso dos bens, com prazo de retorno previamente estipulado, para a devida conferência, devendo ser devolvidos datados, assinados e identificado o signatário da unidade em todas as suas folhas.

Art. 12. Ao Setor de controle patrimonial caberá informar ao Presidente de Câmara sobre o descumprimento das disposições desta Resolução, inclusive em relação à ausência do envio do termo de transferência e Baixa dos bens patrimoniais, que tomará as providências cabíveis, devendo, inclusive, encaminhar à Comissão de Inventário e Avaliação de Bens, para a apuração do ocorrido, caso não haja a regularização, sujeitando o responsável às sanções cabíveis decorrentes de infrações disciplinares a serem apuradas em correspondente processo administrativo.

Art. 13. No caso de mudança de gestão, deverá ser comunicado ao setor de controle patrimonial via ofício, para fins de transferência de responsabilidade sobre os bens, no prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar do ato.

Art. 14. Integram a presente resolução os anexos I a III.

Art. 15. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 10 de setembro de 2014.

AGENOR BENATI PEDROSO SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nos Murais da Câmara e da Prefeitura, aos 10 dias do mês de setembro de 2014

ANEXO I

(Identificação do setor onde o bem se encontra)

Cocal do Sul, (xx) de (mês) de 201x

TERMO DE BAIXA

Venho por meio de ofício requerer a baixa do patrimônio da referida instituição.
Patrimônio(s) este(s):

Nº. DO PATRIMONIO	ESPECIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO	MOTIVO DA BAIXA*

Sem mais para o momento, agradeço a atenção.

(Nome do responsável)

(carimbo do responsável e/ou instituição)

*Motivo de Baixa

01 - Inservível/Obsoleto.

02 - Danificado sem conserto - Com pelo menos 01 laudo técnico.

03 - Extraviado - Com processo administrativo - Apuração de responsabilidade.

04 - Roubo/Furto - Com ocorrência policial.

05 - Inutilização por Acidente - Com ocorrência policial ou relatório com as circunstâncias do acidente.

ANEXO II

(Identificação do setor onde o bem se encontra)

Cocal do Sul, (xx) de (mês) de 201x

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____(cargo que exerce) portador do CPF nº: xxxxxxxxx, servidor público da Câmara Municipal de Cocal do Sul/SC, comprometo-me pela guarda do(s) bem(s) abaixo relacionado(s), obrigando-me a responder pela posse perante o Município em caso de extravio ou semelhante, e zelar pela sua conservação, bem como informar o Setor de Patrimônio caso haja a transferência para outro setor ou baixa do mesmo.

Declaro que conferi o(s) bem(s) e que o(s) mesmo(s) se encontra(m) em perfeitas condições de uso.

Dados do(s) bem(s):

NÚMERO PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	LOCAL	VALOR R\$

ASSINATURA

(carimbo do responsável e/ou setor)

--	--

ANEXO III

(Identificação do setor onde o bem se encontra)

Cocal do Sul, (xx) de (mês) de 201x

TERMO DE TRANSFERÊNCIA

Eu, _____(cargo que exerce), portador do CPF nº: xxxxxxxxx, servidor público da Câmara Municipal de Cocal do Sul/SC, comunico a transferência do(s) bem(s) abaixo relacionado(s), passando a responsabilidade pela posse para _____(cargo que exerce), portador do CPF nº: xxxxxxxxx, servidor público da Câmara Municipal de Cocal do Sul/SC.

Declaro que conferi o(s) bem(s) e que o(s) mesmo(s) se encontra(m) em perfeitas condições de uso.

Dados do(s) bem(s):

NÚMERO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM	NOVO LOCAL

Responsável (carimbo do Responsável e/ou setor)	Responsável pelo Recebimento (carimbo do Responsável e/ou setor)
--	---

Resolução Nº. 216/2014

RESOLUÇÃO N. 216/14, de 10 de setembro de 2014.
ESTABELECE CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE BENS, TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO, VIDA ÚTIL E PERCENTUAL DE VALOR RESIDUAL DOS BENS MÓVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º Das definições:

Valor Contábil: é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas por desvalorização.

Custo: é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data de sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído do ativo quando inicialmente reconhecido.

Valor depreciável: é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Depreciação: é a alocação sistemática de valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.

Valor justo: é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Perda por desvalorização: é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável: é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Valor residual de um ativo: é o valor estimado que uma entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Art. 2º Tabela anual de depreciação:

TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis	Prazo de vida útil (anos)	Taxa Anual de Depreciação	Percentual de valor residual
Aeronaves	20	5%	10%
Aparelhos de Medição	10	10%	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	10%	20%
Aparelhos e equipamentos de Medicina, odontologia e Laboratórios Hospitalares	10	10%	10%
Aparelhos e equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%	10%
Aparelhos, eletrodomésticos e utensílios Domésticos	10	10%	10%
Armamentos	10	10%	10%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	20%	10%
Coleções e material bibliográfico	10	10%	10%
Embarcações	20	5%	20%
Equipamentos de manobra e patrulhamento	10	10%	10%
Equipamentos de proteção, patrulhamento e socorro	10	10%	10%
Instrumentos Musicais e Artísticos	10	10%	10%
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	10	10%	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	5	20%	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	10	10%	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	20%	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%	10%
Equipamentos de Processamento de Dados e Informática	5	20%	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Máquinas, Instalações e Utensílios de Oficina	10	10%	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	5	20%	10%
Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	5	20%	10%
Equipamentos e Aparelhos para Laboratório de Solo	15	6,66%	20%
Mobiliário em geral	10	10%	10%
Semoventes equipamentos de montaria	5	20%	10%
Veículos diversos	10	10%	10%
Veículos de tração Mecânica	10	10%	20%
Carros de combate	5	20%	10%

Concórdia

PREFEITURA

Balanço Financeiro Para Publicação, Período de Referência 08/2014-Iprecon

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**
Balanço Financeiro para Publicação
Período de Referência: Agosto / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	2.730.247,32	16.241.180,36	ORÇAMENTÁRIA	527.751,90	4.767.460,35
Receitas Orçamentárias	2.730.247,32	16.241.180,36	Despesas Correntes	527.751,90	4.705.225,35
Receitas Correntes	2.076.834,72	11.231.149,03	Pessoal e Encargos Sociais	24.373,96	200.587,05
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	327.028,07	2.505.338,56	Outras Despesas Correntes	503.377,94	4.504.638,30
Receita Patrimonial	1.704.392,05	8.375.253,72	Despesas de Capital	0,00	25.035,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	0,00	25.035,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias	0,00	37.200,00
Outras Receitas Correntes	45.414,60	350.556,75	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	37.200,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	653.412,60	5.010.031,33			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	81.259,84	1.478.965,15	EXTRAORÇAMENTÁRIA	91.302,09	860.151,94
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	91.302,09	841.755,27	Depósitos	91.302,09	841.755,27
Consignações	12.526,65	111.316,77	Consignações	12.526,65	111.316,77
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	78.775,44	730.438,50	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	78.775,44	730.438,50
Restos a Pagar	(10.042,25)	635.621,97	Restos a Pagar	0,00	18.396,67
Obrigações a Pagar	(10.042,25)	635.621,97	Obrigações a Pagar	0,00	18.396,67
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	1.587,91	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	73.501.792,32	63.601.712,27	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	75.694.245,49	75.694.245,49
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	997.213,72	19.603,60	Bancos Conta Movimento	81.596,10	81.596,10
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	72.504.578,60	63.582.108,67	Investimentos do RPPS	75.612.649,39	75.612.649,39
TOTAL	76.313.299,48	81.321.857,78	TOTAL	76.313.299,48	81.321.857,78

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	10	10%	10%
Equipamentos, peças e acessórios de proteção ao voo	5	20%	10%
Equipamentos de mergulho e salvamento	10	10%	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos	10	10%	10%
Equipamentos sobressalente de máquinas e motor de navios e esquadra	5	20%	10%
Outros materiais permanentes	10	10%	10%
Edificações	25	4%	25%
Softwares	10	10%	5%

Art. 3º Fica estabelecido à data de "corte", com sendo o dia 30/06/2014, para aplicação da tabela acima.

Parágrafo único. Data de "corte" é a data em que a partir dela, será aplicada a depreciação para atribuição do valor justo dos bens.

Art. 4º Para o bens patrimoniais adquiridos antes da data de corte, serão utilizados os critérios de valor justo, para a determinação do novo valor, para a partir no novo valor, aplicar a tabela de depreciação.

Art. 5º Fica a cargo da Comissão Inventário e Avaliação de Bens da Câmara Municipal, a determinação no valor justo dos bens adquiridos antes da data de "corte", que deverá utilizar critérios de classificação de bens, tempo de aquisição e estado de conservação como base para a sua evidenciação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul , 10 de setembro de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nos Murais da Câmara e da Prefeitura, aos 10 dias do mês de setembro de 2014

Resolução Nº. 217/2014

RESOLUÇÃO Nº. 217/14, de 10 de setembro de 2014.
INSTITUI A COMISSÃO DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art.1º Fica instituída a Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis da Câmara Municipal de Cocal do Sul, para a realização do levantamento e avaliação patrimonial anual da Câmara Municipal de Cocal do Sul, procedendo-se se necessário a reavaliação de bens inventariados, em conjunto, quando necessário, com a comissão municipal de avaliação de bens.

Art. 2º A Comissão de Inventário e Avaliação da Câmara Municipal de Cocal do Sul será formada por:

I - Dois servidores efetivos do quadro de pessoal da Câmara Municipal;
II - Três vereadores.

Art. 3º Os membros da Comissão serão nomeados pelo Presidente da Câmara.

Art. 4º Fica estabelecido o levantamento e avaliação imediato de todos os bens móveis, imóveis e intangíveis da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul , 10 de setembro de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nos Murais da Câmara e da Prefeitura, aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

Resolução Nº. 218/2014

RESOLUÇÃO Nº. 218/14, de 10 de setembro de 2014.
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, AGENOR BENATI PEDROSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art.1º Nomear Luiz Carlos Gonçalves, Luciane Trombin Niehues, Luiz Henrique de Bittencourt, João Geraldo Echelli e Ângela Maria Mendes Anjo, para sob a presidência do primeiro, comprem a Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 10 de setembro de 2014.
AGENOR BENATI PEDROSO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural da Prefeitura, aos dez dias do mês de setembro dois mil e quatorze.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Ata Resultado PP 50/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14/2014

PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº 73/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2014

Aos 05 dias do mês de setembro de 2014, o Fundo Municipal de Cordilheira Alta, inscrito no CNPJ sob n.º 11.427.163/0001-71, Inscr. Est. ISENTA, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. Sidonia Ceccon Merísio e pelo Prefeito Municipal Sr. ALCEU MAZZIONI, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei no. 10.520, de 18 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 75/2007 de 07 de março de 2007 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 50/2014, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial dos Municípios e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços para a aquisição de medicamentos, conforme consta a baixo, que passa a integrar esta ata, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

Cláusula Primeira - Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o FUNDO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 50/2014, cujos objetos estão descritos em anexo, que passa a fazer parte, para todos os efeitos desta ata como se transcrito fosse.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano a partir da homologação.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira - Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na lista de itens integrante a presente ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta - Do local e prazo de entrega

A entrega do medicamento, deverá ser no prazo máximo de 05/10 (dez) dias após o recebimento da autorização de fornecimento enviada via e.mail e/ou via fax.

Cláusula Quinta - Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pela Secretária de Saúde,

condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - Da condições de fornecimento

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo Município de Cordilheira Alta.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula Sétima - Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções além das previstas na cláusula primeira:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução da Ata de Registro de Preços, tomando por base o valor total do respectivo Item;

c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo item.

20.2.1 O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de preços, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão desta.

20.3 As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava - Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona - Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

h) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a) À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira - Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados na lista anexa.

Cláusula Décima Primeira - Das disposições finais e do foro
Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 50/2014 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de CHAPECÓ-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Cordilheira Alta, em 05 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ANGEOMED COM. PROD. MEDICO HOSP. LTDA

S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

DALMED MEDICAMENTOS

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

A.G. KIENEN E CIA LTDA

DAMEDI DAMBRÓS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

Lei Nº 1123/2014 - " Autoriza O Poder Executivo A Receber Em Doação Bens Móveis E Incorporá-los No Patrimônio"

LEI N.1123/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E INCORPORÁ-LOS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL".

O povo do Município de Cordilheira Alta através de seus representantes aprovou, e eu, ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, da empresa Terra Oeste Urbanizadora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 10.512.260/0001-08, o poço artesiano perfurado no Loteamento Mirante do Trevo, seus equipamentos, e a rede de distribuição de água, conforme anexo I.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a permuta de 02 (dois) reservatórios de água PRFV em filamento contínuo 80.000L, vertical 3,00D, situados no Loteamento Mirante do Trevo, de propriedade da empresa Terra Oeste Urbanizadora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 10.512.260/0001-08, no valor total de R\$ 82.292,96 (oitenta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), por tributos vencidos e/ou vincendos desta com o município de Cordilheira Alta/SC.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO
1	01 unid	POÇO ARTESIANO COM APROXIMADAMENTE 400 METROS DE PROFUNDIDADE
2	01 unid	CONJUNTO DE MOTO BOMBA 30HP - 380 VOLTS - MODELO 511-30
3	01 unid	CHAVE COMPACTA 30HP
4	380 mts	CABO SUB 3x25
5	366 mts	TUBO GALVANIZADO 2 POLEGADAS
6	01 unid	CONECTORES GALVANIZADOS 2 POLEGADAS
7	01 unid	CHAVE BOIA
8	50 mts	FIO BOIA 2x1,5
9	08 mts	REVESTIMENTO GEO 6 POLEGADAS
10	7.289 mts	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

LRF - 4° Bimestre 2014

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55	2.281.972,53
RECEITAS CORRENTES	14.529.555,00	14.529.555,00	2.492.211,06	17,15	10.795.064,25	74,30	3.734.490,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.015.500,00	1.015.500,00	245.481,43	24,17	1.023.842,84	100,82	-8.342,84
IMPOSTOS	837.000,00	837.000,00	228.888,25	27,34	906.949,63	108,36	-69.949,63
TAXAS	176.500,00	176.500,00	14.890,74	8,44	110.291,15	62,49	66.208,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.000,00	2.000,00	1.732,44	86,62	6.602,06	330,10	-4.602,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	146.000,00	146.000,00	25.392,70	17,39	114.238,61	78,25	31.761,39
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	146.000,00	146.000,00	25.392,70	17,39	114.238,61	78,25	31.761,39
RECEITA PATRIMONIAL	89.034,00	89.034,00	29.899,88	33,58	118.425,97	133,01	-29.391,97
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	89.034,00	89.034,00	29.899,88	33,58	118.425,97	133,01	-29.391,97
RECEITA DE SERVIÇOS	428.000,00	428.000,00	79.706,94	18,62	381.778,16	89,20	46.221,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.780.101,00	12.780.101,00	2.089.225,14	16,35	9.021.658,32	70,59	3.758.442,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.529.101,00	12.529.101,00	2.044.821,14	16,32	8.888.442,32	70,94	3.640.658,68
Transf. de Conv.	251.000,00	251.000,00	44.404,00	17,69	133.216,00	53,07	117.784,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.920,00	70.920,00	22.504,97	31,73	135.120,35	190,53	-64.200,35
Multas e Juros de Mora	28.620,00	28.620,00	9.187,44	32,10	33.214,32	116,05	-4.594,32
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	257,29	0,00	384,65	0,00	-384,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.600,00	34.600,00	11.841,81	34,22	98.251,05	283,96	-63.651,05
RECEITAS DIVERSAS	7.700,00	7.700,00	1.218,43	15,82	3.270,33	42,47	4.429,67
RECEITAS DE CAPITAL	241.000,00	241.000,00	771.443,71	320,10	1.693.518,22	702,70	-1.452.518,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	591.562,25	156,22	727.603,25	760,33	-726.603,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	591.562,25	156,22	727.603,25	760,33	-726.603,25
ALIEAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	281.900,00	469,83	-221.900,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	281.900,00	563,80	-231.900,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	58.000,00	58.000,00	9.886,78	17,05	42.775,62	73,75	15.224,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	122.000,00	122.000,00	169.994,68	139,34	641.239,35	525,61	-519.239,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.000,00	42.000,00	169.994,68	404,75	299.989,35	714,26	-257.989,35
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	341.250,00	426,56	-261.250,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55	2.281.972,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.840.654,23	—	—	1.840.654,23	—
Superávit Financeiro	—	1.840.654,23	—	—	1.840.654,23	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.770.555,00	14.770.555,00	3.263.654,77	22,10	12.488.582,47	84,55

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.720.555,00	4.177.130,68	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	65,04
DESPESAS CORRENTES	12.619.507,12	2.250.365,54	14.869.872,66	2.438.892,61	11.136.351,96	2.778.380,39	10.065.139,48	67,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.767.453,34	561.576,53	6.329.029,87	1.284.413,86	4.493.072,76	1.292.044,86	4.479.120,80	70,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	-143.000,00	57.000,00	0,00	53.216,93	6.378,43	30.692,39	53,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.652.053,78	1.831.789,01	8.483.842,79	1.154.478,75	6.590.062,27	1.479.957,10	5.555.326,29	65,48
DESPESAS DE CAPITAL	2.021.047,88	1.926.765,14	3.947.813,02	232.083,31	2.974.234,19	1.201.688,71	2.225.445,23	56,37
INVESTIMENTOS	1.271.047,88	2.373.765,14	3.644.813,02	232.083,31	2.688.398,02	1.154.821,27	2.036.805,94	55,88
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	750.000,00	-447.000,00	303.000,00	0,00	285.836,17	46.867,44	188.639,29	62,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.720.555,00	4.177.130,68	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	65,04
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.720.555,97	4.177.100,97	18.897.656,94	2.670.975,97	14.110.586,94	3.980.069,97	12.290.584,97	65,04

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.720.555,00	4.177.130,68	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	6.607.100,97
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	197.997,76	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.720.555,00	4.177.130,68	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.488.582,47	6.607.100,97

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014
Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZONI SOLANGE MARIA DERVANOSKI I SILVANAMAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC/SC 028483/C TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	281.900,00	-221.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	281.900,00	-231.900,00
TOTAL	60.000,00	281.900,00	-221.900,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	281.900,00	281.900,00

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		859.920,00	966.394,11	112,38
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	236.000,00	236.000,00	271.500,04	115,04
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	109.315,88	223,09
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	399.000,00	399.000,00	425.245,62	106,58
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	163.000,00	153.000,00	100.888,09	65,94
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.420,00	5.420,00	8.477,38	156,41
Dívida Ativa dos Impostos	13.600,00	13.600,00	44.212,87	325,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.900,00	3.900,00	6.754,23	173,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.777.300,00	12.777.300,00	8.983.499,90	70,31
Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	3.857.285,62	69,79
Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	163,49	3,08
Cota-Parte IPVA	498.000,00	498.000,00	349.647,70	70,21
Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	4.685.297,11	70,88
Cota-Parte IPI-Exportação	106.000,00	106.000,00	72.950,92	68,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	18.155,06	58,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	18.155,06	58,56
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.637.220,00	13.637.220,00	9.949.894,01	72,96

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.975.829,42	3.616.973,15	2.636.700,86	72,90	2.312.275,48	63,93
Pessoal e Encargos Sociais	1.546.543,94	1.717.374,48	983.834,22	57,29	981.434,22	57,15
Outras Despesas Correntes	1.429.285,48	1.899.598,67	1.652.866,64	87,01	1.330.841,26	70,06
DESPESAS DE CAPITAL	197.187,38	298.578,13	166.070,27	55,62	156.385,01	52,38
Investimentos	197.187,38	298.578,13	166.070,27	55,62	156.385,01	52,38

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	197.187,38	298.578,13	166.070,27	55,62	156.385,01	52,38
	197.187,38	298.578,13	166.070,27	55,62	156.385,01	52,38
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.173.016,80	3.915.551,28	2.802.771,13	71,58	2.468.660,49	63,05
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	578.835,00	809.378,73	432.036,12	15,41	378.893,27	15,35
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	578.835,00	809.378,73	432.036,12	15,41	378.893,27	15,35
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	578.835,00	809.378,73	432.036,12	15,41	378.893,27	15,35
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.594.181,80	3.106.172,56	2.370.735,01	56,17	2.089.767,22	47,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
	597.283,12					

Continua 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Atenção Básica Vigilância Sanitária	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		3.137.407,06 35.609,74	3.841.373,78 74.177,50	2.787.459,01 15.312,12	99,45 0,55	2.453.348,37 15.312,12	99,38 0,62	
		3.173.016,80	3.915.551,28	2.802.771,13	100,00	2.468.660,49	100,00	

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	14.770.555,00	
Previsão Atualizada		—	14.770.555,00	
Receitas Realizadas		3.263.654,77	12.488.582,47	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.840.654,23	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	14.720.555,00	
Créditos Adicionais		—	4.177.130,68	
Dotação Atualizada		—	18.897.685,68	
Despesas Empenhadas		2.670.975,92	14.110.586,15	
Despesas Liquidadas		3.980.069,10	12.290.584,71	
Superavit Orçamentário		—	197.997,76	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.670.975,92	14.110.586,15	
Despesas Liquidadas		3.980.069,10	12.290.584,71	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			16.154.004,95	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		0,00	-286.748,95	
Resultado Primário		0,00	-753.375,40	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
EXECUTIVO	7.485,00	0,00	7.416,34	68,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
EXECUTIVO	23.009,25	0,00	23.009,25	0,00
TOTAL:	30.494,25	0,00	30.425,59	68,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.444.469,75	25%	24,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		625.976,39	60%	68,33
Liquidadas		625.976,39		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		727.603,25	-726.603,25	
Despesa de Capital Líquida		2.225.445,23	1.722.367,79	

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			281.900,00	-221.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.089.767,22		15,00	21,00
Liquidadas	2.089.767,22			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 08/09/2014

 ALCEU MAZZIONI
 PREFEITO MUNICIPAL

 SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
 CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

 SILVANA MAGIONI FAVERO
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	100,00	65,04
Legislativa	652.500,00	652.500,00	86.308,88	438.148,32	102.039,38	388.753,76	3,16	59,58
Ação Legislativa	652.500,00	652.500,00	86.308,88	438.148,32	102.039,38	388.753,76	3,16	59,58
Administração	1.828.750,00	2.206.200,00	349.990,29	1.779.333,94	404.160,48	1.547.023,47	12,59	70,12
Administração Geral	1.828.750,00	2.206.200,00	349.990,29	1.779.333,94	404.160,48	1.547.023,47	12,59	70,12
Assistência Social	372.250,00	523.386,89	71.352,72	254.633,98	74.963,71	250.758,56	2,04	47,91
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.500,00	12.500,00	647,00	1.848,40	647,00	1.848,40	0,02	14,79
Assistência Comunitária	359.750,00	510.886,89	70.705,72	252.786,58	74.316,71	248.910,16	2,03	48,72
Saúde	3.173.016,80	3.915.551,28	561.720,24	2.802.771,13	807.507,62	2.468.660,49	20,09	63,05
Atenção Básica	3.137.407,06	3.841.373,78	553.819,66	2.787.459,01	799.607,04	2.453.348,37	19,96	63,87
Vigilância Sanitária	35.609,74	74.177,50	7.900,58	15.312,12	7.900,58	15.312,12	0,12	20,64
Educação	2.929.509,40	3.824.238,13	694.058,36	2.574.175,26	692.763,71	2.029.771,53	16,51	53,08
Ensino Médio	2.500,00	440.118,06	85.025,77	231.227,07	72.784,25	218.238,55	1,78	49,59
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	210.250,00	560.250,00	9.093,45	487.341,97	100.324,78	100.324,78	0,82	17,91
Educação Especial	0,00	33.000,00	0,00	32.800,00	880,00	13.420,00	0,11	40,67
Educação Básica	2.714.259,40	2.788.370,07	599.939,14	1.822.806,22	518.774,68	1.697.788,20	13,81	60,89
Cultura	174.750,00	182.750,00	0,00	121.306,57	0,00	121.176,06	0,99	66,31
Difusão Cultural	174.750,00	182.750,00	0,00	121.306,57	0,00	121.176,06	0,99	66,31
Urbanismo	2.506.400,00	4.676.430,58	610.771,21	3.883.641,66	1.500.935,65	3.477.950,16	28,30	74,37
Serviços Urbanos	2.506.400,00	4.676.430,58	610.771,21	3.883.641,66	1.500.935,65	3.477.950,16	28,30	74,37
Habituação	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.507.378,80	1.930.628,80	224.749,65	1.508.096,23	236.832,79	1.435.577,29	11,68	74,36
Extensão Rural	1.507.378,80	1.930.628,80	224.749,65	1.508.096,23	236.832,79	1.435.577,29	11,68	74,36
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	299.000,00	299.000,00	68.902,22	227.505,89	76.412,16	219.412,93	1,79	73,38
Desporto Comunitário	299.000,00	299.000,00	68.902,22	227.505,89	76.412,16	219.412,93	1,79	73,38

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.720.555,00	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	100,00	65,04
Encargos Especiais	1.240.000,00	650.000,00	3.122,35	520.973,17	84.453,60	351.500,46	2,86	54,08
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	3.122,35	11.720,07	3.122,35	10.530,11	0,09	42,12
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	360.000,00	0,00	339.053,10	53.245,87	219.331,68	1,78	60,93
Serviço da Dívida Interna	265.000,00	265.000,00	0,00	170.200,00	28.085,38	121.638,67	0,99	45,90
TOTAL (III) = (I + II)	14.720.555,00	18.897.685,68	2.670.975,92	14.110.586,15	3.980.069,10	12.290.584,71	100,00	65,04

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI SOLANGE MARIA DERVANOSKI I SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC/SC 028483/O TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	R\$ 1,00	
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014			TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECETA TRIBUTÁRIA		1.559.437,18	1.394.435,93	1.464.247,66	1.789.084,18	1.611.841,39	1.626.546,53	1.694.791,93	1.633.971,84	1.522.986,19	1.494.699,53	1.399.112,09	1.507.860,22	18.798.967,67	17.019.055,00	
IPTU		170.171,74	84.527,43	38.946,64	126.063,81	64.901,94	109.525,27	285.828,25	119.947,61	95.422,61	102.735,73	117.051,16	126.430,27	1.443.272,46	1.015.500,00	
IRR.F		1.557,12	6.165,82	3.028,91	2.155,14	0,00	11.597,66	178.630,24	23.862,44	19.445,16	20.060,65	14.504,44	3.399,45	284.407,03	236.000,00	
L.S.S.		9.528,20	12.896,67	13.267,86	52.945,90	327,84	14.846,00	10.788,31	13.143,94	12.721,04	21.674,01	13.521,44	13.863,51	189.466,72	153.000,00	
L.T.B.L		56.725,58	43.065,74	33.373,05	53.397,92	37.653,54	46.674,64	42.739,20	66.366,58	39.558,00	47.666,25	70.271,24	74.328,17	611.807,91	398.000,00	
L.T.E.L		92.350,00	12.100,00	-16.936,00	7.217,50	4.500,00	13.400,00	22.695,88	5.900,00	16.760,00	7.180,00	10.650,00	28.100,00	204.075,38	48.000,00	
Outras Receitas Tributárias		10.010,84	10.359,20	5.884,82	10.367,35	22.420,56	23.004,97	31.084,62	10.884,65	6.920,41	6.154,82	7.904,04	8.718,14	153.515,42	178.500,00	
RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES		9.726,67	10.190,10	10.696,54	13.434,17	10.293,37	10.306,70	28.076,00	13.865,32	12.761,22	13.564,30	13.101,03	12.291,67	158.486,09	146.000,00	
RECETA PATRIMONIAL		8.756,82	10.678,43	9.812,52	12.341,96	11.311,94	13.042,01	14.893,89	15.654,84	16.982,51	16.640,90	16.330,96	13.569,02	160.015,70	86.034,00	
RECETA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETA DE SERVIÇOS		45.697,92	38.720,65	40.980,39	42.131,52	39.326,11	46.240,10	76.382,16	52.517,06	41.732,04	44.863,75	43.975,20	36.731,74	546.618,64	428.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.283.722,71	1.198.878,39	1.388.813,76	1.580.551,09	1.471.561,54	1.435.741,46	1.275.739,82	1.403.974,03	1.447.763,09	1.276.590,66	1.197.533,00	1.306.453,39	16.241.322,74	15.289.601,00	
Cota-Parte do FPM		382.678,29	392.663,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.182,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	428.779,99	369.126,63	446.426,05	5.793.314,90	5.627.000,00	
Cota-Parte do ICMS		576.763,22	590.770,99	615.609,39	613.198,09	613.714,72	584.074,76	592.529,34	577.070,00	587.197,17	593.725,85	553.569,04	580.786,23	7.061.858,80	6.610.000,00	
Cota-Parte do IPVA		44.476,49	42.894,58	21.442,19	12.494,86	16.664,52	47.595,46	38.000,81	49.329,51	47.705,57	52.773,85	47.260,77	50.317,21	470.946,82	498.000,00	
Cota-Parte do ITR		405,01	4.305,59	29,25	11,45	117,99	0,00	12,85	21,20	0,00	7,19	0,00	4,26	4.914,79	5.300,00	
Outras Transferências Correntes		192.523,73	124.813,02	102.631,97	85.379,88	112.015,21	39.020,83	150.478,97	224.940,41	106.595,09	75.076,99	109.544,55	101.240,27	1.425.160,93	1.232.301,00	
Transferências de LC 61/1989		8.090,52	6.648,04	9.593,81	10.283,70	9.814,76	8.309,42	8.119,36	8.838,01	9.612,79	9.155,66	9.405,71	9.695,21	106.537,79	106.000,00	
Transferências de LC 87/1996		2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.548,91	2.593,58	2.593,58	0,00	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	2.593,58	28.500,70	31.000,00	
Transferências do FUNDEB		106.216,54	103.212,75	116.182,36	115.992,80	121.809,40	118.954,51	109.805,00	110.535,22	120.969,69	114.477,55	106.002,71	113.360,58	1.367.239,01	1.360.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.471,32	50.470,93	5.847,81	14.541,63	14.509,49	12.693,99	11.910,01	27.912,98	8.324,72	37.284,19	11.120,84	11.394,13	247.262,04	70.920,00	
DEDUÇÕES (II)																
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		196.996,26	194.370,32	227.999,68	228.897,99	247.547,13	255.553,04	203.090,94	213.699,53	244.039,53	216.007,05	196.396,93	218.364,32	2.644.962,72	2.550.500,00	
RECETA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.362.440,92	1.200.065,61	1.236.247,98	1.560.186,19	1.364.294,26	1.370.993,49	1.491.699,99	1.420.272,31	1.278.946,66	1.276.682,48	1.202.715,16	1.289.495,90	16.154.004,95	14.468.555,00	
FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014																
Cordilheira Alta, 08/09/2014																

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERANOSKI LANZARIN
CONTADOR(A) - CRC/SC 0294693/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.377,43	23.938,90	21.515,90
DEDUÇÕES (II)	1.829.690,39	2.816.286,98	2.105.577,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.852.643,44	3.100.744,42	2.527.381,65
Demais Haveres Financeiros	56,20	78,68	78,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.009,25	284.536,12	421.882,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.797.312,96	-2.792.348,08	-2.084.061,91
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.797.312,96	-2.792.348,08	-2.084.061,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	708.286,17	-286.748,95

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.440.521,00	2.462.311,18	10.676.638,28	9.683.147,81
Receita Tributária	1.015.500,00	245.481,43	1.023.842,84	1.102.588,34
I.P.T.U.	236.000,00	17.903,89	271.500,04	254.057,46
I.S.S.	399.000,00	144.599,41	425.245,62	253.268,75
I.T.B.I.	49.000,00	38.950,00	109.315,88	345.193,77
I.R.R.F.	153.000,00	27.404,95	100.888,09	79.983,73
Outras Receitas Tributárias	178.500,00	16.623,18	116.893,21	170.084,63
Receita de Contribuição	146.000,00	25.392,70	114.238,61	107.908,52
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	146.000,00	25.392,70	114.238,61	107.908,52
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	89.034,00	29.899,88	118.425,97	51.003,69
(-) Aplicações Financeiras	89.034,00	29.899,88	118.425,97	51.003,69
Transferências Correntes	12.780.101,00	2.089.225,14	9.021.658,32	8.137.801,90
F.P.M.	4.427.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	5.288.000,00	907.508,41	3.748.238,35	3.382.497,78
Convênios	251.000,00	44.404,00	133.216,00	129.328,00
Outras Transferências Correntes	2.814.101,00	483.270,54	2.054.375,27	1.767.664,48
Demais Receitas Correntes	498.920,00	102.211,91	516.898,51	334.849,05
Divida Ativa	34.600,00	11.841,81	98.251,05	83.569,10
Diversas Receitas Correntes	464.320,00	90.370,10	418.647,46	251.279,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	241.000,00	771.443,71	1.693.518,22	39.238,04
Operações de Crédito (III)	1.000,00	591.562,25	727.603,25	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	58.000,00	9.886,78	42.775,62	39.238,04
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	281.900,00	0,00
Transferências de Capital	122.000,00	169.994,68	641.239,35	0,00
Convênios	80.000,00	0,00	341.250,00	0,00
Outras Transferências de Capital	42.000,00	169.994,68	299.989,35	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	122.000,00	169.994,68	641.239,35	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.562.521,00	2.632.305,86	11.317.877,63	9.683.147,81

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.869.872,66	2.778.380,39	10.065.139,48	8.117.582,19
Pessoal e Encargos Sociais	6.329.029,87	1.292.044,86	4.479.120,80	3.748.607,08
Juros e Encargos da Dívida (IX)	57.000,00	6.378,43	30.692,39	64.133,05
Outras Despesas Correntes	8.483.842,79	1.479.957,10	5.555.326,29	4.304.842,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.812.872,66	2.772.001,96	10.034.447,09	8.053.449,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.947.813,02	1.201.688,71	2.225.445,23	610.665,45
Investimentos	3.644.813,02	1.154.821,27	2.036.805,94	153.471,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	303.000,00	46.867,44	188.639,29	457.194,12
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.644.813,02	1.154.821,27	2.036.805,94	153.471,33

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.537.685,68	3.926.823,23	12.071.253,03	8.206.920,47
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.975.164,68	-1.294.517,37	-753.375,40	1.476.227,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.840.654,23	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.840.654,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	23.009,25	23.009,25	-	-	-	7.485,00	7.416,34	7.416,34	-	68,66
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
Fundo Municipal de Saúde	0,00	23.009,25	23.009,25	0,00	0,00	0,00	7.485,00	7.416,34	7.416,34	0,00	68,66
Soc. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	23.009,25	23.009,25	0,00	0,00	0,00	7.485,00	7.416,34	7.416,34	0,00	68,66
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	23.009,25	23.009,25	0,00	0,00	0,00	7.485,00	7.416,34	7.416,34	0,00	68,66

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LAI CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNC
--------------------------------------	---	---

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	859.920,00	859.920,00	238.880,29	996.394,11	112,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.200,00	253.200,00	21.989,09	311.621,05	123,07
1.1.1- IPTU	236.000,00	236.000,00	17.903,89	271.500,04	115,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.300,00	3.300,00	344,63	1.150,30	34,86
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	11.000,00	11.000,00	2.527,80	34.389,09	312,63
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.900,00	2.900,00	1.212,77	4.581,62	157,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	38.950,00	109.315,88	223,09
1.2.1- ITBI	49.000,00	49.000,00	38.950,00	109.315,88	223,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	404.720,00	404.720,00	150.536,25	444.569,09	109,85
1.3.1- ISS	399.000,00	399.000,00	144.599,41	425.245,62	106,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.120,00	2.120,00	2.664,70	7.327,08	345,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.600,00	2.600,00	2.288,42	9.823,78	377,84
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	983,72	2.172,61	217,26
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.000,00	153.000,00	27.404,95	100.888,09	65,94
1.4.1- IRRF	153.000,00	153.000,00	27.404,95	100.888,09	65,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.777.300,00	12.777.300,00	2.073.808,27	8.983.499,90	70,31
2.1- Cota-Parte FPM	5.527.000,00	5.527.000,00	817.552,68	3.857.285,62	69,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.527.000,00	5.527.000,00	817.552,68	3.857.285,62	69,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.610.000,00	6.610.000,00	1.134.385,27	4.685.297,11	70,88
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	31.000,00	31.000,00	5.187,16	18.155,06	58,56
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	106.000,00	106.000,00	19.100,92	72.850,92	68,82
2.5- Cota-Parte ITR	5.300,00	5.300,00	4,26	163,49	3,08
2.6- Cota-Parte IPVA	498.000,00	498.000,00	97.577,98	349.647,70	70,21
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.637.220,00	13.637.220,00	2.312.688,56	9.949.894,01	72,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.800,00	6.800,00	1.218,37	4.065,65	59,79
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	6.800,00	6.800,00	1.218,37	4.065,65	59,79
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.550.500,00	2.550.500,00	414.761,25	1.796.898,47	70,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	163.510,49	771.456,92	70,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.322.000,00	1.322.000,00	226.876,86	937.058,76	70,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	1.037,42	3.630,97	57,63
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.200,00	21.200,00	3.820,20	14.590,25	68,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	0,85	32,66	3,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	19.515,43	69.928,91	69,93
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	219.393,29	916.044,56	72,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	219.393,29	916.044,56	72,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.290.500,00	-1.290.500,00	-195.367,96	-880.653,91	68,24
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	819.800,00	837.245,99	206.461,38	625.976,39	74,77
13.1- Com Educação Infantil	819.800,00	837.245,99	206.461,38	625.976,39	74,77
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	441.400,00	441.400,00	0,00	286.039,95	64,80
14.1- Com Educação Infantil	441.400,00	441.400,00	0,00	286.039,95	64,80
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.261.000,00	1.278.645,99	206.461,38	912.016,34	71,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					912.016,34
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					31,23
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,44
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.409.305,00	3.409.305,00	578.172,14	2.487.473,50	72,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.461.000,00	1.828.645,99	306.786,16	1.012.341,12	55,36
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	881.659,40	947.055,37	236.054,84	569.120,71	60,09
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	881.659,40	947.055,37	236.054,84	569.120,71	60,09
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.345.159,40	2.778.201,36	542.841,00	1.581.461,83	56,92
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-880.653,91
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.645,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-863.007,92
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.444.469,75
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,57
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	127.500,00	256.706,40	28.727,00	49.062,19	19,11
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	364.100,00	177.962,31	26.543,90	90.175,64	50,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	491.600,00	434.668,71	55.270,90	139.237,83	32,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.836.759,40	3.212.870,07	598.111,90	1.720.699,66	53,56

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	916.044,56	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	916.044,56	0,00

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI SOLANGE MARIA DERVANOSKI L. SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA - CRC/SC 028483/C TÉCNICO EM CONTROLE INTERIO

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do art. 212 da CF/1988

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 17.645,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000,00	727.603,25		-726.603,25
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.947.813,02	2.225.445,23	0,00	1.722.367,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.947.813,02	2.225.445,23	0,00	1.722.367,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.946.813,02	-1.497.841,98		-2.448.971,04

FONTE: Data de emissão 08/Sep/2014

Cordilheira Alta, 08/09/2014

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Lei Nº 1118/2014 - " Autoriza O Poder Executivo Realizar Despesas Efetivação Projeto Educação"

LEI N. 1118/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS PARA EFETIVAÇÃO DE PROJETO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Projeto da Secretaria Municipal de Educação, denominado: "PROJETO 07 de Setembro - Independência do Brasil", a ser realizado no dia 07 de setembro de 2014 com a realização da "V Caminhada Ecológica de Cordilheira Alta", nos termos do anexo a esta lei.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de agosto de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I**PROJETO 07 DE SETEMBRO - INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
REALIZAÇÃO DA "V CAMINHADA ECOLÓGICA DE CORDILHERIA ALTA"**

JUSTIFICATIVA: Grande parte dos problemas encontrados no meio ambiente não está na falta de políticas ambientais, mas na falta de informação e conscientização de cada cidadão. Pessoas informadas e conscientes são capazes de contribuir para uma mudança no cenário do planeta, permitindo preservar e recuperar o ambiente e sua biodiversidade. Portanto, face o relevante tema, o Projeto estará à disposição de toda comunidade de Cordilheira Alta, principalmente crianças e adolescentes.

OBJETIVO GERAL: Conscientizar a população do Município de Cordilheira Alta sobre a importância de um envolvimento maior de cada um para a melhoria do meio ambiente.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: A "V Caminhada Ecológica de Cordilheira Alta" ocorrerá no dia 07 de setembro de 2014.

DISCRIMINATIVO COM ESTIMATIVA DOS GASTOS:

ITEM	DISCRIMINATIVO	VALOR ESTIMADO
01	Sistema de Som	R\$ 1.500,00
02	Aquisição de produtos para realizar a Mateada	R\$ 1.500,00
03	Aquisição de Lanches	R\$ 4.000,00
04	Aquisição de Premiações	R\$ 3.000,00
05	Aquisição de Mudanças de Árvores	R\$ 2.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 12.000,00		

Cordilheira Alta, SC, 26 de agosto de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Edital Aviso de Licitação PP 53/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 078/2014.

Pregão Presencial n. 053/2014.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o a contratação de serviço de monitoramento eletrônico nas repartições públicas do município e do fundo municipal de saúde .

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 23/09/2014

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 23/09/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contrato Nº 83 E 84

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 83/2014

Contratado: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, num total de 2.786,09 m², sendo 2.100,00m² sobre macademe, e 686,09 m² sobre calçamento em conformidade com o memorial descritivo e projeto técnico.

Valor: R\$ 259.118,34 (Duzentos e cinquenta e nove mil cento e dezoito reais a trinta e quatro centavos)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 84/2014

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação, manutenção, locação de data Center (servidor virtual para hospedagem de banco de dados e aplicativos do sistema objeto deste processo) e fornecimento de licença de uso por tempo determinado de sistema (software) de gestão, treinamento de 25 horas aos funcionários da assistência para assessoria, consultoria referente a operação do sistema até final do ano de 2014

Valor: R\$ 10.745,00 (Dez mil setecentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2014

Publicação Termo Aditivo Nº 34

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 34/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2014

Contratado: LEANDRO PAGLIARI ME

Objeto: Fica aditada na Cláusula quarta do contrato 60/2014, o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 109.099,98 (Cento e nove mil, noventa e nove reais e noventa e oito centavos), pelo fornecimento integral dos serviços previstos.

Vigência: 31/12/2014

Publicação Ata Registro de Preço Nº 23/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE UM PARQUE CONFORME ANEXO D

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 23/2014

Empresa com preços registrados: Sulbrinquedos Indústria e Comércio LTDA ME

CNPJ: 10.691.359/0001-06

Itens: 01, 02, 03, 04 e 05

Total: R\$ 16.008,00 (Dezesseis mil e oito reais)

Coronel Freitas (SC), 11 de Setembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Convite

CONVITE

A Administração Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, convida a todos os munícipes para participarem de Audiência Pública, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Clevelândia, centro, no dia 25 de setembro, às 15:00 horas, onde serão tratados assuntos referentes ao processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2015 e avaliação das metas do Segundo Quadrimestre de 2014.

Certos de contar com presença de todos, onde terão a oportunidade de exercer a cidadania e estar informados sobre a aplicação dos recursos públicos de nosso Município.

Coronel Martins, 10 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 755/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br
DECRETO Nº. 755/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 283.548,00 (duzentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e oito reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00	0714	Aplicações Diretas	283.548,00
		TOTAL	283.548,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 0714 - Transferência da União - Defesa Civil, no valor de R\$ 283.548,00 (duzentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e oito reais) .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
29 de agosto de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Decreto Nº. 756/2014

DECRETO Nº. 756/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.162 de 03 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	750.000,00
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	250.000,00
		TOTAL	1.500.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	

012.361.0047.1005		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1004		Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
10.001		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	151.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Auxílio à Diversas Entidades	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	49.000,00
		TOTAL	1.500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 757/2014

DECRETO Nº. 757/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.163 de 03 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), que obedecerá a seguinte

classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2039		Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal	
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
		TOTAL	7.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Atividades Divisão Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	7.000,00
		TOTAL	7.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 237/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 237/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A REFORMA DA PONTE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/09/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 24/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº41/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção e reparos de veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/09/2014, às 13H30, e início da sessão do Pregão no dia 26/09/2014, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 05 de setembro de 2014.

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº42/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 26/09/2014, às 09H30, e início da sessão do Pregão no dia 26/09/2014, às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 05 de setembro de 2014.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Edital de Leilão Público Nº 039/2014.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 039/2014.

O Município de Doutor Pedrinho/SC, com sede na Rua Brasília, nº02, CNPJ: 79.373.775/0001-62, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO de bens móveis inservíveis constantes no anexo I do edital, sendo (01 retro escavadeira Case 580H, 01 trator D50, 01 trator New Holland, 02 veículos, 01 ônibus, 03 caminhões, 01 lote sucatas diversas). No dia 29 de setembro de 2014 às 10:00horas nas dependências da Secretaria de Obras (Garagem Municipal) localizada na Rua Santa Catarina, nº. 326, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro Público Oficial Sr. Jefferson Eduardo Zampieri matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº AARC/137 e seu preposto Sr. Nelson Zampieri, matrícula AARC/150. O Edital completo bem como os demais elementos informativos poderá ser obtido através dos sites: www.doutorpedrinho.sc.gov.br, no site do leiloeiro www.zampierileilao.com.br, informações nos fones: PREFEITURA(47) 3388-0148 no setor de Patrimônio da Prefeitura com o Sra. Neuza Fátima Girelli e no fone (47) 3337-0445 diretamente com o Leiloeiro.

Doutor Pedrinho, 10 de Setembro de 2014.
Hartwig Persuhn
Prefeito Municipal

Audiência Pública - Ldo 2015

Doutor Pedrinho, 10 de setembro de 2014.

Em concordância a Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências, a Prefeitura de Doutor Pedrinho, juntamente com as Secretarias Municipais, e Fundos, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2015.

O objetivo desta Audiência Pública é possibilitar a participação popular através de todos os segmentos organizados da Sociedade na definição dos planos e investimentos públicos municipais e a execução dos programas, a partir da votação da LDO 2015.

Assim sendo, a Audiência Pública acontecerá dia 18 de Setembro, às 19:00 horas, na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, - Localizada na Brasília, 02, e Vossa participação é fundamental, não apenas para o cumprimento da lei, mas também para contribuir com a elaboração deste importante instrumento de planejamento e definição dos investimentos possíveis da Administração Municipal.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os mais elevados votos de estima e consideração, no aguardo da participação de Vossa Senhoria ou de algum membro de Vossa Entidade.

Atenciosamente

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Lei Nº 840/2014

LEI nº 840 de 10 de setembro de 2014.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

01.001.01.031.0001.1004	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1004	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1004	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00
01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	27.300,00
TOTAL		27.300,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		67.300,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

01.001.01.031.0001.1002	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	22.800,00
TOTAL		22.800,00
01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	CAMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	

310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	34.500,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00
TOTAL		44.500,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		67.300,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de setembro de 2014;
26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 366, de 10 de Setembro de 2014.

LEI Nº 366, de 10 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a Implantação e Organização dos Conselhos Escolares na Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA- Educação de Jovens e Adultos de Ermo/SC.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Escolar na Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA - Educação de Jovens e Adultos de Ermo.

Art. 2º O Conselho Escolar é um colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a democratização da escola e EJA pública e a melhoria da qualidade socialmente referenciada da educação nelas ofertada.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de aluno/as, pai/mãe ou responsáveis legais por aluno/as, trabalhadores/as em educação, docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade escolar.

§ 2º Por comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 4º O Conselho Escolar será constituído pelo/a Diretor/a da Escola ou EJA e representação paritária dos trabalhadores em educação docentes, trabalhadores em educação não docentes, pais/mães ou responsáveis legais pelos alunos, os estudantes e representantes das APPs, eleitos pelos seus pares, em assembleia do segmento que representam na seguinte proporção:

a) na escola ou EJA com até cem (100) alunos, no mínimo um (01) representante titular e um (01) suplente por segmento;

b) na escola ou EJA com cem (100) a duzentos (200) alunos, no mínimo dois (02) titulares e dois (02) suplentes por segmento;

c) na escola ou EJA com mais de duzentos (200) alunos, no mínimo três (03) representantes titulares e três (03) suplentes por segmento;

§ 1º O/A Diretor/a da Escola ou EJA tem assento nato no Conselho Escolar e não poderá exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente deste colegiado;

§ 2º A diretoria da APP elegerá, entre seus integrantes, um (01) representante para o Conselho Escolar, que não poderá exercer o cargo de Presidente e Vice-Presidente deste, tendo como objetivo a articulação entre os dois colegiados.

§ 3º A escola ou EJA poderão incluir no Conselho Escolar, um (01) representante da comunidade local que não poderá exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, tendo como objetivo a articulação entre escola e comunidade na qual está inserida.

I - O representante da comunidade local será indicado pelo Conselho Escolar em sua primeira reunião.

II - Na indicação do representante da comunidade local, serão considerados, entre outros, os critérios de disponibilidade, relação com o trabalho educacional desenvolvido na escola ou EJA e representatividade junto à comunidade local.

§ 4º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos pais/mães ou responsáveis legais e alunos e 50% para o conjunto dos trabalhadores em educação.

I - No impedimento legal de membros do segmento alunos para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes dos pais/mães ou responsáveis legais.

II - Na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores em educação não docentes, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado pelos trabalhadores em educação docentes.

§ 5º O número total de integrantes do Conselho Escolar deverá ser necessariamente, ímpar.

§ 6º Cada representante terá um (01) suplente que assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do Diretor/a, que seguirá legislação específica.

Art. 5º Podem candidatar-se ao Conselho Escolar:

I - trabalhadores em educação docentes, do quadro permanente, designados em efetivo na unidade escolar ou EJA;

II - trabalhadores em educação não docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício na unidade escolar ou EJA;

III - pai, mãe ou responsáveis legais dos alunos regularmente matriculados e frequentes.

IV - alunos com dez (10) anos ou mais regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Entende-se por responsável legal pelos alunos as pessoas que apresentarem documentação que comprove sua responsabilidade legal informada no ato da matrícula e/ou rematrícula na Escola ou EJA Pública Municipal.

§ 2º O/A integrante da comunidade escolar pertencente a segmentos diversos deverá optar pela participação, pelo voto e pela representação, se concorrer, de um único segmento.

§ 3º Aos trabalhadores em educação atuantes na escola e que não integram o quadro permanente, está assegurado o direito ao voto e participação nas discussões.

Art. 6º - O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - participar da elaboração do calendário escolar e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria

Municipal de Educação e a legislação vigente;

II - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar, incluindo nele as competências e funcionamento do Conselho Escolar;

III - convocar assembleias gerais da comunidade escolar, juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos, quando houver a necessidade de discussão de algum assunto pertinente a sua competência;

IV - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

V - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliação, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

VI - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sugerindo modificações sempre que necessário;

VII - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

VIII - participar de atividades de formação para os conselheiros escolares, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

IX - participar da elaboração e aprovar o plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências, repasses, programas ou captados pela escola, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar ou EJA;

X - fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar ou EJA;

XI - analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da escola ou EJA;

XII - divulgar periodicamente, de acordo com a prestação de contas, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

XIII - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares;

XIV - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XV - mobilizar campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XVI - propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do aluno e a valorização da cultura da comunidade local;

XVII - propor alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo considerando os conceitos dos tempos e dos espaços pedagógicos na escola;

XVIII - propor discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente;

XIX - aos segmentos dos trabalhadores em educação, docentes e não docentes integrantes do Conselho Escolar, cabe realizar, junto com a equipe diretiva, a avaliação para o desenvolvimento funcional dos seus pares, em conformidade com os critérios estabelecidos em norma específica.

Parágrafo único. O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposição e encaminhamentos específicos.

Art. 7º O mandato de cada conselheiro/a será de dois (02) anos, com direito a uma recondução consecutiva.

Art. 8º O processo de eleição do Conselho Escolar será coordenado por uma Comissão Eleitoral Escolar composta por um (01) representante titular e seu respectivo suplente de cada segmento da comunidade escolar.

§ 1º Os membros da Comissão Eleitoral da Escola ou EJA não podem ser candidatos.

§ 2º As eleições do Conselho Escolar deverão ser realizadas em anos pares, iniciando no ano de 2014.

Art. 9º O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 4º.

Parágrafo único. Em caso de vacância do Presidente, o Vice-Presidente assume por período pré - determinado até convocar-se nova eleição.

Art. 10º O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas (02) reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do Conselho Escolar, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - falecimento;

VI - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Parágrafo único. O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

Art. 11º O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, um terço (1/3) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para funcionamento e deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 12º O exercício da função de membro do conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 13º As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 365, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 366, de 10 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a Implantação e Organização dos Conselhos Escolares na Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA- Educação de Jovens e Adultos de Ermo/SC.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Escolar na Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA - Educação de Jovens e Adultos de Ermo.

Art. 2º O Conselho Escolar é um colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a democratização da escola e EJA pública e a melhoria da qualidade socialmente referenciada da educação nelas ofertada.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de aluno/as, pai/mãe ou responsáveis legais por aluno/as, trabalhadores/as em educação, docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade escolar.

§ 2º Por comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 4º O Conselho Escolar será constituído pelo/a Diretor/a da Escola ou EJA e representação paritária dos trabalhadores em educação docentes, trabalhadores em educação não docentes, pais/mães ou responsáveis legais pelos alunos, os estudantes e representantes das APPs, eleitos pelos seus pares, em assembleia do segmento que representam na seguinte proporção:

a) na escola ou EJA com até cem (100) alunos, no mínimo um (01) representante titular e um (01) suplente por segmento;

b) na escola ou EJA com cem (100) a duzentos (200) alunos, no mínimo dois (02) titulares e dois (02) suplentes por segmento;

c) na escola ou EJA com mais de duzentos (200) alunos, no mínimo três (03) representantes titulares e três (03) suplentes por segmento;

§ 1º O/A Diretor/a da Escola ou EJA tem assento nato no Conselho Escolar e não poderá exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente deste colegiado;

§ 2º A diretoria da APP elegerá, entre seus integrantes, um (01) representante para o Conselho Escolar, que não poderá exercer o cargo de Presidente e Vice-Presidente deste, tendo como objetivo a articulação entre os dois colegiados.

§ 3º A escola ou EJA poderão incluir no Conselho Escolar, um (01) representante da comunidade local que não poderá exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, tendo como objetivo a articulação entre escola e comunidade na qual está inserida.

I - O representante da comunidade local será indicado pelo Conselho Escolar em sua primeira reunião.

II - Na indicação do representante da comunidade local, serão considerados, entre outros, os critérios de disponibilidade, relação com o trabalho educacional desenvolvido na escola ou EJA e representatividade junto à comunidade local.

§ 4º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos pais/mães ou responsáveis legais e alunos e 50% para o conjunto dos trabalhadores em educação.

I - No impedimento legal de membros do segmento alunos para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes dos pais/mães ou responsáveis legais.

II - Na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores em educação não docentes, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado pelos trabalhadores em educação docentes.

§ 5º O número total de integrantes do Conselho Escolar deverá ser necessariamente, ímpar.

§ 6º Cada representante terá um (01) suplente que assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do Diretor/a, que seguirá legislação específica.

Art. 5º Podem candidatar-se ao Conselho Escolar:

I - trabalhadores em educação docentes, do quadro permanente, designados em efetivo na unidade escolar ou EJA;

II - trabalhadores em educação não docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício na unidade escolar ou EJA;

III - pai, mãe ou responsáveis legais dos alunos regularmente matriculados e frequentes.

IV - alunos com dez (10) anos ou mais regularmente matriculados e frequentes;

§ 1º Entende-se por responsável legal pelos alunos as pessoas que apresentarem documentação que comprove sua responsabilidade legal informada no ato da matrícula e/ou rematrícula na Escola ou EJA Pública Municipal.

§ 2º O/A integrante da comunidade escolar pertencente a segmentos diversos deverá optar pela participação, pelo voto e pela representação, se concorrer, de um único segmento.

§ 3º Aos trabalhadores em educação atuantes na escola e que não integram o quadro permanente, está assegurado o direito ao voto e participação nas discussões.

Art. 6º - O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - participar da elaboração do calendário escolar e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente;

II - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar, incluindo nele as competências e funcionamento do Conselho Escolar;

III - convocar assembleias gerais da comunidade escolar, juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos, quando houver a necessidade de discussão de algum assunto pertinente a sua competência;

IV - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

V - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliação, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

VI - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sugerindo modificações sempre que necessário;

VII - elaborar o plano de formação continuada e permanente dos conselheiros escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

VIII - participar de atividades de formação para os conselheiros escolares, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

IX - participar da elaboração e aprovar o plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências, repasses, programas ou captados pela escola, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar ou EJA;

X - fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar ou EJA;

XI - analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da escola ou EJA;

XII - divulgar periodicamente, de acordo com a prestação de contas, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

XIII - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares;

XIV - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XV - mobilizar campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância

Ldo 2015 - Demonstrativo I - Metas Anuais



Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1
Data: 08/09/2014

Especificação	2015				2016				2017			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	Valor Corrente (d)	Valor Constante	% PIB (d / PIB) x 100
Receita Total	12.864.462,66	12.136.285,53	---	12.608.130,40	11.221.191,17	---	13.364.617,38	11.221.152,78	---	13.364.617,38	11.221.152,78	---
Receitas Primárias (I)	11.789.964,61	11.122.608,12	---	12.529.162,47	11.150.909,99	---	13.280.911,37	11.150.871,83	---	13.280.911,37	11.150.871,83	---
Despesa Total	12.864.462,66	12.136.285,53	---	12.608.130,40	11.221.191,17	---	13.363.817,38	11.220.481,08	---	13.363.817,38	11.220.481,08	---
Despesas Primárias (II)	12.737.262,66	12.016.285,53	---	12.473.298,40	11.101.191,17	---	13.220.895,46	11.100.481,49	---	13.220.895,46	11.100.481,49	---
Resultado Primário III = (I-II)	(947.298,05)	(893.677,41)	---	55.864,07	49.718,82	---	60.015,91	50.390,35	---	60.015,91	50.390,35	---
Resultado Nominal	10.000,00	9.433,96	---	10.000,00	8.899,96	---	10.000,00	8.396,16	---	10.000,00	8.396,16	---
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	---	0,00	0,00	---	0,00	0,00	---	0,00	0,00	---
Dívida Consolidada Líquida	(110.000,00)	(103.773,58)	---	(100.000,00)	(88.999,64)	---	(90.000,00)	(75.565,48)	---	(90.000,00)	(75.565,48)	---

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015		2016		2017	
Inflação média (% anual)		6,000		6,000		6,000

Ldo 2015 - Anexo II-A



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (2)

Página: 1/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação					
Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				01.01
Função:	Legislativa				1
Subfunção:	Ação Legislativa				31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				0018
Objetivo do programa:					
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores					
Justificativa do programa:					
Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores					
Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESSOES LEGISLATIVAS (UND)	45,000	530.544,27
II - Descrição das Ações					
Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	434.600,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	74.744,27	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	21.200,00	0,00
Total:				530.544,27	0,00
					530.544,27



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4 A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	2000.000	340.510,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	159.000,00	0,00	159.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	63.600,00	0,00	63.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			340.510,16	0,00	340.510,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0020

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5 A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (UND)	25.000	669.877,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	2.650,00	0,00	2.650,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	338.782,36	0,00	338.782,36
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	1.590,00	0,00	1.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	307.400,00	0,00	307.400,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	1.590,00	0,00	1.590,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			669.877,60	0,00	669.877,60



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	0021

Objetivo do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5 A	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365.000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:
CONVENIO SSP-TRANSITO

Justificativa do programa:
Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5 A	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (MUL)	30.000	16.854,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura	0,00	16.854,00	16.854,00
Total:			0,00	16.854,00	16.854,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:

Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5 O	Pasep	PARCELAS MENSAIS (MES)	12.000	233.200,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	21.200,00	0,00	21.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			233.200,00	0,00	233.200,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0022

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6 A	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (UND)	600.000	775.855,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	333.200,00	0,00	333.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	237.800,00	0,00	237.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Ol	0,00	119.101,60	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	85.754,00	0,00	85.754,00
Total:			656.754,00	119.101,60	775.855,60



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Justificativa do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	6 A	Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1.000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

III - Detalhamento das Ações

Corrta Despesa	Descrição da Corrta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0027 - Operação de Credito FNDE	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7 A	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (ALU)	227.000	119.177,40

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação	0.00	13.177,40	13.177,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			106.000,00	13.177,40	119.177,40



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 10/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE	0001

Objetivo do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Justificativa do programa:

Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7 P	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (UND)	1.000	530.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Núcleo Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	530.000,00	0,00	530.000,00
Total:			530.000,00	0,00	530.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educção	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7 A	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (ALU)	393.000	338.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Im	179.600,00	0,00	179.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010 - RECURSOS DO TESOURO - TRF	0,00	84.800,00	84.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp Ei	0,00	74.200,00	74.200,00
Total:			179.600,00	159.000,00	338.600,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	E ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7 A	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (ALU)	170.000	1.977.398,83

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Im	477.000,00	0,00	477.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Fundef 60%	0,00	250.113,60	250.113,60
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Fundef 40%	0,00	206.742,40	206.742,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Im	741.442,83	0,00	741.442,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salario Educacao	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola I	0,00	5.300,00	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Im	265.000,00	0,00	265.000,00
Total:			1.483.442,83	493.956,00	1.977.398,83



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7 A	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (ALU)	60.000	691.411,19

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	150.011,89	0,00	150.011,89
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Funder 60%	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	249.000,00	0,00	249.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	252.399,30	0,00	252.399,30
Total:			651.411,19	40.000,00	691.411,19



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 14/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7 A	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (ALU)	50.000	80.146,10

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	53.000,00	0,00	53.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Funder 60%	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	7.146,10	0,00	7.146,10
Total:			60.146,10	20.000,00	80.146,10



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 15/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7 A	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (ALU)	10.000	63.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Im	63.600,00	0,00	63.600,00
Total:			63.600,00	0,00	63.600,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 16/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	0029

Objetivo do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	7 A	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (UND)	145.000	27.155,08

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	21.200,00	0,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	5.955,08	0,00	5.955,08
Total:			27.155,08	0,00	27.155,08



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 17/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7 A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (UND)	7.000	95.400,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	53.000,00	0,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	42.400,00	0,00	42.400,00
Total:			95.400,00	0,00	95.400,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 18/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8 P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (UND)	3.000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 19/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:
Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	8 P	Construção de Pontes e similares	OBRAS (M2)	50.000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Construção de Pontes e similares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 20/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	0012

Objetivo do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8 P	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (M2)	7500.000	357.304,80

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - OL	0.00	178.652,40	178.652,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	178.652,40	0,00	178.652,40
Total:			178.652,40	178.652,40	357.304,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 21/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0032

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8 A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (UND)	700.000	180.602,65

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Il	0,00	21.602,65	21.602,65
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	159.000,00	0,00	159.000,00
Total:			159.000,00	21.602,65	180.602,65



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 22/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT.DA SECR.OBRAS,VIACAO,TRANSP.E SERVICOS URBANOS	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação,Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação,Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8 A	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (KM)	80.000	1.935.669,39

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	736.000,00	0,00	736.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Di	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	103.486,19	103.486,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de r	0,00	14.475,60	14.475,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	996.907,60	0,00	996.907,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	53.000,00	0,00	53.000,00
Total:			1.785.907,60	149.761,79	1.935.669,39



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 23/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0041

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	9 A	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (ALU)	20.000	17.865,24

II - Descrição das Ações

Manutencao do FIA e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			17.865,24	0,00	17.865,24



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 24/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9 A	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUIÇOES FINANCEIRAS (COM)	10.000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 25/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9 A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (UND)	1000.000	526.800,76

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	2.300,00	2.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048 - Programa de Atencao a Crianca P	0,00	11.500,00	11.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho	0,00	115.000,00	115.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Nz	0,00	80.500,00	80.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063 - Bolsa Família	0,00	20.700,00	20.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	190.800,76	0,00	190.800,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			296.800,76	230.000,00	526.800,76



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 26/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11 A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (UND)	2058.000	2.100.147,67

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de li	26.500,00	0,00	26.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de li	881.600,00	0,00	881.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	161.330,26	161.330,26
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de li	318.000,00	0,00	318.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de li	501.820,04	0,00	501.820,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Sauc	0,00	17.865,24	17.865,24
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	95.400,00	95.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de li	53.000,00	0,00	53.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	10.971,64	10.971,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0092 - Alienação de Bens	33.660,49	0,00	33.660,49
Total:			1.814.580,53	285.567,14	2.100.147,67



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 27/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12 A	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VINCULADOS AO SIMAS (UND)	60.000	106.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Im	1.325.00	0.00	1.325.00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de Im	795.00	0.00	795.00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	98.580.00	0.00	98.580.00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	5.300.00	0.00	5.300.00
Total:			106.000,00	0,00	106.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO II-A Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Solução: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 28/28
Data: 08/09/2014

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGENCIA	0999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	10 A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (UND)	1.000	7.420,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORC	7.420,00		7.420,00
Total:			7.420,00		7.420,00

Ldo 2015 - Anexo III-A

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO III-A Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3
Data: 08/09/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	15.203.475,57	15.087.484,08	15.992.732,29
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	13.872.061,08	14.736.184,72	15.620.354,96
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	372.785,98	395.153,14	418.862,34
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	160.135,01	169.743,11	179.927,71
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	116.483,09	123.472,07	130.880,41
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	22.543,55	23.896,16	25.329,93
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	74.591,49	79.066,98	83.811,01
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	74.591,49	79.066,98	83.811,01
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	19.348,05	20.508,93	21.739,47
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	43.651,92	46.271,04	49.047,30
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	43.651,92	46.271,04	49.047,30
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS	112.650,97	119.410,03	126.574,63
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.864,45	11.516,32	12.207,30
4.1.1.2.1.17.0.0.0.0.0.0	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.101,86	4.347,97	4.608,85
4.1.1.2.1.25.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P. Serviços	6.762,59	7.168,35	7.598,45
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	101.786,52	107.893,71	114.367,33
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	101.786,52	107.893,71	114.367,33
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.1.3.0.04.0.0.0.0.0.0	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.800,96	86.709,02	91.911,56
4.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.1.0.99.0.0.0.0.0.0	Outras Contribuições Sociais	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	21.602,65	22.898,81	24.272,74
4.1.2.2.0.29.0.0.0.0.0.0	contribuição p/custeio Serv Ilumin Publica	21.602,65	22.898,81	24.272,74
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	40.837,56	43.287,81	45.885,08
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.837,56	43.287,81	45.885,08
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	40.837,56	43.287,81	45.885,08
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	102.088,79	108.214,12	114.706,97
4.1.6.0.0.99.0.0.0.0.0.0	Outros Serviços	102.088,79	108.214,12	114.706,97
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.157.987,85	13.947.467,11	14.784.315,13
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.157.987,85	13.947.467,11	14.784.315,13
4.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União	8.214.571,21	8.707.445,48	9.229.892,20
4.1.7.2.1.01.0.0.0.0.0.0	Participação na Receita da União	7.336.771,30	7.776.977,58	8.243.596,23
4.1.7.2.1.01.02.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.300.000,00	7.738.000,00	8.202.280,00
4.1.7.2.1.01.05.0.0.0.0	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	4.971,30	5.269,58	5.585,75
4.1.7.2.1.01.13.0.0.0.0	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.22.0.0.0.0.0.0	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	189.422,75	200.788,12	212.835,41
4.1.7.2.1.22.20.0.0.0.0	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	14.475,60	15.344,14	16.264,79
4.1.7.2.1.22.70.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	103.486,19	109.695,36	116.277,08



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO III-A Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 08/09/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	71.460,96	75.748,62	80.293,54
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	267.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	230.000,00	243.800,00	258.428,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	124.477,40	131.946,04	139.862,80
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	13.177,40	13.968,04	14.806,12
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	74.200,00	78.652,00	83.371,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	66.197,86	70.169,73	74.379,91
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	4.426.560,64	4.692.154,27	4.973.683,53
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.323.895,40	4.583.329,12	4.858.328,87
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00	4.240.000,00	4.494.400,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	250.000,00	265.000,00	280.900,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	73.895,40	78.329,12	83.028,87
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.7.2.2.39.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferências dos estados Transp escolar	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.559,94	155.353,52	164.673,88
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	18.744,14	19.868,79	21.060,91
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	7.904,77	8.379,06	8.881,80
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	30.300,64	32.118,68	34.045,80
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	59.610,39	94.986,99	100.685,37
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	59.610,39	94.986,99	100.685,37
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.331.414,49	351.299,36	372.377,33
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO III-A Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3

Data: 08/09/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
4.2.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.0.0.0.0.0.0.0	Outras Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.9.0.0.0.0.0.0	Alienação de Outros Bens Móveis	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.1.0.0.0.0.0.0	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.1.99.0.0.0.0.0	Outras Transferências de Convênios da União	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.2.0.0.0.0.0.0	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	178.652,40	189.371,54	200.733,84
4.2.4.7.2.99.0.0.0.0.0	Outras Transferências de Convênio dos Estados	178.652,40	189.371,54	200.733,84
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferências	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.1.0.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.474.233,83	-1.562.687,85	-1.656.449,13
9.1.7.2.1.01.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.460.994,26	-1.548.653,91	-1.641.573,15
9.1.7.2.1.01.02.0.0.0.0	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.460.000,00	-1.547.600,00	-1.640.456,00
9.1.7.2.1.01.05.0.0.0.0	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-994,26	-1.053,91	-1.117,15
9.1.7.2.1.36.0.0.0.0.0	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-13.239,57	-14.033,94	-14.875,98
9.1.7.2.2.0.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.01.0.0.0.0	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-800.000,00	-848.000,00	-898.880,00
9.1.7.2.2.01.02.0.0.0.0	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.000,00	-53.000,00	-56.180,00
9.1.7.2.2.01.04.0.0.0.0	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.779,08	-15.665,83	-16.605,78
Total geral:		12.864.462,66	12.608.130,40	13.364.617,38



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/5
Data: 08/09/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00		0,00	11.122.875,20	14.704.312,68	14.558.371,43	15.431.872,87
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00		0,00	10.785.795,20	13.406.558,68	14.242.752,19	15.097.316,47
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00		0,00	143.904,34	315.826,30	334.775,88	354.862,44
IMPOSTOS								
4.1.1.1.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00		0,00	102.890,29	109.063,71	115.607,53	122.543,99
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00		0,00	67.168,80	71.198,93	75.470,86	79.999,12
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	0,00		0,00	21.267,50	22.543,55	23.896,16	25.329,93
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	0,00		0,00	5.316,88	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	0,00		0,00	3.190,12	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00		0,00	12.760,50	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00		0,00	27.648,42	29.307,33	31.065,77	32.929,72
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00		0,00	6.912,11	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00		0,00	4.147,26	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00		0,00	16.589,05	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00		0,00	18.252,88	19.348,05	20.508,93	21.739,47
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25	0,00		0,00	4.563,22	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15	0,00		0,00	2.737,93	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60	0,00		0,00	10.951,73	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00		0,00	35.721,49	37.864,78	40.136,67	42.544,87
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00		0,00	35.721,49	37.864,78	40.136,67	42.544,87
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00		0,00	8.930,37	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00		0,00	5.358,23	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00		0,00	21.432,89	0,00	0,00	0,00
TAXAS								
4.1.1.2.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00		0,00	23.036,05	106.762,59	113.168,35	119.958,45
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P Serviços	0,00		0,00	6.379,80	6.762,59	7.168,35	7.598,45
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00		0,00	6.379,80	6.762,59	7.168,35	7.598,45
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00		0,00	16.656,25	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00		0,00	16.656,25	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.1.3.00.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00		0,00	17.978,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.1.3.04.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		0,00	17.978,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00		0,00	20.379,86	21.602,65	22.898,81	24.272,74
4.1.2.2.00.00.00.00.00	contribuição p/custeio Serv Ilumin Publica	0,00		0,00	21.602,65	22.898,81	24.272,74	24.272,74
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00		0,00	20.379,86	21.602,65	22.898,81	24.272,74
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00		0,00	17.705,69	18.768,03	19.894,11	21.087,76
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00		0,00	17.705,69	18.768,03	19.894,11	21.087,76
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		0,00	17.705,69	18.768,03	19.894,11	21.087,76
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00		0,00	561,80	102.088,79	108.214,12	114.706,97
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00		0,00	561,80	102.088,79	108.214,12	114.706,97
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00		0,00	10.531.684,83	12.872.420,71	13.644.765,95	14.463.451,90
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00		0,00	10.531.684,83	12.872.420,71	13.644.765,95	14.463.451,90
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	0,00		0,00	6.805.653,86	7.946.869,31	8.423.681,47	8.929.102,35
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	0,00		0,00	6.344.039,91	7.336.771,30	7.776.977,58	8.243.596,23
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic	0,00		0,00	6.309.350,00	7.300.000,00	7.738.000,00	8.202.280,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	0,00		0,00	1.577.337,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic 60	0,00		0,00	946.402,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00		0,00	3.785.610,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 25	0,00		0,00	4.689,91	4.971,30	5.269,58	5.585,75
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 15	0,00		0,00	1.172,48	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 60	0,00		0,00	703,48	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 60	0,00		0,00	2.813,95	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/5
Data: 08/09/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	Projeção		
		2011	2012	2013		2015	2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.21.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	178.700,71	189.422,75	200.788,12	212.835,41
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	13.656,23	14.475,60	15.344,14	16.264,79
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	97.628,48	103.486,19	109.695,36	116.277,08
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0,00	0,00	0,00	67.416,00	71.460,96	75.748,62	80.293,54
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	103.030,92	230.000,00	243.800,00	258.428,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00	2.380,01	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Prog de Assistência Comunitaria - PAC	0,00	0,00	0,00	26.448,04	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS - Peti	0,00	0,00	0,00	31.795,34	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	FNAS CRAS - Piso Basico Outras Transf assit social	0,00	0,00	0,00	31.805,65	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	FNAS Bolsa Família IGD	0,00	0,00	0,00	10.601,88	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	117.431,51	124.477,40	131.946,04	139.862,80
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	12.431,51	13.177,40	13.968,04	14.806,12
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	70.000,00	74.200,00	78.652,00	83.371,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	62.450,81	66.197,86	70.169,73	74.379,91
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	0,00	0,00	0,00	15.612,70	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	0,00	0,00	0,00	9.367,62	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	0,00	0,00	0,00	37.470,49	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	3.238.430,97	4.408.695,40	4.673.217,12	4.953.610,15
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	3.158.430,97	4.323.895,40	4.583.329,12	4.858.328,87
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	4.000.000,00	4.240.000,00	4.494.400,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	88.718,33	250.000,00	265.000,00	280.900,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	0,00	0,00	0,00	22.179,58	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	0,00	0,00	0,00	13.307,75	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	0,00	0,00	0,00	53.231,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	69.712,64	73.895,40	78.329,12	83.028,87
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	0,00	0,00	0,00	17.428,16	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	0,00	0,00	0,00	10.456,90	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	0,00	0,00	0,00	41.827,58	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferencias dos estados Transp escolar	0,00	0,00	0,00	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	487.600,00	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	487.600,00	516.856,00	547.867,36	580.739,40
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	292.560,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	195.040,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	71.558,68	75.852,20	112.203,32	118.934,66
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	17.683,15	18.744,14	19.868,79	21.060,91
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	1.783,15	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	M/J Mora Divida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	1.783,15	1.890,14	2.003,55	2.123,76
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.971,75	6.330,06	6.709,86
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.971,75	6.330,06	6.709,86
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.971,75	6.330,06	6.709,86

**Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/5
Data: 08/09/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA				28.585,51	30.300,64	32.118,68	34.045,80
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	21.604,58	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	21.604,58	22.900,85	24.274,90	25.731,39
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	0,00	0,00	0,00	5.401,15	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	0,00	0,00	0,00	3.240,68	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	0,00	0,00	0,00	12.962,75	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	6.980,93	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	6.980,93	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel - Princ	0,00	0,00	0,00	6.980,93	7.399,79	7.843,78	8.314,41
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	20.835,67	20.835,67	53.885,79	57.118,09
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	19.656,29	20.835,67	53.885,79	57.118,09
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	337.080,00	1.297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	56.180,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,40
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	112.360,00	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	112.360,00	119.101,60	126.247,70	133.822,56
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	168.540,00	178.652,40	189.371,54	200.733,84
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	168.540,00	178.652,40	189.371,54	200.733,84
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.906.984,34	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.906.984,34	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	-1.906.984,34	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	0,00	0,00	0,00	-1.906.984,34	-2.339.012,91	-2.479.353,68	-2.628.114,91
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-1.275.298,14	-1.474.233,83	-1.562.687,85	-1.656.449,13
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-1.262.807,98	-1.460.994,26	-1.548.653,91	-1.641.573,15
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Coia-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-1.261.870,00	-1.460.000,00	-1.547.600,00	-1.640.456,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Recelita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-937,98	-994,26	-1.053,91	-1.117,15
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-12.490,16	-13.239,57	-14.033,94	-14.875,98
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-631.686,20	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-631.686,20	-864.779,08	-916.665,83	-971.665,78
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-600.000,00	-800.000,00	-848.000,00	-898.880,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Recelita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	-17.743,67	-53.000,00	-53.000,00	-56.180,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IP/Exp p/ Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-13.942,53	-14.779,08	-15.665,83	-16.605,78
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	9.215.890,86	12.365.299,77	12.079.017,75	12.803.757,96
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	370.908,39	393.162,89	416.752,65	441.757,82
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	339.153,21	359.502,40	381.072,53	403.936,89
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	48.735,56	51.659,68	54.759,26	58.044,82
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	43.180,48	45.771,30	48.517,58	51.428,64
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	37.720,91	39.984,16	42.383,21	44.926,21
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	37.720,91	39.984,16	42.383,21	44.926,21
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	37.720,91	39.984,16	42.383,21	44.926,21
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	9.430,23	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	5.658,13	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	22.632,55	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	5.459,57	5.787,14	6.134,37	6.502,43
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.459,57	5.787,14	6.134,37	6.502,43

**Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)**

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/5
Data: 08/09/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado 2014	LDO 2015	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	1.364,89	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	818,94	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	3.275,74	0,00	0,00	0,00
TAXAS								
4.1.1.2.0.0.0.0.00.00.00		0,00	0,00	0,00	5.555,08	5.888,38	6.241,68	6.616,18
4.1.1.2.1.0.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	3.869,68	4.101,86	4.347,97	4.608,85
4.1.1.2.1.1.7.0.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	3.869,68	4.101,86	4.347,97	4.608,85
4.1.1.2.2.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.685,40	1.786,52	1.893,71	2.007,33
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.685,40	1.786,52	1.893,71	2.007,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES								
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00		0,00	0,00	0,00	289.402,96	285.567,14	302.701,16	320.863,23
4.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	289.402,96	285.567,14	302.701,16	320.863,23
4.1.7.2.1.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	252.548,96	267.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	252.548,96	267.701,90	283.764,01	300.789,85
4.1.7.2.1.1.33.01.00.00.00	Pab Fixo	0,00	0,00	0,00	59.788,96	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.02.00.00.00	Psf	0,00	0,00	0,00	85.560,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.03.00.00.00	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.04.00.00.00	Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.05.00.00.00	Epidemiologia	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.06.00.00.00	Pacs	0,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.1.33.09.00.00.00	Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.0.0.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	0,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15	20.073,38
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	21.014,69	22.275,58	23.612,11	25.028,84
4.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.2.2.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.933,02	2.049,00	2.171,94
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	19.191,09	20.342,56	21.563,11	22.856,90
4.1.9.0.9.9.0.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	19.191,09	20.342,56	21.563,11	22.856,90
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	31.755,18	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	31.755,18	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	31.755,18	33.660,49	35.680,12	37.820,93
4.2.2.1.9.0.0.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	37.820,93	37.820,93	37.820,93	37.820,93
Total por entidade:					370.908,39	393.162,89	416.752,65	441.757,82
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
4.1.1.0.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.0.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	56.790,86	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.1.0.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	56.790,86	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	56.790,86	60.198,31	63.810,21	67.638,82
4.1.3.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	20.820,31	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	20.820,31	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	20.820,31	22.069,53	23.393,70	24.797,32
4.1.9.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	17.388,83	18.432,16	19.538,09	20.710,38



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/5
Data: 08/09/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS				17.388,83	18.432,16	19.538,09	20.710,38
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas				17.388,83	18.432,16	19.538,09	20.710,38
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00	119.101,60
	Total geral:	0,00	0,00	0,00	9.686.799,25	12.864.462,66	12.608.130,40	13.364.617,38

Ldo 2015 - Anexo IV
Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE ERMO

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Página: 1/1

Data: 08/09/2014

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	170.000,00	140.000,00	120.000,00	110.000,00	100.000,00	90.000,00
Ativo disponível	170.000,00	140.000,00	120.000,00	110.000,00	100.000,00	90.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(110.000,00)	(100.000,00)	(90.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(110.000,00)	(100.000,00)	(90.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	20.000,00	30.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados_nominais_valor de R\$ (190.000,00).

Ldo 2015 Anexo V**Natureza Jurídica não encontrada**
MUNICÍPIO DE ERMOLEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Página: 1/1

Data: 08/09/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DEDUÇÕES(II)	170.000,00	140.000,00	120.000,00	110.000,00	100.000,00	90.000,00
Ativo disponível	170.000,00	140.000,00	120.000,00	110.000,00	100.000,00	90.000,00
DCL (III) = (I - II)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(110.000,00)	(100.000,00)	(90.000,00)

Ldo 2015 - Anexo VI**Natureza Jurídica não encontrada**
MUNICÍPIO DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1
Data: 08/09/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	13.872.061,08	14.736.184,72	15.620.354,96
Receita Tributária	372.785,98	395.153,14	418.862,34
Receita de Contribuição	81.800,96	86.709,02	91.911,56
Receita Patrimonial	40.837,56	43.287,81	45.885,08
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	102.088,79	108.214,12	114.706,97
Transferências Correntes	13.157.987,85	13.947.467,11	14.784.315,13
Outras Receitas Correntes	116.559,94	155.353,52	164.673,88
DEDUÇÕES (II)	2.399.211,22	2.543.163,89	2.695.753,73
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.339.012,91	2.479.353,68	2.628.114,91
Outras Contribuições Sociais	60.198,31	63.810,21	67.638,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	11.472.849,86	12.193.020,83	12.924.601,23

Ldo 2015 - Anexo VII



NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA
MUNICÍPIO DE ERMO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1
Data: 08/09/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Processos com execução judicial	5.955,08	cobrança judicial	5.955,08
SUBTOTAL	5.955,08	SUBTOTAL	5.955,08
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor (abertura de créditos adicionais - art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001)	7.420,00	ajustes no orçamento	7.420,00
Intempéries	1.123,60	Ajustes no orçamento	1.123,60
SUBTOTAL	8.543,60	SUBTOTAL	8.543,60
TOTAL	14.498,68	TOTAL	14.498,68

Ldo 2015 - Anexo VII-A**NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA****MUNICÍPIO DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VII-A - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 575/07

Página: 1/1

Data: 08/09/2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Subsídio	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.322,48	2.461,82	2.609,52	Redução das despesas com FP
Total			2.322,48	2.461,82	2.609,52	

Ldo 2015 - Anexo VIII**Natureza Jurídica não encontrada**
MUNICÍPIO DE ERMO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 08/09/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita	291.177,08
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	291.177,08
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	291.177,08
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	95.612,00
Novas DOCC	95.612,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	195.565,08

da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XVI - propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do aluno e a valorização da cultura da comunidade local;

XVII - propor alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo considerando os conceitos dos tempos e dos espaços pedagógicos na escola;

XVIII - propor discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente;

XIX - aos segmentos dos trabalhadores em educação, docentes e não docentes integrantes do Conselho Escolar, cabe realizar, junto com a equipe diretiva, a avaliação para o desenvolvimento funcional dos seus pares, em conformidade com os critérios estabelecidos em norma específica.

Parágrafo único. O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposição e encaminhamentos específicos.

Art. 7º O mandato de cada conselheiro/a será de dois (02) anos, com direito a uma recondução consecutiva.

Art. 8º O processo de eleição do Conselho Escolar será coordenado por uma Comissão Eleitoral Escolar composta por um (01) representante titular e seu respectivo suplente de cada segmento da comunidade escolar.

§ 1º Os membros da Comissão Eleitoral da Escola ou EJA não podem ser candidatos.

§ 2º As eleições do Conselho Escolar deverão ser realizadas em anos pares, iniciando no ano de 2014.

Art. 9º O Conselho Escolar elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 4º.

Parágrafo único. Em caso de vacância do Presidente, o Vice-Presidente assume por período pré - determinado até convocar-se nova eleição.

Art. 10º O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas (02) reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III - mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do Conselho Escolar, no prazo de doze (12) meses;

IV - renúncia;

V - falecimento;

VI - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Parágrafo único. O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

Art. 11º O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, um terço (1/3) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para funcionamento e deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus integrantes.

Art. 12º O exercício da função de membro do conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 13º As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de setembro de 2014.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 2.005, de 10 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.005, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR O BEM IMÓVEL QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado desafetar e alienar, mediante licitação, um terreno urbano, Lote 01, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, matrícula sob o nº. 924, com 302,68 m2 (trezentos e dois metros e oito décimos quadrados), situado na Avenida 25 de Julho, bairro Vila Lourdes.

Art. 2º Concretizadas as alienações, serão procedidas as devidas baixas no Inventário dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.006, de 10 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.006, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Forquilha o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, relativos a créditos fiscais de natureza tributária ou não tributária de competência municipal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até o dia

30 de dezembro de 2014, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 2º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 3º Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos, com exceção da correção monetária, em 100% (cem por cento), para pagamento em parcela única, em 90% (noventa por cento) para pagamento parcelado em até 03 (três) meses, em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado em até 10 (dez) meses e em 70% (setenta por cento) para pagamentos em até 15 (quinze) meses.

§ 4º O prazo tratado no parágrafo primeiro poderá ser prorrogado por até 180 (cento e oitenta) dias, por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º O Contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta Lei:

I - sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM;

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que, o valor da prestação não será inferior a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), não podendo ultrapassar o montante de 15 (quinze) parcelas.

Art. 4º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta Lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

IV - para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no Programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre aqueles que se fundam aos correspondentes pleitos;

V - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS;

VI - Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido na adesão ao REFIS;

VII - o Município de Forquilha verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente argüido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

Art. 6º A homologação da opção será efetuada pelo Departamento de Tributação.

§ 1º Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.

§ 2º A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá

permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art. 5º desta Lei;

II - ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º A exclusão do Programa produzirá efeitos automaticamente a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte descumprir com as hipóteses acima estabelecidas.

§ 3º A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 10 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 180/PMF/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 180/PMF/2014;

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de setembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 10 de setembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1780/2014

PORTARIA Nº 1.780, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício n.º 061/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.604, de 21 de julho de 2014, que concedeu ao servidor LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 423.311.109-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, Função Gratificada Nível 1, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1781/2014

PORTARIA Nº 1.781, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício n.º 061/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.603, de 21 de julho de 2014, que concedeu ao servidor MARCO ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 737.642.569-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, Função Gratificada Nível 1, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1782/2014

PORTARIA Nº 1.782, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício n.º 061/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.181, de 22 de março de 2013, que concedeu ao servidor JOÃO CARLOS MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 753.161.109-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, Função Gratificada Nível 1, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1783/2014

PORTARIA Nº 1.783, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01162/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARIA MARTINS TIGRE, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONILDE FATIMA PAGANINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 987.267.499-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1784/2014

PORTARIA Nº 1.784, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01163/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDETE RODRIGUES DE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.759.259-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1785/2014

PORTARIA Nº 1.785, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01167/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RODRIGO DOS ANJOS MOTTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.447.499-47, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de setembro de 2014 até 16 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1786/2014

PORTARIA Nº 1.786, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Processo Administrativo nº 4.263, de 08 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.581, de 14 de julho de 2014, que prorrogou a ampliação de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora RÚBIA CORRÊIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 007.489.449-82, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as disposições da Portaria 1.581, de 14 de julho de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1778/2014

PORTARIA Nº 1.778, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor FRANCISCO ADAIR MARIANO FARIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 400.724.959-87, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1779/2014

PORTARIA Nº 1.779, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor GENESIO GARIBALDI GARCIA, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob o nº 096.467.289-87, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão**PREFEITURA****Processo de Licitação FMAS 15/2014**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico que realizou no dia 10 de setembro de 2014, Dispensa de Licitação para contratação da empresa COMERCIAL GIOVANA LTDA ME, CNPJ: 81.353.294/0001-37, localizada na Rua Dom Pedro I, nº 233, 89838-000 Galvão - SC, para aquisição de materiais de expediente e para cursos a serem realizados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. O fundamento legal é o Art. 24, inciso V a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 10 de setembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pe080/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 080/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, para execução parcelada de serviços de mão de obra para manutenção de vias publicas do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 23/09/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 23/09/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 10 de setembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Decreto N.º 130

DECRETO N.º 130, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.829 de 10 de setembro de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.
DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio, posse ou de contrato cessão de direitos possessórios do Senhor JOAQUIM DA SILVA PACHECO, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 124.072-2/SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 057.064.409-72, residente e domiciliado na Rua João Lino da Silva Neto, nº 337, Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO urbano, com área total de 100,00m² (cem metros quadrados), com acesso pela Rua projetada s/nº, Limpa, Município de Garopaba - SC, na forma de um quadrado; extremado ao lado leste (frente), numa extensão de 10,00m, com a Rua Projetada Limpa; extremado lado oeste (fundos), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco; extremado lado norte (lateral), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco; e extremado lado sul (lateral), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco, que perfazem um perímetro de 40,00 (quarenta metros) gerando uma área de 100,00m² (cem metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstrados em projeto anexo e quadro de dimensões.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação

do imóvel referido no artigo anterior, destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "h", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Decreto N.º 131

DECRETO N.º 131, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.830 de 10 de setembro de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.

DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS/SC - CAPELA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, com matrícula nº 3.240 de 18 de fevereiro de 2008 no Ofício de Registro de Imóveis de Garopaba.

I - UM TERRENO situado no lugar denominado Campo D'Una, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, contendo a área total de: 100,00m² (cem metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: lado Norte (lateral), extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); lado Sul (lateral) extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); e Lado Oeste (frente) extremado com faixa de domínio da Rodovia SC, 434; numa extensão de 10,00m (dez metros); lado leste (fundos) extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); que perfazem um perímetro de 40,00 (quarenta metros) gerando uma área de 100,00m² (cem metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstradas em projeto anexo e quadro de dimensões;

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "h", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Lei Nº 1.829, de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.829, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação UMA ÁREA DE DOMÍNIO OU POSSE QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio, posse ou de contrato cessão de direitos possessórios do Senhor JOAQUIM DA SILVA PACHECO, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 124.072-2/SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob nº 057.064.409-72, residente e domiciliado na Rua João Lino da Silva Neto, nº 337, Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO urbano, com área total de 100,00m² (cem metros quadrados), com acesso pela Rua projetada s/nº, Limpa, Município de Garopaba - SC, na forma de um quadrado; extremado ao lado leste (frente), numa extensão de 10,00m, com a Rua Projetada Limpa; extremado lado oeste (fundos), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco; extremado lado norte (lateral), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco; e extremado lado sul (lateral), numa extensão de 10,00m, com terras de Joaquim da Silva Pacheco, que perfazem um perímetro de 40,00 (quarenta metros) gerando uma área de 100,00m² (cem metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstrados em projeto anexo e quadro de dimensões.

QUADRO DE DIMENSÕES

PONTO	ÂNGULO INTERNO	DISTÂNCIA	COORDENADAS UTM
01	90,00°	10,00m	730132.079, 6890155.183
02	90,00°	10,00m	730139.432, 6890161.960
03	90,00°	10,00m	730132.656, 6890169.314
04	90,00°	10,00m	730125.302, 6890162.537

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, Município de Garopaba, podendo em função do caráter de urgência

da desapropriação, ser requerido judicialmente à emissão provisória da posse do bem.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento de desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. Fica a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN em razão dos serviços que presta no abastecimento de água no Município de Garopaba autorizado a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução desta Lei, correndo as suas expensas, todas as despesas decorrentes das medidas necessárias a emissão provisória da posse do bem.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.830, de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.830, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS/SC - CAPELA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, com matrícula nº 3.240

de 18 de fevereiro de 2008 no Ofício de Registro de Imóveis de Garopaba.

I - UM TERRENO situado no lugar denominado Campo D'Una, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, contendo a área total de: 100,00m² (cem metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: lado Norte (lateral), extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); lado Sul (lateral) extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); e Lado Oeste (frente) extremado com faixa de domínio da Rodovia SC, 434; numa extensão de 10,00m (dez metros); lado leste (fundos) extremado com terras de Mitra Metropolitana de Florianópolis/SC, numa extensão de 10,00m (dez metros); que perfazem um perímetro de 40,00 (quarenta metros) gerando uma área de 100,00m² (cem metros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstradas em projeto anexo e quadro de dimensões;

QUADRO DE DIMENSÕES

PONTO	ÂNGULO INTERNO	DISTÂNCIA	COORDENADAS UTM
01	83,00°	10,00m	728610.098, 6889605.812
02	97,00°	10,00m	728615.780, 6889614.042
03	83,00°	10,00m	728607.867, 6889620.157
04	97,00°	10,00m	728602.186, 6889611.928

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, Município de Garopaba, podendo em função do caráter

de urgência da desapropriação, ser requerido judicialmente à emissão provisória da posse do bem.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento de desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. Fica a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN em razão dos serviços que presta no abastecimento de água no Município de Garopaba, autorizado a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução desta Lei, correndo as suas expensas, todas as despesas decorrentes das medidas necessárias a emissão provisória da posse do bem.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.831, de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.831, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da empresa ZART MULLER ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA, inscrito no CNPJ nº 17.766.363/0001-35, sediado à Rua Enéas Faraco Guimarães, nº 621, casa 01, Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO situado na Rua Nicolau Manoel de Abreu, Bairro Ambrósio, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: lado norte (frente) extremado com a Rua Pinquirito, numa extensão de 25,00m (vinte e cinco metros); lado sul (frente) extremado com Rua Nicolau Manoel de Abreu, numa extensão de 35,00m (trinta e cinco metros); e lado oeste (fundos) extremado com terras de Zart Muller Administração de Imóveis Ltda. numa extensão de 18,56m (dezoito metros e cinquenta e seis centímetros) que perfazem um perímetro de 98,55m (noventa e oito metros e cinquenta e cinco centímetros), gerando uma área de 231,19m² (duzentos e trinta e um metros e dezenove centímetros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstrados em projeto anexo e quadro de dimensões.

QUADRO DE DIMENSÕES

PONTO	ÂNGULO INTERNO	DISTANCIA	COORDENADAS UTM
01	38,00°	25,00m	732514.651, 6897030.232
02	86,00°	18,56m	732539.250, 6897025.750
03	56,00°	35,00m	732512.695, 6897011.792

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento

de Água da CASAN, Município de Garopaba, podendo em função do caráter de urgência da desapropriação, ser requerido judicialmente à emissão provisória da posse do bem.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento de desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. Fica a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN em razão dos serviços que presta no abastecimento de água no Município de Garopaba, autorizada a tomar as providências

decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução desta Lei, correndo as suas expensas, todas as despesas decorrentes das medidas necessárias a emissão provisória da posse do bem.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 129/2014.

DECRETO N.º 129, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.831 de 10 de setembro de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.
DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da empresa ZART MULLER ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA, inscrito no CNPJ nº 17.766.363/0001-35, sediado à Rua Enéas Faraco Guimarães, nº 621, casa 01, Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO situado na Rua Nicolau Manoel de Abreu, Bairro Ambrósio, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: lado norte (frente) extremado com a Rua Pinquirito, numa extensão de 25,00m (vinte e cinco metros); lado sul (frente) extremado com Rua Nicolau Manoel de Abreu, numa extensão de 35,00m (trinta e cinco metros); e lado oeste (fundos) extremado com terras de Zart Muller Administração de Imóveis Ltda. numa extensão de 18,56m (dezoito metros e cinquenta e seis centímetros) que perfazem um perímetro de 98,55m (noventa e oito metros e cinquenta e cinco centímetros), gerando uma área de 231,19m² (duzentos e trinta e um metros e dezenove centímetros quadrados), conforme coordenadas UTM demonstrados em projeto anexo e quadro de dimensões.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, destina-se à perfuração de poço para captação de água, do Sistema de Abastecimento de Água da CASAN, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "h", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Suspensão de Processo Licitatório PMG Nº 067/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório PMG nº 067/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de auditoria tributária sobre folha de pagamento (solução), conforme termo de referência.

Fica suspenso pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias o processo supracitado, em virtude de adequação no edital.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 10 de setembro de 2014.
Ivandro Sérgio Lopes
Pregoeiro do Município

Portaria Nº 406/2014

PORTARIA Nº 406 de 20 de agosto de 2014
"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR NIVALDO PINTO FELIPE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, Processo nº 983/2014;
CONSIDERANDO, Decreto nº 137 de 15 de agosto de 2014;

RESOLVE:

ART. 10. - Remover o servidor NIVALDO PINTO FELIPE, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, para a Secretaria Municipal de Saúde, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Concurso Público Edital Nº 01/2014**

NOME DO CANDIDATO:	MOTIVO DO RECURSO:	1 - GABARITO 2 - PONTUAÇÃO
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:	
Nº DA QUESTÃO:	DATA:	
FUNDAMENTAÇÃO:		

Gaspar, / / 2014

Assinatura do Candidato _____

Concurso Público Edital Nº 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR							
001	ASSISTENCIA SOCIAL	PMG	Diploma de Graduação em Serviço Social e registro no CRESS.	01	0	40	2.646,38
002	BIBLIOTECÁRIA	PMG	Diploma de Curso Superior, na área de Biblioteconomia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	02	0	40	2.569,30
003	CONTADOR	PMG	Diploma de graduação em Contabilidade e registro no CRC.	01	0	40	5.878,38
004	CIRURGIÃO DENTISTA - ESB	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com registro no CRO.	01	0	40	8.092,81
005	DENTISTA ENDODONTISTA	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com especialização em Endodontia e registro no CRO.	01	0	20	4.640,46
006	DENTISTA PERIODONTIA	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com especialização em Endodontia e registro no CRO.	01	0	20	4.640,46
007	ENFERMEIRO	PMG	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN.	05	0	40	3.067,87
008	ENGENHEIRO CIVIL	PMG	Diploma de graduação em Engenharia Civil e registro no CREA.	01	0	40	2.569,30
009	FARMACÊUTICO	PMG	Portador do Diploma de Curso Superior na área de Farmácia-Bioquímica ou Farmácia, com registro no respectivo órgão competente.	02	0	30	2.282,81
010	FISIOTERAPEUTA	PMG	Diploma de graduação em Fisioterapia e registro no CREFITO.	01	0	40	2.646,38

011	FONOAUDIÓLOGO - (Saúde)	PMG	Portador do diploma de Fonoaudiólogo, com registro no respectivo órgão competente.	01	0	30	2.151,77
012	FONOAUDIÓLOGO- (Educação)	PMG	Portador do diploma de Fonoaudiólogo, com registro no respectivo órgão competente.	01	0	40	2.569,30
CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
013	MÉDICO CARDIOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Cardiologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
014	MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF	PMG	Diploma de graduação em Medicina e registro no CRM.	05	0	40	8.092,81
015	MÉDICO CLÍNICO GERAL	PMG	Diploma de graduação em Medicina e registro no CRM.	04	0	10	2.028,23
016	MÉDICO DERMATOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Dermatologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
017	MÉDICO GINECOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Ginecologia e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
018	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Oftalmologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
019	MÉDICO ORTOPEDISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Ortopedia e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
020	MÉDICO PEDIATRA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Pediatria e registro CRM.	04	0	10	2.028,23
021	MÉDICO PSIQUIATRA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
022	MÉDICO DO TRABALHO	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Medicina do Trabalho e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
023	MÉDICO UROLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Urologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
024	NUTRICIONISTA	PMG	Diploma de graduação em Nutrição e registro no CRN.	03	0	40	2.569,30
CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
025	PEDAGOGO	PMG	Diploma de graduação em Pedagogia.	02	0	40	2.282,81
026	PROCURADOR MUNICIPAL	PMG	Diploma de graduação em Direito com registro na OAB.	01	0	40	5.878,40
027	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	PMG	Licenciatura, com registro no MEC, em Pedagogia e/ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	02	0	ATÉ 40	2.282,81
028	PROFESSOR DE ARTES	PMG	Diploma de licenciatura em Artes ou Educação Artística.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
029	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	PMG	Diploma de licenciatura em Ciências Biológicas	01	0	ATÉ 40	2.282,81
030	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PMG	Diploma de licenciatura em Educação Física e registro no CREF.	01	0	ATÉ 40	2.282,81

031	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA III	FME	Diploma de licenciatura em Educação Física e registro no CREF.	01	0	ATÉ 40	2.282,81	area	01
032	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	PMG	Diploma de licenciatura em Pedagogia e/ou Normal Superior com habilitação em Pré-Escolar e/ou Educação Infantil.	30	01	ATÉ 40	2.282,81	area	01
033	PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	PMG	Diploma de licenciatura em Ciências da Religião.	02	0	ATÉ 40	2.282,81	co	02
034	PROFESSOR DE FILOSOFIA	PMG	Diploma de licenciatura em Filosofia.	02	0	ATÉ 40	2.282,81		04
035	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	PMG	Diploma de licenciatura em Geografia.	01	0	ATÉ 40	2.282,81		03
036	PROFESSOR DE HISTÓRIA	PMG	Diploma de licenciatura em História.	01	0	ATÉ 40	2.282,81		01
037	PROFESSOR DE INGLÊS	PMG	Diploma de licenciatura em Letras/Língua Inglesa.	01	0	ATÉ 40	2.282,81		02
CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$		03
038	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	PMG	Diploma de licenciatura em Matemática.	01	0	ATÉ 40	2.282,81	ira	01
039	PROFESSOR DE PORTUGUÊS	PMG	Diploma de licenciatura em Letras/Língua Portuguesa.	01	0	ATÉ 40	2.282,81	ego-	
040	PSICÓLOGO	PMG	Diploma de graduação em Psicologia e registro no CRP.	01	0	40	2.646,38		08
041	TERAPEUTA OCUPACIONAL	PMG	Diploma de Terapeuta Ocupacional, com Registro no respectivo órgão competente.	01	0	30	2.151,77		TC DE VA
NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO									
042	ASE I - Administrativo	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	05	0	40	1.749,58		02
043	ASE I - Administrativo	FME	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	1.749,58		02
044	ASE II - Administrativo	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	1.465,25		01
045	EDUCADOR SOCIAL	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	10	0	40	1.691,33	C".	04
046	FISCAL (Obras e Posturas)	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	2.151,77		
047	OPERADOR DE ETA	SAMAE	Diploma de conclusão do Ensino Médio	02	0	40	1.554,49	C".	03
048	OPERADOR DE ETE	SAMAE	Diploma de conclusão do Ensino Médio	01	0	40	1.554,49		10
049	TÉCNICO AGRÍCOLA	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Agropecuária, com diploma registrado no órgão competente.	01	0	40	2.151,77	D".	01
050	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio, curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN.	06	0	40	1.340,90	D".	01
CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$		E". 01
051	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Higiene Dental e registro no CRO.	07	0	40	1.340,90		
				PMG- PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR FME- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPAR					

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL - Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas e exercer as atribuições inerentes ao serviço social público conforme preconiza a legislação.

BIBLIOTECÁRIA - Organizar o acervo da biblioteca e atividades culturais e de extensão, fazendo contatos com profissionais para atividades de incentivo à leitura, elaborando programas culturais em conjunto com a comunidade, auxiliando na realização de feiras de livros, eventos literários, entre outros, conforme normas e procedimentos preestabelecidos pelo superior, de modo a estimular hábitos de leitura e pesquisa na população.

CONTADOR - Realizar todas as atividades inerentes à execução de serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatas estabelecidas pela legislação.

CIRURGIÃO DENTISTA ESB- Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista, realizando exames clínicos, radiológicos, diagnósticos e prognósticos, tratamento curativo, prescrições de remédios, encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional, em acordo com o seu nível de formação e legislação vigente; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; supervisionar o trabalho desenvolvido pelo ACD.

DENTISTA ENDODONTISTA/ PERIODONTISTA - Realizar o tratamento integral, no âmbito da especialidade, para a população adstrita; realizar atendimentos ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua especialidade e/ou competência; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

ENFERMEIRO - Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio do sofrimento e promoção do ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem, tudo de acordo com as normas legais vigentes à sua atribuição funcional.

ENGENHEIRO CIVIL - Elaborar e executar projetos de engenharia relativos a edificações, organização de infraestrutura, rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras e serviços de engenharia, assegurar os padrões técnicos exigidos de acordo com a legislação vigente.

FAMACEUTICO - Executar atividade que envolva manipulação, controle, registro, requisição e análise de medicamentos, drogas e matéria prima de uso farmacêutico.

FISIOTERAPEUTA - Executar atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referente a trabalhos relativos à utilização de métodos e técnicas fisioterápicas, para reabilitação física do indivíduo.

FONOAUDIÓLOGO- Identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo treinamento fonético, auditivo, de dicção, imitação de voz e outros para possibilitar aperfeiçoamento e o/ou reabilitação da fala.

MÉDICO - Executar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, procedimentos, cirúrgicos, interpretação de exames e laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica, conforme técnicas e metodologia de atendimento e organização do sistema médico-hospitalar, atuando na clínica geral e ou sua área de especialização, e desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde humana.

NUTRICIONISTA - Planejar e executar serviços ou programas de nutrição e de alimentação em estabelecimentos do Município, prestando assistência nutricional a indivíduos e coletividade mediante planejamento, organização e administração nutricional e alimentar, zelando pelo controle e qualidade nutricional, controle higiênico-sanitário, organização de programas de educação nutricional, tudo de acordo com a legislação vigente, regras, procedimentos e normas da atribuição funcional; Atender ao disposto no artigo 3º da Resolução CFN Nº 465/2010.

PEDAGOGO - Planejar, coordenar, orientar e acompanhar programas e projetos sócio-assistenciais e de Educação Popular.

PROCURADOR MUNICIPAL - Representar o Município em juízo ou fora dele, independentemente de outorga de procuração, nas ações em que este for autor, réu, assistente, oponente ou interveniente, detendo plenos poderes para praticar todos os atos processuais, podendo ainda confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

PROFESSOR - Reger classes da Educação Básica, em sua área de habilitação específica.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA III - Realizar trabalhos pedagógicos em projetos especiais na área de Educação Física.

PSICÓLOGO - Planejar, desenvolver, executar, interpretar, elaborar, orientar, analisar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais a partir das necessidades e clientela identificadas entre os beneficiários e comunidade, fazendo-o por intermédio de técnicas psicológicas aplicadas nas áreas de atuação, de acordo com a metodologia, as técnicas e as normas aceitáveis em sua área profissional.

TERAPEUTA OCUPACIONAL - Executar atendimento ambulatorial, de admissão e de revisão; realizar avaliação físico-funcional de pacientes; realizar análise da atividade como recurso terapêutico; definir objetivos de programas de tratamento; executar programas de atividades compatíveis com o quadro clínico do paciente; avaliar a evolução de tratamento de pacientes; orientar pacientes e familiares quanto ao programa de tratamento; solicitar e acompanhar confecção de equipamentos de reabilitação; treinar pacientes para uso de equipamentos de reabilitação.

NÍVEL MÉDIO

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de

necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS II - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.

EDUCADOR SOCIAL - Executar atividades de apoio aos programas sociais na condução de grupos de crianças, jovens e adultos na perspectiva pedagógica da Educação Popular.

FISCAL - Atividade de fiscalização sob orientação, do cumprimento das leis e posturas municipais que regulam a construção de edificações, parcelamento do solo, loteamentos, pavimentação e obras públicas e privadas, bem como a fiscalização inerente ao meio ambiente, em acordo com a legislação inerente.

OPERADOR ETA - Executar serviços relacionados com a operação das estações de tratamento de água e de sistemas de recalque de água; Operar equipamentos e dosadores de ETA; Verificar o funcionamento dos equipamentos da ETA, comunicando à chefia imediata as ocorrências que não consiga resolver; Controlar estoques, bem como conferir qualidade e quantidade de produtos químicos entregues pelos fornecedores da ETA; Realizar análises físico-químicas e biológicas de controle operacional das estações de tratamento de água; Substituir o material filtrante, nas épocas apropriadas e quando exigido; Fazer a limpeza dos equipamentos e da própria ETA; Preencher os relatórios diários de operação da ETA; Observar e atender as legislações pertinentes; Manobrar registros e válvulas; Promover a lavagem de filtros, decantadores, floculadores e calhas em geral; Providenciar o descarregamento de produtos químicos; Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas, turnos e de Estações de Tratamento, elaborado pelo seu chefe imediato, cumprindo as demais obrigações do cargo, bem como fazer uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR ETE - Operar as instalações de estação de tratamento de esgoto, abrindo válvulas e regulando e acionando conjunto motobombas, de acordo com as normas preestabelecidas. Controlar o correto funcionamento das instalações de ETE, verificando o funcionamento de equipamentos eletromecânicos do sistema de tratamento de esgoto, lendo pressão, vazão, temperatura, tensão e outros, para tomar providências se necessário e registrar os valores encontrados, permitindo a determinação de vários fatores. Efetuar a manutenção dos equipamentos, limpando depósitos e tanques ETE, cisternas, bombas, de acordo com as programações preestabelecidas e ou necessidades decorrentes de chuvas, vazamentos, avarias no sistema de captação, bem como substituindo mangueiras, limpando peneiras, entre outros, lubrificando os elementos das máquinas, executando pequenos reparos e regulagens, bem como o correto estado de funcionamento das estações. Controlar os estoques de produtos químicos ou de higiene, solicitando sua reposição quando necessário, para evitar interrupção no tratamento e na limpeza do local. Preparar informes e documentos em assuntos de Tratamento Esgoto Sanitário, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas,

conforme demanda, e a critério de seus superiores.

TÉCNICO AGRÍCOLA - Controlar as atividades das máquinas agrícolas. Realizar visitas às propriedades onde os serviços serão prestados. Orientar os tratoristas. Distribuir o serviço por região. Acompanhar a realização das atividades. Transportar óleo diesel para abastecimento das máquinas. Auxiliar o médico veterinário nas atividades de inseminação artificial, atendimento aos animais, serviços de castração, realizar a vacinação de animais, auxiliar na contenção de animais submetidos a procedimentos veterinários.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Executar e orientar o trabalho técnico de assistência de enfermagem a pacientes e prestar atendimento básico de enfermagem (pré e pós consulta), vacinas, injeção, curativo, hidratação, instrumentação; entrega de medicamentos, coleta de exame laboratorial, etc; junto à unidade em que serve (postos, enfermarias, etc.) conforme regulamentação profissional e legislação vigente.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - Executar rotinas clínicas simplificadas caracterizadas como rotinas iniciais, finais e auxiliares pertinentes às atribuições do Técnico em Higiene Dental, executando-as sob supervisão do cirurgião dentista e ou odontólogo de acordo com as normas vigentes à sua atribuição funcional.

TÉCNICO EM SANEAMENTO - Orientar e controlar a execução técnica dos projetos de saneamento, acompanhando os trabalhos de tratamento e abastecimento de água, rede e estações de tratamento de esgoto, coleta, tratamento e destino final de resíduos sólidos, garantindo a observância dos prazos, normas e especificações técnicas estabelecidas, sob a direção de um profissional de nível superior. Executar esboços e desenhos técnicos atinentes a sua especialização, baseando-se em plantas e especificações técnicas, utilizando instrumentos adequados de desenho, visando orientar os trabalhos de execução e manutenção das obras de saneamento. Realizar análises físico-químicas e bacteriológicas em amostras de água e esgotos coletadas em diversos pontos do Município, tais como estações elevatórias e de tratamento, reservatórios, redes de distribuição, ramais e instalações prediais, redes coletoras, entre outros, a fim de determinar diversos parâmetros de controle de qualidade e identificar quaisquer irregularidades existentes no sistema. Estudar os sistemas de geoprocessamento e outros instrumentos de apoio para conhecimento do sistema de abastecimento de água, a fim de identificar os problemas operacionais e funcionais. Preparar estimativas de quantidades de materiais e mão-de-obra, bem como calcular os respectivos custos, a fim de fornecer dados necessários à elaboração de propostas de execução de obras, utilizando planilhas eletrônicas. Fornecer dados realizando pesquisas hidráulicas em escritório e em campo, cálculos de vazões e pressões em planilhas eletrônicas e medições de parâmetros hidráulicos e caracterização de perfis de consumo com análise de indicadores de pesquisa para controle de vazamentos ocultos ou consumos irregulares, por meio de instrumentação eletrônica ou mecânica específica, auxiliando na elaboração de gráficos representativos dos resultados das medições obtidas em campo. Realizar pesquisas no sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos necessários ao desenvolvimento de projetos de engenharia, bem como manter atualizados e analisados os dados e informações que compõem a pesquisa de controle de perdas. Supervisionar ou instalar equipamentos necessários para os testes hidráulicos em redes de água e coleta de esgoto, bem como realizar ou supervisionar a realização de coletas de água e esgoto para exames bacteriológicos. Orientar a execução das diversas técnicas de tratamento de água e esgoto bem como acompanhar e fiscalizar obras executadas por terceiros, verificando a observância das especificações de qualidade e segurança. Contribuir com o bem estar da população participando de ações de saneamento comunitário e de controle de poluição ambiental. Ministrando treinamento e/ou palestra quanto ao manuseio correto dos equipamentos e do material químico utilizado nas tarefas, a fim de contribuir para o

desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Zelar pela manutenção, limpeza e guarda dos equipamentos e materiais que utiliza. Seguir procedimentos e normas de segurança, utilizar os equipamentos de proteção individual. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Exercer a fiscalização e orientação em estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, comércio ambulante de alimentos, empresas de transportes de alimentos, salões de beleza, comércio e indústria de saneantes e domissaniantes (produtos de higiene e limpeza de uso doméstico) e demais estabelecimentos de atenção à saúde. Fiscalizar rede odontológica e clínicas médicas com procedimentos evasivos. Coletar materiais para análise. Investigar casos de intoxicação alimentar. Atender e verificar procedência de denúncias referentes e despejos irregulares de dejetos e águas residuais, terrenos baldios mal conservados. Promover os registros necessários ao controle das atividades.

NÍVEL FUNDAMENTAL

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS por intermédio de ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.

AUXILIAR DE TOPÓGRAFO - Auxiliar o topógrafo nas medições de terras; carregar instrumentos de medição; segurar o bastão para o direcionamento de linha; realizar o piqueteamento de áreas.

ENCANADOR - Executar assentamentos de tubos, manilhas, peças e conexões; Executar e reparar ramais domiciliares de água e esgoto; Realizar descargas em ponta de rede; Corrigir vazamentos em redes de água e desobstruir as redes de esgoto; Fazer ligações de água e esgoto, instalar, reparar e substituir hidrômetros e padrões de medição; Abrir e recompor valas, e executar o rompimento de vias públicas, calçadas e muros para efetuar as ligações de água ou mudança das mesmas, bem como operar os equipamentos e utensílios necessários para a execução dos serviços inerentes; Executar o corte e a religação de água, bem como providenciar a mudança de cavaletes e/ou de ligações de água e esgoto; Proceder a testes para detecção e localização de vazamentos domiciliares e em redes; Prestar serviços de geofonamento, operando os equipamentos e utensílios necessários para a execução de tais serviços inerentes, inclusive máquina cortadora/removedora de asfalto; Promover a limpeza e manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com critérios da autarquia; Auxiliar o Calçeteiro na recomposição ou pavimentação de vias públicas,

especialmente nos trechos de asfalto; Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado, bem como fazer uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Orientar e/ou executar abertura, dimensionamento, escoramento e sinalização de valas; Executar outras tarefas correlatas.

ESCRITURÁRIO - Realizar atendimentos a funcionários da prefeitura e público em geral. Digitar dados em microcomputador. Arquivar documentos. Efetuar cadastros diversos. Preencher documentos. Realizar cálculos. Organizar documentos e arquivos. Realizar outras atividades correlatas.

LEITURISTA - Realizar a medição do consumo mensal para efeito de faturamento; Proceder à anotação dos casos fortuitos que provoquem evasão de receitas; dos casos que necessitem intervenção do SAMAE para regularização de situações que ocasionem faturamento pela média de consumo; de informações para atualização cadastral; de casos que necessitem manutenção ou substituição de medidor, e, de anormalidades e outras informações conforme dispuser em regulamento ou convênios celebrados;

III- Realizar a entrega de faturas, avisos, impressos e outros documentos de interesse do SAMAE, bem como prestar esclarecimentos aos usuários quando solicitado ou encaminhá-los ao setor competente; Auxiliar ao Encarregado na execução de serviços internos ou externos, quando solicitado; Submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado, bem como ao uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Notificar o consumidor cadastrado em dívida ativa, emitir e entregar as faturas do resíduo (lixo); Orientar aos consumidores sobre os vazamentos; Zelar pelos veículos, motocicletas e equipamentos de trabalho, manter o ambiente de trabalho limpo e organizado, efetuar a localização de ligações novas, Anotar e encaminhar ao departamento de faturamento para emissão de ordem de serviços as verificações de economias e hidrômetros sem lacre; Executar outras tarefas correlatas.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - Prestar serviços de limpeza e serviços gerais inerentes à sua área de atuação, fazendo-o nas dependências dos prédios públicos e de acordo com as demandas profissionais correlatas à sua área de atuação, mantendo higiene, boa organização, conservação e limpeza de ambientes.

ASE III - MECÂNICO - Reparar e substituir peças desgastadas e/ou defeituosas, executando consertos em veículos leves ou não, compressores e/ou veículos de maior porte desde que sua especialização assim o autorize, visando obter melhor rendimento e prolongamento da vida útil do patrimônio municipal. Zelar pelo patrimônio e cumprir ordens emanadas de seus superiores hierárquicos.

ASE III - OPERADOR DE MÁQUINAS - Operar equipamento de terraplenagem, carregando caminhões com terra, areia e outros materiais, nivelando estradas, abrindo valas. Operar trator de esteira, arando, gradeando, rotativando, preparando a terra para o plantio de arroz irrigado e ou outras culturas em terra seca. Regularizar os terrenos e vias públicas Aplicar calcário. Operar outras máquinas conforme necessidade da secretaria Realizar pequenos serviços de manutenção nos equipamentos. Verificar diariamente as condições da máquina.

ASE VI - MOTORISTA CAMINHÃO - Conduzir veículos, especialmente os de grande porte, observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.

MERENDEIRA/SERVENTE - Executar serviços de limpeza e serviços gerais nas dependências de prédios públicos; Executar atividades de preparo de alimentos, manipulação de alimentos, preparação de receitas com fórmulas alimentares pré-estabelecidas e demais

atividades inerentes à função, de acordo com os padrões de higiene exigidos, em conformidade com a legislação vigente.

MOTORISTA AMBULÂNCIA - Conduzir veículos para transporte de pacientes e servidores da saúde, observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.

MOTORISTA - Dirigir e/ou conduzir veículos rodoviários observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR - SC

CONCURSO PÚBLICO 01/2014

Anexo III

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Bibliotecário, Contador, Engenheiro Civil e Procurador Municipal.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Estatuto dos Servidores Públicos de Gaspar.

Legislação Educacional para os cargos de Professores.

Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Programa de Combate ao Bullying.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Assistente Social, Dentistas, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médicos, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.

Sistema Único de Saúde - SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE

CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL

Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Questão Social. Controle Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei nº. 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS nº. 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei nº. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Lei nº. 8.212/1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - Decreto nº 6.135/07. NOB RH SUAS/2006. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90. Estatuto do Idoso - Lei 10.741/03. Lei Complementar (municipal) Nº 308/2000 e suas alterações.

BIBLIOTECÁRIO

1. Planejamento e Organização de bibliotecas; 2. Seleção e aquisição de material; 3. Catalogação e classificação de material; 4. Redes e sistemas de informação; 5. Profissionais de informação; 6. Serviço de referência e informação; 7. Sociedade da informação; 8. Informática na biblioteca.

CONTADOR

Contabilidade Geral: objetivo e finalidade. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Regulamento de Imposto de Renda - Decreto Lei nº 1.041/94. Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação. A função da contabilidade na Administração Pública. Sistemas da contabilidade pública: objetivo e classificação. Sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial de compensação e de custos. Demonstrações contábeis de entidades governamentais (Lei nº 4.320/64). Balanços: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal: regulamentação e composição segundo a Lei Complementar nº 101/2000 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Exercício financeiro: definição. Regime contábil: classificação. Regime de caixa e de competência. Regime contábil brasileiro: reconhecimento das receitas e despesas públicas. Aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade da área pública. Receita Pública: conceito. Controle da execução da receita orçamentária: contabilização dos estágios de realização da receita orçamentária. Receita extraorçamentária: definição, casos de receita extraorçamentária e contabilização. Dívida Ativa: conceito, classificação, apuração, inscrição e cobrança. Contabilização. Despesa Pública: Conceito. Controle da execução da despesa orçamentária: contabilização dos estágios de realização da despesa orçamentária. Despesa extraorçamentária: definição, casos de despesa extraorçamentária de gestão dos recursos financeiros. Gestão por caixa único. Gestão por fundos especiais regulamentados. Adiantamentos: conceito e contabilização. Planejamento Governamental: Conceito de Planejamento. Plano de Governo: conceito, estrutura atual do sistema orçamentário brasileiro. Base legal do planejamento governamental. Sistema Orçamentário Brasileiro. Plano Plurianual: conceito, objetivo e conteúdo. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceito, objetivo e conteúdo. Metas Fiscais e Riscos Fiscais. Lei de Orçamento Anual: conceito de Orçamento Público. Princípios

orçamentários. Aspectos político, jurídico, econômico e financeiro do Orçamento. Conteúdo do Orçamento-Programa: quadros que o integram e acompanham, conforme a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000. Classificações Orçamentárias. Classificação da receita por categorias econômicas. A classificação da receita orçamentária. Classificação da despesa. Classificação institucional. Classificação funcional-programática. Classificação econômica. A classificação da despesa conforme a Lei nº 4.320/64, a Portaria MOG nº 42/99 e a Portaria Interministerial nº 163/2001 (consolidada e atualizada). Processo Orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária: conteúdo, forma e competência. Discussão, votação e aprovação: encaminhamento da proposta ao Poder Legislativo. Emendas, vetos e rejeição à proposta orçamentária. Aprovação da Lei de Orçamento. Execução orçamentária da receita: programação financeira, lançamento, arrecadação e recolhimento. Conceitos. Execução orçamentária da despesa: programação financeira, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Os créditos adicionais ao orçamento: classificação e recursos para sua abertura. Direito Administrativo. Contrato administrativo: conceito, tipos e cláusulas essenciais. Regime Jurídico da Licitação: conceito, finalidade e modalidades de licitação. Serviços e obras públicas: conceito e formas de execução. Bens públicos: conceito e classificação dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Limites Constitucionais de Despesas. Limites percentuais dos gastos do Poder Legislativo Municipal. (Constituição Federal de 1988, atualizada e Emendas Constitucionais nº 01/1992, 25/2000 e 58/2009). LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal: principais conceitos, pontos de controle e índices aplicáveis a esfera de governo municipal, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público previstos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Os crimes praticados contra as finanças públicas (Lei Federal nº 10.028/00). 5ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) Editado pela Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº 437/12 e Portaria Conjunta nº 02/12, e Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº 637/12. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Decisão Normativa TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina n. 06/2008 com alterações pela Decisão Normativa TCE/SC nº 011/2013. Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina relativas ao Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge).

CIRURGIÃO DENTISTA CIRURGIÃO - ESB

Específico: 1. Epidemiologia em saúde bucal: princípios e dados do relatório do Projeto SB Brasil; 2. Políticas de Saúde Bucal: Brasil Sorridente - Política Nacional de Saúde Bucal; 3. Saúde bucal coletiva: Cariologia- Aplicações Clínicas, prevenção; 4. Dentística restauradora: Técnicas e materiais restauradores: amálgama, resina composta e ionômero de vidro - propriedades e indicações; 5. Endodontia: Diagnóstico e tratamento das alterações pulpares; 6. Periodontia: periodonto, exame periodontal, anatomia e noções clínicas; 7. Cirurgia: exodontia - técnicas. Saúde Pública: Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

DENTISTA - ENDODONTISTA

Específico: Abertura coronária. Acidentes e complicações em endodontia. Alterações inflamatórias Pulpares e Periapicais. Anamnese. Anatomia dental, das cavidades pulpares, dos canais radiculares e suas implicações no tratamento endodôntico. Anestesiologia. Autotransplante Dental. Bio, necro e retratamento. Bioética e ética na odontologia. Ergonomia. Cirurgia de Acesso. Cirurgia Parendodôntica. Como minimizar riscos no tratamento endodôntico. Controle de infecção, biossegurança na clínica, destino de materiais infectantes. Dentes com Abscesso Recorrente. Emergência em

odontologia. Epidemiologia em saúde bucal. Etiopatogenia, diagnóstico e tratamento dos problemas endodônticos e periodontais de interesse comum. Exame clínico e complementar. Farmacologia e terapêutica sistêmica aplicada a lesões dental e dento alveolar. Ficha Clínica. Fisiologia dos tecidos pulpar e periapical. Instrumentação dos canais radiculares. Instrumentais e materiais endodônticos. Interrelações da Endodontia no atendimento odontológico integral à saúde individual. Irrigação dos canais radiculares. Isolamento absoluto. Lesões endo-perio. Medicação Intracanal. Microbiologia e Microscopia Endodôntica. Obturação do sistema de canais radiculares. Odontometria. Orientação pré e pós-operatória. Preparo do canal radicular. Radiologia aplicada à endodontia. Retratamento Endodôntico. Soluções irrigantes. Tratamentos endodônticos, de perfurações. Traumatismo dental e dento alveolar. Urgência e emergência em endodontia. Saúde Pública: Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

DENTISTA - PERIODONTISTA

Específico: Anatomia do Periodonto. Classificação das Doenças Periodontais. Epidemiologia das Doenças Gingivais e Periodontais. Etiopatogenia das Doenças Gingivais e Periodontais. Microbiologia e Imunologia da Doença Periodontal. Interações entre Parasita e Hospedeiro na Doença Periodontal. Fatores Genéticos Associados à Doença Periodontal. Placa e Cálculo Dental e Fatores Predisponentes. Influência das Doenças Sistêmicas no Periodonto. Influência das Doenças Periodontais nas Alterações Sistêmicas. Tabagismo e Doença Periodontal Patologia Periodontal. Doença Gingival: Mecanismos de Defesa; Inflamação Gingival; Características Clínicas da Gingivite; Aumento Gingival; Infecções Gingivais Agudas; Doença Gingival na Infância; Gingivite Escamativa. Doença Periodontal: Bolsa Periodontal; Perda Óssea e Padrões de Destruição Óssea; Desordens do Sistema Mastigatório; Periodontite Crônica; Periodontite Ulcerativa Necrosante; Periodontite Refratária; Periodontite como Manifestação de Doenças Sistêmicas; Periodontite Agressiva. Tratamento da Doença Periodontal: Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Tratamento; Diagnóstico Clínico e radiográfico da Doença Periodontal; Determinação do Prognóstico Instrumentos e instrumentação em periodontia: Instrumentação Manual; Instrumentação Sônica e Ultra-sônica; Irrigação. Tratamento periodontal básico: Raspagem e Alisamento Radicular; Controle Químico e mecânico de placa; Terapia Oclusal. Terapia Cirúrgica Periodontal: Princípios Gerais da Cirurgia Periodontal; Curetagem Gingival; Gingivectomia; Tratamento do Aumento Gingival; Retalho Periodontal para Terapia da Bolsa; Cirurgia Óssea Ressectiva. Terapia Periodontal Regenerativa: Cirurgia Óssea Regenerativa; Tratamento de Dentes com Envolvimento de Furca. Terapia Mucogengival: Cirurgia Plástica Periodontal. Tratamento Periodontal de Suporte. Saúde Pública: Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

ENFERMEIRO

Lei orgânica de saúde. Sistema Único de Saúde. Constituição Federal. Princípios, Diretrizes, Regulamentação, Gestão e Organização do Sistema Único de Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Diretrizes operacionais: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de

ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis (DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial.

ENGENHEIRO CIVIL

1. Drenagem Urbana: Determinação de vazão de projeto para os sistemas de drenagem como: sarjetas, galerias de águas pluviais e bueiros; 2. Topografia e Sistema de Informação Geográfica: planimetria, altimetria, equipamentos, cartografia digital, softwares; 3. Sistemas de Abastecimento de Água: tratamento, sistema de distribuição, manutenção de redes; 4. Sistemas de Esgotamento Sanitário: tratamento, sistema de coleta, manutenção de redes; 5. Resíduos Sólidos: noções de resíduos sólidos, quanto à origem e classificação, formas de tratamento: reciclagem, aterro sanitário e compostagem; 6. Serviços de limpeza urbana: varrição e capina de vias públicas, acondicionamento e transporte de resíduos; 7. Pavimentação urbana: projeto, estrutura, sinalização; 8. Prestação de assistência técnico/gerencial à administração pública; 09. Emissão de laudos e pareceres; 10. Fiscalização e responsabilização de obras em andamento; 11. Termos de referências para contratação de serviços, projetos e equipamentos; 12. Análise de projetos; 13. Qualidade e Eficiência no serviço Público; 14. Segurança do Trabalho: CIPA, normas regulamentadoras, Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho SESMT.

FARMACEUTICO

Políticas de medicamentos e Sistema Único de Saúde; Assistência Farmacêutica; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Seguimento Farmacoterapêutico de Paciente; Medicamentos como insumos de saúde; Serviços Farmacêuticos; Interpretação de exames clínicos laboratoriais; Farmacoepidemiologia; Farmacovigilância; Estudo de Utilização de Medicamentos; Farmacoecnomia; Uso Racional de Medicamentos; Pesquisa Clínica; Farmacoterapia Baseada em Evidências; Farmacologia Geral e Clínica; Farmacocinética e Farmacodinâmica; Agentes Farmacêuticos e medicinais; Receptores e mecanismos de ação; Classes Toxicidade, efeitos adversos e interações; Educação Sanitária; Assistência Domiciliar; Formas Farmacêuticas Estéreis e Não Estéreis; Cálculo Farmacêutico; Biossegurança e Gestão Ambiental de Resíduos nos Serviços de Saúde; Código de Ética da profissão; Leis, Decretos, RDCs, Portarias, Resoluções, Normatizações e Códigos relacionados ao desenvolvimento da Farmácia; Regulação de medicamentos; Componente básico e especializado da Assistência Farmacêutica; Microbiologia, Imunologia, Bioquímica, Micologia, Hematologia e Citologia; Fisiopatologia; Química Farmacêutica; Farmacotécnica; Fitoterapia; Homeopatia.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação

cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático - anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas - medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

FONOAUDIÓLOGOS

Ética e Legislação Profissional. Noções de Biossegurança. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem oral e escrita. Linguagem e Psiquismo. Alterações Específicas do Desenvolvimento da Linguagem oral: diagnóstico e intervenção. Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Atuação fonoaudiológica nas alterações de fala. Distúrbios Fonológicos: diagnóstico e intervenção. Atuação fonoaudiológica nos quadros afásicos. Linguagem nos processos de envelhecimento. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita. Etapas de aquisição da linguagem escrita. Distúrbios de aprendizagem e Dislexia. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbios Psiquiátricos. Sistema Fonatório/O Processo Vocal Básico. Avaliação de Voz Clínica. Tratamento em Voz Clínica. Voz e Disfonia nos Ciclos de Vida: da Infância à Senescência. Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Voz. Características vocais e terapia de voz para indivíduos com surdez. Atuação fonoaudiológica nas funções orofaciais. Atuação fonoaudiológica nas disfunções da articulação temporomandibular. Atuação Fonoaudiológica na Fissura Labiopalatina. Aleitamento materno. Distúrbios de deglutição. Atuação fonoaudiológica em disfagia orofaríngea neurogênica. Atuação fonoaudiológica: ação em disfagia orofaríngea mecânica. Audiologia: Desenvolvimento da audição. Avaliação audiológica completa. Triagem auditiva neonatal e acompanhamento do desenvolvimento da audição. Processamento Auditivo Central.

MÉDICO - CARDIOLOGISTA - PMB

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Cardiologia preventiva. Insuficiência coronariana aguda e crônica. Hipertensão arterial. Insuficiência cardíaca. Lesões orovalvulares. Arritmias cardíacas. Miocardiopatias e pericardiopatias. Endocardite Infeciosa. Dislipidemias. Prevenção das doenças cardiovasculares. Farmacoterapia em cardiologia.

MÉDICO - CLÍNICO GERAL ESF

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: 1. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. 2. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. 3. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. 4. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. 5. Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura. 6.

Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice. 7. Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária. 8. Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários. 9. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples. 10. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. 11. Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar. 12. Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade. 13. Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. 14. Gerenciamento de serviços de saúde. 15. Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde. 16. Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contra-referências. 17. Estudos de prevalência e incidência de morbi-mortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade. 18. Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. 19. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde.

MÉDICO - CLÍNICO GERAL

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específicos: Hipertensão Arterial; Arritmias cardíacas; Doenças coronarianas; Embolia pulmonar; Asma brônquica; Hemorragia digestiva; Úlceras e gastrites; Hepatites; Obstrução intestinal; Isquemia mesentérica; Pancreatites; Diarréias; Parasitoses; Doenças inflamatórias intestinais; Anemias; Neoplasias malignas mais prevalentes; cefaléias e enxaquecas; Convulsões; Acidente vascular encefálico; Infecção urinária; Cólica renal; Infecção das vias aéreas superiores; Pneumonia adquirida na Comunidade; Diabetes tipo I e Tipo II; Obesidade; Artrites; Lombalgia; AIDS; Síndrome Gripal e Doença Respiratória Aguda Grave; Dengue; Tabagismo; Etilismo.

MÉDICO - DERMATOLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Biologia e desenvolvimento da pele. Dermatoses eritemato-desquamativas. Dermatoses eritemato-papulosas. Dermatoses eczematosas. Dermatoses vesículo-bolhosas. Pustuloses. Doenças dos anexos cutâneos. Doenças do colágeno, hipoderme, cartilagem e vasos. Infecções e Infestações. Dermatoses por noxas químicas, físicas e mecânicas. Inflamações e granulomas não-infecciosos. Dermatoses metabólicas. Reações às drogas. Afecções psicogênicas. Dermatoses nos imunodeficientes. Distúrbios pigmentares. Tumores cutâneos benignos e malignos. Genodermatoses. Paraneoplasias. Manifestações cutâneas de doenças sistêmicas. Cirurgia dermatológica.

MÉDICO - GINECOLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Anatomia, embriologia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Estados intersexuais. Ginecologia infanto-puberal. Doenças sexualmente transmissíveis. Vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. Dismenorréia. Síndrome pré-menstrual. Hemorragia uterina disfuncional. Amenorréias. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Incontinência urinária. Infertilidade conjugal. Endometriose. Métodos contraceptivos. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo e do corpo uterino. Miomatose uterina. Doenças da vulva. Síndrome dos ovários policísticos. Câncer do colo do útero. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdômen agudo

em ginecologia. Cirurgias ginecológicas e suas complicações. Obstetrícia. Fisiologia e endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal. Assistência pré-natal e propedêutica da gestação. Estudo das doenças intercorrentes do ciclo gravídico. Gestação de alto risco. Medicina fetal. Deslocamento prematuro de placenta. Inserção viciosa placentária. Abortamento. Prematuridade. Gravidez pós-termo. Doenças hipertensivas do ciclo gravídico-puerperal. Rotura prematura de membranas. Crescimento intra-uterino restrito. Diabetes Mellitus e gestação. Infecções pré-natais. Prenhez ectópica. Gemelaridade. Parto e puerpério: estudo e assistência. Sofrimento fetal agudo. Doença hemolítica Peri natal. Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da gestação e do puerpério.

MÉDICO - OFTALMOLOGISTA

Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Embriologia ocular. Anatomia, fisiologia e patologia da órbita. Anatomia, fisiologia e patologia das pálpebras. Anatomia, fisiologia e patologia das vias lacrimais. Anatomia, fisiologia e patologia da musculatura extrínseca. Estrabismo. Anatomia, fisiologia e patologia da conjuntiva. Anatomia, fisiologia e patologia da esclera. Anatomia, fisiologia e patologia da córnea. Anatomia, fisiologia e patologia da uvea. Anatomia, fisiologia e patologia do cristalino. Anatomia, fisiologia e patologia de retina. Anatomia, fisiologia e patologia do vítreo. Anatomia, fisiologia e patologia do disco óptico. Anatomia, fisiologia e patologia das vias ópticas. Refração ocular. Lentes de contato. Glaucoma. Urgências em oftalmologia. Neuroftalmologia. Tumores oculares. Oftalmopediatria. Manifestações oculares das doenças sistêmicas. Terapêutica medica em oftalmologia. Cirurgias em oftalmologia. Exames oculares: técnicas e testes diagnósticos. Exames complementares em oftalmologia. Epidemiologia em oftalmologia.

MÉDICO - ORTOPEDISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Fisiologia e mineralização do osso. Histologia, histopatologia e embriologia do aparelho locomotor. Anatomia, biomecânica, semiologia e propedêutica do aparelho locomotor. Doenças osteometabólicas. Infecção osteoarticular. Anomalias congênitas do membro superior, membro inferior e da coluna vertebral; Displasias. Artrites inflamatórias, Gota e sinovites. Tendinites e tenosinovites. Bursites. Osteocondrites. Osteonecrose. Miosites. Espondilites. Entesopatias. Artrose e patologias degenerativas do aparelho locomotor. Síndromes compressivas neurológicas. Paralisia obstétrica. Paralisia cerebral. Tumor ósseo maligno. Tumor ósseo benigno. Pseudotumores. Doença de Paget. Síndromes compartimentais. Artrogrifose. Síndromes que envolvem o aparelho locomotor. Necrose avascular. Patologias da fise. Deformidades de eixo dos membros inferior e superior. Desvios da coluna vertebral. Lombalgia e lombociatalgia. Hérnia discal. Espondilólise. Espondilolistese. Estenose de canal vertebral. Discrepância de comprimento dos membros. Deformidades adquiridas do pé. Metatarsalgia. Marcha normal. Distúrbios da marcha. Amputações. Artroscopia. Artroplastia. Exntertia óssea e cutânea. Cintilografia óssea. Radiologia ortopédica. Tomografia computadorizada do esqueleto. Ressonância magnética osteoarticular. Lesões traumáticas dos nervos periféricos. Lesões ortopédicas relacionadas ao diabetes. Pé diabético. Consolidação das fraturas. Cicatrização tendinosa e ligamentar. Biomecânica das fraturas. Classificação das fraturas. Fraturas expostas. Atendimento ao politraumatizado. Fraturas patológicas. Fratura por estresse. Complicações das fraturas e das luxações. Tromboembolismo. Infecção pós-traumática. Fixação interna das fraturas. Fixação externa. Métodos de tratamento de fraturas e

luxações. Técnica AO. Princípios de osteossíntese. Planejamento pré-operatório. Fraturas e luxações pelve e do membro inferior. Fraturas e luxações da cintura escapular e do membro superior. Fraturas e luxações da coluna vertebral. Lesões meniscais. Lesões ligamentares. Lesões tendinosas. Instabilidade articular. Luxação recidivante. Fraturas na criança. Descolamento epifisário. Trauma fisário. Fratura em galho verde. Fratura subperióstica. Deformidade plástica. Fratura obstétrica. Síndrome da criança espancada.

MÉDICO - PEDIATRA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: História e exame físico em pediatria. Semiologia pediátrica. Assistência integral a saúde da criança. Educação em saúde: Conceitos: Prioridades em saúde maternas infantil. O papel educativo do pediatra. Crescimento e desenvolvimento. Fatores do crescimento e desenvolvimento. Desenvolvimento Neuro - Psicomotor e Emocional. Necessidades afetivas. Parâmetro de crescimento e desenvolvimento. Higiene Alimentar. Princípios gerais da alimentação da criança. Aleitamento materno. Alimentação do Pré-escolar e escolar. Principais distrofias carenciais primárias. Doença diarreica. Terapia de rehidratação oral. Higiene Anti-Infecciosa. Imunização: Vacinação e Calendário de Vacinação. Parasitoses: Prevenção e tratamento. Higiene do Ambiente Físico. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção de Acidentes na Infância. Primeiros socorros em Pediatria. Pediatria Clínica. Semiologia Pediátrica. Nutrição e distúrbios nutricionais. Necessidades básicas requeridas nas diferentes idades. Critérios de avaliação de criança eutrófica e distrófica. Classificação (Desnutrição, Marasmo, Kwashiorkor). Doenças Infecciosas e Parasitárias. Sistema digestivo: Sinopse de fisiologia Malformações. Gastreenterites Alergias Alimentares Desidratação. Desequilíbrios Hidroeletrólitos, Acidose, Alcalose. Sist. Respiratório: Sinopse de fisiologia Malformações. IVAS: Rinofaringites, Amidalites, Otites, Rino-sinusopatias, Bronquite, Bronquiolite, Pneumonias, Asma, Afecções pulmonares Crônicas. Sistema Cardiovascular: Sinopse de fisiologia Malformações congênitas. Insuficiência cardíaca, Infecções: Febre Reumática, Miocardites. Sistema Nervoso: Sinopse de fisiologia, Malformações. Doenças Infecciosas do Sistema Nervoso. Distúrbios Motores de instalação aguda. Problemas de aprendizagem: considerações neurológicas. Sistema Endócrino: Sinopse de Fisiologia Déficit pondero-estatural. Distúrbios Tireoidianos, Diabetes, hiperplasia de supra-renal. Neoplasias na infância.

MÉDICO - PSIQUIATRA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Psicopatologia. A relação médico-paciente. A entrevista psiquiátrica. História da psiquiatria. Transtornos de humor. Transtornos de ansiedade. Interconsulta psiquiátrica. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Suicídio e outras emergências psiquiátricas. Transtornos psicossomáticos, dissociativos e somatoformes. Transtornos alimentares. Transtornos relacionados a substâncias. Delírio e demências. Sexualidade humana e seus transtornos. Transtornos da personalidade. Saúde mental pública. Psiquiatria infantil. Psicofarmacoterapia. Psicoterapias. Psiquiatria forense e ética.

MÉDICO - DO TRABALHO

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Lei nº 6.514, de 22/12/77; Conhecimentos da Portaria nº 3214,

de 08/06/78 e as Normas Regulamentadoras aprovadas - NR 4, NR 5, NR 6, NR 7, NR9, NR 13, NR 15, NR 16, NR. 17; Legislações complementares. Acidentes do trabalho: conceitos, registro, comunicação, análise e estatística; Prevenção e controle de riscos; Proteção contra incêndios e explosões. Gerenciamento de riscos. Higiene industrial. Ergonomia. Riscos ambientais; Doenças profissionais - identificação e medidas preventivas; L.E.R./D.O.R.T. e PAIR; Noções de saúde mental.

MÉDICO - UROLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Semiologia urológica; Infecção Urinária; Hiperplasia benigna na Próstata; Prostatites; Uropatias obstrutivas; Traumatismo renal e das vias urinárias; Disfunção Sexual. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção neurológica da bexiga; Malformações do Aparelho Urinário; Neoplasias da próstata, adrenais, retroperitoneal, renal, testículo, pênis. Hipogonadismo. Derivações Urinárias. Litíase Urinária. Doença Cística do Rim. Hematúrias. Urologia da mulher.

NUTRICIONISTA

Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. Código de ética do nutricionista. 3. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. 4. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. 5. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). 6. Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; 7. Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

PEDAGOGO

Educação e Cidadania. Relação Pedagógica e Autonomia para o Conhecimento. Técnica, Método e Epistemologia da Educação. Relações Comunitárias e Dominação. Identidade, Adolescência e Projeto de Vida. Ecologia e Cidadania. Qualidade de Vida e Mundialização. Estresse, Doenças do Trabalho e Contemporaneidade. Pesquisa participante e transformação social. Ética, Ideologia e Utopia. Planejamento: conceitos, características, modalidades e níveis de planejamento educacional. Avaliação: objetivos, princípios, características e procedimentos de avaliação no contexto geral da ação educativa. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Educação inclusiva. Programa de Combate ao Bullying. Técnicas de Trabalho em Grupo. Legislação da LOAS e SUAS.

PROCURADOR MUNICIPAL

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios específicos de interpretação constitucional. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República.

Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição do Estado. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Ordem social. Princípios. Educação, cultura e desporto. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Princípio da Reserva da Administração. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. O Município na Constituição Federal Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Poder Legislativo. Organização, Funções típicas e atípicas. Atividades próprias e passíveis de glosa. Imunidade parlamentar dos Vereadores. Regime remuneratório. Verbas indenizatórias. Proibições e Perda do Mandato. Total da despesa do Legislativo. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Poder Executivo. Atribuições do Chefe do Executivo. Prefeito Municipal. Mandato. Perda do mandato. Atribuições. Responsabilidade político-administrativa. Crime de Responsabilidade. Improbidade Administrativa. Foro competente. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos do Poder Executivo. Acumulação. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Nepotismo. Previdência. Licitação. Controle parlamentar e Jurisdicional. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Operações de crédito, inclusive externas, contraídas por Municípios. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas. Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. O meio ambiente na Constituição Federal. Princípios constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências ambientais entre os entes federativos. Tratamento diferenciado de produtos e serviços conforme seu impacto ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos e sistema nacional de unidades de conservação. Estudo Prévio de Impacto Ambiental e licenciamento ambiental.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo. Conceito. Taxinomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas. Interesse Público. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. Conceito jurídico indeterminado. Ato administrativo. Noções gerais.

Elementos. Características. Classificação. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Advocacia Pública. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Distinção entre Acordos e Contratos. Convênios. Cláusulas Exorbitantes. Formalização, alteração, execução e inexecução. Equilíbrio Econômico Financeiro. Revisão, Reajuste e Repactuação. Prorrogação. Desfazimento e consequências. Licitações. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Registro de Preços. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. Anulação e Revogação. Licitações sustentáveis. Ordem Econômica. Fundamentos e Princípios. Atuação do Estado no domínio econômico. Planejamento. Fomento. Exploração direta de atividade econômica. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Código Florestal e Áreas de Preservação Permanente, conceito e hipóteses de supressão. Infrações administrativas ambientais. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias Público-Privadas. Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada. Gestão Associada dos Serviços Públicos. Poder Concedente, Concessionário e Usuários. Tarifa e Preço. Modelos Tarifários. Receitas alternativas, complementares, acessórias e projetos associados. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de construções; sanitária; de trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco, parcelamento e edificação compulsórios. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Gestão financeira. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias. Orçamento. Receita e despesa. Estágios da Despesa Pública. Execução orçamentária. Regime de Adiantamento. Responsabilidade Fiscal. Renúncia de receita. Geração da despesa. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal e controle. Destinação de recursos para o setor privado. Operações de crédito. Restos a pagar. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais de Contas. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Improbidade Administrativa. Controle Judicial. Garantias e ações constitucionais dos administrados. Juridicidade. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

3. DIREITO TRIBUTÁRIO

Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. A distribuição da competência legislativa tributária.

Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de Participação dos Municípios. Retenção de recursos. Hipóteses. Parcelas do Produto de Arrecadação de impostos de competência dos Estados e de Transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios. Lei Complementar nº 63/90. Valor Adicionado. Lei nº 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições especiais. Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade. Anterioridade. Irretroatividade. Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação. Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. Fato gerador: aspectos objetivos, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e sujeito passivo. Sujeito ativo e delegação de competência. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo. Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Impostos Municipais. Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Taxa municipal de coleta domiciliar de lixo. Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Taxas e Preços públicos.

4. DIREITO CIVIL. Direito Civil (Lei 10.406/2002): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis; Parte geral: Pessoa natural: Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e seu registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Direitos da personalidade; Pessoa jurídica: Personalidade, capacidade, representação, modalidades de pessoas jurídicas (associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares), responsabilidade e extinção; Domicílio civil das pessoas natural e jurídica; Bens jurídicos: Classes: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertencas: Modalidades e distinções; Frutos e produtos: Modalidades e distinções; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: Conceituação e classificação, distinção e classificação de fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova: objeto, ônus e licitude; Meios de produção de prova. Prescrição e decadência: distinção, modalidades, início, modo de alegação e prazos; Causas impeditivas, suspensivas, interruptivas da prescrição. Direito das obrigações; Obrigações: Modalidades: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas,

obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias (solidariedade ativa e passiva); Transmissão das obrigações: Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Adimplemento e extinção das obrigações: Pagamento: Sujeitos, objeto, lugar e tempo do pagamento. Formas de extinção das obrigações: Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, Inadimplemento das obrigações: Efeitos do adimplemento e do inadimplemento, mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal e arras ou sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Elementos e efeitos dos contratos; Formação dos contratos: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de Contrato: Compra e venda: Disposições gerais e cláusulas especiais, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação: Disposições gerais e revogação; Locação de coisas; Empréstimo: Classes: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Classes: Depósitos voluntário e necessário; Mandato: Disposições gerais, obrigações do mandatário e do mandante, extinção do mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: Disposições gerais, transporte de pessoas e de coisas; Seguro: Disposições gerais, seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança: Disposições gerais, efeitos e extinção da fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Responsabilidade civil: Distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse: Conceituação, classificação aquisição, efeitos e perda da posse; Propriedade: Disposições gerais, descoberta, aquisição da propriedade Imóvel (por usucapião, pelo registro do título e por acesso), aquisição da propriedade móvel (usucapião, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção), perda da propriedade; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral: Condomínio voluntário (direitos e deveres dos condôminos e administração do condomínio), condomínio necessário; Condomínio edilício: Disposições gerais, administração do condomínio, extinção do condomínio; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária; Servidões: Constituição, exercício e extinção das servidões; Usufruto: Disposições gerais, direitos e deveres do usufrutuário e extinção do usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor: Disposições gerais, constituição do penhor, direitos e obrigações do credor pignoratício, extinção do penhor, penhor rural (disposições gerais, penhor agrícola e penhor pecuário), penhor industrial e mercantil, penhor de direitos e títulos de crédito, penhor de veículos, penhor legal; Hipoteca: Disposições gerais, hipoteca legal, registro e extinção da hipoteca e hipoteca de vias férreas; Anticrese.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Direito Processual Civil (Lei 5.869/1973): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço; Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual: capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, multas e substituição das partes; Procuradores: Representação processual, substituição dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio; Intervenção de terceiros: Assistência: Simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública,

Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: competência internacional, competência interna, competência em razão do valor e da matéria, competência funcional, competência territorial, modificações da competência e declaração de incompetência; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça: Serventuário, oficial de justiça, perito, depositário, administrador e intérprete; Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: regras de contagem e verificação dos prazos e das penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Disposições gerais, Cartas, citações e intimações, nulidades; Distribuição e do registro; Valor da causa; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Tutela Antecipada. Processo de conhecimento: Distinção entre processo e procedimento; Distinção entre procedimentos comum ordinário e comum sumário; Procedimento sumário; Procedimento ordinário: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Resposta do réu: Contestação, exceção de incompetência, de impedimento e de suspeição, reconvenção; Revelia; Providências preliminares: Verificação dos efeitos da revelia, declaração incidente, fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu; Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo, julgamento antecipado da lide, audiência preliminar e saneamento do processo; Provas: Depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental (força probante dos documentos, arguição de falsidade e produção da prova documental), prova testemunhal (admissibilidade, valoração e produção da prova testemunhal), prova pericial, inspeção judicial; Audiência: Conciliação e instrução e julgamento; Sentença: Requisitos e efeitos da sentença; Coisa julgada; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença; Processo nos tribunais: Uniformização da jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade, homologação de sentença estrangeira e ação rescisória; Recursos: Teoria geral dos recursos, apelação, agravos, embargos infringentes e embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça: Recursos ordinários, recurso extraordinário, recurso especial e ordem dos processos no tribunal. Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução (inadimplemento do devedor e título executivo), responsabilidade patrimonial, disposições gerais; Espécies de execução: execução para a entrega de coisa (entrega de coisa certa e incerta), execução das obrigações de fazer e de não fazer (disposições comuns e particulares), execução por quantia certa contra devedor solvente (disposições gerais sobre penhora, avaliação e da arrematação; citação do devedor e da nomeação de bens à penhora; penhora, depósito, penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais; penhora, depósito e administração de empresa e de outros estabelecimentos; avaliação; adjudicação; alienação por iniciativa popular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor; disposições gerais sobre pagamento ao credor, entrega do dinheiro e usufruto de móvel ou imóvel); Execução contra a fazenda pública; Execução de prestação alimentícia; Embargos do devedor: Disposições gerais, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Execução por quantia certa contra devedor insolvente: Disposições gerais, insolvência, insolvência requerida pelo credor, insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio, declaração judicial de insolvência, atribuições do administrador, verificação e da classificação dos créditos, saldo devedor, e extinção das obrigações; Suspensão e da extinção do processo de execução. Processo cautelar: Teoria geral do processo cautelar; Poder geral de cautela; Procedimento comum cautelar. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Distinção entre procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária; Procedimento de consignação

em pagamento, Procedimento de depósito; Procedimentos de anulação e de substituição de títulos ao portador; Procedimento de prestação de contas; Procedimentos possessórios (disposições gerais, Procedimento de manutenção, de reintegração de posse e interdito proibitório); Procedimento de nunciação de obra nova, Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial e coletivo, Constituição Federal/1988, Código Civil/2002, Lei 6.969/1981 e Lei 10.257/2001; Procedimento de divisão e da demarcação de terras particulares; Procedimentos de inventário, partilha, arrolamento, inventário extrajudicial e requerimento de alvará judicial (Lei 6.858/1980); Procedimento de embargos de terceiros; Procedimento de habilitação; Procedimento de restauração de autos; Procedimentos de busca e apreensão e de depósito de coisa vendida a crédito com reserva de domínio e de coisa gravada com alienação fiduciária em garantia (Decreto-lei 911/1969); Procedimento monitorio; Juízo arbitral (Lei 9.307/1996), Juizados especiais cíveis estaduais e federais (Lei 9.099/1995 e Lei 10.259/2001); Processo coletivo (Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985 e Lei 8.078/1990), Mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009).

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização hoje. Alfabetização e letramento como eixos norteadores da ação pedagógica. As práticas da Língua Portuguesa: a leitura, a produção e escrita do texto, a análise linguística e a sistematização do código. A função social da matemática hoje. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Legislação de ensino. A participação social do jovem e adulto na sociedade contemporânea. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Objetivos gerais para os anos iniciais do ensino fundamental e organização dos conteúdos para os primeiros anos do Ensino Fundamental segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE ARTES

História da Arte Brasileira: Moderno e Contemporâneo; artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Teorias da Arte: conceitos, linguagens e estética. Arte-educação: parâmetros curriculares nacionais. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de artes. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Metodologia para o ensino de ciências. Os seres vivos e o ambiente: Habitat, população, comunidade, ecossistema e biosfera. Noções da cadeia alimentar, fotossíntese. Sexualidade. Fontes e transformação de energia. A ciência como produção humana. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de ciências naturais, objetivos, organização dos assuntos e critérios de avaliação de ciências naturais segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A História da Educação Física. Metodologia para o ensino da Educação Física. Função social da Educação Física. Educação Física adaptadas: como trabalhar o conceito de inclusão. Concepções psicomotoras na Educação Física escolar. Processo avaliativo na Educação Física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Biodinâmica. Fisiologia. Esporte e regras: Atletismo, Futebol,

Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica - Ginástica Geral; Ginástica Artística; Ginástica Rítmica. Recreação: Jogos e recreação. Psicomotricidade. Caracterização da área da Educação Física, objetivos, organização dos assuntos e critérios de avaliação na Educação Física segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Proposta Pedagógica de Educação Infantil do município de Gaspar. Referencial prático metodológico da Proposta Pedagógica de Gaspar. Parecer nº 20/2009 e Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009 que institui as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. Critérios para um bom atendimento em Creches que Respeite os Direitos os Direitos Fundamentais das Crianças. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, volume 1 e 2.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

História, legislação e concepções de Ensino Religioso no Brasil e Santa Catarina. Caracterização geral do Ensino Religioso. Eixos organizadores dos conteúdos. Culturas e tradições religiosas. Escrituras sagradas e/ou tradições orais. Teologias: ritos e ethos. Tratamento didático dos conteúdos e pressupostos para avaliação no ensino fundamental. Caracterização da área do Ensino Religioso. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação no Ensino Religioso segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Introdução à Filosofia. O ser humano sob o ponto de vista filosófico. A verdade e o conhecimento. Teoria do conhecimento na antiguidade. Os filósofos modernos e a teoria do conhecimento. Pensamento e linguagem. Ética. Filosofia Política. O pensamento Lógico.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A tendência do pensamento geográfico e suas consequências para o ensino de geografia. A reconstrução da geografia escolar. Os conceitos e categorias na Geografia: Localização, orientação e representação, paisagem, região, espaço, lugar, território, natureza, trabalho e sociedade. Relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas. A cartografia - teoria básica da cartografia. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Geografia. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Geografia segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

As relações de produção nos diferentes tempos e espaços históricos: a sociedade primitiva, a sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade capitalista. As civilizações e seu legado na contemporaneidade. As correntes historiográficas. Os movimentos sociais na história. As relações de poder. Autocracia, democracia, totalitarismo, socialismo e sexismo. A história da África. A luta dos negros no Brasil. A cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. A História do Brasil. A história de Santa Catarina. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de História. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em História segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE INGLÊS

Metodologia e abordagens do ensino de Inglês. Gêneros textuais orais e escritos. Práticas sociais de leitura. Linguagem escrita (níveis de registro e os padrões de escrita) e implicações metodológicas. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Língua Inglesa. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Língua Inglesa segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

O sistema de numeração: Adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema de numeração decimal. Medidas. Adição, subtração, multiplicação e divisão com números naturais. Múltiplos e divisores. Números fracionários. Porcentagem. Leitura e construção de gráficos. A geometria, a psicogênese das noções espaciais e o ensino de geometria. Trabalhar o ensino de matemática com regras e significados. A resolução de problemas na organização do trabalho didático. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Matemática. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Matemática segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Metodologia e abordagens do ensino da Língua Portuguesa. Gêneros textuais orais e escritos. Práticas sociais da leitura. Ensino de Português e preconceito linguístico. Linguagem escrita (níveis de registro e os padrões de escrita) e implicações metodológicas. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Língua Portuguesa. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Língua Portuguesa segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

PSICÓLOGO

1. A pesquisa científica como base para a atuação profissional; 2. Os diferentes métodos de observação do comportamento humano; 3. O conceito de saúde como fenômeno multideterminado; 4. Modalidades de intervenção em Psicologia da Saúde. 5. Perspectivas em Psicologia da Saúde; 6. Comportamentos relacionados à saúde; 7. O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional em saúde; 8. Influências sociais e ambientais sobre a saúde; 9. Redução de danos na abordagem de drogas e DST-AIDS; 10. Vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS e CREAS. 11. Ética do psicólogo nos serviços de saúde pública.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da Saúde para o Terapeuta Ocupacional: Saúde e Qualidade de Vida; Sistema Único de Saúde - Histórico e Princípios; Níveis de Atenção à Saúde; Fundamentos da Humanização. Princípios da Terapia Ocupacional: Perspectivas Teórico-Práticas da Terapia Ocupacional; Métodos de Avaliação em Terapia Ocupacional; Processos Criativos em Terapia Ocupacional; Técnicas Corporais em Terapia Ocupacional. Terapia Ocupacional e a Terceira Idade: Políticas Públicas da Pessoa Idosa; Processo de Envelhecimento e Cultura; Patologias na Velhice; Oficina de Memória para Idosos; Reabilitação Cognitiva.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO

COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Agentes de Serviço Especializados I e II, Fiscal, Operador de ETA e de ETE, Técnico Agrícola e Técnico em Saneamento.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Estatuto dos Servidores Públicos de Gaspar.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Educador Social, Técnico de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância Sanitária.

Sistema Único de Saúde - SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I e II

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre poder executivo e legislativo municipal; características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Noções de administração pública. 2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Arquivo e técnicas de arquivamento. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. 3. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ofício, memorando, decreto, edital, ata, carta, declaração, despacho, ordem de serviço, parecer, portaria, resolução, relatório, requerimento, atestado, decreto. 3. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. 4. Matemática: Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos.

EDUCADOR SOCIAL

Serviço de Abordagem Social: Diretrizes e fundamentos; Política Nacional para a População em Situação de Rua; Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Lei Maria da Penha. Direitos Humanos. Violência a crianças e adolescentes. Noções sobre Educação popular. Concepções de Infância: A importância do Brincar. Política nacional para inclusão social de população em situação de rua. Conselho Tutelar: Conceito e Responsabilidades. Sistema de Garantia de Direitos da criança e adolescente: Eixos estratégicos. Fracasso escolar: Explicações Possíveis. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sistema único de Saúde - SUS. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

FISCAL (de obras e posturas)

1. Autonomia e competência do Município. 2. Poder de polícia do Município: meios de atuação da fiscalização. 3. Atos administrativos relacionados ao poder de polícia: atributos, elementos, discricionariedade, vinculação; autorização e licença. 4. Direito de construir: fundamento, proteção à segurança e ao sossego, controle da construção, o papel do Município; licenciamento de obras, consulta prévia, aprovação de projeto, emissão de alvará, emissão de habite-se. 5. Código de Obras do Município de Gaspar. 6. Código de Posturas de Gaspar. 7. Plano Diretor de Gaspar. 8. Código Tributário: Taxas de Poder de Polícia. 9. Lei Orgânica Municipal. 10. Fiscalização: vistorias, irregularidades, intimação, notificação, auto de infração, sanções, recurso, interdição, cassação de licença, apreensão de bens.

OPERADOR DE ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

Uso de produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor, etc; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETA; Equipamentos utilizados em ETAs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETAs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall, etc). Coleta de amostras; Conhecimento das técnicas de coleta de amostras bem como dos equipamentos e produtos utilizados para análise; conhecimento da importância de executar corretamente uma coleta de amostra; identificação das unidades de uma ETA. Monitoramento e operação de ETA: tipos possíveis de estações de tratamento de água. Processos físicos, químicos e biológicos em ETA.

OPERADOR DE ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

Uso de produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor, etc; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETE; Equipamentos utilizados em ETEs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETEs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall, etc). Coleta de amostras; Conhecimento das técnicas de coleta de amostras bem como dos equipamentos e produtos utilizados para análise; conhecimento da importância de executar corretamente uma coleta de amostra; identificação das unidades de uma ETE. Monitoramento e operação de ETE: tipos possíveis de estações de tratamento de esgotos. Processos físicos, químicos e biológicos em ETEs.

TÉCNICO AGRÍCOLA

Noções gerais sobre horticultura, floricultura, fruticultura. Técnicas de irrigação, adubação com matéria orgânica, adubação mineral, noções sobre cultivo das principais culturas. Noções de classificação, armazenagem e conservação dos grãos. Técnicas de conservação dos solos. Uso de defensores agrícolas. Impacto dos

agrotóxicos sobre a cultura, a sociedade e o ecossistema. Plantio e colheita, funções gerais; técnicas de preparo do solo e zootecnia. Agricultura Orgânica. Agricultura Sustentável. Boas Práticas Agrícolas. Defesa e Sanidade Vegetal. Fisiologia Vegetal. Flores e Plantas Ornamentais. Fruticultura. Genética e Melhoramento Vegetal. Grãos, Fibras, Cereais e Oleaginosas. Herbário. Insumo Agrícola. Irrigação e Drenagem. Pós-colheita. Reprodução Vegetal. Semente. Sistemas de Produção Vegetal. Trato Cultural. Agricultura de Precisão. Armazenamento e Transporte. Formação de pastagens. Noções de aproveitamento da água. Padrões de terra. Noções elementares de solo. Noções elementares de Biologia: botânica, nutrição, elementos orgânicos e inorgânicos, deficiências minerais dos vegetais; classificação das forrageiras; Criação de Bovinos; Seleção e Reprodução Animal; Bovinocultura; Equinocultura; Medidas Rurais. Administração de agronegócio; organização e gerenciamento rural.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

1. Dentição decídua. 2. Uso de fluoretos. 3. Dieta e saúde bucal. 4. Promoção de saúde bucal. 5. Equipe de saúde bucal. 6. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia. 7. Doenças periodontais. 8. Cárie dentária. 9. Risco de cárie dentária. 10. Biossegurança no consultório odontológico, prevenção e controle de riscos. 11. Aspectos éticos na prática odontológica. 12. Prevenção das doenças periodontais. 13. Educação e motivação em saúde bucal. 14. Prevenção das doenças bucais. 15. Bioética e odontologia. 16. Anatomia dental. 17. Identificação dos dentes. 18. Arquitetura da maxila e da mandíbula. 19. Anatomia da cavidade bucal. 20; Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. 21. Ações de saúde bucal em uma unidade de saúde da família. 22. Importância da coleta de informações do usuário e documentação. 24. Manutenção preventiva de equipamento odontológico e gerenciamento de resíduos em serviços odontológicos. 25. Radiologia aplicada na odontologia. 26. Técnicas radiográficas em odontologia. (específico para THDs). 27. Aspectos epidemiológicos e sociais das doenças bucais.

TÉCNICO EM SANEAMENTO

Noções de tratamento de água de abastecimento. Controle de poluição da água. Sistemas de esgotos sanitários. Tratamento de águas residuais. Resíduos sólidos e limpeza pública. Medição, administração de obras e custos operacionais. Conhecimentos de reparos e instalações prediais de rede de água e esgotos. Noções de sistemas urbanos de água e esgotos. Topologia. Desenho técnico. Noções de meio ambiente: noções de ecologia; poluição do ar; água e solo; ciclo da água na natureza; distribuição de água do planeta; contaminação de água e origem dos resíduos sólidos. Princípios básicos de: sistemas de água e esgotos e de sistema

condomínial de esgotamento sanitário. Processos de tratamento de água e esgotos. Peças de tipos de materiais pra sistema de água e esgotos. Abastecimento público de água: importância e conceitos de: saúde, saúde pública, saneamento, doenças de veiculação hídrica. Ciclo hidrológico e recursos hídricos naturais. Características físicas, químicas e biológicas da água. Padrões de potabilidade; controle da qualidade da água; análises de água: físico-química, bacteriológica e hidrobiológicas. Consumo per capita, fatores que afetam o consumo, variações de consumo. Projeções de consumo: projeções de população, distribuição demográfica. Captação de água subterrânea; captação em fontes de afloramento de água e captação de águas superficiais. Estações de bombeamento, adutoras, estação de tratamento de água potável, processos de tratamento de água, reservação, subadução, rede de distribuição, ramais prediais, micro e macromedicação, perdas. Manutenção preventiva e corretiva nos serviços de água e esgoto. Controle de qualidade de materiais. Noções de hidráulica básica para sistemas de abastecimento de água. Esgotamentos sanitários: sistema de coleta de águas residuais: ramais prediais, redes coletoras, coletores-tronco, interceptores, estações elevatórias, emissários, estação de tratamento; tratamentos: preliminar, primário, secundário de terciário. Disposição final das águas residuais. Reuso. Estação de condicionamento de lodo de esgoto sanitário. Prevenção e controle de poluição das águas e do meio ambiente. Organização de canteiros de obras. Retirada em geral de vazamentos em canalização de água e/ou "fugas" em tubulações de esgoto. Limpeza e desinfecção de tubulações. Ligações prediais de água e/ou esgoto. Controle de materiais de obras. Suprimento para operação e manutenção de água e/ou esgoto. Noções do meio ambiente: noções de ecologia; poluição do ar; água e solo; ciclo da água na natureza; distribuição de água no planeta; contaminação da água e origem dos resíduos sólidos. Lei Federal nº 11.445/2007. Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. Resoluções CONAMA 274/00, 357/05, 375/06 e 430/11. Instruções Normativas da FUNASA. Lei estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Lei Federal 6514 de 22 de julho de 2008. Meio Ambiente nas Constituições Federal e Estadual. Resoluções da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Saneamento. Atribuições do Fiscal de Vigilância Sanitária. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Mapeamento/territorialização. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Diagnóstico comunitário. Sistema de informação em saúde. Participação e mobilização social. Vigilância em saúde. Epidemiologia e Análise de situação de saúde. Risco e gerenciamento de risco sanitário. Gestão da Vigilância Sanitária / Municipalização / Descentralização. Conceitos: Abrangência, instrumentos de atuação, poder de polícia, emissão de autos e documentos legais. Riscos ocupacionais e Saúde do Trabalhador. Infrações à legislação sanitária e suas sanções - Lei Federal 6437/77. Alimentos: Manipulação, Armazenamento Transporte. Doenças Transmitidas por Alimentos. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações. Normas gerais de saúde em Santa Catarina - Lei/SC 6.320/83 e suas alterações e Decretos regulamentadores. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445, de 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 2010).

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal

e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais e decimais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 3. Tratamento de informações: Leitura e interpretação de gráficos e tabelas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as medidas.

NÍVEL FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde: Lei 11350/2006; Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990. Processo saúde doença e seus determinantes/condicionantes. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Noções de ética e cidadania. Noções básicas epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções básicas de doenças Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, Febre Amarela, Leptospirose. Formas de aprender ensinar em educação popular. Promoção de saúde: conceitos e estratégias. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Visita domiciliar. Mapeamento/territorialização. Noções de vigilância em saúde.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. 2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. 3. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução.

AUXILIAR DE TOPOGRAFO

Ferramentaria. Equipamento de proteção individual. Sistema métrico linear. Cálculo de área e volume. Conhecimento dos principais equipamentos de topografia: trena, baliza, estacas, estação central, teodolito. Noções de interpretação de informações cartográficas, imagens aéreas e mapas.

ENCANADOR

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica; Redes Hidráulicas, componentes,

inspeção, manutenção e reparos; bombas hidráulicas; Tipos de tubulação; Tipos de conexão; Materiais utilizados; Ligações de água; Ligações de esgoto; Válvulas; Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência corretadas operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho.

ESCRITURÁRIO

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. 2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. 3. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução.

LEITURISTA

1. Sistema de unidades de medidas: Utilização das Unidades de Medida; vazão; volume; pressão; comprimento. 2. Materiais e conexões hidráulicas: tubulação hidráulica predial e saneamento. 3. Principais tipos de micromedidores. 4. Formas de Leitura e Registro de Dados. 5. Leitura de instrumentos analógicos e digitais e interpretação de mapas: Orientação e localização. Segurança no trabalho e utilização de EPIs.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - 4ª série/ano

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - 4ª SÉRIE/ANO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - PMG, FME E SAMAE

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos. Contaminação de alimentos. Regras de etiqueta para os serviços de copa. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal. Conhecimentos gerais em zeladoria. Limpeza de ambientes e equipamentos. Jardinagem.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - MECÂNICO

Organização do local de trabalho; Mecânica de automóveis e máquinas pesadas; Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão; Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão; Parte elétrica de automóveis e caminhões; Sistema de suspensão e frenagem de automóveis e caminhões. Noções de manutenção de pneus e borra-charia; Abastecimento e lubrificação de veículos leves e pesados.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - OPERADOR DE MÁQUINAS

Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança; leitura dos instrumentos do painel, manutenção básica e verificações de rotina, lubrificação e cuidados operacionais; ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - MOTORISTA DE CAMINHÃO

1. Legislação brasileira de trânsito. 2. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. 3. Direção defensiva. 4. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. 5. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos pesados para transporte de passageiros.

MERENDEIRA/SERVENTE

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Higiene e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, descongelamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. Contaminação de alimentos. Comportamento dentro do ambiente de produção de alimentos. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal e ética profissional. Resolução - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 - Regulamento Técnico Sobre Boas Práticas para serviços de Alimentação. Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos

e pneumáticos), direção e elétrico de veículos para transporte de passageiros. Primeiros socorros: segurança pessoal e local; atendimentos às vítimas em acidente de trânsito; mal súbito em geral. Estrutura viária do Município. Bairros e Municípios vizinhos.

MOTORISTA PMG E FME e SAMAE

Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos para transporte de passageiros.

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR - SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL No 01/2014

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 6.062/2014, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura e demais órgãos do Município de Gaspar, que se regerá pela Lei 1305/91 e suas alterações e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. O Município de Gaspar e demais órgãos, reservam-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, III e IV parte integrante do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura do Município de Gaspar.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

2.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.4. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da contratação.

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

2.7. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou

contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão no exercício de função pública qualquer.

2.8. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da contratação, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

2.9. Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

2.10. Apresentar declaração de bens.

2.11. Não serão nomeados os candidatos enquadrados no artigo 167 e seu parágrafo único da Lei Municipal 1.305/91.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, no momento da avaliação perante a junta, conforme item 3.5, laudo médico com data inferior a 01 (um) ano, contados da data do presente Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão Especial de Concurso Público programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta de especialistas será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 6 deste Edital.

3.9. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com mesmo grau de escolaridade, e que seja compatível com sua deficiência ou receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou ampliada.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de

classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. Considerando que em atendimento ao estabelecido no Estatuto dos Servidores do Município de Gaspar, a reserva corresponde a 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 15 de setembro à 14 de outubro de 2014, exclusivamente, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00
Cargos de Nível Médio e Técnico	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 15 de setembro e 19:00 (dezenove) horas do dia 14 de outubro de 2014.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da taxa de inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.

4.5. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos doadores de sangue, conforme Lei Municipal 3275 de 03/12/2010.

4.5.1. Para ter direito à isenção, o candidato terá que comprovar que realizou a doação, no mínimo 02 (duas) vezes, dentro do período de 12 (doze) meses que antecedem a data de publicação deste edital.

4.5.2. Os candidatos doadores de sangue deverão enviar documento comprovante da qualidade de doador regular, original ou autenticadas em cartório, para a Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Aristiliano Ramos, 435 Praça Getúlio Vargas - Centro, CEP 89110-000 SC, aos cuidados de Márcia Lenz dos Santos, membro da Comissão do Concurso, através de Sedex ou AR, com postagem no período de 15 à 26 de setembro de 2014.

4.6. A Comissão Especial de Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 07/10/2014.

4.6.1. Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão Especial do Concurso Público, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

4.6.2. O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá ser protocolizado na Prefeitura Municipal de Gaspar, de acordo com item 6 deste Edital.

4.6.3. O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.4.

4.7. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que efetivadas com o pagamento, só poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma das inscrições validadas.

4.7.1. Caso as provas sejam realizadas em dois períodos, conforme item 5.1.5, e os cargos para o qual o candidato se inscreveu forem

agendadas para períodos diferentes, este poderá realizar uma prova em cada período.

4.8. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.9. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site (www.ibam-concursos.org.br) nos últimos dias de inscrição.

4.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, a Prefeitura e demais órgãos não se responsabilizam por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.12. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos.

4.13. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.14. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese, exceto no previsto no item 3.10 deste Edital.

5. DAS PROVAS

5.1. Prova escrita

5.1.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.1.4 As provas serão realizadas no dia 16 de novembro de 2014, no período matutino e as provas terão a duração de 03 (três) horas.

5.1.5. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Prefeitura reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.1.6. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova, a partir de 05/11/2014, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato.

5.1.7. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.1.8. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.1.9. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.1.10. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.11. O cartão resposta somente poderá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.12. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.1.13. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso o candidato será identificado em formulário específico.

5.1.14. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.1.15. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.1.16. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.1.17. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local de provas juntos.

5.1.18. O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá informar na ficha de inscrição as condições necessárias para que lhe seja providenciado local apropriado para realização da mesma, desde que não implique em quebra de sigilo ou favorecimento.

5.1.19. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.1.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.1.21. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.1.22. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.1.23. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.1.24. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.1.25. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.1.26. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.1.27. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.1.28. A Comissão Especial de Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5.1 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.1.29. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.2. Prova de títulos

5.2.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos dos cargos de Professor, sendo considerado um título por categoria.

5.2.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

Especialização lato sensu desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecida pelo MEC - Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos.

Mestrado desde que tenha estreita relação com o cargo,

reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada do diploma: 08 (oito) pontos.

Doutorado desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada do diploma: 10 (dez) pontos.

5.2.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.2.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.2.5. Apresentação de títulos: Os títulos deverão ser enviados para a Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Aristiliano Ramos, 435 Praça Getúlio Vargas - Centro, CEP 89110-000 SC, através de Sedex ou AR, postados no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014, ou entregues no Protocolo da Prefeitura, no mesmo endereço, aos cuidados de Márcia Lenz dos Santos, componente da Comissão de Concurso Público.

5.2.6. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição (número do documento do boleto), nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.2.7. Não serão analisados os títulos que não apresentarem, no lado externo do envelope, as informações relacionadas no item anterior.

5.3. Prova prática

5.3.1. Os candidatos inscritos nos cargos de Encanador, ASE III - Mecânico e ASE III - Operador de Máquinas, que tiverem obtido a classificação até a ordem 30, na prova objetiva, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em data e local a ser divulgado em edital próprio.

5.3.2. Estas provas serão avaliadas através do conceito "Aprovado" e "Não Aprovado", e os critérios de avaliação que irão compor a prova terão como base os Conhecimentos Técnico-Profissionais do cargo e serão detalhados em edital de convocação que será publicado após a publicação da classificação parcial com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

5.3.3. A prova prática será avaliada por uma junta de profissionais da área e o resultado divulgado no site do www.ibam-concursos.org.br, num prazo de até 48h após o encerramento da prova prática.

5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das disciplinas da prova objetiva e dos títulos, quando houver.

6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público 001/2014.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, no horário de funcionamento do mesmo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Nível Médio:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.

b) para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Matemática;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no dia 17 de novembro, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (www.gaspar.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura de Gaspar.

8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso e (www.gaspar.sc.gov.br).

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Prefeito Municipal e publicado no Mural da Prefeitura de Gaspar e no site (www.gaspar.sc.gov.br).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados, conforme a necessidade do município, para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, através dos meios de comunicação conforme dispuser a legislação municipal em vigor.

9.2. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram.

9.3. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em

qualquer de suas fases.

9.4. Será excluído do certame o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- b) não pontuar na prova objetiva;
- c) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- d) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- e) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- f) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- g) deixar de assinar a folha de respostas.

9.5. O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário de Gaspar.

9.6. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura e demais órgãos, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura do Município.

9.7. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão a publicação de todos os atos e editais relativos ao certame.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Gaspar, após a homologação do resultado do Concurso.

9.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.10. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br), no site do Município de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura do Município de Gaspar/SC.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2. O Concurso terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Gaspar, 10 de setembro de 2014.

--	--

Comissão do Concurso Público de Gaspar

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR - SC
CONCURSO PÚBLICO

EDITAL No 001/2014

EXTRATO DE ABERTURA

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 6.062/2014, torna público o Edital de abertura do Concurso Público 001/2014, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Poder Executivo, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Leis Complementares e pelas normas estabelecidas no Edital 001/2014, e faz saber que estarão abertas as inscrições no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014.

A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público 001/2014 será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

São de competência da Prefeitura de Gaspar/SC, os respectivos procedimentos admissionais.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	
Nível Superior	Valor inscrição R\$ 80,00
Assistente Social (1); Fisioterapeuta(1); Psicólogo(1); Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 2.646,38
Bibliotecária (2); Engenheiro Civil (1); Fonoaudiólogo (Educação) (1); Nutricionista (3) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 2.569,30
Fonoaudiólogo (Saúde) (1); Terapeuta Ocupacional (1) Carga Horária: 30h	R\$ 2.151,77
Contador (1); Procurador Municipal (1) Carga Horária: 40h semanais	R\$ 5.878,38
Cirurgião Dentista (1); Médico Clínico Geral ESF(5) Carga Horária: 20h Semanais	R\$ 8.092,81
Dentista Endodontista(1); Dentista Periodontia (1); Carga Horária: 20h Semanais	R\$ 4.640,46
Enfermeiro (5); Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 3.067,87
Farmacêutico (2); Carga Horária: 30h semanais	R\$ 2.282,81
Pedagogo (2) Carga Horária: 40h semanais	R\$ 2.282,81
Médicos: Cardiologista (01); Clínico Geral (4); Dermatologista (1); Ginecologista (2); Oftalmologista (1); Ortopedista (2); Pediatra (4); Psiquiatra (2); Do Trabalho (1); Urologista (1) Carga Horária: 10h semanais.	R\$ 2.028,23
Professores: Artes (1); Ciências (1); Educação Física (1); Educação Física III (1); Educação Infantil (30); Ensino Religioso (2); Filosofia (2); Geografia (1); História (1); Inglês (1); Matemática (1); Português (1). Carga Horária: até 40h Semanais	R\$ 2.282,81
Nível Médio/Técnico	Valor inscrição R\$ 60,00
ASE I Administrativo PMG(5); ASE I Administrativo FME (1); Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.749,58
ASE II Administrativo (1) Carga Horária: 40h Semanais.	R\$ 1.465,25
Educador Social (10). Carga Horária: 40h semanais	R\$ 1.691,33
Fiscal (Obras e Posturas) (1); Técnico Agrícola (1); Técnico em Saneamento (1); Técnico em Vigilância Sanitária (2). Carga Horária: 40h semanais	R\$ 2.151,77
Operador de ETA (2); Operador de ETE (1); Carga Horária: 40h semanais	R\$ 1.554,49
Técnico em Enfermagem (6); Técnico em Higiene Dental (7) Carga Horária: 40h semanais	R\$ 1.340,90
Nível Fundamental Completo	Valor inscrição R\$ 30,00
Agente de Combate as Endemias (4); Leiturista (1) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.058,54
ASE III Administrativo (3); Auxiliar Topógrafo (1); Escriturário (3) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.340,90

Encanador (2) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.301,82
Nível Fundamental Incompleto	Valor inscrição R\$ 30,00
Agente de Serviços Gerais PMG (8); Agente de Serviços Gerais FME (2); Agente de Serviços Gerais SAMAE (2); Merendeira/Servente (10) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.058,54
ASE III Mecânico (1); ASE III Operador de Máquinas (4) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.509,19
ASE V Motorista de Caminhão (3); Motorista de Ambulância SAMU (1); Motorista PMG (1); Motorista FME (1); Motorista SAMAE (1) Carga Horária: 40h Semanais	R\$ 1.191,38

Os servidores recebem, mensalmente a título de Vale Alimentação:
Cargos de 40 horas semanais - R\$ 365,00.
Cargos de 30 horas semanais - R\$ 273,76.
Cargos de 20 horas semanais - R\$ 182,50.

As inscrições serão realizadas no período de 15/09/2014 à 14/10/2014 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br. Edital Completo: Disponível na internet, nos sites: www.ibam-concursos.org.br e www.gaspar.sc.gov.br. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 16/11/2014
Gaspar, 10/09/2014.

Comissão do Concurso Público de Gaspar

Concurso Público Edital Nº 01/2014

Escolaridade: Nível Superior

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Assistente Social; Cirurgião Dentista; Dentistas; Enfermeiro; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogos; Médicos; Nutricionista; Pedagogo; Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Bibliotecária; Contador; Engenheiro Civil e Procurador Municipal.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Professores	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Educacional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Educador Social;	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
Técnico de Enfermagem; Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância Sanitária.	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Médio

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
ASE I e II; Fiscal; Operador de ETA e ETE; Técnico Agrícola e Técnico em Saneamento.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014



CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR							
001	ASSISTENCIA SOCIAL	PMG	Diploma de Graduação em Serviço Social e registro no CRESS.	01	0	40	2.646,38
002	BIBLIOTECÁRIA	PMG	Diploma de Curso Superior, na área de Biblioteconomia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	02	0	40	2.569,30
003	CONTADOR	PMG	Diploma de graduação em Contabilidade e registro no CRC.	01	0	40	5.878,38
004	CIRURGIÃO DENTISTA - ESB	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com registro no CRO.	01	0	40	8.092,81
005	DENTISTA ENDODONTISTA	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com especialização em Endodontia e registro no CRO.	01	0	20	4.640,46
006	DENTISTA PERIODONTIA	PMG	Diploma de graduação em Odontologia com especialização em Endodontia e registro no CRO.	01	0	20	4.640,46
007	ENFERMEIRO	PMG	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN.	05	0	40	3.067,87
008	ENGENHEIRO CIVIL	PMG	Diploma de graduação em Engenharia Civil e registro no CREA.	01	0	40	2.569,30
009	FARMACÊUTICO	PMG	Portador do Diploma de Curso Superior na área de Farmácia-Bioquímica ou Farmácia, com registro no respectivo órgão competente.	02	0	30	2.282,81
010	FISIOTERAPEUTA	PMG	Diploma de graduação em Fisioterapia e registro no CREFITO.	01	0	40	2.646,38
011	FONOAUDIÓLOGO – (Saúde)	PMG	Portador do diploma de Fonoaudiólogo, com registro no respectivo órgão competente.	01	0	30	2.151,77
012	FONOAUDIÓLOGO- (Educação)	PMG	Portador do diploma de Fonoaudiólogo, com registro no respectivo órgão competente.	01	0	40	2.569,30



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
013	MÉDICO CARDIOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Cardiologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
014	MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF	PMG	Diploma de graduação em Medicina e registro no CRM.	05	0	40	8.092,81
015	MÉDICO CLÍNICO GERAL	PMG	Diploma de graduação em Medicina e registro no CRM.	04	0	10	2.028,23
016	MÉDICO DERMATOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Dermatologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
017	MÉDICO GINECOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Ginecologia e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
018	MÉDICO OFTALMOLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Oftalmologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
019	MÉDICO ORTOPEDISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Ortopedia e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
020	MÉDICO PEDIATRA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Pediatria e registro CRM.	04	0	10	2.028,23
021	MÉDICO PSQUIATRA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro CRM.	02	0	10	2.028,23
022	MÉDICO DO TRABALHO	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Medicina do Trabalho e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
023	MÉDICO UROLOGISTA	PMG	Diploma de graduação em Medicina com especialização em Urologia e registro CRM.	01	0	10	2.028,23
024	NUTRICIONISTA	PMG	Diploma de graduação em Nutrição e registro no CRN.	03	0	40	2.569,30



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
025	PEDAGOGO	PMG	Diploma de graduação em Pedagogia.	02	0	40	2.282,81
026	PROCURADOR MUNICIPAL	PMG	Diploma de graduação em Direito com registro na OAB.	01	0	40	5.878,40
027	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	PMG	Licenciatura, com registro no MEC, em Pedagogia e/ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	02	0	ATÉ 40	2.282,81
028	PROFESSOR DE ARTES	PMG	Diploma de licenciatura em Artes ou Educação Artística.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
029	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	PMG	Diploma de licenciatura em Ciências Biológicas	01	0	ATÉ 40	2.282,81
030	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PMG	Diploma de licenciatura em Educação Física e registro no CREF.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
031	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA III	FME	Diploma de licenciatura em Educação Física e registro no CREF.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
032	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	PMG	Diploma de licenciatura em Pedagogia e/ou Normal Superior com habilitação em Pré-Escolar e/ou Educação Infantil.	30	01	ATÉ 40	2.282,81
033	PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	PMG	Diploma de licenciatura em Ciências da Religião.	02	0	ATÉ 40	2.282,81
034	PROFESSOR DE FILOSOFIA	PMG	Diploma de licenciatura em Filosofia.	02	0	ATÉ 40	2.282,81
035	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	PMG	Diploma de licenciatura em Geografia.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
036	PROFESSOR DE HISTÓRIA	PMG	Diploma de licenciatura em História.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
037	PROFESSOR DE INGLÊS	PMG	Diploma de licenciatura em Letras/Língua Inglesa.	01	0	ATÉ 40	2.282,81



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
038	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	PMG	Diploma de licenciatura em Matemática.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
039	PROFESSOR DE PORTUGUÊS	PMG	Diploma de licenciatura em Letras/Língua Portuguesa.	01	0	ATÉ 40	2.282,81
040	PSICÓLOGO	PMG	Diploma de graduação em Psicologia e registro no CRP.	01	0	40	2.646,38
041	TERAPEUTA OCUPACIONAL	PMG	Diploma de Terapeuta Ocupacional, com Registro no respectivo órgão competente.	01	0	30	2.151,77
NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO							
042	ASE I - Administrativo	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	05	0	40	1.749,58
043	ASE I - Administrativo	FME	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	1.749,58
044	ASE II - Administrativo	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	1.465,25
045	EDUCADOR SOCIAL	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	10	0	40	1.691,33
046	FISCAL (Obras e Posturas)	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	0	40	2.151,77
047	OPERADOR DE ETA	SAMAE	Diploma de conclusão do Ensino Médio	02	0	40	1.554,49
048	OPERADOR DE ETE	SAMAE	Diploma de conclusão do Ensino Médio	01	0	40	1.554,49
049	TÉCNICO AGRÍCOLA	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Agropecuária, com diploma registrado no órgão competente.	01	0	40	2.151,77
050	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio, curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN.	06	0	40	1.340,90



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
051	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Higiene Dental e registro no CRO.	07	0	40	1.340,90
052	TÉCNICO EM SANEAMENTO	SAMAE	Diploma de conclusão do Ensino Médio e Técnico na área ambiental ou graduação completa ou em andamento na área ambiental e Carteira Nacional de Habilitação, categoria A/B.	01	0	40	2.151,77
053	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	PMG	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Vigilância Sanitária.	02	0	40	2.151,77
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO							
054	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	PMG	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	04	0	40	1.058,53
055	ASE III - Administrativo	PMG	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	03	0	40	1.340,90
056	AUXILIAR DE TOPOGRAFO	PMG	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	01	0	40	1.340,90
057	ENCANADOR	SAMAE	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	02	0	40	1.301,82
058	ESCRITURÁRIO	PMG	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	03	0	40	1.340,90
059	LEITURISTA	SAMAE	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação, categoria A/B.	01	0	40	1.058,54
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO							
060	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	PMG	Saber ler e escrever.	08	0	40	1.058,54



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

CÓDIGO	CARGO	ORGÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
061	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	FME	Saber ler e escrever.	02	0	40	1.058,54
062	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SAMAE	Saber ler e escrever.	02	0	40	1.058,54
063	ASE III - MECÂNICO	PMG	Saber ler e escrever.	01	0	40	1.509,19
064	ASE III – OPERADOR DE MAQUINAS	PMG	Saber ler e escrever e CNH “C”.	04	0	40	1.509,19
065	ASE V - MOTORISTA CAMINHÃO	PMG	Saber ler e escrever e CNH “C”.	03	0	40	1.191,38
066	MERENDEIRA/ SERVENTE	PMG	Saber ler e escrever.	10	0	40	1.058,54
067	MOTORISTA AMBULÂNCIA (SAMU)	PMG	Saber ler e escrever e CNH “D”.	01	0	40	1.191,38
068	MOTORISTA (Secretaria de Educação)	PMG	Saber ler e escrever, apresentar certificado de curso de Transporte Escolar e CNH “D”.	01	0	40	1.191,38
069	MOTORISTA	FME	Saber ler e escrever e CNH “D”.	01	0	40	1.191,38
070	MOTORISTA	SAMAE	Saber ler e escrever e CNH “E”.	01	0	40	1.191,38

Os servidores recebem, mensalmente a título de Vale Alimentação:

Cargos de 40 horas semanais – R\$ 365,00.

Cargos de 30 horas semanais – R\$ 273,76.

Cargos de 20 horas semanais – R\$ 182,50.

LEGENDA:

ASE – AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

PMG- PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

FME- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE

GASPAR



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014



DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL - Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas e exercer as atribuições inerentes ao serviço social público conforme preconiza a legislação.

BIBLIOTECÁRIA - Organizar o acervo da biblioteca e atividades culturais e de extensão, fazendo contatos com profissionais para atividades de incentivo à leitura, elaborando programas culturais em conjunto com a comunidade, auxiliando na realização de feiras de livros, eventos literários, entre outros, conforme normas e procedimentos preestabelecidos pelo superior, de modo a estimular hábitos de leitura e pesquisa na população.

CONTADOR - Realizar todas as atividades inerentes à execução de serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatas estabelecidas pela legislação.

CIRURGIÃO DENTISTA ESB- Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista, realizando exames clínicos, radiológicos, diagnósticos e prognósticos, tratamento curativo, prescrições de remédios, encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional, em acordo com o seu nível de formação e legislação vigente; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; supervisionar o trabalho desenvolvido pelo ACD.

DENTISTA ENDODONTISTA/ PERIODONTISTA - Realizar o tratamento integral, no âmbito da especialidade, para a população adstrita; realizar atendimentos ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua especialidade e/ou competência; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

ENFERMEIRO - Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio do sofrimento e promoção do ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem, tudo de acordo com as normas legais vigentes à sua atribuição funcional.

ENGENHEIRO CIVIL - Elaborar e executar projetos de engenharia relativos a edificações, organização de infraestrutura, rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras e serviços de engenharia, assegurar os padrões técnicos exigidos de acordo com a legislação vigente.

FARMACEUTICO – Executar atividade que envolva manipulação, controle, registro, requisição e análise de medicamentos, drogas e matéria prima de uso farmacêutico.

FISIOTERAPEUTA - Executar atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referente a trabalhos relativos à utilização de métodos e técnicas fisioterápicas, para reabilitação física do indivíduo.

FONOAUDIÓLOGO– Identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo treinamento fonético, auditivo, de diction, impostação de voz e outros para possibilitar aperfeiçoamento e o/ou reabilitação da fala.



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

MÉDICO - Executar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, procedimentos, cirúrgicos, interpretação de exames e laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica, conforme técnicas e metodologia de atendimento e organização do sistema médico-hospitalar, atuando na clínica geral e ou sua área de especialização, e desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde humana.

NUTRICIONISTA - Planejar e executar serviços ou programas de nutrição e de alimentação em estabelecimentos do Município, prestando assistência nutricional a indivíduos e coletividade mediante planejamento, organização e administração nutricional e alimentar, zelando pelo controle e qualidade nutricional, controle higiênico-sanitário, organização de programas de educação nutricional, tudo de acordo com a legislação vigente, regras, procedimentos e normas da atribuição funcional; Atender ao disposto no artigo 3º da Resolução CFN Nº 465/2010.

PEDAGOGO - Planejar, coordenar, orientar e acompanhar programas e projetos sócio-assistenciais e de Educação Popular.

PROCURADOR MUNICIPAL - Representar o Município em juízo ou fora dele, independentemente de outorga de procuração, nas ações em que este for autor, réu, assistente, oponente ou interveniente; detendo plenos poderes para praticar todos os atos processuais, podendo ainda confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

PROFESSOR - Reger classes da Educação Básica, em sua área de habilitação específica.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA III – Realizar trabalhos pedagógicos em projetos especiais na área de Educação Física.

PSICÓLOGO - Planejar, desenvolver, executar, interpretar, elaborar, orientar, analisar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais a partir das necessidades e clientelas identificadas entre os beneficiários e comunidade; fazendo-o por intermédio de técnicas psicológicas aplicadas nas áreas de atuação, de acordo com a metodologia, as técnicas e as normas aceitáveis em sua área profissional.

TERAPEUTA OCUPACIONAL - Executar atendimento ambulatorial, de admissão e de revisão; realizar avaliação físico-funcional de pacientes; realizar análise da atividade como recurso terapêutico; definir objetivos de programas de tratamento; executar programas de atividades compatíveis com o quadro clínico do paciente; avaliar a evolução de tratamento de pacientes; orientar pacientes e familiares quanto ao programa de tratamento; solicitar e acompanhar confecção de equipamentos de reabilitação; treinar pacientes para uso de equipamentos de reabilitação.

NIVEL MÉDIO

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS II - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

EDUCADOR SOCIAL - Executar atividades de apoio aos programas sociais na condução de grupos de crianças, jovens e adultos na perspectiva pedagógica da Educação Popular.

FISCAL – Atividade de fiscalização sob orientação, do cumprimento das leis e posturas municipais que regulam a construção de edificações, parcelamento do solo, loteamentos, pavimentação e obras públicas e privadas, bem como a fiscalização inerente ao meio ambiente, em acordo com a legislação inerente.

OPERADOR ETA - Executar serviços relacionados com a operação das estações de tratamento de água e de sistemas de recalque de água; Operar equipamentos e dosadores de ETA; Verificar o funcionamento dos equipamentos da ETA, comunicando à chefia imediata as ocorrências que não consiga resolver; Controlar estoques, bem como conferir qualidade e quantidade de produtos químicos entregues pelos fornecedores da ETA; Realizar análises físico-químicas e biológicas de controle operacional das estações de tratamento de água; Substituir o material filtrante, nas épocas apropriadas e quando exigido; Fazer a limpeza dos equipamentos e da própria ETA; Preencher os relatórios diários de operação da ETA; Observar e atender as legislações pertinentes; Manobrar registros e válvulas; Promover a lavagem de filtros, decantadores, floculadores e calhas em geral; Providenciar o descarregamento de produtos químicos; Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas, turnos e de Estações de Tratamento, elaborado pelo seu chefe imediato, cumprindo as demais obrigações do cargo, bem como fazer uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR ETE - Operar as instalações de estação de tratamento de esgoto, abrindo válvulas e regulando e acionando conjunto motobombas, de acordo com as normas preestabelecidas. Controlar o correto funcionamento das instalações de ETE, verificando o funcionamento de equipamentos eletromecânicos do sistema de tratamento de esgoto, lendo pressão, vazão, temperatura, tensão e outros, para tomar providências se necessário e registrar os valores encontrados, permitindo a determinação de vários fatores. Efetuar a manutenção dos equipamentos, limpando depósitos e tanques ETE, cisternas, bombas, de acordo com as programações preestabelecidas e ou necessidades decorrentes de chuvas, vazamentos, avarias no sistema de captação, bem como substituindo mangueiras, limpando peneiras, entre outros, lubrificando os elementos das máquinas, executando pequenos reparos e regulagens, bem como o correto estado de funcionamento das estações. Controlar os estoques de produtos químicos ou de higiene, solicitando sua reposição quando necessário, para evitar interrupção no tratamento e na limpeza do local. Preparar informes e documentos em assuntos de Tratamento Esgoto Sanitário, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros. Elaborar pareceres, informes e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda, e a critério de seus superiores.

TÉCNICO AGRÍCOLA - Controlar as atividades das máquinas agrícolas. Realizar visitas às propriedades onde os serviços serão prestados. Orientar os tratoristas. Distribuir o serviço por região. Acompanhar a realização das atividades. Transportar óleo diesel para abastecimento das máquinas. Auxiliar o médico veterinário nas atividades de inseminação artificial, atendimento aos animais, serviços de castração, realizar a vacinação de animais, auxiliar na contenção de animais submetidos a procedimentos veterinários.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Executar e orientar o trabalho técnico de assistência de enfermagem a pacientes e prestar atendimento básico de enfermagem (pré e pós consulta), vacinas, injeção, curativo, hidratação, instrumentação; entrega de medicamentos, coleta de exame laboratorial, etc; junto à unidade em que serve (postos, enfermarias, etc.) conforme regulamentação profissional e legislação vigente.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - Executar rotinas clínicas simplificadas caracterizadas como rotinas iniciais, finais e auxiliares pertinentes às atribuições do Técnico em Higiene Dental, executando-as sob supervisão do cirurgião dentista e ou odontólogo de acordo com as normas vigentes à sua atribuição funcional.

TÉCNICO EM SANEAMENTO - Orientar e controlar a execução técnica dos projetos de saneamento, acompanhando os trabalhos de tratamento e abastecimento de água, rede e estações de tratamento de esgoto, coleta, tratamento e destino final de resíduos sólidos, garantindo a observância dos prazos, normas e especificações técnicas estabelecidas, sob a direção de um profissional de nível superior. Executar esboços e desenhos técnicos atinentes a sua especialização, baseando-se em plantas e



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

especificações técnicas, utilizando instrumentos adequados de desenho, visando orientar os trabalhos de execução e manutenção das obras de saneamento. Realizar análises físico-químicas e bacteriológicas em amostras de água e esgotos coletadas em diversos pontos do Município, tais como estações elevatórias e de tratamento, reservatórios, redes de distribuição, ramais e instalações prediais, redes coletoras, entre outros, a fim de determinar diversos parâmetros de controle de qualidade e identificar quaisquer irregularidades existentes no sistema. Estudar os sistemas de geoprocessamento e outros instrumentos de apoio para conhecimento do sistema de abastecimento de água, a fim de identificar os problemas operacionais e funcionais. Preparar estimativas de quantidades de materiais e mão-de-obra, bem como calcular os respectivos custos, a fim de fornecer dados necessários à elaboração de propostas de execução de obras, utilizando planilhas eletrônicas. Fornecer dados realizando pesquisas hidráulicas em escritório e em campo, cálculos de vazões e pressões em planilhas eletrônicas e medições de parâmetros hidráulicos e caracterização de perfis de consumo com análise de indicadores de pesquisa para controle de vazamentos ocultos ou consumos irregulares, por meio de instrumentação eletrônica ou mecânica específica, auxiliando na elaboração de gráficos representativos dos resultados das medições obtidas em campo. Realizar pesquisas no sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos necessários ao desenvolvimento de projetos de engenharia, bem como manter atualizados e analisados os dados e informações que compõem a pesquisa de controle de perdas. Supervisionar ou instalar equipamentos necessários para os testes hidráulicos em redes de água e coleta de esgoto, bem como realizar ou supervisionar a realização de coletas de água e esgoto para exames bacteriológicos. Orientar a execução das diversas técnicas de tratamento de água e esgoto bem como acompanhar e fiscalizar obras executadas por terceiros, verificando a observância das especificações de qualidade e segurança. Contribuir com o bem estar da população participando de ações de saneamento comunitário e de controle de poluição ambiental. Ministar treinamento e/ou palestra quanto ao manuseio correto dos equipamentos e do material químico utilizado nas tarefas, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Zelar pela manutenção, limpeza e guarda dos equipamentos e materiais que utiliza. Seguir procedimentos e normas de segurança, utilizar os equipamentos de proteção individual. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Exercer a fiscalização e orientação em estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, comércio ambulante de alimentos, empresas de transportes de alimentos, salões de beleza, comércio e indústria de saneantes e domissaniantes (produtos de higiene e limpeza de uso doméstico) e demais estabelecimentos de atenção à saúde. Fiscalizar rede odontológica e clínicas médicas com procedimentos evasivos. Coletar materiais para análise. Investigar casos de intoxicação alimentar. Atender e verificar procedência de denúncias referentes e despejos irregulares de dejetos e águas residuais, terrenos baldios mal conservados. Promover os registros necessários ao controle das atividades.

NÍVEL FUNDAMENTAL

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS por intermédio de ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - Executar serviços de apoio na área de administração. Atender a comunidade em geral, fornecendo e recebendo informação de sua área de competência. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparar relatórios e planilhas. Executar serviços gerais de escritório. Enviar requisições de necessidades de materiais. Efetuar atendimento a comunidade em Geral. Realizar lançamento de dados em sistemas de informação.

AUXILIAR DE TOPÓGRAFO – Auxiliar o topógrafo nas medições de terras; carregar instrumentos de medição; segurar o bastão para o direcionamento de linha; realizar o piqueteamento de áreas.



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

ENCANADOR - Executar assentamentos de tubos, manilhas, peças e conexões; Executar e reparar ramais domiciliares de água e esgoto; Realizar descargas em ponta de rede; Corrigir vazamentos em redes de água e desobstruir as redes de esgoto; Fazer ligações de água e esgoto, instalar, reparar e substituir hidrômetros e padrões de medição; Abrir e recompor valas, e executar o rompimento de vias públicas, calçadas e muros para efetuar as ligações de água ou mudança das mesmas, bem como operar os equipamentos e utensílios necessários para a execução dos serviços inerentes; Executar o corte e a religação de água, bem como providenciar a mudança de cavaletes e/ou de ligações de água e esgoto; Proceder a testes para detecção e localização de vazamentos domiciliares e em redes; Prestar serviços de geofonamento, operando os equipamentos e utensílios necessários para a execução de tais serviços inerentes, inclusive máquina cortadora/removedora de asfalto; Promover a limpeza e manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com critérios da autarquia; Auxiliar o Calçeteiro na recomposição ou pavimentação de vias públicas, especialmente nos trechos de asfalto; Participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado, bem como fazer uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Orientar e/ou executar abertura, dimensionamento, escoramento e sinalização de valas; Executar outras tarefas correlatas.

ESCRITURÁRIO - Realizar atendimentos a funcionários da prefeitura e público em geral. Digitar dados em microcomputador. Arquivar documentos. Efetuar cadastros diversos. Preencher documentos. Realizar cálculos. Organizar documentos e arquivos. Realizar outras atividades correlatas.

LEITURISTA - Realizar a medição do consumo mensal para efeito de faturamento; Proceder à anotação dos casos fortuitos que provoquem evasão de receitas; dos casos que necessitem intervenção do SAMAE para regularização de situações que ocasionem faturamento pela média de consumo; de informações para atualização cadastral; de casos que necessitem manutenção ou substituição de medidor, e, de anormalidades e outras informações conforme dispuser em regulamento ou convênios celebrados; III- Realizar a entrega de faturas, avisos, impressos e outros documentos de interesse do SAMAE, bem como prestar esclarecimentos aos usuários quando solicitado ou encaminhá-los ao setor competente; Auxiliar ao Encarregado na execução de serviços internos ou externos, quando solicitado; Submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado, bem como ao uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; Notificar o consumidor cadastrado em dívida ativa, emitir e entregar as faturas do resíduo (lixo); Orientar aos consumidores sobre os vazamentos; Zelar pelos veículos, motocicletas e equipamentos de trabalho, manter o ambiente de trabalho limpo e organizado, efetuar a localização de ligações novas, Anotar e encaminhar ao departamento de faturamento para emissão de ordem de serviços as verificações de economias e hidrômetros sem lacre; Executar outras tarefas correlatas.

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - Prestar serviços de limpeza e serviços gerais inerentes à sua área de atuação, fazendo-o nas dependências dos prédios públicos e de acordo com as demandas profissionais correlatas à sua área de atuação, mantendo higiene, boa organização, conservação e limpeza de ambientes.

ASE III - MECÂNICO - Reparar e substituir peças desgastadas e/ou defeituosas, executando consertos em veículos leves ou não, compressores e/ou veículos de maior porte desde que sua especialização assim o autorize, visando obter melhor rendimento e prolongamento da vida útil do patrimônio municipal. Zelar pelo patrimônio e cumprir ordens emanadas de seus superiores hierárquicos.

ASE III – OPERADOR DE MÁQUINAS - Operar equipamento de terraplenagem, carregando caminhões com terra, areia e outros materiais, nivelando estradas, abrindo valas. Operar trator de esteira, arando, gradeando, rotativando, preparando a terra para o plantio de arroz irrigado e ou outras culturas em terra seca. Regularizar os terrenos e vias públicas Aplicar calcário. Operar outras máquinas conforme necessidade da secretaria Realizar pequenos serviços de manutenção nos equipamentos. Verificar diariamente as condições da máquina.

ASE VI - MOTORISTA CAMINHÃO - Conduzir veículos, especialmente os de grande porte, observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.



PREFEITURA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2014

MERENDEIRA/SERVENTE - Executar serviços de limpeza e serviços gerais nas dependências de prédios públicos; Executar atividades de preparo de alimentos, manipulação de alimentos, preparação de receitas com fórmulas alimentares pré-estabelecidas e demais atividades inerentes à função, de acordo com os padrões de higiene exigidos, em conformidade com a legislação vigente.

MOTORISTA AMBULÂNCIA - Conduzir veículos para transporte de pacientes e servidores da saúde, observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.

MOTORISTA - Dirigir e/ou conduzir veículos rodoviários observando as instruções gerais de segurança de tráfego rodoviário.

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº01/2014

**Anexo II****DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS****Escolaridade: Nível Superior**

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Assistente Social; Cirurgião Dentista; Dentistas; Enfermeiro; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogos; Médicos; Nutricionista; Pedagogo; Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Bibliotecária; Contador; Engenheiro Civil e Procurador Municipal.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Professores	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Educacional	10	10	50
	Português.	10	10	50



PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº01/2014
Anexo II
DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS

Escolaridade: Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Educador Social; Técnico de Enfermagem; Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância Sanitária.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Médio

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
ASE I e II; Fiscal; Operador de ETA e ETE; Técnico Agrícola e Técnico em Saneamento.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO 01/2014
Anexo III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

➤ **NÍVEL SUPERIOR**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Bibliotecário, Contador, Engenheiro Civil e Procurador Municipal.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Estatuto dos Servidores Públicos de Gaspar.

Legislação Educacional para os cargos de Professores.

Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Programa de Combate ao *Bullying*.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Assistente Social, Dentistas, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médicos, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

➤ **NÍVEL SUPERIOR**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

ASSISTENTE SOCIAL

Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Questão Social. Controle Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei nº. 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -

NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS nº. 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Lei nº. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - [Decreto nº 6.135/07](#). NOB RH SUAS/2006. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03. Lei Complementar (municipal) Nº 308/2000 e suas alterações.

BIBLIOTECÁRIO

1. Planejamento e Organização de bibliotecas; 2. Seleção e aquisição de material; 3. Catalogação e classificação de material; 4. Redes e sistemas de informação; 5. Profissionais de informação; 6. Serviço de referência e informação; 7. Sociedade da informação; 8. Informática na biblioteca.

CONTADOR

Contabilidade Geral: objetivo e finalidade. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Regulamento de Imposto de Renda – Decreto Lei nº 1.041/94. **Contabilidade Pública:** conceito, campo de aplicação. A função da contabilidade na Administração Pública. Sistemas da contabilidade pública: objetivo e classificação. Sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial de compensação e de custos. Demonstrações contábeis de entidades governamentais (Lei nº 4.320/64). Balanços: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal: regulamentação e composição segundo a Lei Complementar nº 101/2000 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Exercício financeiro: definição. Regime contábil: classificação. Regime de caixa e de competência. Regime contábil brasileiro: reconhecimento das receitas e despesas públicas. Aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade da área pública. Receita Pública: conceito. Controle da execução da receita orçamentária: contabilização dos estágios de realização da receita orçamentária. Receita extraorçamentária: definição, casos de receita extraorçamentária e contabilização. Dívida Ativa: conceito, classificação, apuração, inscrição e cobrança. Contabilização. Despesa Pública: Conceito. Controle da execução da despesa orçamentária: contabilização dos estágios de realização da despesa orçamentária. Despesa extraorçamentária: definição, casos de despesa extraorçamentária de gestão dos recursos financeiros. Gestão por caixa único. Gestão por fundos especiais regulamentados. Adiantamentos: conceito e contabilização. Planejamento Governamental: Conceito de Planejamento. Plano de Governo: conceito, estrutura atual do sistema orçamentário brasileiro. Base legal do planejamento governamental. Sistema Orçamentário Brasileiro. Plano Plurianual: conceito, objetivo e conteúdo. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceito, objetivo e conteúdo. Metas Fiscais e Riscos Fiscais. Lei de Orçamento Anual: conceito de Orçamento Público. Princípios orçamentários. Aspectos político, jurídico, econômico e financeiro do Orçamento. Conteúdo do Orçamento-Programa: quadros que o integram e acompanham, conforme a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000. Classificações Orçamentárias. Classificação da receita por categorias econômicas. A classificação da receita orçamentária. Classificação da despesa. Classificação institucional. Classificação funcional-programática. Classificação econômica. A classificação da despesa conforme a Lei nº 4.320/64, a Portaria MOG nº 42/99 e a Portaria Interministerial nº 163/2001 (consolidada e atualizada). Processo Orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária: conteúdo, forma e competência. Discussão, votação e aprovação: encaminhamento da proposta ao Poder Legislativo. Emendas, vetos e rejeição à proposta orçamentária. Aprovação da Lei de Orçamento. Execução orçamentária da receita: programação financeira, lançamento, arrecadação e recolhimento. Conceitos. Execução orçamentária da despesa: programação financeira, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Os créditos adicionais ao orçamento: classificação e recursos para sua abertura. Direito Administrativo. Contrato administrativo: conceito, tipos e cláusulas essenciais. Regime Jurídico da Licitação: conceito, finalidade e modalidades de licitação. Serviços e obras públicas: conceito e formas de execução. Bens públicos: conceito e classificação dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Limites Constitucionais de Despesas. Limites percentuais dos gastos do Poder Legislativo Municipal. (Constituição Federal de 1988, atualizada e Emendas Constitucionais nº 01/1992, 25/2000 e 58/2009). LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal: principais conceitos, pontos de controle e índices aplicáveis a esfera de governo municipal, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público previstos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Os crimes praticados contra as finanças públicas (Lei Federal nº 10.028/00). 5ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) Editado pela Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº 437/12 e Portaria Conjunta nº 02/12, e Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Portaria STN – Secretaria do Tesouro Nacional nº 637/12. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Decisão Normativa TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina n. 06/2008 com alterações pela Decisão Normativa TCE/SC nº 011/2013. Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina relativas ao Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge).

CIRURGIÃO DENTISTA CIRURGIÃO - ESB

Específico: 1. Epidemiologia em saúde bucal: princípios e dados do relatório do Projeto SB Brasil; 2. Políticas de Saúde Bucal: Brasil Sorridente – Política Nacional de Saúde Bucal; 3. Saúde bucal coletiva: Cariologia– Aplicações Clínicas, prevenção; 4. Dentística restauradora: Técnicas e materiais restauradores: amálgama, resina composta e ionômero de vidro – propriedades e indicações; 5. Endodontia: Diagnóstico e tratamento das alterações pulpares; 6. Periodontia: periodonto, exame periodontal, anatomia e noções clínicas; 7. Cirurgia: exodontia – técnicas. **Saúde Pública:** Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

DENTISTA – ENDODONTISTA

Específico: Abertura coronária. Acidentes e complicações em endodontia. Alterações inflamatórias Pulpares e Periapicais. Anamnese. Anatomia dental, das cavidades pulpares, dos canais radiculares e suas implicações no tratamento endodôntico. Anestesiologia. Autotransplante Dental. Bio, necro e retratamento. Bioética e ética na odontologia. Ergonomia. Cirurgia de Acesso. Cirurgia Parendodôntica. Como minimizar riscos no tratamento endodôntico. Controle de infecção, biossegurança na clínica, destino de materiais infectantes. Dentes com Abscesso Recorrente. Emergência em odontologia. Epidemiologia em saúde bucal. Etiopatogenia, diagnóstico e tratamento dos problemas endodônticos e periodontais de interesse comum. Exame clínico e complementar. Farmacologia e terapêutica sistêmica aplicada a lesões dental e dento alveolar. Ficha Clínica. Fisiologia dos tecidos pulpar e periapical. Instrumentação dos canais radiculares. Instrumentais e materiais endodônticos. Interrelações da Endodontia no atendimento odontológico integral à saúde individual. Irrigação dos canais radiculares. Isolamento absoluto. Lesões endo-perio. Medicação Intracanal. Microbiologia e Microscopia Endodôntica. Obturação do sistema de canais radiculares. Odontometria. Orientação pré e pós-operatória. Preparo do canal radicular. Radiologia aplicada à endodontia. Retratamento Endodôntico. Soluções irrigantes. Tratamentos endodônticos, de perfurações. Traumatismo dental e dento alveolar. Urgência e emergência em endodontia. **Saúde Pública:** Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

DENTISTA – PERIODONTISTA

Específico: Anatomia do Periodonto. Classificação das Doenças Periodontais. Epidemiologia das Doenças Gengivais e Periodontais. Etiopatogenia das Doenças Gengivais e Periodontais. Microbiologia e Imunologia da Doença Periodontal. Interações entre Parasita e Hospedeiro na Doença Periodontal. Fatores Genéticos Associados à Doença Periodontal. Placa e Cálculo Dental e Fatores Predisponentes. Influência das Doenças Sistêmicas no Periodonto. Influência das Doenças Periodontais nas Alterações Sistêmicas. Tabagismo e Doença Periodontal Patologia Periodontal. Doença Gengival: Mecanismos de Defesa; Inflamação Gengival; Características Clínicas da Gengivite; Aumento Gengival; Infecções Gengivais Agudas; Doença Gengival na Infância; Gengivite Escamativa. Doença Periodontal: Bolsa Periodontal; Perda Óssea e Padrões de Destruição Óssea; Desordens do Sistema Mastigatório; Periodontite Crônica; Periodontite Ulcerativa Necrosante; Periodontite Refratária; Periodontite como Manifestação de Doenças Sistêmicas; Periodontite Agressiva. Tratamento da Doença Periodontal: Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Tratamento; Diagnóstico Clínico e radiográfico da Doença Periodontal; Determinação do Prognóstico Instrumentos e instrumentação em periodontia: Instrumentação Manual; Instrumentação Sônica e Ultra-sônica; Irrigação. Tratamento periodontal básico: Raspagem e Alisamento Radicular; Controle Químico e mecânico de placa; Terapia Oclusal. Terapia Cirúrgica Periodontal: Princípios Gerais da Cirurgia Periodontal; Curetagem Gengival; Gengivectomia; Tratamento do Aumento Gengival; Retalho Periodontal para Terapia da Bolsa; Cirurgia Óssea Ressectiva. Terapia Periodontal Regenerativa: Cirurgia Óssea Regenerativa; Tratamento de Dentes com Envolvimento de Furca. Terapia Mucogengival: Cirurgia Plástica Periodontal. Tratamento Periodontal de Suporte. **Saúde Pública:** Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

ENFERMEIRO

Lei orgânica de saúde. Sistema Único de Saúde. Constituição Federal. Princípios, Diretrizes, Regulamentação, Gestão e Organização do Sistema Único de Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de

promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Diretrizes operacionais: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis (DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial.

ENGENHEIRO CIVIL

1. Drenagem Urbana: Determinação de vazão de projeto para os sistemas de drenagem como: sarjetas, galerias de águas pluviais e bueiros; 2. Topografia e Sistema de Informação Geográfica: planimetria, altimetria, equipamentos, cartografia digital, softwares; 3. Sistemas de Abastecimento de Água: tratamento, sistema de distribuição, manutenção de redes; 4. Sistemas de Esgotamento Sanitário: tratamento, sistema de coleta, manutenção de redes; 5. Resíduos Sólidos: noções de resíduos sólidos, quanto à origem e classificação, formas de tratamento: reciclagem, aterro sanitário e compostagem; 6. Serviços de limpeza urbana: varrição e capina de vias públicas, acondicionamento e transporte de resíduos; 7. Pavimentação urbana: projeto, estrutura, sinalização; 8. Prestação de assistência técnico/gerencial à administração pública; 09. Emissão de laudos e pareceres; 10. Fiscalização e responsabilização de obras em andamento; 11. Termos de referências para contratação de serviços, projetos e equipamentos; 12. Análise de projetos; 13. Qualidade e Eficiência no serviço Público; 14. Segurança do Trabalho: CIPA, normas regulamentadoras, Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho SESMT.

FARMACEUTICO

Políticas de medicamentos e Sistema Único de Saúde; Assistência Farmacêutica; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Seguimento Farmacoterapêutico de Paciente; Medicamentos como insumos de saúde; Serviços Farmacêuticos; Interpretação de exames clínicos laboratoriais; Farmacoepidemiologia; Farmacovigilância; Estudo de Utilização de Medicamentos; Farmacoeconomia; Uso Racional de Medicamentos; Pesquisa Clínica; Farmacoterapia Baseada em Evidências; Farmacologia Geral e Clínica; Farmacocinética e Farmacodinâmica; Agentes Farmacêuticos e medicinais; Receptores e mecanismos de ação; Classes Toxicidade, efeitos adversos e interações; Educação Sanitária; Assistência Domiciliar; Formas Farmacêuticas Estéreis e Não Estéreis; Cálculo Farmacêutico; Biossegurança e Gestão Ambiental de Resíduos nos Serviços de Saúde; Código de Ética da profissão; Leis, Decretos, RDCs, Portarias, Resoluções, Normatizações e Códigos relacionados ao desenvolvimento da Farmácia; Regulação de medicamentos; Componente básico e especializado da Assistência Farmacêutica; Microbiologia, Imunologia, Bioquímica, Micologia, Hematologia e Citologia; Fisiopatologia; Química Farmacêutica; Farmacotécnica; Fitoterapia; Homeopatia.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

FONOAUDIÓLOGOS

Ética e Legislação Profissional. Noções de Biossegurança. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem oral e escrita. Linguagem e Psiquismo. Alterações Específicas do Desenvolvimento da Linguagem oral: diagnóstico e intervenção. Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Atuação fonoaudiológica nas alterações de fala. Distúrbios Fonológicos: diagnóstico e intervenção. Atuação fonoaudiológica nos quadros afásicos. Linguagem nos processos de envelhecimento. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita. Etapas de aquisição da linguagem escrita. Distúrbios de aprendizagem e Dislexia. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbios Psiquiátricos. Sistema Fonatório/O Processo Vocal Básico. Avaliação de Voz Clínica. Tratamento em Voz Clínica. Voz e Disfonia nos Ciclos de Vida: da Infância à Senescência. Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Voz. Características vocais e terapia de voz para indivíduos com surdez. Atuação fonoaudiológica nas funções orofaciais. Atuação fonoaudiológica nas disfunções da articulação temporomandibular. Atuação Fonoaudiológica na Fissura Labiopalatina. Aleitamento materno. Distúrbios de deglutição. Atuação fonoaudiológica em disfagia orofaríngea neurogênica. Atuação fonoaudiológica: ação em disfagia orofaríngea mecânica. Audiologia: Desenvolvimento da audição. Avaliação audiológica completa. Triagem auditiva neonatal e acompanhamento do desenvolvimento da audição. Processamento Auditivo Central.

MÉDICO – CARDIOLOGISTA - PMB

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Cardiologia preventiva. Insuficiência coronariana aguda e crônica. Hipertensão arterial. Insuficiência cardíaca. Lesões orovalvulares. Arritmias cardíacas. Miocardiopatias e pericardiopatias. Endocardite Infecciosa. Dislipidemias. Prevenção das doenças cardiovasculares. Farmacoterapia em cardiologia.

MÉDICO – CLÍNICO GERAL ESF

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** 1. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. 2. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. 3. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. 4. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. 5. Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura. 6. Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice. 7. Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária. 8. Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários. 9. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples. 10. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. 11. Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar. 12. Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade. 13. Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. 14. Gerenciamento de serviços de saúde. 15. Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde. 16. Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contra-referências. 17. Estudos de prevalência e incidência de morbi-mortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade. 18. Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. 19. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde.

MÉDICO – CLÍNICO GERAL

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específicos:** Hipertensão Arterial; Arritmias cardíacas; Doenças coronarianas; Embolia pulmonar; Asma brônquica; Hemorragia digestiva; Úlceras e gastrites; Hepatites; Obstrução intestinal; Isquemia mesentérica; Pancreatites; Diarréias; Parasitoses; Doenças inflamatórias intestinais; Anemias; Neoplasias malignas mais prevalentes; cefaléias e enxaquecas; Convulsões; Acidente vascular encefálico; Infecção urinária; Cólica renal; Infecção das vias aéreas superiores; Pneumonia adquirida na Comunidade; Diabetes tipo I e Tipo II; Obesidade; Artrites; Lombalgia; AIDS; Síndrome Gripal e Doença Respiratória Aguda Grave; Dengue; Tabagismo; Etilismo.

MÉDICO – DERMATOLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Biologia e desenvolvimento da pele. Dermatoses eritemato-descamativas. Dermatoses eritemato-papulosas. Dermatoses eczematosas. Dermatoses vesíco-bolhosas. Pustulosos. Doenças dos anexos cutâneos. Doenças do colágeno, hipoderme, cartilagem e vasos. Infecções e Infestações. Dermatoses por noxas químicas, físicas e mecânicas. Inflamações e granulomas não-infecciosos. Dermatoses metabólicas. Reações às drogas. Afecções psicogênicas. Dermatoses nos imunodeficientes. Distúrbios pigmentares. Tumores cutâneos benignos e malignos. Genodermatoses. Paraneoplasias. Manifestações cutâneas de doenças sistêmicas. Cirurgia dermatológica.

MÉDICO – GINECOLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Anatomia, embriologia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Estados intersexuais. Ginecologia infanto-puberal. Doenças sexualmente transmissíveis. Vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. Dismenorréia. Síndrome pré-menstrual. Hemorragia uterina disfuncional. Amenorréias. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Incontinência urinária. Infertilidade conjugal. Endometriose. Métodos contraceptivos. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo e do corpo uterino. Miomatose uterina. Doenças da vulva. Síndrome dos ovários policísticos. Câncer do colo do útero. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdômen agudo em ginecologia. Cirurgias ginecológicas e suas complicações. Obstetrícia. Fisiologia e endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal. Assistência pré-natal e propedêutica da gestação. Estudo das doenças intercorrentes do ciclo gravídico. Gestação de alto risco. Medicina fetal. Deslocamento prematuro de placenta. Inserção viciosa placentária. Abortamento. Prematuridade. Gravidez pós-termo. Doenças hipertensivas do ciclo gravídico-puerperal. Rotura prematura de membranas. Crescimento intra-uterino restrito. Diabetes Mellitus e gestação. Infecções pré-natais. Prenhez ectópica. Gemelaridade. Parto e puerpério: estudo e assistência. Sofrimento fetal agudo. Doença hemolítica Peri natal. Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da gestação e do puerpério.

MÉDICO – OFTALMOLOGISTA

Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. **Conhecimentos básicos de Medicina:** Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Embriologia ocular. Anatomia, fisiologia e patologia da órbita. Anatomia, fisiologia e patologia das pálpebras. Anatomia, fisiologia e patologia das vias lacrimais. Anatomia, fisiologia e patologia da musculatura extrínseca. Estrabismo. Anatomia, fisiologia e patologia da conjuntiva. Anatomia, fisiologia e patologia da esclera. Anatomia, fisiologia e patologia da córnea. Anatomia, fisiologia e patologia da uvea. Anatomia, fisiologia e patologia do cristalino. Anatomia, fisiologia e patologia de retina. Anatomia, fisiologia e patologia do vítreo. Anatomia, fisiologia e patologia do disco óptico. Anatomia, fisiologia e patologia das vias ópticas. Refração ocular. Lentes de contato. Glaucoma. Urgências em oftalmologia. Neuroftalmologia. Tumores oculares. Oftalmopediatria. Manifestações oculares das doenças sistêmicas. Terapêutica medica em oftalmologia. Cirurgias em oftalmologia. Exames oculares: técnicas e testes diagnósticos. Exames complementares em oftalmologia. Epidemiologia em oftalmologia.

MÉDICO – ORTOPEDISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Fisiologia e mineralização do osso. Histologia, histopatologia e embriologia do aparelho locomotor. Anatomia, biomecânica, semiologia e propedêutica do aparelho locomotor. Doenças osteometabólicas. Infecção osteoarticular. Anomalias congênitas do membro superior, membro inferior e da coluna vertebral; Displasias. Artrites inflamatórias, Gota e sinovites. Tendinites e tenosinovites. Bursites. Osteocondrites. Osteonecrose. Miosites. Espondilites. Entesopatias. Artrose e patologias degenerativas do aparelho locomotor. Síndromes compressivas neurológicas. Paralisia obstétrica. Paralisia cerebral. Tumor ósseo maligno. Tumor ósseo benigno. Pseudotumores. Doença de Paget. Síndromes compartimentais. Artrogripose. Síndromes que envolvem o aparelho locomotor. Necrose avascular. Patologias da fise. Deformidades de eixo dos membros

inferior e superior. Desvios da coluna vertebral. Lombalgia e lombociatalgia. Hérnia discal. Espondilólise. Espondilolistese. Estenose de canal vertebral. Discrepância de comprimento dos membros. Deformidades adquiridas do pé. Metatarsalgia. Marcha normal. Distúrbios da marcha. Amputações. Artroscopia. Artroplastia. Enxertia óssea e cutânea. Cintilografia óssea. Radiologia ortopédica. Tomografia computadorizada do esqueleto. Ressonância magnética osteoarticular. Lesões traumáticas dos nervos periféricos. Lesões ortopédicas relacionadas ao diabetes. Pé diabético. Consolidação das fraturas. Cicatrização tendinosa e ligamentar. Biomecânica das fraturas. Classificação das fraturas. Fraturas expostas. Atendimento ao politraumatizado. Fraturas patológicas. Fratura por estresse. Complicações das fraturas e das luxações. Tromboembolismo. Infecção pós-traumática. Fixação interna das fraturas. Fixação externa. Métodos de tratamento de fraturas e luxações. Técnica AO. Princípios de osteossíntese. Planejamento pré-operatório. Fraturas e luxações pelve e do membro inferior. Fraturas e luxações da cintura escapular e do membro superior. Fraturas e luxações da coluna vertebral. Lesões meniscais. Lesões ligamentares. Lesões tendinosas. Instabilidade articular. Luxação recidivante. Fraturas na criança. Descolamento epifisário. Trauma fisário. Fratura em galho verde. Fratura subperióstica. Deformidade plástica. Fratura obstétrica. Síndrome da criança espancada.

MÉDICO – PEDIATRA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** História e exame físico em pediatria. Semiologia pediátrica. Assistência integral a saúde da criança. Educação em saúde: Conceitos: Prioridades em saúde maternas infantil. O papel educativo do pediatra. Crescimento e desenvolvimento. Fatores do crescimento e desenvolvimento. Desenvolvimento Neuro - Psicomotor e Emocional. Necessidades afetivas. Parâmetro de crescimento e desenvolvimento. Higiene Alimentar. Princípios gerais da alimentação da criança. Aleitamento materno. Alimentação do Pré-escolar e escolar. Principais distrofias carenciais primárias. Doença diarreica Terapia de reidratação oral. Higiene Anti-Infecciosa. Imunização: Vacinação e Calendário de Vacinação. Parasitoses: Prevenção e tratamento. Higiene do Ambiente Físico. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção de Acidentes na Infância. Primeiros socorros em Pediatria. Pediatria Clínica. Semiologia Pediátrica. Nutrição e distúrbios nutricionais. Necessidades básicas requeridas nas diferentes idades. Critérios de avaliação de criança eutrófica e distrófica. Classificação (Desnutrição, Marasmo, Kwashiorkor). Doenças Infecciosas e Parasitárias. Sistema digestivo: Sinopse de fisiologia Malformações. Gastreenterites Alergias Alimentares Desidratação. Desequilíbrios Hidroeletrólitos, Acidose, Alcaloses. Sist. Respiratório: Sinopse de fisiologia Malformações. IVAS: Rinofaringites, Amidalites, Otites, Rino-sinusopatias, Bronquite, Bronquiolite, Pneumonias, Asma, Afecções pulmonares Crônicas. Sistema Cardiovascular: Sinopse de fisiologia Malformações congênitas. Insuficiência cardíaca, Infecções: Febre Reumática, Miocardites. Sistema Nervoso: Sinopse de fisiologia, Malformações. Doenças Infecciosas do Sistema Nervoso. Distúrbios Motores de instalação aguda. Problemas de aprendizagem: considerações neurológicas. Sistema Endócrino: Sinopse de Fisiologia Déficit pondero-estatural. Distúrbios Tireoidianos, Diabetes, hiperplasia de supra-renal. Neoplasias na infância.

MÉDICO – PSIQUIATRA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Psicopatologia. A relação médico-paciente. A entrevista psiquiátrica. História da psiquiatria. Transtornos de humor. Transtornos de ansiedade. Interconsulta psiquiátrica. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Suicídio e outras emergências psiquiátricas. Transtornos psicossomáticos, dissociativos e somatoformes. Transtornos alimentares. Transtornos relacionados a substâncias. Delírio e demências. Sexualidade humana e seus transtornos. Transtornos da personalidade. Saúde mental pública. Psiquiatria infantil. Psicofarmacoterapia. Psicoterapias. Psiquiatria forense e ética.

MÉDICO – DO TRABALHO

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Lei nº 6.514, de 22/12/77; Conhecimentos da Portaria nº 3214, de 08/06/78 e as Normas Regulamentadoras aprovadas - NR 4, NR 5, NR 6, NR 7, NR9, NR 13, NR 15, NR 16, NR. 17; Legislações complementares. Acidentes do trabalho: conceitos, registro, comunicação, análise e estatística; Prevenção e controle de riscos; Proteção contra incêndios e explosões. Gerenciamento de riscos. Higiene industrial. Ergonomia. Riscos ambientais;

Doenças profissionais - identificação e medidas preventivas; L.E.R./D.O.R.T. e PAIR; Noções de saúde mental.

MÉDICO – UROLOGISTA

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** Semiologia urológica; Infecção Urinária; Hiperplasia benigna na Próstata; Prostatites; Uropatias obstrutivas; Traumatismo renal e das vias urinárias; Disfunção Sexual. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção neurológica da bexiga; Malformações do Aparelho Urinário; Neoplasias da próstata, adrenais, retroperitoneal, renal, testículo, pênis. Hipogonadismo. Derivações Urinárias. Litíase Urinária. Doença Cística do Rim. Hematúrias. Urologia da mulher.

NUTRICIONISTA

Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. Código de ética do nutricionista. 3. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. 4. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional – SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. 5. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). 6. Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's – Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; 7. Distúrbios do metabolismo (*diabetes mellitus* e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

PEDAGOGO

Educação e Cidadania. Relação Pedagógica e Autonomia para o Conhecimento. Técnica, Método e Epistemologia da Educação. Relações Comunitárias e Dominação. Identidade, Adolescência e Projeto de Vida. Ecologia e Cidadania. Qualidade de Vida e Mundialização. Estresse, Doenças do Trabalho e Contemporaneidade. Pesquisa participante e transformação social. Ética, Ideologia e Utopia. Planejamento: conceitos, características, modalidades e níveis de planejamento educacional. Avaliação: objetivos, princípios, características e procedimentos de avaliação no contexto geral da ação educativa. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Educação inclusiva. Programa de Combate ao *Bullying*. Técnicas de Trabalho em Grupo. Legislação da LOAS e SUAS.

PROCURADOR MUNICIPAL

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios específicos de interpretação constitucional. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição do Estado. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Ordem social. Princípios. Educação, cultura e desporto. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Princípio da Reserva da Administração. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. O Município na Constituição Federal Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Poder Legislativo. Organização, Funções típicas e atípicas. Atividades impróprias e passíveis de glosa. Imunidade parlamentar dos Vereadores. Regime remuneratório. Verbas indenizatórias. Proibições e Perda do Mandato. Total da despesa do

Legislativo. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Poder Executivo. Atribuições do Chefe do Executivo. Prefeito Municipal. Mandato. Perda do mandato. Atribuições. Responsabilidade político-administrativa. Crime de Responsabilidade. Improbidade Administrativa. Foro competente. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos do Poder Executivo. Acumulação. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Nepotismo. Previdência. Licitação. Controle parlamentar e Jurisdicional. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Operações de crédito, inclusive externas, contraídas por Municípios. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas. Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. O meio ambiente na Constituição Federal. Princípios constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências ambientais entre os entes federativos. Tratamento diferenciado de produtos e serviços conforme seu impacto ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos e sistema nacional de unidades de conservação. Estudo Prévio de Impacto Ambiental e licenciamento ambiental.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo. Conceito. Taxinomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas. Interesse Público. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. Conceito jurídico indeterminado. Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Classificação. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Advocacia Pública. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Distinção entre Acordos e Contratos. Convênios. Cláusulas Exorbitantes. Formalização, alteração, execução e inexecução. Equilíbrio Econômico Financeiro. Revisão, Reajuste e Repactuação. Prorrogação. Desfazimento e consequências. Licitações. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Registro de Preços. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. Anulação e Revogação. Licitações sustentáveis. Ordem Econômica. Fundamentos e Princípios. Atuação do Estado no domínio econômico. Planejamento. Fomento. Exploração direta de atividade econômica. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Código Florestal e Áreas de Preservação Permanente, conceito e hipóteses de supressão. Infrações administrativas ambientais. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias Público-Privadas. Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada. Gestão Associada dos Serviços Públicos. Poder Concedente, Concessionário e Usuários. Tarifa e Preço. Modelos Tarifários. Receitas alternativas, complementares, acessórias e projetos associados. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de construções; sanitária; de trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco, parcelamento e edificação compulsórios. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Gestão financeira. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias. Orçamento. Receita e despesa. Estágios da Despesa Pública. Execução orçamentária. Regime de Adiantamento. Responsabilidade Fiscal. Renúncia de receita. Geração da despesa. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal e controle. Destinação de recursos para o setor privado. Operações de crédito. Restos a pagar. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de

controle externo e interno. Tribunais de Contas. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Improbidade Administrativa. Controle Judicial. Garantias e ações constitucionais dos administrados. Juridicidade. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

3. DIREITO TRIBUTÁRIO

Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. A distribuição da competência legislativa tributária. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de Participação dos Municípios. Retenção de recursos. Hipóteses. Parcelas do Produto de Arrecadação de impostos de competência dos Estados e de Transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios. Lei Complementar nº 63/90. Valor Adicionado. Lei nº 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições especiais. Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade. Anterioridade. Irretroatividade. Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação. Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. Fato gerador: aspectos objetivos, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e sujeito passivo. Sujeito ativo e delegação de competência. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo. Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Impostos Municipais. Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Taxa municipal de coleta domiciliar de lixo. Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Taxas e Preços públicos.

4. DIREITO CIVIL. Direito Civil (Lei 10.406/2002): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis; Parte geral: Pessoa natural: Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e seu registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Direitos da personalidade; Pessoa jurídica: Personalidade, capacidade, representação, modalidades de pessoas jurídicas (associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares), responsabilidade e extinção; Domicílio civil das pessoas natural e jurídica; Bens jurídicos: Classes: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertencas: Modalidades e distinções; Frutos e produtos: Modalidades e distinções; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: Conceituação e classificação, distinção e classificação de fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova: objeto, ônus e litude; Meios de produção de prova. Prescrição e decadência: distinção, modalidades, início, modo de alegação e prazos; Causas impeditivas, suspensivas, interruptivas da prescrição. Direito das obrigações; Obrigações: Modalidades: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias (solidariedade ativa e passiva); Transmissão das obrigações: Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Adimplemento e extinção das obrigações: Pagamento: Sujeitos, objeto, lugar e tempo do pagamento. Formas de extinção das obrigações: Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, inadimplemento das obrigações: Efeitos do adimplemento e do inadimplemento, mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal e arras ou sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Elementos e efeitos dos contratos; Formação dos contratos: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de

Contrato: Compra e venda: Disposições gerais e cláusulas especiais, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação: Disposições gerais e revogação; Locação de coisas; Empréstimo: Classes: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Classes: Depósitos voluntário e necessário; Mandato: Disposições gerais, obrigações do mandatário e do mandante, extinção do mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: Disposições gerais, transporte de pessoas e de coisas; Seguro: Disposições gerais, seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança: Disposições gerais, efeitos e extinção da fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Responsabilidade civil: Distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse: Conceituação, classificação aquisição, efeitos e perda da posse; Propriedade: Disposições gerais, descoberta, aquisição da propriedade Imóvel (por usucapião, pelo registro do título e por acessão), aquisição da propriedade móvel (usucapião, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção), perda da propriedade; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral: Condomínio voluntário (direitos e deveres dos condôminos e administração do condomínio), condomínio necessário; Condomínio edifício: Disposições gerais, administração do condomínio, extinção do condomínio; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária; Servidões: Constituição, exercício e extinção das servidões; Usufruto: Disposições gerais, direitos e deveres do usufrutuário e extinção do usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor: Disposições gerais, constituição do penhor, direitos e obrigações do credor pignoratício, extinção do penhor, penhor rural (disposições gerais, penhor agrícola e penhor pecuário), penhor industrial e mercantil, penhor de direitos e títulos de crédito, penhor de veículos, penhor legal; Hipoteca: Disposições gerais, hipoteca legal, registro e extinção da hipoteca e hipoteca de vias férreas; Anticrese.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Direito Processual Civil (Lei 5.869/1973): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço; Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual: capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, multas e substituição das partes; Procuradores: Representação processual, substituição dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio; Intervenção de terceiros: Assistência: Simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: competência internacional, competência interna, competência em razão do valor e da matéria, competência funcional, competência territorial, modificações da competência e declaração de incompetência; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça: Serventuário, oficial de justiça, perito, depositário, administrador e intérprete; Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: regras de contagem e verificação dos prazos e das penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Disposições gerais, Cartas, citações e intimações, nulidades; Distribuição e do registro; Valor da causa; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Tutela Antecipada. Processo de conhecimento: Distinção entre processo e procedimento; Distinção entre procedimentos comum ordinário e comum sumário; Procedimento sumário; Procedimento ordinário: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Resposta do réu: Contestação, exceção de incompetência, de impedimento e de suspeição, reconvenção; Revelia; Providências preliminares: Verificação dos efeitos da revelia, declaração incidente, fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu; Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo, julgamento antecipado da lide, audiência preliminar e saneamento do processo; Provas: Depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental (força probante dos documentos, arguição de falsidade e produção da prova documental), prova testemunhal (admissibilidade, valoração e produção da prova testemunhal), prova pericial, inspeção judicial; Audiência: Conciliação e instrução e julgamento; Sentença: Requisitos e efeitos da sentença; Coisa julgada; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença; Processo nos tribunais: Uniformização da jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade, homologação de sentença estrangeira e ação rescisória; Recursos: Teoria geral dos recursos, apelação, agravos, embargos infringentes e embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça: Recursos ordinários, recurso extraordinário, recurso especial e ordem dos processos no tribunal. Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução (inadimplemento do devedor e título executivo), responsabilidade patrimonial, disposições gerais; Espécies de execução: execução para a entrega de coisa (entrega de coisa certa e incerta), execução das obrigações de fazer e de não fazer (disposições comuns e particulares), execução por quantia certa contra devedor solvente

(disposições gerais sobre penhora, avaliação e da arrematação; citação do devedor e da nomeação de bens à penhora; penhora, depósito, penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais; penhora, depósito e administração de empresa e de outros estabelecimentos; avaliação; adjudicação; alienação por iniciativa popular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor; disposições gerais sobre pagamento ao credor, entrega do dinheiro e usufruto de móvel ou imóvel); Execução contra a fazenda pública; Execução de prestação alimentícia; Embargos do devedor: Disposições gerais, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Execução por quantia certa contra devedor insolvente: Disposições gerais, insolvência, insolvência requerida pelo credor, insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio, declaração judicial de insolvência, atribuições do administrador, verificação e da classificação dos créditos, saldo devedor, e extinção das obrigações; Suspensão e da extinção do processo de execução. Processo cautelar: Teoria geral do processo cautelar; Poder geral de cautela; Procedimento comum cautelar. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Distinção entre procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária; Procedimento de consignação em pagamento, Procedimento de depósito; Procedimentos de anulação e de substituição de títulos ao portador; Procedimento de prestação de contas; Procedimentos possessórios (disposições gerais, Procedimento de manutenção, de reintegração de posse e interdito proibitório); Procedimento de nunciação de obra nova, Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial e coletivo, Constituição Federal/1988, Código Civil/2002, Lei 6.969/1981 e Lei 10.257/2001; Procedimento de divisão e da demarcação de terras particulares; Procedimentos de inventário, partilha, arrolamento, inventário extrajudicial e requerimento de alvará judicial (Lei 6.858/1980); Procedimento de embargos de terceiros; Procedimento de habilitação; Procedimento de restauração de autos; Procedimentos de busca e apreensão e de depósito de coisa vendida a crédito com reserva de domínio e de coisa gravada com alienação fiduciária em garantia (Decreto-lei 911/1969); Procedimento monitorio; Juízo arbitral (Lei 9.307/1996), Juizados especiais cíveis estaduais e federais (Lei 9.099/1995 e Lei 10.259/2001); Processo coletivo (Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985 e Lei 8.078/1990), Mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009).

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização hoje. Alfabetização e letramento como eixos norteadores da ação pedagógica. As práticas da Língua Portuguesa: a leitura, a produção e escrita do texto, a análise linguística e a sistematização do código. A função social da matemática hoje. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Legislação de ensino. A participação social do jovem e adulto na sociedade contemporânea. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Objetivos gerais para os anos iniciais do ensino fundamental e organização dos conteúdos para os primeiros anos do Ensino Fundamental segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE ARTES

História da Arte Brasileira: Moderno e Contemporâneo; artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Teorias da Arte: conceitos, linguagens e estética. Arte-educação: parâmetros curriculares nacionais. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de artes. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Metodologia para o ensino de ciências. Os seres vivos e o ambiente: Habitat, população, comunidade, ecossistema e biosfera. Noções da cadeia alimentar, fotossíntese. Sexualidade. Fontes e transformação de energia. A ciência como produção humana. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de ciências naturais, objetivos, organização dos assuntos e critérios de avaliação de ciências naturais segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A História da Educação Física. Metodologia para o ensino da Educação Física. Função social da Educação Física. Educação Física adaptadas: como trabalhar o conceito de inclusão. Concepções psicomotoras na Educação Física escolar. Processo avaliativo na Educação Física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Biodinâmica. Fisiologia. Esporte e regras: Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica – Ginástica Geral;

Ginástica Artística; Ginástica Rítmica. Recreação: Jogos e recreação. Psicomotricidade. Caracterização da área da Educação Física, objetivos, organização dos assuntos e critérios de avaliação na Educação Física segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Proposta Pedagógica de Educação Infantil do município de Gaspar. Referencial prático metodológico da Proposta Pedagógica de Gaspar. Parecer nº 20/2009 e Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009 que institui as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. Critérios para um bom atendimento em Creches que Respeite os Direitos os Direitos Fundamentais das Crianças. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, volume 1 e 2.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

História, legislação e concepções de Ensino Religioso no Brasil e Santa Catarina. Caracterização geral do Ensino Religioso. Eixos organizadores dos conteúdos. Culturas e tradições religiosas. Escrituras sagradas e/ou tradições orais. Teologias: ritos e ethos. Tratamento didático dos conteúdos e pressupostos para avaliação no ensino fundamental. Caracterização da área do Ensino Religioso. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação no Ensino Religioso segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Introdução à Filosofia. O ser humano sob o ponto de vista filosófico. A verdade e o conhecimento. Teoria do conhecimento na antiguidade. Os filósofos modernos e a teoria do conhecimento. Pensamento e linguagem. Ética. Filosofia Política. O pensamento Lógico.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A tendência do pensamento geográfico e suas consequências para o ensino de geografia. A reconstrução da geografia escolar. Os conceitos e categorias na Geografia: Localização, orientação e representação, paisagem, região, espaço, lugar, território, natureza, trabalho e sociedade. Relações espaciais topológicas, projetivas e euclidianas. A cartografia – teoria básica da cartografia. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Geografia. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Geografia segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

As relações de produção nos diferentes tempos e espaços históricos: a sociedade primitiva, a sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade capitalista. As civilizações e seu legado na contemporaneidade. As correntes historiográficas. Os movimentos sociais na história. As relações de poder. Autocracia, democracia, totalitarismo, socialismo e sexismo. A história da África. A luta dos negros no Brasil. A cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. A História do Brasil. A história de Santa Catarina. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de História. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em História segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE INGLÊS

Metodologia e abordagens do ensino de Inglês. Gêneros textuais orais e escritos. Práticas sociais de leitura. Linguagem escrita (níveis de registro e os padrões de escrita) e implicações metodológicas. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Língua Inglesa. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Língua Inglesa segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

O sistema de numeração: Adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema de numeração decimal. Medidas. Adição, subtração, multiplicação e divisão com números naturais. Múltiplos e divisores. Números fracionários. Porcentagem. Leitura e construção de gráficos. A geometria, a psicogênese das noções espaciais e o ensino de geometria. Trabalhar o ensino de matemática com regras e significados. A resolução de problemas na organização do trabalho didático. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Matemática. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Matemática segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Metodologia e abordagens do ensino da Língua Portuguesa. Gêneros textuais orais e escritos. Práticas sociais da leitura. Ensino de Português e preconceito linguístico. Linguagem escrita (níveis de registro e os padrões de escrita) e implicações metodológicas. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Caracterização da área de Língua Portuguesa. Objetivos. Organização dos assuntos e critérios de avaliação em Língua Portuguesa segundo a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

PSICÓLOGO

1. A pesquisa científica como base para a atuação profissional; 2. Os diferentes métodos de observação do comportamento humano; 3. O conceito de saúde como fenômeno multideterminado; 4. Modalidades de intervenção em Psicologia da Saúde. 5. Perspectivas em Psicologia da Saúde; 6. Comportamentos relacionados à saúde; 7. O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional em saúde; 8. Influências sociais e ambientais sobre a saúde; 9. Redução de danos na abordagem de drogas e DST-AIDS; 10. Vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS e CREAS. 11. Ética do psicólogo nos serviços de saúde pública.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da Saúde para o Terapeuta Ocupacional: Saúde e Qualidade de Vida; Sistema Único de Saúde - Histórico e Princípios; Níveis de Atenção à Saúde; Fundamentos da Humanização. Princípios da Terapia Ocupacional: Perspectivas Teórico-Práticas da Terapia Ocupacional; Métodos de Avaliação em Terapia Ocupacional; Processos Criativos em Terapia Ocupacional; Técnicas Corporais em Terapia Ocupacional. Terapia Ocupacional e a Terceira Idade: Políticas Públicas da Pessoa Idosa; Processo de Envelhecimento e Cultura; Patologias na Velhice; Oficina de Memória para Idosos; Reabilitação Cognitiva.

➤ NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM****Português para todos os cargos**

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Agentes de Serviço Especializados I e II, Fiscal, Operador de ETA e de ETE, Técnico Agrícola e Técnico em Saneamento.

1. Constituição da República Federativa do Brasil: Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo. A Câmara de Vereadores. O poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Estatuto dos Servidores Públicos de Gaspar.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Educador Social, Técnico de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância Sanitária.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

➤ **NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I e II

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre poder executivo e legislativo municipal; características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Noções de administração pública. 2. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Arquivo e técnicas de arquivamento. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. 3. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ofício, memorando, decreto, edital, ata, carta, declaração, despacho, ordem de serviço, parecer, portaria, resolução, relatório, requerimento, atestado, decreto. 3. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. 4. Matemática: Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos.

EDUCADOR SOCIAL

Serviço de Abordagem Social: Diretrizes e fundamentos; Política Nacional para a População em Situação de Rua; Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil. Lei Maria da Penha. Direitos Humanos. Violência a crianças e adolescentes. Noções sobre Educação popular. Concepções de Infância: A importância do Brincar. Política nacional para inclusão social de população em situação de rua. Conselho Tutelar: Conceito e Responsabilidades. Sistema de Garantia de Direitos da criança e adolescente: Eixos estratégicos. Fracasso escolar: Explicações Possíveis. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sistema único de Saúde – SUS. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

FISCAL (de obras e posturas)

1. Autonomia e competência do Município. 2. Poder de polícia do Município: meios de atuação da fiscalização. 3. Atos administrativos relacionados ao poder de polícia: atributos, elementos, discricionariedade, vinculação; autorização e licença. 4. Direito de construir: fundamento, proteção à segurança e ao sossego, controle da construção, o papel do Município; licenciamento de obras, consulta prévia, aprovação de projeto, emissão de alvará, emissão de habite-se. 5. Código de Obras do Município de Gaspar. 6. Código de Posturas de Gaspar. 7. Plano Diretor de Gaspar. 8. Código Tributário: Taxas de Poder de Polícia. 9. Lei Orgânica Municipal. 10. Fiscalização: vistorias, irregularidades, intimação, notificação, auto de infração, sanções, recurso, interdição, cassação de licença, apreensão de bens.

OPERADOR DE ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

Uso de produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor, etc; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETA; Equipamentos utilizados em ETAs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETAs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall, etc). Coleta de amostras; Conhecimento das técnicas de coleta de amostras bem como dos equipamentos e produtos utilizados para análise; conhecimento da importância de executar corretamente uma coleta de amostra; identificação das unidades de uma ETA. Monitoramento e operação de ETA: tipos possíveis de estações de tratamento de água. Processos físicos, químicos e biológicos em ETA.

OPERADOR DE ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

Uso de produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor, etc; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETE; Equipamentos utilizados em ETEs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETEs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall, etc). Coleta de amostras; Conhecimento das técnicas de coleta de amostras bem como dos equipamentos e produtos utilizados para análise; conhecimento da importância de executar corretamente uma coleta de amostra; identificação das unidades de uma ETE. Monitoramento e operação de ETE: tipos possíveis de estações de tratamento de esgotos. Processos físicos, químicos e biológicos em ETEs.

TÉCNICO AGRÍCOLA

Noções gerais sobre horticultura, floricultura, fruticultura. Técnicas de irrigação, adubação com matéria orgânica, adubação mineral, noções sobre cultivo das principais culturas. Noções de classificação, armazenagem e conservação dos grãos. Técnicas de conservação dos solos. Uso de defensores agrícolas. Impacto dos agrotóxicos sobre a cultura, a sociedade e o ecossistema. Plantio e colheita, funções gerais; técnicas de preparo do solo e zootecnia. Agricultura Orgânica. Agricultura Sustentável. Boas Práticas Agrícolas. Defesa e Sanidade Vegetal. Fisiologia Vegetal. Flores e Plantas Ornamentais. Fruticultura. Genética e Melhoramento Vegetal. Grãos, Fibras, Cereais e Oleaginosas. Herbário. Insumo Agrícola. Irrigação e Drenagem. Pós-colheita. Reprodução Vegetal. Semente. Sistemas de Produção Vegetal. Trato Cultural. Agricultura de Precisão. Armazenamento e Transporte. Formação de pastagens. Noções de aproveitamento da água. Padrões de terra. Noções elementares de solo. Noções elementares de Biologia: botânica, nutrição, elementos orgânicos e inorgânicos, deficiências minerais dos vegetais; classificação das forrageiras; Criação de Bovinos; Seleção e Reprodução Animal; Bovinocultura; Equinocultura; Medidas Rurais. Administração de agronegócio; organização e gerenciamento rural.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

1. Dentição decídua. 2. Uso de fluoretos. 3. Dieta e saúde bucal. 4. Promoção de saúde bucal. 5. Equipe de saúde bucal. 6. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia. 7. Doenças periodontais. 8. Cárie dentária. 9. Risco de cárie dentária. 10. Biossegurança no consultório odontológico, prevenção e controle de riscos. 11. Aspectos éticos na prática odontológica. 12. Prevenção das doenças periodontais. 13. Educação e motivação em saúde bucal. 14. Prevenção das doenças bucais. 15. Bioética e odontologia. 16. Anatomia dental. 17. Identificação dos dentes. 18. Arquitetura da maxila e da mandíbula. 19. Anatomia da cavidade bucal. 20; Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. 21. Ações de saúde bucal em uma unidade de saúde da família. 22. Importância da coleta de informações do usuário e documentação. 24. Manutenção preventiva de equipamento odontológico e gerenciamento de resíduos em serviços

odontológicos. 25. Radiologia aplicada na odontologia. 26. Técnicas radiográficas em odontologia. (específico para THDs). 27. Aspectos epidemiológicos e sociais das doenças bucais.

TÉCNICO EM SANEAMENTO

Noções de tratamento de água de abastecimento. Controle de poluição da água. Sistemas de esgotos sanitários. Tratamento de águas residuais. Resíduos sólidos e limpeza pública. Medição, administração de obras e custos operacionais. Conhecimentos de reparos e instalações prediais de rede de água e esgotos. Noções de sistemas urbanos de água e esgotos. Topologia. Desenho técnico. Noções de meio ambiente: noções de ecologia; poluição do ar; água e solo; ciclo da água na natureza; distribuição de água do planeta; contaminação de água e origem dos resíduos sólidos. Princípios básicos de: sistemas de água e esgotos e de sistema condominial de esgotamento sanitário. Processos de tratamento de água e esgotos. Peças de tipos de materiais para sistema de água e esgotos. Abastecimento público de água: importância e conceitos de: saúde, saúde pública, saneamento, doenças de veiculação hídrica. Ciclo hidrológico e recursos hídricos naturais. Características físicas, químicas e biológicas da água. Padrões de potabilidade; controle da qualidade da água; análises de água: físico-química, bacteriológica e hidrobiológicas. Consumo per-capita, fatores que afetam o consumo, variações de consumo. Projeções de consumo: projeções de população, distribuição demográfica. Captação de água subterrânea; captação em fontes de afloramento de água e captação de águas superficiais. Estações de bombeamento, adutoras, estação de tratamento de água potável, processos de tratamento de água, reservação, subadução, rede de distribuição, ramais prediais, micro e macromedicação, perdas. Manutenção preventiva e corretiva nos serviços de água e esgoto. Controle de qualidade de materiais. Noções de hidráulica básica para sistemas de abastecimento de água. Esgotamentos sanitários: sistema de coleta de águas residuárias: ramais prediais, redes coletoras, coletores-tronco, interceptores, estações elevatórias, emissários, estação de tratamento; tratamentos: preliminar, primário, secundário de terciário. Disposição final das águas residuárias. Reuso. Estação de condicionamento de lodo de esgoto sanitário. Prevenção e controle de poluição das águas e do meio ambiente. Organização de canteiros de obras. Retirada em geral de vazamentos em canalização de água e/ou "fugas" em tubulações de esgoto. Limpeza e desinfecção de tubulações. Ligações prediais de água e/ou esgoto. Controle de materiais de obras. Suprimento para operação e manutenção de água e/ou esgoto. Noções do meio ambiente: noções de ecologia; poluição do ar; água e solo; ciclo da água na natureza; distribuição de água no planeta; contaminação da água e origem dos resíduos sólidos. Lei Federal nº 11.445/2007. Portaria Nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. Resoluções CONAMA 274/00, 357/05, 375/06 e 430/11. Instruções Normativas da FUNASA. Lei estadual Nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Lei Federal 6514 de 22 de julho de 2008. Meio Ambiente nas Constituições Federal e Estadual. Resoluções da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Saneamento. Atribuições do Fiscal de Vigilância Sanitária. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Mapeamento/territorialização. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Diagnóstico comunitário. Sistema de informação em saúde. Participação e mobilização social. Vigilância em saúde. Epidemiologia e Análise de situação de saúde. Risco e gerenciamento de risco sanitário. Gestão da Vigilância Sanitária / Municipalização / Descentralização. Conceitos: Abrangência, instrumentos de atuação, poder de polícia, emissão de autos e documentos legais. Riscos ocupacionais e Saúde do Trabalhador. Infrações à legislação sanitária e suas sanções - Lei Federal 6437/77. Alimentos: Manipulação, Armazenamento Transporte. Doenças Transmitidas por Alimentos. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações. Normas gerais de saúde em Santa Catarina – Lei/SC 6.320/83 e suas alterações e Decretos regulamentadores. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal Nº 11.445, de 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010).

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais e decimais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 3. Tratamento de informações: Leitura e interpretação de gráficos e tabelas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as medidas.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde: Lei 11350/2006; Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990. Processo saúde doença e seus determinantes/condicionantes. Avaliação das áreas de risco ambiental e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. 2. Noções básicas de doenças Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, Febre Amarela, Leptospirose. Formas de aprender ensinar em educação popular. Promoção de saúde: conceitos e estratégias. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Visita domiciliar. Mapeamento/territorialização. Noções de vigilância em saúde.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. **2. Administração e ambiente de trabalho:** Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. **3. Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução.

AUXILIAR DE TOPÓGRAFO

Ferramentaria. Equipamento de proteção individual. Sistema métrico linear. Cálculo de área e volume. Conhecimento dos principais equipamentos de topografia: trena, baliza, estacas, estação central, teodolito. Noções de interpretação de informações cartográficas, imagens aéreas e mapas.

ENCANADOR

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica; Redes Hidráulicas, componentes, inspeção, manutenção e reparos; bombas hidráulicas; Tipos de tubulação; Tipos de conexão; Materiais utilizados; Ligações de água; Ligações de esgoto; Válvulas; Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência corretadas operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho.

ESCRITURÁRIO

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna

e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. 2. **Administração e ambiente de trabalho:** Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. 3. **Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução.

LEITURISTA

1. Sistema de unidades de medidas: Utilização das Unidades de Medida; vazão; volume; pressão; comprimento. 2. Materiais e conexões hidráulicas: tubulação hidráulica predial e saneamento. 3. Principais tipos de micromedidores. 4. Formas de Leitura e Registro de Dados. 5. Leitura de instrumentos analógicos e digitais e interpretação de mapas: Orientação e localização. Segurança no trabalho e utilização de EPIs.

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – 4ª série/ano CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade.

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – 4ª SÉRIE/ANO CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – PMG, FME E SAMAE

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos. Contaminação de alimentos. Regras de etiqueta para os serviços de copa. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal. Conhecimentos gerais em zeladoria. Limpeza de ambientes e equipamentos. Jardinagem.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - MECÂNICO

Organização do local de trabalho; Mecânica de automóveis e máquinas pesadas; Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão; Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão; Parte elétrica de automóveis e caminhões; Sistema de suspensão e frenagem de automóveis e caminhões. Noções de manutenção de pneus e borracharia; Abastecimento e lubrificação de veículos leves e pesados.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS – OPERADOR DE MÁQUINAS

Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança; leitura dos instrumentos do painel, manutenção básica e verificações de rotina, lubrificação e cuidados operacionais; ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - MOTORISTA DE CAMINHÃO

1. Legislação brasileira de trânsito. 2. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. 3. Direção defensiva. 4. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. 5. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos pesados para transporte de passageiros.

MERENDEIRA/SERVENTE

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Higiene e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, descongelamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. Contaminação de alimentos. Comportamento dentro do ambiente de produção de alimentos. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal e ética profissional. Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Regulamento Técnico Sobre Boas Práticas para serviços de Alimentação. Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos para transporte de passageiros. Primeiros socorros: segurança pessoal e local; atendimentos às vítimas em acidente de trânsito; mal súbito em geral. Estrutura viária do Município. Bairros e Municípios vizinhos.

MOTORISTA PMG E FME e SAMAE

Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos para transporte de passageiros.

Concurso Público Edital Nº 01/2014

PREFEITURA, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SAMAE DE GASPAR – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2014

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 6.062/2014, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura e demais órgãos do Município de Gaspar, que se regerá pela Lei 1305/91 e suas alterações e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. O Município de Gaspar e demais órgãos, reservam-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, III e IV parte integrante do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura do Município de Gaspar.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

2.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.4. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da contratação.

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

2.7. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão no exercício de função pública qualquer.

2.8. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da contratação, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

2.9. Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

2.10. Apresentar declaração de bens.

2.11. Não serão nomeados os candidatos enquadrados no artigo 167 e seu parágrafo único da Lei Municipal 1.305/91.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, **desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.**

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, **no momento da avaliação perante a junta**, conforme item 3.5, **laudo médico com data inferior a 01 (um) ano**, contados da data do presente Edital, atestando a

espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão Especial de Concurso Público programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta de especialistas será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 6 deste Edital.

3.9. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com mesmo grau de escolaridade, e que seja compatível com sua deficiência ou receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou ampliada.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. Considerando que em atendimento ao estabelecido no Estatuto dos Servidores do Município de Gaspar, a reserva corresponde a 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 15 de setembro à 14 de outubro de 2014, exclusivamente, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00
Cargos de Nível Médio e Técnico	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que

estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 15 de setembro e 19:00 (dezenove) horas do dia 14 de outubro de 2014.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da taxa de inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção *Área do Candidato*.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de *Internet Banking*, **não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.**

4.5. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos doadores de sangue, conforme Lei Municipal 3275 de 03/12/2010.

4.5.1. Para ter direito à isenção, o candidato terá que comprovar que realizou a doação, no mínimo 02 (duas) vezes, dentro do período de 12 (doze) meses que antecedem a data de publicação deste edital.

4.5.2. Os candidatos doadores de sangue deverão enviar documento comprovante da qualidade de doador regular, original ou autenticadas em cartório, para a Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Aristiliano Ramos, 435 Praça Getúlio Vargas - Centro, CEP 89110-000 SC, aos cuidados de Márcia Lenz dos Santos, membro da Comissão do Concurso, através de Sedex ou AR, com **postagem no período de 15 à 26 de setembro de 2014.**

4.6. A Comissão Especial de Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia **07/10/2014.**

4.6.1. Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão Especial do Concurso Público, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

4.6.2. O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá ser protocolizado na Prefeitura Municipal de Gaspar, de acordo com item 6 deste Edital.

4.6.3. O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.4.

4.7. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que efetivadas com o pagamento, só poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma das inscrições validadas.

4.7.1. Caso as provas sejam realizadas em dois períodos, conforme item 5.1.5, e os cargos para o qual o candidato se inscreveu forem agendadas para períodos diferentes, este poderá realizar uma prova em cada período.

4.8. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.9. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site (www.ibam-concursos.org.br) nos últimos dias de inscrição.

4.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, a Prefeitura e demais órgãos não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.12. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos.

4.13. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.14. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese, exceto no previsto no item 3.10 deste Edital.

5. DAS PROVAS

5.1. Prova escrita

5.1.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.1.4 As provas serão realizadas no dia **16 de novembro de 2014, no período matutino e as provas terão a duração de 03 (três) horas.**

5.1.5. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Prefeitura reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.1.6. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova, a partir de 05/11/2014, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato*.

5.1.7. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.1.8. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.1.9. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.1.10. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.11. O cartão resposta somente poderá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.12. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.1.13. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso o candidato será identificado em formulário específico.

5.1.14. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palm-top*, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.1.15. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.1.16. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.1.17. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local de provas juntos.

5.1.18. O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá informar na ficha de inscrição as condições necessárias para que lhe seja providenciado local apropriado para realização da mesma, desde que não implique em quebra de sigilo ou favorecimento.

5.1.19. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.1.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.1.21. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.1.22. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.1.23. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.1.24. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.1.25. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.1.26. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.1.27. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.1.28. A Comissão Especial de Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5.1 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.1.29. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.2. Prova de títulos

5.2.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos **dos cargos de Professor**, sendo considerado um título por categoria.

5.2.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

Especialização lato sensu desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos.

Mestrado desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada do diploma: 08 (oito) pontos.

Doutorado desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada do diploma: 10 (dez) pontos.

5.2.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.2.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.2.5. Apresentação de títulos: Os títulos deverão ser enviados para a Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Aristiliano Ramos, 435 Praça Getúlio Vargas - Centro, CEP 89110-000 SC, através de Sedex ou AR, postados no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014, ou entregues no Protocolo da Prefeitura, no mesmo endereço, aos cuidados de Márcia Lenz dos Santos, componente da Comissão de Concurso Público.

5.2.6. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição (número do documento do boleto), nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.2.7. Não serão analisados os títulos que não apresentarem, no lado externo do envelope, as informações relacionadas no item anterior.

5.3. Prova prática

5.3.1. Os candidatos inscritos nos cargos de **Encanador, ASE III – Mecânico e ASE III – Operador de Máquinas**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 30, na prova objetiva, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

5.3.2. Estas provas serão avaliadas através do conceito "Aprovado" e "Não Aprovado", e os critérios de avaliação que irão compor a prova terão como base os Conhecimentos Técnico-

Profissionais do cargo e serão detalhados em edital de convocação que será publicado após a publicação da classificação parcial com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

5.3.3. A prova prática será avaliada por uma junta de profissionais da área e o resultado divulgado no site do www.ibam-concursos.org.br, num prazo de até 48h após o encerramento da prova prática.

5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das disciplinas da prova objetiva e dos títulos, quando houver.

6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público 001/2014.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura de Gaspar, situada na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, no horário de funcionamento do mesmo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Nível Médio:

1ª) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2ª) maior nº de pontos na prova de Legislação;

3ª) maior nº de pontos na prova de Português;

4ª) maior idade.

b) para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto:

1ª) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2ª) maior nº de pontos na prova de Matemática;

3ª) maior nº de pontos na prova de Português;

4ª) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no **dia 17 de novembro**, nos *sites* (www.ibam-concursos.org.br) e (www.gaspar.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura de Gaspar.

8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção *Documentação do Concurso* e (www.gaspar.sc.gov.br).

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Prefeito Municipal e publicado no Mural da Prefeitura de Gaspar e no site (www.gaspar.sc.gov.br).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados, conforme a necessidade do município, para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, através dos meios de comunicação conforme dispuser a legislação municipal em vigor.

9.2. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram.

9.3. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em qualquer de suas fases.

9.4. Será excluído do certame o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- b) não pontuar na prova objetiva;
- c) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- d) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- e) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- f) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- g) deixar de assinar a folha de respostas.

9.5. O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário de Gaspar.

9.6. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura e demais órgãos, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura do Município.

9.7. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão a publicação de todos os atos e editais relativos ao certame.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Gaspar, após a homologação do resultado do Concurso.

9.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.10. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br), no site do Município de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura do Município de Gaspar/SC.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2. O Concurso terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Gaspar, 10 de setembro de 2014.

Comissão do Concurso Público de Gaspar

Inexigibilidade Nº 194/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 194/2014

OBJETO: Aquisição de recursos de tecnologia assistiva para acesso a computadores por pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. CONTRATADO: CLIK TECNOLOGIA ASSISTIVA LTDA - ME (94.649.191/0001-60). Valor Total Julgado: R\$ 3.620,00 (três mil, seiscentos e vinte reais). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 09 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 197/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 197/2014

OBJETO: Locação de bem imóvel destinado ao estacionamento de veículos da Prefeitura Municipal de Gaspar, sendo um terreno com área total de 522,34m², localizado na Rua São Pedro, s/nº, bairro Centro, Gaspar/SC, pelo período de 12 (doze) meses. CONTRATADO: TOMIO IMÓVEIS LTDA. (07.326.475/0001-11). Valor Total Julgado: R\$ 15.166,08 (quinze mil, cento e sessenta e seis reais e oito centavos). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 05 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAS**Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 45/2014 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2014

Aos oito dias do mês de setembro do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 45/2014, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 08/09/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a prestação de serviços de recolocação de paralelepípedos em pedra, paver e lajotas sextavadas em concreto, conforme especificações constantes nos Anexos VI e VII do Edital de Pregão Presencial nº. 45/2014. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

BULL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME (16.972.821/0001-20)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	m2 RECOLOCAÇÃO DE PARALELEPÍPEDOS DE PEDRA, PAVER E LAJOTAS SEXTAVADAS EM CONCRETO INCLUINDO DESPESAS DE DESLOCAMENTO E FERRAMENTAS.	15.000	R\$ 12,80	R\$ 192.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. O prazo de início de execução é de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Ordem de Serviço do SAMAE, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: no local da obra em que se fizer necessário, indicado na solicitação, dentro do território do Município de Gaspar.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota Fiscal/fatura devidamente datada e assinada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico, e mediante entrega de relatório discriminado dos serviços executados, devidamente aprovado por responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta

corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 08 de setembro de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER- Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

IVONETE MAIS DOS SANTOS - Equipe de Apoio

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 47/2014 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014

Aos dez dias do mês de setembro do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 47/2014, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 10/09/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o fornecimento de saibro arenoso, areia média e areia industrial, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2014. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

EXTRACAO MINERAL & TRANSPORTES WEHMUTH LTDA ME (11.245.145/0001-79)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	m3 SAIBRO ARENOSO PROVENIENTE DE JAZIDA EM GRANU- LOMETRIA VARIÁVEL DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO CONTRATANTE	6.000	R\$ 16,10	R\$ 96.600,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 96.600,00 (Noventa e seis mil e seiscentos reais).

EDUARDO LUIZ BENDINI ME (06.027.657/0001-29)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	m3 Areia Industrial utilizada para reaterro de valas e aplicação em vias composta de mistura de materiais britados ou produtos provenientes de brita- gem, com adição de argila de no máximo 3%. Os materiais destina- dos a composição da referida areia devem estar em conformi- dades com o que prediz os ensaios das normas técnicas NBR NM 248, NBR NM 52, NBR NM 45, NBR 7218, NBR NM 46 e NBR NM 49.	4.000	R\$ 25,30	R\$ 101.200,00
2	m3 AREIA MÉDIA	3.000	R\$ 34,40	R\$ 103.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 204.400,00 (Duzentos e quatro mil e quatrocentos reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 301.000,00 (Trezentos e um mil reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: no almoxarifado do SAMAE, sito na Rua Barão do Rio Branco, nº 500 - Centro, Gaspar/SC ou nos locais das obras em que se fizerem necessários, em todo o território municipal. No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos materiais, contados a partir, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 10 de setembro de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER- Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

IVONETE MAIS DOS SANTOS - Equipe de Apoio

CÂMARA MUNICIPAL

Audiência Pública Pertinente Demonstração E Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2014 Pelo Município de Gaspar

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar convida a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2014 pelo Município de Gaspar.

DATA: 29/9/2014.

HORÁRIO: 15h

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

Resolução Nº 64/2014

RESOLUÇÃO Nº 64/2014

Autoriza a realização de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2014.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº 188/2014, subscrito pelos Vereadores Membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, solicitando a realização de Audiência Pública no dia 29 de setembro de 2014, às 15h, no recinto do Plenário da Edilidade, a respeito da demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2014 (art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Audiência Pública no dia 29 de setembro de 2014, às 15h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a finalidade de se efetivar a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2014 pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a expedição de convites e publicações em jornal local, para a efetivação da Audiência Pública a que se refere o artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de setembro de 2014.

Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick

Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel

Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino

Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato

Vereador - Segundo Secretário

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 371/2014

PORTARIA Nº. 371/2014

NOMEIA Comissão para elaboração e acompanhamento de edital, conforme Lei Complementar nº. 13/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão para elaboração e acompanhamento de edital, conforme Lei Complementar nº. 13/2011:

- Cenira Telma Weber Hohl;
- Cláudia Roberta Chiodini;
- Luana Marangoni;
- Marizete Machado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 372/2014

PORTARIA Nº 372/2014

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora M. L. da S. R., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, incisos III, IV e X da Lei Complementar 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída à servidora M. L. da S. R., matrícula nº. 293903.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Jadir dos Passos e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração

Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 374/2014

PORTARIA Nº 374/2014

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora F. S. de B. K., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, inciso X, da Lei Complementar 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída à servidora F. S. de B. K., matrícula nº. 298530.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Jadir dos Passos e Maria do Nascimento Isidoro, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº.375/2014

PORTARIA Nº 375/2014

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora A. R. P., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, inciso X, da Lei Complementar 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída à servidora A. R. P., matrícula nº. 296848.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Jadir dos Passos e Maria do Nascimento Isidoro, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****Extrato de Contrato - FMS 43 E 44**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 43/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

OBJETO: Contratação de seguro para o veículo Classic LS GM MLP 9317, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 2.400,00

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 10 de setembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 44/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA SDE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: Contratação de seguro para o veículo Fiat Ducato Multi TA MLP 9447, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 4.550,00

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 10 de setembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 3.061/2014.

LEI Nº 3.061/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inseríveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados, localizados no Grupo Escolar Municipal Professor Adolfo Becker:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	2625	01	Monitor de vídeo
02	2629	01	Monitor de vídeo
03	2696	01	Monitor de vídeo
04	2829	01	Monitor de vídeo
05	2830	01	Monitor de vídeo
06	2831	01	Monitor de vídeo
07	2832	01	Monitor de vídeo
08	2833	01	Monitor de vídeo
09	2835	01	Monitor de vídeo
10	2836	01	Monitor de vídeo
11	2934	01	Monitor de vídeo
12	sem número	01	Monitor de vídeo
13	sem número	01	Monitor de vídeo
14	sem número	01	Monitor de vídeo
15	sem número	01	Monitor de vídeo
16	sem número	01	Monitor de vídeo
17	sem número	01	Monitor de vídeo
18	sem número	01	Monitor de vídeo
19	sem número	01	Monitor de vídeo
20	sem número	01	Monitor de vídeo
21	sem número	01	Monitor de vídeo
22	2428	01	CPU
23	2671	01	CPU
24	2821	01	CPU
25	2822	01	CPU
26	2824	01	CPU
27	2825	01	CPU
28	2826	01	CPU
29	2827	01	CPU
30	2833	01	CPU
31	2850	01	CPU
32	2933	01	CPU
33	3353	01	CPU
34	2675	01	Impressora
35	2697	01	Impressora

36	2816	01	Estabilizador
37	sem número	01	Estabilizador
38	sem número	01	Estabilizador
39	sem número	01	Estabilizador
40	sem número	01	Caixa de som
41	sem número	01	Caixa de som
42	sem número	01	Caixa de som
43	sem número	01	Caixa de som
44	sem número	01	Caixa de som
45	sem número	01	Caixa de som
46	sem número	01	Mouse
47	sem número	01	Mouse
48	sem número	01	Mouse
49	sem número	01	Mouse
50	sem número	01	Mouse
51	sem número	01	Mouse
52	sem número	01	Mouse
53	sem número	01	Mouse
54	sem número	01	Mouse
55	sem número	01	Mouse
56	sem número	01	Mouse
57	sem número	01	Mouse
58	sem número	01	Mouse
59	sem número	01	Mouse
60	sem número	01	Mouse
61	sem número	01	Mouse
62	sem número	01	Mouse
63	sem número	01	Mouse
64	sem número	01	Mouse
65	sem número	01	Mouse
66	sem número	01	Mouse
67	sem número	01	Mouse
68	sem número	01	Mouse
69	sem número	01	Mouse
70	sem número	01	Mouse
71	sem número	01	Mouse
72	sem número	01	Mouse
73	sem número	01	Mouse
74	sem número	01	Mouse
75	sem número	01	Mouse
76	sem número	01	Máquina fotográfica
77	sem número	01	Máquina fotográfica
78	sem número	01	Máquina fotográfica
79	sem número	01	Scanner
80	sem número	01	Scanner
81	1925	01	Liquidificador
82	sem número	01	Batedeira
83	sem número	01	Batedeira
84	12648	01	Aparelho de DVD
85	sem número	01	Aparelho de DVD
86	sem número	01	Aparelho de vídeo

87	2692	01	Ventilador
88	sem número	01	Ventilador
89	sem número	01	Adaptador
90	sem número	01	Telefone sem fio
91	sem número	01	Chaveador para impressora
92	sem número	01	Máquina de escrever elétrica

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 09 de setembro 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 3.062/2014.

LEI Nº 3.062/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A LIESJHO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO 'CARNAMOTOS' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permitir o uso, mediante termo próprio, de trecho da Av. Antonio Beviláqua (Av. Beira Rio) compreendido entre o entroncamento com a Av. Independência até a Passarela Atílio Pagnocelli para a realização pela LIESJHO - Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval D'Oeste do evento denominado "Carnamotos" entre os dias 12 e 14 de setembro de 2014.

Art. 2º Fica autorizada a exploração comercial pela LIESJHO naquele local, assim como a interrupção do trânsito no período da sua realização.

Art. 3º É de responsabilidade da LIESJHO a montagem e desmontagem da estrutura, limpeza e sinalização necessárias, segurança e atendimentos de emergência.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 09 de setembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 1026/2014

PORTARIA Nº 1026/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GILMAR CARMO KICH (Matr. 393), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "E" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de abril de 2013 e 07 de abril de 2014, para serem

gozadas a contar de 10 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Setembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1027/2014

PORTARIA Nº 1027/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 713/2014, do Servidor WILLIAN CESAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2012 e 05 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 10 de setembro de 2014 a 19 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Setembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Decisão Impugnação Pregão Nº 027/2014

Estado de Santa Catarina Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de equipamentos médico hospitalares para as diversas ESF's do município.

DECISÃO PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

Tendo em vista a tempestividade dos pedidos de impugnação ao edital de pregão nº 027/2014, no que se ao descritivo dos itens constantes do anexo I do edital; e visando adequar o processo licitatório a norma legal, para atendimento dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo e com base nos pareceres técnico e jurídico

DECIDO:

Pela MANUTENÇÃO do descritivo dos itens nº 12, 20 e 58;

Pelo CANCELAMENTO dos itens nº 43, 47 e 59.

Os demais itens e condições permanecem inalterados, inclusive quanto a data de abertura do certame;

Informem-se as partes interessadas,

Publique-se, Registre-se e, Cumpra-se.

Herval d'Oeste, 11 de setembro de 2014.

Assinado no original

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 198/2014

PORTARIA Nº 198, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“DESIGNA SERVIDORA PARA ASSINAR, CONJUNTAMENTE COM TESOUREIRA, OS CHEQUES, TRANSFERÊNCIAS E DEMAIS DOCUMENTOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a servidora ERICA THOMÉ LAIDNES, brasileira, casada, ocupante do cargo de comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CPF sob nº 006.854.259-32, com Registro Geral nº 4.260.866, para assinar, em conjunto com a Tesoureira, os cheques, transferências e demais documentos bancários relativos a todas as contas bancárias de titularidade do Fundo Municipal da Saúde, do Fundo Municipal da Assistência Social e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
08 DE SETEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. de Adm. e Fazenda'

Portaria Nº 197/2014

PORTARIA Nº 197 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

DESIGNA SERVIDOR PARA REALIZAR TRANSPORTE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Clóvis José Busatto, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Com amparo no artigo 88, inciso VII - XIII da Lei Orgânica.

RESOLVE

Art.1º Designar os servidores Antônio Osmar de Oliveira, Ildo Trevisol e Ivair Micheluzzi, ocupantes do cargo de motorista para efetuarem o transporte dos alunos do Município de Ibiam, matriculados no curso do SENAI/PRONATEC de Campos Novos.

Art.2º O transporte será realizado todas as quintas feiras no horário das 18:00 as 23:00 horas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado nesta secretaria, em 08 de Setembro de Dois Mil e Quatorze.

LAELCIO ANTONIO CASANIGA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ilhota

PREFEITURA

Aviso de Licitação Prg 011 - 2014 FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2014 - FME	
Fundo Municipal de Educação	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTO PAA OS JOGOS ESCOLARES (LOTE 1) E PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO (LOTE 2) DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 2014, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.
ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/09/2014 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/09/2014 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, no Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI - Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 11 de setembro de 2014.

Aviso Chamamento Público 001 - 2014 FME

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2014	
Fundo Municipal de Educação	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO	O objeto do presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP, por ano civil, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/09/2014 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/09/2014 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006, e lei Nº 11.947/2009 - PNAE Programa de Alimentação Escolar.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, site www.ilhota.sc.gov.br ou informações pelo e-mail licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Ilhota, 11 de setembro de 2014.

Imarui

PREFEITURA

Extrato de Contrato 012-030/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

O Município de Imaruí tona público os seguintes procedimentos:
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato N. 013/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Transporte de Passageiros Santo Isidoro Ltda. Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.90.00.00.00.00.0080 - Rubrica 132. Valor Total do contrato: R\$ 7.980,00. Fundamento Legal: inciso IV, art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 25/02/2013 a 01/03/2013. Assinatura: 22/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratada, Sra. Ivonete Matos Isidoro.

Contrato N. 014/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratado: Gilmar de Medeiros Nasário (CPF 868.553.879-34). Objeto: locação de uma sala comercial medindo 08 (oito) metros de frente por 10 (dez) metros de fundos, ou seja, uma área total de 80m², situada na Rua Profº Luiz Félix Barreto, nº. 66 - centro - Imaruí - SC, com o fim específico de sediar o escritório local da EPA-GRI. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0. Valor Total do contrato: O aluguel mensal será no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), totalizando ao final deste contrato o valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Fundamento Legal: art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 22/02/2013 a 23/08/2013. Assinatura: 22/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Gilmar de Medeiros Nasário.

Contrato N. 015/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratado: Claudio Rodrigues de Medeiros (CPF 454.969.949-34). Objeto: aluguel de uma sala na localidade de Forquilha do Rio D'Una de propriedade do LOCADOR, com registro sob o nº 13.536, fls. 118 do livro 3-L, com o fim específico de sediar a agência dos correios comunitária naquela localidade de forma a viabilizar o objeto do Convênio nº 2002/2008 firmado entre a Agência dos Correios e o Município de Imaruí. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0. Valor Total do contrato: aluguel mensal será no valor de R\$ 467,00 (quatrocentos e sessenta e sete reais), totalizando ao final deste contrato o valor de R\$ 2.802,00 (dois mil, oitocentos e dois reais). Fundamento Legal: art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 22/02/2013 a 22/08/2013. Assinatura: 22/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Claudio Rodrigues de Medeiros.

Contrato N. 016/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Sandra Machado Faust (CPF 591.565.549-15). Objeto: aluguel de uma sala na localizada na rua Cel. Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt, nº 81, de propriedade do LOCADOR, com registro sob o nº 1.360, lv. 02. fl. 01, com o fim específico de sediar o escritório local da CIDASC e a Colônia de Pescadores Z-17. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0. Valor Total do contrato: aluguel mensal será no valor de R\$ 1.050,00 (Um mil e cinquenta reais), totalizando ao final deste contrato o valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Fundamento Legal: art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 22/02/2013 a 23/08/2013. Assinatura: 22/02/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sra. Sandra Machado Faust.

Contrato N. 017/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista. Objeto: locação de 12 (doze) salas da parte térrea de um prédio que está edificado em um terreno situado à Rua José Inácio da Rocha, 109, na cidade de Imaruí, estado de Santa Catarina, com uma área total de 585,48 m² (quinhentos e oitenta e cinco metros e quarenta e oito centímetros quadrados). Imóvel Registrado sob nº 5.184, ficha 01, livro 02 do Cartório de Imóveis de Imaruí. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0 - Rubrica 41. Valor Total do contrato: aluguel mensal será no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando ao final deste contrato o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Fundamento Legal: art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 22/02/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 22/02/2013.

Contrato N. 018/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Serrana Engenharia Ltda. Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares gerados no Município de Imaruí/SC. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.028 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0 - Rubrica 325. Valor Total do contrato: R\$ 124.000,00. Fundamento Legal: inciso IV, art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 01/03/2013 a 28/06/2013. Assinatura: 01/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Odair José Mannrich.

Contrato N. 019/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Eletro Comercial Energiluz Ltda Epp. Objeto: Contratação de empresa de engenharia elétrica para execução do serviço de manutenção e melhoria da iluminação pública com fornecimento de materiais. Crédito Orçamentário: Proj./Ativ.: 2.029 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00.0 - Rubrica 338. Valor Total do contrato: R\$ 148.312,11. Carta Convite 003/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 04/09/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sra. Andreia Cristina Gorges Schmitt.

Contrato N. 020/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Transporte de Passageiros Santo Isidoro Ltda. Objeto: Serviço de transporte escolar para o ano letivo de 2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0102 - Rubrica 134). (Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0103 - Rubrica 135). Valor Total do contrato: R\$ 67.200,00. Pregão Presencial 003/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sra. Ivonete Matos Isidoro.

Contrato N. 021/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Oseias de Oliveira MEI. Objeto: Serviço de transporte escolar para o ano letivo de 2013. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0102 - Rubrica 133). Valor Total do contrato: R\$ 9.742,98. Fundamento Legal: inciso IV, Art 24, Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Oseias de Oliveira.

Contrato N. 022/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Transporte de Passageiros Santo Isidoro Ltda. Objeto: Serviço de transporte escolar. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0102 - Rubrica 134). (Proj./Ativ.: 2.022 - Elemento Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00.0103 - Rubrica 135). Valor Total do contrato: R\$ 26.400,00. Pregão Presencial 003/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 20/03/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sra. Ivonete Matos Isidoro.

Contrato N. 023/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Valci Teonaz Borges (CPF 448.223.599-72). Objeto: locação de uma sala medindo 13,50 (treze metros e cinquenta centímetros) de frente por 10,50 (dez metros e cinquenta centímetros) de fundos, ou seja, uma área total de 141m², registro no cartório de imóveis de Imaruí, sob a matrícula número 5.298, situada na Rua Nereu Ramos - centro - Imaruí - SC. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.36.00.00.00.00.0100). Valor Total do contrato: aluguel mensal será no valor de R\$ 1.050,00 (Um mil e cinquenta reais), totalizando ao final deste contrato o valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 05/03/2013 a 05/09/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Valci Teonaz Borges.

Contrato N. 024/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Comercial Mendesgoul Ltda Me. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.108 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 102), (Proj./Ativ.: 2.108 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 103) Valor Total do contrato: R\$ 219.696,20. Pregão Presencial 004/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Assis de Oliveira Goulart.

Contrato N. 025/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Super Líder Alimentos Ltda. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.108 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 102), (Proj./Ativ.: 2.108 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 103) Valor Total do contrato: R\$ 143.433,20. Pregão Presencial 004/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Guilherme Pereira.

Contrato N. 026/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Comercial Mendesgoul Ltda Me. Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.019 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 117), (Proj./Ativ.: 2.017 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 159) Valor Total do contrato: R\$ 18.545,50. Pregão Presencial 005/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Assis de Oliveira Goulart.

Contrato N. 027/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Super Líder Alimentos Ltda. Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.019 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 117), (Proj./Ativ.: 2.017 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 159) Valor Total do contrato: R\$ 13.024,63. Pregão Presencial 005/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr.

Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Guilherme Pereira.

Contrato N. 028/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Ancs Distribuidora Ltda. Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.019 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 117), (Proj./Ativ.: 2.017 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 159) Valor Total do contrato: R\$ 23.037,49. Pregão Presencial 005/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Michel Martins Madeira.

Contrato N. 029/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Orleans Informática Ltda Epp. Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene, Copa e Cozinha e Utensílios Domésticos. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.019 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 117), (Proj./Ativ.: 2.017 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 159) Valor Total do contrato: R\$ 13.822,00. Pregão Presencial 005/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. André Vicente Alberton.

Contrato N. 030/2013. Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Maria Rosangela Rochadel Luiz Me. Objeto: Recarga de Gás de Cozinha 13kg. Crédito Orçamentário: (Proj./Ativ.: 2.008 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 28), (Proj./Ativ.: 2.018 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 75), (Proj./Ativ.: 2.019 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0104 - Rubrica 117), (Proj./Ativ.: 2.017 - Elemento Despesa 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Rubrica 159) Valor Total do contrato: R\$ 14.720,00. Pregão Presencial 006/2013. Fundamento Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/03/2013 a 31/12/2013. Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Contratante, Sr. Manoel Viana de Sousa. Contratado, Sr. Maria Rosangela Rochadel Luiz.

Imbituba**PREFEITURA****Extrato de Publicação de Pregão Presencial Nº 71/2014(PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 117/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 23 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível Contratação de empresa especializada em locação e instalação de banheiros químicos para serem utilizados durante os eventos promovidos e apoiados pela prefeitura de Imbituba durante a temporada de verão 2014/2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de setembro de 2014.

Adilson Jorge Silvestre

Secretário de Turismo

Ipumirim**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 67/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 67/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2014, Processo de Licitação nº 44/2014, homologado em 05 de setembro de 2014.

Objeto: Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.

Valor: R\$ 37.534,00 (Trinta e Sete Mil Quinhentos e Trinta e Quatro Reais)

Assinatura: 08/09/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: HUGO COLOSSI-ME, situada na RUA D. PEDRO II S/N, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.873.512/0001-24.

Extrato de Contrato Nº 68/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 68/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014, Processo de Licitação nº 60/2014, homologado em 08 de setembro de 2014.

Objeto: contratação de empresa para execução de serviços roçada as margens da Rodovia SC-154 trecho divisa com o Município de Arabutã até Ipumirim e trecho da SC-473 Ipumirim a divisa com o Município de Lindóia do Sul, incluindo limpeza das sarjetas, em conformidade com as especificações anexo ao Edital e Convênio nº 2246/2014, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e Prefeitura Municipal de Ipumirim-SC, Processo nº ER33335142.

Valor: R\$ 21.750,00 (Vinte e Um Mil Setecentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 09/09/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CRISTIANO NARDI ME, situada na RUA DAS HORRÊNCIAS, Nº 208, Bairro: JARDIM, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.460.090/0001-21.

Ata de Julgamento de Propostas do PL 59, PP 33-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2014 Data do Processo: 20/08/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para a frota municipal de máquinas e veículos com entrega de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada setor.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 44/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 3 de Setembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 59/2014, Licitação nº 33/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos três dias do mês de setembro do ano de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Julilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, FM PNEUS LTDA, BORILLI PNEUS LTDA e GIARETTA PNEUS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº JANEI MOCCELIN procurador da empresa FM PNEUS LTDA, o Srº CLÓVIS JOSÉ DE CASTILHO procurador da empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, o Srº DORACI FRANCISCO GIARETTA sócio proprietário da empresa GIARETTA PNEUS LTDA e o Srº ADAIR DELAVECHIA procurador da empresa BORILLI PNEUS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente as empresas RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP e GIARETTA PNEUS LTDA credenciaram-se como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise das propostas constatou-se que as licitantes apresentaram a mesma com os requisitos mínimos fixados no Edital. Porém as empresas: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP e GIARETTA PNEUS LTDA foram inabilitadas por não apresentar documentação, conforme o item 4.8 do presente edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Os representantes das empresas: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP e GIARETTA PNEUS LTDA manifestaram interesse em apresentar recurso quanto a sua inabilitação da documentação exigida no item 4.8 do edital, ainda o representante da empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP questionou que a empresa FM PNEUS LTDA possui em seu quadro, como sócio proprietário, conforme contrato social apresentado o Sr CASILDO JOÃO MALDANER como candidato a Deputado Federal, sendo que o mesmo não poderia participar da referida licitação, abre-se prazo de 3(três) dias consecutivos para interposição de recursos, conforme item 9.14 do edital. As demais empresas não apresentaram interesse recursal, renunciando expressamente ao direito de recorrer do julgamento das fases desta licitação. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 17.5X25 BORRACHUDO, A QUENTE, COM NO MINIMO 40 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA	UN	20,00	Vipal	0,0000	1.267,3889	25.347,78
16	VULCANIZAÇÃODE PNEU 17.5 X 25 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	0,0000	362,1111	7.242,22
Total do Participante ----->							32.590,00

LOTE: 2

Participante: 6071 - F.M. PNEUS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEUS 1.400X24 BORRACHUDO, COM NO MINIMO 34 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA.	UN	80,00	VIPAL	0,0000	1.083,675	86.694,00
17	VULCANIZAÇÃODE PNEU 1400 X 24 BORRACHUDO	UN	60,00	VIPAL	0,0000	268,4333	16.106,00
Total do Participante ----->							102.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 33/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 59/2014
 Data do Processo: 20/08/2014

Folha: 2/3

LOTE: 3
Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 14.9 X24 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 35CM DE LARGURA DE BANDA, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 3,5 CM DE LARGURA DE GARRA.	UN	8,00	Vipal	0,0000	876,8951	7.015,16
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 X 24 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	0,0000	239,242	4.784,84

Total do Participante -----> 11.800,00

LOTE: 4
Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 18.4 X34 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 42 CM DE LARGURA DE BANDA, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4 CM DE LARGURA DE GARRA.	UN	6,00	Vipal	0,0000	1.436,7514	8.620,51
19	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 34 BORRACHUDO	UN	8,00	Vipal	0,0000	327,4364	2.619,49

Total do Participante -----> 11.240,00

LOTE: 5
Participante: 6071 - F.M. PNEUS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 175/70 R13, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	20,00	VIPAL	0,0000	95,00	1.900,00
6	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 175/70 R14, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	20,00	VIPAL	0,0000	100,00	2.000,00
10	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 255/75 R 15 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	16,00	VIPAL	0,0000	240,00	3.840,00
12	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 205/75 R 16 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	12,00	VIPAL	0,0000	208,00	2.496,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205/75 R 16 BORRACHUDO	UN	8,00	VIPAL	0,0000	70,00	560,00
23	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU 205/75 R14, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO.	UN	8,00	VIPAL	0,0000	150,00	1.200,00
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 255/75 R15 BORRACHUDO	UN	10,00	VIPAL	0,0000	70,00	700,00

Total do Participante -----> 12.696,00

LOTE: 6
Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 12.5/80 X18 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 29 CM DE LARGURA DE BANDA E 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	UN	20,00	Vipal	0,0000	743,1533	14.863,07
21	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/ 80 X 18 BORRACHUDO	UN	20,00	Vipal	0,0000	176,8467	3.536,93

Total do Participante -----> 18.400,00

LOTE: 7
Participante: 6071 - F.M. PNEUS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO DA BANDA DE RODAGEM	UN	40,00	VIPAL	0,0000	463,3885	18.535,54
9	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 BORRACHUDO RADIAL, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO DA BANDA DE RODAGEM PARA RECAPAGENS DE 2ª VIDA EM DIANTE.	UN	100,00	VIPAL	0,0000	473,3539	47.335,39
11	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 LISO COM NO MÍNIMO 18,0 MM DE PROFUNDIDADE DA BANDA DE RODAGEM	UN	20,00	VIPAL	0,0000	453,4232	9.068,46
13	RECAPAGEM A QUENTE PNEUS 10 X 16.5 BORR. DESENHO G2	UN	30,00	VIPAL	0,0000	453,4232	13.602,70
15	Recapagem a frio de Pneus 1000R 20 Borrachudo radial, Com no mínimo 22 mm de profundidade de Sulco e 220 mm de largura da banda de rodagem para 1ª Vida.	UN	60,00	VIPAL	0,0000	473,3539	28.401,23
22	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000 R 20 BORRACHUDO	SER	80,00	VIPAL	0,0000	119,5841	9.566,73

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2014 Data do Processo: 20/08/2014

Folha: 3/3

LOTE: 7

Participante: 6071 - F.M. PNEUS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
25	Vulcanização de pneus 10 x 16,5- Bob Cai	UN	20,00	VIPAL	0,0000	144,4975	2.889,95

Total do Participante -----> 129.400,00

LOTE: 8

Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Recapuchagen á quente Pneu 19.5 x 24 Borrachudo, com no mínimo 09 cm de largura de Garra.	UN	10,00	Vipal	0,0000	1.424,1494	14.241,49
26	Vulcanização de pneus 19,5 x 24- tração retroescavadeira	UN	10,00	Vipal	0,0000	345,8506	3.458,51

Total do Participante -----> 17.700,00

LOTE: 9

Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Borrachudo, Com no mínimo 22 mm de profundidade de Sulco e 220 mm de largura da banda de rodagem para 1ª Vida.	UN	20,00	Vipal	0,0000	471,8037	9.436,07
28	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Liso	UN	10,00	Vipal	0,0000	452,063	4.520,63
29	Vulcanização pneu 295/80 R 22,5- borrachudo	UN	20,00	Vipal	0,0000	101,6648	2.033,30

Total do Participante -----> 15.990,00

LOTE: 10

Participante: 9455 - BORILLI PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	Recapagem á frio de pneus 23.1 x 26- rolo compactador	UN	2,00	Vipal	0,0000	2.070,8796	4.141,76
31	Vulcanização pneu 23.1 x26	UN	4,00	Vipal	0,0000	259,5602	1.038,24

Total do Participante -----> 5.180,00

Total Geral -----> 357.796,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 3 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDÉCIR FRANCO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 59, PP 33-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2014 Data do Processo: 20/08/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2014
b) Licitação Nr.: 33/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/09/2014
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para serviços de recapagem , recauchutagem e vulcanização de pneus para a frota municipal de máquinas e veículos com entrega de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada setor.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

1	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 17.5X25 BORRACHUDO, A QUENTE, COM NO MINIMO 40 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	1.267,3889	25.347,78
16	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5 X 25 BORRACHUDO - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	362,1111	7.242,22
Total do Fornecedor:						32.590,00

LOTE: 2**F.M. PNEUS LTDA. (6071)**

2	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEUS 1.400X24 BORRACHUDO, COM NO MINIMO 34 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8 CM DE LARGURA DE GARRA. - Marca: VIPAL	UN	80,00	0,0000	1.083,675	86.694,00
17	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 BORRACHUDO - Marca: VIPAL	UN	60,00	0,0000	268,4333	16.106,00
Total do Fornecedor:						102.800,00

Ipumirim, 10 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2014 Data do Processo: 20/08/2014

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 3****BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

3	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 14.9 X24 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 35CM DE LARGURA DE BANDA, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 3,5 CM DE LARGURA DE GARRA. - Marca: Vipal	UN	8,00	0,0000	876,8951	7.015,16
18	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 X 24 BORRACHUDO - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	239,242	4.784,84
Total do Fornecedor:						11.800,00

LOTE: 4**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

4	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 18.4 X34 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 42 CM DE LARGURA DE BANDA, 4 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4 CM DE LARGURA DE GARRA. - Marca: Vipal	UN	6,00	0,0000	1.436,7514	8.620,51
19	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4 X 34 BORRACHUDO - Marca: Vipal	UN	8,00	0,0000	327,4364	2.619,49
Total do Fornecedor:						11.240,00

LOTE: 5**F.M. PNEUS LTDA. (6071)**

5	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 175/70 R13, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. - Marca: VIPAL	UN	20,00	0,0000	95,00	1.900,00
6	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 175/70 R14, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. - Marca: VIPAL	UN	20,00	0,0000	100,00	2.000,00
10	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 255/75 R 15 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO. - Marca: VIPAL	UN	16,00	0,0000	240,00	3.840,00
12	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 205/75 R 16 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO. - Marca: VIPAL	UN	12,00	0,0000	208,00	2.496,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205/75 R 16 BORRACHUDO - Marca: VIPAL	UN	8,00	0,0000	70,00	560,00
23	RECAPAGEM A FRIO DE PNEU 205/75 R14, COM NO MÍNIMO 12 MM DE SULCO. - Marca: VIPAL	UN	8,00	0,0000	150,00	1.200,00
24	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 255/75 R15 BORRACHUDO - Marca: VIPAL	UN	10,00	0,0000	70,00	700,00
Total do Fornecedor:						12.696,00

LOTE: 6**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

7	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEUS 12.5/80 X18 BORRACHUDO, COM NO MÍNIMO 29 CM DE LARGURA DE BANDA E 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	743,1533	14.863,07
21	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/ 80 X 18 BORRACHUDO - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	176,8467	3.536,93
Total do Fornecedor:						18.400,00

Ipumirim, 10 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2014 Data do Processo: 20/08/2014

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 7****F.M. PNEUS LTDA. (6071)**

8	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.DA BANDA DE RODAGEM - Marca: VIPAL	UN	40,00	0,0000	463,3885	18.535,54
9	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 BORRACHUDO RADIAL, COM NO MÍNIMO 17 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.DA BANDA DE RODAGEM PARA RECAPAGENS DE 2ª VIDA EM DIANTE. - Marca: VIPAL	UN	100,00	0,0000	473,3539	47.335,39
11	RECAPAGEM A FRIO PNEUS 1.000 R 20 LISO COM NO MÍNIMO 18,0 MM DE PROFUNDIDADE DA BANDA DE RODAGEM - Marca: VIPAL	UN	20,00	0,0000	453,4232	9.068,46
13	RECAPAGEM À QUENTE PNEUS 10 X 16.5 BORR. DESENHO G2 - Marca: VIPAL	UN	30,00	0,0000	453,4232	13.602,70
15	Recapagem a frio de Pneus 1000R 20 Borrachudo radial, Com no mínimo 22 mm de profundidade de Sulco e 220 mm de largura da banda de rodagem para 1ª Vida. - Marca: VIPAL	UN	60,00	0,0000	473,3539	28.401,23
22	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000 R 20 BORRACHUDO - Marca: VIPAL	SER	80,00	0,0000	119,5841	9.566,73
25	Vulcanização de pneus 10 x 16,5- Bob Cat - Marca: VIPAL	UN	20,00	0,0000	144,4975	2.889,95
Total do Fornecedor:						129.400,00

LOTE: 8**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

14	Recauchutagen á quente Pneu 19.5 x 24 Borrachudo, com no mínimo 09 cm de largura de Garra. - Marca: Vipal	UN	10,00	0,0000	1.424,1494	14.241,49
26	Vulcanização de pneus 19,5 x 24- tração retroescavadeira - Marca: Vipal	UN	10,00	0,0000	345,8506	3.458,51
Total do Fornecedor:						17.700,00

LOTE: 9**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

27	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Borrachudo, Com no mínimo 22 mm de profundidade de Sulco e 220 mm de largura da banda de rodagem para 1ª Vida. - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	471,8037	9.436,07
28	Recapagem a frio pneu 295/80 R 22,5- Liso - Marca: Vipal	UN	10,00	0,0000	452,063	4.520,63
29	Vulcanização pneu 295/80 R 22,5- borrachudo - Marca: Vipal	UN	20,00	0,0000	101,6648	2.033,30
Total do Fornecedor:						15.990,00

LOTE: 10**BORILLI PNEUS LTDA ME (9455)**

30	Recapagem á frio de pneus 23.1 x 26- rolo compactador - Marca: Vipal	UN	2,00	0,0000	2.070,8796	4.141,76
31	Vulcanização pneu 23.1 x26 - Marca: Vipal	UN	4,00	0,0000	259,5602	1.038,24
Total do Fornecedor:						5.180,00
Total Geral:						357.796,00

Ipumirim, 10 de Setembro de 2014.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Notificação Nº 06/2014

Edital de Notificação nº 06/2014 VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 07/08/2014 à 08/09/2014

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	15.747,33
417213302000000	Transferências SUS - ESF	10.110,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	16.224,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	5.857,34
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	6.290,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	4.460,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	7.392,06
417213313000000	Transferências SUS - PMAQ	52.500,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMILIA	687,50
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	413,44
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	26.396,74
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	8.092,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	5.280,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	3.440,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.804,64
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.470,14
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	1.036,10
Total dos Recursos Recebidos no Período		172.201,29

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11. Ipumirim(SC), em 09.09.2014

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N.º 2.660/2014

Decreto nº 2.660/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais.)

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
4.4.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
0.01.0218 (64)		
T O T A L R\$ 28.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 0218 - Vigilância Sanitária.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.661/2014

Decreto nº 2.661/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 9.433,87 (Nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 9.433,87
0.03.0218 (91)		
T O T A L R\$ 9.433,87		

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 9.433,87
0.03.0218 (92)		

T O T A L R\$ 9.433,87

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria N.º 430/2014

PORTARIA N.º 430/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR ALCENI DA FÁTIMA BRAZ, nascida em 02/09/1980, portadora do CPF nº 027.542.389-13 RG. nº 4.198.363 SESP/SC, para no período de 01/09/2014 a 19/12/2014, exercer as atividades de Monitadora de Creche ACT (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital nº 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 060/2014/SME, para atuar no CEI São José do Timbózinho, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 431/2014

PORTARIA N.º 431/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR MARIA VIRLEI LIMA, nascida em 12/08/1976, portadora do CPF n.º 018.195.019-73 RG. n.º 3.611.038, SESP/SC, para no período de 01/09/2014 a 19/12/2014, exercer as atividades de Monitora de Creche ACT (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n.º 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 0612014/SME, para atuar no CEI Rio Vermelho, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 432/2014

PORTARIA N.º 432/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR ADRIANA KOMAN, nascida em 04/09/1985, portadora do CPF n.º 045.452.029-85, RG. n.º 4.819.419, SESP/SC, para no período de 04/09/2014 a 03/10/2014, exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n.º 011/2013, homologado em 02/01/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 059/2014/SME, para atuar em substituição a professora efetiva Denise de Fátima Piecharki Braga, que está em atividade no reforço escolar no Programa Mais Educação.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 433/2014

PORTARIA Nº. 433/2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CONTADORA GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VIII da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, a contar da data de 01/09/2014, MARIA EMILIA SCHIESSL ALBERTI, nascida em 16/04/1975, portadora do CPF n.º 936.929.279-91, RG n.º 3.118.068-0-SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CONTADORA GERAL do Município, criado através da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 437/2014

PORTARIA N.º. 437/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a CARLOS GUILHERME SILVA DO AMARAL, servidor nomeado para o emprego público de Odontólogo (Programa de Saúde Bucal), portador da CNH Registro nº 02301300210, categoria AB, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, quando no desempenho de suas atividades.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Decreto N.º 2.662/2014

DECRETO N.º 2.662/2014.

"Constitui Comissão Especial para Avaliação de Imóveis e dá outras Providências."

O Prefeito Municipal de Irineópolis. Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial de Avaliação, com o objetivo específico de proceder à análise e avaliação dos seguintes imóveis:

I. Imóvel de propriedade do Município de Irineópolis, adquirido com a finalidade de implantação da área industrial, cadastrado no Patrimônio Municipal sob o código 9766, matriculado sob nº 20.355, com área de 96.597,00 m², com o objetivo de desafetar, declarar a inservibilidade e atribuir valor mínimo de mercado ao imóvel, para fins de alienação ou permuta pelo Executivo

Municipal;

II. Imóvel de propriedade do senhor Daniel Antônio Parra, matriculado sob o nº 9667, com área de 111.500m², com o objetivo de analisar, avaliar, verificar a servilidade e atribuir valor de mercado ao imóvel, para fins de aquisição e/ou permuta pelo Executivo Municipal.

Art. 2º A Comissão Especial que trata o presente Decreto será composta pelos seguintes membros:

- I. Francisco Eraldo Konkol;
- II. Gilson João Cabral;
- III. Marcelo Giroto de Cavalho;
- IV. Julian Sidor;
- V. Sidnei Wagner.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão deverão ser apresentados ao Executivo Municipal, mediante relatório circunstanciado, devidamente acompanhado da documentação correlata.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS

Extrato de Contrato Nº 06/2014.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 06/2014

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Fábio Roberto Kampmann

Objeto: Prestação de serviços de assessoria, orientação, consultoria, análise jurídica e assinatura de documentos, o que se fizer necessário para o bom andamento das atividades o Hospital Municipal e da Prefeitura.

Vigência: 01/09/2014 a 31/12/2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 e princípios gerais de direito.

WIANEY DE CASSIA OLIVERA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente HMBJ

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação Nº 31/2014

Processo Licitatório nº 31/2014, Pregão Eletrônico nº 18/2014. Objeto: Registro de Preços para aquisição de material odontológico para uso do Profissional das Equipes de Saúde da Família - ESF da Secretaria Municipal de Saúde. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 24/09/2014. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 25/09/2014 às 08:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaiopolis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

Itaiópolis, 10/09/2014,
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 121/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e RAFAEL SCHNEIDER WELTER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga - SC, 10 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 2.917, de 08 de Setembro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.917, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"Institui Banco de Registro de Milhagens Aéreas no âmbito do município de Itapiranga e dá outras providências".

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal nos artigos 41, §1º e 42 §6º, e artigo 30, inciso IX e artigo 37, inciso III do Regimento Interno

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de Itapiranga, que o Plenário desta Corte aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado no município de Itapiranga o Banco de Registro de Milhagens Aéreas proveniente de passagens e prêmios de milhagens aéreas adquiridas com recursos públicos municipais da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. Os prêmios ou créditos de milhagens aéreas oferecidos pelas companhias de transporte serão incorporados ao erário e utilizados exclusivamente em missões oficiais.

Art. 2º. Os agentes políticos e servidores públicos municipais que mantiverem cadastro nos programas de fidelidade das companhias de transporte aéreo deverão informar à Secretaria de Administração, em formulário próprio, o número de registro sob o qual tenha sido creditada a pontuação decorrente de viagens pagas com recursos públicos.

Art. 3º. A fim de viabilizar a aplicação do disposto no artigo 2º, os agentes e servidores deverão, no prazo de dez dias após a prestação de contas relativas às diárias de viagens, encaminhar a Secretaria Municipal de Administração, os comprovantes dos créditos de milhagens obtidos em face dos correspondentes deslocamentos, mediante apresentação de cópia do respectivo bilhete de embarque, quando houver a indicação respectiva, ou do extrato emitido pela companhia de transporte aéreo que prestou os serviços custeados pelo erário.

Parágrafo único. No caso do Poder Legislativo, o encaminhamento

deverá se dar ao setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores. Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração promoverá o imediato lançamento dos créditos no Banco de Registro de Milhagens, vinculado ao respectivo agente político ou servidor público.

Art. 5º Observado os prazos de caducidade, os créditos lançados no Banco de Registro de Milhagens serão utilizados na aquisição de passagens aéreas para deslocamentos funcionais de agentes e servidores da Administração, Direta e Indireta;

Art. 6º. Para implementação do disposto no artigo 5º, o agente ou servidor público titular do prêmio concedido pela companhia aérea efetuará a aquisição da passagem nos nomes indicados pelo Setor requerente.

Art. 7º. O chefe de cada Poder regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 08 de setembro de 2014.

Gabriel Antonio Celuppi

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Decreto Nº 155, de 9 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 155, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014.

Designa comissão de avaliação e vistoria de veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59, combinado com a alínea p do inciso I do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os senhores JORGE LUIS SIMON, ADEMIR ROHDEN e a empresa AUTO MECANICA SIRIMAR LTDA para, sob a presidência do primeiro designado, compor a comissão para a realização da vistoria e avaliação do veículo I/VW AMAROK CD 4X4 SE, placas MKN7137, ano 2012, modelo 2013, RENAVAL 496262246, CHASSI WV1DB42H7DA005109, cor prata, para a prestação de serviço de táxi no ponto na Linha Santa Fé Alta, município de Itapiranga - SC.

§ 1º A Comissão designada no caput do artigo deverá, no prazo de cinco dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação do referido veículo, bem como outras referências de interesse da Administração Municipal.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 9 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Lm Nº 543/2014 - Autoriza O Poder Executivo Municipal Abrir Créditos Adicionais Suplementares por Anulações de Dotações.

LEI MUNICIPAL Nº 543/2014

Data: 03 de setembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2091 Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação

33190 Aplicações Diretas (76) FR 30042R\$ 994.000,00

123610021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais de Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (19) FR 10100R\$ 170.000,00

33190 Aplicações Diretas (77) FR 30100R\$ 516.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440005.2143 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (25) FR 10000R\$ 284.980,00

Total das SuplementaçõesR\$ 1.964.980,00

Anulações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (491) FR 30000R\$ 230.000,00

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

06.02 Departamento de Urbanismo

044510004.1002 Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio

33390 Aplicações Diretas (57) FR 10000R\$ 4.950,00

34490 Aplicações Diretas (58) FR 10000R\$ 45.050,00

044510004.1004 Pavimentação da Av. Ana Maria Rodrigues de Freitas

34490 Aplicações Diretas (60) FR 10000R\$ 100.000,00

34490 Aplicações Diretas (530) FR 30000R\$ 286.000,00

34490 Aplicações Diretas (510) FR 30042R\$ 994.000,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2042 Horas Máquinas nas Atividades Agrícolas da Comunidade Saí Mirim

33390 Aplicações Diretas (115) FR 10000R\$ 204.990,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS

11.01 Departamento de Obras

154510009.2147 Ensaibramento das Ruas Joaquim Peres, Valter Crisanto e José da S. Pacheco

33390 Aplicações Diretas (207) FR 10000R\$ 99.990,00

Total das AnulaçõesR\$ 1.964.980,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2269/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Anulações de Dotações.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2269/2014

Data: 03 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 453/2014, de 03 de setembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 1.964.980,00 (um milhão novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e oitenta reais), conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

123610021.2091 Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação

33190 Aplicações Diretas (76) FR 30042R\$ 994.000,00

123610021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais de Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (19) FR 10100R\$ 170.000,00

33190 Aplicações Diretas (77) FR 30100R\$ 516.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440005.2143 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (25) FR 10000R\$ 284.980,00

Total das SuplementaçõesR\$ 1.964.980,00

Anulações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (491) FR 30000R\$ 230.000,00

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

06.02 Departamento de Urbanismo

044510004.1002 Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio

33390 Aplicações Diretas (57) FR 10000R\$ 4.950,00

34490 Aplicações Diretas (58) FR 10000R\$ 45.050,00

044510004.1004 Pavimentação da Av. Ana Maria Rodrigues de Freitas

34490 Aplicações Diretas (60) FR 10000R\$ 100.000,00

34490 Aplicações Diretas (530) FR 30000R\$ 286.000,00

34490 Aplicações Diretas (510) FR 30042R\$ 994.000,00

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2042 Horas Máquinas nas Atividades Agrícolas da Comunidade Saí Mirim

33390 Aplicações Diretas (115) FR 10000R\$ 204.990,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS

11.01 Departamento de Obras

154510009.2147 Ensaibramento das Ruas Joaquim Peres, Valter Crisanto e José da S. Pacheco

33390 Aplicações Diretas (207) FR 10000R\$ 99.990,00

Total das AnulaçõesR\$ 1.964.980,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2270/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL NO2270/2014

Data: 03 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando a CI nº 95/2014, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, da DR 10.000, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos reais), conforme segue:

Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.03 Fundo Municipal de Saneamento Básico

175120010.2084 Manejo de Resíduos Sólidos

33390 Aplicações Diretas (222) DR 10000R\$ 54.800,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2271/2014 - Exonera Diretor de Urbanismo

DECRETO MUNICIPAL NO2271/2014

Data: 04 de Setembro de 2014.

EXONERA DIRETOR DE URBANISMO, DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Fica exonerado o Sr. VALDEMIR ANTONIO OLKOSKI, no cargo de Diretor de Urbanismo, da Secretaria de Planejamento e urbanismo.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04 de Setembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2273/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação Dentro da Mesma Categoria de Programação.

DECRETO MUNICIPAL NO2273/2014

Data: 05 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal 501/2013 - LOA 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme segue:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (44) DR 66301R\$ 5.000,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440005.2122 Manutenção do FMAS

34490 Aplicações Diretas (31) DR 66301R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2272/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Anulações de Dotações Dentro da Mesma Categoria de Programação.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2272/2014

Data: 05 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA D EPROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 501/2013 -LOA 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma categoria de programação, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 9.656,00 (nove mil seiscentos e cinquenta e seis reais), conforme segue:
Suplementações

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA

04.01 Departamento Jurídico

020610017.2012 Manutenção da Procuradoria Jurídica

34490 Aplicações Diretas (29) DR 10000R\$ 8.656,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

154510009.2074 Manutenção do Departamento de Obras

34490 Aplicações Diretas (461) DR 10042R\$ 1.000,00

Total das SuplementaçõesR\$ 9.656,00

Anulações

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA

04.01 Departamento Jurídico

020610017.2012 Manutenção da Procuradoria Jurídica

33390 Aplicações Diretas (28) FR 10000R\$ 8.656,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

154510009.2074 Manutenção do Departamento de Obras

33390 Aplicações Diretas (460) DR 10042R\$ 1.000,00

Total das AnulaçõesR\$ 9.656,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2274/2014 - Altera Tarifa de Coleta de Lixo.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2274/2014

Data: 05 de setembro de 2014.

AUTORIZA A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA, A REAJUSTAR O PLANO TARIFÁRIO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, Considerando que a cláusula. 7.18 do Contrato de Concessão dos Serviços de Engenharia Sanitária estabelece a correção da tarifa relativa à coleta de resíduos sólidos;

Considerando a Deliberação nº 14/2014 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, o qual autorizou o reajuste de 5,3265% sobre o Plano Tarifário Atual, sendo esta a reposição inflacionária de acordo com o IGP-M do período de agosto de 2013

a julho de 2014,

DECRETA

Art.1º Fica autorizada a empresa Serrana Engenharia Ltda, através de sua filial, Surbi - Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Itapoá, a reajustar em 5,3265% o Plano Tarifário Atual, sendo esta a reposição inflacionária de acordo com o IGPM do período de Agosto de 2013 á Julho de 2014, de forma linear a partir de 1º de Janeiro de 2015, passando a valor mensal de 15,73 (Quinze reais e setenta e três centavos) para 16,57 (Dezesseis reais e cinquenta e sete centavos) totalizando o valor anual de 198,84 (Cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Itapoá (SC), 05 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2275/2014 - Institui E Nomeia Comissão Especial de Licitação Para Acompanhamento da Elaboração E Fiscalização das Etapas do Convite Nº 23/2014 - Processo 109/2014 - Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2275/2014

Data: 08 de setembro de 2014.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA CIDADE DE ITAPOÁ, CONFORME CONVITE Nº 23/2014 - PROCESSO Nº 109/2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO comunicação interna nº 78/2014, de 08 de setembro de 2014, da Secretaria de Administração e Finanças/Departamento Licitações e contratos;

CONSIDERANDO a implantação do certame licitatório na modalidade CONVITE nº 23/2014 □ Processo 109/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá e elaboração dos estudos pertinentes à confecção de minuta de edital de licitação para os serviços de transporte público de passageiros no modo rodoviário urbano, do Município de Itapoá/SC;

E em atendimento ao disposto na cláusula décima quarta, do referido CONVITE,

DECRETA

Art.1º Fica instituída a comissão especial para acompanhamento da execução do serviço de elaboração do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá, conforme Convite nº 23/2014 - Processo 109/2014, composta pelos seguintes membros:

Três membros do Poder Executivo:

1) Marta Regina Bedin

2) Valdir Martins Gonçalves

3) Adalberto Geraldo Lupatelli

Dois membros da Sociedade Civil

1) Sérgio Valle Machado

2) Jefferson Maleski

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2276/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2276/2014

Data: 09 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal 501/2013 - LOA 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação referente à DR 10.000, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 185.000,00 (cento e cinco mil reais), conforme segue:

Suplementações

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**01.01 Câmara Municipal de Itapoá****010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal**

33190 Aplicações Diretas DR 10000R\$ 33.000,00

06.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**06.01 Departamento de Planejamento****044510004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento**

33390 Aplicações Diretas (53) DR 10000R\$ 55.000,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA**10.02 Fundo Municipal de Meio-Ambiente - FMMA****185410007.2056 Manutenção do FMMA**

33390 Aplicações Diretas (154) DR 10000R\$ 60.000,00

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**14.01 Fundo Municipal de Saúde****103010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde**

33390 Aplicações Diretas (32) FR 10200R\$ 37.000,00

Total das SuplementaçõesR\$ 185.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 09 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 37/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 37/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 024/2014 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, num período determinado de 45 dias, compreendidos entre 16/09/2014 a 31/10/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para

complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 11 e 12 mês de setembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga História 40hs

1 vaga Português 20hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 15 de setembro 2014 às 12hs.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

- 14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 19- Tipagem sanguínea
- 20- Laudo médico
- 21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
- 22- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 6.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;
- 6.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;
- 6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 10 de setembro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário 36/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO 36/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando as Leis 016/2007, 076/2001 e o anexo VI da Lei Municipal N.º 155/03 de 09 de janeiro de 2003 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de Ajudante Geral, num período determinado de 95 dias, compreendidos entre 16/09/2014 a 19/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1- O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para o preenchimento de 01 (uma) vaga de Ajudante Geral, mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação.
- 1.2- As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;
- 1.3- O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;
- 1.4- O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;
- 1.5- A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº Leis 016/2007, 076/2001 e o anexo VI da Lei Municipal N.º 155/03 de

09 de janeiro de 2003;

- 1.6- Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.
- 1.7- A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.
- 1.8- Atribuições Típicas:
 - Conferir quando do recebimento de mercadorias, a conformidade com o pedido e a nota fiscal emitida, sob supervisão;
 - Proceder à troca das embalagens de entrega dos fornecedores pelos contentores próprios;
 - Retirar, quando necessário, os gêneros das caixas ou embalagens secundárias em que se encontrarem;
 - Armazenar e organizar as mercadorias e gêneros de acordo com orientações superiores;
 - Registrar em formulário próprio a entrada e saída de gêneros e mercadorias;
 - Executar o armazenamento dos gêneros que necessitam de refrigeração em câmara refrigeradora, de acordo com as normas de higiene e segurança determinadas;
 - Executar limpeza dos gêneros a serem armazenados, a higienização do local destinado para cortes de produtos; e o corte, tanto manual quanto com a utilização de equipamentos próprios, sob supervisão;
 - Retirar os gêneros dos depósitos, câmaras refrigeradoras e freezer, observando a utilização de procedimentos de segurança;
 - Transportar os gêneros do local de armazenamento até o local de preparo;
 - Auxiliar no carregamento dos recipientes térmicos de transporte de alimentos;
 - Auxiliar na distribuição das mercadorias, equipamentos, utensílios e refeições;
 - Zelar pela conservação dos equipamentos e instalações;
 - Manter limpo e arrumado o local de trabalho;
 - Executar outras atribuições afins.
- 1.9- Requisitos para Provimento:
 - Ensino fundamental completo.

2. DAS INSCRIÇÕES:

- 2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 11 e 12 do mês de setembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.
- Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

- 1 vaga Ajudante Geral 40hs
- 3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

- 4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.
- 4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.
- 4.3 - A classificação será publicada dia 15 de setembro 2014 às 12hs.
- 4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)

- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 19- Tipagem sanguínea
- 20- Laudo médico
- 21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
- 22- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 6.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;
- 6.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;
- 6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 10 de setembro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretaria de Educação

Secretaria de Educação: Classificação do Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 33/2014

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 33/2014

Artes

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Lucyana Bernardini Arnhold
2	02	Karine Coco
3	03	Tania Maria Madureira Chevonica
4	04	Francis Carla Anacleto Bózio

Itapoá, 04 de setembro de 2014

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

Administrador (a) Escolar

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Margarete Frozza /mertz
2	02	Celi de Fátima Zotto
3	03	Nelma Machado
4	04	Lindomar Silva de Jesus

Itapoá, 04 de setembro de 2014

Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

Ata do Pregão Presencial Nº 61/2014, Processo Licitatório Nº 114/2014 - Análise de Propostas, Lances Verbaís E Habilitação

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 10/09/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº61/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONNERS ORIGINAIS PARA A DEMANDA DE IMPRESSÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
EXCLUSIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
A A DA SILVA CARTUCHOS
ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME
MARCELO WEINRICH ME
AGIL NEWS INFORMATICA LTDA
JFA INFORMATICA - COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME
SUELEN CRISTINA PROVENSI ME

Representantes (Credenciados)
RENATO FERREIRA
ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA
JANIO FRANCISCO HOFFMANN
CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
HERIVELTON HERMENEGILDO
CLAUDIO JOSE NOS
ANDRESON ALVES DOS SANTOS
SEBASTIAO MORI
EVANDRO MARCOS FERREIRA
WELLINGTON AUGUSTO MACHADO

Analizados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresas (Não Credenciadas)
MONICA ELISANGELA REMENHUK

Motivo: Procuração vencida.

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance
1	A A DA SILVA CARTUCHOS	9.299,0000
2	ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA	815,0000
3	ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA	527,6000
4	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA M	42.740,0000
5	AGIL NEWS INFORMATICA LTDA	21.800,0000
6	ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA	588,5700

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que todas empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
A A DA SILVA CARTUCHOS	9.299,0000
ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA	1.931,1700
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA M	42.740,0000
AGIL NEWS INFORMATICA LTDA	21.800,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10/09/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

PRESENTE NA SESSÃO:
RAFAEL VIDA ALMEIDA

Assinantes	
Representantes	Assinatura
A A DA SILVA CARTUCHOS	
ESCRIMATE COM.REP.MAT. ESC.E INFORM.LTDA	
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA M	
AGIL NEWS INFORMATICA LTDA	
JFA INFORMATICA - COMERCIO E SERVIÇOS DE	
TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN-ME	
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	
SUELEN CRISTINA PROVENSI ME	

Convite Nº 27/2014 - Processo Nº 123/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 29/09/2014 às 11h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 11h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 27/2014 - PROCESSO Nº 123/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de sistema de tratamento de esgoto na Unidade de Educação Infantil Mundo Encantado, no Balneário Princesa do Mar, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura, especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 10 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Joaçaba

CÂMARA MUNICIPAL

PP 16.2014 - Nota de Anulação

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2014 - PR
CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 16/2014 Processo de Licitação: 16/2014 Data do Processo: 22/08/2014
Objeto: Serviços de fornecimento automático de café e bebidas quentes para a nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Rua Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC, que compreenderá o emprego de todos os equipamentos e de uma máquina de café expresso e bebidas quentes, sistema "self-service", utilizando café em grãos, a serem moídos na hora, e insumos solúveis necessários à execução dos serviços conforme especificações do anexo I.	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2014</u></p> <p>Motivo: Denota-se que o presente certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 26 de agosto de 2014; Mural Público a partir do dia 22 de agosto de 2014 e no site da Câmara a partir do dia 22 de agosto de 2014, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Pregão, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA.</p> <p style="text-align: center;">Joaçaba, 8 de Setembro de 2014</p> <p style="text-align: center;">----- FRANCISCO MOREIRA LOPES PRESIDENTE DA CAMARA</p>	

Lages**PREFEITURA****PP 75-2014 PML E PP 42-2014 SMS**

Modalidade: PP 75-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Sinalização Horizontal

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 25/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 479.324,00

Modalidade: PP 42-2014 SMS

Objeto: Aquisição de Hardware

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 01/10/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 261.838,98

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 10 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 41/FMS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/FMS

PROCESSO Nº39/FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 23 de setembro de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para fornecimento de Material Odontológico e Cirúrgico para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller - SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de setembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 34/2014 - Processo Licitatório Nº 52/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço. Objeto: Aquisição de material permanente, do tipo veículo Caminhão com Caçamba Basculante, de acordo com as especificações e condições constantes no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 23/09/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 23/09/2014. Obtenção do Edital e maiores Informações: www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 11 de Setembro de 2014.

Thacyana Canalle

Pregoeira.

Portaria Nº 513/2014

PORTARIA Nº 513 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, JUREMA LINDARCI RAMOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 03/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 514/2014

PORTARIA Nº 514 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, DAMIAN MAIBERG DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/09/2014, ficando sua vaga vinculada a licença de Elizabete de Oliveira Lima.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 515/2014

PORTARIA Nº 515 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, SALETE FELIX DOS SANTOS, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 516/2014

PORTARIA Nº 516 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, NEILITA RIBEIRO VIEIRA DE LARA, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 04/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 04 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 517/2014

PORTARIA Nº 517 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária GECI VIEIRA DE CARDOSO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, AUXILIO DOENÇA, a partir de 05/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 518/2014

PORTARIA Nº 518 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANDREA SCHEFFMACHER CARNEIRO MACIEL, Enfermeiro, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS) referente período aquisitivo 01/01/2012 á 31/01/2012, cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 08/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 08 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 519/2014

PORTARIA Nº 519 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ROSANE DIAS GUESSER, Assistente Social, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, AUXILIO DOENÇA, a partir de 08/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 08 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 520/2014

PORTARIA Nº 520 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LOURENÇO DA SILVA CAETANO, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 25 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 521/2014

PORTARIA Nº 521 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, VALDIR ANTUNES DE CAMPOS, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 25 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 405/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0405/2014 de 15 de Agosto de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, CLARICE ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 15 de Agosto de 2014, por motivo de Concessão de Aposentadoria Previdenciária. Concessão de aposentadoria nº 1608439795.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 15 de Agosto de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 406/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0406/2014 de 20 de Agosto de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, a Licença Prêmio de 18 dias a servidora, ELAINE APARECIDA RISSON, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2013 a 11/01/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 20 de Agosto de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 407/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0407/2014 de 23 de Agosto de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, a Licença Prêmio de 18 dias a servidora, ODETE TEREZINHA DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2013 a 11/01/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 23 de Agosto de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 408/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0408/2014 de 05 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso I.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 05/09/2014, com jornada de 40 horas semanais. (Em substituição a titular Rose Maria Paes Gomes).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria Nº 409/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0409/2014 de 08 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso I.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. ALYSSA OHANA SOARES, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 08/09/2014 com jornada de 40 horas semanais.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 410/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0410/2014 de 08 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, IVANIR APARECIDA RAUEN, ocupante do cargo de COPEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 08 de Setembro de 2014, por motivo de Concessão de Aposentadoria Previdenciária. Concessão de aposentadoria nº 6072411596.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 411/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0411/2014 de 09 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSE MARIA PAES GOMES, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 31/12/2014.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 09 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente PORTARIA Nº 412/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0412/2014 de 10 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso I.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR, o Sr. ANDERSON LUIZ PRESTES, para ocupar o cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 10/09/2014, com jornada de 40 horas semanais.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 10 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

DISPENSA DL12/2014 - Nº 50/2014

RATIFICAÇÃO (HOMOLOGAÇÃO) DE DISPENSA

Dispensa DL12/2014 - Nº 50/2014

OBJETO: A contratação de prestação de serviços de horas máquinas se faz necessário para a recuperação de estradas de acesso ao interior do município as quais foram danificadas devido à ocorrência de fortes chuvas intensas e concentradas ocorridas nos dias 06, 07e 08 de junho de 2014.Data de ratificação: 08/09/2014. Licitantes Ratificados: 6.973.726/0001-97 (MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA-EPP) Valor Total Homologado: R\$ 126.624,00 Lebon Régis, 10/09/2014. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL - Contrato Nº...: 76/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada....: MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA-EPP. Valor: R\$ 126.624,00 cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais. Vigência: 10/09/2014 Término: 31/12/2014. Nº da licitação: DL12/2014

Recursos:175/201400002.00050.00006.

00182.00006.2.000023.3.3.3.9.0.

00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto: A contratação de prestação de serviços de horas máquinas se faz necessário para a recuperação de estradas de acesso ao interior do município as quais foram danificadas devido à ocorrência de fortes chuvas intensas e concentradas ocorridas nos dias 06, 07e 08 de junho de 2014.

Lebon Régis, 10 de Setembro de 2014.

Mairon Leonam Ribeiro

Presidente.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.611/2014, de 10 de Setembro de 2014

DECRETO N.º 2.611/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.228/2013 de 10 de Setembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 14.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins LucratR\$ 2.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 2.022 - Assistência ao Idoso - FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 2.023 - Assistência a Criança e ao Idoso - APAE FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 2.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado, Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Decreto N.º 2.612/2014, de 10 de Setembro de 2014

DECRETO N.º 2.612/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.229/2013 de 10 de Setembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.228/2014, de 10 de Setembro de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.228/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40

e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 14.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins LucratR\$ 2.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.022 - Assistência ao Idoso - FMAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.023 - Assistência a Criança e ao Idoso - APAE FMAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 2.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 0.000 - Encargos Especiais
3.2.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
Projeto/Atividade 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado, Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.229/2014, de 10 de Setembro de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.229/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades Culturais
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária N. 1.230/2014, de 10 de Setembro de 2014

LEI ORDINÁRIA N. 1.230/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM ENTIDADES VISANDO A ORGANIZAÇÃO "DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS A SEMANA FARROUPILHA DO MUNICÍPIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a realização e o fomento de eventos das festividades de promoção da cultura gaúcha visando à confraternização e integração entre as pessoas, entre os quais a Semana Farroupilha, os quais poderão ser viabilizados mediante parcerias e convênios com entidades do Município, como Associação Italiana, Centros de Tradições Gaúchas e outros.

Art. 2º Para a consecução do objeto previsto no art. 1º o Município

poderá participar, entre outros, com o valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) anuais mediante repasse às conveniadas.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 10 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Anexos RREO 4º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.383.600,00	17.383.600,00	2.676.059,92	15,39	7.551.884,46	43,44	9.831.715,54
RECEITAS CORRENTES	16.085.556,00	16.085.556,00	2.417.108,76	15,03	7.157.616,86	44,50	8.927.939,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	993.368,00	993.368,00	168.445,96	16,96	365.335,49	36,78	628.032,51
IMPOSTOS	621.000,00	621.000,00	138.005,98	22,22	293.466,47	47,26	327.533,53
TAXAS	121.868,00	121.868,00	30.439,98	24,98	71.869,02	58,97	49.998,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	250.500,00	250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	208.000,00	208.000,00	29.478,83	14,17	82.918,37	39,86	125.081,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	88.000,00	88.000,00	12.932,04	14,70	32.628,06	37,08	55.371,94
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	120.000,00	120.000,00	16.546,79	13,79	50.290,31	41,91	69.709,69
RECEITA PATRIMONIAL	179.140,00	179.140,00	41.364,02	23,09	109.108,98	60,91	70.031,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	179.140,00	179.140,00	41.364,02	23,09	109.108,98	60,91	70.031,02
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.760,00	2.760,00	3.399,21	123,16	3.879,21	140,55	-1.119,21
Receita da Produção Vegetal	2.760,00	2.760,00	3.399,21	123,16	3.879,21	140,55	-1.119,21
RECEITA DE SERVIÇOS	53.000,00	53.000,00	19.181,95	36,19	40.948,85	77,26	12.051,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.494.888,00	14.494.888,00	2.133.992,74	14,72	6.493.613,68	44,80	8.001.274,32
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.295.800,00	14.295.800,00	2.100.064,74	14,69	6.425.756,68	44,95	7.870.043,32
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transf. de Conv.	196.088,00	196.088,00	33.928,00	17,30	67.857,00	34,61	128.231,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.400,00	154.400,00	21.246,05	13,76	61.812,28	40,03	92.587,72
Multas e Juros de Mora	74.900,00	74.900,00	12.995,78	17,35	39.734,20	53,05	35.165,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.700,00	4.700,00	1.791,84	38,12	5.902,50	125,59	-1.202,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	68.800,00	68.800,00	6.458,43	9,39	16.159,08	23,49	52.640,92
RECEITAS DIVERSAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	16,50	0,28	5.983,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.298.044,00	1.298.044,00	258.951,16	19,95	394.267,60	30,37	903.776,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	175,07	0,37	755,90	1,59	46.744,10
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	47.500,00	47.500,00	175,07	0,37	755,90	1,59	46.744,10
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	45.000,00	6.198,77	13,78	19.059,38	42,35	25.940,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.544,00	5.544,00	252.577,32	555,87	374.452,32	754,19	-368.908,32
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.544,00	5.544,00	252.577,32	555,87	374.452,32	754,19	-368.908,32
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	13.069,32	14,52	39.939,60	44,38	50.060,40
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.000,00	90.000,00	13.069,32	14,52	39.939,60	44,38	50.060,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	13.069,32	14,52	39.939,60	44,38	50.060,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	90.000,00	90.000,00	13.069,32	14,52	39.939,60	44,38	50.060,40

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	13.069,32	14,52	39.939,60	44,38
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.689.129,24	15,39	7.591.824,06	43,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.689.129,24	15,39	7.591.824,06	43,45
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.689.129,24	15,39	7.591.824,06	43,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	915.440,75	—	—	324.674,31	—
Superávit Financeiro	—	915.440,75	—	—	324.674,31	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	2.471.720,17	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	34,57
DESPESAS CORRENTES	14.800.037,00	972.059,93	15.772.096,93	1.662.655,37	9.539.202,96	2.342.627,53	6.311.805,79	40,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.930.100,00	-14.918,19	6.915.181,81	1.117.140,62	3.162.950,58	1.145.665,37	3.116.594,83	45,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129.800,00	0,00	129.800,00	-8.000,00	72.300,00	6.072,81	25.807,85	19,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.740.137,00	986.978,12	8.727.115,12	553.514,75	6.303.952,38	1.190.889,35	3.169.403,11	36,32
DESPESAS DE CAPITAL	2.671.563,00	1.499.660,24	4.171.223,24	867.210,20	1.874.651,63	403.697,22	583.202,87	13,98
INVESTIMENTOS	2.207.763,00	1.509.660,24	3.717.423,24	867.210,20	1.499.151,63	360.213,97	397.965,05	10,71
INVERSOES FINANCEIRAS	28.800,00	-10.000,00	18.800,00	0,00	4.000,00	700,00	1.900,00	10,11
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	435.000,00	0,00	435.000,00	0,00	371.500,00	42.783,25	183.337,82	42,15

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	2.471.720,17	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	13.050.311,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.473.600,00	2.471.720,17	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	13.050.311,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.473.600,00	2.471.720,17	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	13.050.311,51
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	686.815,40	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.473.600,00	2.471.720,17	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	7.591.824,06	13.050.311,51

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec. Administração Ordenadora de	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.500,00	755,90	46.744,10
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	47.500,00	755,90	46.744,10
TOTAL	47.500,00	755,90	46.744,10

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	15.100,00	1.540,00	0,00	13.560,00
Investimentos	15.100,00	1.540,00	0,00	13.560,00
TOTAL	15.100,00	1.540,00	0,00	13.560,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	5.018,73	-784,10	4.234,63

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RR00 - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	674.200,00	674.200,00	301.187,97	44,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	81.922,89	57,29
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	62.388,46	62,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	280.000,00	280.000,00	107.624,33	38,44
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	41.550,79	42,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.200,00	11.200,00	1.124,70	10,04
Dívida Ativa dos Impostos	30.800,00	30.800,00	4.445,12	14,43
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.200,00	11.200,00	2.151,68	19,21
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.801.000,00	14.801.000,00	6.341.620,66	42,85
Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	3.039.732,94	42,22
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	76,35	1,27
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	203.001,09	58,00
Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	3.041.586,67	42,84
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	46.118,16	41,93
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.000,00	35.000,00	11.105,45	31,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	11.105,45	31,73
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.475.200,00	15.475.200,00	6.642.808,63	42,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	528.000,00	528.000,00	234.228,66	44,36
Provenientes da União	481.500,00	481.500,00	213.501,48	44,34
Provenientes dos Estados	46.500,00	46.500,00	20.727,18	44,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	34.840,00	34.840,00	15.867,52	45,54
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	562.840,00	562.840,00	250.096,18	44,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.420.720,00	3.641.276,82	2.351.192,52	64,57	1.506.028,23	41,36
Pessoal e Encargos Sociais	1.304.100,00	1.277.414,35	583.219,76	45,66	583.219,76	45,66
Outras Despesas Correntes	2.116.620,00	2.363.862,47	1.767.972,76	74,79	922.808,47	39,04
DESPESAS DE CAPITAL	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	4.715,00	3,78
Investimentos	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	4.715,00	3,78

Continua 1/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	4.715,00	3,78
Investimentos	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	4.715,00	3,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.534.020,00	3.765.941,58	2.357.624,21	62,60	1.510.743,23	40,12
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	518.540,00	750.461,58	234.228,66	9,93	234.228,66	15,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	518.540,00	750.461,58	234.228,66	9,93	234.228,66	15,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	518.540,00	750.461,58	234.228,66	9,93	234.228,66	15,50
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.015.480,00	3.015.480,00	2.123.395,55	52,67	1.276.514,57	24,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,22
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						280.093,28

Continua 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	744,66	0,00	0,00	744,66	0,00	
TOTAL	744,66	0,00	0,00	744,66	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	3.474.640,00 27.200,00 32.180,00	3.685.196,82 38.564,76 42.180,00	2.334.250,58 16.148,79 7.224,84	99,01 0,68 0,31	1.499.340,66 11.010,52 392,05	99,25 0,73 0,03
	3.534.020,00	3.765.941,58	2.357.624,21	100,00	1.510.743,23	100,00

FONTE:

- ¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ²O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- ⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times Ilb/j/100)$

Continua 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL , 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		19.845.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	100,00	34,57
Legislativa	17.473.600,00	319.600,00	39.452,73	118.007,43	42.574,65	116.028,91	1,68	36,30
Ação Legislativa	319.600,00	319.600,00	39.452,73	118.007,43	42.574,65	116.028,91	1,68	36,30
Administração	2.044.378,00	2.149.038,00	212.808,92	1.504.289,93	347.080,68	1.002.706,18	14,54	46,66
Administração Geral	2.044.378,00	2.149.038,00	212.808,92	1.504.289,93	347.080,68	1.002.706,18	14,54	46,66
Segurança Pública	47.000,00	49.000,00	14.964,80	20.534,74	10.601,44	15.622,89	0,23	31,88
Policimento	27.000,00	29.000,00	6.764,80	12.334,74	2.401,44	7.422,89	0,11	25,60
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	8.200,00	0,12	41,00
Assistência Social	680.132,00	861.012,64	90.443,53	451.865,11	111.697,95	303.223,72	4,40	35,22
Administração Geral	188.000,00	188.000,00	42.920,02	109.103,98	42.920,02	109.103,98	1,58	58,03
Assistência ao Idoso	32.000,00	54.529,47	0,00	6.295,08	646,48	3.377,50	0,05	6,19
Assistência ao Portador de Deficiência	8.000,00	13.041,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	252.632,00	290.290,78	28.587,83	141.356,91	31.870,33	78.270,13	1,14	26,96
Assistência Comunitária	199.500,00	315.151,22	18.935,68	195.109,14	36.321,12	112.472,11	1,63	35,69
Saúde	3.732.020,00	4.219.617,62	255.104,87	2.560.935,16	580.302,51	1.598.610,97	23,19	37,89
Atenção Básica	3.474.640,00	3.685.196,82	251.180,33	2.334.250,58	544.673,98	1.499.340,66	21,75	40,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	198.000,00	453.676,04	1.650,95	203.310,95	29.947,02	87.867,74	1,27	19,37
Vigilância Sanitária	27.200,00	38.564,76	1.971,80	16.148,79	5.681,51	11.010,52	0,16	28,55
Vigilância Epidemiológica	32.180,00	42.180,00	301,79	7.224,84	0,00	392,05	0,01	0,93
Educação	4.341.380,00	4.504.048,63	504.143,67	2.348.834,42	671.306,04	1.654.705,48	24,00	36,74
Alimentação e Nutrição	113.880,00	113.880,00	7.367,74	36.547,87	12.372,79	34.147,20	0,50	29,99
Ensino Fundamental	3.128.500,00	3.184.904,18	360.836,09	1.743.659,41	483.716,42	1.207.694,23	17,52	37,92
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	186.000,00	186.000,00	0,00	148.838,40	30.961,69	59.641,05	0,86	32,07
Educação Infantil	860.000,00	966.264,45	137.282,37	392.072,65	136.597,67	328.106,91	4,76	33,96
Educação Especial	33.000,00	33.000,00	-1.342,53	27.716,09	7.657,47	25.116,09	0,36	76,11
Cultura	77.000,00	53.340,00	21.347,92	42.661,22	4.767,02	12.158,22	0,18	22,79
Difusão Cultural	77.000,00	53.340,00	21.347,92	42.661,22	4.767,02	12.158,22	0,18	22,79
Urbanismo	500.000,00	500.000,00	73.515,81	359.191,62	96.023,34	200.065,01	2,90	40,01
Serviços Urbanos	500.000,00	500.000,00	73.515,81	359.191,62	96.023,34	200.065,01	2,90	40,01
Habitação	66.100,00	66.100,00	0,00	16.800,00	1.903,61	5.706,12	0,08	8,63
Habitação Urbana	66.100,00	66.100,00	0,00	16.800,00	1.903,61	5.706,12	0,08	8,63

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	17.473.600,00	19.845.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	100,00	34,57
Saneamento Básico Urbano	209.000,00	209.000,00	0,00	186.587,04	31.097,84	77.744,60	1,13	37,20
Saneamento Básico Rural	209.000,00	209.000,00	0,00	186.587,04	31.097,84	77.744,60	1,13	37,20
Gestão Ambiental	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.388.000,00	1.419.000,00	134.218,17	1.016.500,78	226.861,59	726.056,54	10,53	51,17
Promoção da Produção Vegetal	65.000,00	65.000,00	1.036,67	23.936,67	1.036,67	23.936,67	0,35	36,83
Promoção da Produção Animal	15.000,00	2.000,00	0,00	72,00	0,00	72,00	0,00	3,60
Abastecimento	127.000,00	140.000,00	5.000,00	112.867,50	32.592,00	73.010,35	1,06	52,15
Extensão Rural	180.000,00	180.000,00	2.500,00	156.500,00	16.500,00	108.500,00	1,57	60,28
Indústria	1.001.000,00	1.032.000,00	125.681,50	723.124,61	176.732,92	520.537,52	7,55	50,44
Promoção Industrial	1.506.000,00	1.526.000,00	816,00	29.816,00	27.016,00	27.816,00	0,40	1,82
Transporte	1.506.000,00	1.526.000,00	816,00	29.816,00	27.016,00	27.816,00	0,40	1,82
Transporte Rodoviário	2.161.990,00	3.668.563,28	1.098.383,07	2.563.352,19	501.544,83	1.017.518,57	14,76	27,74
Desporto e Lazer	2.161.990,00	3.668.563,28	1.098.383,07	2.563.352,19	501.544,83	1.017.518,57	14,76	27,74
Desporto Comunitário	281.000,00	281.000,00	84.666,08	172.478,95	87.047,25	128.545,45	1,86	45,75
Encargos Especiais	281.000,00	281.000,00	84.666,08	172.478,95	87.047,25	128.545,45	1,86	45,75
Serviço da Dívida Interna	70.000,00	70.000,00	0,00	22.000,00	6.500,00	8.500,00	0,12	12,14
	70.000,00	70.000,00	0,00	22.000,00	6.500,00	8.500,00	0,12	12,14

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.473.600,00	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	100,00	34,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.473.600,00	19.945.320,17	2.529.865,57	11.413.854,59	2.746.324,75	6.895.008,66	100,00	34,57

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec.Administração Ordenadora de	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.212.295,72	1.216.494,68	1.300.951,82	1.222.000,80	1.369.110,29	1.756.046,18	1.444.231,30	1.480.889,40	1.237.713,11	1.422.313,67	1.567.905,59	1.233.297,93	16.502.852,39	19.045.756,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.850,46	37.737,51	39.325,73	18.628,03	40.738,99	58.091,88	19.462,93	61.333,13	44.472,77	71.620,70	122.733,80	45.712,16	599.708,09	993.368,00
I.P.T.U.	3.940,86	3.076,58	2.710,07	309,97	696,07	950,26	0,00	0,00	0,00	14.780,67	62.969,57	4.172,65	93.308,70	143.000,00
I.R.R.F.	473,85	6.795,11	14.128,36	175,23	7.128,79	19.387,19	0,00	9.283,66	7.609,60	8.375,05	7.789,86	8.492,62	89.639,32	98.000,00
I.S.S.	16.875,20	18.827,80	14.761,81	12.248,27	22.369,12	25.970,22	12.369,79	18.498,21	18.314,37	19.314,73	16.602,36	22.524,87	218.676,75	280.000,00
I.T.B.I.	5.039,32	6.345,74	4.512,23	4.930,00	8.839,12	8.205,97	5.599,81	10.369,96	12.527,11	16.398,53	8.824,24	6.628,81	100.240,84	100.000,00
Outras Receitas Tributárias	3.821,23	2.690,28	3.213,26	994,56	1.705,89	3.576,24	1.503,33	23.152,30	6.021,69	10.751,72	26.547,77	3.892,21	87.842,48	372.368,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.953,68	6.981,88	18.939,85	8.735,69	13.599,68	19.385,13	9.688,33	14.289,49	14.532,43	14.949,29	14.195,98	15.282,85	163.514,28	208.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	15.464,73	14.489,01	13.287,24	14.538,71	13.455,15	15.660,35	15.838,76	18.959,29	16.068,45	16.878,46	21.477,56	19.886,46	196.004,17	179.140,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	2.790,21	600,00	3.879,21	2.760,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.493,68	4.610,68	6.561,23	5.116,91	3.779,27	9.469,71	4.451,95	4.515,07	6.702,09	6.097,79	8.264,62	10.897,33	74.980,33	53.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.139.659,49	1.146.991,47	1.214.367,45	1.167.055,95	1.283.596,40	1.638.744,56	1.363.708,39	1.372.453,13	1.143.113,07	1.304.985,63	1.376.491,75	1.181.195,75	15.352.363,04	17.455.088,00
Cota-Parte do F.P.M.	325.915,82	426.129,77	352.676,29	352.663,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.080,30	420.779,99	5.727.807,81	7.200.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	579.266,58	482.112,17	512.237,21	498.016,81	546.896,04	544.576,96	526.088,43	500.189,36	507.430,07	494.751,67	502.911,32	510.215,82	6.204.694,44	7.100.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	35.139,45	36.634,66	30.390,17	27.437,17	13.752,87	5.900,44	17.317,13	29.052,09	31.994,11	42.716,63	46.310,59	35.610,54	352.255,85	350.000,00
Cota-Parte do ITR	12,77	18,88	2.250,93	2.394,98	14,26	54,99	28,54	0,00	0,00	6,24	18,89	22,68	4.823,16	6.000,00
Outras Transferências Correntes	94.397,04	89.099,98	203.702,51	175.850,53	108.187,96	223.950,50	108.554,40	73.149,02	104.065,14	210.921,22	116.048,41	74.698,03	1.580.622,74	1.154.088,00
Transferências da LC 61/1989	7.382,15	7.898,95	7.185,12	7.660,94	8.520,18	9.106,21	8.405,14	7.115,99	6.953,24	7.599,39	8.232,95	7.841,45	93.891,71	110.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.221,09	2.221,09	0,00	2.221,09	2.221,09	2.221,09	24.687,47	38.000,00
Transferências do FUNDEB	95.280,01	102.833,39	103.659,55	100.728,14	113.385,54	112.800,39	128.262,30	125.532,68	115.877,22	116.753,29	127.659,20	120.808,15	1.363.579,86	1.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.873,68	5.684,13	8.470,32	7.925,51	13.940,80	14.696,55	11.100,94	9.339,29	12.824,30	7.301,70	11.522,67	9.723,38	122.403,27	154.400,00
DEDUÇÕES (II)	195.885,56	191.011,39	192.935,25	178.095,24	218.051,00	225.215,70	229.789,20	241.172,70	191.381,72	201.991,68	232.965,58	203.660,22	2.501.956,24	3.045.200,00
Contribuição para o FAMI - Ativo	5.689,36	0,00	11.534,38	0,00	5.646,62	11.636,70	0,00	6.115,14	6.444,29	6.207,94	6.098,26	6.200,40	66.563,09	80.000,00
Contribuição para o FAMI - Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303,48	303,48	321,69	321,69	321,69	1.572,03	8.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	189.996,20	191.011,39	181.400,87	178.095,24	212.404,38	213.579,00	229.789,20	234.754,08	184.633,95	195.462,95	226.556,63	197.138,13	2.434.821,12	2.960.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.016.610,16	1.025.483,29	1.108.016,57	1.043.905,56	1.151.059,29	1.530.832,48	1.214.442,10	1.239.716,70	1.046.331,39	1.220.321,89	1.334.939,01	1.079.637,71	14.000.596,15	15.997.556,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Paizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellali
Contadora CRC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	17.598,37	17.598,37	-	-	87.600,00	442.848,05	230.689,09	227.654,82	47.990,20	254.803,03
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	17.598,37	17.598,37	0,00	0,00	87.600,00	442.848,05	230.689,09	227.654,82	47.990,20	254.803,03
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	2.209,06	2.209,06	0,00	0,00	0,00	744,66	744,66	744,66	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	10.377,91	10.377,91	0,00	0,00	0,00	86.334,88	83.344,68	83.344,68	2.990,20	0,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	0,00	1.989,62	1.989,62	0,00	0,00	0,00	6.675,00	1.200,00	1.200,00	0,00	5.475,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.384,00	25.384,00	25.384,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.600,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	42.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA I	0,00	792,65	792,65	0,00	0,00	0,00	320.826,63	118.488,87	115.454,60	0,00	205.372,03
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	2.229,13	2.229,13	0,00	0,00	0,00	2.882,88	1.526,88	1.526,88	0,00	1.356,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	17.598,37	17.598,37	0,00	0,00	87.600,00	442.848,05	230.689,09	227.654,82	47.990,20	254.803,03

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec-Administração Ordenadora de Dc	Prefeito Municipal	Contadora CRC 0187950-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	673.500,00	673.500,00	142.039,01	301.185,99	44,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	179.000,00	179.000,00	69.673,93	86.434,86	48,29
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	67.142,22	81.922,89	57,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	62,70	62,70	1,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	1.643,05	2.969,51	11,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	825,96	1.479,76	24,66
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.454,05	62.368,46	62,37
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	15.454,05	62.368,46	62,37
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	296.500,00	296.500,00	40.628,55	110.831,88	37,38
1.3.1- ISS	280.000,00	280.000,00	39.127,23	107.624,33	38,44
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	552,67	1.060,02	17,67
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.500,00	5.500,00	621,93	1.475,61	26,83
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	326,72	671,92	13,44
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	16.282,48	41.550,79	42,40
1.4.1- IRRF	98.000,00	98.000,00	16.282,48	41.550,79	42,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.801.000,00	14.801.000,00	2.118.475,71	6.341.620,66	42,85
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	42,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	42,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	1.013.127,14	3.041.586,67	42,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	4.442,18	11.105,45	31,73
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	16.074,40	46.118,16	41,93
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	41,57	76,35	1,27
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	81.921,13	203.001,09	58,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.474.500,00	15.474.500,00	2.260.514,72	6.642.806,65	42,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	239.500,00	239.500,00	47.955,47	120.508,95	50,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	130.000,00	130.000,00	23.995,65	78.336,46	60,26
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.000,00	3.000,00	1.260,00	1.260,00	42,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.500,00	41.500,00	8.308,00	16.616,00	40,04
5.4- Transferências Diretas - PNAE	65.000,00	65.000,00	12.033,28	18.049,92	27,77
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	2.358,54	6.246,57	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	210.000,00	210.000,00	33.928,00	70.087,37	33,37
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	449.500,00	449.500,00	81.883,47	190.596,32	42,40
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.960.200,00	2.960.200,00	423.694,76	1.268.334,04	42,85
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	200.573,82	607.946,43	42,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.420.000,00	1.420.000,00	202.625,29	608.316,85	42,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	888,42	2.221,05	31,73
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	3.214,87	9.223,59	41,93
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	8,30	15,24	1,27
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	70.000,00	70.000,00	16.384,06	40.610,88	58,02
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	249.885,63	738.107,37	49,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	248.467,35	734.892,84	48,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	1.418,28	3.214,53	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.460.200,00	-1.460.200,00	-175.227,41	-533.441,20	36,53
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	900.000,00	909.367,46	247.304,85	650.266,03	71,51
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	77.012,81	201.108,30	67,04
13.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	609.367,46	170.292,04	449.157,73	73,71
14- OUTRAS DESPESAS	600.000,00	600.000,00	4.800,00	14.197,79	2,37
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	600.000,00	4.800,00	14.197,79	2,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.500.000,00	1.509.367,46	252.104,85	664.463,82	44,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					664.463,82
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					88,10
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					1,92
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					9,98
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					9.367,46
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					9.367,46
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.868.625,00	3.868.625,00	565.128,68	1.660.701,66	42,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	860.000,00	860.910,13	128.173,67	319.682,91	37,13
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.745.500,00	2.754.867,46	399.117,10	1.050.767,48	38,14
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.209.367,46	175.092,04	463.355,52	38,31
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.545.500,00	1.545.500,00	224.025,06	587.411,96	38,01
25- ENSINO MÉDIO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	186.000,00	186.000,00	30.961,69	59.641,05	32,07
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.811.500,00	3.821.777,59	558.252,46	1.430.091,44	37,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-533.441,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.214,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.367,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-520.859,21
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.891.309,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,47

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	130.000,00	177.036,72	31.870,06	70.821,63	40,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	445.880,00	527.574,32	78.293,07	140.834,54	26,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	575.880,00	704.611,04	110.163,13	211.656,17	30,04
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.387.380,00	4.526.388,63	668.415,59	1.641.747,61	36,27

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.475,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	5.475,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	9.525,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	734.892,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	655.415,26	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	655.415,26	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.214,53	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	92.217,79	0,00

LINDOIA DO SUL, 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec. Administração Ordenadora de	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.367,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.200.000,00	0,00		1.200.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.171.223,24	583.202,87	0,00	3.588.020,37
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.171.223,24	583.202,87	0,00	3.588.020,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.971.223,24	-583.202,87		-2.388.020,37

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 11/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-O

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.222.710,60	0,00
Pessoal Ativo	5.901.240,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	124.631,23	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	196.839,10	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.222.710,60	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.222.710,60	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.000.896,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,45	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	8.400.537,69	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	7.980.510,81	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	7.560.483,92	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

LINDOIA DO SUL, 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-O

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	782.711,21	599.373,39	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	749.206,00	571.106,02	0,00
Interna	749.206,00	571.106,02	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	33.505,21	28.267,37	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.185.072,85	2.687.148,42	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.202.671,22	2.980.314,25	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	-913,22	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.598,37	292.252,61	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.402.361,64	-2.087.775,03	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.197.410,37	14.000.896,15	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,93%	4,28%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,63%	-14,91%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	15.836.892,44	16.801.075,38	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.253.203,20	15.120.967,84	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	749.206,00	571.106,02	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	155.006,00	149.006,00	0,00
De Tributos	155.006,00	149.006,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	594.200,00	422.100,02	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	531,62	36.480,88	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	530.448,05	4.770.614,69	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

LINDOIA DO SUL, 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.197.410,37	14.000.896,15	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.903.430,28	3.080.197,15	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.613.087,25	2.772.177,44	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-O

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.000.896,15	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.240.143,38	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.016.129,05	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	980.062,73	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-O

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens	1.783,28	0,00	1.783,28
Alienação de Bens Dest. Programas de Saúde	(1.540,00)	0,00	(1.540,00)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	3.370,96	0,00	3.370,96
Assistência Farmacêutica Básica	5.845,64	0,00	5.845,64
Atenção Básica ESF/BUCAL	10.719,99	9.360,00	1.359,99
Bolsa Família	11.206,75	0,00	11.206,75
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	446,23	0,00	446,23
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	27.458,17	0,00	27.458,17
Convênio de Trânsito - Civil	13.511,19	0,00	13.511,19
Convênio de Trânsito - Militar	7.247,49	0,00	7.247,49
Convênio de Trânsito - Prefeitura	16.238,83	0,00	16.238,83
Convênio Estado/Feira 0687/14	6.666,67	0,00	6.666,67
Convênio MCIDADES 0342888-50/2010	0,00	0,00	0,00
Convênio MTUR/CEF 780669/2012	121.875,00	0,00	121.875,00
Convênio PAR 3699/2012	12.619,03	0,00	12.619,03
FARMÁCIA BÁSICA SUS ESTADO	3.657,73	519,14	3.138,59
FMAS. BAS. CUSTEIO	7.534,49	0,00	7.534,49
Fundo Especial do Petróleo	11.240,38	1.514,50	9.725,88
Fundo Nac.Assistência Social _ IGD	13.391,24	0,00	13.391,24
MAC - Atenção Básica - MAC	42.473,42	0,00	42.473,42
Manutenção Educação Infantil	108.573,51	0,00	108.573,51
PAB - Atenção Básica PAB	139.031,70	282,67	138.749,03
PACs- Atenção Básica-PACS	8.965,05	8.283,38	681,67
Progr Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	7.148,81	0,00	7.148,81
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.265,35	0,00	1.265,35
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar - PNATE	6.791,97	6.750,94	41,03
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	12,44	0,00	12,44
Receita Impostos e de Transf. de Impostos -Saude	180.129,44	109.615,39	70.514,05
RECURSO ORDINÁRIO - EDUCAÇÃO	(508.288,57)	44.202,10	(552.490,67)
RECURSO ORDINÁRIO - SAÚDE	36.392,58	0,00	36.392,58
Recursos Convênio SDR Estradas	13.766,23	10.372,03	3.394,20
Recursos de Outros Convênios	20.340,12	0,00	20.340,12
RECURSOS SUS ESTADO	24.142,18	0,00	24.142,18
Salário Educação	109.426,10	6.040,00	103.386,10
Serviços de Saúde - FAM	342.134,24	817,17	341.317,07
Superavit Outros Convênios LAR	(2.864,30)	0,00	(2.864,30)
Superavit - ESF Médicos	(2.378,57)	604,42	(2.982,99)
Superavit - Farmacia Basica do Estado	(3.561,44)	0,00	(3.561,44)
Superavit - Farmacia Basica do União	(5.048,74)	52,90	(5.101,64)
Superavit - Fundo Especial	(7.605,44)	0,00	(7.605,44)
Superavit - IGD Assist.Social	(564,44)	0,00	(564,44)
Superavit - Manutenção Educação Infantil	0,00	8.424,00	(8.424,00)
Superavit - PAB	(21.184,39)	0,00	(21.184,39)
Superavit - PACs- Atenção Básica-PACS	(12.218,70)	0,00	(12.218,70)
SUPERAVIT - Salário Educação	(39.481,96)	7.210,46	(46.692,42)
Superavit - Transf. Rec.SUS PMAQ	(27.105,07)	2.646,55	(29.751,62)
Superavit Convênio PAR 3699/2012	5.475,00	5.475,00	0,00
Superavit MAC	(11.979,00)	600,00	(12.579,00)
Transf. - FNAS - SCFV - SUPERAVIT	(3.743,00)	0,00	(3.743,00)
Transf. de Convênios - Educação Estado	17.096,58	17.033,53	63,05

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Transf. do F.A.S. CRAS	21.905,89	598,55	21.307,34
Transf. do F.A.S. CRAS - SUPERAVIT	(6.472,13)	31,62	(6.503,75)
Transf. do FUNDEB - Magistério	(337.892,84)	7.453,42	(345.346,26)
Transf. do FUNDEB - Magistério 60%	0,00	1.753,36	(1.753,36)
Transf. do FUNDEB - Outras Despesas	439.478,09	0,00	439.478,09
Transf. Rec.SUS PMAQ	4.612,09	0,00	4.612,09
Transf. Recursos FNAS - Piso Basico Variavel	22.450,69	0,00	22.450,69
Transferencias do FUNDEB - SUPERAVIT	(9.367,46)	0,00	(9.367,46)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	825.128,50	249.641,13	575.487,37
Convênio Rádio Patrulha	9.224,73	0,00	9.224,73
Convênio SDR Pneus/Comb. 1695/2014	33.333,33	0,00	33.333,33
FIA Demais Recursos	430,19	0,00	430,19
RECURSO ORDINÁRIO	2.133.706,07	110.212,34	2.023.493,73
Superavit - Recursos Ordinários	34.068,54	177.445,67	(143.377,13)
Superavit - Recursos Vinc.Saúde	(345,48)	0,00	(345,48)
Superavit -Vigilância em Saúde	(2.447,95)	339,50	(2.787,45)
Superavit Financeiro de 2010	(28.500,00)	42.600,00	(71.100,00)
Superavit Serviços de Saúde - FAM	(91.696,71)	3,41	(91.700,12)
Transf. - FNAS - SCFV	45.553,31	0,00	45.553,31
Vigilância em Saúde - União	21.859,72	260,20	21.599,52
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.155.185,75	330.861,12	1.824.324,63
TOTAL (III) = (I + II)	2.980.314,25	580.502,25	2.399.812,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LINDOIA DO SUL, 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	1.783,28	0,00
Alienação de Bens Dest. Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.540,00)	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,96	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	5.845,64	0,00
Atenção Básica ESF/BUCAL	0,00	9.360,00	0,00	42.780,00	1.359,99	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	11.206,75	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	446,23	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Il	0,00	0,00	0,00	0,00	27.458,17	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	71,80	13.511,19	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	2.128,00	7.247,49	0,00
Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	16.238,83	0,00
Convênio Estado/Feira 0687/14	0,00	0,00	0,00	0,00	6.666,67	0,00
Convênio FUNDAM Asfaltos	0,00	0,00	0,00	744.773,79	0,00	0,00
Convênio MTUR/CEF 780669/2012	0,00	0,00	0,00	243.750,00	121.875,00	0,00
Convênio PAR 3699/2012	0,00	0,00	0,00	0,00	12.619,03	0,00
FARMÁCIA BÁSICA SUS ESTADO	0,00	519,14	0,00	0,86	3.138,59	0,00
FMAS. BAS. CUSTEIO	0,00	0,00	0,00	5.568,00	7.534,49	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	1.514,50	0,00	0,00	9.725,88	0,00
Fundo Nac.Assistência Social _ IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	13.391,24	0,00
MAC - Atenção Básica - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	42.473,42	0,00
Manutenção Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	108.573,51	0,00
PAB - Atenção Básica PAB	0,00	282,67	0,00	1.414,90	138.749,03	0,00
PACs- Atenção Básica-PACS	0,00	7.548,52	0,00	0,00	681,67	0,00
Progr Pessoa Portadora de Deficiência Física -	0,00	0,00	0,00	0,00	7.148,81	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.265,35	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar - F	0,00	6.750,94	0,00	0,00	41,03	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	2.400,67	12,44	0,00
Receita Impostos e de Transf. de Impostos - S	0,00	101.738,78	0,00	623.605,30	70.514,05	0,00
RECURSO ORDINÁRIO - EDUCAÇÃO	0,00	41.160,78	0,00	141.470,78	(552.490,67)	0,00
RECURSO ORDINÁRIO - SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	36.392,58	0,00
Recursos Convênio SDR Estradas	3.034,27	0,00	7.337,76	0,00	3.394,20	0,00
Recursos de Outros Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	20.340,12	0,00

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RECURSOS SUS ESTADO	0,00	0,00	0,00	5.212,62	24.142,18	0,00
Salário Educação	0,00	5.893,00	0,00	3.536,87	103.386,10	0,00
Serviços de Saúde - FAM	0,00	240,00	0,00	1.440,00	341.317,07	0,00
Superávit - ESF Médicos	0,00	604,42	0,00	0,00	(2.982,99)	0,00
Superávit - Farmácia Basica do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.561,44)	0,00
Superávit - Farmácia Basica do União	0,00	52,90	0,00	610,00	(5.101,64)	0,00
Superávit - Fundo Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.605,44)	0,00
Superávit - IGD Assist.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	(564,44)	0,00
Superávit - Manutenção Educação Infantil	0,00	8.424,00	0,00	2.986,74	(8.424,00)	0,00
Superávit Outros Convênios LAR	0,00	0,00	0,00	8.800,00	(2.864,30)	0,00
Superávit - PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.184,39)	0,00
Superávit - PACs- Atenção Básica-PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.218,70)	0,00
Superávit - Salário Educação	0,00	7.210,46	0,00	0,00	(46.692,42)	0,00
Superávit - Transf. Rec.SUS PMAQ	0,00	2.646,55	0,00	10.717,56	(29.751,62)	0,00
Superávit Convênio PAR 3699/2012	0,00	0,00	5.475,00	0,00	0,00	0,00
Superávit MAC	0,00	600,00	0,00	0,00	(12.579,00)	0,00
Superávit PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.184,39)	0,00
Transf. - FNAS - SCFV - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	12.424,00	(3.743,00)	0,00
Transf. de Convênios - Educação Estado	0,00	17.033,53	0,00	0,00	63,05	0,00
Transf. do F.A.S. CRAS	0,00	598,55	0,00	3.397,90	21.307,34	0,00
Transf. do F.A.S. CRAS - SUPERAVIT	0,00	31,62	0,00	4.032,57	(6.503,75)	0,00
Transf. do FUNDEB - Magistério	0,00	1.032,94	0,00	0,00	(345.346,26)	0,00
Transf. do FUNDEB - Magistério 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.753,36)	0,00
Transf. do FUNDEB - Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	439.478,09	0,00
Transf. Rec.SUS PMAQ	0,00	0,00	0,00	1.269,00	4.612,09	0,00
Transf. Recursos FNAS - Piso Basico Variavel	0,00	0,00	0,00	174,21	22.450,69	0,00
Transferencias do FUNDEB - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.367,46)	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	3.034,27	213.243,30	12.812,76	1.862.565,57	554.302,98	0,00
Convênio Rádio Patrulha	0,00	0,00	0,00	0,00	9.224,73	0,00
Convênio SDR Comb. 1155/2014	0,00	0,00	0,00	9.999,25	0,00	0,00
Convênio SDR Pneus/Comb. 1695/2014	0,00	0,00	0,00	99.960,00	33.333,33	0,00
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	430,19	0,00

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RECURSO ORDINÁRIO	0,00	72.926,26	21.356,00	930.935,92	2.023.493,73	0,00
Superávit - Recursos Ordinários	0,00	2.445,67	175.000,00	29.078,91	(143.377,13)	0,00
Superávit - Recursos Vinc.Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	(345,48)	0,00
Superávit - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.787,45)	0,00
Superávit Financeiro de 2010	0,00	0,00	42.600,00	0,00	(71.100,00)	0,00
Superávit Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	(143.377,13)	0,00
Superávit Serviços de Saúde - FAM	0,00	3,41	0,00	87,54	(91.700,12)	0,00
Superávit -Vigilância em Saúde	0,00	339,50	0,00	301,79	(2.787,45)	0,00
Transf. - FNAS - SCFV	0,00	0,00	0,00	18.621,19	45.553,31	0,00
Vigilância em Saúde - União	0,00	260,20	0,00	7.503,63	21.599,52	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	75.975,04	238.956,00	1.096.488,23	1.678.160,05	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.034,27	289.218,34	251.768,76	2.959.053,80	2.232.463,03	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LINDOIA DO SUL , 14/07/2014

Marines Ribeiro Perondi Sec.Administração Ordenadora de Desp.	Pedro Ari Parizotto Prefeito Municipal	Geneci Dellai Contadora CRC 0167950-O
--	---	--

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RR00 - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	674.200,00	674.200,00	383.270,64	56,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	87.692,99	61,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	82.313,14	82,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	280.000,00	280.000,00	145.813,44	52,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	57.540,06	58,71
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.200,00	11.200,00	1.650,09	14,73
Dívida Ativa dos Impostos	30.800,00	30.800,00	5.399,37	17,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.200,00	11.200,00	2.861,55	25,55
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.801.000,00	14.801.000,00	8.222.956,72	55,56
Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	3.857.285,62	53,57
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	177,34	2,96
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	274.325,62	78,38
Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	4.013.143,17	56,52
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	62.477,34	56,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.000,00	35.000,00	15.547,63	44,42
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	15.547,63	44,42
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.475.200,00	15.475.200,00	8.606.227,36	55,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	528.000,00	528.000,00	346.669,90	65,66
	481.500,00	481.500,00	321.726,42	66,82
	46.500,00	46.500,00	24.943,48	53,64
	0,00	0,00	0,00	0,00
	34.840,00	34.840,00	26.186,56	75,16
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	562.840,00	562.840,00	372.856,46	66,25
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	3.420.720,00	3.641.276,82	2.624.587,23	72,08
	1.304.100,00	1.277.414,35	759.423,93	59,45
	2.116.620,00	2.363.862,47	1.865.163,30	78,90
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16
	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16

Continua 1/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	6.431,69	5,16
Investimentos	113.300,00	124.664,76	6.431,69	5,16	6.431,69	5,16
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.534.020,00	3.765.941,58	2.631.018,92	69,86	2.014.066,60	53,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	518.540,00	750.461,58	346.669,90	13,18	346.669,90	17,21
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	518.540,00	750.461,58	346.669,90	13,18	346.669,90	17,21
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	518.540,00	750.461,58	346.669,90	13,18	346.669,90	17,21
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.015.480,00	3.015.480,00	2.284.349,02	56,69	1.667.396,70	36,27
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
376.462,60						

Continua 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	744,66	0,00	0,00	744,66	0,00	
TOTAL	744,66	0,00	0,00	744,66	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
			2.607.342,29	99,10	2.000.370,20	99,32
	3.474.640,00	3.685.196,82	16.235,79	0,62	12.786,56	0,63
	27.200,00	38.564,76	7.440,84	0,28	909,84	0,05
	32.180,00	42.180,00				
TOTAL	3.534.020,00	3.765.941,58	2.631.018,92	100,00	2.014.066,60	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times Ilb/j/100)$

Continua 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenadora de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	17.473.600,00	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	100,00
Ação Legislativa	319.600,00	319.600,00	37.748,82	155.756,25	37.860,74	153.889,65	1,59
Administração	319.600,00	319.600,00	37.748,82	155.756,25	37.860,74	153.889,65	1,59
Administração Geral	2.044.378,00	2.149.038,00	166.471,73	1.670.761,66	280.747,71	1.283.453,89	13,25
Segurança Pública	2.044.378,00	2.149.038,00	166.471,73	1.670.761,66	280.747,71	1.283.453,89	13,25
Policimento	47.000,00	76.999,98	26.464,70	46.999,44	4.334,71	19.957,60	0,21
Defesa Civil	27.000,00	32.000,00	1.465,40	13.800,14	4.334,71	11.757,60	0,12
Assistência Social	20.000,00	44.999,98	24.999,30	33.199,30	0,00	8.200,00	0,08
Administração Geral	680.132,00	861.012,64	70.957,83	522.822,94	115.694,05	418.917,77	4,32
Assistência ao Idoso	188.000,00	188.000,00	37.005,37	146.109,35	37.005,37	146.109,35	1,51
Assistência ao Portador de Deficiência	32.000,00	54.529,47	0,00	6.295,08	501,97	3.879,47	0,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	13.041,17	5.747,78	5.747,78	1.971,78	1.971,78	0,02
Assistência Comunitária	252.632,00	290.290,78	10.335,28	151.692,19	33.242,67	111.512,80	1,15
Saúde	199.500,00	315.151,22	17.869,40	212.978,54	42.972,26	155.444,37	1,60
Atenção Básica	3.732.020,00	4.219.617,62	273.394,71	2.834.329,87	539.985,92	2.138.596,89	22,08
Vigilância Sanitária	3.474.640,00	3.685.196,82	273.091,71	2.607.342,29	501.029,54	2.000.370,20	20,65
Vigilância Epidemiológica	198.000,00	453.676,04	0,00	203.310,95	36.662,55	124.530,29	1,29
Educação	27.200,00	38.564,76	87,00	16.235,79	1.776,04	12.786,56	0,13
Alimentação e Nutrição	32.180,00	42.180,00	216,00	7.440,84	517,79	909,84	0,01
Ensino Fundamental	4.341.380,00	4.792.142,66	409.714,82	2.758.549,24	615.633,44	2.270.338,92	23,44
Ensino Médio	113.880,00	113.880,00	23.827,72	60.375,59	14.550,89	48.698,09	0,50
Ensino Superior	3.128.500,00	3.472.998,21	281.007,81	2.024.667,22	432.019,91	1.639.714,14	16,93
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	186.000,00	183.600,00	0,00	148.838,40	26.295,36	85.936,41	0,89
Urbanismo	860.000,00	966.264,45	98.857,40	490.930,05	138.492,55	466.599,46	4,82
Serviços Urbanos	33.000,00	35.400,00	6.021,89	33.737,98	4.274,73	29.390,82	0,30
Habituação	77.000,00	53.340,00	5.771,80	48.433,02	18.951,40	31.109,62	0,32
Habituação Urbana	77.000,00	53.340,00	5.771,80	48.433,02	18.951,40	31.109,62	0,32
	500.000,00	500.000,00	53.409,42	412.601,04	77.458,44	277.523,45	2,86
	500.000,00	500.000,00	53.409,42	412.601,04	77.458,44	277.523,45	2,86
	66.100,00	66.100,00	2.854,57	19.654,57	7.839,34	13.545,46	0,14
	66.100,00	66.100,00	2.854,57	19.654,57	7.839,34	13.545,46	0,14

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Saneamento	17.473.600,00	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	100,00
Saneamento Básico Urbano	209.000,00	209.000,00	0,00	186.587,04	31.097,84	108.842,44	1,12
Saneamento Básico Rural	209.000,00	209.000,00	0,00	186.587,04	31.097,84	108.842,44	1,12
Gestão Ambiental	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.388.000,00	1.433.000,00	161.777,24	1.178.278,02	189.959,93	916.016,47	9,46
Saneamento Básico Rural	65.000,00	57.750,00	0,00	23.936,67	0,00	23.936,67	0,25
Promoção da Produção Vegetal	15.000,00	16.000,00	15.465,50	15.537,50	9.498,50	9.570,50	0,10
Promoção da Produção Animal	127.000,00	140.000,00	435,00	113.302,50	4.765,00	77.775,35	0,80
Abastecimento	180.000,00	187.250,00	14.750,00	171.250,00	18.750,00	127.250,00	1,31
Extensão Rural	1.001.000,00	1.032.000,00	131.126,74	854.251,35	156.946,43	677.483,95	6,99
Indústria	1.506.000,00	2.103.470,39	677.597,67	707.413,67	378.397,67	406.213,67	4,19
Promoção Industrial	1.506.000,00	2.103.470,39	677.597,67	707.413,67	378.397,67	406.213,67	4,19
Transporte	2.161.990,00	3.719.803,28	266.160,38	2.829.512,57	443.792,99	1.461.311,56	15,09
Transporte Rodoviário	2.161.990,00	3.719.803,28	266.160,38	2.829.512,57	443.792,99	1.461.311,56	15,09
Desporto e Lazer	281.000,00	267.000,00	51.995,08	224.474,03	45.107,61	173.653,06	1,79
Desporto Comunitário	281.000,00	267.000,00	51.995,08	224.474,03	45.107,61	173.653,06	1,79
Encargos Especiais	70.000,00	70.000,00	0,00	22.000,00	5.000,00	13.500,00	0,14
Serviço da Dívida Interna	70.000,00	70.000,00	0,00	22.000,00	5.000,00	13.500,00	0,14

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.473.600,00	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36		2.791.861,79	9.686.870,45	100,00	46,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.473.600,00	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36		2.791.861,79	9.686.870,45	100,00	46,37

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec.Adm. Ordenadora de Despesa	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
1.300.951,82	1.222.000,80	1.369.110,29	1.756.046,18	1.444.231,30	1.480.888,40	1.237.713,11	1.422.313,57	1.587.955,59	1.283.297,93	1.329.910,19	1.336.046,91	16.740.021,09	19.045.756,00	
39.325,73	18.628,03	40.735,99	59.091,88	19.462,93	61.333,13	44.472,77	71.620,70	122.733,80	45.712,16	49.318,57	39.462,51	610.901,20	993.388,00	
I.P.T.U.	2.710,07	309,97	696,07	950,26	0,00	0,00	0,00	14.780,67	62.969,57	4.172,65	3.118,51	92.359,36	143.000,00	
14.128,36	175,23	7.128,79	19.387,19	0,00	9.283,66	7.609,80	8.375,05	7.789,86	8.492,62	7.845,68	8.143,59	98.359,63	98.000,00	
I.S.S.	14.761,81	12.248,27	22.369,12	25.970,22	12.369,79	18.496,21	18.314,37	19.314,73	16.602,36	22.524,87	19.006,99	18.582,12	280.000,00	
I.T.B.I.	4.512,23	4.930,00	8.839,12	8.205,97	5.589,81	10.398,96	12.527,11	18.398,53	8.824,24	12.985,70	6.958,98	108.800,46	100.000,00	
Outras Receitas Tributárias	3.213,26	964,56	1.705,89	3.578,24	1.503,33	23.152,30	6.021,69	10.751,72	26.547,77	3.892,21	5.761,69	3.126,23	372.368,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
18.939,85	8.735,69	13.599,68	19.385,13	9.668,33	14.288,49	14.532,43	14.949,29	14.195,98	15.282,85	14.490,63	15.296,61	173.365,96	208.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL														
13.287,24	14.538,71	13.455,15	15.660,35	15.838,76	18.950,29	16.088,45	16.878,46	21.477,56	19.886,46	22.723,51	24.279,23	213.053,17	179.140,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	2.799,21	600,00	121,60	40,00	4.040,81	2.760,00	
RECEITA INDUSTRIAL														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS														
6.561,23	5.116,91	3.779,27	9.469,71	4.451,95	4.515,07	6.702,09	6.097,79	8.284,62	10.897,33	8.787,18	4.851,49	79.514,64	53.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
1.214.367,45	1.167.055,95	1.283.598,40	1.638.744,56	1.383.708,39	1.372.453,13	1.143.113,07	1.304.985,63	1.376.491,75	1.181.195,75	1.222.809,93	1.244.826,03	15.533.348,04	17.455.088,00	
Cota-Parte do F.P.M.	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.086,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.793.314,90	
Cota-Parte do I.C.M.S.	512.237,21	498.016,61	546.896,04	544.576,96	526.086,43	500.189,36	507.430,07	494.751,67	592.911,32	510.215,82	474.135,88	497.420,62	6.114.870,19	
Cota-Parte do I.P.V.A.	30.390,17	27.437,17	13.752,87	5.900,44	17.317,13	29.052,09	31.994,11	42.716,63	46.310,59	35.610,54	35.240,17	36.084,36	351.806,27	
Cota-Parte do ITR.	2.250,93	2.394,98	14,26	54,99	28,54	0,00	0,00	6,24	18,89	22,68	25,99	75,00	6.000,00	
Outras Transferências Correntes	203.702,51	175.850,53	108.187,96	223.950,50	106.554,40	73.148,02	104.065,14	210.921,22	116.048,41	74.696,03	222.139,93	1.751.899,96	1.154.088,00	
Transferências da LC 61/1989	7.185,12	7.680,94	8.520,18	9.106,21	8.405,14	7.115,99	6.963,24	7.959,39	8.232,95	7.841,45	8.055,62	8.303,56	94.969,79	
Transferências da LC 87/1996	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.221,09	2.221,09	0,00	2.221,09	2.221,09	2.221,09	2.221,09	2.221,09	35.000,00	
Transferências do FUNDEB	103.659,55	100.728,14	113.385,54	112.800,39	128.262,30	125.532,68	116.877,22	116.753,29	127.659,20	120.898,15	111.864,62	1.396.992,12	1.500.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.470,32	7.925,51	13.940,80	14.696,55	11.100,94	9.339,29	12.824,30	7.301,70	11.522,67	9.723,38	11.658,77	7.293,04	154.400,00	
DEDUÇÕES (II)														
192.935,25	178.095,24	218.051,00	223.215,70	229.789,20	241.172,70	191.391,72	201.391,68	232.966,58	203.660,22	184.244,03	205.019,41	2.504.522,73	3.046.200,00	
Contribuição para o FAMI - Ativo	11.534,38	0,00	5.646,62	11.636,70	0,00	6.115,14	6.444,29	6.207,94	6.086,26	6.200,40	6.161,47	6.191,80	72.227,00	
Contribuição para o FAMI - Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303,48	303,48	321,69	321,69	321,69	321,69	321,69	8.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	181.400,87	178.095,24	212.404,38	213.579,00	229.789,20	234.754,08	184.633,95	195.462,05	226.556,63	197.138,13	177.760,87	198.505,92	2.860.200,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														
1.108.016,57	1.043.905,56	1.151.059,29	1.530.832,48	1.214.442,10	1.239.716,70	1.046.321,39	1.220.321,89	1.324.539,01	1.079.637,71	1.145.666,16	1.131.029,50	14.235.488,36	15.997.556,00	

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec-Adm. Ordenadora de Despesas

Pedro Ari Paizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellali
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	782.711,21	599.373,39	510.474,23
DEDUÇÕES (II)	2.185.072,85	2.687.148,42	2.614.347,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.202.671,22	2.980.314,25	2.849.208,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	-913,22	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.598,37	292.252,61	234.860,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.402.361,64	-2.087.775,03	-2.103.873,31
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.402.361,64	-2.087.775,03	-2.103.873,31

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-16.098,28	-701.511,67

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-27.800,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenadora de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	15.996.416,00	2.259.751,13	9.348.198,61	8.335.593,53
Receita Tributária	993.368,00	88.781,08	454.116,57	381.489,22
I.P.T.U.	143.000,00	5.770,10	87.692,99	80.346,63
I.S.S.	280.000,00	38.189,11	145.813,44	128.316,69
I.T.B.I.	100.000,00	19.944,68	82.313,14	38.674,87
I.R.R.F.	98.000,00	15.989,27	57.540,06	56.359,08
Outras Receitas Tributárias	372.368,00	8.887,92	80.756,94	77.791,95
Receita de Contribuição	298.000,00	46.848,80	169.706,77	148.012,15
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	298.000,00	46.848,80	169.706,77	148.012,15
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	179.140,00	47.002,74	156.111,72	112.465,48
(-) Aplicações Financeiras	179.140,00	47.002,74	156.111,72	112.465,48
Transferências Correntes	14.494.888,00	2.091.369,17	8.584.982,85	7.726.012,57
F.P.M.	5.760.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	5.680.000,00	777.245,37	3.210.515,19	3.084.608,26
Convênios	196.088,00	33.928,00	101.785,00	101.301,32
Outras Transferências Correntes	2.858.800,00	626.153,61	2.186.853,96	1.681.791,35
Demais Receitas Correntes	210.160,00	32.752,08	139.392,42	80.079,59
Dívida Ativa	68.800,00	4.758,38	20.917,46	13.923,81
Diversas Receitas Correntes	141.360,00	27.993,70	118.474,96	66.155,78
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.298.044,00	424.904,15	819.171,75	557.815,70
Operações de Crédito (III)	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	45.000,00	7.374,66	26.434,04	15.474,88
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	619,01	1.374,91	1.466,96
Transferências de Capital	5.544,00	416.910,48	791.362,80	540.873,86
Convênios	5.544,00	416.910,48	791.362,80	540.873,86
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.544,00	416.910,48	791.362,80	540.873,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.001.960,00	2.676.661,61	10.139.561,41	8.876.467,39
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.866.736,91	2.220.060,33	8.531.866,12	7.638.712,13
Pessoal e Encargos Sociais	6.915.687,81	986.344,27	4.102.939,10	3.699.666,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	129.800,00	11.381,74	37.189,59	59.407,47
Outras Despesas Correntes	8.821.249,10	1.222.334,32	4.391.737,43	3.879.638,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.736.936,91	2.208.678,59	8.494.676,53	7.579.304,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.021.387,66	571.801,46	1.155.004,33	1.626.014,48
Investimentos	4.569.987,66	483.090,68	881.055,73	1.351.979,22
Inversões Financeiras	16.400,00	700,00	2.600,00	4.277,20
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	2.100,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	16.400,00	700,00	2.600,00	2.177,20
Amortização da Dívida (XIV)	435.000,00	88.010,78	271.348,60	269.758,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.586.387,66	483.790,68	883.655,73	1.354.156,42

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.325.324,57	2.692.469,27	9.378.332,26	8.933.461,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.323.364,57	-15.807,66	761.229,15	-56.993,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	722.339,64	0,00
Superávit Financeiro	-	-	722.339,64	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-361.640,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenadora de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
EXECUTIVO	-	17.598,37	17.598,37	-	-	87.600,00	442.848,05	241.672,47	240.348,61	47.990,20	242.109,24
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	17.598,37	17.598,37	0,00	0,00	87.600,00	442.848,05	241.672,47	240.348,61	47.990,20	242.109,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	2.209,06	2.209,06	0,00	0,00	0,00	744,66	744,66	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	10.377,91	10.377,91	0,00	0,00	0,00	86.334,88	83.344,68	0,00	2.990,20	0,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E E	0,00	1.989,62	1.989,62	0,00	0,00	0,00	6.675,00	1.200,00	0,00	0,00	5.475,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.384,00	25.384,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.600,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	42.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	792,65	792,65	0,00	0,00	0,00	320.826,63	129.472,25	128.148,39	0,00	192.678,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	2.229,13	2.229,13	0,00	0,00	0,00	2.892,88	1.526,88	1.526,88	0,00	1.366,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	17.598,37	17.598,37	0,00	0,00	87.600,00	442.848,05	241.672,47	240.348,61	47.990,20	242.109,24

Fonte:

FONTE:

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2014

LINDOIA DO SUL, 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi

Marines Ribeiro Perondi

Marines Ribeiro Perondi

Marines Ribeiro Perondi

Pedro Ari Parizotto

Pedro Ari Parizotto

Geneci Dellai

Geneci Dellai

Geneci Dellai

Geneci Dellai

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	673.500,00	673.500,00	82.075,45	383.261,44	56,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	179.000,00	179.000,00	6.678,30	93.113,16	52,02
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	5.770,10	87.692,99	61,32
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	69,03	131,73	2,63
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	474,80	3.444,31	13,78
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	364,37	1.844,13	30,74
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	19.944,68	82.313,14	82,31
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	19.944,68	82.313,14	82,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	296.500,00	296.500,00	39.463,20	150.295,08	50,69
1.3.1- ISS	280.000,00	280.000,00	38.189,11	145.813,44	52,08
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	449,14	1.509,16	25,15
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.500,00	5.500,00	479,45	1.955,06	35,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	345,50	1.017,42	20,35
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	15.989,27	57.540,06	58,71
1.4.1- IRRF	98.000,00	98.000,00	15.989,27	57.540,06	58,71
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.801.000,00	14.801.000,00	1.881.336,06	8.222.956,72	55,56
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	817.552,68	3.857.285,62	53,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	817.552,68	3.857.285,62	53,57
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	971.556,50	4.013.143,17	56,52
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	4.442,18	15.547,63	44,42
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	16.359,18	62.477,34	56,80
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	100,99	177,34	2,96
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	71.324,53	274.325,62	78,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.474.500,00	15.474.500,00	1.963.411,51	8.606.218,16	55,82
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	239.500,00	239.500,00	47.246,50	167.755,45	70,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	130.000,00	130.000,00	24.520,82	102.857,28	79,12
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.000,00	3.000,00	0,00	1.260,00	42,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.500,00	41.500,00	8.308,00	24.924,00	60,06
5.4- Transferências Diretas - PNAE	65.000,00	65.000,00	12.033,28	30.083,20	46,28
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	2.384,40	8.630,97	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	210.000,00	210.000,00	33.928,00	104.015,37	49,53
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	449.500,00	449.500,00	81.174,50	271.770,82	60,46
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.960.200,00	2.960.200,00	376.266,79	1.644.600,83	55,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	163.510,49	771.456,92	53,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.420.000,00	1.420.000,00	194.311,13	802.627,98	56,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	888,42	3.109,47	44,42
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	3.271,82	12.495,41	56,80
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	20,19	35,43	2,95
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	70.000,00	70.000,00	14.264,74	54.875,62	78,39
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	232.974,10	971.081,47	64,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	231.525,66	966.418,50	64,43
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	1.448,44	4.662,97	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.460.200,00	-1.460.200,00	-144.741,13	-678.182,33	46,44
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	900.000,00	909.367,46	210.070,04	860.336,07	94,61
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	63.999,31	265.107,61	88,37
13.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	609.367,46	146.070,73	595.228,46	97,68
14- OUTRAS DESPESAS	600.000,00	600.000,00	4.800,00	18.997,79	3,17
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	600.000,00	4.800,00	18.997,79	3,17
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.500.000,00	1.509.367,46	214.870,04	879.333,86	58,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					879.333,86
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					88,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					1,96
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					9,45
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					9.367,46
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.868.625,00	3.868.625,00	490.852,88	2.151.554,54	55,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	860.000,00	860.910,13	135.505,81	455.188,72	52,87
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.745.500,00	2.754.867,46	351.359,01	1.402.126,49	50,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.209.367,46	150.870,73	614.226,25	50,79
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.545.500,00	1.545.500,00	200.488,28	787.900,24	50,98
25- ENSINO MÉDIO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	186.000,00	183.600,00	26.295,36	85.936,41	46,81
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.811.500,00	3.819.377,59	513.160,18	1.943.251,62	50,88
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-678.182,33
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.662,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.367,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-664.151,90
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.521.467,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,3
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	130.000,00	177.036,72	20.800,52	91.622,15	51,75
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	445.880,00	815.668,35	96.349,41	237.183,95	29,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	575.880,00	992.705,07	117.149,93	328.806,10	33,12
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.387.380,00	4.812.082,66	630.310,11	2.272.057,72	47,22

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	5.475,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	5.475,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		9.525,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		966.418,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		870.924,26	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		870.924,26	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.662,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		109.682,89	0,00

LINDOIA DO SUL, 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec.Adm. Ordenadora de Despesa	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.367,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.200.000,00	0,00		1.200.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.021.387,66	1.155.004,33	0,00	3.866.383,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.021.387,66	1.155.004,33	0,00	3.866.383,33
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.821.387,66	-1.155.004,33		-2.666.383,33

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi
Sec.Adm. Ordenadora de Despesas

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Geneci Dellai
Contadora CRC 016795/0-O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.383.600,00	17.383.600,00	2.714.596,46	15,62	10.266.480,92	59,06	7.117.119,08
RECEITAS CORRENTES	16.085.556,00	16.085.556,00	2.289.692,31	14,23	9.447.309,17	58,73	6.638.246,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	993.368,00	993.368,00	88.781,08	8,94	454.116,57	45,71	539.251,43
IMPOSTOS	621.000,00	621.000,00	79.893,16	12,87	373.359,63	60,12	247.640,37
TAXAS	121.868,00	121.868,00	8.887,92	7,29	80.756,94	66,27	41.111,06
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	250.500,00	250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	208.000,00	208.000,00	29.787,24	14,32	112.705,61	54,19	95.294,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	88.000,00	88.000,00	12.996,65	14,77	45.624,71	51,85	42.375,29
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	120.000,00	120.000,00	16.790,59	13,99	67.080,90	55,90	52.919,10
RECEITA PATRIMONIAL	179.140,00	179.140,00	47.002,74	26,24	156.111,72	87,15	23.028,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	179.140,00	179.140,00	47.002,74	26,24	156.111,72	87,15	23.028,28
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.760,00	2.760,00	161,60	5,86	4.040,81	146,41	-1.280,81
Receita da Produção Vegetal	2.760,00	2.760,00	161,60	5,86	4.040,81	146,41	-1.280,81
RECEITA DE SERVIÇOS	53.000,00	53.000,00	13.638,67	25,73	54.587,52	103,00	-1.587,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.494.888,00	14.494.888,00	2.091.369,17	14,43	8.584.982,85	59,23	5.909.905,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.295.800,00	14.295.800,00	2.057.441,17	14,39	8.483.197,85	59,34	5.812.602,15
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transf. de Conv.	196.088,00	196.088,00	33.928,00	17,30	101.785,00	51,91	94.303,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.400,00	154.400,00	18.951,81	12,27	80.764,09	52,31	73.635,91
Multas e Juros de Mora	74.900,00	74.900,00	12.638,92	16,87	52.373,12	69,92	22.526,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.700,00	4.700,00	1.554,51	33,07	7.457,01	158,66	-2.757,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	68.800,00	68.800,00	4.758,38	6,92	20.917,46	30,40	47.882,54
RECEITAS DIVERSAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	16,50	0,28	5.983,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.298.044,00	1.298.044,00	424.904,15	32,73	819.171,75	63,11	478.872,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	619,01	1,30	1.374,91	2,89	46.125,09
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	47.500,00	47.500,00	619,01	1,30	1.374,91	2,89	46.125,09
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	45.000,00	7.374,66	16,39	26.434,04	58,74	18.565,96
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.544,00	5.544,00	416.910,48	520,03	791.362,80	274,22	-785.818,80
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.544,00	5.544,00	416.910,48	520,03	791.362,80	274,22	-785.818,80
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	17.061,56	18,96	57.001,16	63,33	32.998,84
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.000,00	90.000,00	17.061,56	18,96	57.001,16	63,33	32.998,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	17.061,56	18,96	57.001,16	63,33	32.998,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	90.000,00	90.000,00	17.061,56	18,96	57.001,16	63,33	32.998,84

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	17.061,56	18,96	57.001,16	63,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.731.658,02	15,63	10.323.482,08	59,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.731.658,02	15,63	10.323.482,08	59,08
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.731.658,02	15,63	10.323.482,08	59,08
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.513.483,35	—	—	722.339,64	—
Superávit Financeiro	—	1.513.483,35	—	—	722.339,64	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	3.416.524,57	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	46,37
DESPESAS CORRENTES	14.800.037,00	1.066.699,91	15.866.736,91	1.422.459,57	10.961.662,53	2.220.060,33	8.531.866,12	53,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.930.100,00	-14.412,19	6.915.687,81	974.041,77	4.136.992,35	986.344,27	4.102.939,10	59,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129.800,00	0,00	129.800,00	0,00	72.300,00	11.381,74	37.189,59	28,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.740.137,00	1.081.112,10	8.821.249,10	448.417,80	6.752.370,18	1.222.334,32	4.391.737,43	49,79
DESPESAS DE CAPITAL	2.671.563,00	2.349.824,66	5.021.387,66	781.859,20	2.666.510,83	571.801,46	1.155.004,33	23,00
INVESTIMENTOS	2.207.763,00	2.362.224,66	4.569.987,66	779.004,63	2.278.156,26	483.090,68	881.055,73	19,28
INVERSOES FINANCEIRAS	28.800,00	-12.400,00	16.400,00	0,00	4.000,00	700,00	2.600,00	15,85
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	435.000,00	0,00	435.000,00	2.854,57	374.354,57	88.010,78	271.348,60	62,38

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	3.416.524,57	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	11.203.254,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.473.600,00	3.416.524,57	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	11.203.254,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.473.600,00	3.416.524,57	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	9.686.870,45	11.203.254,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	636.611,63	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.473.600,00	3.416.524,57	20.890.124,57	2.204.318,77	13.618.173,36	2.791.861,79	10.323.482,08	11.203.254,12

FONTE:

LINDOIA DO SUL , 10/09/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec.Adm. Ordenadora de Despesa	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-O

Luzerna

PREFEITURA

Receitas Federais do Dia 09/09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 09/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.670,16
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.670,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.670,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.002,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	668,06

Luzerna, 10/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****Portaria 3214**

PORTARIA N.º 3214/2014

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

O Poder Executivo, no uso das suas atribuições legais, publica para efeitos legais, a regulamentação para o recebimento e conferência, além da custódia dos materiais e equipamentos destinados a cada uma das Secretarias do Município, nos moldes que seguem:

RESOLVE:

Art. 1º. - Ficam designados para o recebimento dos materiais, equipamentos e congêneres, nas Secretarias, as pessoas abaixo identificadas:

- Secretaria de Obras e Agricultura: Sr. Ailson Gomes;
- Secretaria de Saúde: Sra. Edilene Maria Piatí;
- Secretaria Educação: Sra. Gionava Betinelli;
- CRAS: Sr. Pablo Cristhian Pedrozo;
- Secretaria Administração: Sra. Iana Spanholo Abraão;

Art. 2º. - As pessoas investidas nessa prerrogativa responderão pela conferência, recebimento, guarda e destinação dos materiais, equipamentos e congêneres, sob pena de responsabilidade, nos moldes do Estatuto do Servidor Público.

Art. 3º. - A medida ora adotada visa descentralizar, agilizar e desburocratizar o serviço público.

Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº3177/2014.

Macieira, 01 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 83.483.230/0001-86

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS SA

Nota Fiscal nº. 13102 R\$ 173,56

Nota Fiscal nº. 13100 R\$ 1.473,07

Nota Fiscal nº. 13103 R\$ 1.365,62

Nota Fiscal nº. 13099 R\$ 1.736,70

Nota Fiscal nº. 13104 R\$ 633,56

Nota Fiscal nº. 12986 R\$ 3.528,00

Nota Fiscal nº. 13101 R\$ 5.893,61

Nota Fiscal nº. 12984 R\$ 5.292,00

Valor Total: R\$ 20.096,12

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos das Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 11 de setembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 107/2014

DECRETO Nº 107, 9 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a baixa de dívida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder à baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 10/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, art. 25 da Lei Municipal nº 1.942/1993, Lei Municipal nº 3.001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminados:

Cadastro	Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$
4170-0	Ademilson Gois	2010	Taxa de vistoria anual	307,12
448300-0	Alviz Cabral Gomes	2005 e 2006	Predial territorial urbano	247,06
4828-0	Elio Huber MEI	2013	Taxa de vistoria anual	170,52
274908-0	Ercílio José Braga-nholo	2003, 2005 e 2006	Territorial urbano	254,78
271810-0	Osmar Konopatski	2005 a 2014	Territorial urbano	1.513,32
271810-0	Osmar Konopatski	2010	Contribuição de melhorias	755,00
2954-0	Pedrinho Mario Sturm	2013 e 2014	Taxa de vistoria anual	290,56
53703-0	Rosemary da Silva Santos	2007	Predial territorial urbano	291,52
2626-0	Sidimar da Silva Moraes	2005 a 2007	Taxa de vistoria anual e ISS fixo	295,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto Nº 108/2014

DECRETO Nº 000, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014.

Transfere concessão de ponto de táxi e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:

O disposto no artigo 46, da Lei Municipal nº 2.099, de 13 de junho de 1995.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão do ponto de táxi privativo anexo a Rodoviária, Avenida Albino Cerutti Cella, de propriedade de João Amarante Ribeiro para Jussara Ribeiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 9 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Modelo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2156/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2156/2014 DE 10.09.2014

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E DENOMINAÇÃO DO BAIRRO DO LOTEAMENTO MORADA DO SOL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído e denominado como "Bairro Morada do Sol", área relativa ao Loteamento Morada do Sol, no Município de Modelo SC.

Art. 2º - Ficam definidas como "Bairro Morada do Sol" as áreas localizadas as margens da SC 160, na zona MEUR e MEUM, conforme macrozoneamento de que dispõe o Plano Diretor do Município, no eixo rodoviário Modelo à Serra Alta e Sul Brasil, para fins de inclusão de novos empreendimentos de parcelamento de solo que forem realizados, na forma da Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller
Contadora

Lei Municipal Nº 2155/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2155/2014 DE 10.09.2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2118/2013, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Considerando as disposições dos artigos 97 e parágrafo único da Lei Municipal 971/90 que autoriza o Poder Executivo Municipal a executar serviços com máquinas ou equipamentos rodoviários, pessoal e outros bens municipais, mediante remuneração, a pessoas jurídicas de direito público ou privado ou a pessoas físicas, cobrando preço público ou tarifa, visando a justa remuneração econômica, prevendo a reposição de investimento e o ressarcimento do custo operacional e demais disposições da referida lei; Considerando as disposições dos programas para a agricultura do Município de Modelo SC constantes da Lei Municipal nº 2118/2013, Considerando as disposições do Conselho Municipal da Agricultura do Município,

Apresenta para Câmara de Vereadores de Modelo SC, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 13 da Lei Municipal nº 2118/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Com a implantação do programa previsto neste capítulo, os serviços estritamente particulares, não abrangidos por este programa, serão executados com máquinas, equipamentos, pessoal e outros bens municipais, materiais e serviços, mediante pagamento nos termos da Lei Municipal 971/1990 e Decreto que regulamenta a tabela dos valores de horas máquinas e outros, conforme especifica.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 16 da Lei Municipal nº 2118/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - Em razão da instituição deste Programa, não serão mais realizados, pelo Município, os serviços de terraplenagem, somente cascalhamento, manutenção e conservação dos pátios e acessos as propriedades, observadas as disposições da presente Lei".

Art. 3º - O parágrafo único do artigo 16 da Lei Municipal nº 2118/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, a realizar os serviços com máquinas ou equipamentos rodoviários, sendo a motoniveladora e rolo compactador, pessoal e outros bens municipais, materiais e serviços, para acabamento dos serviços nos novos investimentos de que dispõe esta Lei, mediante pagamento nos termos da Lei 971/1990 e tabela de valores vigente".

Art. 4º - Ficam incluídos os § 2º, § 3º, § 4º e § 5º, ao artigo 16 da Lei Municipal nº 2118/2013, conforme abaixo especificado:

"Art. 16

§ 1º

§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder redução de até 50% (cinquenta por cento) nos valores fixados na tabela de valores de horas máquinas caminhões, e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do município de Modelo SC, na realização dos serviços de abertura, manutenção e conservação das estradas de acesso as roças, nas propriedades dos produtores rurais do Município de Modelo SC.

§ 3º - Os serviços de cascalhamento, a manutenção e conservação dos pátios e acessos, das propriedades dos produtores rurais do município de Modelo SC, de que trata o caput deste artigo, sendo estes às residências, às benfeitorias e instalações, destinadas as atividades agropecuárias, objetivando garantir o escoamento da produção, a circulação de bens e pessoas, serão realizadas diretamente pelo município, sem custos para os produtores rurais.

§ 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo, igualmente autorizado, em conceder desconto de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor apurado, para os serviços em que for efetuado o pagamento em até 30 (trinta) dias da realização dos serviços, constante da tabela de valores de horas máquina, caminhões e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do município de Modelo SC, em atendimento ao disposto na Lei Municipal 971/1990.

§ 5º - Os serviços serão executados atendidos a viabilidade técnica, normas e licenciamento ambiental e de conformidade com as disponibilidades financeiras e cronograma de serviços do DMER (Departamento Municipal de Estradas de Rodagem) e Departamento Municipal da Agricultura".

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 10 de Setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller

Contadora

Lei Municipal Nº 2157/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2157/2014 DE 10/09/2014

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS/MODELO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/MODELO2014, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Modelo - SC, com vencimento até 15.08.2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados administrativamente ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Parágrafo único. O Programa de Recuperação Fiscal será estendido aos Executivos Fiscais, ajuizados na Comarca de Modelo - SC.

Art. 2º O ingresso no REFIS, dar-se-á por opção do sujeito passivo, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, até a data de 10.11.2014, obedecidas as seguintes condições desta Lei.

Parágrafo único. O débito está sujeito somente a atualização monetária, pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até a consolidação, ou qualquer outro indexador que venha a substituir, da data da inscrição da dívida até a data do pagamento.

Art. 3º O REFIS, de que trata esta lei abrange somente o contribuinte que optar pelo pagamento total do débito, correspondente a todas as dívidas lançadas para cada contribuinte respectivamente, sendo a vista ou parcelado, nos prazos e condições estabelecidos nesta Lei e no Regulamento próprio.

Art. 4º O débito consolidado poderá ser parcelado na forma desta Lei:

I - sujeitar-se-ão, a partir da data da consolidação, à atualização monetária e juros no percentual fixo de 1,00 (um por cento) ao mês, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;

II - serão pagos em parcelas mensais e sucessivas, sendo uma entrada e as demais vencíveis a cada 30 (trinta) dias, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser, em cada caso, inferior ao valor de 30 (trinta) Unidades Fiscais Referência - UFIRs, vigente no mês da concessão do parcelamento, nos termos do § 2º, do art. 64 da Lei Municipal nº 1.324/97.

III - O parcelamento não poderá exceder a 10 (dez) prestações, mensais e sucessivas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia das multas e juros de mora incidentes sobre os créditos

tributários, nas seguintes condições:

I - Anistia de até 100% (cem por cento) das multas e juros de mora, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única e efetivar o pagamento até o dia 10.11.2014, na forma e condições, fixado por Decreto do Poder Executivo.

II - Anistia de até 60% (sessenta por cento) das multas e juros de mora para o contribuinte que requerer o REFIS, pelo parcelamento de que trata o artigo 4º desta Lei, e efetuar o pagamento de 40 % (quarenta por cento) do valor total da dívida na primeira parcela, com vencimento até o dia 10.11.2014, na forma e condições, fixado por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo - A anistia será concedida nas condições de que dispõe o caput e incisos deste artigo, somente ao contribuinte que optar pelo pagamento ou parcelamento do total do débito vencido junto ao setor de tributação do Município de Modelo SC.

Art. 6º O contribuinte optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Prática de qualquer procedimento tendente a reduzir a base de cálculo do optante, mediante simulação ou ato;

III - o inadimplemento de duas parcelas mensais.

Parágrafo único. A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago com os acréscimos legais na forma da legislação, inclusive dos valores das multas e juros anistiados.

Art. 7º Os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário.

Art. 8º É suspensa a pretensão punitiva, referente aos crimes previstos no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes a matéria, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes, incluída no REFIS, desde que a inclusão no referido programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal.

§ 1º. A prescrição criminal não ocorre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º. Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo, quando a pessoa jurídica relacionada com o agente, efetuar o pagamento integral dos débitos tributários inclusive acessórios que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal.

Art. 9º A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta lei;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei;

III - implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal;

IV - pagamento do REFIS requerido nos termos desta Lei;

V - expressa renúncia a qualquer defesa judicial, bem como

desistência dos interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte;

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 10 de setembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

Lei Municipal Nº 2158/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2158/2014 DE 14 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 1.192/94, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica alterado o artigo 13 da Lei Municipal 1.192/94 de 22.12.1994, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Fica criado o FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo SC, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados de conformidade com as disposições legais e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

Decreto Nº 251/2014

DECRETO Nº 251/2014 DE 10.09.2014
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE RECURSOS FISCAL - REFIS/MODELO 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO EM ESPECIAL A LEI MUNICIPAL Nº 2157/2014

DE 10/09/2014

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a concessão da anistia das multas e juros de mora incidentes sobre os créditos tributários, nas seguintes condições:

I - Anistia de 100% (cem por cento) das multas e juros de mora, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única e efetivar o pagamento até o dia 10.11.2014, na forma e condições, fixado por Decreto do Poder Executivo.

II - Anistia de 60% (sessenta por cento) das multas e juros de mora para o contribuinte que requerer o REFIS, pelo parcelamento de que trata o artigo 4º da Lei 2157/2014, e efetuar o pagamento de 40 % (quarenta por cento) do valor total da dívida na primeira parcela, com vencimento até o dia 10.11.2014.

Parágrafo Único -A anistia será concedida nas condições de que dispõe o caput e incisos deste artigo, somente ao contribuinte que optar pelo pagamento ou parcelamento do total do débito vencido junto ao setor de tributação do Município de Modelo SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

Decreto Nº 249/2014

DECRETO Nº 0249/2014 DE 08.09.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ÉDINA MARIA BECKER PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

Considerando o termo de compromisso firmado pelo Município de Modelo/SC e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional/Gerência de Educação de Maravilha, objetivando a cooperação técnica-pedagógica, material e financeira através do CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. ÉDINA MARIA BECKER, portadora do CPF nº 928.563.229-72, RG nº 13C 3.257.795 para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, do Programa de Educação de Jovens e Adultos do Município de Modelo/SC, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação, objetivando garantir a manutenção da unidade descentralizada, em nível de Ensino Fundamental e Médio no Município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo, de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC-03, do quadro de servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 08 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 027/2014

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0249/2014

Cargo em Comissão: Assessora Administrativa

Aos oito dias do mês de Setembro de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora ÉDINA MARIA BECKER, portadora do CPF nº 928.563.229-72, RG nº 13C 3.257.795, a fim de tomar posse no cargo de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0249/2014, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 08 de setembro de 2014.

ÉDINA MARIA BECKER

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 248/2014

DECRETO Nº 0248/2014 DE 08.09.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento da Servidora Lori Helena Maldaner por um período de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde, bem como não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDORA: ROSANGELA KNORST DEOTTI CPF nº 612.962.529-49	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	2º ano 23
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Lori Helena Maldaner em Licença para tratamento de saúde por 30 dias conforme Portaria nº 137/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	08.09.2014 a 25.09.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Decreto Nº 247/2014

DECRETO Nº 0247/2014 DE 08.09.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento da Servidora Helena Frey Werlang por um período de 30 (trinta) dias para usufruir Licença Prêmio, bem como não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal

de Educação, a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: JOSEFINA SCATOLIN CPF: 753.318.299-53 RG nº 1.499.555	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	2º ano 22
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Helena Frey Werlang em Licença Prêmio por 30 dias conforme Portaria nº 084/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	08.09.2014 a 07.10.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Decreto Nº 252/2014

Decreto nº 252/2014 de 10/09/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1054/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1054/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
BRITADOR SCHMITZ LTDA.	52.000,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Decreto Nº 253/2014

Decreto nº 253/2014 de 10/09/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1055/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1055/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	38.880,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 10 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Portaria Nº 140/2014

PORTARIA Nº 0140/2014 de 05.09.2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOVANI TEREZINHA BARON, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal LOVANI TEREZINHA BARON, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme Portaria de nomeação nº 028/1984 de 20.02.1984 e Decreto nº 208/1995 de 03.07.1995 (02 contratos efetivos de 20 h/s cada), 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, referente a um contrato de 20 h/s, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 02/2009 a 02/2014, a ser usufruída no período

de 08.09.2014 a 07.10.2014, no turno vespertino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Decreto Nº 250/2014

DECRETO Nº 0250/2014 de 08.09.2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ENIO MUNDT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o servidor ENIO MUNDT, ocupante do cargo de Auxiliar dos Serviços Gerais Externos, do serviço público do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 08 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

ENIO MUNDT

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

Decisão- Pedido Reequilíbrio de Preços- Indeferimento Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO
EMPRESA: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 04217590/0001-60

Aos 10 (dez) dias, do mês de setembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emilio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.64/2013, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR os dois pedidos de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que os pedidos foram protocolados com NF's cujo o campo de destinatário estava fotocopiado dobrado omitindo o mesmo, a comissão ao verificar a chave de acesso constatou que as NF's tinham como destinatário a empresa WERBRAN DIST. DE MED. CNPJ 04.372.020/0001-44 razão e CNPJ divergente da solicitante.

Desta forma também encaminha-se a mesma ao departamento de procedimento administrativo para abertura de processo para verificação das copias e possível punição. (vide anexo)

Pedido protocolado 29/08/14 JH 288348685 BR , item pedido indeferido nº170 metronidazol

Pedido protocolado JH 288348717 br, itens pedido indeferidos nº18 amiodarona, 80 diclofenaco, 130 hidroclorotiazida, 157 losartana,

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Fernanda Hassmann

Carla Claudino

Josezite dos Santos

Corroborando

Benilde Perão

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pregão Presencial 185/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIO-VISUAIS DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS PARA O PEC (PRAÇA DO ESPORTE E DA CULTURA) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONFORME CONTRATO CELEBRADO Nº 0363523-89 CELEBRADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014. Data da entrega dos envelopes: 23/09/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 23/09/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 18/2014 Fmv

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE DA CITRAN NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/08/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/08/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito.

Aviso de Licitação Tomada de Preço 123/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 123/2014 PMN
---republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE CARREIRA PARA PUXAR EMBARCAÇÕES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM TERRENO LOCALIZADO NA RUA LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS - BAIRRO SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/09/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Dispensa de Licitação FMS Nº 037/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 037/2014

Processo: DL037/2014

Data: 09 de setembro de 2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fundo Municipal de Saúde de Navegantes.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS (BLOCOS DE RECEITUÁRIO) DE NOTIFICAÇÃO ESPECIAL DE RECEITA B1 (AZUL), PARA PRESCRIÇÃO MEDICAMENTOSA DE PACIENTES QUE APRESENTAM TRANSTORNOS PSÍQUICOS E PSIQUIÁTRICOS E QUE POSSUEM A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO JUNTO AO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSOCIAL (CAPS), ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: GRAFICA BRUSQUENSE LTDA

CNPJ: 00.287.795/0001-60.

Valor: R\$ 2.940,00.

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

Dispensa de Licitação Fmv015/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMV015/2014.

Processo: DL015/2014

Data: 08/09/2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fundação Municipal de Vigilância de Navegantes.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO/ORIENTAÇÃO, PARA A UTILIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: FILIPE ALBRECH ANTONELLO ME.

CNPJ: 15.139.770/0001-97.

Valor: R\$ 5.570,00.

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 001/2014 - Pregão Presencial Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA DE VEREADORES DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 001/2014 - Pregão Presencial Nº 001/2014
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico em Tecnologia da Informação nos sistemas administrativos da Câmara de Vereadores de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 25/09/2014 até as 10:00 horas. Abertura: 25/09/2014 - 10:05 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Rua Ida Orsi Feller, 100 - Centro, Fone: 48.3267 0011 - Fax: 48.3267 0011 - e-mail: camara@novatrento.sc.gov.br

Airton Antônio Dalbosco
Presidente da Câmara

Portaria Nº 778/2014

PORTARIA Nº 778/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 93 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 725/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de setembro de 2014 a 04 de outubro de 2014, conforme resultado pericial datado de 01/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 782/2014

PORTARIA Nº 782/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de

1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 679/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, matrícula nº 6107, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 27 de agosto de 2014 a 07 de setembro de 2014, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 775/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº147/2006 de 20/10/2006, a Senhora LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.671.469-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 775/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 854,01 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 27 de agosto de 2014 a 07 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 27 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Lucia M. Muraro Wisintainer

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 27 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 783/2014

PORTARIA Nº 783/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 683/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, DAIANE ALINE MOTTA, matrícula nº 6440, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 27 de agosto de 2014 a 07 de setembro de 2014, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 775/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006 de 20/10/2006, a Senhora DAIANE ALINE MOTTA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Geral, Areião, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 083.905.679-62, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 775/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 27 de agosto de 2014 a 07 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 27 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Daiane Aline Motta

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 27 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 784/2014

PORTARIA Nº 784/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 172/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6130, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 03 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147, de 20 de outubro de 2006, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 183,26 (cento e oitenta e três reais e vinte e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 03 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 01 (um) horas diárias, totalizando 05 (cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Rafael Junior Reis de Assis

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 785/2014

PORTARIA Nº 785/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 171/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6129, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 05 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), em substituição a Titular Ada Maria Cipriani Abelino, afastada conforme Portaria nº 673/2014 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147, de 20 de outubro de 2006, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Ada Maria Cipriani Abelino, afastada conforme Portaria nº 673/2014 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 366,52 (trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 05 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Rafael Junior Reis de Assis

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 789/2014

PORTARIA Nº 789/ 2014

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação a Servidora Publica Municipal, concursada, MARIA APARECIDA BITTENCOURT, matrícula nº 288, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 01/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 790/2014

PORTARIA Nº 790/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 782/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, matrícula nº 6107, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 789/2014 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº147/2006 de 20/10/2006, a Senhora LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.671.469-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 789/2014 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 854,01 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Lucia M. Muraro Wisintainer

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 791/2014

PORTARIA Nº 791/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 783/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, DAIANE ALINE MOTTA, matrícula nº 6440, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 789/2014 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº147/2006 de 20/10/2006, a Senhora DAIANE ALINE MOTTA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Geral, Areião, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 083.905.679-62, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 789/2014 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Daiane Aline Motta

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 792/2014

PORTARIA Nº 792/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 234/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, TAISE PEREIRA LUCIANER, matrícula nº 6146, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 09 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), sendo 20 (vinte) horas semanais, em substituição a Titular Rosimar Darós, afastada conforme Portaria nº 086/2009 e 20 (vinte) horas por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº147/2006 de 20/10/2006, a Senhora TAISE PEREIRA LUCIANER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua SC 411, Bairro Rio do Braço, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 083.816.579-62, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Pré Escolar), no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, sendo 20 (vinte) horas semanais, em substituição a Titular Rosimar Darós, afastada conforme Portaria nº 086/2009 e 20 (vinte) horas por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o

início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Taise Pereira Lucianer

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 779/2014

PORTARIA Nº 779/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102 e 103 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, ao Servidor Público Municipal SALVELINO MONTIBELLER, matrícula nº 527, concursado no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2005 a 05/09/2010, a ser pago no mês de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 780/2014

PORTARIA Nº 780/ 2014

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao Servidor Público Municipal SALVELINO MONTIBELLER, matrícula nº 527, concursado no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2005 a 05/09/2010, a contar de 02 de setembro de 2014 a 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 781/2014

PORTARIA Nº 781/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 637/2014, que Prorrogou a Admissão em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de setembro de 2014 a 01 de outubro de 2014, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria de nº 780/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767115369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme Portaria de nº 780/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 02 de setembro de 2014 a 01 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o

início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Paulo Sergio Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 786/2014

PORTARIA Nº 786/ 2014
Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, à Servidora Pública Municipal RACHEL GIROLA, matrícula nº 6314, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 05 de setembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, conforme atestado médico datado de 05/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 787/2014

PORTARIA Nº 787/ 2014
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, EDNA BONECHER, matrícula nº 4474, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 788/2014

PORTARIA Nº 788/ 2014
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre o Município e o Ministério Público (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), MARCIO CUSTODIO OSELAME, matrícula nº 6461, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor MARCIO CUSTODIO OSELAME, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, nº 240, Ap. 202, Bairro Agrônômica, Município de Florianópolis, portador do CPF nº 074.321.819-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de setembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas

semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcio Custodio Oselame
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Decreto Nº 160/2014

DECRETO nº 160/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 07/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo Único do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de setembro de 2014, munido da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 10 de setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº160/2014)

CARGO: Agente de Combate a Endemias

Classificação	Nome completo
01	Diogo Marchiori

CARGO: Técnico (a) de Enfermagem - HIC

Classificação	Nome completo
01	Valdinéia dos Santos Rosa

CARGO: Enfermeiro - ESF

Classificação	Nome completo
01	Luciana Silveira Teixeira
02	Anderson Carvalho dos Santos

CARGO: Enfermeiro (a) - Epidemiologia

Classificação	Nome completo
01	Ana Claudia Alexandre Brasil

CARGO: Psicólogo (a) - NASF

Classificação	Nome completo
01	Gisele Cristina Schiochet Haas

CARGO: Fisioterapeuta - NASF

Classificação	Nome completo
01	Cristiani Pereira Trindade

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do PL Nº 060/2014-Pregão Presencial Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 060/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E CANALIZADAS PARA USO NA DRENAGEM PLUVIAL NO ENTORNO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme descrição e condições descritas no Termo de Referência Anexo VII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23/09/2014

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 11 de Setembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

Edital de Infração - 1058 -01077

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1058/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CLG7833	55035849E	6599/2	14/06/2014	230*V
GUS6887	55035841E	5010/0	09/06/2014	162*I
HSN2508	55035473E	6599/2	09/06/2014	230*V
HSN2508	55035474E	6637/2	09/06/2014	230*IX
IKL5707	55035162E	5010/0	12/06/2014	162*I
LXP6317	55034369E	5010/0	07/06/2014	162*I
LYZ6280	55033565E	6599/2	07/07/2014	230*V
MBD9649	55034946E	5010/0	12/06/2014	162*I
MCC4217	55035831E	6670/0	01/06/2014	230*XIII
MCJ9518	55033556E	6661/0	04/07/2014	230*XII
MDJ9542	55035164E	6599/2	12/06/2014	230*V
MEI8919	55033861E	5010/0	04/07/2014	162*I
MGH0379	55034368E	5274/1	05/06/2014	175
MGJ9963	55034790E	6599/2	14/06/2014	203*V
MIS8397	55034934E	6599/2	05/06/2014	230*V
MIX5031	55034852E	5010/0	01/06/2014	162*I
MKJ2645	55033560E	6661/0	04/07/2014	230*XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 27 DE AGOSTO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1059/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE

DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CJI8449	55033361E	5835/0	04/07/2014	195
CJI8449	55033362E	7234/0	04/07/2014	250*I*a
CLG7833	55035850E	5835/0	14/06/2014	195
DIA3173	55034373E	5185/1	07/06/2014	167
JPN8999	55035481E	5509/0	16/06/2014	181*XIII
MBO5701	55034940E	5452/1	06/06/2014	181*VIII
MCF8407	55034460E	5207/0	18/06/2014	169
MCF8407	55034461E	5525/0	18/06/2014	181*XV
MCF8407	55034462E	5835/0	18/06/2014	195
MCT3689	55034788E	5541/1	11/06/2014	181*XVII
MCY3034	55034941E	5509/0	06/06/2014	181*XIII
MDT2241	55033360E	7366/2	04/07/2014	252*VI
MEE2745	55033368E	5720/0	07/07/2014	186*I
MFE6965	55034944E	5509/0	09/06/2014	181*XIII
MFN6083	55035024E	5509/0	06/06/2014	181*XIII
MFT3626	55033367E	7366/2	04/07/2014	252*VI
MFU1400	55034854E	5525/0	02/06/2014	181*XV
MGI7862	55035028E	5441/1	06/06/2014	181*XVII
MHJ4105	55034390E	5185/1	10/06/2014	167
MHP5422	55034398E	8487/0	16/06/2014	181*XI
MIF5745	55035031E	5509/0	09/06/2014	181*XIII
MJO6424	55035836E	5380/0	06/06/2014	181*I
MJV3795	55035010E	7366/2	31/05/2014	252*VI
MJW0221	55035243E	7366/2	26/05/2014	252*VI
MKA8912	55034930E	5185/1	04/06/2014	167
MKG7860	55034387E	7366/2	13/06/2014	252*VI
MKZ2030	55035478E	7366/2	13/06/2014	252*VI
MLG2118	55035007E	5541/5	30/05/2014	181*XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1060/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E

SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLK2441	55035637E	6599/2	17/04/2014	R\$191,53	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1061/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIO9432	55034631E	5185/1	27/03/2014	R\$ 127,69	167
LZA5155	55035364E	5185/1	14/04/2014	R\$ 127,69	167
MAR3978	55034215E	6122/0	25/04/2014	R\$ 191,53	214*I
MFP0952	55035401E	5460/0	02/05/2014	R\$ 85,12	181*IX
MJX6291	55035474E	5185/2	18/04/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1062/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL

CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CEZ5786	55035166E	6920/0	18/06/2014	233
CMO3089	55035171E	6920/0	18/06/2014	233
CVT7522	55033607E	6548/0	11/07/2014	229
DXV1303	55034395E	6599/2	16/06/2014	230*V
LYQ5797	55035490E	6920/0	18/06/2014	233
LYQ8134	55035499E	6920/0	18/06/2014	233
LZA5443	54440939E	5010/0	22/06/2014	162*I
LZS4674	55035181E	6599/2	15/07/2014	230*V
MAR0659	55035498E	6920/0	18/06/2014	233
MBU6703	54440938E	6912/0	19/06/2014	232
MCA8055	55035491E	6920/0	18/06/2014	233
MCC1224	55034481E	6599/2	09/07/2014	230*V
MCC1224	55034483E	6637/1	09/07/2014	230*IX
MDF2691	55034484E	6548/0	12/07/2014	229
MEK1914	55035494E	6920/0	18/06/2014	233
MEL5745	55035500E	6920/0	18/06/2014	233
MGK495	55035497E	6920/0	18/06/2014	233
MGU5760	55035847E	5010/0	14/06/2014	162*I
MKG0015	55033577E	5045/0	13/07/2014	162*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1063/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
DFT6756	55033869E	5509/0	11/07/2014	181*XIII
DTT3736	55035485E	5460/0	18/06/2014	181*IX
LZA5155	54440941E	5185/1	22/06/2014	167
MCN0785	55034945E	5550/0	09/06/2014	181*XVIII
MDB6892	55035848E	5193/0	14/06/2014	168

MDF3561	55033874E	5550/0	14/07/2014	181*XVIII
MDP9348	55034479E	5380/0	09/07/2014	181*I
MGW9184	55033570E	5460/0	10/07/2014	181*IX
MHZ2115	55034494E	7366/2	15/07/2014	252*VI
MIC2440	55034458E	5380/0	18/06/2014	181*I
MIE0739	55035034E	5550/0	09/06/2014	181*XVIII
MIJ8251	55034480E	5509/0	09/07/2014	181*XIII
MIQ5079	55034376E	5185/2	07/06/2014	167
MJT4499	55034949E	5185/1	12/06/2014	167
MLX0093	55034457E	5380/0	18/06/2014	181*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1064/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGV9164	55034351E	5010/0	01/06/2014	R\$ 574,61	162*I
BGV9164	55035470E	6610/2	01/06/2014	R\$ 127,69	230*VII
BOP1291	55035409E	6599/2	02/05/2014	R\$ 191,53	230*V
LYE4099	05533239E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162*I
LYI9605	55033993E	5010/0	27/03/2014	R\$ 574,61	162*I
LYI9605	55033994E	6610/2	27/03/2014	R\$ 127,69	230*VII
LYS4384	55036004E	5045/0	03/03/2014	R\$ 191,53	162*V
LYS4384	55036005E	6912/0	03/03/2014	R\$ 53,20	232
LYX3788	05533030E	6912/0	12/02/2014	R\$ 53,20	232
LYX3788	55034287E	5045/0	25/02/2014	R\$ 191,53	162*V
LYX3788	55034288E	6912/0	25/02/2014	R\$ 53,20	232
MAC8210	55033759E	5045/0	29/04/2014	R\$ 191,53	162*V
MAC8210	55033767E	5169/1	29/04/2014	R\$1.915,38	165
MAL0643	55033972E	6602/0	15/03/2014	R\$ 191,53	230*VI
MAL0643	55033973E	6637/2	15/03/2014	R\$ 127,69	230*IX
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAV3060	55035298E	6599/2	29/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MAV3060	55035299E	5010/0	29/03/2014	R\$ 574,61	162*I
MBN9361	05533169E	5169/1	10/02/2014	R\$1.915,38	165
MBQ0958	55034590E	6599/2	16/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MBQ0958	55034591E	5010/0	16/03/2014	R\$ 574,61	162*I
MBQ0958	55034592E	5169/1	16/03/2014	R\$1.915,38	165

MFO4804	54442233E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162*I
MGI5783	55034302E	6700/0	06/03/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MGI5783	55034564E	6700/0	28/02/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MGR7280	55033966E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MGR7280	55033967E	5010/0	12/03/2014	R\$ 574,61	162*I
MGR7280	55033968E	6602/0	12/03/2014	R\$ 191,53	230*VI
MJL8983	55035686E	5010/0	30/03/2014	R\$ 574,61	162*I
MLB0165	55035541E	6700/0	31/03/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MLJ3048	55034286E	5010/0	25/02/2014	R\$ 574,61	162*I
MMD5704	05533240E	6700/0	14/03/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MNI9798	55035433E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MNI9798	55035434E	6408/0	08/05/2014	R\$ 85,12	221
NBL2509	05532981E	5010/0	30/01/2014	R\$ 574,61	162*I
NBL2509	05532982E	6599/2	30/01/2014	R\$ 191,53	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1065/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKC5022	55033953E	5185/1	04/03/2014	R\$ 127,69	167
AKC5022	55033954E	5835/0	04/03/2014	R\$ 127,69	195
BOP1291	55035407E	5185/1	02/05/2014	R\$ 127,69	167
BOP1291	55035408E	5738/0	02/05/2014	R\$ 191,53	186*II
CYB6162	55035624E	5185/1	07/04/2014	R\$ 127,69	167
DJC3013	55035746E	5509/0	28/04/2014	R\$ 85,12	181*XIII
DRP4463	55035449E	5185/1	11/05/2014	R\$ 127,69	167
LXB0277	55036186E	5207/0	04/03/2014	R\$ 53,20	169
LXE0324	55036187E	5185/1	04/03/2014	R\$ 127,69	167
LZX8967	05532906E	5452/1	28/02/2014	R\$ 127,69	181*VIII
LYS4384	55036006E	6050/2	03/03/2014	R\$ 191,53	208
LYS4384	55036007E	5835/0	03/03/2014	R\$ 127,69	195
MAK0091	55033962E	5185/1	06/03/2014	R\$ 127,69	167
MAK0091	55033963E	5835/0	06/03/2014	R\$ 127,69	195
MAP2978	55034615E	5185/1	21/03/2014	R\$ 127,69	167
MCK4230	55034639E	5185/1	30/03/2014	R\$ 127,69	167
MEC7051	55035667E	5509/0	10/03/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MEE8976	55035680E	5207/0	26/03/2014	R\$ 53,20	169
MEG9229	05533230E	5738/0	02/03/2014	R\$ 191,53	186*II
MEU4898	55035332E	5185/1	03/05/2014	R\$ 127,69	167
MEV2193	55036175E	5452/1	28/02/2014	R\$ 127,69	181*VIII

MGI5783	55034563E	5185/1	28/02/2014	R\$ 127,69	167
MGR7280	55033964E	5835/0	12/03/2014	R\$ 127,69	195
MGR7280	55033965E	5720/0	12/03/2014	R\$ 127,69	186*I
MGS2999	55035689E	5452/1	01/04/2014	R\$ 127,69	181*VIII
MII8713	55035676E	5185/1	21/03/2014	R\$ 127,69	167
MJS7355	55034912E	5738/0	28/05/2014	R\$ 191,53	186*II
MLA1477	55035337E	5207/0	06/05/2014	R\$ 53,20	169
MNI9798	55035435E	5509/0	08/05/2014	R\$ 85,12	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1066/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MCI6895	55033617E	7340/0	20/07/2014	252*IV
MIX7107	55035182E	6408/0	18/07/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1067/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS

APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AQC1818	55033845E	5185/1	29/06/2014	167
CRO9218	55033355E	5193/0	28/06/2014	168
MBV2183	55035185E	5835/0	21/07/2014	195
MBV2183	55035156E	5215/2	21/07/2014	170
MCI6895	55033615E	5835/0	20/07/2014	195
MCI6895	55033616E	5207/0	20/07/2014	169
MCI6895	55033618E	7064/0	20/07/2014	244*IV
MDM7083	55035183E	5835/0	18/07/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.
ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1068/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABK3052	55033793E	6700/0	14/05/2014	R\$ 127,69	230*XVI
AFZ3880	55033997E	5010/0	30/03/2014	R\$ 574,61	162*I
AFZ3880	55033998E	6610/2	30/03/2014	R\$ 127,69	230*VII
AFZ3880	55033999E	6637/2	30/03/2014	R\$ 127,69	230*IX
AFZ3880	55034638E	6661/0	30/03/2014	R\$ 127,69	230*XII
AFZ3880	55035707E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
AGE3501	54440296E	5010/0	16/02/2014	R\$ 574,61	162*I
AIU0175	55035239E	5010/0	25/05/2014	R\$ 574,61	162*I
AIY2677	55035812E	5010/0	17/05/2014	R\$ 574,61	162*I
AMI0576	05532790E	6920/0	03/02/2014	R\$ 127,69	233
BNN8043	05533197E	6599/2	01/03/2014	R\$ 191,53	230*V
BNN8053	05533198E	6912/0	01/03/2014	R\$ 53,20	232
CAI1762	55035703E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
CGM1949	55033960E	5010/0	06/03/2014	R\$ 574,61	162*I
CGM1949	55033961E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230*V
KPD2857	55033780E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230*V
LWS1822	55036182E	5010/0	04/03/2014	R\$ 574,61	162*I
LWY2316	55035154E	6599/2	17/05/2014	R\$ 191,53	230*V
LXC9746	55035412E	6670/0	02/05/2014	R\$ 127,69	230*XIII

LXI2939	05532792E	6920/0	03/02/2014	R\$ 127,69	233
LXJ9879	55034315E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
LXJ9928	55035635E	6599/2	17/04/2014	R\$ 191,53	230*V
LXO5329	55034295E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230*V
LXT1608	55034244E	6599/2	10/05/2014	R\$ 191,53	230*V
LXW6237	05533129E	6610/0	29/01/2014	R\$ 127,69	230*VII
LYE1917	55033487E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
LYM0014	55036014E	5010/0	09/03/2014	R\$ 574,61	162*I
LZA0110	55036196E	6920/0	07/03/2014	R\$ 127,69	233
LZG9767	55036159E	5010/0	27/02/2014	R\$ 574,61	162*I
LZK2572	55033996E	5274/1	28/03/2014	R\$ 191,53	175
LZU1029	05533247E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
LZU1029	55033951E	6599/2	04/03/2014	R\$ 191,53	230*V
LZU1029	55033952E	6912/0	04/03/2014	R\$ 53,20	232
LZU1029	55034565E	6599/2	03/03/2014	R\$ 191,53	230*V
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAS5493	55034176E	5045/0	16/05/2014	R\$ 191,53	162*V
MAS5493	55034178E	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MAU1679	55034318E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MAW8750	55033454E	6920/0	04/02/2014	R\$ 127,69	233
MBH9061	55035005E	6599/2	30/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MBZ6360	54442100E	6920/0	03/02/2014	R\$ 127,69	233
MCE0117	55034189E	6599/2	18/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MCF2951	05533163E	6556/1	07/02/2014	R\$ 191,53	230*I
MCK8047	55034735E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230*V
MCK8047	55034736E	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162*I
MCK8047	55034742E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
MCS8066	05533248E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MCX0460	55033483E	6912/0	28/03/2014	R\$ 53,20	232
MCY5932	55033786E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
MCZ4604	55034737E	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162*I
MCZ4604	55034738E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230*V
MCZ4604	55034743E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
MDI1922	55034316E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MDI4932	05533131E	6599/2	30/01/2014	R\$ 191,53	230*V
MDK7130	05532904E	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230*V
MDK7130	55034317E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MDL8495	05533222E	7340/0	21/02/2014	R\$ 85,12	252*IV
MDO0212	05532936E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
MDX0483	55033471E	5010/0	03/03/2014	R\$ 574,61	162*I
MDZ3343	55036001E	5010/0	25/02/2014	R\$ 574,61	162*I
MEB7340	55036009E	6599/2	04/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MEJ3118	55034304E	5045/0	06/03/2014	R\$ 191,53	162*V
MEL6331	55034766E	6637/1	24/05/2014	R\$ 127,69	230*IX
MEW9302	55035697E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MEX6210	55034739E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230*V
MEX6210	55034740E	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162*I
MEX6210	55034741E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
MEY6112	05533155E	5045/0	07/02/2014	R\$ 191,53	162*V
MFI0110	05532899E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230*V
MFM5696	55034239E	5010/0	07/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MFT3841	55033801E	6599/2	03/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MFT3841	55033802E	5010/0	03/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MFT3841	55033803E	6610/2	03/05/2014	R\$ 127,69	230*VII
MFT3841	55033804E	6637/1	03/05/2014	R\$ 127,69	230*IX
MFT5857	05533134E	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162*I
MFZ5543	55034583E	6670/0	06/03/2014	R\$ 127,69	230*XIII
MGE0653	55035691E	7340/0	01/04/2014	R\$ 85,12	252*IV
MGE0653	55035909E	6912/0	07/05/2014	R\$ 53,20	232
MGP7881	55033783E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
MGU5760	55036020E	5010/0	15/03/2014	R\$ 574,61	162*I

MGY1116	55034629E	6700/0	27/03/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MGY9179	55035661E	6920/0	10/03/2014	R\$ 127,69	233
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHH3566	05533187E	6653/1	25/02/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MHL5675	55035205E	5053/1	14/05/2014	R\$ 191,53	162*VI
MHP3765	55036200E	6920/0	07/03/2014	R\$ 127,69	233
MHY5022	05532950E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
MIC1939	55033468E	6599/2	04/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MIE1060	55036161E	6700/0	27/02/2014	R\$ 127,69	230*XVI
MFI2331	05533249E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MIF5158	55033835E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
MIF8625	55036015E	6599/2	09/03/2014	R\$ 191,53	230*V
MIT9797	05533246E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MIY7265	05532788E	6920/0	03/02/2014	R\$ 127,69	233
MJM7078	55035602E	6556/1	04/04/2014	R\$ 191,53	230*I
MJO4561	55033476E	6912/0	18/03/2014	R\$ 53,20	232
MLD8820	55034227E	5010/0	01/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MLJ7932	55035402E	5045/0	02/05/2014	R\$ 191,53	162*V
MLJ7932	55035403E	6670/0	02/05/2014	R\$ 127,69	230*XIII
MLJ7932	55035404E	6653/1	02/05/2014	R\$ 127,69	230*XI
MLX2925	55033766E	6912/0	29/04/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1070/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CKH6613	55033564E	6599/2	07/07/2014	230*V
IOB4632	55033620E	6637/2	23/07/2014	230*IX
LXG7019	55033582E	6912/0	22/07/2014	232
LXM4257	55034399E	5010/0	19/06/2014	162*I
LXM4257	55034400E	6912/0	19/06/2014	232
LXP1091	55033590E	6599/2	28/07/2014	230*V
LXP1091	55033591E	5010/0	28/07/2014	162*I
MFH2130	55034512E	6599/2	27/07/2014	230*V
MFH2130	55034513E	5010/0	27/07/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1071/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AOA0982	55033351E	5541/1	25/06/2014	181*XVII
AUB0986	55035184E	5509/0	18/07/2014	181*XIII
MAL8726	55033559E	5193/0	04/07/2014	168
MGY2660	55033857E	5207/0	29/06/2014	169
MHI4739	55033602E	5185/1	05/07/2014	167
MKW3169	55034474E	5460/0	27/06/2014	181*IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1072/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS

SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACL8016	55035165E	5010/0	12/06/2014	R\$ 574,61	162*I
AEA8763	55034314E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
BPA9027	05533245E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
CBC4364	54441099E	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230*V
CCQ4149	55036193E	6920/0	07/03/2014	R\$ 127,69	233
DBF8356	55035653E	6920/0	07/03/2014	R\$ 127,69	233
LXK3103	55035824E	6599/2	23/05/2014	R\$ 191,53	230*V
LYU6076	55034320E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MAE1636	05532948E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
MAH6789	05533250E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MBJ8542	55035933E	5010/0	16/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MCC1224	55035342E	5010/0	12/06/2014	R\$ 574,61	162*I
MCC1224	55035843E	6912/0	12/06/2014	R\$ 53,20	232
MCC1224	55035844E	6637/1	12/06/2014	R\$ 127,69	230*IX
MCC1224	55035845E	6653/1	12/06/2014	R\$ 127,69	230*XI
MDE1358	55033824E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
MDE9439	55034190E	6610/2	20/05/2014	R\$ 127,69	230*VII
MDF3228	55033763E	6599/2	29/04/2014	R\$ 191,53	230*V
MEA2962	55035924E	6599/2	13/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MEC4239	55035656E	6920/0	07/03/2014	R\$ 127,69	233
MFM5696	55036114E	5010/0	07/06/2014	R\$ 574,61	162*I
MGO3578	55034917E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MGO3578	55034918E	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162*I
MHE1285	55035903E	6599/2	04/05/2014	R\$ 191,53	230*V
MJD9090	55035037E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.
ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1073/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALY7319	55034749E	5185/1	30/04/2014	R\$ 127,69	167
ATV6980	55035905E	5452/2	07/05/2014	R\$ 127,69	181*VIII
DEH0705	55035687E	5487/0	01/04/2014	R\$ 127,69	181*XI
DFT6756	55035027E	5541/1	06/06/2014	R\$ 53,20	181*XVII
ERF4331	55034950E	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167
HTV3985	55035025E	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252*VI

MAX2155	55034209E	7366/2	24/04/2014	R\$ 85,12	252*VI
MCC1224	55035827E	5207/0	25/05/2014	R\$ 53,20	169
MCC1224	55035846E	5835/0	12/06/2014	R\$ 127,69	195
MDJ6799	55034235E	5380/0	07/05/2014	R\$ 85,12	181*I
MEL7082	55035276E	7030/1	08/03/2014	R\$ 191,53	244*I
MEW7148	55035937	5541/1	19/05/2014	R\$ 53,20	191*XVII
MGA0226	55033844E	5738/0	22/05/2014	R\$ 191,53	186*II
MGR0414	55034643E	5185/1	30/03/2014	R\$ 127,69	167
MGS8518	55033778E	5185/1	08/05/2014	R\$ 127,69	167
MGV3783	55035516E	5185/1	28/03/2014	R\$ 127,69	167
MHQ9173	55035729E	5509/0	22/04/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MIU6969	55035690E	5509/0	01/04/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MIV7275	55034388E	5738/0	13/06/2014	R\$ 191,53	186*II
MJP0858	55035023E	5380/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181*I
MJT2908	55034943E	5509/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MKK1547	55035033E	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181*XVIII
MKM2266	55035548E	5185/1	06/04/2014	R\$ 127,69	167
MKS7111	55035608E	5452/2	04/04/2014	R\$ 127,69	181*VIII
MKT6577	55034579E	5193/0	04/03/2014	R\$ 191,53	168
MKV5995	05533036E	5738/0	17/03/2014	R\$ 191,53	186*II
MLE0082	55034380E	5509/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MLU0930	05533022E	5380/0	27/01/2014	R\$ 85,12	181*I
NDS0899	55035943E	5452/2	22/05/2014	R\$ 127,69	181*VIII
OBD1876	55035906E	5509/0	07/05/2014	R\$ 85,12	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1074/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CJC7717	55033359E	6408/0	04/07/2014	221
DJC4815	55035180E	6912/0	15/07/2014	232
KKR9275	55034488E	6548/0	12/07/2014	229
MDD4786	55034328E	6912/0	14/07/2014	232
MEN2653	55034477E	5010/0	06/07/2014	162*I
MIF2331	55033366E	6556/4	04/07/2014	230*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1075/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
FAW6883	55034515E	5509/0	30/07/2014	181*XIII
KVO7354	55035175E	5380/0	03/07/2014	181*I
LYJ8760	55034499E	5185/1	18/07/2014	167
LZI4829	55033589E	5541/1	28/07/2014	181*XVII
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MCC1224	55033592E	7048/1	27/07/2014	244*II
MCC1224	55033593E	6858/0	28/07/2014	231*VII
MCN1728	55034490E	5207/0	15/07/2014	169
MCN1728	55034491E	5835/0	15/07/2014	195
MHR3584	55035173E	5509/0	03/07/2014	181*XIII
MJD0083	55035177E	5541/1	04/07/2014	181*XVII
MLK4416	55033370E	5452/1	07/07/2014	181*VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1076/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S)

PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKQ7087	55034769E	6408/0	27/05/2014	R\$ 85,12	221
LXB2597	55035469E	5010/0	01/06/2014	R\$ 574,61	162*I
LYV5069	55034922E	6548/0	01/06/2014	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1077/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBL1945	55034904E	5185/1	23/05/2014	R\$127,69	167
MBL1945	55034905E	5185/2	23/05/2014	R\$127,69	167
MBL1945	55034906E	5835/0	23/05/2014	R\$12,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

Ouro

PREFEITURA

Decreto 2010

DECRETO Nº 210, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

Declara Situação Anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por enchente ou inundações graduais e alagamentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, pelo art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de Fevereiro de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

Considerando que:

- a ocorrência de enchente ou inundação gradual e alagamentos, provocada por chuvas intensas, ocorrida nos dias 26 e 27 de junho de 2014, atingindo todo o Município de Ouro, fez com que o Rio do Peixe ultrapassasse o seu leito normal, vindo a atingir vários imóveis residenciais e estabelecimentos comerciais localizados no Perímetro Urbano, bem como propriedades rurais e respectivos acessos no Interior;

- como consequências deste desastre resultaram a ocorrência de danos humanos, materiais e ambientais e ainda prejuízos sociais e econômicos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- em conformidade com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de Situação de Emergência,

- concorreram como critérios agravantes da situação de anormalidade: o padrão de evolução do desastre e o grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade local;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas afetadas pelo desastre, conforme prova documental a ser estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, que integrará este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, adaptado à situação real e presente, a fim de promover medidas de socorro, assistência à população vitimada e a reabilitação/reconstrução do cenário do desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
27 de junho de 2014.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

Tomada de Preços 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 175/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº175/2014, no dia 29 de setembro de 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº 175/2014 tem como objeto a contratação de empresa para execução de melhoria operacional da rede de abastecimento de água da região da Guarda do Cubatão, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoça.atende.net.

Palhoça, 09 de setembro de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Resolução 48 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 048/ 2014

Dispõe sobre a inscrição do Instituto Ver Tu Livre.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 522/96, de 29 de agosto de 1996:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Inscrever a entidade Instituto Ver Tu Livre com sede a Rua

24 de abril, nº 3130 - Centro - Palhoça.

Art. 2º A entidade denominada Casa de Apoio Ver Tu Livre está inscrita sob nº 023/2014 para execução do Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade Abrigo Institucional para pessoas em situação de Rua.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 49 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 049/ 2014

Dispõe sobre o Projeto de locação e Estimativa de visitas do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego - PRONATEC

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Ocupação do Veículo e Estimativa de Veículos elaborado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para o segundo semestre de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 50 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 050 / 2014

Dispõe sobre a aprovação da alteração do plano de ação e aplicação do Abrigo Institucional Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes referente ao superávit estadual 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a

sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação e aplicação do Abrigo Institucional Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes referente ao superávit Estadual no valor de R\$: 27.004,23 (vinte e sete mil quatro reais e vinte e três centavos).

Art. 2º A alteração se faz necessária devido a abertura do terceiro abrigo e revitalização e manutenção dos abrigos em funcionamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 51 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 051 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de abril de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 09 de julho de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de abril de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 52 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 052 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de maio de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 13 de agosto de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de maio de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Auto de Infração Ambiental Nº 281

Prefeitura Municipal de Palhoça - Santa Catarina
Fundação Cambirela de Meio Ambiente
Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC
CEP: 88130-600
FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56
www.fcam.sc.gov.br

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)	DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 019
--	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	12336-2011	DATA:	02/06/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	14137-2011	DATA:	22/06/2011
QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO			
NOME: Nelita Pires	CNPJ/CPF: 543.115.949-68	RG:	419.315
ENDEREÇO CORRESP:	Rua 1307, s/n - Pinheira - Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:	Final da Rua, esquina com a Rua 510	CEP:	88.130-000

LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL

LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua 1307, s/n - Pinheira - Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:	Final da Rua, esquina com a Rua 510	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	01/06/2011	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	17h:00

JULGAMENTO EM 1º GRAU

Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental GRAVÍSSIMA e foi enquadrado no(s) artigo(s) 74 do Decreto Federal nº6.514/08.

Houve dano ambiental, qual seja, a edificação em área de preservação permanente; e o responsável foi autuado pela fiscalização ambiental/FCAM.

Assim, conclui-se:

Pela manutenção do auto de infração ambiental nº000281, fixando o valor da multa simples em R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.

Deverá o autuado executar a demolição imediata das obras erigidas, bem como apresentar, em até trinta dias, o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) referente à recuperação do dano causado por sua conduta, com respectivo responsável técnico para análise da FCAM.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE, E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.

Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.

Palhoça, 05 de 08de 2014.

AUTORIDADE JULGADORA EM 1ºGRAU

JOÃO BATISTA DOS SANTOS
Presidente
Fundação Cambirela de Meio Ambiente

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº180/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº180/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.180/2014, no dia 23 de Setembro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº180/2014 tem como objeto a aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com Vácuo, a ser montado e instalado em caminhão próprio da SAMAE PALHOÇA. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 10 de setembro de 2014.

Pregoeiro.

Portaria Nº. 2421/2014.

PORTARIA Nº. 2421/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ILELIE VIANA ALVARES, Matrícula nº. 210881-3, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 21/04/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2422/2014.

PORTARIA Nº. 2422/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) CARLA PATRICIA PEREIRA DE LIZ, Matrícula nº. 210720-2, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 03/02/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2423/2014.

PORTARIA Nº. 2423/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	CONTAR DE
402218-1	Evania de Souza Lopes	ACD	20%	01/12/2013
402327-1	Haroldo Baeta Filho	Cirurgião Dentista	30%	01/03/2014

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2424/2014.

PORTARIA Nº. 2424/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1878 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SIRLEI TEREZINHA LAMIN ESPINDOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a habilitação que deveria ser Habilitado com Magistério, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2425/2014.

PORTARIA Nº. 2425/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LETICIA LAZZARI, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2426/2014.

PORTARIA Nº. 2426/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) CLARICE DOS SANTOS, Matrícula nº. 211166-4, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 10/04/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2427/2014.

PORTARIA Nº. 2427/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de GEOVANIA DE ABREU, matrícula nº. 800034-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro de 2012, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2428/2014.

PORTARIA Nº. 2428/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Direção Escolar a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retrativos a contar de 01 de julho de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
125509-2	Aparecida Dorvalina Prudêncio	R\$ 950,00	GE Profª. Mara Luzia Souza

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2429/2014.

PORTARIA Nº. 2429/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar FEC de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA	ESCOLA
122097-2	Ivone Izabel Gonçalves	R\$ 900,00	R\$ 950,00	Diretor da EB Maria Luzia de Souza

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2430/2014.

PORTARIA Nº. 2430/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de julho de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
800034-1	Geovania de Abreu	R\$ 900,00	Diretor do CEI Snoopy

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2431/2014.

PORTARIA Nº. 2431/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
400894-1	Barbara Helena K. Goedert	Cirurgião Dentista	1-139-1A-A-ESF-O	1-139-1A-B-ESF-O	07/05/2014
300445-1	Carlos F. Dall Oliva de Souza	Administrador	1-118-2A-A-ANS	1-118-2B-A-ANS	01/04/2014
801186-1	Edineia Alvina Chaves Martins	Merendeira	1-9-1-B-ANF-B	1-9-1-C-ANF-B	18/04/2014
800487-1	Elisabete da Silveira	ASG	1-9-1-C-ANF-B	1-9-1-D-ANF-B	15/04/2014
400222-1	Fabio Martins da Rosa	Fiscal de Vigilância Sanitária	1-147-1-D-ANMF	1-147-1-E-ANMF	07/05/2014
400033-1	Gilberto Fagundes	Odontologo	1-118-3A-E-ANS	1-118-3A-F-ANS	28/05/2014
300227-1	Guacira Georgia Garcia	Procurador	1-145-1A-C-ANSPM	1-145-1A-D-ANSPM	12/06/2014
100288-1	Igor Schutz dos Santos	Psicólogo	1-118-2A-A-ANS	1-118-2B-A-ANS	25/04/2014
400412-3	Jane Campos de Souza	Assistente Social	1-118-2A-C-ANS	1-118-2A-D-ANS	13/06/2014
400109-1	Jeane Maria P. Martins	Fiscal de Vigilância Sanitária	1-147-1-D-ANMF	1-147-1-E-ANMF	02/05/2014
801126-1	Joceli da Rosa	Vigia	1-9-1-B-ANF-B	1-9-1-C-ANF-B	17/06/2014
400045-1	Jucelia Eva da Silva	Assistente Administrativo	1-17-1-F-ANM	1-17-1-G-ANM	14/03/2014

160202-1	Luciano Dalla Pozza	Procurador	1-153-1-K-DAS I	1-153-1-L-DAS I	06/06/2014
160201-1	Orlando Mazzotta Neto	Procurador	1-153-1-K-DAS I	1-153-1-L-DAS I	06/06/2014
401162-2	Renata Batista	Fiscal de Vigilância Sanitária	1-147-1-A-ANMF	1-147-1-B-ANMF	02/05/2014
100274-3	Tarsyane Zenilda da Silva	Monitor	1-17-1-A-ANM	1-17-1-B-ANM	08/05/2014
300407-2	Vera Regina Siegel	ASO	1-9-1-A-ANF-B	1-9-1-B-ANF-B	06/04/2014
801519-2	Viviane Cristina do N Jochem	ASO	1-9-1-A-ANF-B	1-9-1-B-ANF-B	05/05/2014

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2432/2014.

PORTARIA Nº. 2432/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA ANGELA DA SILVA, matrícula nº. 300230-4, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/04/2007 a 24/04/2012, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 28/07/2014 à 28/09/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Portaria Nº. 2433/2014.

PORTARIA Nº. 2433/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0620 de 01 de março de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora IRENE ANIBALETE DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/07/2014 a 31/10/2014, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

Abertura do Envelope Nº 2 - Proposta de Preços Para O Edital Concorrência Pública Nº 247/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº247/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a abertura do Envelope nº 2 - Proposta de Preços para o Edital CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº247/2013 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, conforme especificado no Edital e seus anexos. A sessão pública será realizada no dia 12 de setembro de 2014, às 09h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. Para maiores informações, a Comissão Permanente de Licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo telefone (48) 3279-1804. Palhoça, 10 de setembro de 2014. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

Portaria 047/2014

PORTARIA Nº 047/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar a comissão provisória para estudos da reforma da Lei Municipal nº 1.320/2001.

Artigo 2º - Nomear os servidores Gustavo Haeming Gerent, Procurador Autárquico, matrícula 900.044, Andrea Mara Harger Luckmann Pléticos, Assistente Administrativo, matrícula 300010-01, Maria Terezinha Broering Fernandes, Assistente Administrativo, matrícula 300054-1 e Ariana Vera da Rosa Tavares, Técnico Previdenciário, matrícula 900.048, para comporem a comissão citada no Artigo 1º.

Artigo 3º - A data inicial dos encontros será dia 17.09.2014, às 08h00min, na sede do IPPA.

Artigo 4º - A comissão se reunirá a partir da data mencionada no Artigo 3º, quinzenalmente, as quartas-feiras, no horário e local também estabelecido no artigo anterior.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de setembro de 2014.
Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Palmitos

PREFEITURA

Processo 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 108/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA FESTIVAL, AQUISIÇÃO DE BANNERS, FOLDERS, TROFÉUS E MEDALHAS. CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 24/09/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/09/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 10 de Setembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Estudos, Diagnóstico Técnico e Análise para avaliar o Potencial da Produção de Leite e Piscicultura no Município de Papanduva/SC e a realização de 03 seminários com os produtores interessados, visando o debate, avaliação e qualificação dos agricultores do Município nas áreas de produção de leite e piscicultura Tipo: Menor preço global; Entrega dos envelopes: Até o dia 26/09/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 26/09/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 10 de setembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2453, de 05.09.2014 - Aprova Subdivisão de Dirceu Bodnar

DECRETO Nº 2453, DE 05.09.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE DIRCEU BODNAR E DENIZE BODNAR.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de DIRCEU BODNAR e DENIZE BODNAR, com a área total de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua Presidente Nereu Ramos, esquina com o lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, Lote "C", neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 7.370, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "C1" - 250,00m²- Denise Bodnar

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Presidente Nereu Ramos, esquina com o lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, Lote "C1", com base no ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 12,00 metros com o Município pela Rua Presidente Nereu Ramos, lado par;

Fundos:- 10,31 metros e 5,50 metros, com o Lote "C2" Desmembrado, de Dirceu Bodnar;

Lado Direito:- 15,00 metros com o Município pela Rua Rufino Mendes de Souza, lado par;

Lado Esquerdo:- 23,00 metros com o Lote "C2" Desmembrado, de Dirceu Bodnar.

Descrição do Lote "C2" - 250,00m²- Dirceu Bodnar

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, distante de 15,00 metros do lado par da Rua Presidente Nereu Ramos, Lote "C2", com base no ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Rufino Mendes de Souza, lado par;

Fundos:- 25,00 metros com a Matrícula nº 7.898-Papanduva/SC de Espólio de Nataniel Rezende Ribas;

Lado Direito:- 20,00 metros com a Matrícula nº 5.839-Papanduva/SC, de Moisés dos Passos;

Lado Esquerdo:- 10,31 metros, 5,50 metros, 23,00 metros com o Lote "C1" Desmembrado de Denize Bodnar; e 8,00 metros com o Município pela Rua

Presidente Nereu Ramos, lado par.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2450, de 26.08.2014.

Município de Papanduva, 05 de setembro de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Nicolau Zaranski

Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Decreto Nº 2454, de 09.09.2014 - Aprova Subdivisão de Leoní Pechabela

DECRETO Nº 2454, DE 09.09.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LEONÍ PECHEBELA IGLICOSKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade LEONÍ PECHEBELA IGLICOSKI, com a área total de 627,92m² (seiscentos e vinte e sete metros e noventa e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, distante de 23,38 metros do lado par da Rua Johan Kenedy, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 7.975, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "1A" - 313,96m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, distante de 23,38 metros do lado par da Rua Johan Kenedy, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 11,75 metros com o Município pela Rua JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, lado ímpar;
Fundos:- 11,88 metros com a Matrícula nº 1.097-Papanduva/SC de CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS;
Lado Direito:- 26,73 metros com o Lote "1B" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 26,45 metros com a Matrícula nº 7.974-Papanduva/SC de IVO PECHEBELA, Lote B1.

Descrição da Área 1B - 313,96m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Juscelino Kubitschke de Oliveira, distante de 35,13 metros do lado par da Rua Johan Kenedy, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 11,75 metros com o Município pela Rua JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, lado ímpar;
Fundos:- 11,62 metros com a Matrícula nº 1.097-Papanduva/SC de CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS;
Lado Direito:- 27,00 metros com a Matrícula nº 7.976-Papanduva/SC de ANDERSON ZECKOWSKI, Lote B3;
Lado Esquerdo:- 26,73 metros com o Lote "B1" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Nicolau Zaranski
Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Decreto Nº 2455, de 09.09.2014 - Altera Decreto Horário de Expediente

DECRETO Nº 2455, DE 10.09.2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2451, DE 01.09.2014, QUE DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAPANDUVA.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Os Incisos II e V do Art. 1º. do Decreto nº 2451, de 01.09.2014, passam a constar e vigorar com a seguinte redação:
II - Sec. de Infraestrutura: Das 07:30 às 13:30
V - Telecentros, Ginásio de Esportes, Casa da Cultura e Biblioteca Pública Municipal: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 10 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Decreto Nº 2456, de 10.09.2014 - Revoga Processo Licitatório 063/2014

DECRETO Nº 2456, DE 10.09.2014.

Revoga o Processo Licitatório n. 063/2014, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, e

CONSIDERANDO que quando da abertura do presente processo licitatório o Município não disponibilizava terreno no centro da cidade, e que para não perder os recursos oriundos do convênio firmado com o Governo Federal, teve de proceder à licitação para a construção de uma unidade de saúde em outro imóvel;

CONSIDERANDO que posteriormente ao término do processo licitatório n. 063/2014, o Poder Legislativo aprovou o Projeto que resultou na Lei n. 2029, de 10.09.2014, autorizando a utilização de parte do imóvel da Matrícula n. 2.520, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, para construção da Unidade de Saúde pretendida, e que este local é mais adequado ao empreendimento devido sua localização, sendo de fácil acesso aos usuários do sistema único de saúde, cuja escolha também foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, devido suas características precípuas;

CONSIDERANDO que a Unidade de Saúde Central atualmente abriga duas equipes do Programa Estratégias de Saúde da Família, lotando diariamente a Unidade, e que com a construção desta nova unidade no Centro, uma das equipes do SUS Central irá se deslocar para a nova Unidade, melhorando o atendimento aos usuários;

CONSIDERANDO que a alteração do local da edificação, aliada à localização que também propicia o carregamento de material e alojamento dos trabalhadores da obra, são circunstâncias que influenciam diretamente sobre o valor das propostas, bem como sobre o universo de interessados;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório n. 063/2014, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 063/2014, que objetivava a construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra.

Art. 2º. Determino a realização de novo procedimento licitatório para aquisição da obra em questão, a ser edificada sobre o terreno da Matrícula n. 2.520, Área B, com 1.050,00 m², localizado na Rua Severo de Almeida.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 10 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Lei N. 2029, de 10 de Setembro de 2014 - Altera Lei 1320

Lei nº 2029, de 10 de setembro de 2014.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1320, de 15 de junho de 1994, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. O Art. 1º da Lei Municipal nº 1320, de 15 de junho de 1994, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. A área imobilizada de 6.468,00 m2(seis mil quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados) do Loteamento do Espólio de Jovino Tabalipa, objeto do Decreto nº 393, de 20.10.86, situada entre as Ruas John Kennedy, Simeão Alves de Almeida, Manoel Estevão Furtado e Cel. Severo de Almeida, destinar-se-á para a implantação de Praça Pública e uma Unidade Básica de Saúde.”

Art. 2º. Em decorrência do artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a subdividir o imóvel urbano, com a área total de 6.468,00m2 (seis mil quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº 2.520 do cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, pertencente à Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações:

ÁREA A:- 5.418,00 M2 - remanescente da Praça Pública - QUADRA - J, CONFRONTANDO-SE :

Frente:- 50,85 metros com a Rua Severo de Almeida, lado ímpar.
Fundos:- 80,85 metros com a Rua Manoel Estevão Furtado, lado par.

Lado Direito:- 35,00 e 30,00 metros com terras da Praça Pública da Prefeitura Municipal de Papanduva, Matrícula nº 2520, e 45,00 metros com a Rua John Kennedy, lado ímpar.

Lado Esquerdo:- 80,00 metros com a Rua Simeão Alves de Almeida, lado par.

ÁREA B:- 1.050,00 M2. Construção de uma Unidade de Saúde - QUADRA - J, CONFRONTANDO-SE :

Frente:- 30,00 metros com a Rua Severo de Almeida, lado ímpar.
Fundos:- 30,00 metros com terras da Praça Pública da Prefeitura Municipal de Papanduva, Matrícula nº 2520.

Lado Direito:- 35,00 metros com a Rua John Kennedy, lado ímpar.
Lado Esquerdo:- 35,00 metros com terras da Praça Pública da Prefeitura Municipal de Papanduva, Matrícula nº 2520.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a aplicação desta lei correrão com recursos do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 10 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Lei N. 2030, de 10 de Setembro de 2014 - Fixa Gratificação

Lei nº 2030, de 10 de setembro de 2014.

Fixa gratificação para o(a) ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, responder pelas atividades do cargo de Técnico Administrativo.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dário Schicovski, sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1º. O(a) ocupante do cargo de Técnico(a) em Contabilidade do Poder Legislativo Municipal, receberá gratificação de 60% sobre o seu salário base, para responder pelas atividades do cargo de Técnico(a) Administrativo quando este(a) estiver afastado(a) das atividades em decorrência do gozo de licença maternidade, licença prêmio e férias.

Parágrafo único. A gratificação tratada no caput do artigo, servirá de base para cálculos de férias, 13º salário, licença prêmio e previdência.

Art. 2º. A gratificação será concedida pela ocasião do afastamento do(a) servidor(a) do cargo de técnico administrativo e poderá permanecer até o momento do retorno do(a) servidor(a) às suas atividades.

Parágrafo único. O tempo previsto do afastamento é de 10 à 12 meses.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão cobertos com recursos do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, em cada exercício.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 10 de setembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passos Maia

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 0001/2014 ao Contrato Nº 0079/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0079/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0036/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0004/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO COMUNITÁRIO, na comunidade do assentamento 29 de Junho, interior deste Município

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0079/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31.12.2014, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0001/2014 ao Contrato Nº 0077/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0077/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0037/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0005/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA, localizada no assentamento rural Zumbi dos Palmares, interior deste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0077/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31.12.2014, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0001/2014 ao Contrato Nº 0080/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0080/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0038/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0006/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA JUNTO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO GRUPO TERCEIRA IDADE, localizado Rua Pedro Bresciani, Centro, neste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0080/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31.12.2014, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0001/2014 ao Contrato Nº 0078/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0078/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0033/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0003/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, localizada na linha Indumel, interior deste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0078/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31.12.2014, conforme Cronograma Físico Financeiro em anexo.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

Portaria Nº 216/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 216/2014

NOMEIA: CARINE DAUFENBACH, aprovada em Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2094/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2094/2014

EXONERA a Sra. CAMILA CIPRIANA DE BORBA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 09 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Concurso Público 01/2014 - FMS -Gabarito Definitivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - SC
EDITAL CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2014
PUBLICAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO

CARGOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
MÉDICO	C	A	D	A	C	C	D	B	A	C	C	A	C	A	D	D	C	D	B	C	D	D	B	C	X	D	B	B	D	A	D	C	B	C	D	A	A	D	A	B
AGENTE COMU- NITÁ- RIO DE SAÚDE	A	B	C	A	D	C	B	C	D	A	A	C	D	D	B	D	C	D	B	C	B	C	C	A	D	A	D	D	B	A	C	C	A	C	C	D	A	D	B	A
TÉCNI- CO EM SAÚDE BUCAL	C	A	D	A	C	C	D	B	A	C	C	A	C	A	D	D	C	B	A	A	C	D	B	C	B	D	D	B	A	A	B	D	C	D	B	A	B	B	A	B
TÉCNI- CO EM ENFER- MAGEM	C	A	D	A	C	C	D	B	A	C	C	A	C	A	D	D	C	B	A	A	C	D	B	C	B	D	D	B	A	A	B	D	C	D	B	A	B	B	A	B

X = Questão cancelada

Penha, 10 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Concurso Público Nº 01/2014 - FMS - Classificação Provisória

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - SC

EDITAL CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2014

PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Agente Comunitário de Saúde - Bairro São Cristovão

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Final
001	0000073	Ney Mario Ferreira	23/02/1981	0,80	5,32	1,00	0,80	7,92
002	0000072	Marcolina Irene Dos Santos	17/05/1970	0,40	5,60	0,80	0,40	7,20
003	0000092	Nelci Custodio Maciel	21/12/1973	0,40	5,32	1,00	0,40	7,12
004	0000051	Fabiana Regina Pedroso	18/07/1978	0,00	5,60	0,80	0,60	7,00
005	0000002	Edna Iglikoski Dos Santos	05/08/1985	0,60	4,76	0,80	0,60	6,76
006	0000130	Chimene Dias Nunes	30/06/1983	0,60	4,20	0,80	0,60	6,20
007	0000087	Ana Cristina Zucco Ferreira	17/03/1973	0,40	3,92	0,80	0,60	5,72
008	0000121	Tereza Jazinski	28/04/1964	0,40	3,64	1,00	0,40	5,44
009	0000048	Marina Andrade Neves	13/08/1975	0,20	3,92	0,80	0,40	5,32
Reprovado	0000016	Tamiris Maria Da Luz	05/02/1988	0,20	3,36	0,80	0,60	4,96
Reprovado	0000089	Fatima Aparecida Inocêncio	08/11/1969	0,40	3,08	0,80	0,60	4,88
Reprovado	0000033	Lucia De Santana Da Silva	10/05/1983	0,20	3,08	1,00	0,60	4,88
Reprovado	0000079	Rosimeri Mariana Bento	27/03/1973	0,20	2,80	0,20	0,60	3,80
Ausente	0000101	Helena Lucia De Almeida Magalhães	18/10/1949	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000139	Gizele Da Silva	22/09/1976	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000058	Solange Ferreira da Silva	26/01/1980	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000110	Vivian Lane Felício	21/01/1981	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000059	Regiane Prestes	23/07/1981	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000111	Vania Lucia Felício	03/06/1984	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000063	Josiane Fernandes	14/10/1985	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Médico Clínico Geral

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Prova Escrita	Títulos	Nota Final
001	0000123	Wagner José Savaris	20/03/1952	1,00	5,60	0,20	0,80	7,60	6,00	7,12
002	0000027	Guilherme Oku Fernandes	05/12/1981	0,60	5,32	0,40	1,00	7,32	2,50	5,87
003	0000136	Ana Cristina Mendonça Garcia	13/08/1990	0,60	6,16	0,60	0,80	8,16	0,00	5,71
004	0000116	Lea Catarina Costa	18/11/1965	0,80	5,88	0,60	0,60	7,88	0,00	5,52
005	0000093	Fagner Jorge MichelattoNatt	21/03/1981	0,80	5,32	0,80	0,80	7,72	0,00	5,40
006	0000074	Caroline Cristina Guimarães Trentin	27/06/1988	0,40	6,44	0,40	0,40	7,64	0,00	5,35
007	0000031	Juliano André Vargas Silveira	08/03/1984	0,60	5,32	0,80	0,80	7,52	0,00	5,26
008	0000096	Christian De Mello Ferreira	23/03/1977	0,60	4,76	0,00	1,00	6,36	2,25	5,13
009	0000141	Geraldo Galindo Filho	26/02/1980	0,60	5,32	0,40	1,00	7,32	0,00	5,12
010	0000135	Ariane De Almeida Savaris	10/12/1983	0,80	5,60	0,40	0,40	7,20	0,00	5,04
011	0000140	Rosangela Bogo Galindo	26/02/1977	0,60	5,60	0,60	0,20	7,00	0,00	4,90
012	0000086	Giovana Muller Rossatto Da Fonseca	22/09/1985	0,40	4,76	0,20	0,20	5,56	0,25	3,97
Reprovado	0000097	Darcio JoséKriek Filho	29/07/1974	0,40	3,36	0,20	1,00	4,96	0,00	3,47
Ausente	0000144	Lidia Friedrich Cassali	24/01/1951	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000057	José Raimundo Martins Dasilva	12/03/1957	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000129	José Rubens Gonçalves Júnior	30/05/1962	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000054	Marli Koefender	17/10/1965	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000132	Sadi Roberto Menta	16/10/1970	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000023	Maria Lidia De Araujo Cardoso	25/05/1979	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000113	Odirlei Joanir Brandt	30/03/1982	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000001	Andre Cleocir Lopacinski	17/05/1984	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000114	Juliany Luz	14/10/1984	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000138	Andressa Costa Da Cunha	24/01/1985	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ausente	0000103	Diogenes Moreira Heerdt	10/11/1985	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000081	Amanda Maria Ferraz P. Machado	26/04/1988	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000143	Pamela Islane Machado De Lima	24/12/1988	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Técnico em Enfermagem

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Final
001	0000109	Cristiane Mingotti	01/11/1977	0,60	5,04	0,60	0,40	6,64
002	0000003	Jesiani Maria Caldeira	15/08/1980	0,80	5,04	0,20	0,60	6,64
003	0000008	Renata Pereira	31/08/1985	0,80	3,92	0,20	0,80	5,72
004	0000122	Heronilde Luiza Antonio	26/02/1977	0,40	4,48	0,60	0,20	5,68
005	0000065	Gabriela Félix De Souza	06/12/1995	0,60	4,20	0,40	0,20	5,40
006	0000032	Celia Regina Caponi	25/10/1958	0,40	4,48	0,40	0,00	5,28
007	0000019	Cristiane Aparecida Alencar V.Brunne	06/08/1969	0,80	4,20	0,20	0,00	5,20
008	0000112	Elaine Cristina Goulart	22/08/1978	0,40	3,92	0,60	0,20	5,12
009	0000107	Simone Souza Gaya	13/10/1972	0,60	4,20	0,00	0,20	5,00
Reprovado	0000026	Marina Petry Flôr Hostins	17/08/1972	0,60	3,92	0,20	0,20	4,92
Reprovado	0000133	Claudia Regina B. De Oliveira	27/06/1983	0,60	3,64	0,60	0,00	4,84
Reprovado	0000108	Kely Cristina Doerzbacher	24/07/1989	0,80	3,64	0,20	0,20	4,84
Reprovado	0000044	Eliane Marcelino	25/09/1973	0,40	3,64	0,20	0,20	4,44
Reprovado	0000021	Monica Maria Martins	12/07/1986	0,20	3,64	0,40	0,20	4,44
Reprovado	0000006	Caroline Leite De Oliveira Nunes	23/10/1979	0,40	3,36	0,20	0,40	4,36
Reprovado	0000085	Evanilda De Bernardino	04/10/1977	0,20	3,08	0,40	0,00	3,68
Reprovado	0000034	Ivone De Souza	29/10/1973	0,80	2,52	0,00	0,20	3,52
Reprovado	0000128	MarizeteClein	04/04/1967	0,60	2,52	0,20	0,00	3,32
Reprovado	0000120	Maria Do Carmo De Roma	21/06/1957	0,40	1,96	0,60	0,00	2,96
Reprovado	0000049	Leonira Aparecida Prestes Medeiros	04/01/1959	0,40	1,68	0,20	0,00	2,28
Ausente	0000083	Irma Krause	03/07/1959	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000125	Maria Adriana Limas Scheuermann	13/04/1975	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000095	Fagner Uilson Santos Moreira	06/05/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000100	Kelly Mayara Zeferino Albino	13/01/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000050	Ian Peterson Espíndola	08/08/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ausente	0000131	Francielle Caroline De Souza	18/06/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Técnico em Saúde Bucal

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Final
Reprovado	0000053	Juliana Harbs	09/08/1983	0,40	3,92	0,60	0,00	4,92
Reprovado	0000007	Fernanda Cristina Da Silva	03/05/1992	0,60	3,92	0,20	0,20	4,92
Reprovado	0000098	Izabel Cristina Pires	09/12/1977	0,40	3,08	0,60	0,60	4,68
Reprovado	0000020	Simone Nascimento Dias Da Costa	25/05/1976	0,40	2,80	0,20	0,40	3,80
Reprovado	0000012	Silvana Nascimento Dias	03/03/1979	0,60	1,96	0,40	0,00	2,96

Penha, 10 de setembro de 2014.
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 318/2013 - PMP, firmado entre a Sra. DONZILA BRANDL LEANDRO e esta PREFEITURA, em 14 de junho de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 430/2013 - PMP, firmado entre a Sra. KELER APARECIDA DE OLIVEIRA e esta PREFEITURA, em 07 de novembro de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 350/2013 - PMP, firmado entre a Sra. REGIANE STUPP e esta PREFEITURA, em 26 de junho de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 01/2014 - FMAS, firmado entre a Sra. ROSANI MARTINS DIAS e esta PREFEITURA, em 30 de maio de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 357/2013 - PMP, firmado entre a Sra. TATIANE LUZIA ALVES e esta PREFEITURA, em 03 de julho de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 405/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 405/2014 - RH/PMP

Contratado (A): MARIA INES FRITZKE, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 406/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 406/2014 - RH/PMP

Contratado (A): LUCINETE APARECIDA MATEUS, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 407/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 407/2014 - RH/PMP

Contratado (A): SIRLEI DE SOUZA NASCIMENTO DIAS, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 408/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 408/2014 - RH/PMP

Contratado (A): GISELI CANDIDO, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 04/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 04/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): ROSANI MARTINS DIAS, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 05/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 05/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): REGIANE STUPP, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 06/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 06/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): TATIANE LUZIA ALVES, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 07/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 07/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): DONZILA BRANDL LEANDRO, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 08/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 08/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): CRISTINA ROCHA DE SOUZA, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 09/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 09/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): CLEIDE MARIA SEVERINO, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Aviso de Sustação Concorrência Pública 01/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE SUSTAÇÃO

Concorrência Pública 01/2014 - PMP

Objeto: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Informamos a quem possa interessar que a Concorrência Pública nº 01/2014 - PMP foi sustada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Maiores informações encontram-se no site www.penha.sc.gov.br

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 10/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 10/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): TAMARA FERNANDA BERTOGLIO, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 409/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 409/2014 - RH/PMP

Contratado (A): MARIA HELENA PADILHA DA COSTA, na função de servente/merendeira, início em 11/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Aditivo Nº 151/2014 Pmp

2º TERMO ADITIVO Nº 151/2014 - PMP

AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 168/2012 - PMP

OBJETO: Locação de imóvel ao funcionamento da extensão da Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Processo: Processo Adm. nº 79/2012 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 05/2012 - PMP

Os signatários deste instrumento, de um lado Laci Moser Leal, portadora do CPF nº 69088713987, residente à Avenida Nereu Ramos, nº 10, Centro, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante da cláusula primeira do Contrato de Locação nº 151/2012-PMP, passa a contar de 10/09/2014 a 10/09/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do aluguel mensal constante da cláusula segunda do Contrato de Locação nº 168/2012 - PMP fica alterado para R\$ 1.367,79 (Hum mil trezentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), corrigido de acordo com o IPCA (IBGE) acumulado no período, constante no parágrafo único da referida cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente aditivo de contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Unidade: 08.03 - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

Projeto/Atividade: 2.018 - Manutenção e Funcionamento do Departamento de Industria e Comercio

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas (059)

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 10 de setembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

LOCADOR

LACI MOSER LEAL

LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

Nome

CPF

De acordo:

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Portaria Nº 313, de 09 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 313, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando se tratar de licitação modalidade convite;

Considerando que duas propostas de preços apresentaram o mesmo valor, e com propostas de preços absolutamente iguais;

Considerando a necessidade de transparência nas ações públicas e zelo pela legalidade e moralidade administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 004/14, modalidade Convite, que tinha por objeto a contratação de empresa para executar obra de engenharia, consistente na reforma da sala que abriga o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Determina o lançamento de licitação na modalidade Tomada de Preços.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 09 de setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**SAMAE****Audiência Pública Edital Nº 19 de 2014**

EDITAL Nº 19 DE 10 DE SETEMBRO 2014
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Pomerode através do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - torna público que fará realizar no dia 26 de Setembro de 2014, às 9 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, situada na Rua XV de Novembro, 525, Centro, neste Município, AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL para apresentação e discussão do Projeto de Lei Complementar 291/2014 - que INSTITUI A TAXA DE COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, a ser implantado no âmbito do município de Pomerode.

Na oportunidade serão apresentados dados técnicos relativos ao projeto, bem como, serão prestados os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos a oportunidade para informar que toda documentação referente à Audiência Pública, está disponível no site www.pomerode.sc.gov.br, sendo que vias impressas do estudo estão disponíveis no SAMAE de Pomerode.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 10 de Setembro de 2014.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal

MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

Extrato de Contrato 05/2014

Extrato do Contrato Administrativo N.º 05/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 05/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contratante: SAMAE POMERODE.
Contratada: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA
Objeto: - LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR 15 M³ PARA ATENDER NECESSIDADE ADVINDA DE EMERGÊNCIA, EM VIRTUDE DAS SEVERAS AVARIAS EXISTENTES NO CAMINHÃO COMPACTADOR DA AUTARQUIA CONTRATANTE
Valor Total contratado: R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).
Prazo de vigência: 45 DIAS 07/08/2014 À 21/09/2014.

Pomerode/SC, 07/08/2014.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE POMERODE

Ponte Serrada**PREFEITURA****Extrato 0096**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2014
CONCORRÊNCIA Nº 007/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Concorrência objetivando a concessão a título gratuito de dois terrenos:

I - uma área de terra com área de 7.000,00m², localizado no distrito industrial do município, compreendendo o lote nº 06, com 5.000,00m² e 2.000,00m² da parte do lote nº 05, ambos registrados junto ao cartório de registro de imóveis da comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5.755.

II - uma área de terra localizada no distrito industrial, para instalação empresa no ramo de chapeação, mecânica de veículos leves ou pesados e funilaria.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 16/10/2014.
Abertura: às 09h00min horas do dia 16/10/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:300min e das 13:00 às 17:00, no e-mail: comprasps01@gmail.com, ou pelo telefone (0XX49) 3435 0122.

Ponte Serrada 10 de Setembro de 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Contratos 2014

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 182/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda
CNPJ: 00.456.865/0001-67
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a locação, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas. Betha Ponto Eletrônico - Interpreta e gerencia as marcações de qualquer relógio eletrônico disponível no mercado ou marcações coletadas através de computador (teclado), administrando o horário dos servidores municipais. Integrando com: Betha Folha.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.931,16 (dois mil novecentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).
VIGÊNCIA: De 18 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 183/2014 -FMS
PROCESSO Nº. 021/2014-FMS INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2014-FMS
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: FERNANDA POLETTI & CIA LTDA ME
CNPJ: 07.697.700/0001-26
OBJETO: prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em Vargeão e Ponte Serrada aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais - externos), sendo parte integrante deste Contrato.
VIGÊNCIA: De 18 de agosto a 31 de dezembro de 2014.
CONTRATO Nº. 184 /2014

PROCESSO Nº. 076/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: VALGOI & FIN ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 20.482.650/0001-28

OBJETO: contratação de serviços de consultoria especializada na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis a administração municipal e apoio na regulamentação e rotinas de controle interno municipal a serem prestados junto as sede Administrativa da Prefeitura Municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 42.450,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: De 18 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº.185 /2014

PROCESSO Nº. 077/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: COMERCIAL VEM QUE TEM LTDA-EPP
CNPJ: 05.631.104/0001-18

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção destinados á manutenção das atividades das Secretarias Municipais.

VALOR DO CONTRATO: R\$37.846,75 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: De 21 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 186 /2014

PROCESSO Nº. 077/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: DIMASA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SANITÁRIOS LTDA
CNPJ: 83.411.769/0001-20

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção destinados á manutenção das atividades das Secretarias Municipais.

VALOR DO CONTRATO: R\$106.069,87(cento e seis mil sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: De 21 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 187/2014

PROCESSO Nº. 077/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TRELISSA LTDA ME
CNPJ: 81.392.128/0001-40

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção destinados á manutenção das atividades das Secretarias Municipais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 51.678,15(cinquenta e um mil seiscientos e setenta e oito reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA: De 21 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 188 /2014 - FMS

PROCESSO Nº. 021/2014-FMS INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICA CRUZ E BAHU LTDA ME
CNPJ: 07.703.881/0001-56

OBJETO: prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em Vargeão e Ponte Serrada aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais - externos), sendo parte integrante deste Contrato.

VIGÊNCIA: De 26 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 189 /2014

PROCESSO Nº. 081/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: JUNIOR JOÃO CHISTÉ
CPF: 645.935.509-63

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE VINHETAS DE UTILIDADES PÚBLICA OU INSTITUCIONAL, E APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS NOS ESPAÇOS RADIOFÔNICOS E DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

VIGÊNCIA: De 22 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 190/2014

PROCESSO Nº. 090/2014 DISPENSA Nº. 003/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: EDSON PAVAN BAZI

CPF: 022.108.969-16

OBJETO: Contratação de técnicos para goleiros e equipe de futebol de campo de Ponte Serrada para atuação na Copa Fiat/Botta 2014(Copa AMAI), de acordo com as especificações e quantidades constantes neste edital e seus anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

VIGÊNCIA: De 29 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 191/2014

PROCESSO Nº. 090/2014 DISPENSA Nº. 003/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: ROBSON BAZI

CPF: 069.016.339-80

OBJETO: Contratação de técnicos para goleiros e equipe de futebol de campo de Ponte Serrada para atuação na Copa Fiat/Botta 2014(Copa AMAI), de acordo com as especificações e quantidades constantes neste edital e seus anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.000,00(dois mil reais).

VIGÊNCIA: De 29 de agosto a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 192/2014

PROCESSO Nº. 086/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: BIO EFLUENTES LTDA ME

CNPJ: 15.033.677/0001-01

OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica para assumir responsabilidade técnica da estação de tratamento de Ponte Serrada perante o órgão competente e devendo prestar os serviços constantes na LAO nº 1201/2013.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.000,00(quatorze mil reais)

VIGÊNCIA: De 01 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 193/2014

PROCESSO Nº. 093/2014 DISPENSA Nº. 006/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: WILLIAM FRANCISCO DONZELI OZECOSKI
CNPJ: 17.222.409/0001-55

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e montagem de uma tenda galpão para tarde cultural de sete de setembro.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 194 /2014

PROCESSO Nº. 094/2014 DISPENSA Nº. 007/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: COMERCIAL VEM QUE TEM LTDA-EPP
CNPJ: 05.631.104/0001-18

OBJETO: Aquisição de telhas de fibrocimento e cumeeiras para reforma do centro comunitário do Bairro Baía Alta.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.965,00 (um mil novecentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 195/2014

PROCESSO Nº. 082/2014 CARTA CONVITE Nº. 027/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: EUKALIPTUS GRAFICA E EDITORA LTDA-ME
CNPJ: 17.716.351/001-04

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de forma parcelada destinados a manutenção das secretarias municipais conforme condições fixadas neste edital e no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 18.347,50(dezoito mil trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 196/2014

PROCESSO Nº. 082/2014 CARTA CONVITE Nº. 027/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
CONTRATADA: META GRAFICA LTDA
CNPJ: 07.045.653/0001-36

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de forma parcelada destinados a manutenção das secretarias municipais conforme condições fixadas neste edital e no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$13.345,00(treze mil trezentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 197/2014-FMS

PROCESSO Nº. 023/2014-FMS CARTA CONVITE Nº. 006/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: EUKALIPTUS GRAFICA E EDITORA LTDA-ME

CNPJ: 17.716.351/001-04

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de forma parcelada destinados a manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde, conforme condições fixadas neste edital e no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.378,50(oito mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 198 /2014 - FMS

PROCESSO Nº. 023/2014-FMS CARTA CONVITE Nº. 006/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: META GRAFICA LTDA

CNPJ:07.045.653/0001-36

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de forma parcelada destinados a manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde, conforme condições fixadas neste edital e no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.407,00(oito mil quatrocentos e sete reais).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 199 /2014-FMS

PROCESSO Nº. 023/2014-FMS CARTA CONVITE Nº. 006/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: IVANDIR LUIZ FAVERO ME

CNPJ: 14.346.211/0001-95

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos de forma parcelada destinados a manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde, conforme condições fixadas neste edital e no anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.110,00(dois mil cento e dez reais).

VIGÊNCIA: De 04 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

Ponte Serrada-SC,10 de setembro de 2014.

Eduardo Coppini

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.198, de 03 de Setembro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.198, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CONSELHO DO BEM ESTAR SOCIAL DE PORTO BELO - CLUBE DE MÃES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, mediante celebração de convênio com o Conselho do Bem Estar Social de Porto Belo - Clube de Mães, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 553, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ sob o nº 83.809.327/0001-36

Art. 2º A O objeto do Convênio consiste na manutenção do Clube de Mães e incentivo a cultura.

Art. 3º O repasse do recurso financeiro será em conformidade com o Convênio assinado pela entidade conveniada, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será pago de forma parcelada, conforme convênio.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 5º A entidade deverá apresentar toda a documentação necessária para a assinatura do Convênio em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.202, de 08 de Setembro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.202, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"Institui o Dia Municipal de Combate ao Colesterol no Município de Porto Belo e dá outras providências." Autor: Vereadores Estevão B. Guerreiro

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Porto Belo o Dia Municipal de Combate ao Colesterol.

Art. 2º O dia referido no caput do art. 1º será celebrado no dia 08 de agosto de cada ano.

Art. 3º O poder executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde, promoverá uma campanha de prevenção e orientação afim de disseminar o assunto e sensibilizar os cidadãos.

Art. 4º A Campanha deverá ser realizada nos Postos de Saúde, Escolas, outros espaços públicos e outros lugares definidos pela coordenação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de setembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.201, de 08 de Setembro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.201, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"Institui no calendário de Eventos do Município de Porto Belo, a Semana de Conscientização do Motorista, Motociclista e dos Direitos do Ciclista" Autores: Vereadores Estevão B. Guerreiro e Jonas Amadeu Raulino.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos do Município, a Semana de Conscientização do Motorista, Motociclista e dos Direitos do Ciclista da cidade de Porto Belo, a ser realizada anualmente. Parágrafo Único: A semana a que trata o caput do artigo terá seu início no dia 25 de julho.

Art. 2º A semana de Conscientização do Motorista, Motociclista e dos Direitos do Ciclista de Porto Belo tem por objetivo alcançar a diminuição significativa do número de vítimas envolvidas em acidentes.

Parágrafo Único: Nesta semana, serão abordados vários temas ligados a trânsito, acidentes, orientações preventivas, palestras em Escolas e demais centros que queiram se dispor no auxílio do programa.

Art. 3º A semana é uma ação capitaneada pelo Departamento de Trânsito Municipal, podendo contar com Centro de Referência de Condutores, Associações de Ciclismo, com outras secretarias e outras entidades da sociedade civil organizada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de setembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Complementar Municipal Nº 55, de 08 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 055, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 93 DA LEI COMPLEMENTAR 34/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 34/2011, de 11 de março de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 93.

§ 2º- Os beirais com até 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura não serão considerados como área construída, desde que não tenham utilização na parte superior.

§ 3º - Revogado.

§ 4º - Revogado."

Art. 4º Os demais dispositivos das referidas Leis Complementares, permanecerão inalterados.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de setembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.2002, de 08 de Setembro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.200, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Porto Belo, relativo ao exercício financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165, §2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº 4.320, de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, compreendendo:

I - as metas e prioridades da administração pública do Município de Porto Belo;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do município, e

VII - disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2014-2017.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar 101/2000, são as identificadas nos Demonstrativos integrantes desta Lei, e que conterà ainda:

I - Demonstrativo 1 - Metas Anuais e respectivos anexos;

II - Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VII - Demonstrativo 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

VIII - Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgãos orçamentários e unidade orçamentária;

II - órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas as respectivas unidades orçamentárias. É o maior nível da classificação institucional;

III - unidade orçamentária, segmento da administração direta ou indireta a que o orçamento do Município consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e respectivas ações, sobre os quais exerce o poder de disposição. É o menor nível da classificação institucional;

IV - função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público;

V - subfunção é indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

VI - programa é o instrumento de organização governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. O plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses instrumentos uma integração desde a origem. O programa age como módulo integrador, e as ações, como instrumentos de realização dos programas.

VII - ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros Entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros.

VIII - atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;

IX - projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

X - operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

XI - categoria econômica é a classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público;

XII - grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza operacional do gasto;

XIII - modalidade de aplicação é a classificação da natureza da despesa que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas

entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados;

XIV - receitas são recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de correntes e de capital; Ainda sob o enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços;

XV - execução física é a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XVI - execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral e nos créditos adicionais, mediante empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVII - execução financeira trata do pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XVIII - execução da despesa são os estágios da despesa orçamentária pública na forma prevista na Lei nº 4.320/1964 que são: empenho, liquidação e pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupos de natureza de despesas e modalidades de aplicações, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão MOG, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Portaria Interministerial nº 163, de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 2012, e alterações posteriores na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320, de 1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320, de 1964, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

III - Demonstrativo da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IV - Classificação da Despesa Quanto à sua Natureza - Resumo Geral (Anexo 4 da Lei 4.320, de 1964, Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

V - Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VI - Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VII - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com

identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta, a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere à proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XII - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada no exercício imediatamente anterior ao da elaboração da proposta, a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta e a despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XIII - Demonstrativo das Receitas e das Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);

Parágrafo único. Os Orçamentos dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 5º A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada, acrescida dos fundos especiais, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e outros criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 6º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2015 compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, dos fundos, e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal da Educação;
- Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
- Fundo Previdenciário Capitalizado;
- Fundo Previdenciário Financeiro;
- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Fundação Municipal da Cultural;
- Fundação Municipal de Esportes;
- Fundação Municipal de Turismo; e
- Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 7º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
 - II - quadros orçamentários consolidados;
 - III - discriminação da legislação da receita e da despesa.
- § 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, são os seguintes:
- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta;
 - b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
 - c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
 - d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
 - e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
 - e
 - f) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
- § 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá no texto ou sob a forma de anexo:
- I - análise da conjuntura econômica do Município;
 - II - demonstração explicitando receitas e despesas, bem como os resultados primários e operacionais implícitos no projeto de Lei

Orçamentária para 2015, os estimados para 2014 e os realizados em 2013;

III - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2011, 2013 e 2013, previsão para 2014 e 2015, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV - quadro demonstrativo da evolução da despesa, dos exercícios de 2011, 2012 2013, fixadas para 2014 e 2015;

V - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/12, desembolso do principal e acessório relativo ao último mês encerrado imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VI - quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação sintética das contas e saldos relativos ao último bimestre encerrado imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VII - quadro demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao último bimestre encerrado imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VIII - quadro demonstrativo da receita corrente líquida dos exercícios de 2012, 2013 e previsão para 2014 e 2015;

IX - quadro demonstrativo da aplicação com despesas de pessoal e encargos sociais por Poder para o exercício de 2015, demonstrando o percentual de comprometimento previsto;

X - quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação para o exercício a que se refere à proposta orçamentária;

XI - quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a programação de aplicação referente ao exercício da proposta Orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2015 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios encerrados.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

Art. 15. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo único. A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira.

Art. 17. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e comunicará ao Poder Legislativo, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias, fixadas na Lei Orçamentária de 2015, observadas as fontes de recursos, exceto:

I - custeadas com recursos de doações e convênios;

II - projetos já iniciados;

III - atividades caracterizadas como essenciais ao desempenho dos serviços públicos no âmbito da saúde, educação e assistência social;

IV - despesas fixas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º Com base na informação a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo editará ato, até o 10º (décimo) dia subsequente a comunicação, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira de ambos os Poderes.

§ 3º O Poder Executivo deverá elaborar demonstrativo de acompanhamento das estimativas de receitas, no intuito de verificar o restabelecimento das metas de arrecadação.

§ 4º Comprovado o restabelecimento das metas de arrecadação o Poder Executivo poderá a qualquer tempo, editar ato de suspensão da limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 19. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei.

Art. 20. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação, a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa.

Art. 21. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo 8 desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências, anexo próprio desta Lei (art.

4º, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, com a limitação de empenhos e caso seja constatado, com o excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei ao Legislativo, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou não comprometidos.

Art. 23. O Orçamento para o exercício de 2015 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais.

Art. 24. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 25. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais. (art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

II - desdobrar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

III - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas;

IV - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre o relatório de gestão fiscal, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, para verificação dos limites estabelecidos no art. 55 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

V - os programas priorizados por esta lei, que estarão contidos no Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária de 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública perante a Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, avaliar gastos e cumprimento das metas estabelecidas;

VI - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 26. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito, transferências voluntárias, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados, se ocorrer seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito adicional suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo ou o crédito especial com autorização legislativa.

Art. 27. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, constantes do Anexo próprio desta Lei, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio

público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo visando ao desenvolvimento de programas do governo.

Art. 30. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 31. Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, autorizada por lei específica, desde que prevista na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais.

Art. 32. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo (art. 4º, I, "f" e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas de acordo com o convênio firmado, na forma própria estabelecida pelo Controle Interno do Município (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 2º Suas atividades deverão ser de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 3º Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios e subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2015, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua Diretoria e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação ou assistência social, expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ou por outro órgão competente das demais áreas de atuação governamental.

Art. 33. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da legislação federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% do orçamento aprovado, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no item anterior (art. 167, VI da Constituição Federal);

V - abrir créditos adicionais suplementares, até o limite do valor apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

VI - modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo. § 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não serão considerados para apuração do limite de 40%, disposto neste artigo.

Art. 34. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na lei orçamentária anual.

Art. 35. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção

e desenvolvimento da educação básica e, no mínimo 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos estabelecidos no art. 7º, inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB obedecerá ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 14, de 1996 e nº 53, de 2006, e às Leis nº 9.424, de 1996 e 11.494, de 2007, e suas alterações.

Art. 36. Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 1998.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A lei orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento de despesas de capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 38. A contratação de operação de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e dependerá de autorização legislativa específica (art. 32. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 39. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2015 não excederá os limites estabelecidos no anexo de metas fiscais que integra esta Lei, sendo que em caso de ser ultrapassado, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira definidas nesta Lei. (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, e por ato administrativo efetuar admissões de pessoal aprovado em concurso público ou contratações de pessoal em caráter temporário na forma da lei, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000. (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento de 2015 ou em créditos adicionais.

§ 2º As alterações do quadro de cargos permanentes do Poder Executivo, nas quantidades legalmente fixadas somente serão possíveis nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2014 ou no decorrer de 2015, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

Art. 41. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites estabelecidos no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (art. 22, parágrafo único, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites

estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000):

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - eliminação das despesas com horas extras;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 44. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores públicos de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, serão contabilizados como "outras despesas correntes", no elemento de despesa 34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

Art. 45. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 46. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47. O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo apresentando seu impacto orçamentário e financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes conforme disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medida de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa de valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício (art. 14, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. A execução da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 51. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 52. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 53. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com atualização monetária pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55. O Executivo Municipal enviará proposta orçamentária à Câmara de Vereadores, até o dia 31/10/2013, sendo, apreciada e devolvida para sanção até o dia 15/12/2013, conforme dispõe a Lei Complementar nº 18/2007.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e reenvio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º A Câmara de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 56. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de setembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.258, de 02 de Setembro 2014.

DECRETO Nº 1.258, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de -0,27% (menos zero virgula vinte e sete por cento), considerando o IGP-M do mês de agosto de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,14654

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de setembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 148/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 148/2014 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 004/2013 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - ME.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

Adita-se o valor do contrato superior o valor de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de agosto de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 149/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 149/2014 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 052/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e ÚRSULA WALDRAFF.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 264,37 (duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 01 de setembro de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 150/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 150/2014 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 147/2013 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e HOBI & CIA LTDA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 04 de setembro de 2014.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

Portarias de 001/2014 A 248/2014

PORTARIA Nº 001/2014 DE 07/01/2014
Nomeia Comissão para Instauração de Processo Disciplinar e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear, de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, Título V do Processo Disciplinar, comissão para instauração de Processo Disciplinar, destinada a apurar responsabilidade do Servidor MARCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, por infração praticada no exercício de suas atribuições funcionais.
Art. 2º — O Processo Disciplinar será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

NEUMA ANDERLE FELIZARI
MARA LAÍZ ESTEVÃO DE AMORIN
TEOTONIO RONAN BONESSI

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá ao disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário

Pouso Redondo, 07 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 002/2014 DE 07/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada RUTH BAADE SCHAUFFERT, brasileira, portadora do CPF 686.573.409-25, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 003/2014 DE 07/01/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 12/12/2013 e com término em 09/06/2014 para ELISIANE ZANIVAN PETERS, efetiva no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 12/12/2013.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 004/2014 DE 07/01/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com início em 12/12/2013 e com término em 10/04/2014 para ELISIANE ZANIVAN PETERS, contratada no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 12/12/2013.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 005/2014 DE 08/01/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor SEBASTIÃO LEITE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o

Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor SEBASTIÃO LEITE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 14/05/2013 e a terminar em 30/06/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 006/2014 DE 08/01/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor ADILSON MACHADO, lotado nesta Prefeitura, no período de 08/01/2014 à 06/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 007/2014 DE 09/01/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor EDIVALDO EING, lotado nesta Prefeitura, no período de 09/01/2014 à 07/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 008/2014 DE 09/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado EMERSON FRANCISCO DE SOUSA, brasileiro, portador do CPF 933.190.109-72, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de GESTOR DE CONVÊNIOS, nível de vencimento 29, do Grupo 03, Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2014 DE 13/01/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora ROSELENE DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, para exercer a função de RESPONSÁVEL DO SETOR DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR do Município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 010/2014 DE 13/01/2014

Revoga a Portaria Nº 193/2011 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 13/01/2014 a Portaria Nº 193/2011 de 03/08/2011, que concedia gratificação por exercer a função de RESPONSÁVEL PELA SALA DE VACINA DA UNIDADE SANITÁRIA DO CENTRO à Valquiria do Amaral.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 011/2014 DE 13/01/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora VALQUIRIA DO AMARAL ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, para exercer a função de RESPONSÁVEL PELA SALA DE VACINAS DO POSTO DO CENTRO do Município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 10% (dez por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 012/2014 DE 13/01/2014

Revoga a Portaria Nº 080/2012 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 13/01/2014 a Portaria Nº 080/2012 de 20/03/2012, que concedia gratificação por exercer a função de RESPONSÁVEL PELA SALA DE VACINA NA UNIDADE DE SAÚDE DR. WILLY TOMIO à Gilmara Chirulli.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 013/2014 DE 13/01/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado a Servidora GILMARA GIROLI ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, para exercer a função de CHEFE DO SETOR DE EPIDEMIOLOGIA do Município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 014/2014 DE 13/01/2014

Revoga a Portaria Nº 080/2012 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 13/01/2014 a Portaria Nº 081/2012 de 20/03/2012, que concedia gratificação por exercer a função de RESPONSÁVEL PELA SALA DE VACINA NA UNIDADE DE SAÚDE FARMACÊUTICO IVO GOMES à Giseli Aparecida Trentini.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 015/2014 DE 13/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JUPITER DA COSTA VARGAS FILHO, brasileiro, portador do CPF 207.779.060-15, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO 20 HORAS, nível de vencimento 39, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 20 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 016/2014 DE 13/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado OTÁVIO FRANCISCO GOMES DIAS, brasileiro, portador do CPF 017.201.060-88, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, nível de vencimento 35, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de

Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 017/2014 DE 14/01/2013

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora MARCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, do Grupo 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 288/2013 de 16/05/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de janeiro de 2013.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 018/2014 DE 14/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado TEODORO LEGUIZAMON JUNIOR, brasileiro, portador do CPF 030.876.869-80, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO, nível de vencimento 46, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 019/2014 DE 14/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora LEIDE ALINE GIORDANI VERDI, lotado nesta Prefeitura, no período de 13/01/2014 à 11/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 13/01/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 020/2014 DE 14/01/2014
Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado a Servidora GISELI APARECIDA TRENTINI ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, para exercer a função de RESPONSÁVEL DO SETOR DE ATENDIMENTO DOS MÉDICOS ESPECIALISTAS do Município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 021/2014 DE 15/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor VENDELINO AUGUSTO OENNING, lotado nesta Prefeitura, no período de 02/01/2014 à 31/01/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 02/01/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 022/2014 DE 15/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora FABIANA STEIL NUNES, lotado nesta Prefeitura, no período de 15/01/2014 à 13/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 023/2014 DE 20/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor EDELSON PETERS, lotado nesta Prefeitura, no período de 20/01/2014 à 18/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 024/2014 DE 20/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora VALQUIRIA DO AMARAL, lotado nesta Prefeitura, no período de 20/01/2014 à 18/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 025/2014 de 20/01/2014
Nomeia Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com

fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei 8.666, de 22 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam nomeados para o ano de 2014 os membros para a Comissão Permanente de Licitações, composta pelos Srs. EMERSON DOBRANTZ, MARCIO MARCELINO FELIZARI e TEOTONIO RONAN BONESSI para, sob a presidência do primeiro, promoverem a Abertura, Avaliação e Julgamento das Licitações, em todas as suas modalidades, realizadas pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

§ 1º - Ficam nomeados, na qualidade de Suplentes da Comissão definida nesse artigo, DANIELA DA SILVA e SIMONI APARECIDA CACHOEIRA, que serão convocados no caso de falta ou impedimento de qualquer dos titulares.

§ 2º - Na falta ou impedimento do Presidente, os Membros presentes, deliberarão no sentido de elegerem quem deverá presidir os trabalhos da comissão.

§ 3º - A Comissão constituída neste artigo lavrará ata dos trabalhos realizados, declarando o Vencedor de cada Licitação, independente de sua modalidade, que será encaminhada a Prefeita Municipal, o qual dará continuidade aos prosseguimentos legais estabelecidos na Lei de Licitações e na legislação municipal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 003/2013 de 02/01/2013.

Pouso Redondo, 20 de Janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 026/2014 DE 20/01/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora LUCIA GARLINI, ocupante do cargo de zelador, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora LUCIA GARLINI, ocupante do cargo de zelador, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 12/10/2011 e a terminar em 15/07/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 027/2014 DE 20/01/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora NAIR PIRES DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastada de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora NAIR PIRES DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 19/11/2012 e a terminar em 31/05/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 028/2014 de 20/01/2014.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de Pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, de acordo com o Decreto nº 039/07 de 05.06.2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em Licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, a servidora:

Tayse Vendramin Marchi – Agente Administrativo.

Parágrafo Único – O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, os servidores:

Lucio Hillesheim – Contador - matrícula nº 120117.

Teotônio Ronan Bonessi – Agente Administrativo - matrícula nº 100601.

Simoni Aparecida cachoeira – Telefonista- matrícula nº 130506.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº

004/2013 de 02/01/2013.

Pouso Redondo, 20 de Janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 029/2014 DE 20/01/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor MARTINHO ADOLFO FELIPE, ocupante do cargo efetivo de SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, do Grupo 03 – Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 012/2013 de 04/01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 030/2014 DE 20/01/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provisão Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado MARTINHO ADOLFO FELIPE, brasileiro, portador do CPF 751.037.379-49, para ocupar o Cargo de Provisão Efetivo de AGENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nível de vencimento 30, do Grupo 03, Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 031/2014 DE 22/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora ERICA EIGEN BICHELS, lotado nesta Prefeitura, no período de 22/01/2014 à 09/02/2014,

referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 032/2014 DE 22/01/2014
Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor MANOEL ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de VIGIA, do Grupo 11, para exercer a função de ASSISTENTE RESPONSÁVEL PELOS SEPULTAMENTOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO AOS FINAIS DE SEMANA E FERIADOS do Município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 17% (dezesete por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 033/2014 DE 22/01/2014
Designa servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor GUILHERME GOLLE FLORIANI, ocupante do cargo de efetivo de ASSISTENTE DE PROTOCOLO do Grupo 02, para fomentar ações do Portal Transparência de Acesso a Informação da LEI 2.491/2013 de 26/06/2013.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 034/2014 DE 22/01/2014

Nomeia Assistente Social para promover Acompanhamento Social e emissão de Laudo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013;

CONSIDERANDO que a Servidora ANGELA FETSCH DIAS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo 07, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, Licença por Motivo de Doença em Pessoa de Família;

CONSIDERANDO que a Servidora acima mencionada, ao requerer a Licença, argumentou que seu cônjuge, o Sr. RUBENS PIERRE DIAS, necessita de cuidados por motivo de doença C.I.D. 5.32.4, e que necessitaria a sua indispensável assistência pessoal, que não pode ser prestada simultaneamente com o exercício de seu cargo;

CONSIDERANDO que o artigo 100, caput, da Lei nº 1.076/91, Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Redondo, preconiza que o servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser comprovado através de laudo médico e acompanhamento social;

CONSIDERANDO que, nos termos do dispositivo acima transcrito, torna-se impossível ao Chefe do Executivo decidir sobre o pedido de Licença, sem que haja o competente Laudo emitido por médico cirurgião e por Assistente Social;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a Sra. SANDRA REGINA DE OLIVEIRA VIEIRA, Assistente Social devidamente inscrita no CRESS, sob nº 2.939, com o objetivo de promover ACOMPANHAMENTO SOCIAL e análise da alegada doença (C.I.D. 5.32.4) do Sr. RUBENS PIERRE DIAS, cônjuge da Servidora ANGELA FETSCH DIAS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo 07, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013.

Parágrafo único — A Assistente Social nomeada neste artigo deverá emitir Laudo, encaminhado a Prefeita do Município de Pouso Redondo, concluindo se a doença de que se encontra acometida o Sr. Rubens Pierre Dias, implica na assistência pessoal e indispensável de sua esposa Angela Fetsch Dias, e, em caso afirmativo, se tal assistência pode ou não ser prestada pela Servidora, simultaneamente com o exercício do cargo que ocupa na Municipalidade.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de janeiro 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 035/2014 DE 22/01/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisão Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com

fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ANNE KELLY ALVES DA SILVA, brasileira, portadora do CPF 045.345.199-31, para ocupar o Cargo de Provisão Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, nível de vencimento 29, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 036/2014 DE 23/01/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor ANGELO RODRIGUES, nomeado em 15/04/2013, pela Portaria Nº 243/2013, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, do Grupo 05, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar junto ao Conselho Tutelar, como motorista e acompanhante.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de janeiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 037/2014 DE 23/01/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 24/03/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora DEISE HEMCKMEIER, ocupante do Cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 038/2014 DE 24/01/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado MAURICIO ISIDORO CORRÊA, brasileiro, portador do CPF 075.969.599-70, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, nível de vencimento 25, do Grupo 04, Secretaria de Finanças, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 039/2014 DE 27/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor ADENIR FERRARI, lotado nesta Prefeitura, no período de 27/01/2014 à 25/02/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 040/2014 DE 27/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor RICIERI VERDI, lotado nesta Prefeitura, no período de 27/01/2014 à 25/02/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 041/2014 DE 27/01/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JACKSON ISIDORO SIMPLICIO, brasileiro, portador do CPF 093.605.509-06, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE ADJUNTO DE FINANÇAS, nível de vencimento 20, do Grupo 04, Secretaria de Finanças, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 042/2014 DE 30/01/2014
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor VILMAR DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviço de Obras, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor VILMAR DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviço de Obras, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 12/06/2013 e a terminar em 01/07/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 043/2014 DE 31/01/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor AMARILDO BENTO, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, do Grupo 08 – Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 187/2013 de 01/03/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 044/2014 DE 31/01/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor JONATHAN LUIZ NARDELLI, ocupante do cargo comissionado de ASSISTENTE DE ESCOLA, do Grupo 07 – Secretaria de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 175/2013 de 25/02/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 045/2014 DE 31/01/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora SIMONE VIEIRA DA SILVA, lotado nesta Prefeitura, no período de 31/01/2014 à 14/02/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 046/2014 DE 31/01/2014
Nomeia membro para compor comissão permanente de recebimento de material e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ANTONIO IVORLI RODRIGUES DA SILVA, para compor a Comissão permanente para recebimento de material de valor superior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido no inciso II, alínea "a" do art. 23 da Lei nº 8.666/93, cumprindo no que se refere ao inciso III, § 8º, do art. 15 da citada Lei, pelo período de 45 dias a substituir FABIO ALVES DE CAMPOS.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 31 de janeiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 047/2014 de 03/02/2014
Determina horário de Trabalho a servidor efetivo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Determina horário especial de trabalho ao servidor efetivo GENUARIO DALMARCO, ocupante do cargo de INSEMINADOR, devendo este cumprir sua jornada de trabalho no horário compreendido entre às 07h00min às 13h00min.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 20/02/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 048/2014 DE 03/02/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor JOSE CARDOSO, lotado nesta Prefeitura, no período de 03/02/2014 à 04/03/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 049/2014 DE 03/02/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei nº 1.193/93,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor EMERSON DOBRANTZ, nomeado em 01/07/2010, pela Portaria Nº 157/2010, ocupante do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL, do Grupo 02, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar como responsável pelo recebimento e conferência de notas fiscal.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 30% (trinta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 050/2014 DE 03/02/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 24/01/2014 e a terminar em 22/04/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 051/2014 DE 03/02/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 03/02/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora INEZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL, ocupante do Cargo de PROFESSOR, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 052/2014 DE 03/02/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 03/02/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora RAQUEL FABIAN TOREZAN, ocupante do Cargo de MEDICO VETERINARIO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 053/2014 DE 03/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada GRACIELE BALSAN, brasileiro, portador do CPF: 038.064.869-56, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 054/2014 DE 03/02/2014

Revoga a Portaria Nº 385/2013 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir desta data a Portaria Nº 385/2013 de 20/08/2013, que nomeou o oficial "Ad Hoc" colocado a disposição do Fórum da Comarca de Trombudo Central para atuar exclusivamente dando cumprimento aos mandados judiciais expedidos nos processos de execução fiscal do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 385/2013.

Pouso Redondo, 03 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 055/2014 DE 03/02/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor LEANDRO ZUNINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE AGRICULTURA do Grupo 09, para exercer a função temporária de Fiscal de Obras de Posturas e Auxiliar de Fiscalização externa de Tributos do município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 80% (Oitenta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 056/2014 DE 04/02/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 04/02/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora VICENTINA NHAIA, ocupante do Cargo de PROFESSOR, do Plano de Carreira e Remuneração dos integrantes do Magistério Público Municipal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 057/2014 DE 04/02/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora JANAINA FELIPPE RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie, nomeada pela Portaria Nº 112/2013 de 04/02/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 058/2014 DE 04/02/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora JAKQUELINE APARECIDA POLEZA, ocupante do cargo comissionado de SECRETARIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie, nomeada pela Portaria Nº 056/2013 de 15/01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 059/2014 DE 05/02/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada o Servidora JAKQUELINE APARECIDA POLEZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR do Grupo 07, para exercer a função de Coordenadora dos Atos Administrativos da Educação do município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 45% (Quarenta e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 060/2014 DE 05/02/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor ERNANI AMANCIO, ocupante do cargo comissionado de SECRETARIO ADJUNTO DE CULTURA, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie, nomeado pela Portaria Nº 058/2013 de 15/01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 061/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada JANDIRA BLASIUS, brasileira, portadora do CPF: 050.163.939-07, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 062/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada GISLENE NICHELETTI PEREIRA, brasileira, portadora do CPF: 061.173.149-57, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 063/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada LUCIANE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, portadora do CPF 614.721.230-34, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 064/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada JOZELI DOS ANJOS BONASSA, brasileira, portadora do CPF: 003.059.300-01, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 065/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada OMAIRA PRADO DA LUZ, brasileira, portadora do CPF: 066.818.379-99, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 066/2014 DE 05/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada FERNANDO CENSI, brasileiro, portador do CPF: 009.407.499-20, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de

Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 067/2014 DE 06/02/2014

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013, de 15/01/2013:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir desta data, o Sr. SERGIO LUIZ FELIZARDO, brasileiro, portador do CPF n.º 600.094.899-91, para ocupar o Cargo em Comissão de SECRETARIO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER, do grupo 08, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 068/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada LUANA APARECIDA MARCHI DO CARMO, brasileira, portadora do CPF: 076.088.309-21, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 20 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 069/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CHIRLEY ESSER, brasileira, portadora do CPF: 047.131.159-67, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 070/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada NICE LUZIA MORAES DOS SANTOS, brasileira, portadora do CPF: 035.569.119-14, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 071/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ORIANE PISETTA, brasileira, portadora do CPF: 969.595.929-68, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 072/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada DEISE DAUFENBACH brasileira, portadora do CPF: 069.010.199-63, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 073/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CIBELE ESPINDO CARNEIRO DE SOUZA brasileira, portadora do CPF: 046.897.409-17, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 074/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada GISELLE OBERZINER brasileira, portadora do CPF: 032.026.609-50, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil 40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 075/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ROI HENTONI KLEIN brasileiro, portador do CPF: 050.993.299-18, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Ensino Fundamental 20 horas semanais, Geografia), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 076/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada KARIN ADAMI ESSER brasileira, portadora do CPF: 040.858.749-00 para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Ensino Fundamental 20 horas semanais, História), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07,

Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 077/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MARA LAÍZ ESTEVÃO DE AMORIN brasileira, portadora do CPF: 079.347.589-95 para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Ensino Fundamental 10 horas semanais, Matemática), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 078/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MARISE APARECIDA LOURENÇO brasileira, portadora do CPF: 003.905.849-24 para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO (40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 079/2014 DE 06/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ERNANI AMANCIO brasileiro, portador do CPF: 048.741.789-52 para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de COORDENAOR PEDAGÓGICO (40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 080/2014 DE 07/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado DJEISON FRONZA brasileiro, portador do CPF: 076.471.579-81 para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de COORDENAOR PEDAGÓGICO (40 horas semanais), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 081/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MARINA BIRCK, brasileira, portadora do CPF: 019.373.920-82, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 082/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado AMIR DA SILVA PINTO, brasileiro, portador do CPF: 597.587.240-53, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 083/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado EDERSON MACHADO, brasileiro, portador do CPF: 040.855.789-36, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 084/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado PAULO SERGIO FLORIANI, brasileiro, portador do CPF: 093.077.089-75, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 085/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ADOLFO RIBEIRO, brasileiro, portador do CPF: 530.584.969-15, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 086/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado OSNI BLASIUS, brasileiro, portador do CPF: 045.324.209-03, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 087/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JOÃO AVELINO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, portador do CPF: 385.498.409-04, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 088/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JORGE UILSON PEDRO, brasileiro, portador do CPF: 068.997.519-84, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA, nível de vencimento 25, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 089/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ANA CAROLINA DE MORAES VOGEL, brasileira, portadora do CPF: 053.586.539-29, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 090/2014 DE 10/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ROSIANI GENI MULLER PIRES DE MORAES, brasileira, portadora do CPF: 543.620.919-04, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 091/2014 DE 10/02/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor BENTO VARELA, lotado nesta Prefeitura, no período de 10/02/2014 à 11/03/2014, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 092/2014 DE 10/02/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor FABIO ALVES DE CAMPOS, lotado nesta Prefeitura, no período de 10/02/2014 à 11/03/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 093/2014 DE 11/02/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor ODEMAR GOULART, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/02/2014 à 02/03/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 094/2014 DE 11/02/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor DIEGO FIGUEREDO, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/02/2014 à 25/02/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 095/2014 DE 11/02/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor CLAUDIR PIRES DE MORAES, lotado nesta Prefeitura, no período de 11/02/2014 à 25/02/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 096/2014 DE 11/02/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ALISON JORDI HAUSMANN DA ROSA, brasileiro, portador do CPF: 074.553.799-51, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 097/2014 DE 12/02/2014
Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com início em 12/02/2014 e com término em 11/06/2014 para CRISTIANI PIRES, contratada no cargo de agente comunitário de saúde.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 098/2014 DE 12/02/2014
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora ANA MARIA APARECIDA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;
CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora ANA MARIA APARECIDA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 04/02/2014 e a terminar em 20/03/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 099/2014 DE 12/02/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MICHELI CARINI DA SILVA, brasileira, portadora do CPF: 055.058.509-52, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 100/2014 DE 13/02/2014

Designa Servidor para atuar junto a Saúde e Conselho Tutelar e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado a servidora DEBORA PAULA DE ARAUJO, nomeada em 21/02/2013, pela Portaria Nº 171/2013, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Grupo 07, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar aos fins de semana junto a Saúde e Conselho Tutelar, como motorista e acompanhante.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 101/2014 DE 17/02/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 17/02/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora SIRLENE MOIK, ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 102/2014 DE 17/02/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor EDIVALDO EIGEN, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, do Grupo 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 267/2011 de 03/10/2011.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 103/2014 DE 17/02/2014

Nomeia ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013, de 15/01/2013:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir desta data, a Sra. MARIZA INES DA SILVA PEREIRA, brasileira, portadora do CPF n.º 656.440.859-53, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRIGENTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SAÚDE, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 104/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ELISANGELA BORBA, brasileira, portadora do CPF: 053.889.139-45, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 105/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada JUCEMARA MUNIZ CONCEIÇÃO, brasileira, portadora do CPF: 027.901.679-40, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 106/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MONICA MARCELINO, brasileira, portadora do CPF: 061.108.619-01, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 107/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º

001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada SOLANGE MARQUES DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF 027.631.569-32, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 108/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CARINE DAUFENBACH, brasileira, portadora do CPF: 077.046.819-58, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 109/2014 DE 17/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada SANDRA CRISTINA SEVEGNANI KRUEGER, brasileira, portadora do CPF: 744.044.159-15, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Educação Infantil, 20 Horas), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 110/2014 DE 18/02/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor ERNANI AMANCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO do Grupo 07, para exercer a função de Coordenador dos Atos Administrativos da Cultura do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 45% (Quarenta e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de Fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 111/2014 DE 18/02/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor IVAN CLEITOM BINI, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO, do Grupo 09 – Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 066/2002 de 05/07/2002.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 112/2014 DE 19/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ALAERCIO FELIZARI, brasileiro, portador do CPF: 936.183.959-49, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 11, Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 113/2014 DE 19/02/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ELENIO AMANCIO, brasileiro, portador do CPF 041.296.419-80, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível de vencimento 30, do Grupo 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 114/2014 DE 20/02/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora IDALINA SILVEIRA DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;
CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora IDALINA SILVEIRA DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 05/02/2014 e a terminar em 16/02/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 115/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para CATARINA DE MEDEIROS GIORDANI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 116/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para CINTIA COELHO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 117/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado

de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para DAIANA RAQUEL VENTURI MERIZ, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 118/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para ELISIANE ZANIVAN PETERS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 119/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para ELIZABETH APARECIDA DE OLIVEIRA RIBEIRO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 120/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para FABIANA KRUGER DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 121/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para GIOCEMARA APARECIDA VERDI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 122/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para INEUZIR APARECIDA KIEBLER KRAMEL, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 123/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para JAKQUELINE APARECIDA POLEZA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 124/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para LUCIANA ALVARENGA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 125/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para LUCIMARA SARDO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 126/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para MARCIA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 127/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para NAYARA FRONZA DA CUNHA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 128/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para RAQUEL ABIGAIL CONSTANTE SIEWERDT, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 129/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para ROSANI PATERNO DA SILVA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 130/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para ROSELI FARIAS SCHEPERS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 131/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para YARA TATANI VATRIN LEITE, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 132/2014 de 24/02/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para CÁTIANA DUARTE, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 133/2014 DE 24/02/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora IDALINA SILVEIRA DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;
CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora IDALINA SILVEIRA DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 05/02/2014 e a terminar em 27/02/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 134/2014 DE 24/02/2014

Designa Servidor para atuar em questões relativas à Política de Educação, Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam designado as servidoras EDNA APARECIDA DIAS, nomeada em 01/02/2011, pela Portaria Nº 050/2011, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, e NEUMA ANDERLE FELIZARI, nomeada em 15/01/2013, pela Portaria Nº 039/2013, ocupante do cargo comissionado de SECRETARIO DE GABINETE, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para representar o Município de Pouso Redondo junto a SDH – Secretaria de Direitos Humanos, sendo a primeira titular e a segunda suplente.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 135/2014 DE 05/03/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora ROSSANA LIMA BRENNER KNOBLAUCH, lotada nesta Prefeitura, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 136/2014 DE 05/03/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor RENATO PICKLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, do Grupo 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 129/2012 de 16/04/2012.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 137/2014 DE 05/03/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor CHARLES ROBSON CARDOSO, lotado nesta Prefeitura, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 138/2014 DE 05/03/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora LUCIANA FRANÇA DA PAZ, lotada nesta Prefeitura, no período de 05/03/2014 à 03/04/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 139/2014 de 05/03/2014

Determina horário de Trabalho a servidor efetivo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Determina horário especial de trabalho as servidoras efetivas KATIANE LOURENÇO (06h00min horas às 12h00min horas), ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS e MARIA SALETE QUADROS (12h00min horas às 18h00min horas), ocupante do cargo de OPERARIO, devendo estes cumprir sua jornada de trabalho segundo o horário especificado acima.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 20/02/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 140/2014 DE 05/03/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada KAREN JANAINA DA ROSA ANDRADE, brasileira, portadora do CPF 049.033.469-51, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, nível de vencimento 25, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 141/2014 DE 05/03/2014
Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 05/03/2014 e com término em 31/08/2014 para EDNA HOLLER, efetiva no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 142/2014 DE 05/03/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ELIZETE BACK, brasileira, portadora do CPF: 004.631.569-19, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 143/2014 DE 05/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ANTONIO CARLOS STRAMOSK, brasileiro, portador do CPF: 940.717.649-53, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO AGRÍCOLA, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 09, Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 144/2014 DE 06/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada VIVIAN MAIARA REITZ, brasileira, portadora do CPF 090.277.749-19, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, nível de vencimento 25, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 145/2014 DE 07/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada SIMONE VIEIRA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF 020.906.379-35, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE ESF, nível de vencimento 30, do Grupo 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 146/2014 DE 12/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ANTONIO ALVES, brasileiro, portador do CPF: 715.703.659-20, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 147/2014 DE 12/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado JAIME CAMPOS DE ANDRADE, brasileiro, portador do CPF: 006.100.498-79, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de VIGIA, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 148/2014 DE 13/03/2014

Designa Servidor para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor ADEMIR GRAH, nomeado em 21/03/2013, pela Portaria Nº 226/2013, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, do Grupo 07, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar no Fundo Municipal de Saúde, como motorista.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 149/2014 DE 14/03/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 15/03/2014 e com término em 10/09/2014 para ODIRELÉIA NIEHEUS BONESSI, efetiva no cargo de agente de serviços gerais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 150/2014 DE 14/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisamento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado ROGER LUFT, brasileiro, portador do CPF: 049.344.269-30, para ocupar o Cargo de Provisamento Efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, nível de vencimento 35, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 151/2014 DE 19/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisamento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado FERNANDO DUTRA VIANA, brasileiro, portador do CPF: 889.522.589-91, para ocupar o Cargo de Provisamento Efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, nível de vencimento 35, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 152/2014 DE 19/03/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisamento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ANALICE DE ROSSI CATTANI, brasileira, portadora do CPF: 354.368.590-20, para ocupar o Cargo de Provisamento Efetivo de MEDICO, nível de vencimento 46, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 153/2014 DE 20/03/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor JOSE VIDAL, lotada nesta Prefeitura, no período de 20/03/2014 à 18/04/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 154/2014 DE 21/03/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora LUCIANA FELKER DOBRANTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora LUCIANA FELKER DOBRANTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 19/02/2013 e a terminar em 30/06/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 155/2014 de 25/03/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para ELIANI PONTIZELLI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 156/2014 de 25/03/2014

Concede Progressão Funcional Vertical por Pós - Graduação, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional vertical por pós-graduação do Nível/Referência MAG II-1 para MAG III-1, para JULIANA APARECIDA SMANIOTTO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 25 de março de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 157/2014 DE 01/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MARINA CARLA CUCO, brasileira, portadora do CPF: 052.260.329-78, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de EDUCADOR SOCIAL, nível de vencimento 22, do Grupo Ocupacional 06, Secretaria de Promoção Social e Habitação, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 158/2014 DE 01/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada JULIANA ALZIRA GONZALES OLIVEIRA, brasileira, portadora do CPF: 082.287.066-50, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MEDICO, nível de vencimento 46, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de

Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 159/2014 DE 01/04/2014

Nomeia Leiloeiro Administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013, de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado o servidor EMERSON DOBRANTZ, Portador do CPF 038.164.829-02 para atuar como Leiloeiro Administrativo nos Processos Licitatórios Nº 026/2014 do Leilão Público Nº 01/2014 PMPR, e Processos Licitatórios Nº 12/2014 do Leilão Público Nº 01/2014, para alienação de bens móveis.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 160/2014 DE 01/04/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora MIRIAM PIRES DE MORAES DE OLIVEIRA, lotada nesta Prefeitura, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 161/2014 DE 01/04/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor GEOVANI MOTTA, lotada nesta Prefeitura, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014,

referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 162/2014 DE 07/04/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora MARA LAÍZ ESTEVÃO DE AMORIN, lotada nesta Prefeitura, no período de 07/04/2014 à 06/05/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 163/2014 DE 07/04/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor GETULIO BORBA DE OLIVEIRA, lotada nesta Prefeitura, no período de 07/04/2014 à 06/05/2014, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 164/2014 DE 08/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisão Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CLAUDENIR MARIA PROCHNOW, brasileira, portadora do CPF: 761.060.209-49, para ocupar o Cargo de Provisão Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 165/2014 DE 08/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CAMILA VENDRAMIN, brasileira, portadora do CPF: 076.329.139-04, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 166/2014 DE 14/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada MAURICIO SERIKAWA, brasileira, portadora do CPF: 157.656.948-96, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, nível de vencimento 35, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 167/2014 DE 14/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada FRANCIELE FAGUNDES E FAGUNDES, brasileira, portadora do CPF: 020.385.380-69, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 168/2014 DE 14/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada SILVIA REGINA PEREIRA RAMOS, brasileira, portadora do CPF: 021.289.949-00, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 169/2014 DE 14/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada CRISTIANE PRISCILA BECKER, brasileira, portadora do CPF: 043.087.319-09, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de

Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 170/2014 DE 14/04/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora SIMONE VIEIRA DA SILVA, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE ESF, do Grupo 05 – Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeada pela Portaria Nº 146/2014 de 07/03/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 171/2014 DE 14/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada SIMONE VIEIRA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF 020.906.379-35, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 172/2014 DE 15/04/2014

Designa Servidor para atuar junto a Assistência Social e da outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor ADORICO PORTO, reintegrado em 26/09/2013, pela Portaria Nº 469/2013, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, do Grupo 11, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar junto a Assistência Social.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 173/2014 DE 15/04/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor ALISON JORDI HAUSMANN DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇO DE OBRAS do Grupo 11, para exercer a função de Controlador de peças do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 174/2014 DE 15/04/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor NORBERTO JUST, ocupante do cargo de provimento efetivo de BORRACHEIRO do Grupo 11, para exercer a função de Chefe de borracharia do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 20% (vinte por

cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 175/2014 DE 15/04/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor FABIO JUNIOR PRADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS do Grupo 11, para exercer a função de responsável pela manutenção de calçamentos e calçadas do município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 34% (trinta e quatro por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 176/2014 DE 15/04/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor DERCI LOPES DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS do Grupo 11, para exercer a função de responsável pela manutenção de calçamentos e calçadas do município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 34% (trinta e quatro por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 177/2014 DE 23/04/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

JUNIOR COELHO, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ADRIANA FERNANDES DOS SANTOS, brasileira, portadora do CPF: 053.361.429-56, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de abril de 2014.

JUNIOR COELHO

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 179/2014 DE 30/04/2014.

Ratifica Portaria nº 178/2014 e fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

CONSIDERANDO, que o convênio firmado com o Hospitalar Comunitário Annegret Neitzke, expirou seu prazo de vigência determinado na Lei nº 2.521, de 26 de novembro de 2013 e não renovado por motivos administrativos;

CONSIDERANDO, que o Município de Pouso Redondo, através da Secretaria de Saúde, assumiu a responsabilidade total quanto à prestação de serviços de Urgência e Emergência para atendimento à população

CONSIDERANDO, a urgência que se apresenta em destinar servidores do quadro efetivo para atendimento junto ao Pronto Atendimento;

CONSIDERANDO, que a Chefe do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo, encontrava-se em férias no período de 02 de abril até 30 de abril do ano corrente.

RESOLVE:

Art. 1º — Ratifica Portaria nº 178/2014 a qual determinou o local de trabalho da Servidora SOLANGE MARQUES DE SOUZA, junto ao Pronto Atendimento Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Fixa jornada de trabalho da servidora SOLANGE MARQUES DE SOUZA, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme será fixado por lei específica.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de abril de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 180/2014 DE 05/05/2014

Constitui e Nomeia os Membros Da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos e parágrafo 4º do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98 e demais legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica constituída a comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores estáveis CLAUDIR PIRES DE MORAES, EMERSON DOBRANTZ e NEUMA ANDERLE FELIZARI, para, sob a presidência do primeiro, preparar, executar e julgar a avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

Art. 2º - A comissão de ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 49/2002 de 01/07/2002 e alterações pelo Decreto nº 052/05 de 07/07/2005, que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 268/2012 de 02/05/2012.

Pouso Redondo, 05 de Maio de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 181/2014 DE 05/05/2014

Nomeia membros para compor comissão permanente de recebimento de material e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam nomeados MAIKEL VERDI, TEOTONIO RONAN BONESSI e MARTINHO ADOLFO FELIPE, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão permanente para recebimento de material de valor superior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido no inciso II, alínea "a" do art. 23 da Lei nº 8.666/93, cumprindo no que se refere ao inciso III, § 8º, do art. 15 da citada Lei.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 260/2013 de 25/04/2013.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 182/2014 DE 05/05/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor TEOTONIO RONAN BONESSI, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIO ADJUNTO DE FINANÇAS, do Grupo 04 – Secretaria de Finanças, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, nomeado pela Portaria Nº 123/2013 de 04/02/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 183/2014 DE 05/05/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora MARIA ANGELITA APARECIDA CAMARGO TEPLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora MARIA ANGELITA CAMARGO TEPLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 22/04/2014 e a terminar em 07/06/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 184/2014 DE 05/05/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores

Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor TADEU MOACYR PASSOS MORAES, lotada nesta Prefeitura, no período de 05/05/2014 à 26/05/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 185/2014 DE 06/05/2014.

Determina local de trabalho a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Determina que a Servidora ANNA LICE NARDELLI MENGARDA, ocupante do cargo de FARMACÊUTICO, do Grupo Ocupacional 05, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, para que a partir desta data cumpra a carga horária de 8 horas semanais junto ao Pronto Atendimento Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde, do qual a mesma esta devidamente concursada, e nomeada pela portaria nº 062/2011, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 186/2014 DE 06/05/2014

Nomeia Comissão para Instauração de Sindicância e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear, de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Sindicância, em relação à servidora SOLANGE MARQUES DE SOUZA.

Art. 2º — A Sindicância será conduzida por comissão, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

TEOTONIO RONAN BONESSI
LEANDRO ZUNINO
ROSELENE DOS SANTOS

Parágrafo Único: A Comissão de Sindicância, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Sindicância obedecerá o disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão da sindicância.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 187/2014 DE 07/05/2014.

Determina local de trabalho a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Determina que a Servidora CAROLINA TOMIO, ocupante do cargo de FONOAUDIOLOGO, do Grupo Ocupacional 05, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, para que a partir desta data cumpra no período matutino de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, atendimento junto a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pouso Redondo), conforme 3º Termo Aditivo de Convênio que celebram o município de Pouso Redondo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pouso Redondo - APAE.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 188/2014 DE 07/05/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora SIMONE APARECIDA CACHOEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA do Grupo 02, para exercer a função de Assistente de Tributação do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 25% (Vinte e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 189/2014 DE 07/05/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor MARCOS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS do Grupo 03, para exercer a função de Chefe de Tributação do município.

Parágrafo único — Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 35% (Trinta e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 190/2014 DE 07/05/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 27/04/2014 e a terminar em 15/06/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 191/2014 DE 07/05/2014

Nomeia Comissão para Instauração de Processo Administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear, de acordo com a Lei Municipal nº 1.076/91 de 30 de abril de 1991, comissão para instauração de Processo

Administrativo, destinado a apurar Cálculos Devidos de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) destinado as Seguintes Servidoras:

THAÍS ELIZA AGUSTINI – CPF: 059.592.349-63

ANGELITA MANES DE SOUZA DE LIZ – CPF: 942.617.259-91

Art. 2º — O Processo Administrativo será conduzido por Comissão de Inquérito, composta pelos Servidores Estáveis desta Prefeitura abaixo indicados, sendo presidida pelo primeiro:

MARCOS PEREIRA

SELMA BICHELS BLASIU

TEOTONIO RONAN BONESSI

Parágrafo Único: A Comissão de Inquérito, primeiramente, reunir-se-á para que o presidente nomeie entre os membros, um secretário.

Art. 3º — A Comissão de Inquérito obedecerá o disposto nos artigos 165º ao 204º da Lei Municipal nº 1.076/91 de 30/04/91, tendo o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito.

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de Maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 192/2014 DE 07/05/2014

Nomeia Servidor Perito de Cálculos Conforme Processo Administrativo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Nomear o Servidor LUCIO HILLESHEIM, ocupante do Cargo Efetivo de CONTADOR, nesta Prefeitura, como Perito de Cálculos devidos de FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) conforme Processo Administrativo Instaurado, por Comissão Nomeada pela Portaria 191/2014 de 07.05.2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de Maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 193/2014 DE 07/05/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor JUSCELINO CAMILO, ocupante do cargo contratado de Operário, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor JUSCELINO CAMILO, ocupante do cargo contratado de Operário, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 05/05/2011 e a terminar em 10/08/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 194/2014 DE 08/05/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 15/05/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora LETICIA COGO DA SILVA, ocupante do Cargo de NUTRICIONISTA, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 195/2014 DE 08/05/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com início em 08/05/2014 e com término em 04/09/2014 para ANGELA FETSCH DIAS, contratada no cargo de agente de serviços gerais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 196/2014 DE 08/05/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor LENON SERPA DAMAZIO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, do Grupo Ocupacional 03 – Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor LENON SERPA DAMAZIO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, do Grupo Ocupacional 03 – Secretaria de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 21/08/2013 e a terminar em 25/05/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 197/2014 DE 08/05/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com início em 08/05/2014 e com término em 04/09/2014 para PAMELA FARIAS DE SOUZA KOBERSTEIN, contratada no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 198/2014 DE 13/05/2014

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de

120 (cento e vinte) dias, com início em 13/05/2014 e com término em 09/09/2014 para ELZA NICHELATTI, contratada no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 199/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Leiloeiro Administrativo para o ano de 2014 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 001/2013, de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado o servidor EMERSON DOBRANTZ, Portador do CPF 038.164.829-02 para atuar como Leiloeiro Administrativo, durante o ano de 2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 200/2014 DE 13/05/2014

Constitui e Nomeia os Membros Da Comissão de Avaliação de Segurança do Trabalho e de EPI.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica constituída a comissão de Avaliação de Segurança do Trabalho e de EPI, formada pelos seguintes servidores FÁBIO ALVES DE CAMPOS, HELEN SCHULTZ VARGAS e MARA LAÍZ ESTEVÃO DE AMORIN para, sob a presidência do primeiro, preparar e executar a Avaliação de Segurança do Trabalho e de EPI.

Art. 3º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de Maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 201/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 01/05/2014 MARILENA SCOZ,

brasileira, portadora do CPF: 022.738.349-42, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 202/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 01/05/2014 DANIELE FERNANDES, brasileira, portadora do CPF: 048.046.349-24, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 203/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir de 01/05/2014 CLEBER ROBERTO RODRIGUES, brasileiro, portador do CPF: 007.480.639-43, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 204/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 01/05/2014 GREICE PACHECO MACEDO, brasileira, portadora do CPF: 066.248.179-84, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 205/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir de 01/05/2014 RODRIGO CRUZ DE LIMA, brasileiro, portador do CPF: 972.282.902-59, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 206/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 02/05/2014 SCHEILA MAXIMIANO, brasileira, portadora do CPF: 062.978.259-80, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 02/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 207/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 02/05/2014 VANESSA CRISTOFOLINI, brasileira, portadora do CPF: 043.982.279-38, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR (Ensino Fundamental 40 horas semanais, Educação Física), nível de vencimento II-1, do Grupo Ocupacional 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal de Pouso Redondo e demais Legislações aplicáveis a espécie.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2012.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 02/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 208/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 05/05/2014 MONALIZA DE SOUZA, brasileira, portadora do CPF: 064.120.469-84, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 05/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 209/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 07/05/2014 ROSIMARY CLAUDINO DO NASCIMENTO, brasileira, portadora do CPF: 109.914.818-95, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 07/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 210/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 07/05/2014 JAMAIRA CARLA BUENO, brasileira, portadora do CPF: 058.735.169-10, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível de vencimento 23, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 07/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 211/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com

fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ANDREIA PACHECO, brasileira, portadora do CPF: 007.319.379-88, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, nível de vencimento 30, do Grupo Ocupacional 05, Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 212/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora ANDREIA PACHECO, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 213/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora FRANCIANE GEREMIAS, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 214/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora SCHEILA MAXIMIANO, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 215/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora GREICE PACHECO MACEDO, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 216/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora MARIA DE FATIMA SCOTTI MARCOS, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período diurno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 217/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora ROSIMARY CLAUDINO DO NASCIMENTO, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 218/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora DANIELE FERNANDES, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 219/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora ROSANGELA LIRA CRUZ, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 220/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho do servidor RODRIGO CRUZ DE LIMA, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 221/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho do servidor CLEBER ROBERTO RODRIGUES, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 222/2014 DE 13/05/2014.

Fixa jornada de trabalho de Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar jornada de trabalho da servidora MARILENA SCOZ, para que seja cumprida em escala de revezamento de 12 X 36 horas, no período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme lei para fixação de horário.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 223/2014 DE 13/05/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora LILIANE JURK FELIZARDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA do Grupo 05, para exercer a função de Chefia da Sala de Vacina do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 16,36% (dezesseis vírgula trinta e seis por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 224/2014 DE 13/05/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora SILVANA CRISTINA BIZOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA do Grupo 05, para exercer a função de Chefia da Sala de Vacina (unidade Aterrado) do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 16,36% (dezesseis vírgula trinta e seis por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 225/2014 DE 13/05/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora GILMARA CHIROLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Grupo 05, para exercer a função de Coordenação do

Pronto Atendimento do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 100% (cem por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 013/2014 de 13/01/2014.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 226/2014 DE 13/05/2014

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 01/05/2014, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a Servidora FABIANA STEIL NUNES, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 01/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 227/2014 DE 13/05/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento em Comissão e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada a partir de 29/05/2014 PAMELA GOMES REGUEIRA, brasileira, portadora do CPF 059.428.649-26, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível de vencimento 30, do Grupo 07, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir de 29/05/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 228/2014 DE 19/05/2014

Concede Licença Paternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida, Licença Paternidade, pelo período de 10 (dez) dias, com início em 19/05/2014 e com término em 28/05/2014 para JORGE UILSON PEDRO, efetivo no cargo de OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal
PORTARIA Nº 229/2014 DE 20/05/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora MARA LAÍZ ESTEVÃO DE AMORIM, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, do Grupo Ocupacional 02- Secretaria de Administração, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 230/2014 DE 26/05/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora KAREN JANAINA DA ROSA ANDRADE, ocupante do cargo comissionado de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, do Grupo Ocupacional 05- Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de maio de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 231/2014 DE 04/06/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora ROSIANI GENI MULLER PIRES DE MORAES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de junho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 232/2014 DE 04/06/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora ANA CAROLINA DE MORAES VOGEL, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do Grupo Ocupacional 07- Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de junho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 233/2014 DE 09/06/2014
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor MARCIANO GRAH, lotada nesta Prefeitura, no período de 09/06/2014 à 08/07/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de junho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 234/2014 DE 09/06/2014
Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada ARLENE TERESINHA SARDO NUNES, brasileira, portadora do CPF: 021.245.819-10, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07 Secretaria Municipal de educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de junho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 235/2014 DE 09/06/2014
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor CLEBER ROBERTO RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Grupo Ocupacional 05- Fundo Municipal de Saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de junho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 236/2014 DE 09/06/2014
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor GENILDO GERCY DA SILVA, ocupante do cargo de Pedreiro, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras ne Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o

Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor GENILDO GERCY DA SILVA, ocupante do cargo de Pedreiro, do Grupo Ocupacional 11 – Secretaria Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 28/05/2014 e a terminar em 13/08/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 237/2014 DE 11/06/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor RICIERI VERDI, lotada nesta Prefeitura, no período de 11/06/2014 à 10/07/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 238/2014 DE 11/06/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor CLEDIOMAR CRISTOFOLINI, lotada nesta Prefeitura, no período de 11/06/2014 à 10/07/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 239/2014 DE 11/06/2014

Designa Servidor para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor ADORICO PORTO, reintegrado em 26/09/2013, pela Portaria Nº 469/2013, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, do Grupo 11, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar junto ao Conselho Tutelar, pelo período de 30 dias.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 240/2014 DE 12/06/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provisão Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada JAQUELINE BORGES MOURA SCHLOSSER, brasileira, portadora do CPF: 078.227.009-36, para ocupar o Cargo de Provisão Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07 Secretaria Municipal de educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 241/2014 DE 16/06/2014

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor SILVANO ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE OFICINA, do Grupo Ocupacional 11- Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 242/2014 DE 17/06/2014
Revoga a Portaria Nº 217/2013 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir desta data a Portaria Nº 217/2013 de 18/03/2013, que nomeou a servidor LUCIO HILLESHEIM para exercer serviços contábeis do Fundo Municipal de saúde do Município e realizar a prestação de contas de todos os convênios entre Município com esfera Estadual ou Federal.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de junho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 243/2014 DE 18/06/2014
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 24/01/2014 e a terminar em 18/08/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 244/2014 DE 18/06/2014
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora MIRIAM PIRES DE MORAES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional 09 – Secretaria Municipal

Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora MIRIAM PIRES DE MORAES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional 09 – Secretaria Municipal Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 02/06/2014 e a terminar em 29/07/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 245/2014 de 18/06/2014

Concede Progressão Funcional e Adicional por Capacitação Profissional, conforme Lei Complementar Nº 001/2013 de 15/01/2013. NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional de 3% (três por cento) do vencimento base e adicional por capacitação de 1,5% (um e meio por cento), para PAULO CESAR PAULI, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 246/2014 DE 18/06/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora EDNA APARECIDA DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL do Grupo 06, para exercer a função de Acompanhamento do Projeto Social, no Bairro Arno Siewerdt e entornos, ref. ao PAC 2 do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 70% (setenta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do

designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/07/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 461/2013.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 247/2014 DE 18/06/2014

Designa servidor para função de chefia, assessoramento ou assistência, concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a Servidora JAQUELINE KRAEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL do Grupo 06, para exercer a função de Acompanhamento do Projeto Social, no Bairro Arno Siewerdt e entornos, ref. ao PAC 2 do município.

Parágrafo único – Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 70% (setenta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/07/2014.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 460/2013.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 248/2014 DE 24/06/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora CATIANE DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido a Servidora CATIANA DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora do Grupo Ocupacional 07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013

de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 28/05/2014 e a terminar em 23/07/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 24 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 15/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 15/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

ELIS DEON ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 04, item 07.

VALOR:

Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), para R\$ 14.987,55 (quatorze mil, novecentos e oitenta e sete reais com cinquenta e cinco centavos), diante da quantidade acrescida.

VIGÊNCIA:

10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 53/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 53/2014

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

LUCIANE FRIGO ME

OBJETO:

O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Administração Municipal em Geral, do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 97, pilha 2AA 1,5v, com as seguintes quantidades:

Item	Qdade Aditivada	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
97	07	Pct	Pilha 2AA 1,5v, com 04 unidades.	Bic	2,98	20,86
Total	20,86					

VALOR:

Em razão do acréscimo nas quantidades do item 97 fixado acima,

cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 3.958,55 (três mil, novecentos e cinquenta e oito reais, com cinquenta e cinco centavos), para R\$ 3.979,41 (três mil, novecentos e setenta e nove reais, com quarenta e um centavos) diante da quantidade acrescida.

VIGÊNCIA:

10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 61/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 61/2014

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

ILLO QUÍMICA LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 44, sabonete líquido lavanda e erva doce, com as seguintes quantidades:

Item	Qdade Aditivada	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
44	06	Und	Sabonete Líquido lavanda e erva doce, a ser entregue em embalagem de 01lt.	Flor de Acácia	6,80	40,80
Total	40,80					

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades do item 44 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ R\$ 2.903,42 (dois mil, novecentos e três reais, com quarenta e dois centavos), para R\$ 2.944,22 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais, com vinte e dois centavos) diante da quantidade acrescida.

VIGÊNCIA:

10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 62/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 62/2014

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

LUCIANE FRIGO ME

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 25, pano microfibra, multiuso, com as seguintes quantidades:

Item	Qdade Aditivada	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
25	12	Und	Pano microfibra, multiuso, na medida de 35cm x 35cm.	Mark Duz	4,55	54,60
Total	54,60					

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades do item 25 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 9.184,45 (nove mil, cento e oitenta e quatro reais, com quarenta e cinco centavos), para R\$ 9.239,05 (nove mil, duzentos e trinta e nove reais, com cinco centavos) diante da quantidade acrescida. VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 12/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 12/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 01, itens 25 e 40, lote 06, itens 15, 31, 41, 42 e 44.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 63.750,46 (sessenta e três mil, setecentos e cinquenta reais, com quarenta e seis centavos) para R\$ 65.234,42 (sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais, com quarenta e dois centavos), diante das quantidades acrescidas. VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 14/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 14/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 03, itens 09, 38, 39, 44, 48 e 50, lote 05, itens 08, 18, 21, 26, 32 e 36, lote 12, item 09.

VALOR:

Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 51.241,47 (cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais, com quarenta e sete centavos) para R\$ 53.283,18 (cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais, com dezoito centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 63/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 13/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 02, itens 06, 14, 26, 30, 33 e 37.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 95.143,96 (noventa e cinco mil, cento e quarenta e três reais, com noventa e seis centavos) para R\$ 96.673,74 (noventa e seis mil, seiscentos e setenta e três reais, com setenta e quatro centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA:
10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 17/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

SEGANFREDO & SEGANFREDO LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 14, itens 08, 15, 22 e 25.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 39.593,40 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e três reais, com quarenta centavos) para R\$ 40.217,00 (quarenta mil, duzentos e dezessete reais), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 16/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: S & R DISTRIBUIDORA LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente

Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 08, item 39 e lote 13, item 31.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 138.507,15 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e sete reais, com quinze centavos) para R\$ 139.091,45 (cento e trinta e nove mil, noventa e um reais, com quarenta e cinco centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA: 10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 13/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 13/2014

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO:

ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP

OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 02, itens 06, 14, 26, 30, 33 e 37.

VALOR:

Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 95.143,96 (noventa e cinco mil, cento e quarenta e três reais, com noventa e seis centavos) para R\$ 96.673,74 (noventa e seis mil, seiscentos e setenta e três reais, com setenta e quatro centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA:

10/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 4297, de 09 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4297, de 09 de setembro de 2014.

“ALTERA O DECRETO Nº 3373, DE 06 DE MAIO DE 2013, QUE INSTITUI O GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos II e III do Art. 2º do Decreto Nº 3373, de 06 de maio de 2013, passado a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – MARIA CRISTINA PACHECO MAFRA, representante da Secretaria Municipal de Educação; substitui Sandra Cristina de Oliveira,

III – LEILA REGINA BECKER E EMILIANA VARGAS, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação; substitui Noêmia Schuch. ”. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

Decreto Nº 4298, de 09 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4298, de 09 de setembro de 2014.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	40.000,00
	Total		100.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas, S/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	Total	R\$	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício.

4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 319/2013

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013 firmado em 04/11/2013 com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LUCELIA KLAUBERG portador(a) do CPF nº 750.997.489-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LUCELIA KLAUBERG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:._____
Nome:.
CPF:.**5º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 319/2013**

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013 firmado em 04/11/2013 com término previsto para 05/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCELIA KLAUBERG portador(a) do CPF nº 750.997.489-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 09/09/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem alteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/09/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração_____
LUCELIA KLAUBERG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:._____
Nome:.
CPF:.**Pregão Presencial 128/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014

OBJETO: Aquisição de pedestais em ferro para reposição nos corrimões das pontes do município. Secretaria de Obras.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/09/2014, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 23/09/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 09 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 759, de 10 de Setembro de 2014

RESOLUÇÃO Nº 759, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza pagamento de inscrição a servidores para participação em curso de fotografia.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos Servidores Amauri Abe e Luis Fernando Schweder, no Curso de Fotografia, direcionado para captação de imagens em eventos e recursos do flash, promovido pela Akira Creative Studio, a ser realizado nos dias 23 e 30 de setembro, tendo como local a sede da empresa à Rua Wenceslau Borini, 2655, Bairro Canta Galo, nesta cidade de Rio do Sul – SC

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento das respectivas taxas de inscrição, no valor total de R\$ 742,00 (setecentos e quarenta e dois reais).

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2014.

JANARA APARECIDA MAFRA

Presidente da Câmara em exercício

ZELI DA SILVA

2ª Secretária

Salto Veloso

PREFEITURA

Prorrogação Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar Salto Veloso Nº 001/2014 – Eleição Suplementar

PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR SALTO VELOSO Nº 001/2014 – ELEIÇÃO SUPLEMENTAR.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE INSCRIÇÕES

O Presidente do CMDCA do Município de Salto Veloso em exercício, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a PRORROGAÇÃO, do prazo das inscrições do processo de escolha dos conselheiros tutelares até 16/09/2014.

O cronograma contendo todos os prazos do Edital será retificado.

Salto Veloso-SC, 09 de setembro de 2014.

ADEMIR JUNG

Presidente do CMDCA

Decreto Nº 043 - de 09 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 043 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 113.700,00 (Cento e Treze Mil e Setecentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 100.000,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 8

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.007 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Categoria Econômica 3- DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.700,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 65

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
Categoria Econômica 3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 11.000,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 104

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 100.000,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 4

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.007 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Categoria Econômica 3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.700,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 62

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
Categoria Econômica 3 - DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 11.000,00
Fonte: 01.00.00000
RED: 107

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Salto Veloso - SC, 09 de Setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital 82/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
Processo de Licitação 82/2014- Pregão Presencial

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de pneus, serviços de recapagens e vulcanização, para manutenção dos veículos da frota municipal. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 18h:00min do dia 23 de setembro de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 8h:30min do dia 24 de setembro de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113,

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Revogação de Pregão Nº 251/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário Municipal de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve REVOGAR LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR. Vem através deste comunicar que, devido à Impugnação ao Edital e para sanar os problemas nele existentes, revoga-se o processo licitatório Pregão Presencial 251/2014 à vistas de publicação de nova data para abertura.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Nº 261/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 261/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 24 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE 05 (CINCO) ÁREAS VERDES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

Extrato de Contrato Nº 275/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2014
DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de apoios para uma ponte em concreto armado situada à Estrada Pessegueiros, Bairro Dona Francisca, em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Convite nº 258/2014.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 36.214,20 – Valor Total.

São Bento do Sul, 08 setembro de agosto de 2014.
ASS: NIVALDO BOGO, como Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município.

GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 276/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato reforma de portões, muro, cercas e depósito de lixo temporário no Prédio da Polícia Militar de Santa Catarina, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, localizado na Avenida dos Imigrantes nº 955, São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 217/2014, item 01.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 93.900,00 – Valor Total.

São Bento do Sul, 08 setembro de agosto de 2014.
ASS: NIVALDO BOGO, como Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto Urbanista.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 277/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato reforma de portões, muro, cercas e depósito de lixo temporário no Prédio da Polícia Militar de Santa Catarina, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, localizado na Avenida dos Imigrantes nº 955, São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 217/2014, item 02.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 37.500,00 – Valor Total.

São Bento do Sul, 08 setembro de agosto de 2014.

ASS: NIVALDO BOGO, como Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta Urbanista.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Lei Nº 3419/2014

Lei nº 3419/2014 1

LEI Nº 3419, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR A CONCESSÃO PRECEDIDA DE OBRAS CIVIS E DE EXPLORAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a efetuar a Concessão, precedida da Execução de Obras Civis de Construção, pelo concessionário, de Conservação, de Manutenção, de Operação, de Monitoramento e de Exploração do TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, bem como a operação e exploração das atividades comerciais e de serviços públicos nas áreas de serviço, remuneradas pela cobrança de tarifas dos usuários.

Art. 2º. O CONCESSIONÁRIO deverá, às suas expensas, efetuar os serviços de construção e demais obras civis do prédio que abrigará o TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em imóvel de propriedade deste, bem como as demais áreas para a operação e exploração de atividades comerciais e de serviços públicos, instalando-as adequadamente para funcionamento, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato respectivo.

§ 1º - As obras referidas obedecerão aos padrões exigidos pelo Município de São Bento do Sul, respeitando as exigências de acessibilidade, segurança e meio ambiente.

§ 2º - Os serviços das obras civis deverão ser inspecionados pela Prefeitura Municipal, através do Departamento de Engenharia.

§ 3º - O Município de São Bento do Sul, através de agentes/servidores designados, exercerá a fiscalização sobre os serviços e a forma de sua execução, bem como, sobre a arrecadação da taxa de embarque.

§ 4º - O reajustamento e a revisão da Tarifa de Embarque obedecerão aos critérios estabelecidos pelo DETER-SC ou órgão que venha o substituir, sempre com anuência do Município de São Bento do Sul.

Art. 3º. O prazo de duração da Concessão será de 25 (vinte e cinco) anos, a partir da data da publicação do extrato do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por igual período, observado o interesse administrativo, mediante solicitação fundamentada do Concessionário, justificando os motivos da prorrogação pretendida, e devidamente autorizada pelo Município de São Bento do Sul.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0669/2014

DECRETO Nº 0669, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades da Fundação Munic. Desportos

(7) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Aux. Financ. Estudantes R\$ 2.000,00
(8) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
(14) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 8.000,00
(15) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Aux. Alimentação R\$ 2.000,00

Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

(20) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades da Fundação Munic. Desportos

(1) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 4.000,00
(3) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 4.000,00
(5) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00
(6) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00
(12) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 4.000,00

Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

(22) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6431/2014

PORTARIA Nº 6431, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

Corrige Portaria nº 6365/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CORRIGIR a Portaria nº 6365/2014, que demitiu a servidora temporária NOELI FATIMA DOS SANTOS, no tocante a secretaria, passando da "Secretaria Municipal de Educação" para "Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos".

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Listagem de Portarias Nº 009/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6410, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de junho de 2014, da Classe D para Classe E. Mario Sergio Monteiro. Motorista. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMAS.

Portaria nº 6411, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de junho de 2014, da Classe A para Classe B. Vilma Borges. Professor Anos Finais – Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6412, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de junho de 2014, da Classe A para Classe B. Paula Afonso Fuga. Atendente Educativo – Ensino Médio. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6413, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de julho de 2014, da Classe F para Classe G. Juraci Wossgrau Erzinger. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível III. SEMED.

Portaria nº 6414, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de julho de 2014, da Classe C para Classe D. Roseneide Fatima França Flohr. Atendente Educativo – Magistério. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6415, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de julho de 2014, da Classe F para Classe G. Maria Eneir Correa Schpak. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. GAPRE.

Portaria nº 6416, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de julho de 2014, da Classe A para Classe B. Neiva Aparecida da Silva Ferreira. Professor Educação Infantil – Magistério. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6417, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de julho de 2014, da Classe F para Classe G. Eli Daudt. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6418, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de agosto de 2014, da Classe F para Classe G. Alvaro Martins Alano. Engenheiro Civil. Grupo Ocupacional 06. Nível I. SEPLU.

Portaria nº 6419, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de julho de 2014, da Classe C para Classe D. Alexandre Zotz. Fiscal em Vigilância Sanitária. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6420, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 19 de julho de 2014, da Classe I para Classe J. Edeltraud Ilg. Professor Anos Iniciais – Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6421, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 20 de julho de 2014, da Classe E para Classe F. Regina Koeffke Ferreira de Lima. Oficial Administrativo. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SECON.

Portaria nº 6422, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 31 de julho de 2014, da Classe E para Classe F. Arlete Maria Furtado. Professor Anos Iniciais – Especialização. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6423, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 01 de agosto de 2014, da Classe F para Classe G. Paulo Celso de Oliveira. Vigia. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMAN.

Portaria nº 6424, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 02 de agosto de 2014, da Classe F para Classe G. Roberto de Matos. Vigia. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6425, de 08 de setembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 18 de agosto de 2014, da Classe E para Classe F. Joselia Aparecida Moreira Martins. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6432, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Sandra Mara Alves Affonso. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6433, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Roberto José Moreira. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 6434, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Fabiola Tschoeke. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6435, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rita de Cassia Meister. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6436, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Daniela Aparecida Cabral. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6437, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Juliane Tandler. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6438, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido. Claudia Becker Cordeiro. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6439, de 08 de setembro de 2014. Declara Vago cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 01 de setembro de 2014, ocupado pela servidora Eliane Maria de Aquino, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6440, de 08 de setembro de 2014. Exonera Coordenador de Setor de Meio Ambiente, a partir de 01 de setembro de 2014. Andréia Brosowsky. SEMAN.

Portaria nº 6441, de 08 de setembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Leila Diniz da Conceição Schiehl. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6442, de 08 de setembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Rosa Rodrigues Del Olmo. Economista. SECON.

Portaria nº 6443, de 08 de setembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Taciana Malewschik. Contador. SEFIN.

Portaria nº 6444, de 08 de setembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Jossemeri Kerscher. Oficial Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 6445, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Mauricio Ferreira Dias. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6446, de 08 de setembro de 2014. Demite Servidor Temporário, por término de contrato. Karina Pechebela. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL.

Decerto Nº 0670/2014

DECRETO Nº 0670, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(68) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 40.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 – Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(448) 3.3.90.39.00.00.00 001- Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

(454) 4.4.90.52.00.00.00 001- Equip. Material Permanente R\$

1.000,00

Atividade: 2.026 – Coordenação, manutenção e ampliação ensino fundamental

(484) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(389) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.300,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(57) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 40.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 – Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(442) 3.3.90.14.00.00.00 001- Diárias - Civil R\$ 5.000,00

(445) 3.3.90.33.00.00.00 001- Passagens e Desp. Locomoção R\$ 1.000,00

Atividade: 2.026 – Coordenação, manutenção e ampliação ensino fundamental

(482) 3.3.90.32.00.00.00 001 - Mat. Distrib. Gratuita R\$ 17.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(385) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.300,00

(387) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

Aviso de Licitação Nº 61/2014

Carta Convite nº 61/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 61/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 17:00 horas do dia 19 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO:

Contratação de serviços de elaboração de 03 projetos elétricos e

estruturais para elevatórias de esgoto e 02 projetos executivos para reservatório de água tratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

(95) 4.4.90.51 - Obras e Instalações – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

(111) 4.4.90.51 - Obras e Instalações – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Aviso de Licitação Nº 58/2014

Pregão Presencial nº 58/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 58/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 25 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de 48.000 litros de óleo diesel para gerador utilizado na captação de água do Rio Vermelho.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Aviso de Licitação Nº 64/2014

Pregão Presencial nº 64/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 64/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 26 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214,

propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de lavação e higienização dos veículos da frota do SAMAE

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Aviso de Licitação Nº 65/2014

Pregão Presencial nº 65/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 65/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 30 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais em análises de água.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 011/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 011/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e JOAO MORAIS EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ME.

DO OBJETO: Contrato de que tem como objeto a prestação de serviços de pintura externa do prédio da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 23.900,00 (Vinte três mil e novecentos reais) – valor total.

DA VIGÊNCIA: 70 dias a partir de 08/08/2014

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JOÃO PIRES DE MORAIS
pela Empresa Contratada

Extrato de Termo Aditivo Nº 012/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda.

Considerando a previsão legal para alteração contratual, que tem como objeto Contratação de empresa de segurança, se faz necessária a majoração dos valores inicialmente contratados em R\$ 781,00 (Setecentos e oitenta e um reais), em virtude de ampliação da segurança para vinte e quatro horas nos dias 05,06 e 07 de setembro de 2014. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

RONALDO SANDRO DE OLIVEIRA

pela Empresa Contratada

São Domingos

PREFEITURA

por 1656 de 02 09 14 Uso E Manutenção dos Veículos Públicos (Logan E Mégane)

PORTARIA Nº 1656, de 02 de setembro de 2014.

Dispõe sobre uso e manutenção de veículos públicos.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08; e:

- Considerando a demanda de serviços a serem prestados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e pela Secretaria de Administração e Fazenda;
- Considerando a necessidade de destinação dos veículos para cada secretaria;
- Considerando que o empenhamento dos valores referentes aos serviços e materiais utilizados na manutenção dos veículos deverá ocorrer na secretaria respectiva;

RESOLVE:

Art. 1º Os veículos públicos municipais, abaixo discriminados, ficam lotados nas secretarias municipais, conforme o quadro a seguir:

VEÍCULO	PLACA	SECRETARIA
RENAULT MEGANE DINAMIQUE	MHN 3463	Secretaria de Administração e Fazenda
RENAULT LOGAN AUTHENTIQUE	MIA 9612	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Parágrafo único. Cabe às secretarias a adoção de controle específico das despesas pelo seu uso e manutenção.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento da presente portaria, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento municipal vigente à época de sua realização.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Convite Audiência Pública

CONVITE

O Município de São João do Sul, de acordo com o artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, vem por meio deste convidar os munícipes a participar da audiência pública que será realizada em 18 de setembro de 2014, às 18:00 horas, no prédio da Câmara Municipal de Vereadores, situado a Rua Padre Pedro Baldoncini, nº 651, Centro, São João do Sul – SC, para apresentação e discussão de proposta para LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015.

São João do Sul – SC, 10 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Contrato/Ct: Nº 231/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 231/2013 – DL 060/2013 – Processo 231/2013
- Contratado: BROGNOLI IMÓVEIS LTDA. Objeto: Locação de imóvel – galpão de 2.182,80 m² - localizado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, nº 863, Área Industrial de São José, São José/SC, destinado as instalações do Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Global: R\$480.000,00 – quatrocentos e oitenta mil reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 06 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 331/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 331/2013 – DL 073/2013 – Processo 326/2013
- Contratado: BROGNOLI IMÓVEIS LTDA. Objeto: Locação de 08 (oito) vagas de garagens com coberturas, com 126,34m², localizadas na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, nº 863, Área Industrial - São José/SC, (Almoxarifado Central). Valor Global: R\$19.200,00 – dezenove mil e duzentos reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 25 de novembro de 2013.

Termo Aditivo/TA Nº 464/2012-02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 464/2012-02 – PE 047/2012 – Processo 130/2012 – Contratado: ORBENK Administração e Serviços Ltda. Objeto: Prestação de serviços de cozinha e auxiliar de serviços gerais, para atender a 1ª CIA de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Reajuste: O valor mensal do Contrato Original passa de R\$4.640,05 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais e cinco centavos) para R\$4.722,36 (quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos. Data da assinatura: 18 de dezembro de 2013.

Resultado do Pregão Presencial Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014 - Processo nº 121/2014. Fornecedor: E.J.C. CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo micro-ônibus, com projeto de construção para unidade móvel do CAD Único. Valor Total: R\$297.500,00 – duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 047/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2014 - Processo nº 122/2014. Fornecedor: TRACTON INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de camisetas para serem utilizadas nas unidades escolares, Secretaria Municipal de Educação e Projeto Bandas e Fanfarras do Município de São José/SC. Valor Total: R\$51.300,00 – cinquenta e um mil e trezentos reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 046/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2014 - Processo nº 118/2014. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA EPP; HP & E COMERCIAL LTDA – EPP; MILENIUM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME; MJG – TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA; ELISVANDIA MATOS DONINI ME; RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME; MEYCON WILL – ME; MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA – ME; e BRINQMOVEIS LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de mobiliários, brinquedos e equipamentos eletrônicos destinados as unidades de CEIS Cristo Rei, Zanelato e Vista Alegre da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor Total: R\$439.532,90 – quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Decreto Nº 3180/2014

DECRETO Nº 3180/2014
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 002/2013;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitida, a seguinte servidora contratada por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
Margarida Machado	Psicóloga	Sec. da Assistência Social	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3179/2014

DECRETO Nº 3179/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 002/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Zilda Kruger Vieira	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Errata ao Resultado do Pregão Eletrônico Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2014 – Processo nº 045/2014 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 26/08/2014, ONDE SE LÊ: “Fornecedores: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA; HP & E COMERCIAL LTDA – EPP; INFOTV COMUNICAÇÕES LTDA; e ZOOM TECNOLOGIA LTDA.” LEIA-SE: “Fornecedores: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA; INFOTV COMUNICAÇÕES LTDA; e ZOOM TECNOLOGIA LTDA.” e ONDE SE LÊ: “Valor Total: R\$713.468,00 – setecentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais” LEIA-SE “Valor Total: R\$697.000,00 – seiscentos e noventa e sete mil reais”.

Vera Suely de Andrade

Diretora de Compras.

Termo Aditivo/TA Nº 464/2012-03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 464/2012-03 – PE 047/2012 – Processo 130/2012 – Contratado: ORBENK Administração e Serviços Ltda. Objeto: Prestação de serviços de cozinha e auxiliar de serviços gerais, para atender a 1ª CIA de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 464/2012 por mais 180 (cento e oitenta) dias, iniciando-se o prazo em 20/07/2014. Data da assinatura: 09 de julho de 2014.

Termo Aditivo/TA Nº 582/2011-04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 582/2011-04 – PR 008/2011 – Processo 073/2011 – Contratado: Aldair Manoel Bernardo EPP. Objeto: Fornecimento de refeições destinadas aos servidores da Secretaria de Infraestrutura. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 582/2011 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 07/09/2014. Reajuste: Fica reajustado o valor unitário de cada refeição pela variação do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) – período: setembro/2013 a julho/2014 – em 6,0258%, alterando o valor para R\$10,34 (dez reais e trinta e quatro centavos). Data da assinatura: 28 de agosto de 2014.

Edital de Convocação Para Audiência Pública

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referentes ao 2º quadrimestre de 2014 e Apresentar e Discutir a Proposta do Orçamento para o exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara de Vereadores

Praça Arnaldo Souza, 38

Centro – SJ - SC

Data - 30 de setembro de 2014

Horário - 09:30 horas

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 09 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Avenida Acioni Souza Filho 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP 88.103-790

Fones: 55+48-3381-0000 / 55+48-3381-0013

Edital de Convocação Forum Permanente das Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança E do Adolescente do Município de São José

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições concedidas pelo disposto na Lei Orgânica Municipal, art. 62, VI c/c com as Leis Municipais Nº 2411/92 e Nº 4302/2005, CONVOCA os representantes das Entidades Filantrópicas registradas junto ao CMDCA/SJ, juridicamente constituídas e em regular

funcionamento, para participarem do FORUM PERMANENTE DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, a realizar-se no dia 07 de outubro de 2014, das 14:00 às 17:00 horas, no CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA – CETE, situado à Rua São Pedro, 1847, Bairro Areias – CEP: 88113-250, Ponto de Referência: em frente a Locadora Alex Vídeo, neste Município, quando se elegerá 09 (nove) entidades suplentes, que irão compor o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, para os anos de 2014/2015 conforme orientações da Coordenação do Fórum em anexo.

Paço Municipal de São José, 10 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Editais de Convocação Para Audiência Pública

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com fulcro na Lei Municipal nº 3.674/01 e, em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referentes ao 2º quadrimestre de 2014 e Apresentar e Discutir a Proposta do Orçamento para o exercício de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara de Vereadores
Praça Arnaldo Souza, 38
Centro – SJ - SC
Data - 30 de setembro de 2014
Horário - 09:30 horas

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audiência.

São José (SC), 09 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Avenida Acioni Souza Filho 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP 88.103-790
Fones: 55+48-3381-0000 / 55+48-3381-0013

São José do Cedro

PREFEITURA

Decreto Nº. 145/2014 - Sf

DECRETO Nº. 145/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.374,85 (um mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.049 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"410"3.3.30.93.00.00.0.30024 Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.374,85

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recursos Transferências de Convênios - Outros, Fonte 3.0024, no valor de R\$ 1.374,85 (um mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), das verbas a seguir discriminadas:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de julho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de julho de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 146/2014 - Sf

DECRETO Nº. 146/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"29"3.3.90.39.00.00.01.0002 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação,

recursos Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde, Fonte nº 1.0002, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de julho de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 151/2014 - Sf

DECRETO Nº. 151/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"25" 3.3.90.14.00.00.01.0002 Diárias - Civil R\$ 10.000,00
"29" 3.3.90.39.00.00.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, recursos Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde, Fonte nº 1.0002, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 152/2014 - Sf

DECRETO Nº. 152/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.697,43 (três mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
0.008 DEPTO. ENCARGO E SERV.GERAIS – PGTO PRECATÓRIOS
"458" 3.1.90.91.00.00.3.0000 Sentenças Judiciais R\$ 3.697,43

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 3.697,43 (três mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de agosto de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 154/2014 - Sf

DECRETO Nº. 154/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 201,40 (duzentos e um reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL
1.012 EQUIPAR INFORMATIZAR E MOBILIAR UN.ENSINO INFANTIL
"448" 4.4.90.52.00.00.01.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$ 201,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, recursos FNDE, Fonte nº 1.0062, no valor de R\$ 201,40 (duzentos e um reais e quarenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 155/2014 - Sf

DECRETO Nº. 155/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS/ SJCEDRO
"459" 3.3.90.31.00.00.03.0000 Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 156/2014 - Sf

DECRETO Nº. 156/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$

16.291,00 (dezesseis mil, duzentos e noventa e um reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – F.M.S
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - LRPD
"56" 3.3.90.39.00.00.03.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 16.291,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Atenção Básica, Fonte 3.0064, no valor de R\$ 16.291 (dezesseis mil, duzentos e noventa e um reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 158/2014 - Sf

DECRETO Nº. 158/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.107 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - SUAS
"465" 3.3.90.14.00.00.3.0052 Diária CivilR\$ 3.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizado os recursos relativos ao Superávit Financeiro Recursos para o Fundo de Assistência Social, Fonte 3.0052, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de agosto de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 161/2014 - Sf

DECRETO Nº. 161/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 67.018,48 (sessenta e sete mil, dezoito reais e quarenta e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S

01 DEPTO. DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"67"3.1.90.11.00.00.3.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa CivilR\$ 67.018,48

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Atenção Básica, Fonte 3.0064, no valor de R\$ 67.018,48 (sessenta e sete mil, dezoito reais e quarenta e oito centavos), das verbas a seguir discriminadas:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 162/2014 - Sf

DECRETO Nº. 162/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 64.862,77 (sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S

01 DEPTO. DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS

"68"3.1.90.11.00.00.3.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa CivilR\$ 64.862,77

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit

Financeiro, Recurso Atenção Básica, Fonte 3.0064, no valor de R\$ 64.862,77 (sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 163/2014 - Sf

DECRETO Nº. 163/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 227.260,35 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"70"3.1.90.11.00.00.3.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil ...R\$ 127.260,35

"69"3.3.90.39.00.00.3.0002 Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde, Fonte 3.0002, no valor de R\$ 227.260,35 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 164/2014 - Sf

DECRETO Nº. 164/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 24.339,94 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"71"3.3.90.32.00.00.3.0067 Material de Distribuição Gratuita ... R\$ 24.339,94

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Assistência Farmacêutica Básica, Fonte 3.0067, no valor de R\$ 24.339,94 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 165/2014 - Sf

DECRETO Nº. 165/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"72"3.1.90.11.00.00.3.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Atenção Básica, Fonte 3.0064, no valor de R\$

10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 168/2014 - Sf

DECRETO Nº. 168/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.200,01 (três mil, duzentos reais e um centavo), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – BOLSA FAMÍLIA

"461"3.3.90.39.00.00.3.0063 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 3.200,01

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Bolsa Família, Fonte 3.0063, no valor de R\$ 3.200,01 (três mil, duzentos reais e um centavo).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 26 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 169/2014 - Sf

DECRETO Nº. 169/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 33.972,03 (trinta e três mil, novecentos e setenta e dois reais e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"462"3.3.30.93.00.00.3.0062 Indenizações e Restituições
R\$ 33.972,03

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Outros Recursos do FNDE, Fonte 3.0062, no valor de R\$ 33.972,03 (trinta e três mil, novecentos e setenta e dois reais e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 26 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 170/2014 - Sf

DECRETO Nº. 170/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.282 de 26 de agosto de 2014;

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Secretaria da Administração de São José do Cedro, no valor de R\$148.154,72 (cento e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"380"3.3.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$ 20.427,61

"381"3.3.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patrimoniais .. R\$ 4.227,11

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"390"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ...R\$60.000,00

"391"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .. R\$13.500,00

"392"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ... R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$148.154,72 (cento e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos):

05 SECRETARIA DA FAZENDA.

01 DEPTO. FINANC. CONTÁBIL E C.I.

2.015 DEPTO. FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$24.654,72

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE SJCEDRO

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"394"3.3.90.30.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$123.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de agosto de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 26 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 171/2014 - Sf

DECRETO Nº. 171/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.283 de 26 de agosto de 2014;

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Secretaria da Administração de São José do Cedro, no valor de R\$ 277.941,47 (duzentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais com quarenta e sete centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
2.016 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
"93"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil..R\$ 12.000,00

"94"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patrimoniais . R\$ 2.400,00

"97"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa
Jurídica...R\$40.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.082 DIFUSÃO DA CULTURA EM GERAL

"163"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil....R\$ 4.500,00

"164"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ... R\$ 1.241,47

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"227"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil..R\$150.000,00

"228"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
R\$55.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

2.109 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

"345"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoa Civil...R\$10.500,00

"346"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$2.300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo
anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes
rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 277.941,47 (duzentos e se-
tenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais com quarenta
e sete centavos):

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

1.003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"42"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
.....R\$5.987,25

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO. FINANC. CONTÁBIL E C.I

2.015 DEPTO. FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoa Civil R\$15.345,28

"88"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$9.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.015 AQUISIÇÃO DE MÁQ. MOBILIÁRIO E EQUIP. P/ CASA FAM.
RURAL

"174"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanen-
te R\$2.550,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.018 AQUISIÇÃO DE MÁQ. MOBILIÁRIO E EQUIP. P/ SECRE. DA
AGRICULTURA.

"177"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Perma-
nente R\$4.250,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.019 CONSTRUIR OU AMPLIAR SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL

"178"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica ...R\$5.000,00

"179"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e InstalaçõesR\$4.500,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.024 CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS/MULTI-USO

"185"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ... R\$25.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"186"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoa Civil R\$20.000,00

"187"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .. R\$10.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

"206"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoa Civil R\$5.000,00

"207"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .. R\$3.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS
"216"4.4.90.52.00.00.1.000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$20.184,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.036 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS PARA OFICINA

"218"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$11.250,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.042 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, BUEIROS E ESGOTOS

"224"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ... R\$17.740,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.043 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

"225"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$74,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.075 AQUISIÇÃO DE BRITADOR MÓVEL

"226"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ... R\$52,25

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR OU REFORMAR MÓDULO E QUADRAS ESPORTIVAS

"241"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ... R\$15.484,73

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"242"44.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$15.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ.E DESENV. ECONÔMICO

01 DEPTO. DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇO

2.098 MANUTENÇÃO DE SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO

"280"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal Civil R\$10.000,00

"281"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$4.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.114 RESTAURANTE COMUNITÁRIO

"342"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$7.500,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

2.057 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE TERRA PARA CONSTR. DE UN. HABITACIONAIS

"343"44.90.61.00.00.1.0000 Aquisição de Imóveis R\$41.048,12

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO-API

"352"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$20.534,30

"353"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .. R\$5.441,54

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 26 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 172/2014 - Sf

DECRETO Nº. 172/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 403.750,00 (quatrocentos e três mil, setecentos e cinquenta reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/TRANP. ESCOLAR

"104"4.4.90.52.00.00.1.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$ 403.750,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos excesso de arrecadação, Recurso Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fonte 1.0062, no valor de R\$ 403.750,00 (quatrocentos e três mil e setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 27 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 173/2014 - Sf

DECRETO Nº. 173/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"463"3.3.90.39.00.00.3.0056 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro, Recurso Convênio de Trânsito - Prefeitura, Fonte 3.0056, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de agosto de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 29 de agosto de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 174/2014 - Sf

DECRETO Nº. 174/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"431"3.3.90.36.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 285,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 175/2014 - Sf

DECRETO Nº. 175/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.285 de 02 de setembro de 2014;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPARTAMENTO DE ADMIN. E PLANEJ. EDUCACIONAL

"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$12.902,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DE MAG. FUNDEB

"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 42.902,29 (quarenta e dois mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos):

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAR. INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DO ENSINO FUNDAMENTAL

"101" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$900,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.009 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

"103" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$3.250,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"123" 3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ... R\$30.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN. DE ENSINO INFANTIL

"136" 4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$6.242,29

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

1.013 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO INFANTIL

"137" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$2.510,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de setembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 177/2014 - Sf

DECRETO Nº. 177/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"464" 3.3.90.14.00.00.3.0000 Diárias – CivilR\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de setembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Extrato Pregão Presencial N.99/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº99/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 99/2014, Edital de Pregão Nº 99/2014, Objeto: Contratação de seguro para dois veículos Fiat Strada, para uma Escavadeira Hidráulica e para um Ônibus Iveco, visando assegurar os usuários, os alunos, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 23/09/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 23/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro – SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Extrato Pregão Presencial N.100/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº100/2014

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº100/2014, Edital de Pregão Nº100/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para realização de transporte coletivo municipal, intermunicipal e interestadual, para utilização em atividades afins e necessárias a municipalidade. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 24/09/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 24/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro – SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 059/2014, de 08 de Setembro de 2014 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2014, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 033/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 023/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Telecopy Equipamentos Ltda, CNPJ nº 04.303.600/001-80.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TIPO TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE DESENVOLVEREM A CAPTAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DOS MUNICÍPIOS LOCAIS, ATUALIZANDO E ENVIANDO AS INFORMAÇÕES PARA OS TERMINAIS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente edital, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Dotação Orçamentária: : D - 15/2014 - 13.01.2.047.4.4.90.52.35.00.00.00.0013 - Bloco Atenção Básica.

Data de Assinatura: 08/09/2014.

Vigência: de 08/09/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Luiz Flach - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 200/2014, de 03 de Setembro de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTUÁRIOS, PADRÃO FNDE, COM ÁREA DE 980,40M², PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC206628/2013.

Valor: R\$ 570.039,93 (quinhentos e setenta mil, trinta e nove reais e noventa e três centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos respectivos boletins de medições, de acordo com a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014.

Recursos Financeiros: Os pagamentos decorrentes da presente licitação serão oriundos de recursos próprios do município e de recursos financeiros recebidos do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no âmbito do PAC 2, em estrito acordo

com os projetos executivos fornecidos e aprovados pelo FNDE/MEC, conforme Termo de Compromisso PAC 206628/2013.
Rubrica orçamentária: D - 34/2014 - 08.01.12.361.4505.1.002.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Aplicação da EBM São Lourenço (SME); D - 35/2014 - 08.01.12.361.4505.1.002.4.4.90.00.00.00.00.01.0022 - Aplicação da EBM São Lourenço (SME); e D - 59/2014 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0058 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 03/09/2014.

Vigência: de 03/09/2014 a 1º/04/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 201/2014, de 05 de Setembro de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 143/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 051/2014, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDMAR DA SILVA ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 143/2014, de 12/06/2014, por 30 (trinta) dias, a fim de possibilitar ao Contratante a emissão do termo de recebimento e, posteriormente, o pagamento final da obra.

Data de Assinatura: 05/09/2014.

Vigência: de 08/09/2014 a 08/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 202/2014, de 08 de Setembro de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2014, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 025/2014, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 055/2014, de 07/03/2014, por 30 (trinta) dias, para que a Contratada afaia o Termo de Recebimento, bem como para que a Contratante efetue o pagamento final da obra.

Data de Assinatura: 08/09/2014.

Vigência: de 08/09/2014 a 08/10/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 902, de 08 de Setembro de 2014

LEI Nº 902, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde."

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$70.000,00 (setenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manut. Da Coordenadoria da Saúde R\$ 70.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 – Func. e Manut. Do PSF R\$ 70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.1.0.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 setembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

Decreto Nº133/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº133/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07.01.15.452.10-2078– Funcionamento e Manutenção da

Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 2.100,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$2.100,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

R\$2.100,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Portaria N.º 361/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 361/2014

Concede férias a servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, férias por 18 dias que gozará a partir de 08/09/2014 a 25/09/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 362/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 362/2014

Concede licença gestação a servidora FRANCIELE VIEIRA, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 103 e suas alterações da Lei Complementar nº 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença gestação a servidora FRANCIELE VIEIRA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de 01/09/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeitos a partir de 01/09/2014.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 363/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 363/2014

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora LETÍCIA DOS SANTOS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora LETÍCIA DOS SANTOS passará a cumprir temporariamente de 08/09/2014 a 12/12/2014, carga horária semanal de vinte horas, haja vista, necessidade de atendimento junto às crianças do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 364/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 364/2014

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ADRIANA VIEIRA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- A servidora ADRIANA VIEIRA passará a cumprir temporariamente a partir de 08/09/2014, carga horária semanal de trinta horas, haja vista, necessidade de atendimento junto às crianças do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 365/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 365/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à funcionária MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES, pelo período de 04 (quatro) dias, a contar da data de 02/09/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/09/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO.

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 366/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 366/2014

Concede Licença Prêmio a servidora NARA SILVERIO COELHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2002 a 2007.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 10/09/2014.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 367/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 367/2014

Concede PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ZELIA HOFFMANN JUNKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

ZELIA HOFFMANN JUNKES – PROFESSORA III – LETRA I.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Aviso de Suspensão do Pregão 07/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 07/2014 FMS, que tem como objeto:

a) Aquisição de 250 litros de Larvicida Biológico BTI (Bacillus Thuringiensis Variedade Israelensis), CEPA SA3A, concentração de no mínimo 1,2%. Potência 1200 Bt UTI/MG.

b) Aquisição de 5.000 (cinco mil) blocos de 20gr de Rodenticida, a base de bromadiolone a 0,005% e/ ou Brodifacoum a 0,005%.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE a Pregoeira, juntamente com a Equipe de apoio SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 11 de setembro de 2014, às 13:45h.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Edital de Dispensa 88.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 88.2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993, "na contratação

de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos"; dispensável é a licitação para a contratação de empresa para a realização do Concurso Público.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de realização de concurso público para o preenchimento de vagas na esfera municipal, realizaremos a contratação de instituição de ensino superior responsável pela elaboração dos editais, aplicação e correção de provas, divulgação do gabarito e resultado final, análise de eventuais recursos, bem como todas os demais atos necessários a completa realização do certame.

3- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei n.º. 8.666/1993, expõe-se o que segue:

3.1- Contratam-se os serviços com a empresa INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL IESES com CNPJ nº 01.249.290/0001-74, localizada na Rua Av. Presidente Kennedy, 1333, Campinas - São José SC.

3.2- O valor global dos serviços contratados é de R\$ 39.964,80 (trinta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

3.3- Para a assinatura do contrato, a empresa INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL IESES ME deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, a prova de regularidade com o INSS (CND) e com o FGTS, uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil; e a CND Municipal de sua sede ou domicílio;

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Schroeder

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº. A03/2014 – FAS

TERMO ADITIVO Nº. A03/2014 – FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2014-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: QUELI FLACH ANSCHAU ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.038.574/0001-38, estabelecida na Rua 406-a, nº 623, Morretes, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88220-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Queli Flach Anschau, inscrita no CPF sob o nº. 684.541.719-91 e Carteira de Identidade nº. 2.739.492-1-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 01/2014-FAS, celebrado em 17 de fevereiro de 2014, decorrente da Tomada de Preços nº. 03/2013-FAS, Processo nº. 20/2013-FAS, para contratação empresa especializada em prestação de serviço em Assessoria Técnica na Política de Assistência Social, da Secretaria da Saúde e Assistência Social com objetivo de treinar e supervisionar as equipes do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Gestão, Programa Bolsa Família, Conselho Tutelar, CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Considerando a solicitação feita pela empresa contratada que no contrato passe a ser a nova razão social PRÁTICAS ASSESSORIA LTDA. – ME, conforme cópia do contrato social em anexo ao pedido.

Considerando o Contrato Social por Transformação de Empresário, o qual traz em sua Cláusula – 1º - A Dominação Social, a qual passará a ser PRÁTICAS ASSESSORIA LTDA. – ME.

Considerando que a referida Alteração Contratual foi realizada em 01 de maio de 2014 e arquivada perante a Junta Comercial em 26 de junho de 2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a razão social para PRÁTICAS ASSESSORIA LTDA. – ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.038.574/0001-38, estabelecida na Rua 406-a, nº 623, Morretes, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88220-000.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 01/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que

produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 10 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

PRÁTICAS ASSESSORIA LTDA. – ME

Queli Flach Anschau
CPF nº. 684.541.719-91

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Suspensão da Abertura da Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 73/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 – SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 73/2014-PMS

PROCESSO Nº. 153/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA da licitação Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 73/2013-PMS, Processo nº. 153/2013-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC.

Após análise de questões relevantes ao edital será marcada nova data para a abertura do processo.

Sem mais para o momento.

Schroeder, 10 de setembro de 2014.

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Deserta E Repetição Pregão Presencial Nº. 74/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2014-PMS

PROCESSO Nº. 154/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 10 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a contratação de empresa especializada em serviço de segurança para o Evento de Comemoração aos 50 anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Schroeder/SC.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 74/2014-PMS, realizar-se-á em 23 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 10 de setembro de 2014.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Nº. 73/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014-PMS

PROCESSO Nº. 153/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 73/2014-PMS, tendo em vista a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 25 de setembro de 2014.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 25 de setembro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - b.

ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA

Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	1 (Um) posto de vigilância humana 24 horas de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referente a este item.	3	Mês	14.100,00	42.300,00
02	Prefeitura: uma central de alarme com capacidade para 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado.	3	Mês	195,00	585,00
03	Agricultura, Águas, Defesa Civil, Procon: uma central de alarme com capacidade para 12 sensores infra vermelho passivo com 4 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente	3	Mês	194,00	582,00

04	Secretaria de Educação: uma central de alarme com capacidade para 10 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente;	3	Mês	172,00	516,00
05	Sala de Música (Antiga Biblioteca): uma central de alarme com capacidade para 05 sensores infra vermelho passivo, 01 teclado;	3	Mês	95,00	285,00
06	Setor de Esporte (No Ginásio): uma central de alarme com capacidade para 02 sensores infra vermelho passivo, 01 teclado;.	3	Mês	80,00	240,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					44.508,00

Inclui-se:

VII - DA HABILITAÇÃO (...)

7.1.27. Certidão de Registro da empresa, constando o (s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA.

7.1.28. As licitantes deverão apresentar declaração (declarando o conhecimento do local e assumindo a responsabilidade) ou atestado de vistoria dos locais de prestação de serviços, devidamente assinado pelo responsável da empresa. O atestado será fornecido por Marcos Dellagiustina, Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças, do Município de Schroeder, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. As licitantes deverão entrar em contato para marcar a visita, ou quaisquer outras dúvidas com relação à visita pelo telefone (47) 3374 6500.

7.1.29. - Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei devidamente registrados/autenticados, assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional da área contábil. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Nota: Empresas recém constituída devem apresentar balanço de abertura e Livro Diário, e cumprir apresentando balanço atualizado para as empresas que tenham mais de 3 (três) meses de funcionamento.

a.1) A comprovação exigida no item 7.1.29 deverá ser feita da seguinte forma:

a.1.1) No caso de sociedade anônima, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicadas nas formas legais;

a.1.2) Em caso de empresa de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo o Termo de Abertura, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações contábeis e Termo de Encerramento, com a respectiva autenticação na Junta Comercial, ou ainda no caso de sociedades civis no cartório competente;

b) A comprovação que se refere o subitem 7.1.29 deste Edital deverá ser apresentada através de Balanço Patrimonial registrado/autenticado na Junta Comercial;

7.1.30- Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa.

7.1.31 - A comprovação da qualificação econômico-financeira do licitante será aferida por meio de Índices Financeiros extraídos do Balanço Patrimonial, sendo:

a) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do balanço anual através da seguinte fórmula:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

b) Grau de Endividamento (GE), Inferior ou igual a 1,0 (um), aplicando-se a seguinte fórmula:

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

GE = -----

ATIVO TOTAL

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014-PMS

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Declaramos que o(a) senhor(a)
....., portador(a) da cédula de
identidade nº. representante da empresa
.....
....., inscrita no CNPJ
sob o nº., com sede no

....., em, telefone
....., fax, compareceu na data
abaixo indicada e realizou vistoria nos locais para serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC, de acordo com o a Pregão Presencial nº.73/2014-PMS instrumento convocatório.

Certificamos, outrossim, que a pessoa acima identificada recebeu todas as informações pertinentes aos serviços, estando ciente do grau de dificuldade relativo ao objeto da presente licitação, não podendo alegar dúvidas futuras que possam prejudicar a execução dos mesmos.

Schroeder/SC, de de 2014.

Marcos Dellagiustina

Representante da empresa:

1) _____
Nome Completo, C.I e CPF

Schroeder, 10 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.077/2014 de 9 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.077/2014 de 9 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.166,78 (um mil cento e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 817,43

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 349,35

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 817,43

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 349,35

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.076/2014 de 9 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.076/2014 de 9 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.999,97 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
02.01 - CHEFIA DE GABINETE
02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.999,97

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
02.01 - CHEFIA DE GABINETE
02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.999,99
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 499,99
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 499,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BELONI BORGES DE CAMPOS, inscrita no CPF sob nº. 806.092.289-00, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 19 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder

a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 09 de setembro de 2014.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Portaria Nº 5.709/2014, de 10 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 5.709/2014, de 10 de setembro de 2014
Nomeia COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo no 001/2014, de 10 de setembro de 2014, os servidores Senhores Franciele Mella, Marilene Busch e Tiago Rafael Muchalski Petry, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de Processo Administrativo, destinado a apurar os fatos narrados acerca de irregularidades apontadas na Sindicância nº016/2013, envolvendo servidores do Município de Schroeder, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 10 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário da Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Pregão Presencial 74/2014-PMS (Sequência 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 74/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 154/2014 Data do Processo: 27/08/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: / (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada em serviço de segurança para o Evento de Comemoração aos 50 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 10 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Sombrio

PREFEITURA

Edital Nº. 11/2014

SECRETARIA DE FINANÇAS
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA
EDITAL N.º 011/2014
NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital de Notificação, o Município de Sombrio torna público que, em virtude de recusa de recebimento ou insuficiência de dados cadastrais que impossibilitam a identificação e localização dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para recolhimento dos valores lançados em dívida Ativa, referente aos TLL, TLF, ISS, ISSF, ISSC e TAS, alcançados pelo presente edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei 780 de 28 de Dezembro de 1990). O prazo para regularização, pagamento ou parcelamento é de 15 (Quinze) dias ciente desta, sendo que após será promovida o Protesto em Cartório e a cobrança judicial.

Insc. Municipal	Receita	Contribuinte	Valor R\$
30763	TLL/TAS	A PERFUMISTA LTDA	1.768,32
30612	TLL	ALEXANDRE NUNES RAMOS ME	966,24
25315	TLL	ANA MARIA CARDOSO	754,51
25152	TLL	ANDREZA MEDEIROS ME	1.035,16
30429	TLL	ANTONIN & ANTONIN COMERCIO DE VEICULOS LTDA	966,24
29567	TLL	ARTMENTOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	651,36
23223	TLL	AUTO REBUBINAGEM INDUZIDOS INDUSCAR LTDA ME	714,74
30185	TLL	BALTAR & SANTOS REPRESENTAÇÕES LTDA	1.065,15
20162	ISS/TLL	BANCO DO BRASIL S/A	1.094,77
341	TLL	BRASIL TELECOM SA	492,55
22602	TLL	CALÇADOS DAYANI LTDA ME	1.095,12
23753	TLL	CALÇADOS RICHANA LTDA ME	1.203,11
25368	TAS/TLL	CCL TINTAS E FERRAMENTAS LTDA ME	1.271,59
25651	TLL	CENTRO CLINICO DOM JOAQUIM LTDA	939,47
29798	TLL	CEZARIO & CUNHA LTDA ME	939,47
23499	ISSF	CLAUDI COELHO SUPPI	553,92
25850	TLL	COM DE FERRO VELHO TAZE LTDA ME	392,70
25757	TLL	COMERCIAL DE BOLAS GARRA BRASIL LTDA ME	968,29
31174	TLL	COMERCIO DE COLCHOES J W LTDA ME	913,49
20492	TLL	COM,ERCIO DE FERRO VELHO TARZAN ME	523,12
25558	TLL	COMERCIO E SERVIÇOS SANTAL LTDA ME	734,85
25578	TLL	CONFECÇÕES CRISJULI LTDA ME	1.203,11
30597	TLL	CONFECÇÕES CRISJULI LTDA ME	654,85
24564	TLL	CRUZEIRO DO SUL COMERCIAL LTDA ME	966,24

22988	TLL	D MELLO IND E COM DE CALÇADOS LTDA ME	651,36
24723	TLL	D. O. DA SILVA ME	169,10
25765	TLL	D. R. FERREIRA CONFECÇÕES ME	939,47
25449	TAS	DARIO DOS SANTOS	140,66
24767	TLL	DEBORA FONTANA ROSSO & CIA LTDA ME	779,59
24348	TLL	ECDISE CONFECÇÕES LTDA ME	271,62
25351	TLL	EDERSON RODRIGO ANDRADE MENDES	754,51
25541	ISSF	EDUARDO ROSSO	1.931,76
23320	ISSF/TLL	EDVARDO JOSE ROSSATO ME	1.077,04
20583	ISSF/TLL	ELOS CONTABILIDADE LTDA	5.293,06
23656	ISSF/TLL	EMERSON GIL PELISARI	1.180,78
30353	TLL	EMILEN APARECIDA DE SOUZA ME	271,62
24679	TLL	ENGEMAR PRE MOLDADOS LTDA ME	1.124,42
25126	ISSF/TLL	ERONI MARGUTTI PEREIRA	1.333,51
21566	ISSF	EVANIO IRIS MACHADO	651,39
34309	ISSF	EVERTON PACHECO	846,96
28452	TAS/TLL	FABIO DA CRUZ ROMERO	660,15
2601	ISSC	FABIO PEREIRA	976,16
25282	TLL	FATIMA ROSANGELA A SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA	384,62
3622	ISSC	FELICIO CARDOSO	1.171,26
23527	ISS/TAS/TLL	FISIOTRAUMA COMP MEDICO E FISIOTERAPIA LTDA ME	2.449,83
29654	TLL	FLORICULTURA IRMÃS MONTOVANI LTDA ME	754,51
20594	TLL	FONTANA IND E COM DE MOVEIS LTDA EPP	1.203,11
29898	TLL	GATA MIMADA CONFECÇÕES LTDA ME	1.203,11
25222	ISS/TLL	GOMESIL DROGARIA LTDA ME	745,34
31171	ISS/TLL	GREGORINI M REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA EPP	627,12
25215	TLL	GUARITA TRANSPORTES LTDA ME	492,55
21967	TLL	INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LALU LTDA	651,36
25687	ISS	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO VYGOTSKI LTDA	15.924,73
24866	TLL	IRACEMA VIANA ALVES	1.099,41
25085	TLL	ITAMAR SILVA DA ROSA	523,12
28707	TLL	IVANA MARIA E DOS SANTOS ME	414,11
30477	TLL	J & J REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA	384,62
29613	TLL	J C DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME	754,51
25377	TLL	J DA CUNHA MACHADO	523,12
25380	TLL	J.S. REPRESENTAÇÕES LTDA	492,55
25557	TAS	JACO IRENO BORGES	360,11
19	ISSF/TLL	JANEO MARGUTE	1.596,09
22390	TAS/TLL	JOAO ANTONIO MACHADO	794,10
25705	ISSF/TLL	JOAO BATISTA GONÇALVES	1.333,51
24496	TLL	JOAO BATISTA MARTINS JOÃO ME	394,35
4835	ISSC	JOÃO CARDOSO	405,95
25334	TLL	JOÃO LUIZ DE SOUZA ME	271,62
21560	ISSF	JONES JOAQUIM DOS SANTOS	953,44
24902	TLL	JOSE ANTONIO MUNARINI	523,12

35309	TAS/TLL	JOSE CANEVER	1.059,20
22218	TLL	JOSE DA SILVA RAMOS ME	271,62
22860	TLL	JOSE DE PONTI	523,12
23181	ISSF/TLL	JOSE MACHADO VIEIRA	2.462,35
22906	ISSF/TLL	JOSE MATIAS ROLDÃO	1.024,82
20437	TLL	JOSE VAILSON MUNARETTO	241,44
24368	TLL	JS MULT SERVICE LTDA ME	266,67
25770	TLL	JULIANA BIAVA	729,40
29150	TLL	KALUFE TRANSPORTES LTDA ME	138,47
23623	TLL	KIAROA CONFECÇÕES LTDA ME	686,09
31689	TLL	LEANDRO HANEL ME	650,99
24051	ISSF/TLL	LEONARDO SANTOS DA SILVA	1.600,16
30517	TLL	LERF IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	754,51
27804	TLL	LU & LU CONFECÇÕES LTDA ME	1.203,11
25445	ISSF/TLL	LUCIMAR APARECIDA ROCHA MELLO DA SILVA	559,27
28415	TLL	LUCIAN COELHO DE FREITAS ME	1.439,95
31039	TLL	M C RAUPP & CIA LTDA ME	725,30
28417	TLL	MA&MA CONFECÇÕES DE LINGERIE MODAS INTIMAS LTDA ME	404,79
31772	ISS/TLL	MACHADO & MACHAO REPRESENTAÇÕES LTDA ME	476,23
30363	ISS/TLL	MADECABOLS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME	1.410,14
23863	ISSF	MAGDA ISABEL MONTEIRO	1.732,34
30500	TLL	MANOEL DA SILVA FERMIANO ME	1.203,11
23126	TAS	MANOEL DE OLIVEIRA CLAUDINO	291,53
25002	TLL	MARCO ANTONIO DE ARAUJO COSTA ME	754,51
30653	TAS/TLL	MARIA DE LOURDES BOLICO ME	852,78
29669	TLL	MARIA MARGARETE DA ROSA	966,24
30594	TLL	MDR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	1.310,02
25240	TLL	MECANICA E DEMOLIDORA TRANSTEIA LTDA ME	966,24
22302	TLL	NELGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	651,36
24575	TLL	NOVA BRASILIA TRANSPORTES LTDA ME	492,55
29551	TLL	O M DE SOUZA CONFECÇÕES ME	889,95
25846	TLL	ORGANIZAÇÕES SUBMARINA LTDA ME	1.509,02
25571	TLL	ORIVALDO SANTANA REPRESENTAÇÕES LTDA	3.448,42
23073	TLL	P A C TEIXEIRA & CIA LTDA ME	967,27
25353	TLL	PANTHER SEGURANÇA LTDA	384,62
24330	ISSF/TLL	PAULO CESAR RODRIGUES	1.183,56
20553	TLL	PAULO DE SOUZA RAUPP	384,62
25809	TLL	PEREIRA & SOUZA CONFECÇÕES LTDA ME	651,36
25595	TLL	PORTOSIL TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA ME	492,55
23745	TAS/TLL	RAULINO MANOEL DA ROSA	1.215,51
25540	TLL	RAYSSA COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA ME	523,12
24082	TLL	RECICLADOS LUMAR LTDA	934,42
24506	TAS/TLL	REPONTE AGROPECUARIA LTDA ME	1.479,65

28904	TLL	ROCHA E OLIVEIRA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	966,24
23174	TLL	RODRIGUES & BORGES LTDA	754,51
24716	ISSF/TLL	RONALDO GONÇALVES URDAGARIN	3.415,10
30492	TLL	ROZA REIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	966,24
25017	TLL	SABINO COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	754,51
30390	TLL	SALTO TRIPLO UNIFORMES ESPORTIVOS LTDA ME	503,01
16749	ISSC	SANDRO DA SILVEIRA MACIEL	498,60
29545	TLL	SERGIO ALEXANDRE CARDOSO ME	1.124,42
21710	TLL	SEVERINO DOMINGOS PEREIRA	523,12
24805	TLL	SOUZA & ARCENEGO LTDA ME	266,67
25726	TLL	SOUZA & LOPES COM DE PROD ORTOP LTDA ME	966,24
28033	TLL	SPORT LIVRE LTDA ME	966,24
23455	TLL	SPY CONFECÇÕES LTDA ME	338,20
24641	TLL	SPY CONFECÇÕES LTDA ME	483,35
25303	TLL	SPY CONFECÇÕES LTDA ME	523,12
24288	TLL	SULTERRA COM E TRANSPORTES LTDA ME	64,08
29223	TLL	TEIXEIRA & SELL LTDA ME	939,47
29737	TLL	TELHAS ESMALTADAS JG LTDA ME	338,20
25104	TLL	TEREZA DE OLIVEIRA ANTONIO	523,12
32641	ISSF	TEREZINHA BORGES DE QUADROS DA SILVA	287,63
29417	TLL	TRANSJUDAH TRANSPORTES LTDA ME	364,35
22708	TLL	TRANSPORTES ANVA LTDA	492,55
22729	TLL	TRANSPORTES RODAVAN LTDA	651,29
25755	TLL	ULIS TRANSPORTES LTDA ME	138,47
32362	TAS	VAGNER MONTEIRO DA CUNHA	212,41
25468	TAS/TLL	VALDECI MERENCIO	794,10
22831	TLL	VALDEF COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	523,12
20598	ISSF/TAS	VALDIR DE OLIVEIRA FERRAZ	533,12
24329	ISSF/TAS/TLL	VALDIRENE MACHADO DE OLIVEIRA	637,08
25626	TLL	VALMIR FERRARI	271,62
25708	TLL	VARGAS & RODRIGUES CONFECÇÕES LTDA ME	968,29
25313	TLL	VENICIO MACIEL DE OLIVEIRA	523,12
24757	TLL	VIVA VIDEO LOCADORA LTDA ME	364,35
17415	ISSC	VIVIANE CRISTINA MATOS DE SOUZA COSNTANTE	474,47
29633	TLL	ZGRAIA COMERCIO DE CELULARES LTDA ME	404,79

Município de Sombrio - SC, 09 de Setembro de 2014.

Zênio Cardo José Sidnei Januário

Prefeito Municipal Sec. Mun. De Finanças, Adm. E Planejamento

João Alberto Vargas

Diretor de Fiscalização

Portaria 116/2014

PORTARIA Nº 098 DE 15 DE JULHO DE 2014
LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio indenizada a servidora efetiva Senhora SANDRA REGINA VIEIRA, Professora, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO

230 11/01/2009 à 11/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 15 de julho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul**PREFEITURA****Extrato de Rescisão do Contrato 46/2014**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato de Rescisão Unilateral do Contrato nº46/2014

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mercearia e Bar do Vando Ltda ME

Objeto: Rescisão Unilateral do Contrato 46/2014

Cláusula Primeira – Pelo presente termo fica rescindido o Contrato de fornecimento parcelado de produtos de higiene e limpeza nº 46/2014, firmado entre as partes acima indicadas.

MOTIVACAO: em função da CONTRATANTE ter paralisado temporariamente suas atividades; Fundamento Legal: no art. 78, c/c o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Timbé do Sul/SC, 01/09/2014

Decreto 162/2014

DECRETO Nº. 162, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida Lilian Barabas, CPF nº 051.389.459-47 e RG nº 4.209.524, no Cargo de Professora Mag 20 hs, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul – SC, em substituição à Servidora Schana Arigoni Pizzolo, Matrícula 661, afastada por auxílio doença.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 08 de Setembro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Extrato do Contrato 71/2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 71/2014

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Acélio Baesso ME

Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, Peti, alimentação dos alunos participantes do projeto Novo Amanhecer, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e das atividades da Melhor Idade e manutenção da Administração Municipal.

Valor: R\$ 17.227,30 (dezessete mil, duzentos e vinte e sete reais e

trinta centavos) global estimado
Vigência: de 22/08/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 72/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Termo de Contrato nº 72/2014
Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Renato de Macedo Silveira
Objeto: Prestação de serviços de gaiteiro para animar os encontros da 3ª idade (Melhor Idade) do município de Timbó do Sul/SC.
Valor: R\$ 1.335,00 (um mil trezentos e trinta e cinco reais) mensal
Vigência: de 02/09/2014 a 30/11/2014

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2736, de 11 de Setembro de 2014

LEI Nº 2736, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

Institui a campanha "Novembro Azul" dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no município de Timbó a campanha "Novembro Azul", dedicada à realização de ações preventivas à integridade da saúde do homem.

Art. 2º Os símbolos da campanha serão o laço azul e o bigode.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Presencial N.º 10 2014 Fct - Locação de Estrutura Festa do Imigrante

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 10/2014 - FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) para locação de estrutura para eventos com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, e acompanhamento técnico durante todo o evento, com montagem e desmontagem, para a 24ª Festa do Imigrante de Timbó, que acontecerá nos dias 10 a 12 de outubro de 2014, no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15 horas do dia 24 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 24 de setembro de 2014 às 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 10/09/2014
Jorge Revelino Ferreira
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Aviso Pregão Presencial N.º 13 2014 Fct - Fornecimento de Alimentação (Almoços E Jantares) No Sistema de Buffet Livre A Preço Fixo Para O Restaurante Oficial da 24 Festa do Imigrante

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 13/2014 - FCT

OBJETO: registro de preço para fornecimento de alimentação - almoços e jantares - no sistema de buffet livre a preço fixo - para o Restaurante Oficial da 24ª Festa do Imigrante, que acontecerá no período de 10 a 12 de outubro de 2014, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, que acompanha o edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 26 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 26 de setembro de 2014 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 10/09/2014
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural

Aviso Pregão Presencial N.º 112 2014 PMT - Aquisição de Materiais de Desgaste (Lâminas, Unhas, Cortadores E Afins) Para Maquinário

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 112/2014

OBJETO: aquisição de materiais de desgaste (lâminas/unhas/cortadores e afins) de maquinário para utilização em atividades diárias da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 24 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 24 de setembro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 10/09/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Errata Extrato Ata de Registro de Preço N.º 12 2014 FMS - Material Odontológico

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Município de Timbó informa que nas publicações do extrato e primeira republicação do extrato da Ata de Registro de Preço n.º 12 2014 FMS – material odontológico, publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC respectivamente em 23/06/2014, Edição nº. 1511, página 620, e em 09/09/2014, Edição n.º 1567, página 799, onde se lê “um milhão setecentos e oitenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais”, como VALOR TOTAL ESTIMADO por extenso, leia-se “sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos”. Ainda aonde se lê “Secretaria de Educação”, leia-se “Secretário de Saúde”.

ROSE MERY DALCANALE
Diretora de Administração
Central de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 04/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2014

Dispõe sobre a concessão de Título de “CIDADÃO HONORÁRIO”, ao Pároco Senhor CARLOS HUMBERTO CARNEIRO DE CAMARGO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Outorga-se o título de “Cidadão Honorário”, ao Pároco Senhor Carlos Humberto Carneiro de Camargo, cuja entrega será feita em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, em 10 de setembro de 2014.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Presidente

Turvo

PREFEITURA

Decreto 48/2014

DECRETO No 048/14, de 03 de Setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CMDE DO MUNICÍPIO DE TURVO-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 3º da Lei nº 623/85, de 12.09.1985 e suas alterações e art. 2º, parágrafo único do Capítulo II do Regimento Interno da CMDE, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1º. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Turvo, Órgão Consultor da Prefeitura Municipal para concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais e que fica constituída pelos seguintes membros:

I – NESTOR RECO – Representante Prefeitura Municipal.

II – ADAIR CONSTANTE – Encarregado do Setor de Obras da Prefeitura Municipal.

III – GUILHERME BARDINI FASCIN – Assessor Jurídico da Prefeitura.

IV – DANIEL SCARABELOT – Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Turvo.

V – ROMUALDO SCARABELOT – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo.

VI – IDEFONSO MARCELO – Representante do Lions Clube de Turvo.

VII – FELIPE BOZA DELLA VECHIA – Representante da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Turvo.

VIII – MARCONI BEZ BATTI – Representante do Rotary Club de Turvo.

IX – ARLINDO MANENTI – Representante da Coopersulca – Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda.

Art. 2º. De acordo com o parágrafo único do artigo 2º do regime Interno, fica indicado o Sr. NESTOR RECO, como presidente da referida comissão.

Art. 3º. De acordo com o artigo 8º do Regimento Interno, o Secretário será eleito dentre os demais membros da comissão.

Art. 4º. O mandato dos membros da comissão será de 01 (um) ano e exercerão trabalhos gratuitos e relevantes para o Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 03 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 292/2014

PORTARIA Nº 292/14, de 02 de Setembro de 2014.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Jaqueline Senger	082.125.749-89	3170

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 293/2014

PORTARIA Nº 294/14, de 02 de Setembro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Marcia Regina Bif	033.320.939-75	3178

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 294/2014

PORTARIA Nº 294/14, de 02 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 19 de Dezembro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Marcia Regina Bif	033.320.939-75	3178

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 295/2014

PORTARIA Nº 295/14, de 05 de Setembro de 2014.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Marcio de Oliveira	924.497.949-72	3208

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 296/2014

PORTARIA Nº 296/14, de 05 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando, que não existe mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU, e que a Servidora Juliana Martins Teixeira encontra-se em Férias.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 08 de Outubro de 2014, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnica de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Alini Vieira Fischer	074.785.989-27	3193

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 297/2014

PORTARIA Nº 297/14, de 05 de Setembro de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor IVANOR MIRANDA, CPF nº. 461.037.409-91, matrícula nº. 0599, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Mecânico, no período de 09.09.2014 a 07.11.2014, referente ao período aquisitivo de 15.03.2004 a 14.04.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de setembro de 2014
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 298/2014

PORTARIA Nº 298/14, de 08 de Setembro de 2014.
DEMITE A PEDIDO, ENFERMEIRO NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Enfermeiro, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Camila Fontanella	066.346.079-40	2951

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 299/2014

PORTARIA Nº 299/14, de 08 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014, a contratação das servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Amanda Bitencourt Schmidt Felisbino	041.605.019-07	3064
Juanita Panatto Daros	052.916.229-62	3065

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA**Extratos de Contratos Referentes ao Pregão Nº 39/2014**

EXTRATOS DE CONTRATOS REFERENTE AO Pregão nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.631,50 (um mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 39/2014 e Contrato nº 156/2014.

Vargeão, SC, 10 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.295,00 (um mil duzentos e noventa e cinco reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 39/2014 e Contrato nº 157/2014.

Vargeão, SC, 10 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LANGE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 1.502,30 (um mil quinhentos e dois reais e trinta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 39/2014 e Contrato nº 158/2014.

Vargeão, SC, 10 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Extratos de Termos Aditivos Aos Contratos Nº 141/2014 E Nº 149/2014

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS aos contratos nº 141/2014 e nº 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGÊÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC

CONTRATADA: LEÃO PÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: Suprime parte da obra, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão da supressão de parte da obra, fica reduzido o valor contratual em R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais). Em razão da supressão o valor do contrato passa ser de R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 141/2014.

Vargêão SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGÊÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC

CONTRATADA: LEÃO PÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: Suprime parte da obra, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão da supressão de parte da obra, fica reduzido o valor contratual em R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais). Em razão da supressão o valor do contrato passa ser de R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 149/2014.

Vargêão SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Referente ao Pregão Nº 37/2014

EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO Pregão nº 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis com oficinas de recreação e apresentações de peças teatrais infantis para as festividades em comemoração ao Dia da Criança, Festividades Natalinas e Campanha Educativa de Combate à Violência.

VALOR: R\$ 12.260,00 (doze mil duzentos e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 37/2014 e Contrato nº 147/2014.

Vargêão, SC, 02 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº. 74/2014 - Combustível**

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 74/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 74/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÓLEO S10) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, FUNDERURAL, E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISICÃO PRÉVIA.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 74/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/09/2014, às 08:30 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Laercio da Cruz

Prefeito Municipal

Vidal Ramos, 10 de setembro de 2014.

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato N. 0480/14

Extrato do Contrato n. 0480/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JOELMA ADRIANA DE JESUS
CPF: 693.350.529-49
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JAQUELINE LUIZA TURKOT EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 a 02 de setembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0561/14

Extrato do Contrato n. 0561/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA
CPF: 020.106.029-94
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 a 31 de maio de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0564/14

Extrato do Contrato n. 0564/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREIA APARECIDA COSTA DE SOUZA
CPF: 867.373.419-34
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BERNARDETE MELO ZENERE EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2014 a 05 de setembro de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0566/14

Extrato do Contrato n. 0566/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI GONÇALVES
CPF: 868.111.699-15
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SOLANGE SALETE PICCININ PERAZZOLI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 18 de agosto de 2014 a 18 de novembro de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0570/14

Extrato do Contrato n. 0570/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KETTLIN SABRINE OZORIO
CPF: 095.549.449-42
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2014 a 23 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0575/14

Extrato do Contrato n. 0575/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MOISÉS PERIN
CPF: 892.164.079-72
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Encerramento Pregão Presencial Nº 48/2014-FMS

GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório nº 48/2014-FMS
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA PARA SER INSTALADO NO LABORATÓRIO DO PAME 24 HORAS, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão da Pregoeira referente ao encerramento e arquivamento do processo licitatório em epígrafe, resultante da incompatibilidade da única proposta apresentada com a média dos preços praticados no mercado, comunicando-se à área requisitante para que proceda à solicitação de novo processo licitatório, nos termos da Lei.

Videira, 08 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Conferido AJUR

Rubens Márcio Pavarin
Procuradoria Jurídica

OAB/SC 18.433

GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório nº 68/2007
Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto: Aquisição de pranchas e vigas de eucalipto para substituição nas pontes sobre o Rio Imbuial, Rio Lageado Moraes e Córrego dos Porcos.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio referente ao encerramento e arquivamento do processo licitatório em epígrafe resultante da incompatibilidade da única proposta apresentada com as regras contidas no Ato Convocatório, conforme consta na Ata de Abertura e Julgamento do referido certame, comunicando-se à área requisitante para que proceda à solicitação de novo processo licitatório, nos termos da Lei.

Videira, 02 de maio de 2007.
CARLOS ALBERTO PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

E ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
GABINETE DO PREFEITO

Processo Licitatório nº 83/2008-FMS
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Aquisição de móveis a serem instalados no CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial e nos Postos de Saúde dos Bairros Vila de Carli, Vila Verde e Santa Gema.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio referente ao encerramento e arquivamento do processo licitatório em epígrafe, resultante da incompatibilidade das propostas apresentadas com a média dos preços praticados no mercado e o valor disponível para pagamento, posto que excessivas, comunicando-se à área requisitante.

Videira, 10 de novembro de 2008.
CARLOS ALBERTO PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

2º Termo Aditivo de Retificação - Edital de Concurso Público Nº 002/14

2º TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO nº. 002/2014

O Prefeito Municipal de Videira, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o despacho da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, constituída através da Portaria nº 964/14 e alterações, solicitando a alteração do horário para efetuar o pagamento do documento bancário (DAM), referente a taxa de inscrição;

RESOLVE:
Retificar a alínea "e" do subitem 3.9 do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

e) Imprimir o DAM - Documento de Arrecadação Municipal (boleto de pagamento) referente à taxa de inscrição e efetuar o pagamento preferencialmente no Banco do Brasil S.A, em postos de autoatendimento ou home banking, até as 21h 59 minutos do último dia de inscrições.

(...)

Os demais dispositivos do Edital do Concurso Público nº 002/14 permanecem inalterados.

Videira, 08 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo de Retificação - Edital de Concurso Público Nº 003/14

2º TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO nº. 003/2014

O Prefeito Municipal de Videira, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o despacho da Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, constituída através da Portaria nº 964/14 e alterações, solicitando a alteração do horário para efetuar o pagamento do documento bancário (DAM), referente a taxa de inscrição;

RESOLVE:
Retificar a alínea "e" do subitem 3.9 do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

e) Imprimir o DAM - Documento de Arrecadação Municipal (boleto de pagamento) referente à taxa de inscrição e efetuar o pagamento preferencialmente no Banco do Brasil S.A, em postos de autoatendimento ou home banking, até as 21h 59 minutos do último dia de inscrições.

(...)

Os demais dispositivos do Edital do Concurso Público nº 003/14 permanecem inalterados.

Videira, 08 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.250/14

DECRETO Nº 11.250/14, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.063 - Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas	92.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	92.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário.

Videira, 08 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1264/14

PORTARIA nº 1264/14
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 9300/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, de 03 de novembro de 2014 até 03 de fevereiro de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Videira, 08 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N º 11.256/14

DECRETO Nº 11.256/14, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.249/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Emprego Público constante do Processo Administrativo nº 15.796/14,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.249/14, que nomeou CLEBERSON TEIXEIRA TEODORO, para exercer o emprego público de Médico - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Edital de Convocação Nº 053/14 - P. S. Nº 011/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/14
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 11/2009:

CONVOCADO	CARGO
1 - Dyego Lopes	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 04 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Notificação Nº 021/14

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2014

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELEMENTOS - REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Alceu Luiz Rostirolla	484.218.559-72	18372/2013	09/09/2014
Antonio Carlos Morais	542.804.199-49	19041/2013	09/09/2014
Auto Posto do Vale Ltda	82.828.591/0001-54	19462/2013	10/09/2014
Caetano Raphael Cardoso	398.251.910-15	19454/2013	10/09/2014
Carlos Coldebella	384.803.609-68	18293/2013	09/09/2014
Clemente Rene Cavan	04.680.648/0001-07	19491/2013	10/09/2014
Clemente Rene Cavan Advogados Associados	03.015.085/0001-70	19490/2013	10/09/2014
Comércio de Confeccões Polli Ltda ME	78.880.978/0001-82	16917/2013	09/09/2014
Comércio de Ferro Velho Vanelli Ltda ME	03.384.171/0001-50	19403/2013	10/09/2014
Construtora Jota Castelo Ltda ME	00.569.851/0001-50	17267/2013	09/09/2014
Delcio Luiz Ortigara	346.640.179-87	19406/2013	10/09/2014
Dimas Sonogo	437.637.669-87	18711/2013	09/09/2014
Duplo Zero Assessoria Tributária e Contábil S/C	80.631.930/0001-82	19326/2013	10/09/2014
Ednise Xavier da Silva	489.943.409-04	18899/2013	09/09/2014
Edson Collet ME	02.512.248/0001-67	19436/2013	10/09/2014
Funerária Salete Ltda	02.348.669/0001-02	15981/2013	09/09/2014
Hamilton José Scheid	589.130.689-15	19157/2013	10/09/2014
Iarassi Maria Kleber da Silva Correa Couto	867.373.689-72	16001/2013	09/09/2014
Iraci Padilha dos Santos ME	12.360.628/0001-87	17143/2013	09/09/2014
Irene Pasquali da Silva	023.875.059-05	18383/2013	09/09/2014
José Vanderley Antunes Rei	701.336.549-15	19473/2013	10/09/2014
Leonina Gomes	670.964.339-53	19207/2013	10/09/2014
Luiz Pereira dos Santos	466.767.409-15	15377/2013	09/09/2014
Maria de Souza	494.121.249-53	15522/2013	09/09/2014
Maria Gorett de Araujo	656.740.909-63	19096/2013	09/09/2014
Maribel Gusi Day	018.622.979-83	18869/2013	09/09/2014
Marlene Genero da Silva Pacheco	489.941.629-68	17485/2013	09/09/2014
Milto Zancanelli	423.225.709-82	19078/2013	09/09/2014
Moacir Antonio Junges	833.773.289-04	19149/2013	10/09/2014
Nívia Maria de Mello	019.620.829-70	15961/2013	09/09/2014
Olinda Ana Strapazon Perovano	758.002.689-91	18268/2013	09/09/2014
Osvaldo Guilherme Stratmann	582.439.339-72	18708/2013	09/09/2014

Patricia Aparecida Pedroso	933.516.589-15	19453/2013	10/09/2014
Pedro Rosalino Piloneto	364.892.200-91	15427/2013	09/09/2014
Ricardo da Rosa Santos	023.390.899-48	17695/2013	09/09/2014
Rosane Marines da Rosa ME	08.971.412/0001-80	17891/2013	09/09/2014
Salete Ferreira Vieira	758.002.929-49	16110/2013	09/09/2014
Silvana das Chagas ME	14.071.607/0001-77	17793/2013	09/09/2014
Teresinha de Jesus Antunes	522.514.549-34	15376/2013	09/09/2014
Terezinha Pedroso de Oliveira	695.154.849-87	14175/2013	09/09/2014
Valcir Antunes de Lima	018.375.049-70	19306/2013	10/09/2014
Vilmar Volpato	347.879.929-53	18822/2013	09/09/2014
Vinícola Videira S/A	86.548.690/0001-33	19489/2013	10/09/2014

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 10 de setembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 006/2014

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 006/2014.

PRORROGA O PRAZO DA LICENÇA CONCEDIDA, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 005/2014, A VEREADORA LOURDES BARNADETE NUNES DA SILVA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica prorrogada até o dia 30 de setembro de 2014 a licença para tratamento de saúde concedida a Vereadora Lourdes Barnadete Nunes da Silva, através da Resolução nº 005/2014.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura condicionada a validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2014.

LOURENÇO BECKER

Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 168/2014

P O R T A R I A Nº 168/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANI DEGRACIA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 03/09/2014 a 17/09/2014, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de setembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE SETEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Decreto Nº 052/2014

DECRETO N.º 052/2014

Nomeia MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0880, de 05/05/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

1. Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: JUAREZ LIMA VARELA

Suplente: LEONICE MORGENROTH

2. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: IRIA WILHELM

Suplente: TEILOR PETERSEN

3. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: JANETE SCHMIDT MAFRA

Suplente: EDENIR BRANGER FRANÇA

4. Representantes da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo:

Titular: ROBERTA SCHMITT

Suplente: SALÉSIO BOING

5. Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: DÁRIO MONTAGNA

Suplente: SANDRO LUNELLI

6. Representantes das Associações de Pais e Professores – APPs do Município:

Titular: ISOLINA PETERSEN

Titular: IARA APARECIDA LEITE DAUER

7. Representantes dos Clubes de Mães do Município:

Titular: TEREZINHA CESCION

Suplente: VANDA FRANCISCO

8. Representantes dos Sindicatos do Município:

Titular: LUIZ CARLOS BACKES

Suplente: CLEITON JUNIOR MACHADO

9. Representantes das Igrejas do Município:

Titular: MARIA BOING

Suplente: ANA FORMENTIN

10. Representantes dos Clubes dos Idosos:

Titular: ELVIRA KAMMER

Suplente: SINOENE VENDRAMI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE SETEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Decreto Nº 053/2014

DECRETO N.º 053/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - PMASE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com a Lei Federal de nº 12.594, de 18/01/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - PMASE:

Coordenador:

ELVIRA KAMMER - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Vice Coordenador:

ISOLINA PETERSEN - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Secretária Titular:

LEONICE MORGENROTH - Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretário Suplente:

ADEMAR DOMINGOS FUSINATO - Secretaria Municipal de Assistência Social

LAURITA POSSAMAI MENEGHELLI - Conselho Tutelar

CABECHUIM-LO CAMLÉM - Conselho Tutelar

MARIA BOING - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

SINOENE VENDRAMI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

JOSIANE BERKENBROCK MASOTE - Secretaria Municipal de Educação

ZENITA IGNACZUK - Secretaria Municipal de Educação

PAULO ROBERTO DE FREITAS - Secretaria Municipal de Educação

TELMO LUIZ KOERICH - Secretaria Municipal de Saúde

JULIANA FUSINATO EICKENBERG - Secretaria Municipal de Saúde

REGINA DA COSTA OLIVEIRA - Secretaria Municipal de Saúde

JUAREZ LIMA VARELA - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

MARCELO ANDRÉ AGOSTINI - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

SONIA SOLENE SEGUNDO - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS/GESTÃO

ROSANE VIEIRA - Departamento de Políticas para as Mulheres

MARCELINO ALBERTON - Corpo de Bombeiros

ALEXANDRE JOSÉ DA ROSA - Polícia Militar

GILMAR MOHR - Polícia Civil

MARCOS LEANDRO - Escolas Públicas

ISOLÂNIA WIPPEL - NEPRE

DÁRIO MONTAGNA - Administração Municipal da Secretaria de Gestão Participativa

CLEITON JUNIOR MACHADO - Sindicatos, Clubes de Serviço,

Representações da Indústria e do Comércio

LUIZ CARLOS BACKES - Sindicatos, Clubes de Serviço, Representações da Indústria e do Comércio

NILTON JOSÉ BERNARDY - Clubes de Serviço - CDL

Elaboração:

JUAREZ LIMA VARELA - Assistente Social do CRAS

MÁRCIO JOSÉ PAVANELLO - Advogado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE SETEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina

PREFEITURA

Pe 06/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2014 - FMS

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo novo para Unidade de Saúde do Distrito de Linha das Palmeiras, Município de Xavantina, conforme especificações do anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:30 horas do dia 22/09/2014.

Abertura: dia 23/09/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 11 de setembro de 2014.
OSMAR DERVANOSKI,
Gestor do FMS.

Associações

EGEM

Edital Nº 53.2014 - Chamamento_curso Prática Em Processo Administrativo

EDITAL Nº 53/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE PRÁTICA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os gestores e servidores públicos municipais na abertura, tramitação e encerramento de processos administrativos, com ênfase na legislação nacional, doutrina e jurisprudência em torno do tema.

2. PÚBLICO-ALVO

Agentes políticos, procuradores municipais e servidores públicos que participam, direta ou indiretamente, de processos administrativos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Tubarão - SC Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco nº 067 - Caixa Postal, 157 Bairro: Vila Moema
Período das inscrições	De 03/09 à 02/10/2014
Vencimento do boleto de cobrança	02/10/2014
Homologação das inscrições	07/10/2014
Período de realização	16/10/2014
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48

3221- 8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios do Direito Administrativo: linhas gerais - Princípios do Processo Administrativo: devido processo legal, oficialidade, contraditório, ampla defesa, informalismo procedimental e verdade material - A Lei federal n. 9.784/1999 e sua aplicação no âmbito municipal
13h30 às 17h30	<ul style="list-style-type: none"> - Os diferentes tipos de processo administrativo - Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar: passo a passo - Jurisprudência sobre o tema

7. DOCENTE

MARCOS FEY PROBST

Bacharel em Direito, advogado especializado em Direito Administrativo e Eleitoral, palestrante e conferencista no Estado de Santa Catarina, autor de artigos jurídicos em revistas especializadas

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 54.2014 - Chamamento_curso Sobre Patrimônio Público

EDITAL Nº 54/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos municipais para o processo de atualização o Patrimônio público de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Controladores Internos, Secretários de Administração, Membros das comissões de patrimônio.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	São Miguel do Oeste / SC Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, 1628 Bairro: Centro CEP: 89900-000
Período das inscrições	De 09/09 à 25/09/2014
Vencimento do boleto de cobrança	25/09/2014

Homologação das inscrições	01/10/2014
Período de realização	06/10/2014
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h	Tópicos importantes da nova contabilidade aplicada ao setor público Levantamento e ajustes físicos O que a norma diz em relação ao patrimônio. Métodos de depreciação, vida útil, mensuração, evidênciação e reconhecimento. Reavaliação.
13h30 às 17h30	Formação de comissão, data de corte, ajuste a valor justo, ajuste a valor recuperável, vida útil e valor residual restante Bens de Infraestrutura

7. DOCENTE

Celso Galante

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1997) e mestrado em Ciências Contábeis Controladoria pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2005). Especialização em Administração Pública e especialização em Contabilidade e Gestão pública. Atualmente é professor titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e atua na área de Controle Interno Municipal. Tem experiência na área de Governamental, com ênfase em Contabilidade Pública, atuando nos temas de Gestão pública, Planejamento público, Balanço Social, Análise das Demonstrações públicas, entre outros.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação

e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Editais Nº 55.2014 - Chamamento_curso Sobre Pregão

EDITAL Nº 55/2014
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS

1. OBJETIVO DO CURSO

O tema licitações públicas é de suma importância para a Gestão Pública, revelando-se um dos grandes ramos do direito administrativo. Guarda inúmeras complexidades e especificidades, que à luz dos princípios norteadores da Administração Pública precisam ser avaliadas e compreendidas.

Assim, justifica-se a realização do presente curso, que almeja apresentar e debater a licitação pública na modalidade Pregão, a fim de capacitar os servidores públicos que exercerão as funções de pregoeiro, em suas formas presencial e eletrônica.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos que exerçam função de pregoeiro, presidentes e membros de comissão de licitação, membros de equipe de apoio, chefes de departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/ SC Hotel Cambirela Endereço: Av. Marinheiro Max Schramm, nº 2199 Bairro: Estreito
Período das inscrições	De 09/09 à 05/11/2014
Vencimento do boleto de cobrança	05/11/2014
Homologação das inscrições	11/11/2014
Período de realização	19/11 e 20/11/2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	80 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 12h	Pregão Presencial e Eletrônico
	Conceito de Pregão
	Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns
	Pregão para serviços de engenharia e obras públicas
	Obrigatoriedade do Pregão
	Agentes públicos envolvidos no pregão
	Pregoeiro: perfil, atribuições.
	Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições
	Autoridade competente: atribuições
	Edital do Pregão
	Termo de Referência

13h30 às 17h30	Sessão Pública do Pregão Fase de credenciamento Amostras e pré-qualificação de produtos Etapa de Lances Habilitação Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06) Recursos Administrativos Adjudicação e Homologação Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico Saneamento de processos licitatórios Contratos Administrativos decorrentes do Pregão Formalização Duração e Execução Aditivos quantitativos e qualitativos Revisão, reajuste e repactuação. Rescisão Sanções Administrativas em Pregão
----------------	---

Segundo Dia

08h30 às 12h	Sistema de Registro de Preços (SRP) Cabimento Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência Edital de Licitação para SRP Ata de Registro de Preços Prazo de validade da ata Reajuste de preços no SRP Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços Contratos administrativos decorrentes do SRP
--------------	--

7. DOCENTE

Edinando Luiz Brustolin

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da FECAM. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados

pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 365 - Programa - São Carlos

Extrato de Contrato nº 365/2014

Contrato de Programa – São Carlos

CONTRATANTE: Município de São Carlos

CNPJ: 82.945.718/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de São Carlos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Carlos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de São Carlos, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 03 de setembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 079 - Dom - São Carlos

Extrato de Contrato nº 079/2014

Contrato de Rateio – São Carlos

CONTRATANTE: Município de São Carlos

CNPJ: 82.945.718/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 003/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Carlos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 01/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Inscrições Deferidas, Indeferidas E Condições Especiais - Edital 003/2014 - Concurso Público

Fundação Carlos Joffre

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

EDITAL - 003/2014 - Concurso Público

INSCRIÇÕES DEFERIDAS, INDEFERIDAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Edital nº 003/2014, torna públicas as inscrições deferidas:

Cargo: Assessor Jurídico

INSC	NOME	RESULTADO
88009	AGATA TREML	Deferido
88864	ALBERTO KOPYTOWSKI	Deferido
89210	ALEX DA SILVA ANHAIA	Deferido
87468	ALEX DOS SANTOS BARTELL	Deferido
88642	ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO	Deferido
89057	ANA CAROLINA SILVEIRA SARDI	Deferido
87114	ANA PAULA GUEDES DE SOUZA	Deferido
89091	ANALIA APARECIDA DA SILVA RESENDE	Deferido
87882	ANDERSON DENIS PERIN	Deferido
88810	ANDRESA EULALIA GNÇALVES VIEIRA	Deferido
87104	ANDRIEZA DE AQUINO ESLABÃO	Deferido
89234	ANDRIW MÁRIO SANTANA	Deferido
89174	ARTUR TASSINARI CAMINHA	Deferido
89207	BRUNO BONETTI RODRIGUES	Deferido
89498	CAMILA VIEIRA DE ALMEIDA GARCIA	Deferido
87280	CARLOS HENRIQUE HANCKE	Deferido
88142	CARLOS VINÍCIUS GOULART RECK	Deferido
89417	CAROLINNE BUENO MACHADO	Deferido
86912	CLAUDIA REGINA FERREIRA	Deferido
88275	DANIEL LOPES BURIGO	Deferido
89142	DANIELA MARIA MELO	Deferido
89596	DANYELLE CRISTINA SCHEMES	Deferido
88321	DIOGO GUSTAVO BEPLER	Deferido
89494	EDSON FERNANDES SANTOS JUNIOR	Deferido
88610	ELISE BEIRÃO	Deferido
86907	FABIANA CEREGATTI	Deferido
87245	FABIANO FERREIRA DOS SANTOS	Deferido

87755	FABIO DE OLIVEIRA DAMIANI	Deferido
86784	FELIPE CAVICHIOLO	Deferido
88917	FERNANDA DE DEUS PEREIRA BARBOZA	Deferido
86890	FERNANDO HENRIQUE FERREIRA SILVA	Deferido
89619	FERNANDO LUCCHESI	Deferido
87057	FERNANDO RABE CAON	Deferido
89411	GABRIEL OLIVEIRA BATISTA	Deferido
87215	GABRIELA CAVALHEIRO LOCKS	Deferido
86670	HELOÍSA S. THIAGO CAPORAL	Deferido
86828	HUMBERTO CARLOS BORGES	Deferido
88750	JACQUELINE PAGANI LUZ ALTHOFF	Deferido
88525	JACQUELINE BUTTNER PEREIRA	Deferido
88643	JEAN FERNANDEZ	Deferido
89274	JÉSSICA FERNANDES VICTORINO DE FRANÇA	Deferido
87313	JOÃO MATHEUS DE SOUSA ANDRADE	Deferido
89044	JOSÉ PAULO WEIDE	Deferido
88274	JULIANA HELENA NUNES GIACOMOSI	Deferido
86843	JULIANA ROSA	Deferido
87062	JÚLIO DELAGNELO BABY	Deferido
89086	KLEITON GOMES AMORIM	Deferido
87664	LEONARDO CAVALHEIRO MORAIS	Deferido
89563	LIANA HADLICH FORTKAMP	Deferido
88896	LUANA MACHADO	Deferido
87218	LUCAS PACHECO VIEIRA	Deferido
89628	LUIZ GABRIEL CREMA	Deferido
87180	LUIZA WALTRICK	Deferido
88044	MAICON DE LUCA BIASIBETTI	Deferido
89218	MANUELA BITTAR HORN	Deferido
86984	MARCELO AGNOLLETO	Deferido
89203	MARCELO WILL	Deferido
88222	MARCIELLE EYNG CARRER	Deferido
88372	MARIA GRACIELE GOLDMEYER	Deferido
89299	MARIANA MARLENE MACHADO	Deferido
88784	MARIANE MARTINS PESCADOR	Deferido
87172	MARINA JÚLIA FLORIANI	Deferido
87347	MAURICÉIA FACHINI	Deferido
89465	MAURICIO COMINI	Deferido
86627	NELSON JOSÉ KARAM ALTHOFF	Deferido
88822	PATRÍCIA DE LIMA FELIX	Deferido
89104	RAFAEL RODOLFO VIEIRA SCHAEFFER	Deferido
86791	RAFAELA CONCEIÇÃO ABREU	Deferido
89565	RENATA VON HOONHOLTZ TRINDADE	Deferido
86691	RENATO FONTOURA DA ROSA	Deferido
89486	RODRIGO FERNANDES DE REZENDE	Deferido
87378	SABRINA DA SILVA VIEIRA	Deferido
89246	TAIRONE CONDE COSTA JÚNIOR	Deferido
89413	TAMIRES PEREIRA MORAES	Deferido
86752	TANARA CRISTIANE NOGUEIRA	Deferido
87097	TATHIANE LOPES ALVES JÚLIO TRENTIN	Deferido
88085	THAIS EBERT POLEZA	Deferido
89555	THAÍSA BATISTA DA COSTA	Deferido
89497	VALMOR FACHINI CEGALA JUNIOR	Deferido

87134	VANESSA DIAS PEREIRA	Deferido
88433	VANESSA SILVA PIRES	Deferido
89550	WILMAR DOS SANTOS	Deferido

Cargo: Contador

INSC	NOME	RESULTADO
89075	ALANUCIA JOSEFINA MEIRA	Deferido
88890	ALINE DOS SANTOS	Deferido
89288	ALINE GABRIELA DA SILVA	Deferido
89223	ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA	Deferido
89217	ANA LÚCIA SCHURHAUS	Deferido
87475	ANA PAULA LINHARES DE ARAUJO	Deferido
89248	ANDREZA RICHARTZ DE ALMEIDA	Deferido
86989	AURINEIDE BESEN	Deferido
87270	CAMILA NUNES VIEIRA	Deferido
87770	CAMILA SCHOENELL	Deferido
87934	CARLA LENITA DE SOUZA	Deferido
88595	CARLOS VINICIUS GONÇALVES	Deferido
88697	CINTHIA DE BRITO	Deferido
89209	CLEBER LIMA CITADIN	Deferido
87251	CRISTIANE WEBER	Deferido
86881	DAIANE PINTO	Deferido
88976	DAYANA TRENTO	Deferido
89049	DAYANE COSTA SALVADOR	Deferido
89603	DÉBORA VENTURIN	Deferido
87389	DOUGLAS REGO DAS NEVES	Deferido
88662	DULCINÉIA SILVA DE MATOS	Deferido
89437	FABIO ALEXANDRE PARREIRA DE OLIVEIRA	Deferido
88800	FELIPE FORSTER	Deferido
89525	FERNANDO GARCIA XAVIER	Deferido
86702	FERNANDO MARCONDES CUNHA	Deferido
87394	FERNANDO SILVA DE MORAES	Deferido
87499	FLAVIO GRAMS SCHMITZ	Deferido
88043	FRANCINE CHEQUETTO BALBIM	Deferido
89319	FRANCISCO PAULY FERNANDES	Deferido
86987	GABRIELA HOELTGBAUM LEMOS	Deferido
89235	GEOVANE SOARES	Deferido
89432	GRASIELE HOFFMANN	Deferido
89131	HERMES FABIANO PAGNAN ESCUDERO	Deferido
89445	JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SILVA	Deferido
89575	JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA DIAS	Deferido
89123	JOAO HENRIQUE COSTA	Deferido
89220	JODE CALIU GIROLA BERNES	Deferido
87045	JONAS SCREMIN BROLESE	Deferido
89317	JOSUÉ DA SILVA	Deferido
89312	JULIO CEZAR DIAS DE MEDEIROS	Deferido
89406	LEONARDO GESSER	Deferido
88809	LEONARDO SEHNEM DA COSTA	Deferido
87297	LEONIR MACIEL ANTUNES	Deferido
88730	LETICIA VANILDE DE SOUZA	Deferido
88495	LUAN LOPES CARDOSO	Deferido
89221	LUCIANO AMORIM	Deferido
89308	LUIZ GUILHERME VALVERDE DA SILVA	Deferido

88165	MÁRCIA REGINA BERTOLLO	Deferido
88660	MARCIA SEBOLD	Deferido
88568	MARCO ANTONIO CECHINEL	Deferido
89236	MARIANA DE SOUZA AGUIAR	Deferido
87239	MARINA MOREIRA FERREIRA	Deferido
86708	MARINETE BENTES NASCIMENTO	Deferido
87197	MARIONE VERLEI EBERTS	Deferido
89516	MUNIKY COELHO	Deferido
88966	NAOMY WIEIRA DO NASCIMENTO	Deferido
89232	NILTON JOSÉ COELHO NETO	Deferido
86722	PRISCILA CHAIANE ZAMBRZYCKI CAMARGO	Deferido
86726	PRISCILA FLORENCIO	Deferido
89427	PRISCILLA DA CUNHA NEVES	Deferido
87375	RAFAEL FELIPE HASS	Deferido
88894	RAFAEL JAIME DE SOUZA	Deferido
88083	RAQUEL CARLOTA BARCELOS	Deferido
89349	RENATA FREIRE PINTO	Deferido
86719	RODRIGO COUTINHO MIRANDA	Deferido
87533	RONALDO CERICOLI	Deferido
88746	ROSANGELA DE SOUZA HACK	Deferido
87874	ROSIMARI DE ARAUJO	Deferido
88654	SABRINA RODRIGUES DE SOUZA EGER	Deferido
87622	SILVIA CRISTINA THOM	Deferido
86974	SUELEN TONIANE HAMES	Deferido
86685	VANESSA EYERKAUFER	Deferido
88134	VINICIUS MARTINS	Deferido

Cargo: Assistente Administrativo

INSC	NOME	RESULTADO
87149	ADRIANA DA SILVA BUNN	Deferido
89405	ADRIANA PIECKOCZ DE AGUIAR	Deferido
87886	ADRIANO NOHUAS PEREIRA	Deferido
86983	ADRIANO SCHERER	Deferido
88193	ÁGATA VENZON DE BONA	Deferido
89439	ALCIMAR BATISTA MIRANDA	Deferido
88023	ALCIMIR LUIZ FIGUEIREDO BITTENCOURT	Deferido
89442	ALEXANDRE AGUZZI SOUZA	Deferido
87572	ALEXSANDRO FRENANDES OLIVEIRA	Deferido
89023	ALGARINO LIBRELATO VICENTE	Deferido
89553	ALINE BENNETT LIPPSTEIN	Deferido
89534	ALINE CECHETTO BECK	Deferido
86749	ALINE DE SOUZA LINHARES	Deferido
89559	ALINE DEL CORONA LOSSO	Deferido
88699	ALINE FARIAS	Deferido
87854	ALINI FARIAS	Deferido
86710	AMANDA FINCK DREHMER	Deferido
86787	AMANDA MATOS GATTRINGER	Deferido
88219	ANA ÁGUILA MENDES VERDI	Deferido
89330	ANA CAROLINA SCHLISCHTING	Deferido
89369	ANA CAROLINE CANTINI NASCIMENTO	Deferido
88727	ANA CAROLINE ROMÃO DA SILVA	Deferido
88882	ANA CLAUDIA VIEIRA	Deferido

89558	ANA CRISTINA FLORES GRANDMAISON MACHADO	Deferido
89277	ANA CRISTINA SCHURHAUS MELLO	Deferido
86775	ANA LÚCIA ALVES MAYKOT	Deferido
89213	ANA LUIZA MEDEIROS NEGRI	Deferido
89211	ANA PAULA RODRIGUES	Deferido
89376	ANA PAULA TABORDA CRUZ	Deferido
89124	ANASTÁCIO MATTIAS MAFRA KATCIPIS	Deferido
87047	ANDRÉ LUIZ CARDOSO DA SILVA	Deferido
89076	ANDRÉ STOEBERL	Deferido
86975	ANDRÉIA REGINA MALLMANN CARNEIRO	Deferido
86862	ANDREY JEAN MATTOS DINIZ	Deferido
86751	ÂNGELA FLÁVIA STOCK TONETTO	Deferido
89544	ANGELA MARCIA MACHADO LOBO	Deferido
89019	ANGELINA ALVARENGA ALVES	Deferido
89403	ANNA KARENINA RIGHETTO BORGES	Deferido
88521	ANNA KAROLYNE ROSA	Deferido
89064	AUZERI MOREIRA FONSECA	Deferido
89423	BÁRBARA MARIA ROCKER VIEIRA	Deferido
87022	BÁRBHARA VELOSO BEPLER	Deferido
88353	BERNARDO SOUZA MELO DA SILVA	Deferido
87887	BIANCA CARVALHO DE SOUSA BURKHARDT ROLIM	Deferido
87380	BIANCA DOS PASSOS	Deferido
89163	BIANCA GOLDBACKER	Deferido
87336	BIANCA SCHWEITZER	Deferido
89479	BRUNA BÁRBARA AMARANTE DUTRA	Deferido
89072	BRUNA DE SOUZA	Deferido
88121	BRUNA MICHELS NUNES	Deferido
88783	BRUNA SCUSSEL ROSSO	Deferido
88813	BRUNO IUSKOW FILHO	Deferido
88923	BRUNO PEREIRA DRABESKI	Deferido
89430	BRUNO SOARES FERREIRA	Deferido
89166	BRUNO VALDEMAR DOS ANJOS	Deferido
87040	CAIO CESAR FERREIRA CALEFFI	Deferido
89595	CAIO JORGE DE QUEIROZ	Deferido
88817	CAMILA ALVES DA SILVA	Deferido
89561	CAMILA CARNEIRO DO NASCIMENTO	Deferido
87857	CAMILA DOS SANTOS	Deferido
89187	CAMILLA DE SOUZA	Deferido
89290	CAMILLA ROSSETTO	Deferido
88671	CARLA RAFFAELA COSTA	Deferido
88656	CARLOS DIEGO DOS SANTOS PEREIRA	Deferido
89087	CAROLINA LAURIDES DOS SANTOS	Deferido
89099	CAROLINE ANTUNES DA SILVA	Deferido
89281	CAROLINE BAGGIO NICOLOSO	Deferido
87462	CAUÊ STEINBACH SILVEIRA	Deferido
87095	CECÍLIA CAROLINE DE SOUZA SCHMITT	Deferido
87059	CHARLENE RODRIGUES CORDEIRO OSORIO DENK	Deferido
88054	CHRISTIAN MACHADO	Deferido
86813	CÍCERO FERNANDO THRUM	Deferido
88577	CIDMARA DE BRITO HENRIQUE	Deferido
87240	CINTIA LUIZ	Deferido

88225	CLARA MARTINS MACHADO	Deferido
88956	CLAUDIO JORGE ANGIOLETT DE PAIVA NASCIMENTO	Deferido
89512	CLEBER LEOPOLDO PIZZONI	Deferido
89621	CLEBER LOHN	Deferido
89626	CLEVERSON DELINSKI	Deferido
88115	CRISTIANA PEREIRA	Deferido
86797	CRISTIANE AGLIARDI	Deferido
89468	CRISTIANE ANGIOLETTI	Deferido
87195	CRISTIANE SILVA GUN	Deferido
87940	CRISTINA LUIZ GAMA	Deferido
89230	CRISTINA PRIM PERES	Deferido
88003	CRISTINE SCHMIDT	Deferido
86808	CRYSTIANO DE SOUZA SANTOS	Deferido
88264	CYNARA FÜRBRINGER	Deferido
88356	DALEANE PAULA SOUZA AMARAL	Deferido
88968	DANIEL SANTOS SZKOLNY	Deferido
87277	DANIELA APARECIDA WOLFF SOUSA	Deferido
87632	DANIELA ELAINE DANIEL	Deferido
88456	DANILO JOSE BERNDT	Deferido
89396	DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA	Deferido
89613	DAVI FERREIRA WARMLING	Deferido
87460	DAYTON HENRIQUE FRAGOSO	Deferido
88235	DÉBORA CRISTINE SANTANA FERREIRA	Deferido
89570	DÉBORA DOS PASSOS RODRIGUES	Deferido
87885	DEBORA MONIQUE DE SOUZA COSTA	Deferido
89552	DEISE LUISE WRASSE	Deferido
86809	DEIVID GONÇALVES	Deferido
89240	DELEON DE SOUSA	Deferido
88895	DENISE BRANDINA GOULART	Deferido
88364	DENISE DE LIMA	Deferido
88465	DIEGO CARDOSO	Deferido
88441	DIEGO DAL BELLO MORASCO	Deferido
88979	DIENIFFER JARDIM MACHADO	Deferido
89074	DOUGLAS BARRETO PEDRO	Deferido
87284	DOUGLAS CASTILHO PEREIRA	Deferido
89100	EDIANE TELES DE MATTOS	Deferido
87988	EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO	Deferido
88582	EDUARDA DUTRA DE SOUZA	Deferido
86817	EDUARDA LUIZA DE SOUZA GUIDARINI	Deferido
86715	EDUARDO ALEXANDRE DOS SANTOS	Deferido
87023	EDUARDO CLAUMANN NEIS	Deferido
87346	EDUARDO DA CONCEIÇÃO	Deferido
89500	EDUARDO HENRIQUE FONTANELLA	Deferido
88901	EDUARDO VALENTINI	Deferido
89620	EGIDIO MIGUEL ELY	Deferido
88904	ELAINE CRISTINA GONÇALVES DIAS	Deferido
89047	ELEM FABIANI DE SOUZA	Deferido
88574	ELIZA DA SILVA HILLESHEIM	Deferido
88172	ELLEN ZENDRON BORGES	Deferido
89503	EMANUELLE SANTOS LUCIANO	Deferido
89424	ENDRIO DA SILVA NOVO	Deferido
89144	ERIK TUBINO NOGUEIRA	Deferido

89399	EVELIN NOGUEIRA	Deferido
86724	FABIANA BERTEMES SILVA	Deferido
87398	FABIANA CRISTINA KRETZER	Deferido
89434	FABIANA DANIELSKI ANDRADE	Deferido
89215	FABIANA MARQUES SIMONI	Deferido
88578	FABIANE CORDEIRO CALDAS	Deferido
87851	FABIANE DA SILVA KIST	Deferido
89490	FABIANE ESTEVAM DO CARMO	Deferido
89214	FÁBIO DA ROCHA BERGAMINI	Deferido
88093	FÁBIO NUNES IANZER	Deferido
89415	FABRIANO KLAUMANN	Deferido
89200	FABRÍCIO DE SOUZA FARIAS	Deferido
88708	FABRICIO LUIZ	Deferido
87456	FANY SALES CHAVES DA SILVA	Deferido
86700	FATIMA OLIVEIRA CONCEIÇÃO	Deferido
88777	FELIPE FLORIANI RAFAELI	Deferido
87246	FELIPE MEDEIROS ALAMINO	Deferido
89560	FELIPE MIGUEL GIL	Deferido
87217	FELIPE RIBEIRO OLIVEIRA	Deferido
89192	FELIPE SCHMIDT VINIEMKO	Deferido
87290	FERNANDA CECÍLIA BESEN DA SILVEIRA MACHADO	Deferido
89348	FERNANDA DIAS	Deferido
86923	FERNANDA FLAVIA SANCHES	Deferido
86872	FERNANDA PATRICIA DA SILVA	Deferido
89350	FERNANDA R. SOCAL	Deferido
88659	FERNANDO MAURICIO DA SILVA	Deferido
86930	FERNANDO STEIMBACH	Deferido
89027	FÍDIAS ALVES DE PINHO	Deferido
86697	FLAVIA VEIGA FLORIPES	Deferido
88112	FRANCIELE GOULART DOS SANTOS SCHUBERT	Deferido
89021	FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE	Deferido
89066	FRANCIELI BOCASSANTA GABRIELLI	Deferido
89609	FRANCIELI BRAZ DA SILVA	Deferido
88152	FRANCIELLE OLIVEIRA PAIM	Deferido
88853	FRANCIELLY APARECIDA KISSNER	Deferido
89568	FRANCYS HELEN KROTH	Deferido
89482	FRANSUELLY HEIDEMANN DE JESUS	Deferido
87402	GABRIEL CAMARGO SIEBERT	Deferido
89242	GABRIEL DE SOUZA	Deferido
87343	GABRIEL DIAS DE PINNA	Deferido
89132	GABRIEL LUIZ MANRIQUE URSINI	Deferido
88157	GABRIELA FERNANDA EDUARDO	Deferido
88997	GEORGE LUIZ BARRETO BOEMER	Deferido
86910	GESIANE DE SOUSA FERNANDES BITTEN-COURT	Deferido
89608	GESSICA LUISA SCHIECK	Deferido
89316	GIAN Y RICHELLE MEIRA NOBREGA	Deferido
89005	GISELLY NAIARA SILVA	Deferido
88680	GISELLY SOUZA CHIMIDTS DA SILVA	Deferido
89334	GIZELLE AMBONI ZAGO	Deferido
89448	GLAUCIA PRACZ DA SILVA	Deferido
88028	GRACIELA EYNG CARRER	Deferido

86959	GRASIANI TOMELIN	Deferido
87379	GRAZIELA DA SILVEIRA	Deferido
88592	GRAZIELLE STUCK WOLFF	Deferido
88144	GRÉGORE FINCO DE SOUZA	Deferido
87624	GREICY BAINHA PACHECO	Deferido
89155	GUILHERME ALLYSSON CARNEIRO PINHEIRO	Deferido
88934	GUILHERME CASTILHOS DA SILVA	Deferido
87301	GUILHERME LEONI MORETTI	Deferido
88695	GUILHERME MEDEIROS LAUREANO	Deferido
87368	GUILHERME MINASI DE COCIAN	Deferido
86990	GUILHERME SANTOS MADEIRO	Deferido
88658	GUILHERME WIPPEL SANSÃO	Deferido
89148	GYNANE CLYCE DE SOUSA LOPES	Deferido
86873	HELENA LOLLI SAVI	Deferido
88668	HELENA MATOS DE LIMA	Deferido
88967	HELOISA REGIS VAZ	Deferido
89216	HELOIZA PETRES	Deferido
89140	HOZANA SIHELA FUZER LIRA PEREIRA	Deferido
87997	HUGO LEONARDO TUCKUMANTE	Deferido
89523	HUMBERTO JOVELINO COSTA	Deferido
89179	ICARO NICULAS DE ARAÚJO	Deferido
88667	ICLEUSA DA SILVA VIANA	Deferido
88302	IGOR FRETTE NOGUEIRA DE LIMA	Deferido
87199	ISAAC JOSÉ YOUNAN FIGUEIREDO	Deferido
87558	ISADORA RUPP NEVES TOSCANI	Deferido
86772	IVO LEAL TORQUATO JUNIOR	Deferido
88104	IZABELLA MARESCH	Deferido
86801	JALUSA NEILA MAIA	Deferido
87527	JAMAIRA CARLA BUENO	Deferido
88240	JANAINA DEBORA DA SILVA MACHADO	Deferido
88801	JANETE CRISTIANE ERDMANN DE AMORIM	Deferido
88552	JANICE ASSING	Deferido
88613	JANICE MICHELINE BRAUN	Deferido
89474	JAQUELINE BOSSE	Deferido
89053	JAQUELINE MORAIS TEIXEIRA	Deferido
88099	JEAN CESAR POLLI IEDA	Deferido
86622	JENIFER PEREIRA ALVES VARELA	Deferido
87207	JÉSSICA DE OLIVEIRA RECH	Deferido
87171	JESSICA GENEVRO	Deferido
88528	JESSICA LUI ESPINDOLA MACEDO	Deferido
89335	JÉSSICA ROCHA DE SOUZA PEREIRA	Deferido
89135	JOAO ELIAS VIEIRA	Deferido
88440	JOAO PAULO FLOR DE AZEVEDO	Deferido
87352	JOAO PAULO PEREIRA PHILIPPI	Deferido
89487	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA BARRETO	Deferido
89331	JOBSON KAMMERS DA SILVA	Deferido
86586	JOEL DE SOUZA	Deferido
88920	JONATHAN AMANDIO NUNES SOARES	Deferido
86617	JOHN PIERRE SCHUBERT	Deferido
87908	JONY ITO	Deferido
87056	JOSE DORVAL DECKER	Deferido
89590	JOSÉ EDUARDO SCHMIDT DA SILVA	Deferido

87478	JOSÉLIA SOUZA DE ALBUQUERQUE	Deferido
87942	JOSEMAR VALTER NICACIO	Deferido
89238	JOSIANE ZÉLIA DE JESUS	Deferido
89172	JOSIELE KAUPKA	Deferido
88261	JOYCE RIBEIRO BUENO	Deferido
88952	JUCARA DA SILVA MOTA DIAS	Deferido
87602	JULIA MARIA MACHADO DAROS	Deferido
88190	JULIANA DE OLIVEIRA ROSA	Deferido
88393	JULIANA VIEIRA	Deferido
88870	JULIANE ALCÂNTARA VIANNA	Deferido
87571	KAREN CRISTINA LOCKS DO NASCIMENTO	Deferido
89363	KARENINA SOARES BARRIOS	Deferido
87296	KARINA DAL SOLER PAVEI	Deferido
89243	KASSIO MENDES LEVANDOSKI	Deferido
87483	KATIA LUCIANA DOS SANTOS	Deferido
89244	KATIA ROSSI	Deferido
89284	KELI REGINA SOUTO	Deferido
86630	KETLEM VALGAS SALASÁRIO	Deferido
88307	LAIS CIBELE OESTERLEIN	Deferido
87267	LAIS WOLFF CERON	Deferido
89422	LARISSA ARLITA AMANCIO	Deferido
89035	LARISSA CATANEO DUTRA	Deferido
88898	LAURA MAURIQUE DA ROSA	Deferido
88566	LEANDRO FEIL	Deferido
88019	LEANDRO GOVONI ORVIEDO	Deferido
88852	LEANDRO IANTAS	Deferido
89272	LEANDRO ROGÉRIO PIRES	Deferido
86611	LEONARDO DA SILVA	Deferido
88930	LEONARDO DA SILVA BATISTA	Deferido
87611	LEONARDO LOPES DA CONCEICAO	Deferido
87544	LEONARDO LUIZ DA SILVA	Deferido
88422	LETÍCIA FERRAZ DE OLIVEIRA	Deferido
88804	LETÍCIA JUST GUERRA	Deferido
87455	LIDIA FERNANDA DE SOUZA	Deferido
89084	LIGIA CRISTINA MONTEMEZZO	Deferido
88959	LIRANE SPRICIGO DE SOUSA	Deferido
87599	LIVIA MADUREIRA CRUZ	Deferido
88762	LIZIA CARBOLIN MARTINS	Deferido
88153	LUANA CRISTINA DA ROSA MOTA	Deferido
87009	LUANA PAIXAO BESSONE KATTAR	Deferido
87050	LUANE MACHADO	Deferido
88702	LUCAS ANJOS DE SOUZA	Deferido
87481	LUCAS ROSA LEITE	Deferido
88223	LÚCIA ROSA SILVA	Deferido
89159	LUCIANA MOREIRA BAZILIO LIMA	Deferido
88913	LUCIANA SOUZA SILVA	Deferido
86716	LUCIANA YAZBEK ENGELBERG	Deferido
87283	LUCIANE PAULUS	Deferido
88675	LUÍSA PAMPLONA DEGAU	Deferido
88234	LUIZ ALFREDO REUS DA SILVA	Deferido
88590	LUIZ EDUARDO RICKERT MACHADO	Deferido
87580	LUIZA PARIZOTTO AUDINO	Deferido
88370	MANUELLA SOUZA OURIQUES	Deferido

88657	MARCELO LUIS RAKSSA	Deferido
89589	MARCIO CECETTO	Deferido
88455	MARCIO JOSE ALVES	Deferido
87200	MARCOS ANTONIO CARDOSO DE OLIVEIRA	Deferido
86981	MARCOS FRANCISCO DOS SANTOS	Deferido
88143	MARCOS GABRIEL BOMBANA	Deferido
88593	MARCOS LICHTENFELS	Deferido
88014	MARCOS LUIZ NUNES	Deferido
87032	MARCUS VINICIUS HOELTGEBAUM LEMOS	Deferido
89617	MARIA APARECIDA MARQUES	Deferido
88103	MARIA DE LOURDES ROVER	Deferido
87374	MARIA LUISA CARDOSO BRUCIAPAGLIA	Deferido
88812	MARIA LUIZA SATURNINO SIQUEIRA	Deferido
87326	MARIANA MIDENA VIRNO	Deferido
87807	MARIANA ALMEIDA DA SILVA	Deferido
88022	MARIANA PEREIRA BERNARDES	Deferido
88924	MARIANE BRUGNAGO DE ALMEIDA	Deferido
86675	MARIELLEN ARALDI	Deferido
89128	MARINA BEVILAQUA ROHLFS	Deferido
86614	MARIO SERGIO DA COSTA	Deferido
88688	MARISTELA DO VALE PETRI	Deferido
89398	MATHEUS MURILO CHAGAS DA SILVA	Deferido
86966	MATHEUS PETRY CORRÊA	Deferido
88111	MAURÍCIO SILVEIRA MOTA	Deferido
88032	MAYKON NELITO KAMMERS	Deferido
87608	MAYRA CLOTILDE DA SILVA FIGUEIREDO	Deferido
87603	MICHELLE PEREIRA	Deferido
87201	MICHELLE VAZ	Deferido
87073	MIKAELLA CARVALHO BENTO	Deferido
89598	MIREIA IZABEL ENSFELD	Deferido
88893	MIRIAM BARBATO COUTO	Deferido
88598	MITIELY SUAN DA SILVA SEVERO	Deferido
88933	MONIK GURZYNSKI DA SILVA	Deferido
87935	MONIQUE CLARA DE SOUZA	Deferido
89426	MONIZE SCHVEITZER	Deferido
89305	NATÁLIA CECINEL SOARES	Deferido
88562	NATALIA IBRAHIM ARRUDA	Deferido
86891	NATAM VINÍCIUS KLEIN	Deferido
89577	NELSON RIBEIRO ARAUJO	Deferido
89089	NICK BOKEKO	Deferido
89205	NILVA DAL OLMO SCHONS	Deferido
89040	OSVALDO DA SILVA NETO	Deferido
88815	PAMELA DA SILVA BURIGO	Deferido
89219	PAOLA CUSTÓDIO LEAL	Deferido
89079	PAOLA FERNANDA VIEIRA	Deferido
87676	PATRICIA ROSA BORGES	Deferido
86759	PAULINE HELEN TATARA FAGUNDES	Deferido
87231	PAULO ALEXANDRE PACHALSKI GARCIA NUNES	Deferido
86793	PAULO BITTENCOURT	Deferido
89112	PAULO FERNANDO FURLANETTO DOS SANTOS	Deferido
87165	PAULO ROBERTO ESCOBAR FERREIRA	Deferido
88129	PEDRO HENRIQUE SILVA MICHELETTI	Deferido

88798	PETERSON ROBERTO DA SILVA	Deferido
89077	POLLYANA DE MELLO DA SILVEIRA	Deferido
89602	POLLYANNY WEBER	Deferido
88414	PRISCILA DALPONTE RODRIGUES	Deferido
88328	PRISCILA LOBATO DE MAGALHÃES	Deferido
88855	RAFAEL ANGELONI CURI	Deferido
89276	RAFAEL DA SILVA CAFOLLA	Deferido
89275	RAFAEL ELIAS MAGALHÃES	Deferido
88599	RAFAEL HASS	Deferido
86900	RAFAEL MEURER	Deferido
87648	RAFAELA GALVÃO	Deferido
89189	RAMON GHISI	Deferido
87488	RAMON HEERDT DE SOUZA	Deferido
86613	RAPHAEL FLORES DE SOUZA	Deferido
87275	RAQUEL BECHTLUFFT DE PAIVA REZINE	Deferido
89362	RAQUEL DE SOUZA PEREIRA	Deferido
89309	RAQUEL ADRIANE INACIO	Deferido
89551	REBECA COSTA SUAID	Deferido
88954	REGINA PASLA WEBER DE SOUZA	Deferido
88136	REGINA SAVI DAL MOLIM	Deferido
87995	RENAN VIZEU FERNANDES	Deferido
87471	RENATA PACHECO	Deferido
88531	RHEBECA PATIANI DOS SANTOS	Deferido
89222	RICARDO DEGANG SILVEIRA	Deferido
88318	RICARDO FERREIRA ARDENGHI	Deferido
86591	RICARDO GOEDERT PROENÇA	Deferido
89446	RICARDO QUENTEL MELO	Deferido
88585	RITA DE CASSIA MARTINS	Deferido
87858	RITA DE CÁSSIA RONCUNI DE MEDEIROS	Deferido
88588	RITA SELL	Deferido
89539	ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	Deferido
87453	ROBERTA GIANINE ZANIN DA ROSA	Deferido
89239	RODRIGO FERRARI DA SILVA	Deferido
89102	RODRIGO FONTANA PEIXE	Deferido
89443	ROGER LINCOLN BITTENCOURT	Deferido
87044	ROGÉRIO LUIS CORREA DOS SANTOS	Deferido
88888	RONÊ DE OLIVEIRA JUNIOR	Deferido
88878	ROSANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	Deferido
88905	ROSANA NASATO	Deferido
86849	ROSEANE FARCILI SCREMIN	Deferido
87102	ROSIANE LEISING	Deferido
88978	ROSILDA TERESINHA BATISTA	Deferido
87991	ROSINETE BALDOINA SIQUEIRA	Deferido
88272	ROSSANO CANCELIER	Deferido
88761	RUAN VINICIUS DE CARVALHO	Deferido
88889	SABRINA GENEROSO BARCHINSKI	Deferido
88238	SALVATE TAVARES JUNIOR	Deferido
89484	SAMUEL MEIENBERGER BOMBACH	Deferido
88706	SANDRA TEREZINHA CORDEIRO	Deferido
89150	SARA CONRADO	Deferido
89420	SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO	Deferido
88710	SARA STUMPF MITCHELL	Deferido
87464	SCHARLINE CARDOSO ALVES	Deferido

89605	SCHIRLEI CASAS	Deferido
89127	SERGIO DE SOUZA DUTRA	Deferido
86979	SÉRGIO RICARDO DE CAMPOS NERY	Deferido
89119	STEPHANYE YUMI SHIMONAGA DE ORTIZ	Deferido
89540	SUÉLEN DILDEY SCHMITZ	Deferido
87138	SUSIMARI OLIVEIRA DE BEM PAYÃO	Deferido
88951	TACIANE VENDRUSCULO	Deferido
89508	TAMARA PEREIRA DE MORAIS	Deferido
87314	TATIANA LOBO	Deferido
88884	TATIANA THIESEN	Deferido
89643	TAYNÁ PASSOS MALHEIROS	Deferido
88764	THALES MATEUS MISSEL SCHARDONG	Deferido
89435	THAYSE LUCIANA DE FRAGAS	Deferido
88138	THIAGO ALVES NATIVIDADE	Deferido
89444	THIAGO LUÍS PARZIANELLO	Deferido
89604	THIAGO PEREIRA MORAES	Deferido
89449	TIAGO ALESSANDRO DE SOUZA PINTO	Deferido
88214	UERLAN GENOIR SANDERS STRAPAZZON	Deferido
89032	VALDIR ANTONIO ALVES JUNIOR	Deferido
88031	VALÉRIA KEIL	Deferido
89579	VALÉRIA SALETE SOUZA	Deferido
88011	VANDIRLENE INEZ EPPING	Deferido
87034	VANESSA CABRAL DO AMARAL	Deferido
89496	VICTOR MORETTI RIBEIRO	Deferido
87354	VINICIUS JOSÉ DOS SANTOS	Deferido
86769	VINICIUS MACIEL	Deferido
86753	VITOR FELIPE PITZ	Deferido
89094	VIVIANA MARIA BAPTISTELLA TANCREDI	Deferido
88237	VIVIANE EMMANUELE STAHLSCMIDT REIS	Deferido
89470	WALDIR FELIPPE	Deferido
88718	WANESSA BEATRIZ MACHADO BASILIO	Deferido
86781	WELCA DUARTE DA ROCHA ROMERO	Deferido
87524	WILLIAM HAMANN DA COSTA	Deferido
89421	WILLIAN FRANCKLIN RITTA	Deferido
87758	WILLIAN R. SOUZA DA SILVA	Deferido
89229	YANA NATASCHA STEFFEN	Deferido
87163	YVE SARKIS DA COSTA	Deferido

Cargo: Programador

INSC	NOME	RESULTADO
87068	ADRIANO ROGOWSKI DOS SANTOS	Deferido
86587	ÁLAN MONTEIRO	Deferido
89250	ALAN NEHEMIAS ANASTACIO MALBOS	Deferido
89610	ALBERTO SUAID JUNIOR	Deferido
86887	ALDO VINICIUS SPRICIGO	Deferido
87293	ALEC AUGUSTO GONÇALVES VENTURA	Deferido
87288	ALESSANDRO SCHMIDT	Deferido
89597	ALEXANDRE MONASSA MOREIRA	Deferido
86619	ALEXSANDER FAGUNDES DE OLIVEIRA	Deferido
89177	ALISSON ABREU MOTA	Deferido
88133	ALYSSON ALANO DE SOUZA	Deferido
89054	ANA CARLA BATISTA CORRÊA	Deferido
87235	ANDERSON CALGARO DE OLIVEIRA	Deferido

87282	ANDRE DE PAULA OLIVEIRA	Deferido
88823	ANDRÉ SCHMITZ SANCHEZ	Deferido
86795	ANDRÉ VALDERES VIEIRA	Deferido
87276	ANTÔNIO RAMIRES DANTAS	Deferido
86741	ARTHUR ARAÚJO DIAS COIMBRA	Deferido
87312	AUGUSTO LAZZAROTTO DE LIMA	Deferido
89478	BERNARD BECKER NACCACHE	Deferido
89425	BRUNO DE MELLO RÉGIS	Deferido
88591	BRUNO MANGRICH AMORIM	Deferido
89273	BRUNO RENAN GELAKO SANTOS	Deferido
88241	BRUNO RIBEIRO DA SILVA	Deferido
89069	BRUNO SANTOS DA SILVA	Deferido
89245	BRUNO WEIGMANN DE MATOS	Deferido
86806	CALVIN BERSCH SCHERER	Deferido
86880	CARLOS ARTUR NEUBERT GONÇALVES	Deferido
89511	CARLOS MANUEL BLANCO SILVEIRA	Deferido
89251	CHRISTIAN CHOSTAK	Deferido
86598	CLODOALDO SILVEIRA JUNIOR	Deferido
86796	CRISTIANO DIAS TEIXEIRA	Deferido
88297	DALE CARNEGIE SOUZA AMARAL	Deferido
88154	DANIEL BERTOLDI VIVAN	Deferido
89378	DANIEL DE ANDRADE	Deferido
88368	DANIEL DE SOUZA	Deferido
86952	DANIEL RAIZER FIAMONCINI	Deferido
87883	DANIELA DE ANDRADE ROSA	Deferido
86696	DANIELA MEURER	Deferido
89635	DANIELLY HERONDINA DE SOUZA FELIPPE	Deferido
88597	DARIO BORGES DIAS JUNIOR	Deferido
88137	DAVI SELL IAHN	Deferido
88652	DAVI SOARES DA SILVA	Deferido
88674	DAVYD CARLOS MARTINS	Deferido
87994	DAYRSON SERAFIM	Deferido
86605	DIEGO AUGUSTO CESE CANOVAS	Deferido
89545	DIEGO GEREMIAS JORGE	Deferido
88398	DIOGO HUMBERTO DAL BOSCO	Deferido
89571	DIOGO LUCIANO DA SILVA AVILA RAMOS	Deferido
89412	DIOGO MORETTI BARRETO BOSSLE	Deferido
89505	DOUGLAS MONTENEGRO DE OLIVEIRA	Deferido
87295	DOUGLAS PILONI	Deferido
89646	DOUGLAS UILLIAN LUCIETTI FERREIRA DA SILVA	Deferido
87192	EDSON CELSO PEREIRA DA SILVA	Deferido
87092	EDUARDO ANTONIO ALVES	Deferido
88448	EDUARDO PILATTI BINOTTO	Deferido
87482	ELIAS MACHADO	Deferido
88715	ÉLISSON BARBOSA DOS SANTOS	Deferido
89190	ERIKSON FRANCISCO PILARSKI	Deferido
87035	ERNANI BERNARDO	Deferido
86927	ÉVELYN FARIAS BRESCHIANI	Deferido
89110	EVERALDO PEREIRA	Deferido
89092	EVERTON JOAQUIM DUTRA	Deferido
87188	EVERTON JULIANO ANHAIA SPINDOLA	Deferido
87173	EVERTON LUIZ BORGES	Deferido

89651	FAUSTO SASDELLI JUNIOR	Deferido
88989	FELIPE DA COSTA XAVIER VIERIA	Deferido
88257	FELIPE DOS SANTOS	Deferido
89440	FELIPE MARQUES MARTINS	Deferido
88068	FELIPE PAUKA SANTANA	Deferido
88342	FELIPE PEREIRA DA CRUZ	Deferido
89206	FELIPPE SILVA DO CARMO	Deferido
87810	FERNANDA OLIVEIRA GOMES	Deferido
87749	FERNANDO DA SILVA E SILVA	Deferido
87077	FERNANDO PROENÇO ZUCATTO	Deferido
89051	FERNANDO ZIMMERMANN	Deferido
89433	FILIFE DANIELSKI ANDRADE	Deferido
86986	FILIPPE GESSER	Deferido
87067	FILIPPI ROGERIO DA SILVA	Deferido
86713	FRANKILYN JOSÉ SCHVEITZER	Deferido
89262	GEORGE NUNES FRANCISCO	Deferido
87196	GILSON ANDRE ABREU SOUZA	Deferido
88477	GIOVANE LUIZ GHIZONI	Deferido
88977	GIRRESE FERREIRA REINEHR	Deferido
88040	GUILHERME DE MATTOS DO NASCIMENTO	Deferido
89365	GUILHERME LUIZ DA SILVA	Deferido
86610	GUILHERME SILVEIRA DOS SANTOS	Deferido
88148	GUILHERME SOUZA DA SILVA	Deferido
88343	GUSTAVO FURTUNATO ROSA	Deferido
88709	GUSTAVO PEREIRA	Deferido
89071	GUSTAVO ROECKER SCHMITT	Deferido
88704	HENRIQUE OTAVIO DO ESPIRITO SANTO BECKER	Deferido
87733	HUGO RAFAEL CASARIN CAPPONI	Deferido
88880	IGOR CORDEIRO SZEREMETA	Deferido
86671	IVAN AMORIM	Deferido
87019	JAIME FROILAN DE SOUZA ALOSILLA	Deferido
86976	JAIME PAZ LOPES	Deferido
87186	JAISON VALMOR BRUCH	Deferido
88837	JALISON LEAL	Deferido
89056	JAMILSON JOSÉ COELHO PÉRIGO	Deferido
88914	JEAN CROMÁCIO DA SILVA	Deferido
87141	JEFFERSON DA COSTA	Deferido
88277	JOÃO OLIVIO NETO	Deferido
89098	JOHNNY CHRISTIAN SIEBENEICHLER	Deferido
89471	JONAS FRANCO KRELING	Deferido
86800	JONATHAN DE OLIVEIRA CARDOSO	Deferido
89364	JORGE GUSTAVO SANDOVAL SIMÃO	Deferido
89637	JORGE JUNIOR DOS REIS	Deferido
89143	JOSÉ JOAQUIM DA SILVEIRA	Deferido
87753	JOSÉ MARIO SILVA ROSA FILHO	Deferido
88362	JOSÉ ROBERTO MIRANDA	Deferido
87502	JOSIEL DA SILVA BRAGA	Deferido
89624	JUDSON COSTA DEMETRIO	Deferido
88589	LEANDRO CLIMACO	Deferido
88600	LEONARDO CESAR BORGES	Deferido
89088	LEONARDO DELCASTANHER	Deferido
88358	LEONARDO ECKHARDT CARVALHO	Deferido

89612	LUAN FELICIO DA SILVA DARIVA	Deferido
89286	LUANA GOMES DA SILVA	Deferido
89460	LUCAS CLAZER PERUSSOLO	Deferido
88892	LUCAS FABI LOTAIF	Deferido
89103	LUCAS OLIVEIRA HAENSCH	Deferido
89241	LUCAS TOMAZ RODRIGUES	Deferido
89418	LUCIANO GAUBATZ BORGES	Deferido
88984	LUCIO SOUZA DE ANDRADE	Deferido
88670	LUIS FERNANDO LOFH	Deferido
86631	MAICON ROBERTO GUILL	Deferido
86799	MAILON BERNARD REGO	Deferido
88982	MARCELO ANTUNES BITENCOURTE	Deferido
86684	MARCELO DA FONTE ALBUQUERQUE	Deferido
88587	MARCO AURÉLIO NUNES ALVES JUNIOR	Deferido
88570	MARCOS GABRIEL DE SOUZA	Deferido
89322	MARCOS TOLENTINO DA ROSA	Deferido
89429	MARIA CAROLINA BOSA	Deferido
86737	MARLON MORAES BARRETO	Deferido
89224	MARLOS MOREIRA COUTO	Deferido
89261	MATEUS DE OLIVEIRA BARRAGANA	Deferido
88476	MATEUS WAGNER COSTA	Deferido
89408	MATHEUS BRATFISCH	Deferido
88092	MATHEUS HENRIQUE BEZERRA DA SILVA	Deferido
87183	MATHEUS LEONEL BALDUINO	Deferido
88500	MATHEUS PAVIN PEDROSO	Deferido
86794	MATHEUS SEABRA GASPAR	Deferido
86803	MAURÍCIO DE MORAES	Deferido
89400	MICHEL FERREIRA SOUZA	Deferido
89622	MURILO MICHELS NUNES	Deferido
89046	MURILO TEIXEIRA FERNANDES	Deferido
87466	NAVARRO FERERIRA	Deferido
88814	OLIVIA CRISTINA SANTOS DE LIMA	Deferido
89504	PAULO CÉZAR POGIAN	Deferido
89037	PAULO EDUARDO NAZEAZENO	Deferido
86782	PEDRO HENRIQUE PEREIRA ROZENG	Deferido
89625	RAFAEL ADRIANI BARZOTTO	Deferido
86931	RAFAEL AMORIM DE SOUZA	Deferido
86832	RAFAEL COUTINHO DE SOUSA	Deferido
89025	RAFAEL DE AGOSTINHO	Deferido
86783	RAFAEL MACHADO SCHEFFER	Deferido
87525	RAFAEL RODRIGUES DE FREITAS	Deferido
88981	RAMON DA ROSA BOFF	Deferido
89574	REINALDO REZENDE DOS SANTOS JUNIOR	Deferido
86592	RENAN CADORE AGUIAR	Deferido
88021	RICARDO BRESSAN TASCA	Deferido
88563	RICARDO DELCASTANHER	Deferido
87341	RICARDO JOSÉ SANTANA	Deferido
89050	RICARDO PEREIRA RAMOS	Deferido
89062	RICHARD JUNIOR BERTOZZO	Deferido
89556	ROBSON JUNQUEIRA DA ROSA	Deferido
88693	RODRIGO ALMEIDA PINTO MORAES	Deferido
89184	RODRIGO JOSÉ BRASIL COSTA	Deferido
86788	RODRIGO RAFAEL VARELA	Deferido

89173	RODRIGO RAMOS PACHECO	Deferido
86597	ROMARIO GETULIO VARGAS	Deferido
87641	RUI AUGUSTO PENTEADO	Deferido
88203	RUSSELO DE BONA PORTON	Deferido
87576	SABRINA ALVES VIEIRA	Deferido
86902	SIDIANE MARIA SCHNAIDER	Deferido
88575	THIAGO HOFFMANN PEREIRA	Deferido
88027	THIAGO MACHADO	Deferido
87079	THIAGO MARTINS DE SOUSA	Deferido
89045	THOMAZ GOMES DE OLIVEIRA	Deferido
87987	TIAGO BRUENING BOEING	Deferido
87198	TIAGO GABRIEL DE SOUZA	Deferido
89614	VAGNER LUIS SOLETTI	Deferido
86884	VALDINEI VALMIR DOS SANTOS	Deferido
87876	VANDERLEI DENIR SCHMITZ	Deferido
87185	VANILDO SANTOS	Deferido
89055	VICTOR FILIPE GUIMARÃES	Deferido
88583	VITOR MENDES	Deferido
89105	WAGNER ALCANTARA DOS SANTOS	Deferido
86633	WENDEL FABIANO RIBEIRO DA SILVA	Deferido
89165	WILLIAN RODRIGUES DA SILVA	Deferido
89519	YAGAN JAMES CADORIN	Deferido
87532	ZILMAR DE SOUZA JUNIOR	Deferido

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Edital nº 003/2014, torna públicas as inscrições indeferidas:

Cargo: Assessor Jurídico

INSC	NOME	RESULTADO
89659	ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Indeferido
88230	ALEXANDRE CHAMBARELLI DE NOVAES FILHO	Indeferido
86635	ALEXANDRE WOLF	Indeferido
88417	ANA BEATRIZ DE ABREU ARAUJO	Indeferido
88002	ANA CAROLINA CAPELARI	Indeferido
89492	ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA POTTHOFF	Indeferido
89502	ANNA CAROLINA BORNHAUSEN NUNES	Indeferido
87537	ARTHUR HENRIQUE SILVA COELHO	Indeferido
89438	BÁRBARA DUARTE VILLANOVA	Indeferido
86929	BELISE MEISTER ARNOLD RUFINO	Indeferido
89182	BRUNA FRANCESCONI ZEFERINO	Indeferido
89431	CAMILA LEONARDO NANDI	Indeferido
89358	CAROLINA CRISTINA MIOTTO	Indeferido
88969	CAROLINA SPEROTTO ANDRIGHETTO DA SILVA	Indeferido
89607	CECILIA LETTNINN TORRES	Indeferido
87060	CLÁUDIA SCHMITZ COELHO	Indeferido
89352	CLÁUDIO SCHENA JÚNIOR	Indeferido
87253	DANIEL FERNANDES DE CARVALHO	Indeferido
88445	DANIELA BETTEGA LINARES	Indeferido
87069	DANIELE ALTHOFF	Indeferido
89129	DANIELLI STAHELIN BOEING	Indeferido
86692	DÉBORA MUCHIUTTI KISPERGHER	Indeferido

87232	DHONATAN FERNANDES	Indeferido
89476	DINAH CAMARGO SAYAGO	Indeferido
87998	ELEN SALLABERRY PINTO	Indeferido
86827	FABIANO RUEDIGER	Indeferido
89106	FERNANDA CAMILA DE CARLI	Indeferido
89467	FERNANDO DOS SANTOS HACKRADT	Indeferido
87046	FERNANDO GOMES DE FAVERI	Indeferido
89649	FERNANDO HECK	Indeferido
89095	FRANCIELLE ALBERTI	Indeferido
88303	GABRIEL ANTUNES DA SILVA	Indeferido
87740	GABRIEL MARQUES MENDES	Indeferido
89160	GEORGE FERREIRA BECKE	Indeferido
87305	GERSON DA SILVA	Indeferido
86649	GISELE AMORIM SOTERO PIRES	Indeferido
87177	GISELE DOS SANTOS	Indeferido
89480	GIULIANE GRAZIELE DA SILVA	Indeferido
88360	GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS	Indeferido
87597	ITALO JACOMASSI	Indeferido
87804	JAQUELINE REGINATO SOUSA	Indeferido
87592	JEAN CARLOS ARRUDA DE SOUZA	Indeferido
87662	JORGE FRANCISCO BACK	Indeferido
88717	KATIA ROSANGELA PAZ DE MACEDO	Indeferido
88533	LAÍS MARIA SOUZA NEVES	Indeferido
87638	LETÍCIA PAULA SARTOR	Indeferido
87289	LUCIANE RAMOS ROCHADEL	Indeferido
89010	LUIZ CLAUDIO DE SOUSA ALVES	Indeferido
88156	MARIA ELIANA GUILHERMETTI	Indeferido
87222	MATHEUS RUFINO DOS SANTOS	Indeferido
87011	MELYSSA CAROLINE SOARES GUIMARÃES	Indeferido
88105	MILENE FEIJÓ VIEIRA	Indeferido
86733	NATALIA ALBERTON DORIGON	Indeferido
89355	NATHALIA POETA	Indeferido
87652	NILVO DE SOUZA LUTZ	Indeferido
86657	ORLEANS ANTUNES DE OLIVEIRA NETO	Indeferido
88839	PÂMELLA DE MOURA SANTOS	Indeferido
88596	PATRICIA AMARAL	Indeferido
88666	PATRICIA SALM HORN	Indeferido
87836	PEDRO ALVES COSTA NETO	Indeferido
89096	RICHARD DELFINO DE ARAÚJO	Indeferido
89660	RODRIGO CLÍMACO JOSÉ	Indeferido
89638	RODRIGO GONDIN DE ANDRADE	Indeferido
88842	RODRIGO LIBERATTI DONÁ	Indeferido
87285	ROGÉRIO LUIS DAL PRÁ	Indeferido
89580	ROSICLÉIA APARECIDA LEFFLER	Indeferido
88461	SAMUEL ANDRADE LOPES	Indeferido
88048	SIMONE RANGEL MARTINS DA SILVA DALLABRIDA	Indeferido
89370	SIRLEI RAMBO	Indeferido
88046	TAYMARA FÁTIMA PEREIRA	Indeferido
88128	VITOR HUGO PEDROSO	Indeferido
86836	VIVIANI CATARINA MACEDO	Indeferido

Cargo: Contador

INSC	NOME	RESULTADO
89601	ADRIAN OMAR VISCONTI	Indeferido
87431	ALINE FERNANDES DE OLIVEIRA CZESNAT	Indeferido
86917	ALINE TALMA	Indeferido
88756	ANDERSON MUNHOZ MADEIRA	Indeferido
89459	ANDRÉ CAMPESTRINI	Indeferido
88576	ARCÉSIO GUIMARÃES	Indeferido
86744	BRUNO MODESTO DE OLIVEIRA	Indeferido
89081	CAMILA DE BORJA	Indeferido
87140	CARLOS EDUARDO AIROSO	Indeferido
88694	CAROLINA SARDÁ ESTUQUI	Indeferido
89097	CLAUDIO EDUARDO PASCHOAL BAPTISTELLA	Indeferido
88301	DANIELA BATISTA	Indeferido
87340	DANIELE GONÇALVES DOS REIS	Indeferido
88851	DEBORA RIZINESK	Indeferido
89647	DIANDRA BRASIL	Indeferido
88821	EMERSSON GRANEMANN	Indeferido
88140	GENIANA PICCOLLI	Indeferido
87979	INELVES ELIAS KUS	Indeferido
87386	JEOVANA APOLINARIO RODRIGUES	Indeferido
88622	JESSICA FERNANDA NEGRI	Indeferido
89592	LETICIA BERNARDES VOLPATTO	Indeferido
89059	MARIA MÔNICA DA SILVA FORTES	Indeferido
87083	MATEUS MENDES GHISI	Indeferido
89295	PAMELLA NAIR RODRIGUES	Indeferido
87020	PAULO SÉRGIO GOUVEA	Indeferido
86765	RENATA PEDERIVA	Indeferido
88744	SILVIA LETIZ FERRAZ DA SILVA	Indeferido
88041	SIMONE DE LIMA	Indeferido
88001	SUÉD ALFLEN ZIMMERMANN DA ROSA	Indeferido
88084	THIAGO JOSÉ DUTRA	Indeferido

Cargo: Assistente Administrativo

INSC	NOME	RESULTADO
88006	ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA	Indeferido
87993	ADILSON RODRIQUES	Indeferido
87089	ADILSON VIEIRA DE SOUZA	Indeferido
88262	ADRIANA BRITO LOBO	Indeferido
88012	ADROALDO CÁLICE DE ANDRADE MORAIS	Indeferido
87381	AILSON ROBSON PEREIRA SAMPAIO	Indeferido
88946	ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA	Indeferido
89584	ALEXANDRE ISÉ FIRMINO DA SILVA	Indeferido
89507	ALEXANDRE LARA MARQUES	Indeferido
88808	ALEXANDRE SILVA VENTURA	Indeferido
89481	ALINE HENZEN ANASTÁCIO DA SILVA	Indeferido
87609	ALINNE FREITAS MACEDO OLIVEIRA	Indeferido
86985	ALZELIANE PAIXÃO OLIVEIRA	Indeferido
89326	AMANDA CANDIDA BURIGO	Indeferido
88365	AMANDA DEDINO SILVA	Indeferido
88684	AMANDA LIMA DA SILVEIRA	Indeferido
87008	AMANDA ZIGLER DE LIMA	Indeferido
89225	AMAURI FAGUNDES RÉGIS	Indeferido

89344	ANA CAROLINA FERREIRA DE OLIVEIRA	Indeferido
88995	ANA CAROLINA GONÇALVES	Indeferido
87256	ANA CHRISTINA DE FÁTIMA KOTTWITZ	Indeferido
87076	ANA CLÁUDIA CORREA	Indeferido
87146	ANA CRISTINA TEIXEIRA RODRIGUES	Indeferido
87613	ANA LUIZA LEHMKUHL	Indeferido
88182	ANA PAULA BELLO RAFAEL	Indeferido
87742	ANA PAULA CARVALHO	Indeferido
88618	ANA PAULA MANTAU	Indeferido
88537	ANA PAULA REIS LUCAS	Indeferido
88698	ANA PAULA ZANELLA	Indeferido
89611	ANDERSON BARBOSA TEIXEIRA	Indeferido
86798	ANDRE LUIZ DA ROSA	Indeferido
88124	ANDRÉ LUIZ DANIEL DAS CHAGAS	Indeferido
89368	ANDRÉ RICARDO DA NATIVIDADE	Indeferido
88471	ANDREA RITA PASQUARELLI	Indeferido
89108	ANDREA SIMONE PEREIRA CORREA	Indeferido
88080	ANDREIA SALDANHA PASSOS	Indeferido
88337	ANDRESSA DE MORAES SOUZA	Indeferido
87659	ANDRESSA ROZA DE MELO CUNHA	Indeferido
87322	ANGELA COSTA	Indeferido
86732	ANGELA DE CARVALHO	Indeferido
88087	ÂNGELA GOMES DE OLIVEIRA	Indeferido
88344	ANGELA TAINA RODRIGUES	Indeferido
88159	ANGÉLICA CAROLINA MOTTA SANTANA	Indeferido
86816	ARIANA DA CRUZ	Indeferido
88922	ARIEL COPETTI	Indeferido
89030	ARTUR TEIXEIRA FERREIRA	Indeferido
87302	BÁRBARA GOMES DE MEDEIROS	Indeferido
89384	BARBARA MANI PEREIRA LEMOS GUEDES	Indeferido
86789	BEATRIZ ALICE MENEZES DE PINHO	Indeferido
89073	BEATRIZ CARLOS ARTERO	Indeferido
87160	BENTO PATROCINIO RAMOS FILHO	Indeferido
89228	BETINA BENTA MELO	Indeferido
88018	BRANDON MARTINS SILVA	Indeferido
88594	BRENO DE MENDONÇA SALVATO	Indeferido
87292	BRUCE LEE PORFIRIO	Indeferido
86618	BRUNA DOS SANTOS LEITE	Indeferido
88082	BRUNO CARIAS VIDAL	Indeferido
88147	BRUNO GIORGIO MONDINI	Indeferido
86982	BRUNO MELO DUARTE	Indeferido
87541	BRYAN CAMPOS	Indeferido
89623	CAMILA FONSECA SCHINESTCK	Indeferido
87925	CAMILA FRANCISCO JORDÃO	Indeferido
87751	CAMILA MACHADO RIBEIRO DA SILVA	Indeferido
88897	CAMILA OJEDA LAUREANO	Indeferido
89310	CAMILA VILLA PANIZ GIOVANONI	Indeferido
88740	CAMILLA REGINA DA CUNHA	Indeferido
88413	CARLA CAROLINE BARBOSA LOPES SOARES	Indeferido
88210	CARLA CRISTINA S A E SILVA WOLFF	Indeferido
88841	CARLA HOFFMANN	Indeferido
89147	CARLOS AUGUSTO ZIMERMANN DE OLIVEIRA	Indeferido
89341	CAROLINA ALVES CHAVES	Indeferido

87116	CAROLINE ARALDI	Indeferido
87983	CAROLINE DALLA BARBA PAVELEGINI	Indeferido
87803	CAROLINE DELLA BRUNA	Indeferido
89475	CASSIA DOS SANTOS WALDERA	Indeferido
88126	CÁSSIA PINHEIRO MACHADO BITTENCOURT	Indeferido
88846	CELIA MARIA REINERT	Indeferido
88873	CESAR MAURICIO VELASCO	Indeferido
87690	CHRISTIANE ESPINDOLA PEDRO	Indeferido
88076	CIBELE RODRIGUES DA SILVA DE LIMA	Indeferido
88994	CILENE MARA JENSEN	Indeferido
88199	CINTHIA COUTINHO CEZAR	Indeferido
86655	CÍNTIA PROENÇA DE LIZ	Indeferido
88309	CINTIA TENORIO SILVA AMARAL	Indeferido
88805	CLAUDIO MONTEIRO MAGALHAES	Indeferido
89495	CLAUDIRES BARTNIK	Indeferido
88899	CRISTIANE ADORNE DE CARVALHO	Indeferido
89652	CRISTIANE APARECIDA MILCZARECK BU-DZINSKI MARQUES	Indeferido
87082	CRISTIANE MARIA DA SILVA	Indeferido
87070	CRISTIANO CATALDI	Indeferido
89351	CRISTIANO LUIZ LEANDRO	Indeferido
88738	CRISTINA BARBOSA DA SILVA E SOUSA	Indeferido
88948	CRISTINA STEIN	Indeferido
89078	CRISTOPHER MANCILLA WAGNER	Indeferido
89063	DAIANA FERNANDA CORREA DAS NEVES	Indeferido
89136	DAIANA FLORIANO DE SOUZA	Indeferido
87587	DANIEL HEIDI MORITA	Indeferido
88866	DANIEL MOSER DOS SANTOS	Indeferido
89058	DANIEL VIEIRA	Indeferido
88034	DANIELA MARTINS LAVOR	Indeferido
88650	DANIELA VASSELAI	Indeferido
88526	DANIELE CLIMACO	Indeferido
88038	DAYANNE NARA WEINGARTNER	Indeferido
89101	DÉBORA RODRIGUES DOS SANTOS	Indeferido
86860	DEISE HENCKEL BARBOSA	Indeferido
86663	DURVAL NASCIMENTO JUNIOR	Indeferido
87187	EDJAILSON JOEL DE ANDRADE	Indeferido
87376	EDSON FABRICIO	Indeferido
88037	EDUARDO DE MEDEIROS	Indeferido
89397	EDUARDO STEIL NOBRE	Indeferido
89340	ELAINE CRISTINA CUNHA	Indeferido
86606	ELAINE ESPINDOLA	Indeferido
88803	ELIANE LOPES DOS SANTOS	Indeferido
86893	ELIANE TAIS WOIEVODA	Indeferido
87103	ELIZABETH DE SOUZA DA SILVA	Indeferido
89591	ELIZIANE APARECIDA DE ALMEIDA	Indeferido
89461	ELVYS BRUNO	Indeferido
87771	EMANUELLE DE CARVALHO ALVES	Indeferido
89644	EMANUELLE GOETEN PAZOLINI	Indeferido
89414	ERICA FERNANDA RIBAS RIBEIRO DE MORAIS	Indeferido
88015	ERICA REGINA SALDANHA	Indeferido
88010	ERITON BORBOREMA SARAIVA	Indeferido
86916	ESTEFANI TOMELIN	Indeferido

88042	EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	Indeferido
89441	EZEQUIEL MARCOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Indeferido
88581	FABIANA DORNELLES DA SILVA	Indeferido
89113	FABIANO VITORIO CRUZ	Indeferido
89212	FABIO RODRIGUES QUISTER	Indeferido
89572	FABIULA TEREZINHA DOS ANJOS AGUIAR	Indeferido
87137	FABRÍCIO DE BEM PERES DA SILVA	Indeferido
89401	FELIPE SILVEIRA MOTA	Indeferido
86698	FELLIPE ROCHA SAMPAIO	Indeferido
88273	FERNANDA CHICHORRO STAHELIN	Indeferido
87247	FERNANDO CRESCENCIO	Indeferido
88838	FERNANDO DA SILVA PEREIRA	Indeferido
87605	FERNANDO PIRES MIAMOTO	Indeferido
88705	FERNANDO TEIXEIRA CUNHA	Indeferido
86863	FERNANDO WILTON PACHECO	Indeferido
88929	FLORENCIA YAÑEZ GONZALEZ	Indeferido
88258	FRANCIELE BARTH MORALLES	Indeferido
86958	FRANCIELY SOUZA AVERLAN	Indeferido
86865	FRANCINE RENGEL GÔES LUIZ	Indeferido
87881	FRANCISCA TATIANE SILVA DOS REIS	Indeferido
88999	FRANCO TADASHI KUWABATA TAKIGAWA	Indeferido
86807	FRANÇOIS MATIAS DA SILVEIRA	Indeferido
87351	GABRIELA MOREIRA DE ARAUJO NEVES	Indeferido
89061	GABRIELA PASSOS	Indeferido
89366	GABRIELA REGINA ROSA SOUZA	Indeferido
88109	GABRIELA SOUZA DE OLIVEIRA	Indeferido
88016	GERSON PICKERING NETO	Indeferido
89569	GESSICA TAYNARA DOS SANTOS SOUZA MORIYA	Indeferido
86856	GIANLUCA TILLMANN MOSER	Indeferido
87604	GILMAR DA MAIA	Indeferido
86665	GILVAN VIEIRA PEDRA	Indeferido
88069	GIOVANA COELHO DA SILVA	Indeferido
87024	GISELLE CRISTINA DOS SANTOS	Indeferido
88919	GLADES GONCALVES PANASOLO	Indeferido
88007	GRASIELA DA CRUZ SOARES	Indeferido
86774	GREGORY QUENUPE MENEZES	Indeferido
87272	GREYCE CRISTINA COLLA	Indeferido
89634	GUILHERME CABRAL NETTO	Indeferido
89164	GUSTAVO ARRUDA WIGGERS	Indeferido
86762	GUSTAVO JAKUBIAK DE ALBUQUERQUE	Indeferido
87303	HELDER PINTO CORRÊA	Indeferido
88571	HERILENE MOREIRA LIMA	Indeferido
87535	IGOR BITENCOURT SCARABELOT	Indeferido
87176	IGOR DANIEL DOS SANTOS	Indeferido
86730	INDYANARA DE LIMA FALCONI REINALDO	Indeferido
86699	ISABEL CRISTINA GOULART DOS SANTOS	Indeferido
88724	ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA	Indeferido
88836	ISABELA MARTINS PERES	Indeferido
89313	ISABELLA PAOLA MEISTERLIN HEUSY	Indeferido
89499	ISLAYNE CRISTINA CAMPOS	Indeferido
88712	ISRAEL JORGE DOS SANTOS	Indeferido
88620	JACQUELINE NAIARA POLI	Indeferido

88389	JAIANE SANTOS PINHEIRO	Indeferido
86972	JAILSON CARDOSO IUNG	Indeferido
87937	JAIME EDUARDO ROCHA	Indeferido
88473	JAKSON LUIS MADRUGA DE MORAES	Indeferido
87190	JANAINA BORGES DA SILVA	Indeferido
89111	JANAINA DA SILVA	Indeferido
87663	JANETE APARECIDA DA SILVEIRA FERREIRA	Indeferido
89141	JAQUELINE APARECIDA GOMES CARDOSO	Indeferido
87760	JAQUELINE OLIVEIRA COELHO	Indeferido
88849	JEANINE FEIJÓ REGINALDO	Indeferido
88047	JEFERSON ANDREI SILVEIRA	Indeferido
88072	JEFERSON EDUARDO DE SOUZA NAGILDO	Indeferido
89263	JEFERSON LIMA DUARTE	Indeferido
86875	JEFFERSON ANTUNES	Indeferido
88469	JEFFERSON DOUGLAS DOS SANTOS	Indeferido
89009	JENIFER ANTONELLI	Indeferido
87142	JENIFFER ALINE AVANCINI	Indeferido
89493	JENIFFER DE OLIVEIRA	Indeferido
87805	JENIFFER MORAES DE SOUZA	Indeferido
88361	JERRY PEREIRA NAZARIO	Indeferido
87204	JESSICA ALINE KARSTEN	Indeferido
87349	JÉSSICA ALVES CORDEIRO RIBEIRO	Indeferido
89022	JESSIKA MILENA SILVA MACHADO	Indeferido
88026	JHONATAN MATHEUS HERSING	Indeferido
87932	JOANA LIMA SANTANA	Indeferido
88572	JOANARA DALMARCO	Indeferido
86840	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA	Indeferido
88363	JOÃO PAULO PEREIRA DA SILVA	Indeferido
89656	JOAO RICARDO BROERING	Indeferido
86965	JOCELI DA LUZ DA ROSA BARNI	Indeferido
88661	JOCELI PAULINO	Indeferido
88197	JOHANN PHILIP LIM DE OLIVEIRA	Indeferido
86766	JORGE LUIS DA COSTA COUTO	Indeferido
89367	JORGE NAVARRO HABERBECK NETO	Indeferido
89518	JOSEANE DAURA GONÇALVES	Indeferido
89428	JOSEANI INES GASPERI	Indeferido
89409	JOSÉLIA DE SOUSA PINTO	Indeferido
86833	JOSEMARA DA SILVA	Indeferido
88980	JOSICLEIA PEREIRA KASPRAK	Indeferido
89265	JOSUE CHARLES KLEIN	Indeferido
89065	JULIA KARINE TORMEN	Indeferido
88271	JÚLIA LIMA FIGUEIREDO	Indeferido
88745	JULIANA ELIAS	Indeferido
87427	JULIANA SOUZA DE CAMPOS	Indeferido
88270	JULIANE DE OLIVEIRA	Indeferido
88150	JULIANO SILVA	Indeferido
89593	KALIANDRA FERNANDES	Indeferido
87538	KAMILA PERSIKE	Indeferido
88191	KARINA ALBUQUERQUE PRUDENCIO	Indeferido
88580	KARINA MORO VILLELA	Indeferido
88785	KAROLINE DOS SANTOS LEAL	Indeferido
88039	KÁTIA SIMMONE PINHEIRO SANTOS	Indeferido
88425	KAUÊ ELEUTÉRIO	Indeferido

88606	KELVSON PAULO ROGELIN	Indeferido
87675	KETLEN DUANI RAMOS MACHADO	Indeferido
88110	KETLIN GERLANI DA SILVA PEREIRA	Indeferido
87756	KLAUS DA SILVA DANIEL	Indeferido
87066	LAIS RAFAEL ARASAKI	Indeferido
87440	LARISSA STEFFENS	Indeferido
87472	LEANDRO BARCELO BATISTA	Indeferido
89253	LEANDRO LAURINDO	Indeferido
87307	LEDIANA ANTUNES DE OLIVEIRA GOULART	Indeferido
87367	LEONARD DA SILVA RIOS	Indeferido
89008	LEONEL MOREIRA DOS SANTOS	Indeferido
88008	LEONILDA SIMONI DE OLIVEIRA	Indeferido
86971	LETICIA COLLE	Indeferido
86811	LETÍCIA GONÇALVES DOS ANJOS	Indeferido
88546	LETÍCIA SANTOS MAURÍCIO	Indeferido
88943	LIANA HOELLER	Indeferido
87075	LICIA AIRES FAGUNDES	Indeferido
87377	LIDIANE CRISTINA DA SILVA BORGES DE OLIVEIRA	Indeferido
86761	LISVANIA FATIMA DA SILVA	Indeferido
89162	LIVIA SOARES DE PAULA	Indeferido
87974	LIZANDRA VIEIRA	Indeferido
86778	LUAN SOUSA RODRIGUES	Indeferido
87298	LUANA CAMILA COSTA	Indeferido
89615	LUANA FRANCIELLE NATTS PASTORINI	Indeferido
86777	LUANA MENDES SILVEIRA	Indeferido
87189	LUCAS CESAR ANDRADE DA COSTA	Indeferido
88909	LUCAS LEVI GARCIA	Indeferido
87155	LUCAS MERLADETTI WOLFF	Indeferido
87250	LUCAS SAMUEL KARSTEN	Indeferido
89093	LUCIANE KLOSOWSKI	Indeferido
89036	LUCIANO JACINTO	Indeferido
89655	LUCILENE SOARES ESPEZIM	Indeferido
86996	LUIZ ARMANDIO MENDES CARDOSO	Indeferido
88565	LUIZ CARLOS BUCHELE DOS SANTOS	Indeferido
87184	LUIZ GONZAGA MARQUES NETO	Indeferido
86978	LUIZ GUSTAVO DA SILVA MARQUEZANI	Indeferido
89161	LUIZA HELENA BRESOLIN	Indeferido
87291	LUZIA WICHERT	Indeferido
87595	MAGNA DE SENA SILVA	Indeferido
88728	MAIARA CRISTINA ORSO	Indeferido
87279	MAIARA RODRIGUES DUARTE	Indeferido
87335	MAILA CRISTINA OTTANI	Indeferido
86745	MARCELO AUGUSTO DA SILVA	Indeferido
86991	MARCELO BATISTA	Indeferido
87311	MARCELO BORN DE JESUS	Indeferido
87063	MARCELO GUSTAVO NOCETTI	Indeferido
88547	MARCIA REGINA MACHADO RECH	Indeferido
89280	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	Indeferido
87554	MARIA CAROLINA MANES	Indeferido
89080	MARIA CAROLINE SILVA NUNES	Indeferido
88000	MARIA EDUARDA DA SILVA	Indeferido
87136	MARIA EUDA DE LIMA VIVEIROS CARDOSO	Indeferido

87769	MARIA JOSCEINEIDE DE JESUS SANTOS	Indeferido
87570	MARIA LUIZA SERAFIM	Indeferido
87274	MARIA LUZIA SILVA GARCIA	Indeferido
88079	MARIA REGINA VIEIRA VIANA	Indeferido
87043	MARIA RITA AMANTE FELECiano	Indeferido
88474	MARIALMA LAUERMANN DOS SANTOS	Indeferido
88868	MARIANA CRISTINA DA SILVA SELAU	Indeferido
88435	MARIANA GONÇALVES DE AZEVEDO	Indeferido
87701	MARIANNA MARCINICHEN GARCIA	Indeferido
86664	MARIANNE CRISTINE CHAVES	Indeferido
89201	MARILEIA SCHLICKMANN MORAIS	Indeferido
87465	MARINA BALAK	Indeferido
87584	MARLA ADELLE FRITZ VITOL	Indeferido
89509	MARLEI JOSE DE CARVALHO JUNIOR	Indeferido
87585	MARTINA AGRID FRITZ	Indeferido
87162	MARY ANNE PIRES URBANO	Indeferido
88236	MATEUS MARTINS DE ANDRADE	Indeferido
86729	MATHEUS ANDRADE RAISER	Indeferido
88131	MATHEUS FERNANDES	Indeferido
86977	MATHEUS FERNANDES DE CAMPOS	Indeferido
86866	MAURÍCIA HELENA CHAVES GARCIA	Indeferido
89070	MAURICIO F G CASANOVA	Indeferido
87278	MAXIELL ADRIAN ROSA DO AMARAL	Indeferido
87164	MAYRA JACQUELINE ULLER	Indeferido
88444	MAYSIA FIGUEIREDO PIZZOLO	Indeferido
88266	MICHELE FERREIRA DOS SANTOS	Indeferido
87610	MICHELY MARCIA MARTINS	Indeferido
86932	MIRELA POSSAMAI MARAGNO	Indeferido
86980	MÔNICA CECINEL	Indeferido
88017	MONICA DOS SANTOS CAMELLI NUNES	Indeferido
87884	MONIQUE MEYER DUARTE	Indeferido
88623	MURILO FORTUNATO TOMÉ	Indeferido
88867	MURILO SCHMITT GAMBA	Indeferido
89576	NAIANA CAROLINE RIBEIRO	Indeferido
89188	NATÁLIA COELHO DA SILVA	Indeferido
86672	NATALIA FERREIRA LEHMKUHL	Indeferido
89285	NATALIA FERREIRA SCHUTZ	Indeferido
88373	NATÁLIA PEREIRA DA SILVA	Indeferido
86640	NATHALIA ROCHA	Indeferido
87878	PABLO DARLA MARQUES	Indeferido
87556	PÂMELA WALDIVIA DOS SANTOS	Indeferido
87234	PAOLA CARRE LEICHTWEIS	Indeferido
88631	PATRICIA PAVARIN CORREA	Indeferido
89630	PATRICIA TORRES DE MATTOS	Indeferido
89287	PATRICK CORRÊA LUZ	Indeferido
87972	PAULA CRISTINA PINHEIRO PEDRO	Indeferido
89318	PAULA FRANÇA MORAES ROSA	Indeferido
88296	PAULO CESAR SOARES RIBEIRO	Indeferido
88036	PAULO GABRIEL DE ALENCAR CORREIA	Indeferido
86970	PEDRO DE ALCANTARA COSTA NETO	Indeferido
89237	PEDRO GUIDI NETO	Indeferido
89254	PÉROLA DANIELE BRITO DA ROSA	Indeferido
89419	POLYANA ALVES DE ANDRADE	Indeferido

88900	PRICILA GODOY FERNANDEZ	Indeferido
89395	PRISCILA ASSING	Indeferido
88747	PRISCILA FERMIANO MACHADO	Indeferido
88233	PRISCILA NEUSA FERREIRA DE SOUZA	Indeferido
86776	RAFAEL ADILSON PETERS UESSLER	Indeferido
89416	RAFAEL.RODRIGUES DOS SANTOS	Indeferido
87324	RAFAELA DA ROSA	Indeferido
89041	RAFAELA DE AGUIAR CHAVES DE SOUZA	Indeferido
89314	RAFAELA CHAVES DE SOUZA	Indeferido
89658	RAMON NUNES REBELO	Indeferido
89436	RAQUEL ELISABET WINTER PASTORE	Indeferido
89485	RAQUEL FAVRETO FARIA	Indeferido
87153	RAQUEL SELL HECK	Indeferido
88672	RAUL HERCULANO ARENDARTCHUK	Indeferido
89632	REBECA AQUINO PINHEIRO SERAFIM	Indeferido
89547	REGIANE DO AMARAL BORGES	Indeferido
88171	REGINA DAMINELLI	Indeferido
88459	RENATA FARIA LAUS VERAS	Indeferido
86748	RENATA VIEIRA ANTONIO	Indeferido
86615	RICARDO HABERBECK DE OLIVEIRA AMORIM	Indeferido
89168	RITHIELLI MACHADO SEMPREBON	Indeferido
88754	ROBERTA PATRICIA SEVERO DIEZ	Indeferido
88177	ROBERTA WORNER	Indeferido
88998	RODRIGO DOMINGUES VIERA	Indeferido
88848	RODRIGO PINTO DA SILVEIRA	Indeferido
89657	ROGERIO FERREIRA	Indeferido
87353	RONALD JOAO ROUSSENQ JUNIOR	Indeferido
87982	ROSANA DALLA BRIDA	Indeferido
89648	ROSANE MARIA FAGUNDES	Indeferido
87798	RUBENS JUNIOR DE FARIAS GARCIA	Indeferido
87157	RUBIANE WEISS	Indeferido
87700	SÂMIA JULIA CASSEMIRO DIAS	Indeferido
87052	SANDRA SIQUEIRA	Indeferido
89469	SARA FELDMANN	Indeferido
86773	SARA JORGE DA COSTA	Indeferido
89048	SAYONARA MARI LEA FLORENTINO DOS SANTOS	Indeferido
87112	SCHAROW SOUZA BELTER	Indeferido
87081	SERGIO SALES DE SOUZA CASTRO	Indeferido
89606	SHIRLEY MAGALHÃES NOVAES	Indeferido
88173	SILVIA BORTOLIN	Indeferido
87342	SILVIA LETICIA MARTINS CARVALHO MARIA-NO	Indeferido
87395	SIMONE TESTONI	Indeferido
87109	SIRLENE MATOS	Indeferido
89639	SIRLEY ARSEGO	Indeferido
87890	SLENE SCHREIBER SCHUSLER	Indeferido
87902	SODRE NORBERTO DA SILVA	Indeferido
86973	STEFANI REGINA DOS REIS	Indeferido
87319	STÉPHANIE SCHULTZ	Indeferido
89039	SUELEM GROMOSKI	Indeferido
86662	SUELEN CRISTINA VIEIRA BORBA	Indeferido
86903	SUSIMARI FURTADO	Indeferido
88299	TALITA CAMPOS	Indeferido

88579	TAMARA CRISTINA FRUTUOSO	Indeferido
88312	TAMARA DOS SANTOS PACHECO	Indeferido
89548	TATIANE ROMUALDO DA SILVA	Indeferido
89007	TAYNARA SOUZA GOULART	Indeferido
87143	TEREZA STEFAN	Indeferido
88802	THAIS HELENA COSTA GIRÃO BORGES	Indeferido
86786	THAIS PINHO SIQUEIRA	Indeferido
87786	THALISSA SANTOS MATZEMBACHER	Indeferido
87454	THAMYRES PAMELLA CUNHA NAPOLI	Indeferido
88561	THAUAN FORDELONE RODRIGUES E SILVA	Indeferido
87330	THELMO RAPHAEL ROTHBARTH DECKER	Indeferido
86780	THEO CALDAS GOMES	Indeferido
89447	THIAGO DE LIMA CORRÊA	Indeferido
87273	THIAGO SOTERO BORBA	Indeferido
88763	THUANY DE SOUZA ZAGO	Indeferido
87963	THYAGO MARCON LEITE	Indeferido
86725	TIAGO BRAZ FERREIRA	Indeferido
87812	TUANI FERREIRA	Indeferido
87633	VANESSA CAPARICA DE SOUTO	Indeferido
88446	VANESSA MARTINS VENTURA	Indeferido
88799	VANESSA REGINA DA SILVA	Indeferido
88359	VANIA DA SILVA MENEGAZ	Indeferido
88045	VICTOR CARVALHO DA SILVA	Indeferido
87182	VILMAR ISAUINO VIDAL	Indeferido
89060	VIRGILIO BARBOSA BRIZOLLA	Indeferido
88205	VIRIGLIO CARLOS LIRA DE BRITO	Indeferido
89324	WAGNER CESAR CORREA	Indeferido
87061	WEALTH KARLO FRANCOTTI	Indeferido
88472	WELICRYS OLIVEIRA GUIMARÃES	Indeferido

Cargo: Programador

INSC	NOME	RESULTADO
88058	ABRAAO DE OLIVEIRA FERREIRA	Indeferido
89115	ALEXANDRE ANTONIO DE OLIVEIRA SERAFIM	Indeferido
88221	AMILTON ALVARINO DE MELLO	Indeferido
86651	AMILTON SÉRGIO DE LIMA	Indeferido
87108	ANA CAROLINA SANTOS NOGUEIRA	Indeferido
89252	ANA PAULA LIMA PENHA	Indeferido
88057	ANDERSONLR@LIVE.COM	Indeferido
86701	ANDRÉ FERREIRA BEM SILVA	Indeferido
89557	ANDRÉ HEIDI MORIYA	Indeferido
88025	ANDRE LUIS DOS SANTOS ARAUJO	Indeferido
86785	ANDRÉ SIMEÃO RALFES DE MATTOS	Indeferido
87249	ANTHONY KUCHAK BAZILIO	Indeferido
88885	ANTONIO ROBSON MARTINS	Indeferido
87287	ARTHUR JORGE SANTOS	Indeferido
88421	AUGUSTINHO VALMOR CATTO	Indeferido
87181	BEATRIZ LUZ	Indeferido
86969	BIANCA TEREZINHA OSSIMAS	Indeferido
89407	BRUNA PORTO SIVA	Indeferido
87999	BRUNO BORGES FERREIRA	Indeferido
88470	BRUNO COUTINHO FERREIRA	Indeferido
88874	BRUNO MARQUES BENTO	Indeferido

87202	BRUNO RICARDO MACHADO	Indeferido
87299	CAIO CESAR BASTOS ALVES	Indeferido
89247	CÁIO JOSÉ VICENTE DA SILVA	Indeferido
89616	CAMILA FERNANDA DA SILVA REBOUÇAS	Indeferido
88795	CHRYSTIAN BAYER MOREIRA	Indeferido
88944	CLAUDIO ROBERTO MACIEL DUMONT	Indeferido
87747	CLEBER DOS SANTOS OURIQUES	Indeferido
88811	CLERISON FRANCISCO ANTUNES SCHEMES	Indeferido
88071	CRISTIANE ZERMIANI	Indeferido
89410	DANIEL COUTINHO DE ALMEIDA JUNIOR	Indeferido
89650	DANIEL JOÃO BORGES	Indeferido
88765	DANIELLI FALAT	Indeferido
88651	DAVID JOSÉ DA SILVA BORGES	Indeferido
87248	DIEGO ANGELO BORGES VARGAS	Indeferido
88921	DIEGO BOLOGNINI	Indeferido
87971	DINALDO DE PINHO PEDRO	Indeferido
89068	DIONATAN ARAUJO	Indeferido
89067	DIONATAN GONSALVES DE ARAÚJO	Indeferido
88101	EDIANA DA SILVA	Indeferido
88564	EDINELSON JOSE PIRES	Indeferido
87879	EDMAR ALBINO DA SILVA	Indeferido
88673	EDSON DE FREITAS	Indeferido
86941	EDUARDO ANDRÉ TRENTIN BORGES	Indeferido
89642	ELIOMAR BENTO AMORIM JUNIOR	Indeferido
88567	ELISA DE FREITAS KÜHLKAMP	Indeferido
86588	ELTON JOSE MARCELINO	Indeferido
87458	ELYENAER FARIAS DOS SANTOS	Indeferido
89377	ERCILIA JÉSSICA FERNANDES DE SOUZA	Indeferido
87286	ERION LASCOSKI DOS SANTOS	Indeferido
88807	EVERSON DOS SANTOS	Indeferido
88573	EZEQUIEL LORENZATTI	Indeferido
87203	FABRICIO DA SILVA REIS	Indeferido
87338	FELIPE CESAR FUERBACK	Indeferido
88063	FELIPE CORDEIRO MEDUNA	Indeferido
88902	FELIPE ISIDORO DE OLIVEIRA	Indeferido
86779	FELIPE RODRIGUES LUIZ	Indeferido
88450	FERNANDO LUCIO ABREU	Indeferido
87476	FERNANDO PHELIPE DE PINHO INÁCIO	Indeferido
88341	FILIPE COELHO SILVA	Indeferido
87193	FLAVIO DE CASTRO SIMÕES	Indeferido
87042	FRANCISCO LOVATEL GUALDI	Indeferido
87872	GABRIEL BENJAMIM DA SILVA	Indeferido
87612	GABRIEL BROERING RECH	Indeferido
88096	GABRIEL TEODORO FIDELIX	Indeferido
87990	GENAÍNA PEREIRA BAUMART	Indeferido
89298	GERSON ALVES SILVA	Indeferido
87984	GIANFRANCO BRASIL	Indeferido
87469	GILMAR ROBERTO BATISTA	Indeferido
87463	GUILHERME DA SILVA MOTTIN	Indeferido
87875	GUILHERME DAVILA COELHO	Indeferido
88707	GUILHERME MARTINAZZO DOS SANTOS	Indeferido
87961	GUSTAVO HENRIQUE BUCH	Indeferido
88792	GUSTAVO SOUZA BANEGAS	Indeferido

86599	HENRIQUE RIBEIRO	Indeferido
86616	HENRIQUE SCHULTE	Indeferido
89549	HERMINIO GUILHERME HEMSING JUNIOR	Indeferido
86668	HIAGO	Indeferido
88295	HIGOR NOCETTI	Indeferido
87281	HOMERO LUZ	Indeferido
86790	IDMILSON DE OLIVEIRA	Indeferido
87598	IDYAN LOPES DUARTE	Indeferido
89375	IGOR MARTINS WIELECOSELES	Indeferido
88232	INAÊ ESPÍNDOLA DA SILVA	Indeferido
87467	ÍTALO CEZAR BARRETO DIAS	Indeferido
87308	JAIR SILVEIRA	Indeferido
88703	JANAINA MARTINS	Indeferido
89653	JEAN CARLO WESCHENFELDER	Indeferido
89510	JERONIMO ANGELO MOZER NETO	Indeferido
88436	JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA	Indeferido
89640	JÔNATAS FLÔRES ROZA	Indeferido
88020	JORGE EDUARDO FONSECA DOS SANTOS	Indeferido
87759	JORGE HENRIQUE STOCKER	Indeferido
89402	JOSAFÁ RODRIGUES TAVARES	Indeferido
87191	JOSÉ CLAUDINEI DE OLIVEIRA	Indeferido
89052	JOSÉ FRANCISCO LOPES DO NASCIMENTO	Indeferido
87785	JOSÉ LUIZ DE GODOI NETO	Indeferido
88170	JOSÉ RIBAMAR MARÇAL MARTINS JUNIOR	Indeferido
87139	JOSÉ ROBERTO KRETZER	Indeferido
88151	JULIANO BIANCHESSI	Indeferido
88881	JULIANO DOS ANJOS	Indeferido
88760	JULIANO MACHADO	Indeferido
87981	JULIO CESAR ALVES DA SILVA	Indeferido
87252	JÚLIO CRISTIANO SCHUTZ	Indeferido
89231	KARINE RODRIGUES DE SOUZA	Indeferido
88714	KRISTIAN VIEIRA	Indeferido
87337	LARA ALINE PAULO	Indeferido
89521	LEANDRO SADI DOS SANTOS	Indeferido
86677	LEIVAL ESTEVÃO ALVES JUNIOR	Indeferido
86829	LEONARDO FABRA GOMEZ	Indeferido
87503	LEONARDO KUHNEN DOOSE	Indeferido
87306	LETÍCIA GABRIELA DE CAMPOS	Indeferido
86638	LUCAS AFONSO NUNES	Indeferido
89629	LUCAS DE BRITO FUCK	Indeferido
87194	LUCAS LARROYD SOUZA	Indeferido
87078	LUCAS MOTTA CORRÊA	Indeferido
88457	LUCKY WILK FEITOSA	Indeferido
87941	LUIZ DE ALBUQUERQUE	Indeferido
86830	LUIZ EDUARDO SOUZA ARANDA	Indeferido
87111	MAICON MACIEL BITTENCOURT MORANDINI	Indeferido
88075	MARCIO CESAR NUNES	Indeferido
87461	MARCO ANTÔNIO COMASSETTO	Indeferido
87233	MARCUS HERT DA CORÉGIO	Indeferido
87304	MARILÉIA DE MELO DA SILVA	Indeferido
88419	MARKSON REBELO MARCOLINO	Indeferido
87294	MARLON URBAN FLORES	Indeferido
89233	MATHEUS DE LIMA MARTINS	Indeferido

87179	MATHEUS JOSE BRANDALISE	Indeferido
89594	MATHEUS SARAIVA DA SILVA	Indeferido
89227	MATHEUS TEIXEIRA FERNANDES	Indeferido
88539	MAURI KOENIG JUNIOR	Indeferido
88908	MAURICIO ROSSI FERREIRA	Indeferido
88283	MAURO CESAR DA SILVA	Indeferido
88689	MAYCON VINICIUS DA LUZ	Indeferido
89130	MIRIAN MAGRI	Indeferido
87551	NATANA CRISTINA MACHADO CAMARA	Indeferido
88024	NATHAN BATISTA DE OLIVEIRA	Indeferido
87080	NIKOLLY MATAHARI DE OLIVEIRA	Indeferido
89278	OCIDES GONÇALVES RODRIGUES	Indeferido
87600	ODILIO JUNIOR SILVEIRA	Indeferido
88782	PATRICK DORNELES DE SOUZA	Indeferido
88771	PATRICK NAPOLEÃO DOMINGOS	Indeferido
89371	PAULO RICARDO DE SOUZA DA ROCHA	Indeferido
88386	PETERSON ASSIS DA SILVA	Indeferido
88862	PRISCILA FERNANDES	Indeferido
86802	RAFAEL AMÉRICO MARTINS	Indeferido
88462	RAFAEL H DALLA CORT	Indeferido
87542	RAFAEL PEREIRA	Indeferido
86612	RAFAEL SANTOS; ANNA DOS SANTOS	Indeferido
87891	RAPHAEL JOSE VILELA	Indeferido
87688	RENAN GRACIANO DE SOUZA	Indeferido
87362	RENATO ANTUNES WALDRIGUES	Indeferido
87300	RENATO GABRIEL BILHA KISHI	Indeferido
87350	RICARDO GOETTEN MALACHIAS	Indeferido
89085	ROBERTO HONORIO DE ALMEIDA JUNIOR	Indeferido
88369	ROBERTO PEREIRA MAGLIOCCA	Indeferido
87939	RODRIGO CASTELAN CHITOLINA	Indeferido
86804	RODRIGO STUANI	Indeferido
87635	ROMÁRIO ROSA	Indeferido
86604	SANDRA MARILDA DOS SANTOS	Indeferido
87152	SAULO DOS SANTOS ZINI	Indeferido
89149	STEFANIA GRAMKOW SITONIO	Indeferido
87601	SUYAN DE FARIAS NUNES	Indeferido
86867	TACIANA THAIS DE GODOY	Indeferido
88339	TÁCIO VILELA	Indeferido
87219	TAMARA REGINA DE MELLO	Indeferido
87310	TELMO ALMEIDA MARTINS JUNIOR	Indeferido
88711	THABATA EMYLINNE DAMASCENO	Indeferido
88883	THYAGO PEREIRA	Indeferido
88125	TIAGO EMILIO DA SILVA	Indeferido
88983	VALTER ALTEMAR ORTIZ DOS SANTOS	Indeferido
87888	VINCIUS BISOGNIN IMMICH	Indeferido
89654	VINÍCIUS CARDOSO COELHO	Indeferido
88713	VINICIUS GOMES COSTA	Indeferido
86747	VINICIUS KEMPS DE MAGALHÃES	Indeferido
86988	VINICIUS PACHECO NIENKÖTTER	Indeferido
87889	VITÓRIA SCHWINGEL	Indeferido
89501	WELLINGTON ROBERTO HOINACKI	Indeferido
86770	WILLIAN ROSA DUARTE	Indeferido
89292	ZILDA RIBEIRO HOFFMANN BORGES	Indeferido

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Edital nº 003/2014, torna públicas as condições especiais:

Cargo: Assistente Administrativo

INSC	NOME	RESULTADO
87608	MAYRA CLOTILDE DA SILVA FIGUEIREDO	Deferido

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Florianópolis, 11 de setembro de 2014.

CIS/AMURES

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2014 – CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 – CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: PHYSIUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA. Objeto: prestação de serviços em Fisioterapia. Valor: R\$ 30,00 (Trinta reais) por avaliação e R\$ 9,52 (Nove reais e cinquenta e dois centavos) por sessão de fisioterapia. Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Lages, 10 de Setembro de 2014.

Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro

Presidente Comissão Licitação (Pregoeira).